

PRISCILA FLORENTINO DE MELO MERENCIANO

# **ACTORIALIZAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO NAS CHARGES DE JEAN GALVÃO**



ARARAQUARA – S.P.

2017

PRISCILA FLORENTINO DE MELO MERENCIANO

# **ACTORIALIZAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO NAS CHARGES DE JEAN GALVÃO**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Linguística.

**Linha de pesquisa:** Estrutura, organização e funcionamento textuais e discursivos.

**Orientador:** Jean Cristtus Portela

ARARAQUARA – S.P.  
2017

Melo Merenciano, Priscila Florentino de  
Actorialização e argumentação nas charges de Jean  
Galvão / Priscila Florentino de Melo Merenciano – 2017  
249 f.

Tese (Doutorado em Linguística e Língua  
Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio  
de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras  
(Campus Araraquara)

Orientador: Jean Critsttus Portela

1. charge. 2. gênero. 3. argumentação. 4. semiótica.  
5. estilo. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Priscila Florentino de Melo Merenciano

# ACTORIALIZAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO NAS CHARGES DE JEAN GALVÃO

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Linguística.

**Linha de pesquisa:** Estrutura, organização e funcionamento textuais e discursivos.

**Orientador:** Jean Cristtus Portela

Data da defesa: 28/04/2017

## MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

---

**Presidente e Orientador:** **Jean Cristtus Portela**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Araraquara

---

**Membro Titular:** **Arnaldo Cortina**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Araraquara

---

**Membro Titular:** **Marina Célia Mendonça**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Araraquara

---

**Membro Titular:** **Elizabeth Harkot-de-La-Taille**

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

---

**Membro Titular:** **Vera Lúcia Rodella Abriata**

Universidade de Franca

**Local:** Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pai de infinita misericórdia, que sempre coloca em nossos caminhos seres de luz, semioticamente conhecidos como adjuvantes, que nos auxiliam na busca do tão sonhado objeto-valor.

Aos meus pais, em especial ao meu pai, José de Melo, que sonhou comigo este sonho e não poupou esforços em auxiliar-me na conjunção com este momento.

Ao meu esposo, colega de disciplina, colega de trabalho, professor, amigo, revisor, inspirador, incentivador, destinador, Levi Henrique Merenciano, pela presença nesse e em outros momentos únicos.

À Unesp, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, instituição que me acolheu, inicialmente como aluna especial, e na sequência como estudante do Programa de Pós-graduação já no curso de Doutorado, concedendo todos os recursos necessários para minha formação e aprimoramento profissional.

Ao meu orientador professor Jean Cristtus Portela, ser humano de grande coração e profissional competente que teve a grandeza de me acolher e ajudar neste percurso que por vezes se fez árduo e parecia sem fim, sempre apontando os caminhos a trilhar e não permitindo que eu perdesse o foco.

À professora Vera Lúcia Rodella Abriata, minha orientadora de Mestrado, que me permitiu o primeiro contato com a Semiótica e me ajudou a trilhar os caminhos iniciais da análise das charges.

Aos professores das disciplinas de doutorado, mestrado, pós-graduação Lato Sensu e aos professores das graduações em Letras na UEMG - Divinópolis e a todos que participaram de minha formação.

Aos funcionários da pós-graduação, seção técnica, administrativa e do departamento de pós-graduação, por garantirem o funcionamento constante do curso que frequentamos.

Aos colegas de trabalho do CESEC e do Colégio Presbiteriano pela compreensão de minhas ausências necessárias para a conclusão desta etapa e pelo apoio nos momentos importantes.

## RESUMO

Componente fixa da página A2 Seção Opinião, do Jornal *Folha de S. Paulo*, a charge é, de acordo com Riani (2002), uma das primeiras atrações buscadas pelo leitor do periódico. Ao apresentar a figurativização de uma cena do cotidiano de forma lúdica e muitas vezes *non-sense*, o enuncicador acaba por se esconder no ninho do risível, onde tudo é possível e, dessa maneira, pode garantir seu espaço para criticar as cenas do cotidiano. Buscando entender a forma como a charge constrói o ator discursivo na página de opinião do jornal impresso e ainda suas estratégias argumentativas, serão tomadas como cópulas charges políticas do artista Jean Galvão, veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo*, na página A2, seção Opinião, durante os quatro anos do primeiro mandato da presidente do Brasil Dilma Rousseff. Esta tese pretende abordar a charge como texto verbovisual, mais especificamente, as charges políticas, à luz da semiótica plástica, de modo a delimitar os contornos de uma semiótica da charge, que, além de tratar do texto verbovisual em si, reflita sobre sua circulação e relação com os tipos de texto que a cercam. Para tanto, apresentaremos no âmbito da semiótica uma definição para o gênero charge, buscando entender suas relações e especificidades em relação à História em Quadrinhos e à Caricatura. Utilizaremos como aporte teórico Fontanille (1999) e Greimas e Courtés (2008). Em seguida, nos pautaremos na semiótica discursiva, mais especificamente nas metodologias disponíveis para análise de textos sincréticos, tomando como base autores que já trabalharam com a linguagem das histórias em quadrinhos e das charges, Riani (2002), Fonseca (1999), Ramos (2010) e Lima (1963). Seguiremos rumo aos estudos a respeito da argumentação, compreendida aqui como ferramenta da persuasão. Em seguida, a abordagem seguirá em direção à retórica, recorrendo a autores que mantêm afinidade com a teoria semiótica, como os trabalhos de Teixeira (2001), Lopes e Beividas (2007) e Perelman (1996). Posteriormente, passaremos a aprofundar o estilo de Jean Galvão, chargista colaborador do Jornal *Folha de S. Paulo*. Para tanto, contaremos com o suporte teórico de Discini (2004), cuja obra analisa o estilo nos mais diversos textos. Ao final, por meio da análise do cópulas selecionado, será feito um levantamento das características do artista que podem defini-lo como chargista e, ainda, enquanto possuidor de uma especificidade dentro desse gênero.

**Palavras chave:** charge, gênero, argumentação, semiótica, estilo.

## ABSTRACT

Included as one of the sections of the newspaper, the page A2 Opinião (Opinion Section) of *Folha de S. Paulo*, the cartoon is, according to Riani (2002), the first attraction searched by the reader. When it presents a scene by means figurativization using the humor and sometimes the *non-sense* mode, the enunciator can find shelter in a nest where everything is possible and because of this one can keep his/her space to criticize the daily scenes. In order to understand the way that the cartoon build the discursive actor in the opinion section of the newspaper and so the ways to the argumentation, we are going to take as corpus with political cartoons created by Jean Galvão and presented in *Folha de S. Paulo*, in page A2, Opinion Section, during the 4 years of the first term of president Dilma Rousseff. We intend to study the cartoon as a verbal-visual text, more specific the political cartoons, using Semiotics of the Plastic Arts, trying to delimit the boundaries of a semiotic for the cartoon, that more than show the verbal-visual text, can meditate about the relation with other kinds of text that are nearby. In order to achieve that goal, based on the semiotic theory, we are going to use a definition for the genre cartoon, which we want to understand its relations and specifies when compared to comics and caricatures. As theoretical framework for these concepts we are going to use Fontanille (1999) and Greimas and Courtés (2008). After that we will be based on a discursive-semiotic approach, an available methodology to analyze syncretic texts using authors that already worked with comics' and cartoon's language such as Riani (2002), Fonseca (1999), Ramos (2010) and Lima (1963). We will develop the studies about argumentation in order to understand this theory as a tool for persuasion. Following this idea we will achieve the rhetorical theory, in which we will use authors that make approach rhetorical and semiotics as Teixeira (2001), Lopes and Beividas (2007) and Perelman (1996). Finally we will search Jean's style. Jean works as a cartoonist in *Folha de S. Paulo*. In order to find Jean's style we are going to use Discini's (2004). In her book, the author analyses style concerning a lot of different texts. At the end we intend through the corpus to produce a list of the artist's characteristics that can define him/her as a cartoonist and also as someone that has particularities inside this genre.

**Key words:** cartoon, genre, argumentation, semiotics, style.

## Sumário

Introdução.....	1
1. HQ, charge e caricatura.....	7
1.1 Gênero e teoria semiótica.....	7
1.2 Primórdios da charge .....	19
1.3 Charge e quadrinhos no Brasil.....	32
2- Categorias da expressão na constituição sincrética das charges .....	61
2.1 Charge e semiótica.....	61
2.2 Sincretismo de linguagens na charge .....	77
2.3 Análise plástica das charges.....	83
2.3.1 Charge de Janeiro de 2011: “Pacote governamental” .....	89
2.3.2 Charge de Março de 2013: “Eleições à vista”.....	91
2.3.3 Charge de Julho de 2013: “Pode sair” .....	93
2.3.4 Charge de Setembro de 2013: “Obama e Dilma dançam” .....	95
2.3.5 Charge de Janeiro de 2014 – “Selfie” .....	98
2.3.6 Charge de Setembro de 2014: “Os próximos passos da Marina!” .....	100
2.3.7 Charge de fevereiro de 2011 “Egito” .....	102
2.3.8 Charge de Outubro de 2011: “Alto nível”.....	103
3- ARGUMENTAÇÃO NAS CHARGES DE JEAN GALVÃO .....	105
3.1 Veridicção.....	112
3.2 O enunciatório.....	115
3.3- Charge de março de 2011: “Corte de verba” .....	117
3.4 – Charge de abril de 2011: “A descoberta” .....	120
3.5- Charge de junho de 2011: “A nova bactéria” .....	122
3.6- Charge de maio de 2011: “Decifrando Bin Laden”.....	123
3.7- Charge de julho de 2011: “Lula x hackers” .....	124

3.8- Charge de dezembro de 2011: “Tablets no banheiro” .....	126
3.9- Charge de janeiro de 2012: “Chuvas?” .....	127
3.10- Charge de março de 2012: “Nicholson, o golpista” .....	128
3.11- Charge de abril de 2012: “Páscoa” .....	129
3.12- Charge de junho de 2012: “Momento CPI” .....	131
3.13- Charge de julho de 2012: “Mais tempo no ar” .....	132
3.14- Charge de setembro de 2012: “Pesadelo” .....	133
3.15- Charge de outubro de 2012: “O voo do candidato” .....	135
3.16- Charge de dezembro de 2012: “As renas de Noel” .....	136
3.17- Charge de janeiro de 2013: “Tempo de férias” .....	137
3.18- Charge de fevereiro de 2013: “O carnaval das denúncias” .....	138
3.19- A argumentação aos moldes do quadrado do crer .....	139
4- O ESTILO DO CHARGISTA JEAN .....	150
4.1- Definindo o estilo plástico de Jean .....	156
4.2- Charge de Abril de 2013: “Desempenho em Matemática” .....	162
4.3 Charge de Maio de 2013: “Penas” .....	163
4.4- Charge de Junho de 2013: “São Paulo” .....	164
4.5- Charge de Agosto de 2013: “Recesso” .....	166
4.6- Charge de Outubro de 2013: “Filiação Partidária” .....	167
4.7- Charge de Novembro de 2013: “Obama e Michelle” .....	168
4.8- Charge de Dezembro de 2013: “Papai” .....	169
4.9- Charge de Fevereiro de 2014: “Metrô”. .....	170
4.10- Charge de Março de 2014: “Rio” .....	171
4.11- Charge de Abril de 2014: “Progresso Social” .....	172
4.12- Charge de maio de 2014– “Controle da água” .....	173
4.13- Charge de junho de 2014: “Mantega” .....	174
4.14- Charge de julho: “Pedágio aumenta” .....	175

4.15- Charge de agosto de 2014: “Argentina” .....	176
4.16- Charge de outubro de 2014: “Marina” .....	177
4.17- Charge de dezembro de 2014: “Petrobrás?” .....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	180
Referências bibliográficas .....	183
Anexos .....	192

## INTRODUÇÃO

Considerada por alguns pesquisadores como a primeira atração procurada ao se abrir um periódico (RIANI, 2002, p.19), a charge desperta no leitor, por meio dos efeitos de sentido de seu enunciado global, certo estranhamento. Ao se deparar com a imagem apresentada e com a potencialidade de mensagens verbais, visuais e vocais, por vezes mais implícitas ou mais explícitas, cabe ao leitor interpretar seus efeitos de sentidos mais característicos, uma vez que nascem da relação entre um plano de expressão e um plano de conteúdo articulados. Assim, do ponto de vista do enunciatário (o público projetado no discurso da charge), tal processo de interpretação pode provocar reações, risos, olhares reflexivos, pensamentos diversos ou indiferença.

O poder da charge consiste em condensar, por meio de elementos constituintes de sua plasticidade (na distribuição de cores, formas e espaços visuais), aquele conteúdo que, para ser expandido e explicado verbalmente, poderia ocupar diversas páginas ou até mesmo alguns minutos de prosa. Essa concisão típica de seus planos de conteúdo e de expressão (em que temas e figuras são projetados por meio de coordenadas espaço-temporais pontuais, de maneira a aparecer condensadas no espaço de um quadrinho ou pouco mais), acaba por tornar menos explícitas algumas das estratégias utilizadas pelo artista e, conseqüentemente, pelo jornal, enunciadores responsáveis, diretamente ou indiretamente, pela publicação, disseminação, enfim, pela argumentação da charge como um todo, com seus efeitos de sentido característicos. O uso dessas estratégias de implicar e explicitar conteúdos, por meio da concisão dos efeitos de sentido, que circulam diariamente pelos periódicos, configura-se como uma maneira de se produzir o efeito de sentido de ancoragem dos discursos veiculados pela mídia impressa e online.

A primeira aparição de ordem prática atribuída ao texto visual (a manifestação da visualidade) remonta à história da imprensa, quando, para preencher os espaços vazios que ficavam entre os textos de caráter verbal, eram utilizadas imagens. Com o passar dos anos, porém, percebeu-se o gosto pela expressão visual, e a imagem foi tomando cada vez mais lugar nos jornais até se fazer presente em quase todos os cadernos dos periódicos de nossos dias.

Considerada por Fonseca (1999, p.12) como munição ferina, a linguagem da charge ou do cartum é entendida como arma, de fácil alcance popular, uma vez que, por meio dessas manifestações textuais, a população possui a oportunidade de ver

ridicularizados personagens da mídia, sobretudo, os detentores de poder que gozam de espaço na imprensa (presidente, parlamentares, socialites, personagens da tevê, entre outros).

Objetiva-se aqui apresentar um estudo a respeito dos aspectos argumentativos do texto sincrético “charge política”, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*. Orientados pela semiótica de linha francesa, apresentaremos os aspectos constituintes da visualidade (cromáticos, eidéticos e topológicos) e da vocalidade (elemento responsável pela musicalidade, marcada pela pontuação e que também se constitui como efeito de sentido) que, juntamente com elementos do plano de conteúdo (dotados de discursividade), são responsáveis pela construção da coesão e do efeito de parecer verdadeiro<sup>1</sup> dos textos analisados.

Busca-se, assim, relacionar os aspectos argumentativos com as questões referentes às organizações de conteúdo e de expressão das charges do cópulus, de forma a verificar como o efeito de verdade se constrói por meio da união desses elementos.

Nossa hipótese é de que o texto verbovisual, assim como, por vezes, o verbal, pode configurar-se como altamente argumentativo e persuasivo, mas que devido a sua capacidade de condensar os elementos cromáticos, eidéticos e topológicos acaba por deixar essas estratégias menos visíveis, fazendo com que o leitor acabe por não perceber os mecanismos de argumentação que permeiam essas manifestações.

Com o objetivo de observar como as charges têm-se constituído em nossos dias, selecionamos o jornal *Folha de S. Paulo*. A escolha desse periódico deve-se ao fato de ser um dos jornais mais lidos no país (BRASIL, 2014) e também em virtude da periodicidade com que as publica.

O jornal *Folha de S. Paulo* configura-se como um periódico de circulação diária. A seção escolhida para análise, *A2 Opinião*, conta com quatro colaboradores: João Montanarro, Angeli, Benett e Jean Galvão. Não se verifica uma periodicidade constante para a publicação das charges por eles assinadas. Por esse motivo, optamos pela escolha de apenas um chargista, Jean Galvão, chargista membro da Sociedade Brasileira dos Ilustradores do Brasil. O artista publica seus trabalhos desde 1999, na página A2, Seção Opinião. A escolha de Jean justifica-se por termos analisado outros aspectos de suas charges na dissertação de mestrado (MELO, 2012) e termos obtido informações

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Greimas e Courtés (2008) para a definição de verdade. De acordo com os autores verdade é um termo complexo que compõem os termos *ser* e *parecer* situados no eixo de contrários no interior do quadrado semiótico das modalidades veridictórias. Em suma, para os autores, a verdade é um dos efeitos de sentido do discurso.

suficientes para realizar uma pesquisa de maior fôlego a seu respeito.

No jornal *Folha de S. Paulo*, que publica a página A2 Opinião, da qual fazem parte as charges que compõem o corpus de análise, foram encontradas mais duas páginas, A3 Cotidiano e Mercado Aberto, que também contam com essa manifestação sincrética como parte de seu enunciado. Há ainda, o caderno *Ilustrada*, página A5, na qual é possível encontrar tirinhas<sup>2</sup>.

Após a escolha de um único artista, Jean Galvão, ainda era grande o volume de material para análise. Por essa razão, foi necessário fazer mais um recorte; optamos por limitar a análise à primeira charge publicada pelo artista em cada mês. Ainda assim havia um vasto material, dessa maneira foi necessário mais um recorte, delimitando o período dos meses compreendidos entre os anos de 2011 a 2014, anos do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, personagem frequente nos desenhos do chargista. A escolha da primeira charge publicada no mês ocorreu devido ao fato de se constituir uma síntese dos acontecimentos do mês anterior.

O acesso às charges foi possível por meio da assinatura da versão *on-line* do jornal. A partir da obtenção do acesso à versão digital do periódico, foi possível a busca na base de dados das informações necessárias à pesquisa, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014.

Ao se pesquisar as palavras “charge” e “discurso” no *site* Domínio Público (<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>), no campo “teses e dissertações”, observa-se que o site não retorna resultados de busca. Mudando-se a pesquisa apenas para a palavra “charge”, encontramos 21 trabalhos científicos relacionados aos temas discurso e charge política. Desses trabalhos, foram encontrados 6 que são de áreas distintas das Letras e Linguística (Artes Visuais, Perspectiva Histórica, Sociologia, Engenharia Elétrica, História e Educação Física). Os 15 trabalhos das áreas de Letras e Linguística se encontram distribuídos, no que se refere à teoria utilizada, da seguinte maneira: 4 trabalhos de Análise do Discurso, 5 trabalhos referentes aos Estudos Bakhtinianos, 1 trabalho sob a perspectiva da Semântica Histórica, 1 trabalho da área da Linguística Sociointeracionista, 1 trabalho da área de Semiologia e

---

<sup>2</sup> Como já dissemos, os artistas que contribuem para as páginas apresentadas são respectivamente: página A2 Opinião: Jean Galvão, Angeli, Benett e João Montanarro. Na página A3, o jornal conta com as ilustrações de Troche, Cláudia Liz, Bel Falleiros, Daniel Bueno, Carvall, Pedro Bento, Luciano Veronezi e Renata Miwa. A coluna Mercado aberto apresenta os trabalhos de Lézio Júnior, Mandrade, Lederly, Velati Alves e Alpino. No caderno *Ilustrada*, o jornal publica quadrinhos de diversos artistas consagrados, tais como: Angeli, Laerte, Caco Galhardo, Fernando Gonsales, Adão Iturrusgarai, Alla Sieber, André Dahmer e Jim Daves.

3 trabalhos que utilizam a teoria Semiótica.

Ao se fazer a mesma pesquisa na área de Semiótica e Linguística geral, no banco de teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP), não foi encontrada nenhuma pesquisa relacionada ao tema. Ao se buscar no repositório da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP) os temas “charge” e “discurso”, nenhum resultado foi encontrado. Ao se refazer a busca com a palavra charge, é possível encontrar um artigo de 2012, que trata da obra Primo Basílio. Também não foi possível encontrar muitos livros que discutiam a respeito do assunto “charge e semiótica”, uma vez que os livros que tratam de charge trazem discussão sobre cartum, caricatura e HQ de forma diacrônica, de maneira a apresentar os artistas que trouxeram essas artes visuais ao Brasil de forma histórica (CIRNE, 1971, 1972, FONSECA, 1999, RIANI, 2002).

Por meio dessas buscas, notou-se a necessidade de uma pesquisa em que se estude semioticamente a linguagem da charge e as potencialidades de sentido dos textos verbais, visuais e vocais incorporados a seu enunciado discursivo, ao mesmo tempo global e sincrético.

Essa pesquisa fundamenta-se nos conceitos da semiótica greimasiana (de linha francesa), da qual se utiliza o modelo do percurso gerativo de sentido, mais especificamente os conceitos da gramática narrativa e discursiva, em suas dimensões sintático-semânticas (fases da narrativa, modalização do ser e do fazer, temas e figuras, debreagem e embreagem, actorialização, tematização e figurativização). Alguns autores permearão a discussão teórica nesse quesito, dentre os quais se destacam: Fiorin (1990, 2006, 2008), Barros (1987, 2004, 2008a), Courtés (1979, 2005), Greimas e Courtés (1986, 2008).

Serão ainda importantes para a composição da tese as categorias da semiótica plástica referentes às questões cromática, eidética e topológica, cuja organização produz isomorfia com o plano de expressão ao ser a ele homologadas<sup>3</sup>, de forma a explicar os componentes da visualidade. Na busca desses conceitos, será tomado como embasamento teórico as obras de Floch (1985, 1986, 2001), Calabrese (2004) e Moncond’huy (2015).

---

<sup>3</sup> Para Greimas e Courtés (2008, p.248) homologação constitui-se como uma disciplina imposta ao raciocínio analógico, entendida como um procedimento geral que ultrapassa os limites de semântica. Os estudos da linguagem servem-se dela para o estabelecimento de regras de conversão entre os níveis, para determinar correlações na metodologia comparativa, para formular as coerções semióticas (sintáticas ou semânticas).

Os aspectos argumentativos da charge serão apresentados e discutidos, particularmente, no âmbito dos níveis narrativo e discursivo do percurso gerativo de sentido. Na busca pela definição desses aspectos, serão utilizados os conceitos de Bertrand (2003), Fiorin (2014) e Teixeira (2001). Para eles, é possível pensar em um arranjo imanente do sentido (em níveis que vão do mais simples e abstrato ao complexo e superficial), em direção à sua manifestação. Essas estruturas de sentido, ao serem relacionadas a um contexto histórico e social e às possíveis ideologias que subjazem à argumentação dos textos em que se vinculam, têm sua unidade de sentido vinculada às interpretações possíveis, por exemplo, do leitor de jornal ou do internauta, entre outros, no papel de públicos-enunciatórios, a quem são direcionados, na divulgação da charge, argumentos de convencimento e persuasão, no âmbito dos fatos contemporâneos, de forma a manipulá-los a favor do ponto de vista do chargista e/ou do jornal, enquanto sujeitos enunciatários desses discursos.

Para a realização desta pesquisa, o trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos, com o objetivo de contemplar aspectos que vão desde a história das manifestações visuais, passando pela caracterização das manifestações sincréticas até se chegar às questões das estratégias de argumentação do jornal que veicula as charges, bem como o estilo do artista Jean, escolhido para análise. A organização das charges no corpo da tese foi feita de maneira a priorizar o modo de análise que segue cada um dos três capítulos nos quais o corpus se faz presente. Dessa forma, as charges que aparecem no capítulo 2 foram selecionadas para que seus constituintes fossem analisados, nas do capítulo 3 os critérios de argumentação constituem-se como o foco da análise e as do capítulo 4 apresentam a questão do estilo de Jean.

A ideia de estilo adotada será a utilizada por Discini (2004). Para a autora: “estilo é efeito de sentido e, portanto, uma construção do discurso (...) esse efeito emerge de uma norma, determinada por recorrências de procedimentos na construção de sentido, desde os níveis mais profundos até os mais superficiais do percurso gerativo de sentido” (p.36-37).

Assim, no primeiro capítulo, será apresentada uma breve história das manifestações visuais que compartilham características similares às da charge, tais como a HQ e a caricatura. Ainda neste capítulo, será apresentada uma cronologia da charge brasileira no âmbito político-social, ao mostrar como possui a peculiaridade de estar ligada a manifestações histórico-sociais.

No capítulo 2, serão discutidos os constituintes das manifestações sincréticas da

charge. Será feita uma aproximação da charge com a teoria semiótica, buscando compreender como essa manifestação visual pode ser analisada por meio da teoria semiótica discursiva. Para tanto, as etapas do percurso gerativo de sentido serão exemplificadas por meio de charges que compõem o *cópus* de análise.

Será apresentada a noção de sincretismo, conceito semiótico que pode ser estudado no exame da charge. Com o intuito de demonstrar como a semiótica trata as manifestações sincréticas, serão apresentadas análises semióticas dos planos de expressão e de conteúdo que sirvam de exemplo, com o objetivo de aprofundar questões estudadas por Jean Marie Floch (1985) sobre os textos visuais. Buscam-se compreender os mecanismos de construção da argumentação e, conseqüentemente, o modo pelo qual é produzido o convencimento e a persuasão.

O terceiro capítulo analisará as questões referentes a argumentação em semiótica. Apresenta-se a visão semiótica desse conceito e como a sua construção ocorre na charge, por meio dos mecanismos de ancoragem e, ainda, por meio da organização dos elementos responsáveis pela plasticidade no texto sincrético visual.

O quarto e último capítulo contemplará o estilo de Jean Galvão, chargista do jornal *Folha de S. Paulo* e artista responsável pela criação das charges do *cópus*. Explicitam-se nesse capítulo as características do chargista que o diferem dos demais colaboradores do jornal, na tentativa de se compreender como os diferentes estilos podem influenciar a argumentação nas charges analisadas.

Em suma, será possível observar um estilo característico do chargista Jean, no que diz respeito à caracterização plástica e argumentativa das charges do *cópus*.

## 1. HQ, CHARGE E CARICATURA

Presente na maior parte dos periódicos de grande circulação nacional e internacional, a charge possui o poder de sintetizar fatos e acontecimentos do cotidiano por meio da veiculação de desenhos que possuem como objetivo apresentar os atores, que, figurativizados no discurso, representam um ponto de vista o de ordem temática, seja político, social, cultural, comportamental. A figurativização desses atores ocorre em grande parte das vezes, por meio de sua protagonização em ações vexatórias, cuja narrativa do sujeito aponta ou implica o ponto de vista do enunciador.

A abordagem a respeito da charge busca sua definição enquanto gênero na teoria semiótica. A HQ e a caricatura serão classificadas com o objetivo de se verificar os pontos convergentes e divergentes dessas manifestações (suas semelhanças, dessemelhanças e aproximações). Feito isso, a pesquisa segue rumo às definições desses gêneros na visão de autores que se ocuparam do seu estudo. Apresenta-se um paralelo com as primeiras manifestações visuais das quais se tem registro. A importância dessa abordagem deve-se ao fato de se verificar o quanto o gênero “charge” modificou-se ao longo da história e ainda o quanto herdou de outros gêneros com os quais possui similaridade.

Em seguida, realiza-se uma apresentação da charge e da caricatura no Brasil, por meio de seus principais artistas, em que o intuito é fazer um percurso cronológico buscando apresentar alguns nomes de destaque na charge nacional para, enfim, se chegar até Jean Galvão, artista do jornal *Folha de S. Paulo* e autor das charges analisadas nesta tese.

### 1.1 Gênero e teoria semiótica

Embora a teoria semiótica tenha sinalizado a preocupação com o termo “gênero” com Greimas no prefácio de *Maupassant*, na análise do conto “Dois amigos”, a busca pela definição é retomada apenas no final dos anos 1990, quando Jacques Fontanille, em *Sémiotique et Littérature*, deu uma contribuição bastante esclarecedora para o termo (PORTELA, SCHWARTZMANN, 2012, p.70).

Para Fontanille (1999, p. 159), na medida em que se busca distinguir os gêneros, faz-se necessário um aperfeiçoamento nas variáveis relativas aos seus níveis de

pertinência. Uma vez que, um mesmo princípio de construção associado a diferentes critérios produz efeitos diferentes. Seria, pois, necessário traçar alguns postulados para uma classificação. O primeiro deles, de acordo com o autor, seria considerar que os gêneros encontram-se definidos como um conjunto de categorias gerais e constantes. Feitas as escolhas, essas devem ser observadas e atribuídas à práxis enunciativa, uma vez que ela participa da mudança cultural e contribui para a formação de classes de textos e de discursos em que cada cultura é considerada isoladamente.

Assim, cada gênero será tomado individualmente ou em contraste com outros. Será definido de acordo com as épocas e as localizações. O valor de um gênero muda em função do ambiente cultural. O valor de cada critério muda de um gênero a outro e participa da definição coerente a cada gênero.

Ao se adotar esse princípio de classificação, busca-se definir as características da HQ, Charge e Caricatura e ainda entender como essa classificação foi se estabelecendo ao longo da história desses gêneros no Brasil. A relação estabelecida entre esses gêneros, para os fundamentos de uma relação hierárquica aqui pretendida, equivale ao modo pelo qual a linguística vê a relação de subordinação ou de coordenação entre os substantivos (hiperônimos/ hipônimos, parataxe/hipotaxe). De forma aproximada a uma hierarquia semântica de parte/todo, essas relações equivalem às relações de dependência e independência estabelecida pela sintaxe entre as orações. No caso dos gêneros HQ/Charge/Caricatura acredita-se em uma relação de dependência, podendo ser compreendida por uma lógica de hiperônimo/hipônimo. Para Fávero (2009, p.24), “quando o primeiro elemento mantém com o segundo uma relação todo/parte, classe/elemento, tem-se um hiperônimo e, quando o primeiro elemento mantém com o segundo uma relação parte/todo, elemento/classe, tem-se o hipônimo”.

Neste viés, a HQ é tomada como o gênero mais abrangente no que se refere à sequencialidade de quadros, por essa razão acaba por englobar a charge, segundo gênero na relação de totalidade, visto que, encontra-se composta de apenas um único quadro mais geral o qual pode encontrar-se dividido em duas ou mais partes, mas que possui como característica, a apresentação de um único momento ligado à realidade social sendo o sentido delimitado pela cronologia. Esta, por sua vez, engloba a caricatura que evidencia, em geral, apenas uma parte do rosto ou do corpo do retratado, considerada, assim, como um gênero do detalhe (não é mais cronológica, visto que seu humor pode ser entendido sem uma relação direta com seu momento de produção). Vale-se de um por menor para ressaltar, por meio da ampliação de uma marca física, uma

característica do personagem. Busca-se mostrar a natureza exata da personalidade, em que o artista pode partir de uma simples alteração no corpo, como nos traços da face ou na silhueta do corpo a uma transformação mais radical, em que se reduz o retratado a objetos de traços animados, como no exemplo abaixo:



Figura 01: Caricatura do presidente americano Barack Obama, disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/305330049713320743/> acesso em: 31/dez/2016.

Ao se pensar essa mesma relação utilizando as denominações hiperônimo/hipônimo, a relação seria de hiperonímia da HQ em relação aos termos charge e caricatura. No entanto, a charge seria hipônima em relação à HQ, mas hiperônima em relação à caricatura.

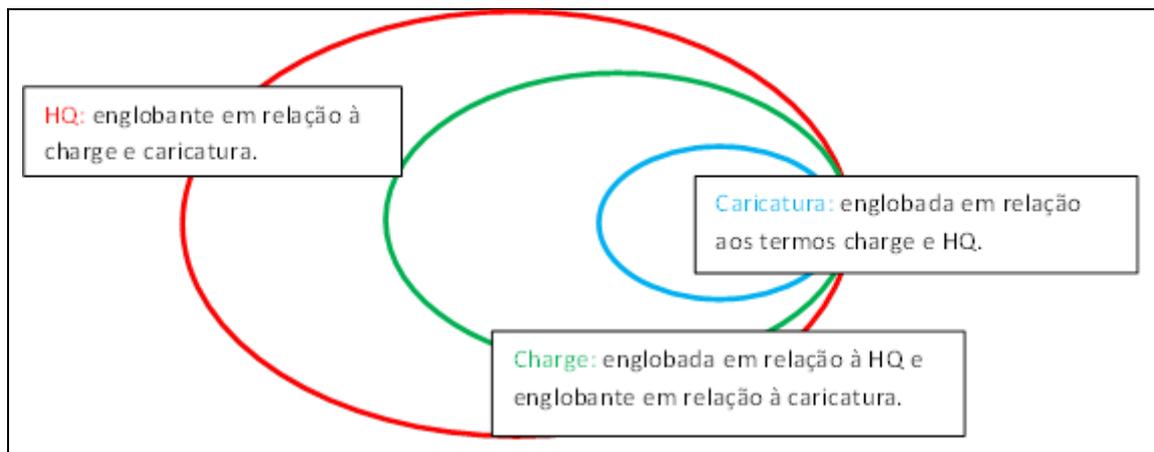


Figura 02: HQ/Charge/Caricatura

Fontanille (1999, p. 162) afirma que ao se buscar o critério para uma classificação dos gêneros teremos uma classe de textos ou de discursos que obedecem a princípios gerais da categorização. O trabalho de classificação se iniciará partindo de uma definição de critérios gerais e constantes passando, em seguida, à escolha de uma

família de textos e fórmulas em busca de um conjunto de traços comuns e, enfim, ao estudo de uma amostra particularmente representativa.

Buscando a imagem de representação cartunística como marca representativa encontramos dentro deste conjunto as manifestações HQ/Charge/Caricatura que utilizam a representação de imagens por meio do recurso da hipérbole<sup>4</sup>, herdado do recurso estilístico do texto e apresentado na construção de elementos constituintes da charge.

De acordo com a observação de Fontanille (1999, p. 162), os tipos textuais se caracterizam por sua constante do plano de expressão e sua coesão no que se refere ao agenciamento entre as partes e seu interior. De acordo com tais conceitos, apresenta-se uma classificação dos tipos textuais segundo os critérios (1) longo vs. breve, e (2) aberto vs. fechado. A primeira classificação, longo vs. breve, refere-se a uma avaliação externa, é relacionada ao tempo de duração da história ou de um determinado evento. A segunda classificação, aberto vs. fechado, refere-se à relação entre a “unidade de leitura” e a “unidade de edição”. Entende-se “unidade de leitura” como a organização da totalidade das constantes referentes ao plano da expressão e “unidade de edição” como parte ou recorte dessa totalidade.

Para Fontanille (1999, p.163) quando unidade de edição e unidade de leitura apontam para a mesma direção, a leitura torna-se possível apenas no interior de um determinado recorte. Quando, são divergentes, ocorre a possibilidade de leituras isoladas, uma vez que as partes possuem sentido, caso isso ocorra, pode-se ter um texto aberto, pode-se citar como exemplo dessa possibilidade, a série e a história em quadrinhos, manifestações que possuem sentido quando tomadas em suas partes, mas que podem ser também “lidas” em conjunto.

Apresenta-se abaixo o recorte feito tomando por base essas categorias.

	<b>Longo</b>	<b>Breve</b>
<b>Aberto</b>	RECURSIVIDADE	FRAGMENTAÇÃO
<b>Fechado</b>	DESDOBRAMENTO	CONCENTRAÇÃO

Figura 03: Fontanille (1999, p.183) Classificação dos tipos textuais.

<sup>4</sup> Esse recurso que se faz presente seja na representação da força e inteligência dos heróis (HQ), na ênfase dada ao poder do dominante em relação ao dominado (Charge) e ainda na metonímia do ator representado (Caricatura), uma vez que a figura da hipérbole representa um exagero, seja de ordem temática ou figurativa.

Combinados os critérios apresentados na figura acima (figura 03), é possível estabelecer quatro propriedades referentes aos tipos textuais, sendo elas: recursividade, desdobramento, fragmentação e concentração. Para Fontanille (1999, p.164), a primeira delas, recursividade, refere-se a procedimentos que permitem a elaboração de infinitas estruturas textuais, pode-se citar como exemplo o romance e a telenovela. O desdobramento por sua vez, diferentemente da recursividade, permanece sob um esquema global de controle que acaba por fechar o texto, como exemplo, podemos citar as peças teatrais e o filme. A fragmentação caracteriza-se por gêneros que possuem uma visão limitada e lacunar da cena ou pensamento, tais como a carta e o diário e, finalmente; a concentração caracteriza-se por um espaço textual reduzido, que, no entanto, contém o máximo de significação, como a piada e o soneto.

Tomando como base o esquema Fontanilliano é possível estabelecer os gêneros HQ/Charge/Caricatura em termos de classificação do tipo textual.

No que se refere à organização do tipo textual, a HQ enquanto enunciação global, é um texto que tende a ser longo em relação à charge e à caricatura, com respeito à expressão é passivo desdobramentos visto que é dotado da possibilidade de expansão. Pode, por esta razão, ser classificado como da ordem do desdobramento.

	<b>Longo</b>	<b>Breve</b>
<b>Aberto</b>	RECURSIVIDADE	FRAGMENTAÇÃO
<b>Fechado</b>	DESDOBRAMENTO	CONCENTRAÇÃO

Figura 04: Tipo textual da HQ

Por sua vez, a charge política enquanto enunciação global é um texto que tende a ser breve, no que se refere à expressão (geralmente retrata um momento ou uma cena enunciativa) e fechado com respeito à especificidade do tema e das figuras nela contidas, sendo, por essa razão, da ordem da concentração.

	<b>Longo</b>	<b>Breve</b>
<b>Aberto</b>	RECURSIVIDADE	FRAGMENTAÇÃO
<b>Fechado</b>	DESDOBRAMENTO	CONCENTRAÇÃO

Figura 05: Tipo textual da charge

A caricatura, assim como a charge, pode ser definida como um texto que tende a ser breve, no que se refere à expressão, e fechada com respeito a sua característica de ampliação de um único detalhe para a construção de sentido.

	<b>Longo</b>	<b>Breve</b>
<b>Aberto</b>	RECURSIVIDADE	FRAGMENTAÇÃO
<b>Fechado</b>	DESDOBRAMENTO	CONCENTRAÇÃO

Figura 06: Tipo textual caricatura

Para o Fontanille (1999), os tipos discursivos interessam ao plano de conteúdo e são caracterizados por sua coerência. A coerência de um sistema linguístico repousa sobre a existência de um sistema de valores de relações hierárquicas e diferenciais. Os tipos discursivos se definem segundo dois critérios principais: o discurso é uma enunciação, uma reunião de atos, operações enunciativas; e uma enunciação que decide os valores e que os manipula.

Dessa forma, haverá quatro modalizações dominantes que podem ser reunidas em quatro pares distintos que permitem definir um ato de linguagem típico e, ainda quatro tipos de discurso: persuasivo, incitativo, de habilitação e de realização.

<b>Modalizações:</b>	<b>Crenças</b>	<b>Motivações</b>	<b>Aptidões</b>	<b>Efetuações</b>
	Assumir e aderir	Querer e dever	Saber e poder	Ser e fazer
<b>Tipos de discurso:</b>	Persuasivo	Incitativo	De habilitação	De realização

Figura 07: Fontanille (1999, p.165) Atos de linguagem.

Ao se buscar a modalização dominante da HQ pode-se apresentar, tomando como referência a figura anterior (figura 07), a estruturação de um discurso de habilitação podendo também ser considerado, assim como todo discurso ficcional, como de realização, visto que se trata de um texto cujo discurso encontra-se pautado no saber e no poder e ainda no ser e no fazer. O enunciatário entra em contato com a história e

por meio de seu enredo, com o universo do personagem, obtendo a possibilidade de compreender a realidade que lhe é apresentada.

<b>Modalizações:</b>	<b>Crenças</b> Assumir e aderir	<b>Motivações</b> Querer e dever	<b>Aptidões</b> Saber e poder	<b>Efetuações</b> Ser e fazer
<b>Tipos de discurso:</b>	Persuasivo	Incitativo	De habilitação	De realização

Figura 08: Modalização dominante na HQ

O discurso da charge, por sua vez, caracteriza-se como um discurso persuasivo, uma vez que requer do leitor uma tomada de posição no que se refere ao cenário político da atualidade. Convida o enunciatário a aderir, por meio de recursos sincréticos ao posicionamento que apresenta (figura 09).

<b>Modalizações:</b>	<b>Crenças</b> Assumir e aderir	<b>Motivações</b> Querer e dever	<b>Aptidões</b> Saber e poder	<b>Efetuações</b> Ser e fazer
<b>Tipos de discurso:</b>	Persuasivo	Incitativo	De habilitação	De realização

Figura 09: Modalização dominante na charge

A caricatura encontra-se classificada como um discurso incitativo, visto que motiva o enunciatário ao querer compreender os motivos da escolha e ampliação de um dado detalhe para a convocação das características do retratado, provocando o querer rir e o dever refletir. Pode-se ainda pensar em um caráter persuasivo uma vez que assume e faz aderir a determinadas crenças.

<b>Modalizações:</b>	<b>Crenças</b> Assumir e aderir	<b>Motivações</b> Querer e dever	<b>Aptidões</b> Saber e poder	<b>Efetuações</b> Ser e fazer
<b>Tipos de discurso:</b>	Persuasivo	Incitativo	De habilitação	De realização

Figura 10: Modalização dominante na caricatura

Fontanille (1999, p.165) ao retomar o quadro da modalização evidencia que para cada tipo de discurso, a modalidade dominante define suas particularidades. Dessa forma, o *dever* caracteriza o discurso prescritivo; o *saber* caracteriza o discurso de habilitação; o *ser* se faz presente no discurso de realização e o *fazer* apresenta-se no discurso performativo.

Pensando na intensidade de adesão do enunciatário aos discursos que lhe são apresentados, Fontanille (1999, p.166) estabelece a relação entre a intensidade de adesão ou reação aos valores apresentados vs. a extensão e quantidade discursiva.

		<b>Intensidade de adesão</b>	
		Forte	Fraco
<b>Extensão e quantidade</b>	Restrito →	<i>valores</i>	<i>valores</i>
		<i>exclusivos</i>	<i>discretos</i>
	Ampla →	<i>valores</i>	<i>valores</i>
		<i>participativos</i>	<i>difusos</i>

Figura 11: Fontanille (1999, p.166) Intensidade de adesão x Extensão e quantidade

Fontanille (1999, p.167) estabelece as seguintes definições para os valores supracitados: *valores exclusivos* são aqueles que tendem a ser conhecidos como valores absolutos, valores que ao longo de diversos filtros vem sendo purificados. Como exemplo, o discurso moralista e militante. Os *valores discretos* apresentam por característica a nulidade, isto é, a desvalorização ou o enfraquecimento de valores estabelecidos. Um exemplo seria o discurso de humor, o qual vê na ridicularização de atitudes seu principal foco.

Os *valores participativos* possuem por característica a forte adesão aos valores, que ocorre devido à grande extensão de seu campo de participação. Dessa maneira, observa-se a máxima projeção de todos os valores no discurso. Como exemplo, temos o discurso do romance.

E, finalmente, os *valores difusos* caracterizados por uma fraca taxa de adesão e pela onipresença característica dos valores participativos. Assim, configuram-se como um discurso pouco assumido, mas com grande difusão de valores, como por exemplo, a ficção realista.

Ao se pensar novamente na relação HQ/Charge/Caricatura, seria possível a definição de cada um desses gêneros por meio da classificação de sua intensidade de adesão. A HQ caracteriza-se como possuidora de valores participativos, visto que é de forte adesão no que se refere ao campo de participação e ainda partilha no discurso da projeção de todos os valores.

		<b>Intensidade de adesão</b>	
		Forte	Fraco
<b>Extensão e quantidade</b>	Restrito →	<i>valores</i>	<i>valores</i>
		<i>exclusivos</i>	<i>discretos</i>
	Ampla →	<i>valores</i>	<i>valores</i>
		<i>participativos</i>	<i>difusos</i>

Figura 12: HQ: intensidade de adesão x extensão e quantidade

A manifestação textual charge se encaixa no discurso de valores discretos, uma vez que busca por meio do enfraquecimento dos valores estabelecidos, a ridicularização das atitudes dos sujeitos apresentados com o fito de causar o riso e a consequente adesão do enunciatário.

		<b>Intensidade de adesão</b>	
		Forte	Fraco
<b>Extensão e quantidade</b>	Restrito →	<i>Valores</i>	<i>valores</i>
		<i>Exclusivos</i>	<i>discretos</i>
	Ampla →	<i>valores</i>	<i>valores</i>
		<i>participativos</i>	<i>difusos</i>

Figura 13: Charge: intensidade de adesão x extensão e quantidade

À caricatura, assim como a charge, seriam atribuídos os valores discretos devido à sua crítica que visa chamar a atenção do enunciário para o caráter cômico de uma cena do cotidiano.

		<b>Intensidade de adesão</b>	
		Forte	Fraco
<b>Extensão e quantidade</b>	Restrito →	<i>Valores Exclusivos</i>	<i>valores discretos</i>
	Ampla →	<i>valores participativos</i>	<i>valores difusos</i>

Figura 14: Caricatura: intensidade de adesão x extensão e quantidade

Após essa apresentação, pode-se completar a definição do gênero. Ele deverá comportar não apenas um tipo textual e um tipo discursivo, mas também outros tipos discursivos que os dois primeiros tolerem. Assim, o gênero será definido para Fontanille (1999, p.168) por questões referentes ao tempo de sua enunciação (longo ou breve); por sua forma (aberta ou fechada), do ponto de vista da produção, da edição e da leitura; pelos dominantes modais da enunciação, atos de linguagem e relações intersubjetivas que implica; pelos valores que ele aceita e que ele coloca em circulação, e as condições requeridas para este fazer; pelos tipos discursivos “nômades” e complementares que ele tolera.

Ao reunirmos as figuras de classificação dos tipos textuais, modalização dominante e intensidade de adesão x extensão e qualidade observamos as seguintes classificações para os gêneros HQ (em vermelho), charge (em verde) e caricatura (em azul).

	<b>Longo</b>	<b>Breve</b>
<b>Aberto</b>	RECURSIVIDADE	FRAGMENTAÇÃO
<b>Fechado</b>	DESDOBRAMENTO	CONCENTRAÇÃO

Figura 15: Tipo Textual HQ/Charge/Caricatura

<b>Modalizações:</b>	<b>Crenças</b> Assumir e aderir	<b>Motivações</b> Querer e dever	<b>Aptidões</b> Saber e poder	<b>Efetuções</b> Ser e fazer
<b>Tipos de discurso:</b>	Persuasivo	Incitativo	De habilitação	De realização

Figura 16: Atos de Linguagem HQ/Charge/Caricatura

		<b>Intensidade de adesão</b>	
		Forte	Fraco
<b>Extensão e quantidade</b>	Restrito →	<i>valores exclusivos</i>	<i>valores discretos</i>
	Ampla →	<i>valores participativos</i>	<i>valores difusos</i>

Figura 17: Intensidade de adesão x Extensão e quantidade HQ/Charge/Caricatura

Por meio dos critérios de classificação dos gêneros proposta por Fontanille (1999), pode-se definir a HQ como possuidora do tipo textual característico do desdobramento; de modalização predominantemente de aptidões de saber e poder, ou seja, de caráter habilitação e que apresenta intensidade de adesão forte e extensão e quantidade ampla, sendo, por essa razão, considerada de valores participativos.

Já a charge insere-se no tipo textual característico da concentração; de modalização dominante de assumir e aderir, ou seja, de caráter persuasivo e de intensidade de adesão fraca e extensão de quantidade restrita, sendo, por esta razão considerada de valores discretos.

E, finalmente, a caricatura, assim como a charge, encontra-se definida como representante do tipo textual da concentração; de modalização dominante das crenças querer e dever, sendo, por esta razão, de caráter incitativo e, ainda de intensidade de adesão fraca com extensão e quantidade de valores restritos e, por esta razão, de valores discretos.

Tomando como suporte as classificações fontanillianas, pode-se pensar ainda no nível de humor característico de cada uma das manifestações HQ/Charge/Caricatura (humor leve x humor ácido) em contraposição à crítica que essas manifestações apresentam (crítica individual x crítica social).

Dessa forma apresentam-se os conceitos de humor ácido, que se refere ao humor inteligente, em oposição ao humor leve, pueril, característico das histórias infantis. A segunda classificação refere-se ao tipo de crítica característica da manifestação textual podendo ser classificada como crítica individual em oposição à crítica social.

Ao relacionarmos esses termos são estabelecidos os critérios: característica referente a uma crítica individual, cujo humor é leve. Por outro lado, uma crítica individual que possua como característica o humor ácido, apresentará, por sua vez, um *defeito de caráter* do ator retratado.

Ao se buscar as relações da crítica social observa-se, como característica do humor leve a *crítica de situação* e, como representante do humor ácido, a *crítica de costumes*.

Ao se pensar na articulação desses eixos teríamos o seguinte quadro das manifestações.

	<b>Humor leve</b>	<b>Humor ácido</b>
<b>Crítica Individual</b>	Mania	Defeito de caráter
<b>Crítica Social</b>	Crítica de situação	Crítica de costumes

Figura 18: Intensidade Humor x crítica

Ao relacionar os termos HQ/Charge/Caricatura a esse quadro aloca-se a HQ como representante de uma manifestação de caráter predominantemente figurativo visto que, encontra-se nela uma maior predominância de projeções temporais, espaciais e de pessoa. Sendo predominantemente uma crítica social (uma vez que apresenta além de heróis e poderes, percursos narrativos complexos, com o objetivo da construção de programas de uso em função do programa de base).

Já a charge configura-se como um gênero predominantemente temático, visto que apresenta de maneira concisa, os temas desvio de ética, corrupção e violência. Seu humor classifica-se como ácido (a palavra charge possui como primeiro significado carregar) e apresenta uma crítica a um determinado grupo social que se encontra representada na figura de senadores, deputados, socialites, dentre outros.

A caricatura crítica um indivíduo, é focada em uma característica de maneira a hiperbolizá-la encontra-se, dessa maneira, no eixo humor ácido e crítica individual. Tomando os gêneros HQ/Charge/Caricatura (relacionados às cores vermelho/verde/azul) e relacionando-os ao tipo de humor em oposição à crítica expressa, teríamos a classificação da seguinte maneira:

	<b>Humor leve</b>	<b>Humor ácido</b>
<b>Crítica Individual</b>	Mania	Defeito de caráter
<b>Crítica Social</b>	Crítica de situação	Crítica de costumes

Figura 19: Intensidade Humor x crítica: HQ/Charge/Caricatura

Ao estabelecermos essa relação, percebemos mais pontos convergentes entre os gêneros HQ/Charge/Caricatura. Pode-se dizer, partindo-se de uma classificação mais ampla, que são gêneros que apresentam a imagem por meio da representação cartunística e hiperbólica de seus atores. Sendo também possuidores de alguma forma de manifestação humorística e ainda de uma crítica que pode conduzir o enunciário a uma reflexão.

## 1.2 Primórdios da charge

De acordo com Riani (2002), ao se buscar a gênese dos textos sincréticos somos remetidos às pinturas rupestres, as quais serviam de comunicação entre os homens das cavernas e ainda exerciam o papel de registro de aventuras vividas por essas civilizações. Sendo assim, pode-se observar que o texto visual a serviço das narrativas tem sua aparição antes mesmo do texto escrito.

Com a crescente busca pela representação visual de tempos, espaços e pessoas e também de ideias, a charge passou a ser utilizada pelo jornal como forma de produzir seu posicionamento político, expresso de maneira sintética e crítica. Dessa maneira, a crítica consistia em um texto escrito que possuía como objetivo ridicularizar personagens reais e atos contrários aos interesses do jornal, juntamente com a charge, feita por meio de um desenho que deformava personalidades famosas conferindo-lhes conotações negativas. Havia, dessa maneira, dois tipos de manifestações que se complementavam, a verbal, representada pela crítica textual, e a sincrética, representada pela charge<sup>5</sup>.

Ao se pensar nos primórdios da caricatura Lima (1963, p. 630) afirma ser Lúcifer a primeira representação do gênero, uma vez que Deus fez dele o Diabo, isto é,

<sup>5</sup> Nota-se que a charge assemelhava-se à caricatura, pois possuía o aspecto deformante do ator como uma marca representativa.

a caricatura do anjo, com asas de morcego, nariz de águia, chifres de touro, língua de serpente, pés de cabra, garras de macaco, rabo de leão e todos os demais elementos com que essa representação iria encher de terror os povos da Idade Média.

Silva (1992), ao tratar do termo caricatura, apresenta-o como fruto do avanço tecnológico do processo de reprodução gráfica e ainda pela popularização do jornal enquanto veículo de comunicação. A presença da caricatura pode ser vista como fruto da necessidade de que a opinião se manifeste carregada de juízo de valor, seja ela expressa por meio de textos, ou ainda, por meio do impacto da imagem do desenho, de absorção imediata do leitor. Por essa razão, não pode ser considerada como uma mera ilustração, uma vez que transmite um comentário sucinto, que vai do ceticismo à irreverência e ao sarcasmo, e procura embaraçar o personagem retratado através do riso provocado por sua ridicularização.

Em se tratando da charge, Fonseca (1999) salienta que sua importância não pode ser negada na imprensa, seja como documento histórico, como fonte de informação social e política, como termômetro de opinião, como fator estético, como expressão artística e literária ou, ainda, como simples forma de diversão e passatempo.

Podemos considerar a grande adesão ao que representa a charge devido ao fato de, nesse tipo de criação, o artista possuir o poder de exercer sua criatividade de maneira livre. O chargista pode carregar e ampliar determinados traços do sujeito retratado no discurso, buscando, dessa forma, chamar a atenção para determinadas características, sejam físicas ou psicológicas. A respeito dessa possibilidade, Brown (1992) afirma que esse tipo de linguagem sobressai-se exatamente pelo fato de desconstruir o real e revelar aquilo que se esconde por trás do olhar comum dos mortais.

Para a compreensão da charge, faz-se necessário um conhecimento prévio por parte do receptor em relação à situação retratada, para que este capte o sentido do texto, pois se o personagem apresentado não for reconhecido, com suas manias e marcas ampliadas, a arte apresentada não produzirá o efeito de sentido de humor e não provocará o riso.

Para Moncond'huy (2015, p. 5), as imagens apresentadas na charge chamam o espectador a reagir, a aprovar ou a se insurgir, convidam ao riso, mesmo que seja um riso amarelo, o qual demonstra uma surpresa desagradável. Essas imagens têm por objetivo surpreender, incomodar, pois elas possuem a vocação de suscitar uma réplica. De acordo com o autor, a apresentação dessas imagens configura-se como símbolo de uma liberdade de pensamento até mesmo quando possam vir a ser censuradas.

De acordo com Lima (1963), o riso não é fator determinante na charge, no entanto observa que ocorre um contentamento por parte do leitor quando se depara com algumas charges, sendo o riso mais forte e mais ácido quando o personagem representado é alguém célebre. Deve-se salientar que a charge política ou social raramente pode levar a um riso leve, despreocupado, como acontece com o desenho humorístico.

Ao se observar as charges que compõem o *cópus* de análise, pode-se corroborar o pensamento de Lima (1963), uma vez que a charge política, por se tratar de uma “denúncia social”, convoca o leitor a uma reação frente ao que lhe é apresentado, reação que se desencadeia por meio do riso frente ao estranhamento que a representação contida na charge provoca.

Para Moncond’huy (2015), quanto mais simples for a caricatura, mais chances ela terá de ser eficaz, uma vez que a caricatura é uma arte que visa o essencial, sem desvios. O caricaturista trabalhará especialmente e mais facilmente com os traços identificados como característicos de sua futura vítima, em que deverá tentar jogar com os conhecimentos que possui, partilhado com os futuros espectadores.

O espectador, por sua vez, deverá reconhecer a pessoa caricaturada, o que implica um excesso relativo à sátira, não devendo, no entanto, ser de forma que a pessoa desapareça na manifestação de arte, porque a arte da caricatura é uma arte da medida.

Dessa forma, a metamorfose para funcionar não deverá passar por inocente ou ser escolhida aleatoriamente. Deverá, pois, revelar a natureza profunda, do ordinário invisível do sujeito apresentado e trazer ao espectador uma tomada de consciência. Espera-se, sem sombra de dúvida, a aprovação do público, que acredita que foram utilizados os meios apropriados para fazer ver o que estava escondido.

Outro fator importante referente às caricaturas é ressaltado por Romualdo, para quem “(...) a caricatura antes de apenas nos fazer rir, também nos faz pensar”. (ROMUALDO, 2000, p. 27). Para Brown (1992, p. 04) isso ocorre em função da capacidade de condensação, uma vez que ela não só ilustra, impõe-se por si mesma, revela, comenta, acentua, distorce e prediz, constituindo-se de um discurso repleto de inteligência e humor.

De acordo com Moncond’huy (2015), uma sátira provoca risos dependendo de seu espectador, ele pode rir ou não se importar. No entanto, a caricatura vai bem com o riso, ela deverá fazer rir para captar melhor a atenção, parar o espectador, forçá-lo a prestar atenção.

O riso suscitado pela caricatura e seu movimento, geralmente pouco controlado, por aquela imagem que nos incita a reagir, conduz para a ação, goste ou não. A caricatura é violenta com o espectador, ela o constrange a responder, e ela o implícita no jogo, exigindo dele um julgamento escandaloso ou indigno. Sendo assim, afirma Moncond’huy (2015), o riso não é uma liberação, mas um sinal, uma falha da serenidade, uma tensão, uma problemática. Continua o autor, dizendo que a caricatura é como uma flecha lançada. Uma boa caricatura precede de uma forma de evidência, que procura se impor. A ela importará de refletir a certa iminência, as condições de certa compreensão sem qualquer atraso (MONCOND’HUY, 2015).

Dessa maneira pode-se perceber que a caricatura que busca apresentar traços ocultos e, por vezes, nada apropriados de seus retratados, possui raízes na sátira. Ao se buscar a definição do termo sátira encontramos em Moncond’huy (2015) a informação de que é tão velha quanto a Europa. O autor aponta ainda para os antepassados da Grécia antiga, para quem as comédias de Aristófanes, datadas do século V a. C.

De acordo com Lima (1963), o primeiro caricaturista de fato teria vivido no ano de 430 a.C., o grego de nome Pauson a quem Aristóteles chamava de infame e desaconselhava suas obras. O artista é citado por Plutarco, Luciano e Eliano. Atacado e detestado por Aristóteles e Aristófanes, Pauson nada fizera além de dar vida plástica aos epigramas de seu tempo. Os gregos, conhecidos por terem muito apurado o sentido da beleza, tinham também muito agudo o sentido da feiura caricatural. Dessa forma, a arte, a religião e a história gregas estão cheias de caricaturas.

O ritual da caricatura encontra-se presente na Idade Média, em práticas como a das festas dos bobos, passando ao Renascimento, com o Carnaval. De acordo com Lima (1963), as festas de bobos se juntaram às festas das igrejas, onde sacerdotes e mascarados dançavam e cantavam canções que eram proibidas.

Durante a Idade Média, o medo do Diabo fez aflorar o talento de vários caricaturistas, deixando a Europa se assenhorar pelo Diabo e vê-lo evocado pelos iluministas, pintores e escultores de catedrais. Para Lima (1963), essa floração de caricaturas medievais do diabo é trágica, uma vez que impediu os artistas de se moverem em outro intuito que não fosse o da libertação da obsessão do inferno. Tal arte não era, pois, uma arte grotesca destinada ao riso, mas um panorama de visões fantásticas. A diferença entre ambas deve-se ao fato da arte grotesca, característica fundamental da caricatura, ter como primórdio o fazer rir, enquanto o fantástico, outra característica possível da caricatura, ter como objetivo o fazer medo.

Comparada aos nossos dias, é possível perceber uma mudança no eixo da caricatura, se em seus primórdios encontrava-se conjunta com o medo (do diabo, do inferno), nos dias atuais adquiriu um caráter de conjunção com a descontração e irreverência.

A primeira série de caricaturas impressas *A nave dos loucos*, de Sebastian Branda, surgiu em 1497, cinquenta anos depois da imprensa de Gutemberg. À época, o medo da morte, mais precisamente, o medo da degradação do homem e de sua fealdade rondavam a sociedade, com o advento da imprensa, a caricatura passa a ser uma arma importante assumindo o cunho pessoal.

Aos poucos a dança macabra da Europa foi sendo substituída por caricaturas que zombavam da morte que rondava a todos com os surtos de cólera e miséria. Um fato interessante e de grande contribuição para a caricatura ocorrerá nos anos que se seguirão à Idade Média. Naquele momento buscou-se um entendimento da fisionomia humana, em que o Ocidente se encontrava marcado por este debate fundamental e, sobretudo, na forma, legítima ou não, de interpretá-lo.

Lima (1963) afirma que apareceram duas possibilidades de abordagem, a primeira considera a filosofia como a abordagem física de cada indivíduo que se deve ao acaso e às diferenças de circunstâncias de sua essência, de sua natureza profunda. A outra, ao contrário, acredita que a aparência física constitui um signo de intimidade, ou dito de outra maneira, a alma de uma pessoa basta para interpretar os signos para saber o que pensa ou o que pretende fazer. Esse segundo ponto servirá de base para a ciência da fisionomia.

A ideia de que as características psicológicas das pessoas estavam traçadas em suas características físicas permitiu imaginar que, por meio do conhecimento da interpretação dos sinais físicos, seria possível antecipar as ações dos indivíduos, acreditando que o caráter já se encontrava pré-determinado pela fisionomia. Surgiu assim, um determinismo relacionado à aparência apropriando-se, dessa maneira, das chaves de leitura da personalidade.

Alguns autores ficaram famosos por sua gramática da fisionomia, dentre eles, Moncond'huy (2015) destaca Cesare Ripa, autor que por meio de sua obra *Iconologia*, de 1593, oferece e explica ao leitor todo um repertório de alegorias e de símbolos com conotação moral.

É possível dizer que a presença dessas crenças permeia as charges de nossos dias. É possível perceber a caracterização dos políticos como *bons vivants*, por meio de da representação de suas silhuetas roliças, seus movimentos e gestos lentos.

A cultura de que podemos perceber os sinais do caráter por meio da observação do corpo e da fisionomia influenciará a arte e, em especial, a pintura, auxiliando artistas na apresentação da expressão das personalidades que pretendem representar, bem como associar características a personalidade retratada. Um exemplo de tal associação é a cabeça de Hércules bem como de atletas e homens poderosos, as quais foram formadas por traços de leão, fazendo com que adquirissem, metaforicamente, as características desse animal. No entanto, afirma Moncond’huy (2015), o trabalho é feito com tal maestria que é difícil apontar tais traços.

Um dado importante no que se refere à utilização de características animais para a caracterização de um determinado indivíduo adverte Moncond’huy (2015), deve-se ao fato de que as imagens de animais raramente são imagens simples e ao serem transportadas para a caracterização de determinado personagem, se enriquecem com base nas ambiguidades geradas pela junção destes dois seres.

Uma obra importante para o século XVIII será *A arte de conhecer os homens pela fisionomia*, do teólogo Lavarter (1740-1801). De acordo com Moncond’huy (2015), a obra escrita entre os anos de 1775-1778 foi traduzida para a Língua Francesa em 1820 apresentando uma influência considerável para os interessados na arte do lápis.

De acordo com uma teoria proposta pelo neurologista alemão Franz Josef Gall (1758-1828), a ideia principal é a de que o corpo fala. As funções cerebrais encontram-se ligadas a regiões específicas do cérebro, de forma que, se possuímos uma função mais desenvolvida que as demais, ela produzirá um formato peculiar de crânio.

Na época, outras teorias foram criadas incluindo a ideia de associar a forma facial às boas maneiras, tudo com a ideia de se elaborar uma nomenclatura que permitisse o reconhecimento dos indivíduos considerados perigosos.

A caricatura da França, no final do século XIX, apresenta heranças dessa teoria da fisionomia. Tal herança inscreve-se dentro de um contexto que a fisionomia é rica de ensinamentos sobre o indivíduo, a ideia de que todos os homens são animais mais ou menos disfarçados. Caberia assim ao caricaturista a função de tirar essa máscara. Para Mocond’huy (2015), não é de se estranhar que a caricatura e a charge tenham sido influenciadas por estes modos de pensamento, uma vez que trabalham com traços que buscam apresentar características do retratado. Ficaria evidente que, se as características

pudessem dizer algo sobre o caráter, deveriam ser absorvidas por essa manifestação de arte. Essa absorção das teorias da fisionomia se explica devido ao fato de uma parte dessas manifestações possuírem vocação para comentar a atualidade, de outra parte, porque a imprensa satírica não é relutante em tomar uma posição ou em provocar.

Lima (1963, p. 671) afirma que as emoções se traduzem pela mímica e pelo gesto, dessa forma, embora o corpo inteiro possa manifestar-se de forma sorridente ou ainda, com ímpeto de ódio, será a cabeça a principal reveladora do mundo, a “alma”.

Os caricaturistas souberam captar bem essas marcas de “expressões” deixadas na face para reproduzir seus trabalhos. Por essa razão, pode-se dizer que a representação da excentricidade física ou pessoal feita pela caricatura é muito mais representativa que o retrato. Uma vez que observa os modelos para melhor identificar as características físicas, e ainda a descrição que possa permitir a qualquer um o reconhecimento. A preocupação será de apresentar a característica física que é perceptível por todos.

Para Moncond’huy (2015) uma vez reconhecido o personagem o caricaturista poderá se deter no trabalho de refletir sobre outras características. De acordo com os artistas, o mérito que a pessoa em questão é criticada. No que se refere à questão da caricatura de um grupo social, ou de uma profissão, por exemplo, o desenhista deverá se apropriar de um estereótipo, que prevalece em seu tempo. Uma das metáforas fundamentais de toda imprensa satírica na questão do estereótipo é a reinvidicação de uma dimensão moral clássica ancorada em uma atualidade política.

A essência da caricatura não é a deformação dos tipos humanos, mas sim a caracterização. Dessa forma, o artista deve reunir na máquina humana todas as características inéditas e inesperadas do envoltório de carne e ossos que é seu retratado.

Para Lima (1963), a arma do caricaturista moderno é muito poderosa, dispensando, por essa razão, excessos de deformação e distorção. Isso porque a ele é facultado o direito de exprimir seu pensamento. Para o autor não é o caricaturista que torna os homens ridículos, o caricaturista apenas apreende o imperceptível, o momento em que é esboçada uma deformação preferida, tornando visível a todos o momento em que se rompe o equilíbrio de uma face ou de uma atitude.

A evolução da caricatura passa por três estágios distintos, os quais podem ser distribuídos nos seguintes momentos: primeira fase de evolução: **simbolista**, caracterizada pelos povos egípcios (os artistas recorriam aos animais para caracterizar suas vítimas). Segunda fase: **deformante**, fase que se perpetua até a Renascença (a palavra italiana *caricare* passa a dar a medida exata de sua finalidade). Terceira fase:

**moderna** (busca a fixação do traço definidor de um caráter ou de uma situação). Nos dias atuais é preciso que o caricaturista possua a acuidade de apreensão de índices pessoais ou coletivos, reveladores do *ethos* do retratado.



Figura 20: Exemplo de caricatura simbolista. Fonseca (1999, p.43)



Figura 21: Exemplo de caricatura deformante. Moncond'huy (2015, p.10)



Figura 22: Exemplo de caricatura moderna. Riani (2002, p.30)

A palavra caricatura (*caricature*) aparecerá na língua francesa no início do século XVIII como se o desenvolvimento da imagem satírica rendesse o termo necessário. A palavra sátira já não era mais suficiente, pois os caricaturistas começam a trabalhar, a observar de forma natural aspectos referentes a moral ao invés do ataque contra uma pessoa particular.

A sátira, influenciadora maior da caricatura, é uma herança da poesia latina renascida na França no final do século XVI. Não se pode esquecer que a sátira era um gênero respeitável em Roma, reconhecida por seu fazer de dimensão moral. A sátira é, então, parte em verso, sendo considerada um gênero poético secundário, mas que pode se orgulhar de suas referências latinas.

Para Lima (1963), o interesse pela caricatura provém de um artista francês, Daumier, que não somente elevou a arte da deformação a um ponto jamais atingindo como também elevou a caricatura a uma posição de arma de combate contra a tirania.



Figura 23: Exemplo de trabalho do artista Daumier. Disponível em:  
<<http://www.wikiart.org/en/honore-daumier/study-of-a-terrified-woman>>

Acesso em 05 jun. 2016

Uma importante vertente da caricatura, a caricatura política, teve sua gênese na França, nos anos de 1831, chegando ao Brasil seis anos mais tarde. As gravuras dessa época eram marcadas por grande expressão artística, podendo ser considerada a constante mais expressiva da caricatura brasileira de todos os tempos.

No que se refere às caricaturas de jornal, Moncond'huy (2015 p. 75) afirma que obedecem a um regime duplo, devem ter em vista o alvo e o desafio, no entanto, devem ainda decifrar as menções a uma cultura comum.

A respeito dessa forma de manifestação artística pode-se afirmar que o riso que provoca, diferentemente do que afirmam alguns, não é produto do absurdo de sua representação, ou tão pouco de sua falta de lógica, mas sim da realidade que se descobre de coisas mais sérias e importantes. Sendo assim, o risível é produto do conhecimento que advém da aparência dos personagens e das coisas, da verdade que era oculta e que agora se encontra exposta através dos gestos, das atividades e das aparências. Pode-se assim dizer que a caricatura revolucionária mostra uma dupla realidade, sendo essa a realidade das classes dirigentes e as coisas da sociedade aos olhos do vulgo e o que tais coisas são aos olhos do caricaturista. Esse seria então o motivo pelo qual são bem recebidas. Ao entrar em contato com elas, o povo vê a destruição e a ridicularização da aparência mais sagrada e dogmática da sociedade, que o oprime e o explora.

Dessa maneira, conforme afirma Riani (2002) o humor gráfico transforma-se em uma arma ao alcance da mão devido à fácil compreensão que alcança perante o público (povo) bem como pelo prazer visual que proporciona, levando, dessa maneira, um grande número de pessoas a compreender imediatamente seu recado. Compreensão essa, dificilmente alcançada de forma tão rápida, simples e prazerosa se apresentada através de outras linguagens.

Tais imagens, quaisquer alvos que tomem, não afirmam somente a liberdade de quem as desenha ou de quem as publica: elas convocam a nossa própria liberdade de leitor, elas abrem, para cada um de nós, um espaço de discussão, um momento de troca, a ocasião de colocar nosso ponto de vista.

A caricatura é para Fonseca (1999), por vezes, o lado satírico da fama, um signo possível de inspiração divina: o monstro e o gênio podem ser um, e é por esta razão que a caricatura se constitui como uma celebração.

Um fator fundamental para a difusão dos trabalhos da caricatura foi o melhoramento quantitativo e qualitativo da produção e reprodução de imagens. Assim, tiveram sua evolução atrelada ao desenvolvimento de técnicas que permitam sua gravação. De acordo com Moncond'huy (2015), até a segunda metade do século XIV, o desenho era gravado em suporte rígido e plano para que, em seguida, pudesse ser impresso e, finalmente, dar origem ao que se conhecia como estampa. A partir dela era possível produzir uma imagem chamada matriz, que era gravada pelo artista e se

configurava como a imagem final. Os contornos dessa forma de estampa ainda eram grosseiros e possuíam uma impressão vaga de profundidade e ocorriam devido a seu caráter altamente artesanal de difícil distribuição e alto valor.

Para a impressão de gravuras a um preço relativamente baixo, utilizava-se a gravura trabalhada em suporte de madeira, já a gravura em cobre era mais rara. O mesmo acontecia na época com o livro, pois sua aquisição era possível apenas por parte da elite.

De acordo com Moncond'huy (2015), a liberdade de expressão, na França do século XVI, encontrava-se limitada pelo poder. Havia um número considerável de tensões religiosas. Atualmente, século XXI, bibliotecas francesas conservam muitas das imagens produzidas na época, cujo conteúdo, por vezes altamente crítico, refere-se aos reis e aos altos personagens do clero. Muitas foram as tentativas de identificação daqueles que trabalhavam nas edições de imagens que atacavam o alto clero, no entanto, as tentativas não obtiveram êxito. As imagens produzidas na época são de grande importância, uma vez que elas constituem a gênese da caricatura.

Com a morte do rei Luís XIV a imprensa da França experimentará um clima de liberdade, a partir de então alguns artistas desenvolvem, na Inglaterra, o recurso à imagem satírica com vistas à moral. Dessa forma, a charge contemplará o mal através da sociedade, a arrogância burguesa ou ainda, os escândalos da corte nos períodos em que não havia um alto personagem para aparecer nas publicações.

No início de 1789 a Inglaterra do desenho está prestes a se converter na imagem que apareceria na França. A imagem satírica se radicaliza e toda a Europa é hostil à Revolução. Em seguida, Napoleão aproveitou-se dessas imagens que constituíram uma propaganda real intencionalmente orquestrada (MONCOND'HUY, 2015).

De fato, a revolução foi importante, a Paris revolucionária deu vida abundante a panfletos e imagens satíricas em que a família real foi alvo privilegiado. No entanto, a verdadeira revolução no que se refere ao material será técnica, a da litografia. De acordo com Moncond'huy (2015), ela rompe com a gravura e não se constitui mais como um relevo sobre a madeira ou o cobre, mas recobre uma placa de pedra para realizar um procedimento químico de uma reação de água e solução ácida.

Dessa forma, se reduz o custo e o tempo de preparação, e os jornais passam a funcionar mais rapidamente. Essa nova técnica é imediatamente adotada pelos jornais, que passam a desenvolvê-la. Tudo é propício para o desenvolvimento de uma imprensa satírica – a de uma grande crise política. Tal crise será a revolução de 1830 e a

monarquia de julho, entre 1830 e 1835. Os escritores se envolvem no processo e, não por acaso, circunstâncias particulares coincidiram com a geração de grandes desenhistas.

Dentre os primeiros números da caricatura, a linha editorial é humorística. *La Silhouette* foi o primeiro jornal ilustrado Francês a ocupar deliberadamente o terreno da sátira política. O jornal renasce no ano de 1838 com o título de *La Caricature provisoire*, mudando, em julho de 1839, para *La Caricature Morale, judiciaire, littéraire, artistique, fashionable et scénique*; os títulos são explícitos, a partir de 1835, a perspectiva não é mais política, mas se renova com uma visão mais geral.

O jornal avulso continua sendo vendido e será ele que tornará a imprensa satírica mais acessível financeiramente. Esta imprensa satírica continua até a Terceira República, quando se apressam em reestabelecer os dispositivos de controle instaurados por Napoleão III.

A primeira guerra mundial suscitará uma forma de unidade nacional às caricaturas. A União Soviética dos anos de 1920 apresenta uma verdade política de ilustrações concorrentemente ao desenvolvimento de uma imprensa satírica de grande difusão em um momento que a publicidade moderna e a sátira política usam as mesmas armas (MONCOND'HUY, 2015).

A fotomontagem, recurso utilizado na época pelos jornais soviéticos, com uma estética específica, notadamente por um recurso para grafismo, particularmente, moderna nos permite lembrar que a imagem política poderia ser em várias ocasiões um laboratório estético.

Essa dimensão da estética própria à imagem soviética não foi de impacto direto na produção francesa. Em países vizinhos, portanto, a caricatura ainda era conhecida dos belos tempos e dos jornais lançados em meados do século XIX. Observa-se a partir de então que a fotografia entra com grande força. Na imprensa, aparecem novas mídias, o rádio, a televisão, as quais elaboram suas próprias abordagens satíricas a respeito de política e de outros assuntos.

Para Moncond'huy (2015), os anos de 1930 veem os organismos de imprensa satírica sofrerem bloqueios que comportam geralmente a ideia que se pode ainda convencer, fazer evoluir as coisas, em torno de incitação à violência, contestação à democracia e, indiretamente, da liberdade de pensar e da liberdade de expressão.

Outra explicação é a evolução da imprensa francesa, de toda imprensa satírica, que se iniciou no século XIX e tendia a tomar menos espaço aos caricaturistas em

benefício de jornalistas desenhistas. Em suma, ocorriam nessa época: a liberdade de imprensa, a relação do poder político no mundo financeiro, o ensinamento, o nacionalismo republicano ou a questão do secularismo, mais diretamente político.

Outro período difícil para a imprensa será a segunda guerra mundial, em que grande número de artistas da caricatura havia perdido a oportunidade e, de certo modo, sua legitimidade. Podemos pensar na hipótese de que essa realidade teve um impacto sobre o que a imprensa da época se tornou. A retrospectiva referente à caricatura de jornais, de sua maneira, constitui um sinal de força da república.

Frente a esses acontecimentos, a caricatura perderá seu papel central na comunicação francesa. No entanto, não se pode negar sua representatividade para a história daquele país<sup>6</sup>.

Alguns dos jornais da época ainda nos acompanham nos dias de hoje e são notícia devido ao elevado grau de polêmica. Podemos citar como exemplo o periódico *Charlie Hebdo*, que, devido a uma sequência de charges que criticavam a comunidade Islâmica, mais especificamente o profeta Maomé, se viu vítima de um atentado terrorista no primeiro semestre de 2015 (07 jan. 2015).



Figura 24. Charge Charlie Hebdo. Disponível em:

< <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/charges-mais-polemicas-da-charlie-hebdo.html>>. Acesso em: 02 jan. 2016

<sup>6</sup> Muitos foram os nomes da imprensa satírica do país, Moncond’huy (2015, p.138-139) apresenta alguns desses contribuidores. *Le Siècle* (1886-1912), *Le Charivari* (1832-1937), *Le Grelot* (1871-1903), *Le Rire* (1894-1950), *L’Assiette au beurre* (1902-1912, em seguida, 1921-1925), *Le Canard enchaîné* (criado em 1915), *Le Crapouillot* (1915-1996), *Hara-Kiri* (1960-1970), *Charlie Hebdo* (criado em 1970).

Irreverentes, sem limites, sem respeito, muitas são as opiniões dos leitores quando se deparam com as caricaturas e charges apresentadas nos diversos periódicos. Acredita-se, no entanto, que enquanto suscitarem nos leitores algum tipo de reação, elas estão cumprindo seu papel, o de tirar o enunciatório do lugar comum, de mexer com suas emoções, de convocar a uma tomada de posição e, conseqüentemente, a uma atitude.

### **1.3 Charge e quadrinhos no Brasil**

Fonseca (1999, p. 53) afirma que caricatura e imprensa tiveram desenvolvimentos paralelos no Brasil e que, apesar da privação da imprensa durante o período colonial, por determinação real, a caricatura se manifestava de outras formas, como, por exemplo, nas festas de carnaval, de bumba-meu-boi, na malhação do Judas e por meio de bonecos e fantasias que satirizavam pessoas e costumes da época. Apresentavam-se já nesse período, como uma forma dos dominados satirizarem os dominadores.

A história dos quadrinhos possui uma gênese interessante. Klawe e Cohen (1977), ao tratarem da história da imagem, afirmam que, no início, começo do século XX, sua função limitava-se ao preenchimento de espaços vazios nos jornais diários. No entanto, com o passar dos anos e com a crescente solicitação de informações rápidas e fáceis, seu uso passou a ser cada vez maior, passando de mero coadjuvante a ator principal dos meios de comunicação. Inicialmente as ilustrações ocupavam apenas um quadro, mas com o passar do tempo, as mesmas formas se subdividiam no interior do mesmo quadro, para, em seguida, fragmentarem-se em diversas vinhetas.

Cirne (1972, p. 14) define os quadrinhos como uma narrativa gráfico-visual, com suas especificidades próprias, tomando como base o agenciamento de, no mínimo, duas imagens desenhadas por meio de dois enquadramentos inter-relacionados. Essa organização difere do que ocorre nos discursos da charge e caricatura, nos quais se pode ter, para o primeiro, a presença ou ausência de uma complementariedade de imagens e, para o segundo, a presença de um único traço ampliado de maneira hiperbólica.

Nas HQs ocorre entre as imagens um corte, o qual é chamado corte gráfico, que, de certa forma, marca a divisão do impulso narrativo, que, por sua vez, será tanto espacial quanto temporal. As ilustrações, acompanhadas ou não de palavras, correspondem a um momento fixo do que se denomina fluxo narrativo.

Dessa forma, afirma Santos (2015) que cada momento desse fluxo é expresso por meio de uma ilustração que recebe o nome de vinheta. Observa-se assim, que a HQ define-se pela necessidade de um agenciamento de fluxo de imagens, ao passo que a charge caracteriza-se pela liberdade de, por vezes contar com esse fluxo ou ainda valer-se de apenas um momento, já a caricatura não conta com um agenciamento de ordem espaço-temporal, sendo marcada por apenas um momento fixo.

Ao observar a leitura dos quadrinhos, Cagnin (2014, p.76) afirma que ela ocorre orientada pela profundidade. Assim, os quadrinhos já lidos vão se sobrepondo aos seguintes para a constituição da narrativa. De um ponto de vista semiótico, a narratividade ganha concretude por meio de coordenadas de pessoas, espaços e tempos e por meio de temas e as figuras, em que se manifesta pela concatenação de quadros, cujas elipses entre as imagens e os textos no processo de leitura complementam a produção do sentido global.

A leitura dos quadrinhos, diferentemente da leitura do código da escrita, e, semelhante à leitura das pinturas, ocorre, em um primeiro momento, por meio de uma visão geral. O olho é atraído por um ponto dominante, para, em seguida, partir em direção aos pontos periféricos do desenho. Em nosso esquema de leitura ocidental, a leitura de textos, assim como a de quadrinhos, ocorre da esquerda para a direita podendo o quadrinho ser considerado como a unidade mínima da história, já a sequência seria, por sua vez, formada por quadrinhos que compõem uma linha ou tira horizontal que vai de uma margem à outra. No entanto, nos dias atuais, alguns desenhistas exercem sua criatividade apresentando os desenhos em todos os cantos da página sem a necessidade de simetria na organização dos elementos visuais.

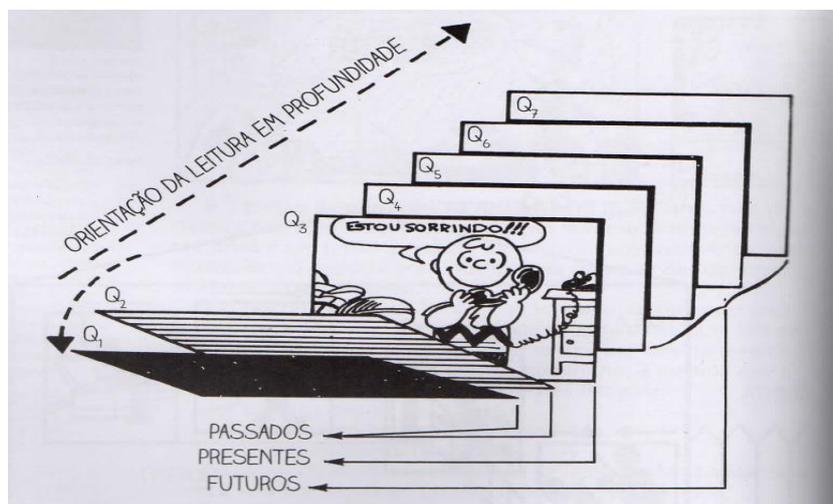


Figura 25: Esquema de leitura dos quadrinhos (CAGNIN, 2014, p. 76).

Para Cagnin (2014), diferentemente do que afirma Cirne (1972), o ato de contar uma história pode ocorrer em apenas um quadrinho. Tal façanha se faz possível, uma vez que em um único quadrinho é possível encontrar os três elementos fundamentais da narração: o personagem, a ação e o tempo, considerado presente, uma vez que se trata de uma representação icônica. Em uma mininarrativa representada no momento [M] do tempo é possível reconstruir mentalmente os tempos passado e futuro, o que aconteceu e o que vai acontecer. Dessa forma, o fluxo narrativo é complementado pelo leitor.

Cirne (1972, p. 12) afirma que para se entender o mecanismo comunicacional de uma HQ, se faz necessário que o enunciatário saiba compreender os componentes significativos que compõem a obra. Dessa forma, é preciso saber ler, de maneira formal, os quadrinhos, para que se consiga abstrair todo o seu efeito de sentido. Sendo assim, ler uma narrativa quadrinizada equivale a ler a articulação de seus planos.

O que interessa é uma leitura estrutural que nos encaminhe para a leitura criativa capaz de identificar seu processo e sua ideologia. Isso, nos termos do discurso, refere-se à relação estabelecida pela articulação das formas do conteúdo e da expressão com a história. Dessa maneira, o nível narrativo enriquece-se com as imagens, na medida em que a leitura do enunciatário pressupõe e reconstrói as elipses implícitas entre os quadros para melhor compreendê-los como unidades da narrativa.

A introdução dos quadrinhos e demais manifestações visuais em nosso país ocorre entre os anos de 1810 e 1815 quando se experimentou o desenvolvimento da indústria gráfica e, conseqüentemente, a presença cada vez maior de ilustrações e caricaturas nos jornais brasileiros.

Como se pode ver, charges e quadrinhos encontram sua produção e desenvolvimento atrelados à história e à política nacionais e/ou internacionais. Sendo assim, de acordo com Cirne (1972), para se entender as charges e os quadrinhos brasileiros, faz-se necessária a compreensão da vida social e política do país, sua história, sua economia, sua variedade artística e cultural.

Lima (1963, p.57), na busca pelos primórdios da caricatura brasileira, afirma que o primeiro caricaturista valia-se não apenas da arte do lápis, mas também da palavra escrita para exercer sua crítica. Pode-se dizer que Frei Vicente de Salvador foi ainda o primeiro autor de uma história brasileira, com a obra *História da Custódia do Brasil*, de 1564. Por meio desta obra o autor já apresentava sua visão da história do país. Pode-se dizer então que o princípio da caricatura no Brasil ocorreu por meio do Verbo, para depois converter-se em desenho.

A caricatura de Frei Vicente não visa apenas aos imperadores da colônia, mas a todos aqueles que tentam travar a máquina administrativa do país. Outro caricaturista verbal foi o poeta Gregório de Matos Guerra, conhecido como “Boca do Inferno”, o escritor não desfalecia na crítica dos costumes de seu tempo.

No que se refere aos costumes do Rio de Janeiro, Lima (1963, p.62) chama a atenção para a coleção *Charges Literárias*, de Manuel Antônio de Almeida, onde se pode encontrar o mais expressivo documento de nosso passado social. Por meio desses autores, responsáveis pela charge escrita, é possível verificar o que geralmente tende a ocorrer na história contemporânea, em que o uso da sátira escrita tende a preceder o advento da caricatura. Tal ocorrência deve-se ao fato da facilidade maior de se utilizar a palavra escrita em detrimento do lápis, que requer treino mais lento e específico.

Em 1808, com a promulgação do decreto criando a Imprensa Real, começaram a circular no país os primeiros periódicos. Este período foi ainda marcado por grande censura aos artigos que compunham as publicações reais. No entanto, ocorriam na época charges escritas e, ainda nos teatros e festividades populares, a caricatura agressiva, caracterizada pela criação de bonecos de pano denominados *bruxas* a fim de criticar os costumes.

De 1870 a 1876 era possível ver, no carnaval carioca, a caricatura de políticos e jornalistas em grandes bonecos de pano, que divertiam o público por meio de suas representações hilariantes desses tipos sociais. O expoente caricaturista Angelo Agostini também partilhava desse costume de sátira aos políticos, durante o carnaval, nas páginas de sua *Revista Ilustrada*.

A primeira publicação de desenho de humor propriamente dito, de acordo com Lima (1963, p.67), foi a *Lanterna Mágica*, com o nome de *Periódico Filosófico*. Datado de 1844-45, o periódico apresenta-se como precursor da caricatura nacional, pois é marcado pelo chiste do texto e pelo espírito a extravasar-se pelas caricaturas advindas do humorismo ilustrado de Manuel de Araújo Porto Alegre.

No entanto, o aparecimento da caricatura no Brasil data de 1837. Pode-se comprovar a veracidade da data por meio de um anúncio publicado no Jornal do Comércio nº. 277, de 14 de dezembro de 1837, que anunciava o primeiro número de uma invenção artística gravada sobre papel representando uma cena brasileira, tratava-se da caricatura (LIMA, 1963, p.71). A boa aceitação do público animou os artistas, que logo trabalharam para a continuação das publicações.



Figura 26: Jornal do Comércio n. 27 Disponível em: <http://www.wikiart.org/en/honore>  
Acesso em 05 jun. 2016

Posteriormente à *Lanterna mágica*, vieram as caricaturas da revista *Marmota Fluminense*, com publicação iniciada em 7 de setembro de 1849, sob o título *Marmota na Corte*. Em seguida, no ano de 1855, a revista *Brasil Ilustrado* começava a publicar caricaturas que se configuravam como retratos do Brasil.

A primeira revista humorística a ter vida regular no Brasil será a *Semana Ilustrada*. Com os trabalhos iniciados em 1860, sua existência se prolongou até dezembro de 1876, momento em que surge a *Revista Ilustrada*, de Angelo Agostini. A caricatura viveu sua expansão no Primeiro Império, chegando a seu auge no Segundo Império, quando, ao se aproveitar da liberdade dada pelo Imperador D. Pedro II os artistas zombaram e riram do Império e dos grandes homens, ridicularizando ideias, costumes e tradições.

Até aquele momento não era possível conceber uma distinção clara entre charges e quadrinhos, isso porque em terras brasileiras charge e quadrinhos tiveram um início comum. Para Cirne (1972, p.16), o pai entre nós de ambas as manifestações visuais foi Angelo Agostini (figura 27), caricaturista italiano que habitava nosso país. O artista possuía uma inclinação para o humor grotesco e, sendo político, utilizava-se de sua arte para fazer uma crítica social.

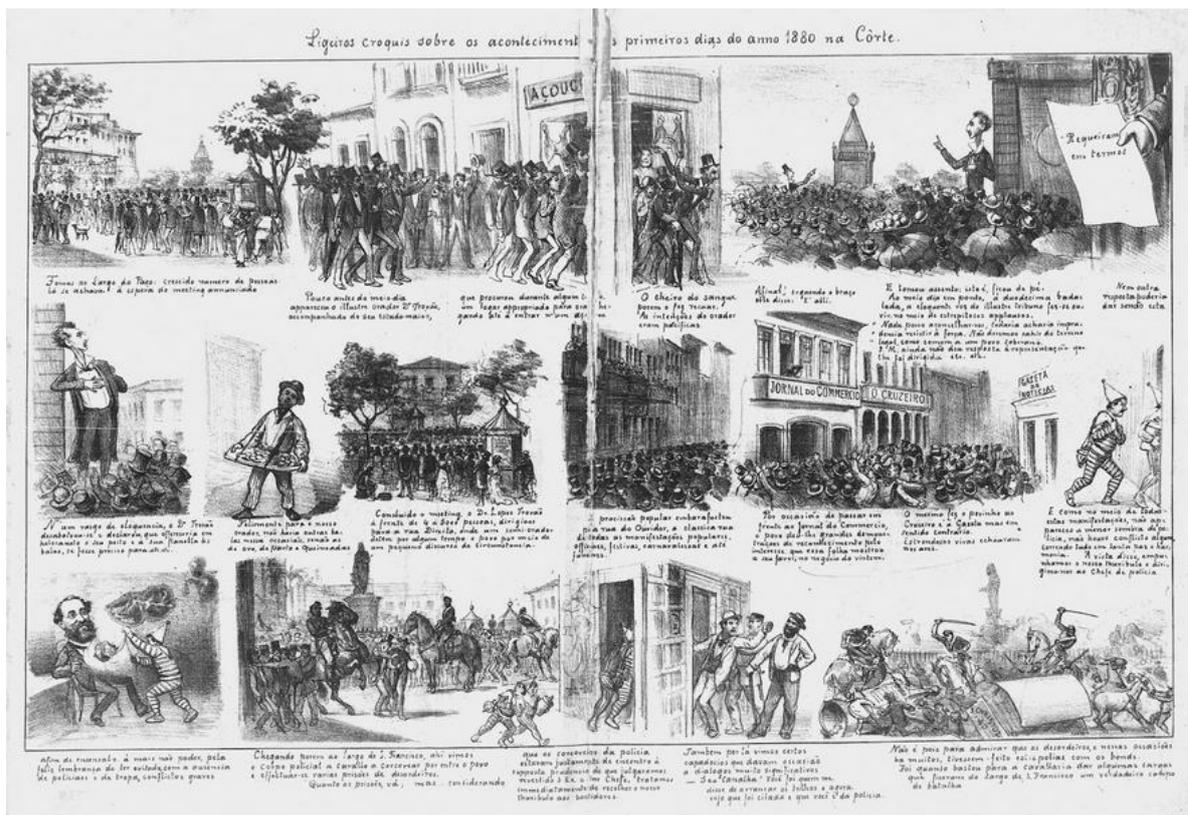


Figura 27: Exemplo de trabalho do artista Angelo Agostini. Disponível em: < <http://goo.gl/5mKgnX> >. Acesso em 19 dez. 2015

No entanto, diferentemente de outros artistas, afirma Cirne (1972), Agostini não se contentava em apresentar sua arte em apenas um quadrinho, ou seja, em uma imagem paralisada. Por essa razão, o artista rompeu com o modelo estabelecido, fazendo assim uma narrativa sequencial.

Tal sequenciamento de imagens não ocorre ao analisarmos outras manifestações visuais como o cartum e demais discursos semelhantes, a caricatura, por exemplo, uma vez que sua textualização (sua linguagem gráfica) produz-se em apenas uma imagem. No entanto, semelhantes artes se aproximam no que se refere ao humor, presente nas charges, caricaturas e ainda em grande parte dos quadrinhos.

Ao se pensar nas histórias em quadrinhos, deve-se refletir sobre a necessidade das imagens sequenciadas, no interior das quais podemos encontrar histórias sem balões, mas não encontraremos histórias sem imagens sequenciadas. As imagens sequenciadas se farão presentes em todas as histórias, desde as mais acadêmicas (Hall Foster, Alex Raymond) às mais ousadas (Will Eisner, Frank Miller), até as mais cartunísticas, como as de Henfil (CIRNE, 1990, p.18).

Para Cagnin (2014), a HQ deve ser entendida como um sistema narrativo formado de dois códigos de signos gráficos: a imagem, obtida pelos desenhos e a linguagem escrita. Ao tratar dos elementos constitutivos da linguagem, Gagnin analisa separadamente os elementos como estratégia metodológica, lembrando sempre que se deve ter em mente a função de complementariedade que une tais elementos.

Para Santos (2015, p.27), o sistema de código dos quadrinhos foi sendo criado e, ao mesmo tempo, absorvido e decodificado pelo leitor. Pode-se dizer então que o ambiente das HQs acaba por gerar uma forma de comunicação específica com o leitor. No entanto, essa linguagem gerada não deixa de apresentar pontos em comum com outras linguagens (verbais, não verbais, pictóricas, audiovisuais, entre outras).

Cirne (1972, p.12) define o período de 1814-27 até 1895-96 como o primeiro momento da HQ, momento esse em que a cidade do Rio de Janeiro, maior cidade da época, contava com cerca de 380 mil habitantes e São Paulo tinha apenas 20 mil moradores.

Dessa maneira, no ano de 1869, mais precisamente em 30 de janeiro, tem-se a publicação do que se define como primeiro quadrinho brasileiro, na revista *Vida Fluminense*. Agostini seguirá com suas publicações na revista e no ano de 1883 dará início à publicação de sua segunda série quadrinizada.

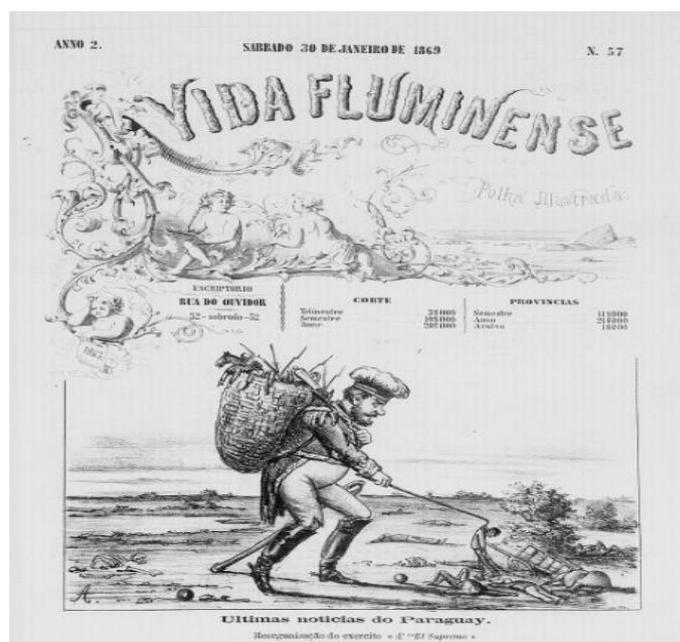


Figura 28: Capa da Revista Vida Fluminense. Disponível em:

<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-vida-fluminense-folha-joco-seria-illustrada/>. Acesso em:

02 jan. 2017

Faz-se importante compreender a obra de tal artista, uma vez que o entendimento de sua obra nos leva ao conhecimento da sociedade brasileira no período de pós-independência e consolidação do império.

Mais que um artista, Agostini, de acordo com Cirne (1972), era um poderoso aliado dos movimentos sociais de cunho popular. Suas charges encontravam-se permeadas de críticas às instituições, ao sistema e ao clero. O artista italiano soube captar os traços da vida política e popular, valendo-se de sua arte para lutar pela libertação dos escravos.

No que se refere à arte de Agostini, deve-se salientar que seus quadrinhos, diferentemente dos quadrinhos que nos são apresentados na atualidade, não possuíam balões, mas sim textos legendados, não contavam com onomatopeias e ainda não possuíam a fluidez narrativa com a qual estamos acostumados.

No que se refere à charge, o artista realizava, naquela época, experiências com quadrinhos de uma ou às vezes duas páginas, exercendo, dessa maneira, seu potencial satírico. Essa forma de caricatura, diferente da encontrada nos dias atuais, possuía um padrão de caricatura política a qual era marcada pelo traço em dois planos sem qualquer deformação fisionômica.

Outro periódico importante para a época será o *Mosquito*. Com publicação iniciada em 19 de setembro de 1869, estendeu-se até 1877. Dizia-se modesto e pequenino, assim mesmo como o inseto de quem emprestara o nome (LIMA, 1963, p.102).



Figura 29: Periódico *O Mosquito*. Disponível em:

<<http://www.oocities.org/marcustdribeiro/revista.htm>> Acesso em: 02 jan. 2017

Muitas foram as revistas que circularam no Brasil à época do Império, algumas delas com publicação em dois idiomas, português e francês, outras apenas em uma das línguas. O ano de 1876 encontra-se marcado, mais precisamente na data de 1º de janeiro, pelo aparecimento da *Revista Ilustrada*, de Angelo Agostini, que veio a dominar o campo da imprensa ilustrada. A revista conseguiu, durante muitos anos, viver das assinaturas, sendo a diversão do campesino e do homem da cidade. Fez frente à campanha abolicionista por meio de suas imagens, chegando mesmo a ser considerada uma bíblia da abolição para os que não sabiam ler (LIMA, 1963, p.105).

Pode-se dizer que os jornais, à época do Império, lutavam para o fim da monarquia e pelo advento da república. Com o seu advento os jornais perderam o interesse político, acredita-se que tal fato tenha ocorrido devido à república que se instaurou não ser aquela que os artistas do lápis sonhavam.

Outro periódico de inegável importância foi *O Jornal do Brasil*. O periódico de 1898 apresentava caricaturas primeiramente semanais, comentando o acontecimento dos últimos dias, em seguida passou à publicação diária, registrando fatos da política e acontecimentos da cidade.

Seguindo esse modelo, jornais como *Correio da Manhã*, de 1901, e *O país*, de alguns anos antes, passaram a dar lugar, em suas colunas povoadas de grandes textos, às charges. Neste momento aparece o que Lima (1963, p.142) chama de príncipe do lápis, o artista brasileiro J. Carlos (figura 31), sendo responsável pelo desenvolvimento de setores diversos, tais como: sátira política, caricatura de costumes, charge social, e, ainda, ilustração de histórias infantis.



Figura 30: Exemplo de trabalho do artista J. Carlos. Disponível em: <<http://www.dezenovevinte.net/bios/biojcarlos.htm>> Acesso em 19 dez. 2015

Politicamente comparável à importância da *Revista Ilustrada* será *O Malho*, fundada por Luís Bartolomeu, em 1902. A ideia inicial do periódico era apenas de apresentar caráter humorístico e artístico, mas a partir de 1904 inicia-se com combate de força política, apresentando charges assinadas por grandes nomes da caricatura nacional, tais como Agostini, J. Carlos, Crispin do Amaral, J. Ramos Lobão, dentre outros.

Também de considerável importância na imprensa ilustrada será a revista *Careta*, fundada em 1908 por Jorge Schmidt. Dizia-se tratar de um jornal feito para o povo, visto que se encontrava disponível em todas as barbearias, consultórios de médicos e de dentistas. Procurava ser uma revista desopilante e atrevida servindo ao povo brasileiro por meio do atrevimento satírico.

Lançado pelo *Malho* a revista *O Tico-tico*, em 1905, se configura como uma contribuição valiosa de nossos maiores caricaturistas, sendo ainda, de acordo com Lima (1963, p.155), considerada uma revista de caráter didático, atraindo a atenção de crianças e adultos.

Com *O Tico-Tico* (figura 32), o país experimentou o segundo grande momento do quadrinho nacional. A revista abriu espaço para caricaturas, crônicas, quadrinhos e informações folclóricas, geográficas e históricas. Dentre os vários colaboradores da revista, o autor destaca J. Carlos que, segundo Cirne, por meio de um traço ágil e limpo, esboçava sua opinião a respeito da vida, o gosto pela política, as ideias, desejos, efeitos e vicissitudes do momento vivido. De acordo com Cirne, a revista *O Tico-Tico* marcará a época de 1930, uma vez que apresentava valores nacionalistas de propostas infantis para o cenário brasileiro (CIRNE, 1972, p.20).

Apesar de publicar alguns quadrinhos estrangeiros, a revista era em sua maior parte nacional. No entanto, no ano de 1934, com o nascimento do Suplemento Infantil fundado pelo jornalista Adolfo Aizen, a sociedade brasileira é invadida por amplo material estrangeiro.

No âmbito cultural, muitas coisas ocorreram no país na década de 1930, dentre as quais Cirne (1990, p.25) destaca: a Revolução de 1930, que pôs fim à hegemonia da burguesia do café, o início do processo da polarização de classes e as grandes correntes ideológicas, que dividiam o mundo contemporâneo e começavam a adentrar o país. A instauração do Estado Novo, em 1937, a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, dentre outros fatos importantes.

Nos quadrinhos, destaca-se mais uma vez a presença de J. Carlos (nascimento, 18 de junho de 1884, falecimento, 02 de outubro de 1950), que, segundo Cirne (1990, p.25), já era um nome nacional desde 1930, tendo trabalhado em diversos jornais e revistas. Outra contribuição de J. Carlos deu-se quando trabalhava na *Careta*. O artista foi responsável por torná-la a crônica mais exata de realidade política de seu tempo, apresentando uma caricatura que, em última análise, era a opinião do homem da rua, a voz da crítica contemporânea.

De acordo com Santos (2015), durante determinado período na história, as HQs foram vistas como meramente comerciais. Isso ocorreu nos anos de 1940 e deve-se ao fato de terem sido associadas com as *pulp magazines*, revistas que publicavam contos policiais ou de ficção científica<sup>7</sup>.

Com a invasão dos *comics* norte-americanos, fez-se necessária uma luta pelo quadrinho brasileiro, para tanto, buscavam-se histórias que possuíssem uma temática centrada em elementos identificadores da identidade nacional, tais como a cultura popular, a literatura de cordel, a cultura do trabalhador dos grandes centros urbanos, dentre outros temas.

Nessa busca, surge nos anos de 1940 a revista *Sesinho*, que seguia a proposta editorial de *O Tico-Tico*, ou seja, uma revista de quadrinhos, crônicas, informações históricas geográficas e brincadeiras, voltada para crianças e adolescentes. Muitas foram as surpresas da década como, por exemplo, a experiência metalinguística de Millôr Fernandes e Carlos Estevão, que povoaram as páginas do Diário do Norte no Rio de Janeiro. A série da qual faziam parte chamava-se *Ignorabus*, o *Contador de Histórias*. Nesta revista teve espaço a crítica aos costumes e à moral da época, as quais transpareciam por todas as edições (CIRNE, 1990, p. 30).

No entanto, a luta contra a invasão estrangeira continuava, uma vez que não se podiam replicar as histórias norte americanas sob pena de se diluir uma produção ideológica. Para Cirne (1990, p. 30), a vertente caricatural brasileira, que contava com Angelo Agostini e J. Carlos constituía-se como muito mais rica para todos, produtores e consumidores.

---

<sup>7</sup> Essa visão mudará apenas nos anos de 1960, época em que a Pop Art, movimento artístico se apropriou dos signos da publicidade de materiais como cinema e quadrinhos com vistas a publicação de pinturas e colagens. Outro fator importante que marcou a época foram os estudos estruturalistas que partiam da visão de Claude Lévi-Strauss e aplicavam princípios linguísticos e da semiologia sassureana aos estudos da comunicação de massa. Dessa forma, os quadrinhos passaram a ser objeto de estudo de diferentes áreas que buscavam entender todas as mensagens que veiculavam.

No mesmo ano de lançamento de *Ignorabus* (1948), o país presenciou a publicação da revista *Edição Maravilhosa*, especializada na adaptação de romances da literatura mundial<sup>8</sup>. O problema de tais adaptações deve-se ao fato de, ao transpor uma obra para outra, como no caso da literatura para os quadrinhos, ocorreria uma série de questões ligadas à intersemioticidade das propostas semânticas, estéticas e informacionais. Ao transpor uma obra para os quadrinhos, faz-se necessário que se assumam os códigos de uma linguagem distinta.

Muitas foram as obras adaptadas para os quadrinhos, a editora Brasil-América investiu fortemente na literatura brasileira. Tal investimento, apesar de, na visão de Cirne (1990, p.35), ser algumas vezes muito academicista e com pouca ousadia, foi importante para o estabelecimento de uma HQ que valorizasse nossa nacionalidade. Em outra direção, afirma que não se pode comparar uma produção literária com uma produção quadrinizada por se tratar de material distinto.

Moya e Assunção (2002, p. 39), ao tratar das Edições Maravilhosas, afirmam que não se pode transpor a linguagem da literatura para os quadrinhos, uma vez que a literatura enquanto arte possui estilos de linguagem, construções de frases e elementos temáticos específicos. No entanto, fica a cargo do leitor a visualização da história propriamente dita. Ele por meio de sua prática de leitura deve criar em sua mente uma forma para os personagens apresentados pelo autor.

No Brasil, ocorreu uma inovação no número 24 da *Edição Maravilhosa*, com a publicação do romance brasileiro *O guarani*, de José de Alencar (figura 33). Nas adaptações feitas pela edição americana constavam apenas nomes desconhecidos das artes dos quadrinhos. A grande surpresa dessa obra, afirma Cirne (1990), deve-se ao fato de a quadrinização nacional se apresentar superior à estrangeira da revista, a qual trazia desenhos irregulares. Nessa edição, os desenhos se sobressaíam em certos traços a pincel que estavam realizados com maestria pela artista Le Blanc. O artista, após esse trabalho, tornou-se famoso, não apenas pela quadrinização dos romances, mas ainda por ter sido considerado o melhor ilustrador das obras infantis de Monteiro Lobato.

---

<sup>8</sup> Percebe-se a visão do quadrinho enquanto facilitador do texto literário. Visão que ainda ocorre nos dias atuais (temos como exemplo o lançamento recente da obra *Grande Sertão e Veredas* em formato de HQ, Editora Biblioteca Azul, com desenhos imitando Mangá) e acaba por diminuir o gênero HQ e ainda por subestimar o aluno que, para sentir-se atraído por uma obra literária deve, em um primeiro momento, ser seduzido pela HQ.

Em janeiro de 1951, mais um romance de Alencar, *Iracema*, foi quadrinizado, seguido da quadrinização das obras *O tronco do Ipê*, em março de 1952, e *Ubirajara*, em outubro de 1952. As obras foram roteirizadas pelo artista Le Blanc que, além de escrever os diálogos, fazia a decoupage<sup>9</sup>, pontos de vista do enquadramento e desenhava, entregando o trabalho praticamente pronto.

Na tentativa de reverter uma situação desfavorável no cenário norte-americano das HQs, em virtude de obras como a de Frederick Wertham, *Seduction of the Innocent* (que acusavam as HQs de ser deseducativas e de fazer apologia ao crime), Adolfo Aizen, detentor dos direitos das *Edições Maravilhosas*, apresentou aos insatisfeitos um ótimo trabalho de relações públicas. A iniciativa de Aizen funciona, pois os títulos nacionais fazem grande sucesso, apesar de caras, as produções renderam lucro e “levantaram” a revista (CIRNE, 1990, p.50). Para aproveitar a maré boa, lançaram ainda o *Álbum Gigante*, que apresentava quadrinizações de obras clássicas. Durante os anos de prosperidade a editora chegou a publicar cerca de trinta quadrinizações de romances por ano.

Muitas escolas chegaram a adotar as obras em salas de aula, desfazendo, assim, o possível preconceito com os quadrinhos. Por outro lado, na tentativa de agradar a todos os educadores, a editora colocava, em suas adaptações, muito texto, deixando para segundo plano os desenhos e as transposições. Fato esse que fazia da revista mais uma revista ilustrada que uma revista em quadrinhos propriamente dita.

A *Edição Maravilhosa* conseguiu conquistar a simpatia dos intelectuais nacionais, dessa maneira, ampliou-se o número de autores que tiveram suas obras quadrinizadas (CIRNE, 1990, p. 68). A obra *Gabriela Cravo e Canela*, do escritor Jorge Amado, teve uma edição em formato especial, e o escritor baiano ao tratar do tema “quadrinização de obras literárias” escreveu que se encontrava plenamente satisfeito com o trabalho adaptado feito de suas obras.

No entanto, a produção das *Edições Maravilhosas* só era possível devido ao fato do baixo preço do papel de imprensa, uma vez que as edições nacionais tinham um preço muito superior ao das revistas estrangeiras. Quando Jânio Quadros retirou os subsídios desse tipo de papel, a produção ficou inviável, como consequência, os preços

---

<sup>9</sup> Do Francês, “recortar”, que é uma forma de fragmentar a narrativa composta por enunciados, programas e percursos narrativos em planos visuais que transformam a história em discurso por meio de temas e figuras.

dos gibis tiveram de ser aumentados, fato esse, que fez com que a série regular acabasse em fins de 1961.

Cirne (1990, p. 71) lista ainda outras editoras que foram responsáveis pela quadrinização das obras brasileiras, tais como: a mesma EBAL, responsável pelas *Edições Maravilhosas*, que também publicou a coleção *Álbum Gigante*, que apresentava outras obras de escritores com desenhistas até então pouco conhecidos. A Rio Gráfica e Editora, do Rio de Janeiro, por meio da revista *Romance em Quadrinhos*, investiu na quadrinização de obras literárias nos anos de 1956-1957. A Rio Gráfica foi ainda responsável pela edição das revistinhas do *Sítio*, as revistinhas que surgiram quando o programa *O Sítio do Pica-Pau Amarelo*, inspirado na obra de Monteiro Lobato, estava sendo transmitido pela Rede Globo. A série de revistinhas teve a duração de alguns anos, sendo cancelada quase que no mesmo momento em que o programa deixou de ser exibido.

Após esse rico momento não ocorreram mais quadrinizações de obras literárias, no entanto, tanto nas publicações da *Edição Maravilhosa*, quanto em outras publicações, muitos foram os romances brasileiros que foram adaptados para a linguagens das HQs.

Na tentativa de preservação de uma identidade nacional, pode-se ainda citar os quadrinhos de terror, que buscaram inspiração em nosso folclore e nas lendas. De acordo com Cirne (1990), o terror foi um tema frequente nos quadrinhos nacionais, pois em um total de 1417 revistas lançadas até 1977, 11,7% desse total refere-se ao tema terror.

Um dos nomes citados por Cirne (1990) é Flávio Collin, que abre uma vereda bastante significativa para a formulação do quadrinho brasileiro de terror baseado na própria história do país, que poderia oferecer elementos para um empreendimento nesse eixo temático. Pode-se perceber, dessa forma, que o quadrinho de terror brasileiro é uma realidade cultural cuja importância não pode ser negada.

Outra vertente também de grande importância na história dos quadrinhos nacionais é a vertente erótica, que sempre foi alvo da opinião mais conservadora. O primeiro expoente dessa vertente foi Carlos Zéfiro. Pouco se sabe a respeito do que há por trás desse nome, uma vez que se configurava como um simples pseudônimo para fugir à censura imposta na época, ano de 1968. Seu universo era pobre de conteúdo e continha alta dosagem de machismo e evidentes imagens pornográficas (CIRNE, 1990).

Ainda na mesma vertente, de acordo com Cirne (1990, p. 46), o quadrinho erótico produzido pela editora Edrel, em São Paulo, mesclava em suas obras, erotismo e terror abrangendo várias possibilidades criativas dos quadrinhos brasileiros, no entanto, acabou sucumbindo à repressão moralista de 1973.

Outro grande nome das Histórias em Quadrinhos nacionais é, sem sombra de dúvida, Ziraldo Alves Pinto. Já no final dos anos de 1940, o artista começa a entrelaçar humor e quadrinhos, apresentando em suas criações as problemáticas sociais e culturais de cada época.

*Pererê*, criação de 1960, ainda é considerado um marco da literatura infantil. A época foi marcada pelo populismo no campo da política, com inflação que atingia índices preocupantes. A obra apresentava sempre um discurso unificador de uma ideologia dominante. A genialidade da obra consiste, entre outros fatores, na alta carga de brasilidade presente nas histórias. É possível perceber tal fato na ambientação das histórias, nas várias propostas temáticas e ainda nos desenhos, que se apresentam livres de qualquer influência estrangeira. No entanto, é importante lembrar que nesta época o país ainda se encontrava invadido pelos *comics* estrangeiros, fato esse que diminuía a produção nacional.

Uma vertente dos quadrinhos que muito nos interessa são os quadrinhos cartunísticos, que possuem uma forte vertente caricatural ao tratar de temas relacionados ao humor. Cirne (1990, p. 58) salienta que:

O traço caricatural, com toda sua carga simbólica na crítica de costumes, denomina a charge (de cunho político-jornalístico), o cartum (isolado ou em sequência) e a caricatura propriamente dita (podendo ser grotesca ao 'retratar' as pessoas). A charge, o cartum e a caricatura existem no humor e pelo humor, quase sempre através da sátira política ou da sátira/crítica de costumes e da moral vigente.

Fonseca (1999) chama a atenção para o fato de que, no Brasil, a relação quadrinhos/cartum sempre foi muito produtiva e que começou a dar grandes frutos após o ano de 1964. Muitos foram os artistas que despontaram na época, dentre os quais destacam-se Fortuna e Ziraldo, Sérgio Jaguaribe e Henfil. Esses artistas trabalharam em alguns periódicos da época exercendo papéis de colaboradores.

Salienta-se a importância dos personagens Zeferino e Graúna, do artista Henfil. Pensar nos dois personagens implica pensar na relação arte/sociedade, relação essa fundamental para as artes gráficas, uma vez que os quadrinhos, enquanto prática

significante, encontram-se carregados de bens simbólicos situados no cerne da indústria cultural, sendo, por essa razão, uma prática que respira política por todos os lados. Sendo assim, não há como produzir um quadrinho apolítico (CIRNE, 1990, p. 64). O poder de impacto do discurso artístico é bem maior que o de um discurso político-panfletário, uma vez que possui fácil adesão/aceitação e divulgação. Sendo assim, o artista dos quadrinhos tem a possibilidade de mobilizar por meio de sua arte. Aqueles que não fazem, ou seja, os que são capazes da prática apolítica devem, de acordo com o Cirne (1990), ser encarados com desconfiança.

Diferente de outros quadrinhos já apresentados, Zeferino configura-se com uma característica distinta, é um quadrinho de tendência artístico-caricatural. Ou seja, possui uma grande carga de realismo, sendo revolucionário por suas propostas temáticas gráficas e narrativas. O fator de maior relevância em Henfil, afirma Cirne (1990, p. 65), é a sua capacidade de apresentar nos quadrinhos questões pertinentes à política e à cultura do país, ao buscar sempre o rompimento das amarras impostas pela censura para que o discurso político pudesse ser apresentado de forma menos camuflada.

Com tantos atributos impostos à arte, fica claro que a produção nacional tem no artista Henfil sua maior contribuição para os quadrinhos da década de 1970, quer pela coragem no manuseio das alegorias, quer pelas suas relações críticas, quer pelo seguro domínio do complexo narrativo ou ainda, pelo sentido de humor metalinguístico.

Concomitante a Henfil, havia, ainda, os quadrinhos alternativos, que rompiam com a ordem estabelecida, seja por meio da inovação no nível gráfico, narrativo ou ainda temático buscando sempre o questionamento da ideologia presente. Tais revistas eram vendidas de mão em mão, uma delas, *Balão*, contava apenas com 1000 exemplares, uma tiragem tímida se compararmos esse número aos 450.000 exemplares da revista *Tio Patinhas* da mesma época ou ainda aos 200.000 exemplares da revista *Turma da Mônica* (CIRNE, 1990, p. 66).

O desafio lançado naquele momento era o de uma arte que transgredisse a arte quadrinística tradicional, mais americanizada, juntamente com a necessidade de luta contra uma invasão ideológica causada pelos *comics* enlatados e conservadores. Encontravam-se presentes nessa luta artistas que buscavam uma renovação gráfica e conteudística como J. Carlos, Ziraldo e Henfil, além de autores mais expressivos na órbita alternativa tais como Lapi, Mollica, Luiz Gê, Chico Caruso, Paulo Caruso, Gus/Guido, Benjamin, José Ronaldo Lima.

Importante ainda foi a participação dos quadrinhos nos sindicatos e associações de trabalhadores. Cirne (1990) sempre salienta a importância da arte se encontrar a serviço da luta de classes. Em suma, com o advento do capitalismo, o artista se encontrou de forma aparentemente livre, no entanto, acabou continuando a serviço das classes dominantes.

Alguns artistas, porém, continuaram seu engajamento político fazendo de sua arte uma forma de captar a realidade. Tal engajamento, para Cirne (1990, p. 75), é fundamental, uma vez que a política deve interessar àqueles que buscam uma interação da sua arte com a sociedade, na medida em que é preciso ver a arte como um reflexo ideológico das condições sociais de determinado momento histórico.

Ao se buscar os trabalhos de engajamento político-social, por se tratar de produções político-culturais, a produção não pode ser avaliada por meio de estéticas particulares, uma vez que se trata de um trabalho de maior ou menor eficácia no que se refere aos objetivos proletários. Tais quadrinhos possuem a especificidade de ser revolucionários na forma, ignorando os modelos clássicos dos *comics*, e no conteúdo, ao discutir questões pertinentes às lutas dos trabalhadores (CIRNE, 1990, p. 76).

A maneira como se conduziu o trabalho desses quadrinhos deu aos artistas a oportunidade da experimentação do trabalho em equipe. Foi a primeira oportunidade do abandono do trabalho individual para um trabalho no coletivo, com vistas a divulgação de um engajamento político-social. Laerte ainda afirma que, a articulação entre quadrinhos e movimento operário é uma característica forte em terras brasileiras, fato esse não presente em outras nações europeias.

Ao se fazer uma retrospectiva pela história do quadrinho nacional, Cirne (1990) afirma que em 1983 os artistas das Histórias em Quadrinhos conquistaram sua associação, que nasceu para resgatar o quadrinista/caricaturista em toda a sua carência, sentida por anos de luta. Assim, a AQC, Associação dos Quadrinistas e Caricaturistas, foi uma conquista importante.

Outra conquista ocorreu no segundo semestre de 1982, quando o *Jornal do Brasil* passou a publicar dez tiras nacionais ao dia. Tal conquista era de suma importância, uma vez que muitos artistas, até aquela época, só conseguiam sobreviver graças à atividade publicitária. Tal fato ocorria devido ao baixo preço do quadrinho estrangeiro frente à produção nacional.

Na busca por uma cronologia das HQs no Brasil, Cirne (1990, p. 20-23) apresenta uma divisão em cinco períodos:

- 1814-27 até 1895, nesse período, os quadrinhos ainda eram histórias ilustradas pois, não havia a presença de balões. Temos como exemplo, a obra *As aventuras de Nhô Quim*, do artista Angelo Agostini, no ano de 1869;

- 1895-96 até 1934, nesse período os quadrinhos passam a inserir o contexto da indústria cultural. Em terras brasileiras temos o surgimento da revista *O Tico-Tico* em 1905;

- De 1934 a 1960, publicações exclusivas. As revistas passam a ser o principal suporte narrativo para as histórias em quadrinhos. Temos como exemplo a revista *Spirit*, de Eisner, de 1940.

- Anos 1960 período marcado por álbuns luxuosos, com histórias cuja temática visava especialmente o público adulto.

- Anos 1980 marcado pela idade de ouro das novelas gráficas, pela busca do rigor, retomando propostas que já se encontravam embutidas em álbuns e aventuras dos anos de 1960.

Ao se fazer um panorama dos exemplos listados sobre as obras das HQs é possível perceber como se deu a sua constituição enquanto forma de arte. A primeira ilustração é do artista Angelo Agostini (figura 31) de data provável do ano de 1869, quando se inicia a publicação das *Aventuras de Nhô Quim ou Impressões de uma viagem à Corte*. Nela, é possível perceber uma ilustração, em um único quadro e, logo abaixo uma frase que ajuda a entender do que se trata o desenho.

É interessante perceber que, nos dias atuais, esse artista é considerado como precursor da charge e dos quadrinhos, e a ilustração apresenta característica de ambas as formas de manifestação, pois, na qualidade de charge, é composta de apenas um plano, e, como HQ, apresenta um embrião (texto na parte inferior no qual se lê (fig. 31): “Até tomando ares de dizer à República. Alto lá! D’aqui não passarás”) daquilo que hoje consideramos o balão de fala.

O exemplar a seguir, da revista *O Tico-Tico*, de outubro de 1905 (fig. 32), diferentemente da apresentação de Agostini, conta com uma sequência de quadros, configurando-se, dessa maneira, como uma HQ. No entanto, diferentemente dos quadrinhos que se conhece na atualidade, a história ainda não apresenta os balões de fala conectados ao quadro no qual o desenho é apresentado. Temos assim, os quadros dos desenhos e logo abaixo as falas dos personagens configurando-se como uma arte que apresenta uso distinto dos espaços dentro de uma mesma espacialidade, para os textos verbais e visuais.

Para Cirne (1990, p. 32) os balões e as onomatopeias configuram-se como objetos concretos, físicos e imagéticos, capazes de assumir as mais variadas formas encerrando discursos falados ou pensados, os quais se configuram como verdadeiras unidades significantes da imagem. De acordo com o autor, o balão nasce por uma necessidade linguística, mas também por uma necessidade ideogramática entre a imagem e a significação temática, ou seja, entre significante e significado. Já as onomatopeias explodem em componentes visuais dinamizadores dos planos produzindo efeitos característicos nos planos de conteúdo e de expressão plástica. Dessa forma, sua linguagem torna-se codificável.

Observa-se que elementos foram se acomodando no texto das histórias em quadrinhos e das charges, de forma a se tornar quase que indissociáveis nos dias de hoje. Ao se fazer um levantamento cronológico, percebe-se que as características foram se incorporando a esta forma de manifestação artística lentamente, na medida em que se tornaram necessárias à compreensão.



Figura 31: Exemplo de trabalho do artista Angelo Agostini. Disponível em: <<http://www.lpm-blog.com.br/?tag=angelo-agostini>>. Acesso em 19 dez. 2015



Figura 32: Primeira edição da Revista *O Tico-Tico*. Disponível em: [http://hqmaniacs.uol.com.br/Opera\\_lanca\\_livro\\_sobre\\_O\\_Tico-Tico\\_6831.html](http://hqmaniacs.uol.com.br/Opera_lanca_livro_sobre_O_Tico-Tico_6831.html). Acesso em 19 dez. 2015

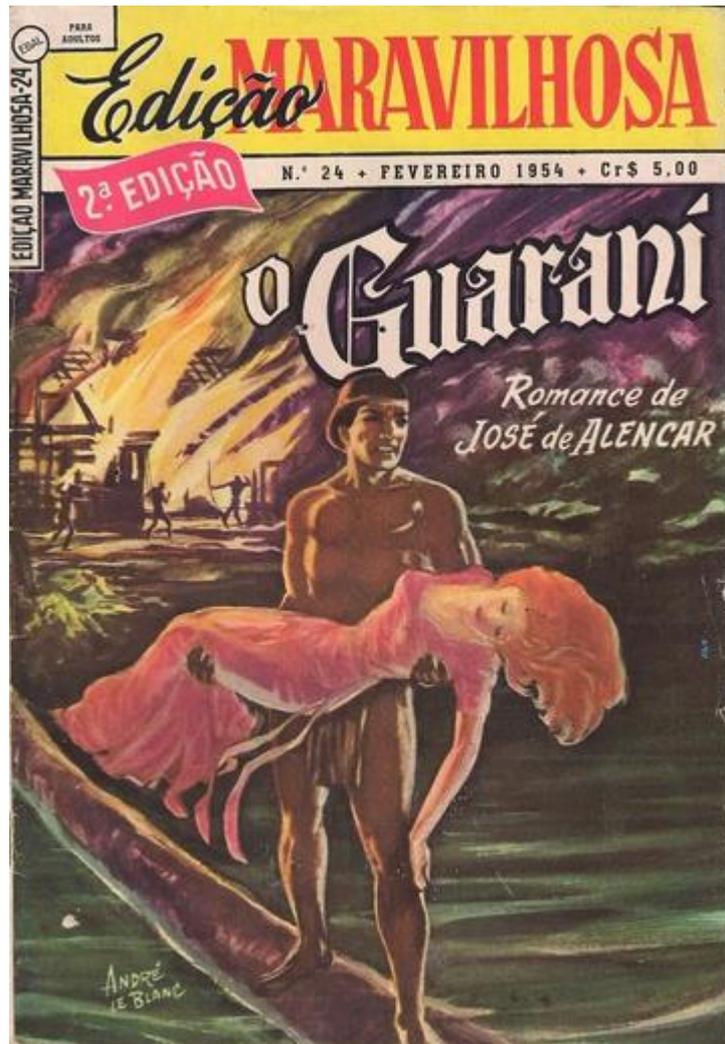


Figura 33: Capa da Adaptação do Romance *O guarani* de José de Alencar. Disponível em: <http://goo.gl/O1SmlJ> Acesso em 19 dez. 2015



Figura 34: Exemplo de metalinguagem na *Turma da Mônica* (SOUZA, 2009).

Mais próxima da contemporaneidade, *Pererê* (1991), do artista Ziraldo, apresenta todos os traços os quais se reconhecem como constituintes de uma HQ contemporânea: a sequência de planos, enquadramentos diversificados, os balões de fala incorporados às ilustrações e o uso de recursos gráficos para expressar emoções. No caso dessa HQ, observa-se o uso de caixa alta na palavra “BONZINHOS,” que é dita pelo índio para expressar indignação com a observação feita por Pererê.



Figura 35: O Pererê (PINTO, 1991).

Referente ao texto nos quadrinhos, outra importante característica de acordo com Meireles (2015) deve-se ao caráter do traço de prosódia que provém da oralidade da linguagem apresentada, que atualmente é uma importante vertente nos estudos linguísticos sobre quadrinhos no Brasil. De acordo com a autora, interjeições e onomatopeias são típicas em manifestações orais e, por essa razão, essenciais às histórias em quadrinhos. Observa-se que recursos linguísticos, prosódicos e estilísticos podem realçar, complementar ou antecipar ações narrativas dos sujeitos por meio de signos gráficos que figurativizam gestos, movimentos, sons ambiente, entre outros processos discursivos passíveis de enriquecimento de sentido.

Mais que elemento verbal ou reprodução gráfica de sons, a onomatopeia converte-se em um componente pictórico que complementa, ou em várias ocasiões, desprende-se e destaca dos desenhos, ao ser estilizado, distorcido, ampliado ou acrescido de cores. Tiros, explosões, bofetadas, motores de automóveis, freadas bruscas, copos e garrafas se quebrando, entre outros barulhos, são traduzidos graficamente dessa forma (SANTOS, 2015, p. 31).

Ao tratar da dimensão do traço de prosódia característico da oralidade em poemas, Campos (1975) afirma que a importância da dimensão oral encontra-se ditada na diferença dos caracteres. A utilização de uma nova dinâmica para servir a toda a gama de inflexões do pensamento humano faz com que a organização linguística sintagmática caminhe rumo a uma organização paradigmática com vistas a representação de uma experiência oriunda desse traço de prosódia. Dessa maneira, sinais e grafemas, da substância da expressão, como por exemplo, um “Aff” ou “Brrrr”, ganham forma por meio da leitura, devido à compreensão da forma do conteúdo, no caso dos exemplos, sinais de chateação e frio.

Ao se valer de diferentes componentes eidéticos (formas do traçado) e ainda das onomatopeias e interjeições para marcar o estado de ânimo do personagem, o artista das HQs acaba por resolver, pelo menos no âmbito do quadrinho, uma questão muitas vezes difícil para os autores de outras manifestações textuais: demonstrar para o enunciatário, de maneira sutil ou até mesmo hiperbólica, o estado psicológico do personagem num determinado momento do enunciado.

Utilizando-se, assim como Ziraldo, do recurso da modificação do traço das palavras para expressar o sentimento dos personagens, *Zeferino*, de Henfil (1972), apresenta-se como uma HQ, com personagens caricaturados e sem uso de cores, o artista apresenta, por meio de um linguajar típico, a realidade dos personagens que

habitam a região da caatinga. Dessa forma, vemos a modificação do traço da palavra mãe, apresentada no terceiro quadro, para a expressão do sentimento de medo e desespero do personagem. Linguisticamente, a palavra mãe recebe uma motivação característica, cuja expressão visual cria a noção de temor ou medo, por meio da sinuosidade do traçado das letras.



Figura 36: Zeferino, n. 107 (FILHO, 1970).

Dessa forma, a narrativa dos quadrinhos funda-se sobre o salto de imagem em imagem, ou seja, encontra-se marcada sobre a descontinuidade gráfico-espacial. Devido a essa descontinuidade, cabe ao leitor uma compreensão das imagens ocultas, ou seja, subentendidas pela narrativa.

Diferentemente do cinema, no qual se observam planos em corte ou planos em sequência, nos quadrinhos, cada imagem, por mais relacionada que esteja com a imagem anterior, representa um plano isolado, ou seja, construído em meio a um processo complexo de elipses. Cirne (1972, p.74) salienta ainda que, nos quadrinhos, a ausência de movimento, ou melhor, uma ilusão menos detalhada de movimento, cria um clima o qual denomina onírico, de fantasia, conotado pela imagem desenhada.

De acordo com Fonseca (1999, p. 27), o painel é o elemento básico da linguagem dos quadrinhos. Trata-se de um desenho simples, encerrado com uma moldura, a qual geralmente possui a forma retangular ou quadrada e que fica, ao mesmo tempo, isolada e em relação íntima com outros painéis da sequência, da mesma forma que a palavra em uma frase. Após essa sequência inicial, os painéis são agrupados em grupos maiores, os quais ocupam tiras, e essas, por sua vez, páginas.

Para Riani (2002, p. 31), essa sequência de quadros apresentada na HQ não implica necessariamente uma lógica puramente linear, isso porque, voltas ao passado, lembranças entrecortadas, saltos no tempo e ainda fusões de presente/passado/futuro podem ocorrer de forma criativa nas HQs. Dessa forma, embora a sequencialidade seja uma característica forte nas HQs, ela independe da estratégia cronológica adotada pelo artista/autor, pois, é importante lembrar, há uma cronologia do plano do conteúdo (os estados e transformações narrativas) e uma cronologia dependente do suporte, cuja leitura materializa o texto visual.

A imagem desenhada nos quadrinhos é ainda ancorada por símbolos e signos não linguísticos, tais como a lâmpada, e a nuvem negra, usadas, esta, para sinalizar, que o personagem teve uma ideia e, aquela, para designar tristeza, ou ainda desespero.

Para colocar “fala” nos quadrinhos, o artista vale-se de recipientes os quais contêm as falas dos personagens. Essas formas características da expressão são denominadas balões. Os balões são indicados por um signo de contorno, a linha que os envolve. O apêndice que se alonga para fora do balão e que aponta para a cabeça do personagem que fala é chamado rabicho. Os balões podem assumir diferentes formas, sendo elas as formas autoexplicativas abaixo:



Figura 37: Tipos de balões (CAGNIN, 2014, p. 141-144).

Santos (2015) salienta que, ao lado dos balões podem existir os recordatórios ou *captions*, em inglês, – ou *récitatifs*, em francês –, que são painéis geralmente retangulares alojados na parte superior das vinhetas e possuem como função situar o leitor na história, na forma de narração. Os balões e recordatórios podem ganhar cores distintas ou ainda formatos de letras distintas para demonstrar o estado de ânimo dos personagens, dessa maneira, balões com letras vermelhas podem indicar ira, fontes com letra fantasia (com determinada forma, ex: **FANTASIA**) podem indicar romance ou ainda discurso pedante, possivelmente, pelo recurso requintado, sutil ou cheio de serifas do grafema.

É possível ainda pensar em outra periodização dos quadrinhos, a qual seria marcada, de acordo com Cirne (2002), pela divisão estética. Tal segmentação seria marcada por sete grandes momentos:

- o primeiro deles seria o período inicial que compreenderia os anos de 1814-27 a 1905, período no qual as histórias em quadrinhos ainda se configuram como histórias ilustradas.

- de 1905 a 1929, teríamos o momento no qual o quadrinho assume sua grandeza estética por meio de uma **linguagem que o define graficamente**.

- de 1929 a 1939, inicia-se um modelo ficcional e mitológico, o qual seria explorado quase que infinitamente, exploração essa que ocorreria nem sempre de maneira adequada, seja pelo ponto de vista **conteudístico**, seja pelo ponto de vista estético.

- o quarto período, compreendido de 1940 a 1952, define-se como um momento no qual se expressa única e exclusivamente pela **criação maior de Will Eisner, Spirit**.

- o momento seguinte, de 1947 a 1965, é marcado pela **narrativa primorosa**, pelo humor gráfico, seja ele conservador, como era o caso de Walt Disney, seja ele progressista, como em Quino.

- de 1962 até os anos de 1980 apresenta-se uma **renovação temática** nas HQs, no mundo dos super-heróis e heroínas.

- o último momento, iniciado a partir dos anos de 1980, é o momento da novela gráfica, uma abordagem quadrinística que se aproxima do livro em forma de romance. Nesse momento, grande parte dos quadrinhos se volta para o universo adulto.

Cirne (2002) apresenta como exemplo desses quadrinhos, a revista *Chiclete com banana*, da editora Circo, que apresenta textos e desenhos do artista Angeli, com destaque para os personagens Rê Bordosa, Skrotinhos, Bob Cuspe e tantos outros.

Laerte, outro artista importante, lançava também sua revista *Piratas do Tietê*, publicação em que desfilavam algumas de suas famosas criações, Glauco recebia uma revista específica, compondo uma lista de diversas outras publicações também da editora Circo.

Essa foi uma época produtiva, em que a junção de responsáveis por duas revistas humorísticas (*Casseta Popular* e *Planeta Diária*) ganhavam espaço para, anos depois, se consagrarem nas telas da Rede Globo de Televisão com o programa *Casseta e Planeta*. Deve-se citar ainda a publicação *Níquel Náusea* do artista e veterinário Fernando Gonsales, que além de apresentar seus trabalhos, abria espaço para novos talentos.

Outras iniciativas marcaram a passagem dos anos 1980 para 1990, Cirne (2002) cita o Salão Universitário de Humor de Piracicaba UNIMEP, criado em 1992 e o Troféu HQ Mix, considerado o “Oscar” nacional dos quadrinhos.

São citadas ainda iniciativas como o Museu de Artes Gráficas no Arquivo Público de São Paulo, a revista *Bundas*, criada e comandada por Ziraldo, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1999 e 2000. Em seguida, o artista lança o *Pasquim 21* que teve colaborações de Fausto Wolff, Miguel Arcanjo Prado, Emir Sader e Márcia Frazão. O semanário teve vida curta, encerrando suas atividades em 2004.

Com o advento da internet viu-se a criação da Charge on-line que se configura como um espaço para a divulgação dos novos artistas do humor nacional. Muitas são as iniciativas locais e nacionais para a popularização das mais variadas formas de manifestação visual em terras brasileiras.

Para Cirne (1990), o quadrinho nacional possui a especificidade de uma trajetória crítica humorística literária caricatural. Sendo, por esta razão, aberto às grandes questões da cultura de nossa sociedade. Não se pode, portanto deixar que se perca esta especificidade. Faz-se necessário pensar em que os quadrinhos da atualidade estão sendo úteis e de que forma questões como educação, arte, questões religiosas e ritos carnavalescos encontram-se presentes nessa manifestação. A preocupação de Cirne (1990) parece-nos coerente, uma vez que coadunamos com a ideia de que a arte deve estar a serviço da melhoria da qualidade de vida cultural e crítica da população.

Na contemporaneidade, as charges integram os jornais, revistas e ainda suportes eletrônicos tais como páginas da internet. Dialogam com as informações apresentadas nos mais variados suportes textuais. Barbosa e Rabaça (2001, p. 127) afirmam que

alguns jornais chegam a utilizar a charge como editorial. Tal fato faz com que ela seja a intérprete do pensamento do jornal que a publica.

A utopia do início do século parece encontrar-se realizada, visto que nos tempos atuais encontramos nos jornais artistas que vivem de suas obras de arte. Que encontram espaço em periódicos nacionais. Não sabemos dizer até que ponto os periódicos ainda abrigam obras de artistas internacionais, mas por meio de pesquisa quantitativa, percebemos que os artistas brasileiros se encontram como maioria dos autores no jornal em análise.

Buscou-se, neste capítulo, a partir de um histórico das manifestações sincréticas, caracterizar os gêneros HQ/Charge/Caricatura. Foi ainda objetivo nomear artistas que contribuíram para a disseminação dessa forma de arte na sociedade brasileira.

No capítulo que segue, os constituintes visuais da charge serão abordados para analisar o corpus da tese. Será proposto, para tanto, uma aproximação da charge e da teoria semiótica, com vistas a mostrar como a primeira pode ter seus constituintes visuais analisados por essa teoria discursiva.

## 2- CATEGORIAS DA EXPRESSÃO NA CONSTITUIÇÃO SINCRÉTICA DAS CHARGES

O objetivo deste capítulo é apresentar a teoria semiótica, em sua interface com o exame da expressão plástica, de forma a explicar os constituintes (formantes) da expressão visual, conforme categorias desenvolvidas por Jean-Marie Floch, a partir de suas obras “*Identités visuelles*” (1995), “*Sémiotique, marketing et communication*” (1990) e “*Petites mythologies del’oeil et de l’esprit*” (1985) , ao apresentar proposta de uma semiótica plástica. Com o intuito de exemplificar esses aspectos teóricos, serão utilizadas charges que compõem o *córpus* de análise, independente de sua cronologia, pois o foco, neste capítulo, é a apresentação das possibilidades de organização dos planos de conteúdo e de expressão. O objetivo é mostrar como a teoria em questão nomeia e define as categorias de expressão: eidética, topológica e cromática. Para tanto, será apresentado o esquema das categorias de expressão utilizado por Floch, por meio do exame de charges relevantes do *córpus* para exemplificar o esquema das categorias de expressão (distribuição planar e linear). Em seguida serão analisadas charges que integram o *córpus*, buscando empreender como as manifestações sincréticas produzem sentido, aliando plano de conteúdo ao plano de expressão.

### 2.1 Charge e semiótica

De acordo com Fonseca (1999, p. 18), “Sendo uma representação, portanto um símbolo, a caricatura representa o papel de *dublê* das convenções do retrato, modificando-o com um componente do espírito humano – a sátira”. Sendo assim, pode-se pensar a caricatura e, portanto, a charge, como a representação de uma pessoa, tipo, situação, ação ou ideia de forma plástica, ou seja, distorcida sob um aspecto ridículo ou grotesco.

A semiótica plástica foi definida por Greimas e Courtés (1986, p. 169) como um discurso que possui sua especificidade, ela possui sua própria forma, realizável também por um jogo de linhas e de cores, mais do que pelos volumes e luzes sobre um corpo em movimento ou de um espaço construído. Sendo considerada mais que um projeto, a semiótica plástica é hoje um objeto de conhecimento em via de constituição, é uma semiótica do sentido.

Riani (2002, p. 27), ao tratar das diversas possibilidades de manifestação do texto visual, assim define os tipos mais conhecidos:

CARTUM: desenho humorístico sem vínculo necessário com qualquer fato específico; CARICATURA: retrato com distorções anatômicas, geralmente de alguma personalidade famosa; HISTÓRIA EM QUADRINHOS (HQ): história sequencial narrada em etapas/quadros.

Tais definições encontram-se presentes ainda no Dicionário de Comunicação (BARBOSA; RABAÇA, 2001), que classifica os termos da seguinte maneira:

- cartum é um desenho humorístico expresso através da caricatura, cujo objetivo é provocar o riso no expectador, fator esse alcançado por meio das críticas ao comportamento do ser humano, de suas fraquezas, hábitos e costumes (2001, p. 112);
- caricatura: representação da fisionomia humana por meio de características grotescas, cômicas ou humorísticas (2001, p. 106);
- a história em quadrinhos: forma de narração de situações representadas por meio de desenhos, os quais constituem pequenas unidades gráficas sucessivas denominadas quadrinhos (2001, p. 365-367).

O elemento responsável por fazer de cada bloco uma série é o fato de que cada quadro ganha sentido por meio da serialidade e da dependência do quadro presente em relação ao seu predecessor e ao seu sucessor. Nesse caso, as elipses que marcam as fronteiras, apesar de não manifestadas, funcionam como unidades produtoras de sentido por meio da implicação de enunciados narrativos. Dessa forma, a ação contínua estabelece a ligação entre as diferentes figuras, sendo assim, essa forma de produção encontra-se marcada pela sequencialidade e pelo desenvolvimento espaço-temporal das unidades significantes visuais. No intuito de atingir sua finalidade básica, a HQ lança mão de símbolos, onomatopeias, códigos espaciais e elementos pictóricos que lhe garantem uma universalidade de sentido.

A definição de cartum refere-se ainda ao termo “caricatura” enquanto “[...] representação da fisionomia humana com características grotescas, cômicas ou humorísticas” (BARBOSA; RABAÇA, 2001, p. 112). Isso é corroborado por Fonseca, para quem a caricatura “[...] revela certos aspectos ridículos de uma pessoa ou de um fato” (1999, p. 17). Propp (1982, p. 88) contribui para a definição do termo, afirmando que o processo de caricaturização anula todas as características da personagem, ao se ater a um pormenor, um detalhe exagerado, de modo a atrair para si uma atenção exclusiva.

No que se refere à análise de tais composições dentro da teoria semiótica, Barros (1987, p. 05) afirma que o reconhecimento de sistemas semióticos sincréticos, como o cinema, ou a canção popular, assim como daqueles de elaboração secundária, como a linguagem poética e a plástica, exige o exame das correlações estabelecidas entre expressão e conteúdo. A autora considera a necessidade de analisar expressão e conteúdo como “organizações hierárquicas independentes, mesmo quando, no caso da expressão, os objetivos da abordagem forem a construção da significação e a recuperação dos efeitos de sentido”.

A teoria Semiótica integra um projeto de investigação científica cujo objeto de interesse é o “parecer do sentido”. Esse parecer é apreendido pelas formas da linguagem e dos discursos que o manifestam (BERTRAND, 2003, p. 11). Sendo assim, o sentido constitui uma totalidade cujas articulações fundamentais devem transcender não apenas as diferenças entre as linguagens possíveis tais como pictórica, musical, cinematográfica, entre outras, mas também as diferentes semióticas, sejam elas verbais ou não (LANDOWSKI, 2004, p. 103).

Na busca pela apreensão do sentido, a semiótica examina, em primeiro lugar, o plano de conteúdo dos textos, compreendendo-o por meio de um percurso hierarquizado “percurso gerativo de sentido”. Esse percurso comporta três níveis – o nível fundamental, o nível narrativo e o nível discursivo. A organização do percurso toma como ponto de partida o nível considerado mais simples e abstrato, nível das estruturas fundamentais, caminhando em direção ao nível mais complexo e concreto, o nível discursivo. Ao se utilizar dessa organização na análise de um dado objeto, é possível perceber que os níveis do percurso vão tornando complexas e concretas as estruturas mais profundas até que se chegue à manifestação, lugar em que o plano de conteúdo (do discurso) associa-se a um plano de expressão.

O primeiro nível, denominado nível fundamental, comporta as oposições semânticas que se encontram na base do texto, as tensões entre elas e suas valorizações eufóricas ou disfóricas referentes a cada um dos termos das oposições. Fiorin (2006, p. 21-23) considera que a semântica do nível fundamental comporta as categorias que se encontram na base de construção do texto. Assim, cada um dos termos que o compõem receberá uma qualificação semântica, que pode ser /euforia/ vs. /disforia/, uma vez que será homologada à primeira um valor positivo e à segunda, um valor negativo.

Juntamente com a semântica do nível fundamental, a sintaxe do nível fundamental será responsável pelo nível profundo da gramática semiótica.

Encontraremos na sintaxe as operações de negação e asserção que se encontram recorrentes no semantismo elementar de um texto. Por meio da semântica e sintaxe do nível fundamental podem ser explicados os níveis mais abstratos da produção, do funcionamento e da interpretação do discurso.

Ao analisarmos a figura 38 tomando como base os elementos de nível fundamental, percebemos que a estrutura euforia vs. disforia encontra-se presente em seu discurso. Nota-se que enquanto o enunciado verbal “tablet nas escolas” tende para um termo eufórico (visto que vários discursos educacionais enfatizam a importância do contato do aluno com os mais variados dispositivos tecnológicos para seu crescimento e aprimoramento enquanto cidadão), o texto visual nega tal enunciação ao mostrar que o investimento tão necessário e esperado por aqueles defensores de uma educação de melhor qualidade é inútil devido ao mau uso que os alunos fazem dos aparelhos tecnológicos. Observa-se dessa forma um enunciado verbal que localiza no texto (espaço da visualidade), que a tecnologia, que deveria ser utilizada em sala de aula como recurso didático, encontra-se representada de maneira disfórica, levando o enunciatário a crer que o investimento tecnológico nas escolas não trará o retorno estimado.



Figura 38: *Folha de S. Paulo*, 02 fev. 2012.

No nível seguinte, nível narrativo, encontramos as relações entre os sujeitos que compõem a narrativa e os objetos e, ainda, a relação entre os sujeitos. Nessa relação podem existir, no domínio da sintaxe narrativa, dois tipos de enunciados elementares: os

enunciados de estado e os enunciados de fazer, sendo que os primeiros são responsáveis pelo estabelecimento de uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto. Por outro lado, os enunciados de fazer serão responsáveis pelas transformações, pela passagem de um enunciado de estado a um enunciado de fazer. A dinâmica da narrativa faz com que os sujeitos e objetos mudem suas relações, dessa maneira pode-se ter uma narrativa iniciada com um estado de disjunção entre objeto e sujeito, mas ao final, por uma dada circunstância, este estado de junção pode mudar e os dois encontrarem-se conjuntos. Essa relação entre os estados e as transformações é denominada Programa Narrativo. Para Greimas e Courtés (2008, p. 388), tal programa deve ser interpretado como uma mudança de estado efetuada por um sujeito (S1) que, por sua vez afeta um sujeito qualquer (S2), ou a si próprio, por meio de um enunciado de fazer. Com o intuito de conquistar o objeto de valor no interior de uma dada narrativa, o sujeito pode lançar mão de programas narrativos de uso, por meio dos quais irá perfazer as quatro fases canônicas da narrativa: manipulação, competência, performance e sanção.

A manipulação pode ser definida como uma ação de um sujeito sobre outro que visa fazê-lo executar um dado programa. Ela pode ocorrer por tentação ou sedução (quando se instaura um querer-fazer) e por intimidação ou provocação (quando se instaura um dever-fazer). Encontra-se presente nos mais variados discursos que visam despertar os sujeitos que entram em contato com eles no sentido de que partam para uma ação. Greimas e Courtés (2008, p. 300) salientam que a relação entre o Destinator, sujeito que atribui uma dada tarefa, e Destinatário, sujeito que deverá executá-la ou que é seu beneficiário, não é de igualdade, mas sim de inferioridade e superioridade, dessa maneira a manipulação realizada pelo sujeito destinatário passará pela sanção do destinator, podendo ser avaliada positiva ou negativamente.

Na charge apresentada a seguir, figura 39, é possível perceber tal relação da seguinte forma. No primeiro quadro que compõe a sequência, observamos o sujeito denominado pelo enunciado verbal como “mensaleiro”, ou seja, político envolvido à época no escândalo do mensalão. Ele se encontra em seu quarto junto ao mordomo. Observamos assim uma relação de superioridade (opressão) exercida pelo sujeito patrão e inferioridade (de submissão) exercida pelo sujeito empregado. O patrão apresenta o enunciado verbal “Não consigo dormir. Preciso tomar algo.”. No quadro seguinte percebemos então que o patrão encontra-se “tomando”, devido à ambiguidade do verbo, dinheiro de seu empregado.



Figura 39: *Folha de S. Paulo*, 01 ago. 2012.

Ao analisarmos o verbo “tomar”, utilizado no primeiro quadro, pode-se dizer que ele carrega toda a ironia da charge, uma vez que a ideia inicial que se agrega ao verbo é a de sinônimo de “beber” (a agonia do “mensaleiro” remete à necessidade de um medicamento, para que o sujeito se acalme e consiga dormir), no entanto, tal raciocínio é quebrado a partir do momento em que, ao entrar em contato com o quadro subsequente, o enunciatário vê o “mensaleiro” tomando dinheiro de seu empregado. Observa-se assim que o significado do verbo “tomar” no segundo quadro da charge encontra-se próximo ao de explorar/usurpar.

A execução da tarefa requisitada (deixar que se tome algo) por parte do empregado é feita devido à relação “opressão vs. submissão” que ocorre entre os sujeitos, visto que o empregado encontra-se não muito satisfeito em atender ao pedido do patrão (lábios em posição descendente e olhar vago). No âmbito do nível fundamental pode-se pensar as categorias semânticas “euforia” e “disforia” vinculadas, respectivamente, à “submissão” e à “opressão”. No primeiro quadro, o sujeito “mensaleiro” encontra-se em disjunção com a euforia, observa-se a sua figurativização, agoniado, sentindo a necessidade de consumir um determinado objeto (“tomar algo”) para reestabelecer a euforia, fato esse, concretizado após “tomar” o dinheiro do sujeito empregado.

Percebe-se ainda a apresentação de um fazer explicitador de natureza transitiva (equivalente a uma espoliação) executada pelo sujeito S1 “mensaleiro”, que, para obter

a conjunção com o objeto-valor dinheiro, coloca o sujeito mordomo S2 em estado de disjunção.

No âmbito da manipulação, deve-se ainda refletir sobre a relação entre Destinator e Destinatário, pois essa relação contratual engloba o fazer-fazer, decorrente do processo manipulatório, o qual, por sua vez, pressupõe um fazer-querer, um fazer-saber e um fazer-poder (BERTRAND, 2003, p. 296).

Após o estabelecimento da relação contratual entre os sujeitos Destinator e Destinatário, o sujeito deve então adquirir as competências necessárias para executar sua missão e cumprir seus compromissos. Para Greimas e Courtés (2008, p. 76), a competência modal (fase narrativa que produz a competência do sujeito) pode ser entendida como uma “organização hierárquica das modalidades”, que se encontra fundamentada em um querer-fazer ou em um dever-fazer, os quais regem um poder-fazer ou um saber-fazer.

Seguinte à competência, a performance pode ser entendida como a fase em que ocorre a transformação central da narrativa, visto que é neste programa que ocorre a passagem de um estado a outro. Para Greimas e Courtés (2008, p. 363), ela surge como uma transformação que produz “um estado de coisas” sendo, no entanto, sobremodalizada pelo tipo de competência de que se acha dotado o sujeito responsável pela performance e pelo crivo modal do dever-ser.

A última fase narrativa, sanção, é a fase na qual ocorre a constatação da performance efetuada pelo sujeito. Dessa maneira, caberá ao Destinator verificar se a ação feita corresponde à esperada, a fim de retribuir ou punir o sujeito ao tomar como base o contrato estabelecido.

Para que o programa narrativo possa de fato ocorrer em sua totalidade será necessário que o destinatário-sujeito se deixe manipular pelo destinator-manipulador para que então este dote aquele dos valores modais querer, dever, saber e poder. Dessa maneira o destinator faz o sujeito fazer, por meio do processo manipulatório, aquilo que deseja que seja feito. Esse processo de fazer-fazer pode acontecer de quatro formas: pela provocação, pela sedução, pela tentação e pela intimidação, conforme exemplificado no quadro a seguir.

	<b>Competência do destinador-manipulador</b>	<b>Alteração na competência do destinatário</b>
PROVOCAÇÃO	SABER (imagem negativa do destinatário)	DEVER-FAZER
SEDUÇÃO	SABER (imagem positiva do destinatário)	QUERER-FAZER
INTIMIDAÇÃO	PODER (valores negativos)	DEVER-FAZER
TENTAÇÃO	PODER (valores positivos)	QUERER-FAZER

Figura 40: Tipos de manipulação (BARROS, 2008, p.33).

Para Greimas e Courtés (2008, p. 301), no intuito de exercer sua manipulação, o manipulador poderá propor ao manipulado objetos positivos ou negativos (modalidade do poder), poderá ainda persuadir o destinatário por meio da dimensão cognitiva, pelo saber, fazendo com que o manipulado saiba o que pensa de sua competência modal sob a forma de juízos positivos ou negativos. Observa-se, nesse ponto, a manipulação segundo o poder, dimensão que caracteriza a tentação (em que se propõe um valor positivo) e a intimidação (em que se propõe um valor negativo). Quando se trata de uma manipulação segundo o saber, o manipulado encontra-se levado a exercer um fazer interpretativo e a escolher, entre duas imagens de sua competência: positiva no caso da sedução, negativa na provocação. Por outro, quando se trata de uma manipulação segundo o poder, o sujeito manipulado encontra-se levado a optar entre dois objetos-valor: positivo na tentação, negativo na intimidação.



Figura 41: *Folha de S. Paulo*, 01 maio. 2012.

Observamos, na charge da figura 41, um exemplo de intimidação (manipulação pelo poder), que nesse caso propõe um valor negativo do sujeito (S2) projetado no texto. O enunciatório, ao se deparar com a charge, vê o seguinte enunciado verbal “Alvos da CPI do cachoeira”, ao observar o enunciado visual, entra em contato com a figurativização de um sujeito atendendo ao celular. Esse sujeito encontra-se projetado no enunciado de maneira amedrontada, visto que minam gotas de suor de seu rosto, e seu corpo encontra-se em posição contraída, querendo esconder-se de alguém que poderia ouvir sua conversa ao telefone. Ao analisar as gotas de suor que “nascem” no rosto do sujeito, percebe-se que elas se encaminham para o nariz proeminente do retratado e acabam, ao escorrer, por figurativizar, de maneira conotada, uma cachoeira.

Observamos aqui uma plurissignificação do termo “cachoeira” que se encontra representado no enunciado verbal. A palavra, além de ser o sobrenome de um político, que na ocasião, era investigado devido a um suposto envolvimento em desvio de verba, relaciona-se com o enunciado visual que traça o sujeito “alvo” desta CPI como tão amedrontado a ponto de sua transpiração metaforizar uma cachoeira.

Em termos narrativos o sujeito da enunciação encontra-se manipulado pela competência do poder do destinador, cabendo a ele apenas esperar pela sanção que virá em consequência das ações realizadas.

O terceiro nível de análise semiótica denomina-se discursivo. Será neste nível que a enunciação projetará os atores, espaços e tempos, bem como as figuras, que, correlacionadas, irão recobrir os temas do texto (BARROS, 2008, p. 85).

A charge a seguir, figura 42, apresenta-se como exemplo da projeção de atores para recobrir discursos.



Figura 42: *Folha de S. Paulo*, 03 ago. 2011.

Nela, o leitor entra em contato com enunciado verbal e se depara com a seguinte afirmação: “Ministério da Agricultura”, logo em seguida, encontra um ator que figurativiza o ministro da agricultura, que assim afirma: “Já implantamos medidas para espantar irregularidades!”. Todas essas informações encontram-se projetadas no primeiro quadro da charge. No quadro que segue, com enquadramento de segundo plano, observa-se a figurativização de um cofre com bastante dinheiro e, em meio a grande quantidade de papel moeda, a figurativização de um espantalho, figura conhecida por representar uma alternativa para espantar os possíveis inimigos naturais das colheitas.

Observa-se, por meio do uso do verbo “espantar”, e de sua retomada de sentido no segundo quadro com o espantalho, a aproximação de dois lexemas distintos, conferida por meio de sua ambiguidade. Pode-se dizer que cofre e plantação (dois temas apresentados na charge) não fazem parte de um mesmo campo semântico, mas quando são colocados em um processo de sinonímia alteram o complemento semântico e o sentido de distanciamento para identificar a polissemia preenchida pelo visual, causando o efeito crítico e ácido da charge. Ao implantar um espantalho, mas deixar o cofre aberto, o ministro prova que seu plano será ineficaz.

A partir do momento em que as estruturas discursivas se unem a um plano de expressão, serão manifestadas enquanto texto e, a partir disso, será possível observar as relações que se instauram entre a instância da enunciação e o enunciado textualizado.

De acordo com Fiorin (2008), devemos pensar a enunciação como lugar no qual se instaura um sujeito. Dessa forma, a enunciação que parte de um sujeito ocorrerá em um determinado espaço e em um dado tempo. Tem-se então a instauração das categorias espaciais e temporais. Esses mecanismos são os mecanismos de ancoragem textual, denominados *debreagem* e *embreagem*. Por meio desses percursos da ancoragem, o texto é relacionado a datas, pessoas e espaços que o enunciatário reconhece como existentes (FARIAS, 2005, p. 250).

Greimas e Courtés (2008, p. 95) definem *debreagem* como “(...) procedimento pelo qual a enunciação distingue e projeta para fora de si termos ligados à estrutura de base, com vistas à manifestação”. Tais procedimentos encontram-se denominados como *debreagem actancial*, *debreagem espacial* e *debreagem temporal*. A primeira delas refere-se à instalação de um sujeito, responsável pela produção do enunciado no qual será levado em conta a instauração das categorias de pessoa “eu” e “tu”, as quais servem como denominações aos dois actantes da enunciação: enunciador e enunciatário. Paralelamente à *debreagem actancial* surge a *debreagem temporal*, como um processo de projeção, no momento do ato de linguagem, para fora da instância da enunciação do termo não-agora, o qual permite instituir, por pressuposição, o tempo agora da enunciação e permite a construção de um tempo objetivo a partir da posição do que se pode chamar tempo do então. Responsável pela instauração dos fundamentos de um espaço objetivo no enunciado, a *debreagem espacial* simula o lugar da enunciação.

Existem dois tipos distintos de *debreagem*, a *enunciva* e a *enunciativa*. A *debreagem enunciva* ocorre quando se cria um efeito de sentido de objetividade, ou seja, manifestar-se-á por meio da projeção de um actante “ele”, situado em um espaço “lá” e em um tempo do “então”, mecanismo esse muito recorrente nas charges que compõe o corpus. Já a *debreagem enunciativa* ocorre quando se tem a projeção no enunciado de um “eu”, inserido em um espaço “aqui” e em um tempo “agora”, ou seja, quando a enunciação cria um efeito de sentido de concomitância com relação às categorias do enunciado.

Diferentemente da *debreagem*, que se caracteriza pela colocação fora da instância da enunciação da pessoa, do espaço e do tempo enunciado, a *embreagem* pode ser definida como o efeito de retorno à enunciação (FIORIN, 2008, p. 27). Seguindo os

mesmos parâmetros da debreagem, esta se encontra dividida em embreagem actancial, embreagem espacial e embreagem temporal. As definições de tais categorias podem ser descritas como suspensões das oposições entre certos termos das categorias de pessoa, espaço e tempo, sendo assim, toda embreagem pressupõe uma debreagem que lhe é logicamente anterior (GREIMAS, COURTÉS, 2008, p. 159-160).

Para aplicar tais conceitos, pode-se pensar no enunciado “A mamãe quer que o neném coma toda a comidinha”, tal enunciado vale-se de uma embreagem de categoria de pessoa, na medida em que, por meio dessa suspensão pressupõe a existência de uma debreagem anterior. Ao projetar categorias de tempos, espaços e pessoas enuncivos e enunciativos, a debreagem se valeria, por outro lado, deste enunciado: “Eu quero que você coma toda a comidinha”. Dessa forma, naquele enunciado, o uso da terceira pessoa no lugar da primeira produz um efeito de sentido objetivado pelo uso de categoria de pessoas, voltado para os substantivos concretos “mamãe” e “neném”, em vez de categorias de pronomes subjetivos como o são os do caso reto “eu” e “você”.

Quando Chico Buarque diz em sua canção *João e Maria* “Agora eu era o herói”, o compositor brinca com as categorias temporais, ao tornar implícito um espaço da enunciação passado (embreagem temporal), quando usa o verbo “ser” no pretérito imperfeito do modo indicativo em vez de utilizá-lo no presente (sou, equivalente à projeção esperada, de debreagem temporal). Com isso, o efeito de sentido desloca-se do passado ao presente ou vice-versa, produzindo um efeito de sentido característico das brincadeiras infantis, quando a ludicidade faz a criança dizer coisas como: “Nessa história (passado, instância do então), agora eu sou o príncipe e você é (presente, instância do agora) a princesa”.

A discussão e apresentação desses mecanismos para a compreensão das charges que serão analisadas se faz importante uma vez que, para Fiorin (2008, p. 31), tais conceitos não pertencem a determinada língua ou linguagem (verbal, por exemplo), mas à linguagem pura e simplesmente. Sendo assim, de acordo com o autor, todas as línguas e todas as linguagens possuem as categorias de pessoa, espaço e tempo, que, no entanto, podem expressar-se diferentemente de uma língua para outra, de uma linguagem para outra.

A partir do momento em que se apresentam os recursos de embreagem e de debreagem, instauram-se os mecanismos de actorialização, espacialização e temporalização. Sendo esses os responsáveis pela colocação em discurso das estruturas

semióticas mais profundas (por meio da reunião dos elementos dos componentes sintático e semântico) (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 22).

Para Greimas e Courtés (2008, p. 23), a actorialização pode ser definida como um dos componentes da discursivização que está fundada sobre a ativação das operações de debreagem e de embreagem. O que caracteriza o procedimento da actorialização é o fato de instituir atores do discurso pela reunião dos diferentes elementos dos componentes semântico e sintático. Dessa forma, a reunião termo a termo de pelo menos um papel actancial com pelo menos um papel temático constitui os atores, que se dotam, desse modo e ao mesmo tempo, de um *modus operandi* e de um *modus essendi*.

Ao se pensar em um percurso gerativo global, a espacialização aparece por meio da colocação em discurso das estruturas semióticas mais profundas. Comporta, assim, procedimentos de localização espacial, interpretáveis como operações de debreagem e de embreagem, efetuadas pelo enunciador para projetar, no discurso enunciado, uma organização mais ou menos autônoma, que serve de quadro para a inscrição dos programas narrativos e de seus encadeamentos (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 176-177).

Nas charges do córpus apresenta-se, de maneira mais recorrente, a projeção de debreagem por meio das coordenadas espaço-temporais. Um exemplo seria a figurativização de Dilma em Brasília, por meio de sua debreagem espacial em um local, como a Esplanada dos Ministérios.

O último elemento, a temporalização, consiste em produzir o efeito de sentido de temporalidade, transformando assim, uma organização narrativa em história (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 497). Tal fato encontra-se sempre presente nas charges, visto que por meio da apresentação de temas da atualidade procura contar algo a respeito das personalidades do cotidiano, ou ainda pelo fato de compor um caderno de um periódico de circulação diária e com vínculo as notícias com as quais divide a página.

Responsável pela concretude textual e ainda pela manifestação dos valores do enunciador, as estruturas figurativas encontram-se na semântica do nível discursivo. A figurativização é um procedimento no qual são atribuídos traços sensoriais ao texto, sendo, dessa maneira, um recurso que lhe confere concretude (FARIAS, 2005, p. 250).

No que se refere à charge, essa concretude será fundamental, não apenas para a construção do humor, mas especialmente para o reconhecimento, por parte do

enunciatório, de elementos que remetam ao ator apresentado/representado pelo chargista. De acordo com Fiorin (2008, p. 32), os mecanismos de figurativização e tematização são operações enunciativas as quais desvelam os valores, as crenças e, por conseguinte, as posições do sujeito da enunciação.

Juntamente com a figurativização ocorre a tematização, outro mecanismo semântico, o qual pode ser definido como o ato de dotar uma sequência figurativa de significações mais abstratas, as quais possuem como função alicerçar e unir elementos, indicando sua orientação e finalidade, ou ainda, inseri-los em um campo de valores cognitivos ou passionais (BERTRAND, 2003).

Conforme observamos nas definições citadas, os termos tematização e figurativização encontram-se interligados. Para Greimas e Courtés (2008), a tematização consiste em um procedimento que dissemina, sob a forma de temas, valores já atualizados pela semântica narrativa, de maneira mais ou menos difusa ou concentrada, pelos programas e percursos narrativos, de forma a abrir caminho para a figurativização.

Para Barros (2008, p. 87), a figurativização é “o procedimento semântico pelo qual conteúdos mais ‘concretos’ (que remetem ao mundo natural) recobrem os percursos temáticos abstratos”. Sendo assim, o uso de figuras, temas e de mecanismos de ancoragem cria no texto um simulacro de realidade. De acordo com Greimas e Courtés (2008, p. 213), “dadas as múltiplas possibilidades de figurativizar um único e mesmo tema, este pode estar subjacente a diferentes percursos figurativos; isso permite explicar variantes”.

Nas figuras 43 e 44 observa-se o tema desvio de conduta/corrupção figurativizado pelo enunciado verbal “mensalão” presente nas duas charges. No entanto, a maneira como se encontra figurativizado o “mensalão” em cada uma das imagens é distinta.



Figura 43: *Folha de S. Paulo*, 01 ago. 2012



Figura 44: *Folha de S. Paulo*, 05 maio 2013

Nas duas imagens percebe-se a figurativização do luxo, na primeira charge pelos aposentos do parlamentar, na segunda, pelo pensamento dos deputados a respeito das “penas” que, de acordo com eles, precisam ser revistas.

O luxo figurativizado nas duas charges advém de uma apropriação do dinheiro público que ocorre devido à manipulação por sedução a que são expostos os deputados, uma vez que, enquanto representantes da população, são sujeitos que querem e podem obter dinheiro ilícito por meio de seus cargos e ainda do acesso que possuem à informação.

Apesar de querer e poder ter acesso ao dinheiro público, os parlamentares, não devem praticar tal ato e, por vezes, não sabem como fazer, prova disso são as CPIs que acabam por revelar essas práticas. Como não sabem, esses sujeitos são, quando descobertos, julgados negativamente pelo destinatador sociedade que possui apenas a sanção cognitiva, visto que a sanção pragmática fica a cargo dos detentores do poder/fazer, neste caso, os juízes.

Na primeira charge observa-se a figurativização dos deputados em frente à imagem da justiça, um deles profere o seguinte enunciado verbal: “Queremos a revisão das penas”, ao se deparar com o enunciado, o leitor pensa tratar-se das penas aplicadas aos políticos corruptos, uma vez que, no canto superior da charge lê-se “Mensaleiros”, ou seja, por meio do enunciado “Mensaleiros”, o leitor acredita que a charge trata de um assunto referente à corrupção. No entanto, ao se observar o balão de pensamento que advém dos parlamentares vê-se que a “pena” a que se referem não é a “pena” aos corruptos, mas sim uma “pena” ligada ao seu conforto e bem-estar. Dessa maneira, observa-se a construção da ironia da charge por meio da plurissignificação da palavra “pena” que, em um primeiro momento parece referir-se a um interesse coletivo (maiores punições para políticos corruptos, acabando assim com o desvio de verbas), refere-se a um benefício individual (maiores regalias para os políticos).

A charge da figura 44 apresenta um parlamentar em seus aposentos que profere o seguinte enunciado: “Não consigo dormir! Preciso tomar algo!”, e, no quadro seguinte, observa-se o parlamentar “tomando” dinheiro de seu mordomo. O processo de plurissignificação ocorre com o verbo “tomar” que, no primeiro quadro, a julgar pela figurativização do parlamentar, em seu quarto, deitado em uma cama com aparência angustiada parece referir-se a um medicamento, raciocínio esse quebrado quando, no segundo quadro vê-se a ação de “tomar” dinheiro do empregado sendo exercida pelo patrão. O processo manipulatório ocorre na charge por meio de um poder-fazer do sujeito político, que pode extorquir dinheiro e de um não-poder-fazer por parte do empregado que, devido a sua submissão, se vê na necessidade de obedecer ao patrão.

A busca da compreensão dos mecanismos de organização textual se faz importante uma vez que a imagem deve ser percebida como um conjunto de formas, cores, tamanhos, os quais imprimem em nós uma marca significativa, também dotada de uma significação, modificando as relações de sentido mais imediatas, concernentes às estruturas inteligíveis (GOMES, 2009, p. 216). Razão pela qual se deu atenção a esses mecanismos de tematização e figurativização, que visam mobilizar o fazer interpretativo crítico do enunciatário-leitor. Hipótese corroborada por Fonseca quando afirma que: “A caricatura não é somente a tribuna do desenhista. Além de **orientar** ou **refletir** a opinião do público a que se dirige, é também sua voz, o que a torna uma forma de expressão importante e temida” (FONSECA, 1999, p. 12, grifo nosso).

## 2.2 Sincretismo de linguagens na charge

Ao se pensar na charge deve-se ter em mente que sua manifestação ocorre por meio da homologação entre diferentes planos da linguagem, por isso a linguagem sincrética típica da charge compõe-se das linguagens verbal, não verbal (visual) e de elementos que marcam traços supralinguísticos, como serifas nos grafemas, balõezinhos de diálogo característicos, onomatopeias e traços de prosódia, que estão visualmente manifestados. Nesse âmbito, é importante mencionar como as múltiplas linguagens atuam na charge, com vistas a indicar de que forma conteúdo e expressão produzem uma enunciação global e não simplesmente efeitos de sentido isolados enquanto linguagens manifestadas de forma estanque.

Greimas e Courtés (1986, p. 217) definem o termo “semióticas sincréticas” como a manifestação de múltiplas linguagens. Os autores apresentam, como exemplos de manifestações sincréticas, o anúncio publicitário, as histórias em quadrinhos, o jornal televisivo, as manifestações culturais e políticas. A análise dos enunciados sincréticos convida-nos ao questionamento sobre os tipos de comunicação que eles implicam.

Adotando-se a primeira definição (manifestação de múltiplas linguagens), pode-se afirmar, conforme Greimas e Courtés (1986), que as semióticas sincréticas constituem seu plano de expressão e, mais precisamente, a substância de seu plano de expressão, com elementos pertencentes a várias semióticas heterogêneas. Dessa maneira, afirma-se a necessidade e a possibilidade de abordar tais objetos como um todo de significação (por meio da compreensão de um processo de enunciação global).

As primeiras análises de enunciados sincréticos realizadas permitiram o reconhecimento de, ao menos, duas problemáticas relativas à enunciação: os procedimentos de sincretização (do processo gerativo do sincretismo) e, as estratégias sincréticas (de elaboração dos programas complexos de comunicação) (GREIMAS; COURTÉS, 1986, p. 218). De acordo com Fiorin (2008, p. 56), no momento em que temos a junção dos planos de expressão e de conteúdo ocorre o fenômeno denominado textualização. O texto é, dessa maneira, uma unidade que se dirige à manifestação. Essa manifestação pode ocorrer de diversas formas, se pensamos, por exemplo, em um texto escrito, o conteúdo a ser manifestado por ele sofrerá o efeito da linearização, uma vez que o significante da linguagem verbal se dá de forma linear.

Diferentemente dos textos de caráter linear nesta tese, trabalha-se com textos visuais, os quais possuem manifestações de linguagens distintas. Nesses tipos de texto

não se busca apenas a informação, como ocorrem nos textos de função puramente utilitária. Importa-nos apreciar a maneira como o conteúdo foi trabalhado e, sobretudo, a relação entre diferentes linguagens de manifestação, sendo assim, a expressão ganha relevância uma vez que o chargista procura não apenas apresentar o fato, mas também recriá-lo, por meio de um processo de discursivização que constrói um tema baseado em preocupações contemporâneas, o qual é figurativizado de forma irônica. Isso ocorre devido ao fato de a articulação entre os planos de expressão e conteúdo contribuir para a significação global da charge.

Fiorin (2009, p. 38) afirma se tratar de um mecanismo de enunciação. Dessa maneira, não há, para cada enunciado sincrético, uma enunciação visual, uma enunciação verbal, uma enunciação gestual, dentre outras. Isso porque, se houvesse uma enunciação para cada tipo de linguagem, teríamos como resultado uma linguagem ao lado da outra sem que houvesse uma superposição da forma da expressão e, por conseguinte, sem que dela resultasse um sincretismo. No entanto, possuímos uma única enunciação sincrética, realizada por um mesmo enunciador e por meio de uma pluralidade de linguagens de manifestação para constituir um texto sincrético. Sendo assim, melhor seria dizer, no lugar de semióticas sincréticas, textos sincréticos.

Discini (2003, p. 102), ao analisar as charges da *Folha de S. Paulo*, afirma que se apresentam com recursos de sincretismo, uma vez que se constituem por meio da construção de duas substâncias, a verbal e a visual, as quais se mantêm discretas, mas são sincretizadas em uma forma única nos planos de expressão e conteúdo. O aporte no qual se apresentam, constitui-se como predominantemente figurativo, uma vez que as ideias se concretizam por meio de figuras, as quais são representações do mundo dado como mundo natural. Pode-se dizer ainda que as charges se consolidam como texto descritivo, (fixam uma cena no tempo), irônico, (frequentemente colocam em dúvida na enunciação o que é afirmado no enunciado), parodístico (as figuras construídas mostram figuras de base, que são subvertidas intertextualmente: na expressão, pela refração em escala diferente; no conteúdo, pelo efeito do ridículo). A propósito dos sujeitos manifestados no discurso, alvos do humor característico das charges da *Folha*, Discini afirma que são políticos do poder constituído: Presidente da República, Ministro da Economia, entre outros.

Tais aspectos podem ser amplamente observados nas charges que compõem o corpus de análise, uma vez que é possível perceber que é por meio da figurativização dos atores “presidente da república” e “governo federal” que o enunciador apresenta ao

enunciatório um governo risível que não possui condições de sanar os problemas da população, convocando o enunciatório a uma reflexão.

Observamos que, na concretude do texto charge, os atores do enunciado encontram-se figurativizados de maneira distorcida e hiperbólica, figurativização que se faz necessária para representar o ator discursivo.

Por meio das figuras do discurso (resultantes da projeção de tempos, espaços e pessoas), a enunciação consegue esconder-se e proteger-se de possíveis censuras, porque o riso encontra-se abrigado em um “ninho de impunidade”, pois se liga ao domínio da sátira. Sendo assim, importa o longe, o então os quais juntamente com o ele debreados simulam uma enunciação ausente e descomprometida com aquilo que diz. Dessa forma, a charge constrói sua própria eficácia, fazendo-se crer distante (DISCINI, 2003, p. 113).

Para Carmona (2010, p. 84), um código seja ele verbal ou visual, ou ainda verbo-visual, pode ser entendido de formas distintas, podendo se definir um conjunto de correspondências. Um código será sempre um sistema de equivalências, uma série de possibilidades, dentro das quais é escolhido, por referência, um conjunto de comportamentos ratificados, por uma dada comunidade, segundo a qual o emissor e um destinatário podem estabelecer contato, sabendo que ambos falam a mesma linguagem. Por essa razão, faz-se importante uma hegemonia discursiva no que se refere aos textos que, juntamente com a charge, compõem o caderno Opinião, do jornal *Folha de S. Paulo*, para que com o tempo e prática de leitura o enunciatório consiga apropriar-se dela de maneira mais completa. Tendo em vista a multiplicidade de sistemas de composição da imagem, faz-se necessário que o espectador leia o texto visual de maneira conveniente, para que possa apurar todas as possibilidades de sentido (CARMONA, 2010, p. 30).

Referente a essa questão, observamos a seguinte explicação de Lopes (1975, p. 46):

Quando vemos uma fotografia de nosso amigo João, reconhecemos nela uma representação de João; um mapa de nossa cidade representa nossa cidade. Há, em tais casos, certa similitude visual entre o significante e o significado. As fotografias, cópias, impressões digitais, etc, possuem a particularidade de incluir uma *relação necessária* entre *a parte que expressa, formalmente, o conteúdo* (=significante) e o *conteúdo expressado* (=significado).

A similitude visual da qual Lopes fala não se apresenta manifestada de maneira tão clara na charge, razão pela qual cabe ao leitor desvendar o sentido oriundo do estranhamento produzido pela caricatura. Esse estranhamento nos convoca a pensar, analisar, a sair do lugar da contemplação que se evidencia em outras manifestações visuais mais analógicas.

Ao se buscar um refinamento para a classificação dos enunciados visuais, pode-se pensar nas características visual e verbal e ainda na organização sequencial e não sequencial. De acordo com o *Dicionário de Comunicação* (BARBOSA; RABAÇA, 2001) o termo “sequência” é definido como “conjunto de cenas que se referem à mesma ação” (p. 668). Para Eisner (1989, p. 05), pode-se definir arte sequencial como “(...) uma disciplina distinta, uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia”.

Para o *Dicionário de Semiótica*:

A descrição de uma sequência é assegurada pela presença de demarcadores que servem para delimitar-lhe as fronteiras. A comparação com as sequências que a precedem e que a ela se seguem permite estabelecer disjunções contrastivas e reconhecer, assim, quer suas propriedades formais, quer suas características semânticas denomináveis (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 417).

Para Carmona (2010, p. 182), a relação estabelecida entre significante, significado e seu referente vai mais além da relação da matéria expressiva, não dependendo necessariamente dela. Dessa maneira, uma paisagem pode ser realizada por meio de uma fotografia, um quadro, ou ainda uma descrição verbal. O importante, afirma, é a forma pela qual é assumida a relação entre os três elementos citados.

O signo saussuriano, compreendido por significante/significado, é ampliado no campo teórico por Hjelmslev, pela função semiótica expressão/conteúdo. É interessante perceber que sempre que existe uma relação desse tipo, reconhecida por uma sociedade humana, existe signo. O qual não é nem entidade física, nem entidade semiótica fixa, mas sim um lugar de encontro de elementos independentes os quais produzem diferentes sistemas por meio de uma correlação codificada transitória.

De acordo com o *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, 2008), entende-se por ícone algo que possua uma relação de semelhança com a realidade. Por oposição ao termo ícone, teríamos o símbolo que poderia ser definido como algo criado, uma convenção social possuindo assim uma relação com o mundo natural (2008). Os

autores afirmam ainda que o interesse da semiótica recai não sobre o ícone, mas sim, sobre a iconicidade utilizada para definir semióticas no seu plano de expressão, no seu conjunto.

Buscando entender a correlação de tais elementos nas manifestações visuais da atualidade, temos Groensteen (1999), que analisa as HQs. Para o autor, as histórias em quadrinhos nos dias atuais não devem ser consideradas por seus fenômenos históricos, sociológicos ou econômicos, mas sim pelos mecanismos de produção de sentido. Vivemos o momento da crítica “neosemiótica” dos quadrinhos, em que o foco se encontra na dimensão poética das histórias.

Com o intuito de analisar as Histórias em Quadrinhos, Groensteen (1999, p. 03) afirma que se deve ter em mente dois pontos fundamentais, o primeiro deles, que as histórias, para serem analisadas, assim como todo objeto semiótico, devem passar por uma decomposição em unidades mínimas, na busca de seus constituintes fundamentais. Nessa direção, é importante pensar nas possibilidades de formantes visuais e de suas categorizações por meio do estudo da forma da expressão (categorias eidéticas, cromáticas e topológicas) aliada à forma do conteúdo (a discursivização do texto, no percurso gerativo de sentido semiótico).

O termo eidético encontra-se definido por Greimas e Courtés (1986, p. 73) como utilizado na teoria semiótica plástica para se evitar a utilização dos termos forma e formal, utilizados na teoria de Hjelmslev e que se encontram já dotados de sentido preciso. Sendo assim, o termo eidético designa todas as categorias que servem para definir uma configuração plástica no nível da forma, tais como: contorno (retilíneo x curvo) e oposição (convexo x côncavo). Comparadas às categorias cromáticas, as categorias eidéticas ocupam a posição de categorias constituídas no interior do processo de geração das configurações plásticas.

O termo seguinte, cromatismo, é apresentado como de um papel constituinte dentro do processo de geração do discurso plástico: a apreensão de, ao menos, um contraste sobre a categoria cromática é necessário para a constituição de uma configuração plástica. As categorias cromáticas podem estar classificadas em dois grupos: das categorias não graduáveis (como a categoria da cromaticidade, que permite articular a totalidade da substância visual segundo um número reduzido de termos cromáticos de base: azul/vermelho/verde/ dentre outros) e das categorias graduáveis (como a saturação, a luminosidade, e a categoria acromática negro/vs./branco) (GREIMAS; COURTÉS, 1986, p. 43).

Já as categorias topológicas são definidas como de natureza não constituinte, ajustadas à disposição das configurações plásticas dentro do espaço bi e tridimensional. Podem se dividir em várias classes, como a posição e a orientação (GREIMAS, COURTÉS, 1986, p. 239).

A gestualidade, outro conceito importante para o entendimento das HQs, é definida por Greimas e Courtés (2008, p. 237) como um fenômeno paralinguístico que teria como função auxiliar no quadro da comunicação intersubjetiva. Ao se examinar mais de perto pode ser definida como gestualidade do enquadramento da enunciação. De acordo com os autores, as categorias que ela é capaz de enunciar são categorias abstratas que tomam a forma, quer de enunciados modais (asserção, negação, dúvida e certeza), quer de enunciados de quantificação (totalização, divisão), e de qualificação (estados eufóricos e disfóricos), quer, sobretudo, de enunciados fáticos (acolhida e repulsa, abertura para o mundo e fechamento em si), que transformam a comunicação em comunicação intersubjetiva. É interessante salientar ainda que a gestualidade não se limita aos gestos das mãos e dos braços ou à expressão do rosto, mas faz parte do comportamento somático do homem.

A gestualidade<sup>10</sup> que se manifesta na charge pode ser considerada como uma metassemiótica da gestualidade em si, uma vez que ocorre por meio de uma projeção do gesto humano no plano de conteúdo da charge, ou seja, tem-se uma gestualidade discursivizada por meio de figuras do conteúdo.

Outro fator fundamental para a análise das HQs na visão de Groensteen (1999) refere-se à necessidade de se ter em mente que as HQs se constituem de uma mistura de texto e imagem, uma combinação específica de códigos linguísticos e visuais, um encontro de duas formas de expressão.

Dos textos aqui evocados – charge, caricatura e HQ – Riani (2002) afirma que a caricatura exige um domínio maior das técnicas artísticas/plásticas específicas, no que se refere ao impacto visual. De acordo com o autor, isso ocorre porque a identificação do retratado, por parte do observador/leitor e a qualidade artística/visual são essenciais na caricatura fisionômica, enquanto categoria. Dessa maneira, diferentemente das demais formas de manifestação aqui apresentadas, não é a ideia da ação, do fato ou do

---

<sup>10</sup> A exemplo do sistema gestual, campo da proxêmica, podem ser homologadas as categorias do conteúdo “afirmação” (gesto do sim) e “negação” (gesto do não) às categorias da expressão “verticalidade / horizontalidade” (GREIMAS; COURTÉS, 1986, p. 204).

roteiro que determina o melhor resultado das obras nessa categoria, mas a forma de representação.

No que se refere à divisão em unidades mínimas de significação, Groensteen (1999) afirma que ao tratarmos de códigos visuais deve-se atentar para o fato de que, em artes plásticas, os códigos linguísticos governam a articulação das noções de tempo e espaço das unidades nomeadas como quadros ou vinhetas, obedecendo um critério mais visual que narrativo, ou melhor, um critério discursivo, onde esses dois critérios se sobrepõem, algumas vezes em direção à indistinção. As HQs se constituem como uma combinação de um, dois ou diversos materiais de expressão e de um conjunto de códigos, esta é a razão pela qual não pode ser descrita senão em termos de sistema. Dessa maneira o problema proposto ao analista não é o de privilegiar este ou aquele código, mas de encontrar uma via de acesso ao interior do sistema que permite explorar dentro da sua totalidade e de fazer aparecer a coerência.

Diferentemente do texto verbal, em que a narração se dá por meio do encadeamento de frases, nas artes visuais o processo ocorre através do encadeamento das imagens, no que se refere ao programa narrativo, apoiado na reconstrução por parte do espectador que extrapola o texto a partir do momento em que entra em contato com a imagem e com o que ela mostra. Assim, o leitor contará a si mesmo a história que possui em mãos, em seu próprio ritmo e de acordo com sua própria imaginação.

É interessante observar como a característica do encadeamento se encontra presente, por vezes, na charge. Ao observar as charges que compõem o corpus de análise, verificamos que das 48 charges referentes ao 1º mandato da Presidente Dilma Rousseff, compreendido entre 2011 e 2014, 19 delas possuem, como parte de seu processo de narratividade, um encadeamento de quadros.

Dessa forma, podemos perceber como o processo de narratividade das charges e das HQs encontra-se interligado. Analisaremos, a seguir, algumas das charges que compõem o corpus, buscando compreender como o encadeamento das imagens corrobora para a construção do sentido e instauração da ironia.

### **2.3 Análise plástica das charges**

Floch (1985), ao apresentar as categorias de expressão responsáveis pela distribuição dos objetos plásticos (utilizadas para a análise de imagens), propõe uma divisão entre relações lineares e relações planares.

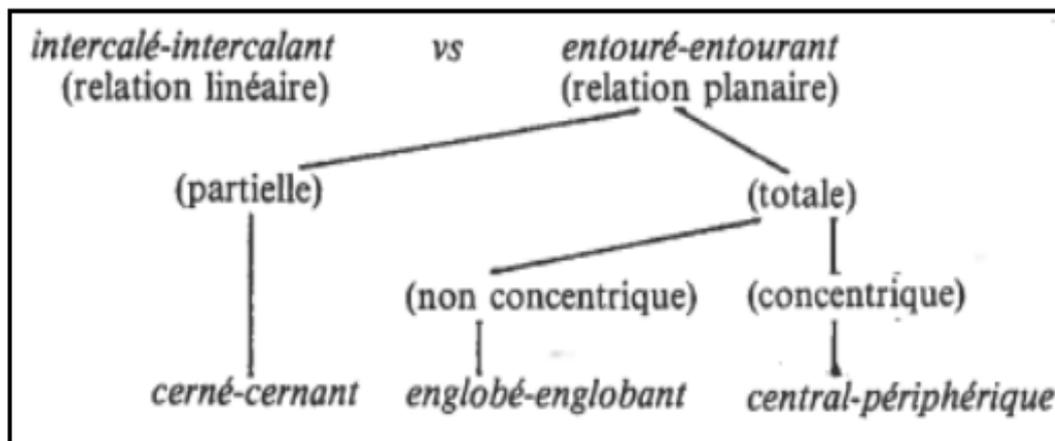


Figura 36: Esquema das categorias de expressão (FLOCH, 1985, p.30)

Pietroforte (2004) retoma esse esquema afirmando que as relações lineares dão conta da colocação dos elementos plásticos em sequências lineares, ou seja, de espaços colocados lado a lado, ao passo que, as relações planares poderiam ser exemplificadas pela colocação desses elementos uns em torno dos outros. Sendo assim, as relações lineares seriam formadas pela categoria intercalado vs. intercalante e as relações planares pela categoria circundado x circundante.

A categoria circundado vs. circundante pode ainda ser total ou parcial. Quando aplicada de maneira parcial, se realiza como cercado vs. cercante quando aplicada de maneira total, o objeto circundado pode estar fechado concêntrica ou não pelo circundante. Caso seja concêntrico, a categoria realizada é central vs. marginal, se não é concêntrico, a categoria realizada é englobado vs. englobante.

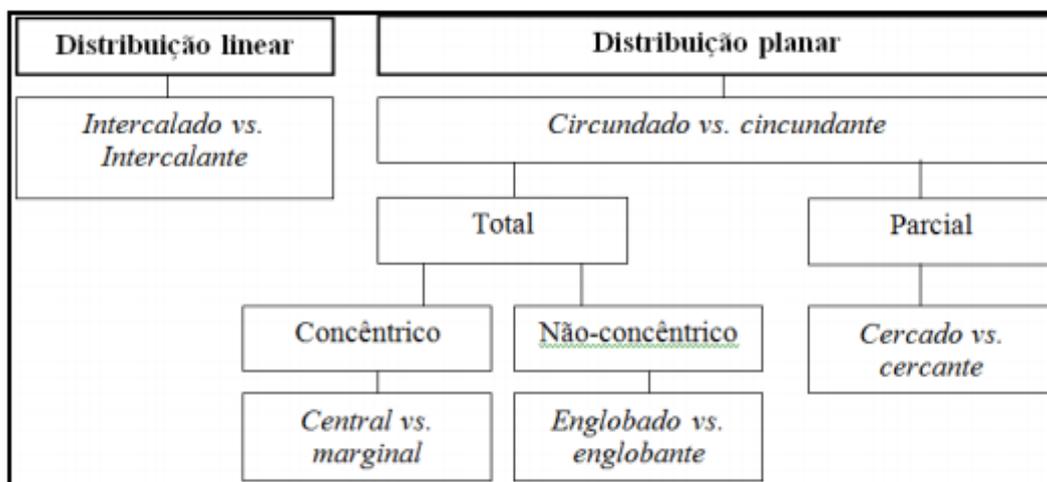


Figura 45: Adaptação do modelo de Floch, reelaborado a partir de Pietroforte (2004).

Buscando a aplicação dos conceitos de Floch (1985), foram selecionadas algumas charges do cópús que apresentam as relações de distribuição planar e linear. A escolha dessas charges deve-se ao fato de servirem para ilustrar pontos específicos da teoria apresentada, em que, gradativamente, as demais charges serão apresentadas.



Figura 46: Exemplo de distribuição planar parcial: categoria cercado vs. cercante. *Folha de S. Paulo*, 04 nov. 2012.

Na figura 46, observa-se o enunciado verbal que diz: “Revista na tropa” e apresenta a figurativização do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin juntamente com dois policiais. O enunciado verbal “Revista na tropa” e figurativização dos policiais, remete aos procedimentos de rotina que ocorrem nos batalhões de polícia e que visam inspecionar o efetivo buscando encontrar irregularidades.

Percebe-se a oposição da segurança, ponto de vista do governador e da segurança pública, figurativizada pelos policiais, à insegurança sentida pela população e figurativizada por meio da projeção discursiva das vítimas de crimes. Observa-se ainda, uma linha que separa o governador e os policiais da cena que se constitui como cena de reconstituição do crime.

Essa organização remete ao mito da caverna (neoplatônico) que afirmava ser possível, para os que habitavam a caverna, apenas a visualização de sombras dos elementos oriundos do espaço além daquele que habitavam. Sendo assim, pode-se pensar que para o governador, assim como para a segurança pública do Estado, a mortalidade de civis é parte constituinte de índices, uma vez que a realidade da população é distante da vivenciada por eles. Fato esse comprovado pela forma que se encontram representados no espaço da charge, topologicamente do lado de fora da

“linha dos homicídios”. Pode-se afirmar que ocorre a oposição vida vs. morte sendo à vida homologada a disciplina (dos militares e do governador) e à morte a caoticidade da (in)segurança pública vivida pela população.

No que se refere a distribuição dos objetos figurativizados na charge, pode-se dizer que ocorre de forma planar parcial, visto que a representação dos corpos dos indivíduos mortos encontra-se, em relação aos atores governador e policiais em relação cercado vs. cercante.



Figura 47. Exemplo de distribuição planar total categoria: central vs. marginal. *Folha de S. Paulo*, 07 nov. 2014.

A figura 47 apresenta-se como exemplo de distribuição planar de seus elementos constituintes. Nela, observamos a figurativização de um menino de rua fazendo malabarismos (figura muito comum para os frequentadores de grandes centros, onde é comum ver esses meninos junto aos sinais de trânsito). O enunciado verbal apresenta a seguinte informação “Miséria volta a crescer”.

Ao entrar em contato com esse enunciado, o leitor é remetido a índices (número maior de pessoas em situação de disjunção com os elementos considerados básicos à existência, tais como saúde, educação e segurança). No entanto, a ironia da charge consiste em negar na enunciação a afirmação que se apresenta no enunciado, sendo assim, se a enunciação sugere a interpretação do crescimento de situação de miséria da população, no enunciado o crescimento da miséria é apresentado do ponto de vista do caráter topológico, visto que a miséria encontra-se representada, por meio da figurativização do menino de rua, no alto de um arranha-céu. Pode-se afirmar ainda que o enunciado numérico, que apresenta a interpretação de que o número de pobres

aumentou, nos mostra que o crescimento dos pobres se deu em favor do crescimento dos ricos, visto que aqueles que andavam de carro, hoje utilizam helicópteros.

Podemos, assim, estabelecer a categoria central vs. marginal, visto que o elemento circundado (figurativização do menino de rua) encontra-se fechado concentricamente por seu circundante (prédios que representam o espaço urbano). A essa categoria pode-se ainda estabelecer as categorias opressão (relacionada ao menino) vs. liberdade (relacionada ao sistema que permite o enriquecimento a apenas uma parcela da sociedade).

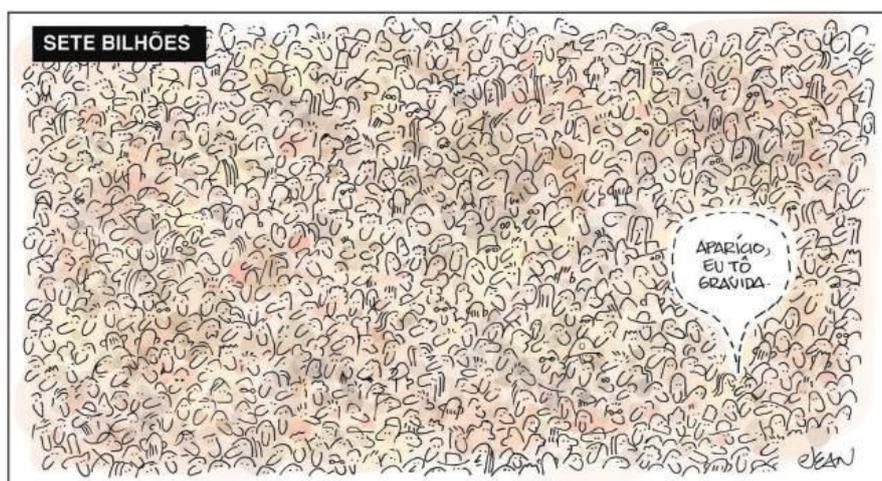


Figura 48. Exemplo de distribuição planar total. Categoria: englobado vs. englobante. *Folha de S. Paulo*, 01 nov. 2011.

Na figura 48, observa-se a figurativização da população mundial por meio de uma massa. Observa-se ainda, em um ponto desta massa, uma mulher que apresenta o seguinte enunciado verbal: “Aparício, eu tô grávida!”. O enunciador, ao entrar em conjunção com o enunciado verbal “Sete bilhões” sabe que se trata da população mundial visto que, a época da publicação da charge, era noticiado em todos os veículos de comunicação que a população do planeta havia alcançado o número de sete bilhões de habitantes.

Nos termos do plano de conteúdo pode-se relacionar os termos identidade (figurativizado pela mulher que anuncia a gravidez) vs. alteridade, figurativizada pela massa amorfa que representa a população mundial.

No que se refere às questões de distribuição dos elementos na charge, observa-se que o elemento circundado encontra-se apresentado de forma não concêntrica caracterizando-se assim como exemplo de uma categoria englobado (figurativizado

pelos 7 bilhões de habitantes do planeta) vs. englobante (representado pela mulher que apresenta a novidade).



Figura 49: Exemplo de distribuição linear categoria: intercalado vs. intercalante. *Folha de S. Paulo*, 02 set. 2011.

A figura 49 apresenta-se dividida em dois quadros, constituindo-se como um exemplo de distribuição linear, caracterizando-se por uma relação intercalado vs. intercalante. No primeiro quadro ocorre a figurativização de dois sujeitos, que a julgar pelo enunciado verbal podem ser considerados políticos. Eles se encontram em uma situação de discussão de direcionamento de verba de imposto. Observa-se no enunciado verbal a seguinte frase: “O novo imposto será usado exclusivamente na saúde!” dita por um dos políticos. A frase é corroborada pelo outro sujeito que assim afirma: “Tim-tim por tim-tim”. Ao se deter nesse primeiro quadro a primeira interpretação sugere a criação de um imposto a ser utilizado pelo setor de saúde que, por meio de sua aplicação beneficiaria a compra de equipamentos para hospitais e postos de saúde para o atendimento da população. No entanto, ao se dirigir o olhar para o quadro subsequente verifica-se a ironia da charge ao se utilizar a plurissignificação das palavras “saúde” e “tim-tim” que encontram-se relacionadas a um brinde e não a saúde da população. Dessa forma temos o deslocamento de um bem público (a arrecadação de impostos) para um benefício privado (a saúde e bem-estar dos políticos).

Com o intuito de se aplicar os conceitos apresentados por Floch (1985) no que se refere aos aspectos cromáticos, eidéticos e topológicos e ainda àqueles discutidos nesse capítulo, apresenta-se abaixo a análise de algumas charges do cópús.

### 2.3.1 Charge de Janeiro de 2011: “Pacote governamental”



Figura 50: *Folha de S. Paulo*, 16 jan. 2011.

Na figura 50, a distribuição dos elementos encontra-se de forma linear (relação intercalado vs. intercalante) nos quais os sujeitos encontram-se ancorados no espaço de uma rua alagada por uma enchente. Ao fundo dos quadros é possível perceber a figurativização de um carro boiando e ainda de uma casa que está submersa podendo avistar-se apenas seu telhado. Os sujeitos estão sob forte chuva e parecem esperar que alguém os coloque em conjunção com a possibilidade de sair dessa situação, uma vez que se encontram representados como impotentes frente ao acontecimento. À época da publicação da charge, janeiro de 2011, a cidade do Rio de Janeiro passava por uma situação de forte chuva, deslizamento de encostas com grande número de pessoas desabrigadas.

Conforme entende Discini (2003), as charges recriam as notícias veiculadas pelo jornal, dessa maneira, a ancoragem espacial da charge cria o efeito de sentido daquilo que ocorria em sua data de veiculação, configurando-se dessa forma como “verdade”, ou melhor, como efeito de verdade.

A forma como estão representados os sujeitos, imersos no lodaçal e em disjunção com o objeto-valor “proteção”, arriscando suas vidas, mostra que esperavam

entrar em conjunção com algum auxílio, este denominado por eles, por meio do recurso da debreagem, como “ajuda do governo”.

Temos, assim, no texto a categoria topológica do plano de expressão /superioridade vs. inferioridade/, na qual superioridade se refere ao sujeito do fazer (em que o quadro da esquerda revela a direção do movimento que vem de cima), ou seja, aquele que poderia tirar os sujeitos do lamaçal, e inferioridade aos sujeitos que, no momento da elaboração da charge, se encontravam disjuntos de todos os objetos necessários a uma vida digna, objetos esses levados pelo oponente chuva, que, além de destituí-los de todos os elementos necessários à subsistência, ainda os colocava sob risco de morte, dada a situação apresentada.

Percebemos ainda que a “ajuda” tão esperada, metaforicamente, “cai do céu”, ou seja, era pertencente ao espaço da superioridade, fato esse que nos remete ao dito popular que, recorrentemente, afirma que “nada cai do céu”, dessa maneira, ao observar essa ajuda, o enunciatário espera encontrar algo que, de acordo com o dito popular, não faça jus à ajuda solicitada, o que é confirmado no segundo quadro quando os sujeitos abrem o “pacote” do governo, no qual havia apenas guarda-chuvas estragados, os quais não teriam nenhuma serventia frente à situação vivida.

Podemos assim, relacionar os termos da categoria topológica do plano de expressão superioridade vs. inferioridade à análise a categoria do plano de conteúdo ativo vs. passivo, na qual a atividade encontra-se relacionada ao governo, que teria o poder e o dever de auxiliar os desabrigados pela enchente, e a passividade seria homologada aos sujeitos que, na charge, estão em posição de não poder fazer nada para sair da situação na qual se encontram, dependendo assim do auxílio do sujeito governo para entrar em conjunção com uma situação de segurança perdida devido à tragédia.

Desse modo, a relação entre cor fria/superioridade (figura “céu limpo”) vs. cor quente/inferioridade (figura “lodo sujo”) incide sobre as categorias ordem vs. caos instaurando-se, pois, uma relação semissimbólica. Fato esse que é posto em questionamento, pois o governo é sujeito portador da categoria da ordem e ainda autoridade, visto que se encontra em uma posição mais favorecida, no que se refere às questões táticas e operacionais. Encontra-se representado como o sujeito que pouco se importa, homologando assim o azul, cor fria, na qual a isotopia da palavra fria pode ser ainda compreendida, de acordo com Aurélio (2011, p. 447), como: “Insensível, impassível”, com relação ao sofrimento do outro, ou que pouco sabe da real necessidade

dos desabrigados uma vez que envia guarda-chuvas estragados, os quais pouca ou nenhuma serventia teriam para pessoas que passam por tal situação.

Dessa forma, o mês de janeiro, primeiro mês de mandato da presidente Dilma, é visto como o mês da tragédia anunciada, não sendo diferente dos mandatos dos presidentes que a precederam, e ainda como o início de um mandato que não terá competência suficiente para entender a real necessidade da população.

### 2.3.2 Charge de Março de 2013: “Eleições à vista”



Figura 51: *Folha de S. Paulo*, 01 mar. 2013.

A figura 51 foi elaborada na época em que já se iniciava a corrida presidencial e os partidos começavam a se organizar buscando coligações para eleger os governadores e o presidente. Na charge, observa-se em primeiro plano a construção de um palanque, que será utilizado pela presidente Dilma para proferir seus discursos. Há, no plano de fundo da charge, a representação do Palácio do Planalto, nome oficial do Palácio dos Despachos da Presidência da República, local onde se encontra localizado o gabinete presidencial e, por essa razão, local de trabalho da presidente Dilma Rousseff. Observamos ainda três homens, enquanto atores que figurativizam os responsáveis pela construção do palanque de Dilma. O homem que se encontra mais à frente e que possui em suas mãos um martelo encontra-se figurativizado como o ex-presidente Luiz Ignácio Lula da Silva. Pode-se observar na representação da charge que é ele que faz a montagem do palanque. Vemos então, mais uma vez o ator Lula como o estrategista da campanha de Dilma.

Em nossa dissertação de mestrado (MELO, 2012), chegamos à conclusão de que o jornal *Folha de S. Paulo*, por meio de suas charges veiculadas no momento em que a presidente Dilma se encontrava como candidata à presidência no primeiro e segundo turno das eleições de 2010, apresentava o ex-presidente Lula como estrategista de sua campanha presidencial.

É interessante observar que, para construir o palanque o qual representa a nova oportunidade da presidente seguir no comando do país, os homens utilizam elementos responsáveis pela atual governança da presidente, como as estruturas que sustentam o palácio do Planalto, ou seja, que sustentam metaforicamente o governo de Dilma. Observa-se ainda que a charge apresenta a destruição de um patrimônio público, o Palácio do Planalto, para a construção de um palanque privado.

Ao se pensar em um governo e nas estruturas que o sustentam, o leitor é remetido aos partidos aliados, responsáveis pelo apoio nos momentos difíceis, os quais somam números para que os projetos de lei possam passar e/ou ser vetados de acordo com o interesse de seus correligionários.

Ao se fazer uma busca nos editoriais que acompanharam a charge desta data é possível observar que, a época da publicação, o PT, partido de Dilma, passava por um momento difícil, no qual tinha de firmar alianças para a corrida presidencial (o partido procurava e era procurado por outros partidos).

Ao se pensar em termos semióticos, podemos estabelecer a relação “primeiro plano vs. segundo plano”, por meio da homologação com as categorias do conteúdo “execução vs. improvisação”, uma vez que as peças do palanque novo são feitas por meio de pedaços da marquise do Planalto. Dessa forma, o primeiro plano refere-se à nova campanha da presidente Dilma, metaforicamente, elaborada por meio de uma espécie de gambiarra. Nele observa-se figurativização da montagem de um palanque afastado do Palácio do Planalto. Em segundo plano, encontra-se a atual realidade da presidente, a representação do Palácio do Planalto, local do gabinete presidencial, Palácio esse que passa por uma desconstrução a qual podemos associar à reorganização política dos partidos que compõem oposição e base aliada, ao mesmo tempo em que a sátira mostra essa desconstrução como uma espécie de desmanche, seja do partido, seja do período típico de mudança política nas transições de mandato.

Observamos, no espaço tridimensional da charge a organização de três planos topológicos que caminham do não poder fazer (impossibilidade de campanha e ilegalidade), passando por um não poder não fazer (possibilidade de campanha e

“jeitinho brasileiro”) e, finalmente, chegando a um poder fazer (campanha realizada e de maneira que se deixasse dúvidas a respeito da idoneidade).

Sendo assim, podemos ainda observar a organização de um quadrado semiótico no nível fundamental conforme a legalidade, representada pelo mandado da presidente Dilma Rousseff em direção à não legalidade, representada pela organização das campanhas que naquele momento começavam a ser vigiadas mais de perto, pois essa ilegalidade encontra-se marcada como tema no nível discursivo.

Na organização desta charge vale notar a maneira pela qual o quadro mostra, por meio da fusão de distintos momentos, uma espécie de amálgama de três programas narrativos de uso (ou seja, três estados e transformações narrativas) para somente uma unidade complexa de plano de expressão, em que congrega três planos distintos, verificados pela organização coerente da categorização topológica, seja em função das ações, seja em função da construção do humor.

Observa-se, no plano contextual, uma Dilma que se encontra retratada como um sujeito que se vê obrigado a aceitar a continuidade de alianças pré-estabelecidas que se encontram figurativizadas pela construção do palanque, o qual para a sua manutenção necessita da continuidade de acordos estabelecidos entre os partidos de Dilma e os demais partidos da base aliada. A questão destacada na crítica satírica diz respeito a como será estabelecido o novo Governo, ou seja, à base de gambiarras.

### 2.3.3 Charge de Julho de 2013: “Pode sair”



Figura 52: *Folha de S. Paulo*, 03 jul. 2013.

A figura 52 representa um momento conturbado no mandato de Dilma Rousseff, as manifestações pedindo o fim da corrupção.

A charge apresenta-se dividida em duas partes, à esquerda observamos a figurativização do interior do Palácio do Planalto, onde se localiza o gabinete presidencial. De dentro do Palácio do Planalto, Dilma Rousseff ouve do assessor o enunciado “Pode sair! Ninguém vai descobrir quem é!”. A fala do assessor deve-se ao fato de Dilma estar utilizando uma máscara. A máscara utilizada por Dilma faz referência à HQ *V for Vendetta*, de 1982, de Alan Moore e David Lloyd. A história se passa em um futuro pós-apocalíptico de 1997, no Reino Unido, em que um misterioso revolucionário tenta destruir o Estado por meio de ações diretas, na história, o manifestante utilizava essa máscara denominada Guy Fawkes que na HQ simbolizava protesto.

Como se pode observar, o fato de Dilma utilizar essa máscara, que foi muito utilizada à época pelos manifestantes no Brasil, vem reforçar o ideal que tomava conta das ruas do país naquele momento, a esperança de se poder e dever fazer um país melhor. À direita da charge, observamos a figurativização da parte de fora do Palácio do Planalto, a qual se encontra tomada de manifestantes com cartazes (figurativizados como uma massa amorfa).

É possível observar na categoria do conteúdo a oposição interioridade/exterioridade, sendo interioridade o local que representa a individualidade onde a presidente pode apresentar-se como realmente é, sem a necessidade de máscaras, sendo por essa razão, o local do ser; e exterioridade, o local que representa a coletividade, local da multidão, a respeito do qual a presidente necessita disfarçar-se, valer-se de uma máscara, por essa razão, o local do parecer.

Tais categorias do conteúdo encontram-se homologadas com as categorias da expressão luz/sombra na qual o espaço da luz, espaço da exterioridade se homologaria ao espaço do parecer e o espaço da sombra, espaço da interioridade se homologaria ao espaço do ser. Pode-se pensar ainda, em termos da categoria de expressão, na oposição cercado vs. cercante, na qual o termo cercado seria homologado à presidente, que se encontra circundada pela multidão (obrigando-a ao uso de um disfarce para sair às ruas). Observa-se ainda a relação entre primeiro e segundo plano apresentados na charge. O espaço no qual se encontra a presidente é representado como local de primeiro plano, visto que as manifestações que ocorriam no momento em que a charge foi publicada a colocavam como alvo, mesmo que indireto, dos protestos, isso porque o combustível que movia os manifestantes referia-se a uma busca de melhorias no cenário político

nacional, em tese, a população buscava uma ruptura com a tradição representada pela figura presidencial.

Já o espaço do segundo plano é figurativizado pela população que saiu às ruas, movida por um querer e dever-fazer (buscar uma conjunção com um país melhor). Para finalizar, pode-se ainda pensar na categoria tradição vs. ruptura, a primeira, figurativizada pela presidente Dilma enquanto chefe do poder executivo no interior do Palácio do Planalto, a segunda, representada pela população que saiu às ruas do país naquele momento.

Pode-se pensar ainda, que o espaço externo seria, em oposição ao espaço interno, o local onde ocorre a concretização do humor da charge caracterizado pelo enunciado verbal “ninguém vai descobrir”, que se trata de Dilma, visto que o disfarce não faz dela um ser irreconhecível, uma vez que a máscara encobre apenas o rosto da presidente, deixando seu topete característico à vista.

#### 2.3.4 Charge de Setembro de 2013: “Obama e Dilma dançam”



Figura 53: *Folha de S. Paulo*, 03 set. 2013.

A figura 53 apresenta a figurativização dos atores Dilma Rousseff e do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. A charge, dividida em três quadros, faz referência ao momento em que se tornou pública a informação de que “(...) os Estados Unidos monitoram dia e noite, não apenas dona Dilma, mas também altos funcionários do nosso governo” (*Folha de S. Paulo*, 03 set. 2013).

Ao apresentar o tema na charge, o artista utilizou-se de elementos que remetem a uma figura norte-americana conhecida nas mídias para representar não apenas o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, mas todo o povo americano. Nota-se

que o presidente está utilizando roupa e chapéu com as cores da bandeira dos Estados Unidos o que faz uma referência direta ao Tio Sam, figura que se consagrou como símbolo do país na guerra de 1812. Na charge, observamos ainda a figurativização da presidente Dilma Rousseff. Nos três quadros em que a charge está dividida, Dilma e Obama se encontram em posições similares como se estivessem executando um passo de dança. É interessante perceber, no entanto, que Dilma não consegue ver Obama, uma vez que este se encontra junto a ela, porém em posição estratégica, em que olhos da presidente não conseguem captar. A forma como Obama está representado, com camisa, chapéu e luvas, fora do alcance dos olhos de Dilma e copiando os movimentos da presidente, remete ainda ao movimento executado pelos dançarinos de samba, os quais acompanham suas parceiras, e ainda a brincadeira do “sombra”, que visa copiar todos os movimentos de uma pessoa sem que esta perceba. Apresenta-se, dessa maneira, uma ambiguidade, visto que o chargista faz uma brincadeira com os termos “espionagem” e “dança” criando uma dança da espionagem. Pode-se perceber essa brincadeira por meio da “simetria vs. assimetria” eidética dos atores Dilma e Obama, que pode ser homologada aos conteúdos, no primeiro quadro, “distração” (traços simétricos, inclinados, da esquerda para direita, atores sobrepostos), no segundo, “suspeita” (traços simétricos, inclinados da direita para esquerda, atores não sobrepostos), no terceiro, “defesa” (traços assimétricos, cruzados [braços], da esquerda para direita, atores sobrepostos).

Pode-se afirmar também que Obama confere a tematização do sambista brasileiro transvestido da brasilidade, configurando-se como a figura do olhar nacional sobre o estrangeiro.

Em termos de categoria do plano de expressão, percebe-se que a charge encontra-se desenhada de forma compacta, e que a distribuição dos desenhos não apresenta ideia de profundidade, sendo por essa razão, considerada uma distribuição linear em que se observam as categorias intercalado vs. intercalante. Nota-se ainda, que enquanto a presidente Dilma encontra-se figurativizada por meio de formas curvilíneas, como um sujeito pesado, Barack Obama encontra-se figurativizado por meio de formas longilíneas, mais magro do que realmente é. Observa-se dessa maneira, que aquele que é sorrateiro, esperto, que consegue tramar, e que tudo vê, é figurativizado como fino, magro, ágil; já o sujeito que é visto, encontra-se figurativizado como pesado e, conseqüentemente, lento.

O samba seria uma releitura para a malandragem ao se remeter ao tema da espionagem e da tentativa de obter informações de forma ilícita. Vê-se que Dilma tem em mãos uma pasta. A julgar pelos acontecimentos da época e pela forma como a presidente a segura, podemos dizer que se trata de uma pasta de documentos, que podem conter informações confidenciais.

Observa-se a evolução da gestualidade de Dilma no que se refere à sua conjunção com o objeto “pasta”. Em um primeiro momento, a presidente carrega a pasta naturalmente, caminha levando-a no braço em posição estendida, sem aparente razão para tensões, esse momento pode ser entendido como o momento em que Dilma encontrava-se disjunta do saber da espionagem realizada pelo governo norte-americano, (distração / ignorância) Na sequência da charge, no entanto, parece que alguma coisa coloca Dilma em posição de alerta (suspeita / não ignorância), pois havia notícias de que estava sendo espionada por uma equipe norte-americana que buscava informações suas e de seus assessores. A presidente encontra-se nesse momento figurativizada como apreensiva e busca encontrar algum sujeito que a tenha colocado em tal situação, no entanto, ao virar-se repentinamente na busca de um sujeito que a tenha perturbado, nada encontra, uma vez que o sujeito norte-americano encontra-se revestido com a malandragem tipicamente brasileira. Sem nada encontrar, a presidente volta a caminhar no terceiro quadro da sequência, no entanto, em uma medida, talvez de precaução (defesa / conhecimento), passa a segurar a pasta com as duas mãos, junto ao peito, como que apreensiva com a possibilidade de disjunção do objeto-valor “informações”, uma vez que agora, já está conjunta com o conhecimento, o saber estar sendo vítima de espionagem. Sendo assim Dilma, na charge apresentada faz um percurso que vai da ignorância a não ignorância.

O que se esperava naquele momento, e que se encontra figurativizado na charge, era a reação de Dilma, pois o país esperava ver como iria reagir para proteger as informações nacionais.

### 2.3.5 Charge de Janeiro de 2014 – “Selfie”



Figura 54: *Folha de S. Paulo*, 01 jan. 2014.

A figura 54 apresenta os candidatos com maiores intenções de voto para a eleição presidencial que ocorreria no mês de outubro de 2014, Dilma Rousseff, do PT, e Aécio Neves, do PSDB. Dilma havia saído como candidata à reeleição e enfrentava como principal opositor Aécio Neves, senador e ex-governador do estado de Minas Gerais.

O chargista apresenta sua obra em um único quadro marcado por quatro divisões intercaladas, nas quais é possível ver os candidatos representados em momento de descontração e férias. Dilma e Aécio encontram-se figurativizados em uma praia. No primeiro quadro, o ator Dilma está à beira-mar tirando uma *selfie* com seu celular. Na sequência, a candidata checa sua foto com um olhar de espanto, pois observa a presença de um tucano, animal este que não se encontrava presente no momento em que ela tirou a foto. O mesmo ocorre com o candidato Aécio, ao tirar a sua foto, quadro 3, o candidato levanta o braço e faz uma pose, no quadro seguinte o candidato fica surpreso ao checar sua fotografia e ver, acima de sua cabeça, uma estrela vermelha que não havia sido notada quando a foto foi tirada.

A distribuição dos quadros da charge apresenta-se marcada de forma linear. No que se refere ao plano de expressão, observam-se as categorias intercalado vs. intercalante, em que esses termos se alternam: ora Dilma é intercalada por Aécio, por meio da figurativização de um tucano, símbolo do partido do senador, ora o senador é intercalado pela presidente, no último quadro, por meio da figurativização de uma estrela vermelha, símbolo do partido da presidente.

No que se refere à categoria cromática, é possível perceber que ambos os elementos “surpresa” que aparecem nas fotos dos candidatos Dilma e Aécio fazem menção ao partido de oposição, no caso de Dilma, observamos um tucano, símbolo do partido de Aécio, PSDB. O tucano encontra-se pintado predominantemente com as cores amarela e azul, cores do partido ao qual Aécio pertence. Já na foto de Aécio, observa-se a presença da estrela símbolo do PT pintada com a cor vermelha, cor que simboliza o partido. No que se refere à categoria topológica é interessante perceber que enquanto o tucano encontra-se figurativizado à direita de Dilma, a estrela encontra-se à esquerda de Aécio, fazendo menção às posições dos determinados partidos, dialogando dessa maneira com as posições políticas de cada um deles, marcando, dessa forma, no que se refere à categoria topológica a oposição entre as posições políticas dos candidatos, direita vs. esquerda.

No que se refere ainda ao caráter topológico, é possível observar o balanceamento da distribuição dos quadros e dos elementos da charge, enquanto os quadros 1 e 2 que apresentam a candidata Dilma posicionada à esquerda, os quadros 3 e 4 que apresentam Aécio, o situam à direita. Dessa maneira observa-se um equilíbrio na distribuição dos atores, representado no plano de expressão plástico, que nos remete ao plano de conteúdo, uma vez que no momento da produção da charge não se podia saber o rumo que a corrida presidencial tomaria, visto que ambos os candidatos encontravam-se tecnicamente empatados. Há ainda o balanceamento da distribuição das categorias superior vs. inferior, presente nos quatro quadros que compõem a charge. Nota-se que nos quadros 1 e 3 os atores Dilma e Aécio posicionam o telefone no alto, espaço da superioridade, para fazerem as fotos, já nos quadros 2 e 3 os candidatos posicionam o telefone no espaço baixo. Isso ocorre no momento em que vão checar a selfie e se espantam, pois apesar de sua projeção de um espaço superior (quadros 1 e 3) no momento de tirar a foto, ambos se encontram figurativizados, por meio da foto que lhes aparece no celular, em posição inferior (quadros 2 e 4), devido a um elemento “surpresa” que acompanha a fotografia, o logotipo do partido do opositor.

A categoria cromática encontra-se marcada apenas nas fotos vistas nos celulares nos quadros 2 e 4, nesses quadros os candidatos encontram-se marcados plasticamente apenas pelo contorno de seus rostos e braços, uma vez que o chargista nesses momentos opta por marcar não o candidato, mas o posicionamento político desse ator frente ao adversário, que se encontra representado na foto vista nos celulares de Dilma e Aécio. Fato esse que não ocorre nos quadros 1 e 3, nos quais os candidatos apresentam-se

figurativizados predominantemente com a cor do partido a que pertencem (vermelho e azul). A mudança no padrão cromático do cenário da charge nos aponta para uma mudança na situação narrativa, uma vez que nos espaços 1 e 3 havia uma continuidade esperada para o fluxo da narração, continuidade essa que foi quebrada com a presença dos logos dos partidos opostos nos quadros 2 e 4.

Observa-se assim, na representação da charge, um balanceamento (padronização na sequência) na figurativização dos partidos PT e PSDB, por meio da figurativização dos atores Dilma e Aécio. Dessa forma o artista apresenta os atores e seus partidos como similares naquele momento.

### 2.3.6 Charge de Setembro de 2014: “Os próximos passos da Marina!”



Figura 55: *Folha de S. Paulo*, 01 set. 2014.

Na figura 55, observamos a narrativa dividida em dois quadros. No primeiro deles encontram-se figurativizados os atores Dilma Rousseff e Aécio Neves. Os candidatos à presidência no momento da publicação da charge já sabiam ter grandes chances de participar do segundo turno da corrida presidencial, visto que a diferença de votos que os separava era muito pequena e faltava, naquele momento, pouco mais de trinta dias para a decisão do pleito, que ocorreria em 5 de outubro para o primeiro turno e, em caso de segundo turno, no dia 26 do mesmo mês.

Dilma encontra-se figurativizada no que se refere à categoria cromática com a cor vermelha, (roupa e cabelos), cor de seu partido PT, enquanto Aécio encontra-se figurativizado com a cor azul, (terno e gravata), que representa seu partido, PSDB. No primeiro quadro, o artista apresenta os dois atores protagonizando uma busca, a julgar

pelo que se encontra escrito nos balões atribuídos às falas de Dilma e Aécio (“Os próximos passos de Marina!” “Por ali!”), pode-se dizer que ambos procuram a candidata Marina Silva, do PSB, candidata à presidência no primeiro turno com maior expressão de votos após Dilma e Aécio. Os sujeitos seguem as pegadas que julgam ser da ex-senadora, pois, os candidatos que acreditavam que ainda continuavam na busca do objeto valor “presidência” queriam o apoio de Marina e, conseqüentemente, seus votos, visto que poderiam ser decisivos em um provável segundo turno.

Observa-se dessa maneira que os dois atores, Dilma e Aécio, são os sujeitos da busca do objeto modal “apoio à eleição”, objeto esse atribuído ao destinador-manipulador Marina Silva, sujeito destinador para Dilma e Aécio no que se refere à busca do objeto valor, programa narrativo de base, “presidência do país”.

Já no segundo quadro da tira, encontram-se, em primeiro plano, os sujeitos Marina Silva, figurativizada com a cor verde, e o sujeito curupira, sujeito do folclore brasileiro, conhecido por possuir os pés virados ao contrário, fato esse que o ajudava a fugir de seus opositores, os caçadores e inimigos da floresta. Por meio da associação ao curupira, Marina consegue despistar Dilma e Aécio que, por não conhecerem esta particularidade do Curupira, se distanciam cada vez mais da ex-senadora.

A cena enunciativa remete à história de Marina Silva, que ficou nacionalmente conhecida após trabalhar no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministra do meio ambiente, de janeiro de 2003 a maio de 2008 e ainda por ter sido candidata à presidência da república pelo Partido Verde no ano de 2010. Obtendo terceira colocação no primeiro turno, com mais de 19 milhões de votos válidos, por essas razões, a ex-ministra possuía a época, seu nome ligado ao meio ambiente. Observa-se, neste segundo quadro, que os sujeitos Marina e Curupira são englobados pela mata presente em todo o espaço da charge, mata essa que os auxilia a despistar os sujeitos Dilma e Aécio.

Ao relacionarmos os quadros que compõem a charge é possível perceber que os sujeitos Dilma e Aécio aparecem centralizados no primeiro quadro, enquanto no segundo quadro observamos o sujeito Marina indicados topologicamente de forma marginalizada. Poderíamos então pensar, em termos semióticos, na categoria central para os atores Dilma e Aécio e marginal para Marina, pois tais categorias plásticas estariam em relação direta com o momento vivido pela busca da cadeira presidencial, visto que, apesar de as eleições ainda não estarem decididas, já se esperava que o sujeito Marina estaria mais uma vez à margem da corrida pela faixa presidencial.

### 2.3.7 Charge de fevereiro de 2011 “Egito”



Figura 56: *Folha de S. Paulo*, 02 fev. 2011.

Na charge acima, figura 56, observam-se diversas potencialidades de sentido. Seu enunciado verbal remete a um assunto internacional, a questão do Egito, que, à época da publicação da charge, passava por uma mudança política desencadeada por uma revolta popular conhecida como “Primavera Árabe”. Ela consistiu em movimentos e protestos nos países árabes pelo fim dos regimes ditatoriais e em favor da democracia. A revolução do Egito acabou por resultar na renúncia do presidente Hosni Mubarak, que estava há 30 anos no poder.

Os componentes plásticos da charge apontam para o Egito, por meio do cromatismo, constituído basicamente das cores azul e amarelo, cores que remetem às pirâmides (amarelo) e à condição climática do país (o deserto é retratado geralmente com céu aberto). O formante eidético das pirâmides aponta para o tema “revolta popular”, visto que as pirâmides da charge são constituídas pela figurativização da população do país.

A respeito da composição das pirâmides, relacionamos sua forma global triangular (uniforme e unitária) a conteúdos característicos de uma ordem opressora e também de uma tradição que produz tematicamente uma pirâmide social, em que cada qual (espremido e oprimido) é obrigado a ficar no seu lugar, além de serem responsáveis pela sustentação de sua construção.

A sustentação das pirâmides ocorre pela oposição de constituintes relativos à ruptura e à busca pela liberdade, ou seja, pela população do país que buscou a revolução e a instauração da democracia. Observa-se que ela é representada em uma mesma cor,

como constituintes de uma massa uniforme, em busca de um bem comum.

Assim, a leitura semissimbólica da charge permite homologar categorias da expressão eidética, por meio do traçado triangular da pirâmide no seu todo vs. o traçado curvilíneo, caracterizado como formante que figurativiza a população do Egito. Ela constitui, por meio de unidades partitivas, a base da pirâmide da charge, pois vincula-se aos temas “tradição” e “opressão”. Esses termos, semantizados pela disforia, fazem oposição aos termos ruptura e liberdade, uma vez que tematizam a história política e social do país vivida até o ano de 2011. Assim, à “opressão” estariam homologadas as pirâmides em sua forma genuína, ou seja, constituídas por uma triangulação de ordem que resiste ao longo de anos. À “ruptura” estaria homologada a população do Egito que, de acordo com a história, esteve ao longo de 30 anos sob regime ditatorial. Essa tradição instaurada é figurativizada pela pirâmide uniforme, cujo regime é quebrado na medida em que é discursivizada uma busca pela liberdade e ruptura, figurativizada pelas formas circulares, ou seja, por meio da proliferação de oprimidos, porém atuantes, em sua formação.

### 2.3.8 Charge de Outubro de 2011: “Alto nível”



Figura 57. *Folha de S. Paulo*, 04 out. 2011.

A figura 57 apresenta um homem em um helicóptero, guiado por um motorista que para o veículo no ar, com o intuito de que um engravatado possa realizar uma operação em um caixa eletrônico que se encontra localizado em um espaço superior, próximo ao helicóptero. Há ainda, dois enunciados verbais com o dizer “Supersalários” e ainda uma placa onde se lê “Autoatendimento”. Percebe-se que a placa encontra-se

com sua grafia alterada sendo grafada com “l” no lugar de “u” gerando assim a palavra “al(u)toatendimento”.

Ao se fazer essa mudança na expressão que corresponde à alteração do grafema esperado “u” pelo grafema “l” cuja forma da expressão fonológica resulta na substituição de uma letra por outra de mesmo som, observa-se a presença de um heterótrofo homófono (fenômeno que ocorre com palavras que possuem escrita diferente, no entanto a mesma pronúncia). Dessa maneira o enunciador modifica parte da palavra em seu enunciado para afetar a enunciação. Pode-se pensar assim a presença da figura de linguagem metonímia onde a alteração de uma parte do significante (troca do “u” por “l”) resulta na alteração do significado da palavra.

Ao se utilizar da palavra “alto” (grafada com “l”), o enunciador reforça no conteúdo espacial a projeção de categorias no discurso topológico alto vs. Baixo, onde alto semantiza algo que está ao alcance de poucos. Ao pensarmos na questão do discurso histórico-ideológico contemporâneo poderíamos homologar ao “alto” valores que segregam e ao “baixo” valores que supostamente congregam e que, por implicação, espoliam, pois o sujeito engravatado (tematizando a elite ou o poder opressor) tira da população segregada o direito da conjunção com valores de luxo ou ascensão social.

Dessa maneira, pode-se pensar que a ironia da charge repousa na alteração da palavra “autoatendimento” que, ao sofrer a modificação em um de seus fonemas acaba por mostrar que apenas a parte “alta” da população (aquela que possui “supersalários”) conseguirá a conjunção com valores como conforto e dinheiro.

Buscou-se, nesse capítulo analisar os principais aspectos plásticos bem como os temas e figuras que organizam as charges de Jean. A escolha aparentemente aleatória das charges deve-se ao fato de termos buscado charges que possuíssem um material de qualidade para a exemplificação dos pontos da teoria apresentados. No capítulo seguinte, serão analisados os aspectos argumentativos do corpus buscando caminhos que ajudem a delinear a projeção do autor das charges enquanto enunciador dessas manifestações semióticas.

### 3- ARGUMENTAÇÃO NAS CHARGES DE JEAN GALVÃO

O objetivo desse capítulo é apresentar as estratégias argumentativas utilizadas por Jean Galvão nas charges que compõem o *córpus* de análise. O intuito é apresentar um panorama de como a argumentação foi construída nas charges publicadas ao longo do período que compreende o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (entre os anos de 2011 a 2014). Posteriormente, no capítulo 4, buscar-se-á a definição do estilo do artista Jean.

Para Bertrand (1999), o discurso pode ser definido como o lugar do qual emergem todos os falantes a apontar suas ações verbais. De um lado, o enunciador fala, argumenta, prova e justifica, persuade ou dissuade, manipula, seduz, faz crer. De outro, o enunciatário, concorda, admite, duvida, recusa, adere ou não ao discurso apresentado. Esse espaço da fala encontra-se nutrido de razões e valores visando à verdade, ao bem, ao belo.

É importante salientar a importância do discurso de convencimento, para Bertrand (1999), ao se pensar nas variações discursivas tais como: narração, descrição, explicação e argumentação, deve-se ter em mente que todas são determinadas pela argumentação. Dessa maneira, pode-se argumentar para narrar, descrever para melhor argumentar, e ainda, explicar para argumentar. Sendo assim, a argumentação encontra-se presente em todas as manifestações discursivas, envolvendo-as, ou seja, toda atividade linguística pode ser considerada como argumentativa. Seja uma relação de confiança ou desconfiança, de persuasão, de sedução, ou mesmo de emoção que se instaure entre os parceiros da enunciação.

Fiorin (2014, p.69) também afirma que todos os discursos devem ser encarados como discursos argumentativos, uma vez que tratam sempre de outros discursos fazendo assim parte de uma controvérsia, ora “refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento”.

Nos dias atuais, de acordo com Bertrand (1999), a linguística ocupa o território da argumentação, por meio do desenvolvimento da teoria pragmática, (do grego *pragma*: ação). A teoria pragmática é a teoria da fala como ato, que assim integra a argumentação. A argumentação ocorrerá então, entre duas faixas que se opõem. Uma delas focalizará a organização do discurso, suas formas de agenciamento das proposições que o permitem avançar, consolidar e validar a opinião. A segunda buscará exercer influência sobre o destinatário na elaboração do sentido. No caso de nossa tese,

a influência argumentativa será aquela que ocorre sobre os leitores da charge e, como em todo objeto discursivo, apresenta como objetivo modificar as crenças e conseguir a adesão, levando em conta a participação do destinatário no desenvolvimento do significado. Deve-se enfatizar, no entanto, que ambas as faixas (organização do discurso e influência sobre o destinatário) devem estar associadas a uma relação de complementariedade quando se considera a concepção da linguagem e da atividade argumentativa. Uma possível analogia seria pensar que, assim como na visão, quando trato da linguagem, estou abstraindo apenas parte de um objeto.

Dessa forma, ao se ler um texto ocorre a busca da significação que reside nas lacunas deixadas entre as palavras e as frases, tal ato faz com que sejam possíveis interpretações diferentes, por vezes, divergentes. A argumentação aparece nesses espaços, por vezes emitidos pela probabilidade e pela incerteza, convocando a relação entre os participantes da língua no ato (BERTRAND, 1999).

A argumentação quer fazer aderir a uma determinada opinião, fazer partilhar uma emoção. Em suma, a argumentação é um jogo de papéis. No que se refere ao enunciatário, deve-se ter em mente as estratégias que utiliza e o contexto de comunicação, que, por sua vez, impõe suas próprias codificações. Mesmo quando uma argumentação pretende abarcar grande número de pessoas, deverá levar em conta as opiniões e os valores daqueles com os quais se partilha. Deve-se ainda, levar em conta as imagens e posições dos interlocutores, ou seja, suas relações e as forças que se instituem entre eles e se exprimem condição de autoridade. Se sim, exprimem em nome próprio ou de uma instituição? Qual posição de autoridade determina a validade ou mesmo a força de verdade de seu discurso? (BERTRAND, 1999).

Ao transpor tais conceituações para o *cópus* de análise, podemos afirmar que o fato de as charges se encontrarem como parte integrante de um dos jornais de maior circulação nacional, somado ao fato da crença de muitos na imparcialidade da imprensa, faz com que se constituam como argumento de autoridade. Autoridade essa de revelar a “verdade” dos fatos, comumente atribuída aos periódicos. Somado a isso pode-se afirmar ainda que a rápida leitura e a linguagem universal da charge faz com que possua uma abrangência dificilmente encontrada por outros textos de caráter verbo-visual.

Bertrand (1999) afirma que considerar a expressão na perspectiva argumentativa implica considerar que ela não se separa da fala, das questões que são parte integrante dela, pois a argumentação se identifica com o enunciado de um problema e a interrogação a respeito dos valores que o permeiam. Sendo assim, todos devem aprender

a se situar, não somente para poder fazer parte de um debate ou resistir à argumentação, mas para lidar com a fragilização do discurso. Fragilização essa que pode ser associada ao fato de a construção do discurso encontrar-se embasada por argumentos que podem, por sua vez, convencer ou não aquele que se apropria do discurso em suas diversas formas de manifestação.

Devido ao fato de possuírem suporte fixo (página A2 Seção Opinião do jornal *Folha de S. Paulo*) as charges já contam com um leitor potencialmente identificado com o ponto de vista apresentado pelo jornal, não sendo, por esta razão tão influenciada por questões de fragilização discursiva. Sendo assim, o leitor, ao entrar em contato com a produção do artista, busca encontrar traços que possam confirmar o ponto de vista do periódico.

Ao desenvolver uma articulação entre o produtor e o receptor do discurso argumentativo, Bertrand (1999) convoca os verbos “mostrar” e “argumentar”, de uma parte e “convencer” e “persuadir”, de outra. Para o autor, deve-se ter em mente que os primeiros referem-se à ação efetuada por aquele que fala, enquanto os segundos dizem respeito ao efeito produzido sobre aqueles a quem a mensagem se endereça. Ocorre, no entanto uma diferença entre os verbos “mostrar” e “argumentar”.

Para o autor, “mostrar” significa desenvolver a partir de uma afirmação inicial admitida como verdadeira ou provável, um raciocínio dedutível que tende a provar a verdade ou a grande probabilidade de sua conclusão, sendo, por essa razão abstrata, que no final, será correta ou incorreta. A verdade do resultado independe das pessoas, de suas crenças e de suas convicções. Já, “argumentar” insere-se em um contexto interpessoal e em uma situação concreta. Ela revela que o uso frágil da linguagem está entre a segurança racional das evidências e a manipulação dos argumentos de maneira habilidosa. Os argumentos não são verdadeiros ou falsos, mas sim mais ou menos fortes, a favor de uma tese apresentada ou contra ela. Seu discurso se esforça para justificar a preferência que se concede com uma finalidade específica que se quer compartilhar. O ato de “argumentar” encontra-se, pois, no jogo dos sujeitos da fala e tende a modificar suas relações.

Nas charges que compõem o corpus de análise, o verbo mostrar encontra-se ligado à enunciação produzida pelo jornal *Folha de S. Paulo*, recriado de maneira irônica pela charge e ainda, retomado pelos artigos de opinião que dividem, juntamente com ela, a página A2.

No que se refere à argumentação, cada uma das charges apresentará, por meio de seus aspectos plásticos, organizações distintas que conduzirão de maneira mais ou menos habilidosa o enunciatário.

No âmbito do destinatário, na tentativa de convencê-lo, de fazê-lo aderir a um determinado discurso, encontram-se os verbos convencer e persuadir. Para Bertrand (1999), aquele que busca convencer se unirá às razões que conduzam ao resultado que espera: a adesão refletida em seu auditório. Por meio de recursos intelectuais o enunciador fará triunfar os valores que defende para perseverar sobre o interlocutor. Aquele que busca persuadir traz para o primeiro plano o resultado que busca obter, a adesão espontânea de seu destinatário, visando um destinatário particular, buscando seus desejos mais secretos, sonhos e emoções. Tais técnicas revelam a sugestão, a sedução, a tentação e a manipulação, solicitando mais o saber que o desejo e todas as formas do querer.

Ainda a respeito das charges do *córpus*, observa-se a tentativa de persuasão por meio dos atores apresentados. O enunciador busca, para tanto, a manipulação do enunciatário, por meio de situações cômicas nas quais são retratados os atores. Dessa maneira, após o riso e a comprovação de uma possível verdade apresentada por meio dos recursos plásticos utilizados na charge, o enunciatário encontra-se receptivo à adesão, ou seja, ao convencimento.

Para Pietroforte (2007, p. 67), ao se tratar o termo manipulação no que se refere à questão do ponto de vista, geralmente se pensa na questão dentro do plano de conteúdo. No entanto, afirma o autor, manipular, quando tratamos de construção de imagem, diz respeito à visão do mundo que se pretende construir e, nesse processo semiótico, gerar a rede de relações semânticas por meio das quais o mundo faz sentido. No entanto, em semiótica plástica cujos objetivos são visuais, determinar o ponto de vista (pode ser uma questão do plano de expressão). Além de ser o modo de significação, o ponto de vista é também o modo de olhar.

De acordo com Breton (2003), a busca da adesão, algumas vezes, ocorre de maneira tão sutil, que o enunciatário nem sequer percebe que está sendo manipulado a aderir a um determinado ponto de vista. Esse procedimento é, segundo o autor, a definição de argumentação, ou seja, a capacidade de acionar um raciocínio em uma determinada situação de comunicação.

O enunciatário ao entrar em contato com a charge é modalizado pela crítica que se encontra expressa de forma irônica quando, o que é apresentado na enunciação

encontra-se negado no enunciado, de forma a “desarmar-se” das defesas que ocasionalmente ocorreriam caso estivesse em contato com um texto mais “sério”. Sendo assim, o enunciatário ao entrar em contato com essa forma de manifestação textual tende a se deixar levar pelo discurso irônico que lhe é apresentado.

Teixeira (2001), ao apresentar a argumentação como um programa de manipulação, mostra a forma como ela ocorre, uma vez que a manipulação nesse tipo de espaço argumentativo difere-se daquela que apresenta o enunciatário de forma passiva. Para Teixeira, vamos aceitando ou recusando contratos que definem nossos caminhos e nossas ações, impulsionados por tentações e provocações que moldam nossas vontades e dirigem nossos gostos, ainda que necessitemos da ilusão de que mantemos a vida sob controle (p. 03).

Para Fiorin (2014), quatro são as operações possíveis de se ocorrer na relação estabelecida entre enunciador e enunciatário: “a adjunção ou repetição com o conseqüente aumento do enunciado; a supressão com a natural diminuição do enunciado; a transposição de elementos, ou seja, a troca de seu lugar no enunciado, e a mudança ou troca de elementos” (p. 67).

Buscando-se tais características na charge, pode-se dizer que ela se apresenta como repetidora de outros textos, presentes ou não no caderno em que é veiculada. Por vezes, o discurso da charge encontra-se na página inicial do jornal, estabelecendo assim, um diálogo com o periódico em sua totalidade. Os fatores referentes à caricaturização seriam os responsáveis pela supressão de algumas características do retratado (em detrimento da hiperbolização de outras). Já os fatores transposição de elementos advindos do mundo natural e ainda a mudança, troca ou fusão de personagens e cenários para efeitos de comicidade também podem ser observados na composição da plasticidade do texto.

Ao se pensar na área do jogo da argumentação, deve-se pensar no crer, que terá duas vertentes. A primeira representada pelas frases “Eu creio” e “Eu creio em ti”, significando a relação entre pessoas, relação de confiança. A segunda, exemplificada pelas sentenças “Eu creio que” e “Eu acredito em”, ilustra a relação entre os objetos, de crença, ou seja, entre a “verdade” apresentada plasticamente nas charges.

Ao tratar da modalidade do crer, Greimas (1983, p.115) afirma que os sujeitos envolvidos em uma determinada situação comunicativa encontram-se dotados de uma competência modal variável. Sendo assim, um fazer-crer que preside uma comunicação possui, no seu eixo contrário, um fazer interpretativo correspondente e oposto.

Conforme afirma Greimas (1983, p.115), o discurso de um determinado sujeito exterioriza-se por meio de um “eu creio”, o que significa uma falta de certeza e de confiança, pois nosso saber sobre o mundo repousa sobre o dito. Dessa forma, ao tratar das dimensões cognitivas do discurso e das modalidades que o articulam, não se trata essencialmente da dimensão e das modalidades de nossas crenças, em que o saber dito científico nada mais será que um parêntese ou até mesmo um efeito de sentido constituído dentro das condições determinantes. Por meio dessa discussão, vemos que o discurso é modulado por meio da argumentação do enunciador, com vistas a convencer o enunciatário, uma vez que, do ponto de vista relacional da teoria greimasiana, não há uma verdade absoluta, mas uma construção de efeitos de verdade ou de dizer verdadeiro.

Dessa forma, pode-se apresentar esquematicamente as operações de conhecimento associadas ao saber e ao crer.

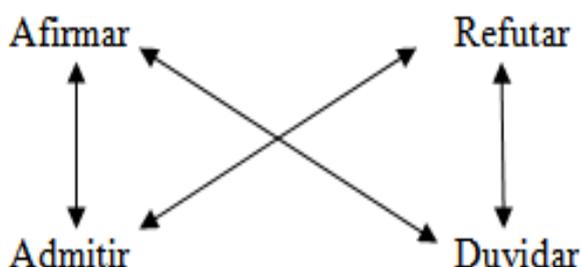


Figura 58: Quadrado do crer. Greimas (1983, p. 120)

Bertrand (1999, p.20) contribui para o entendimento desses lexemas, de acordo com o autor: afirmar é proclamar, sustentar e pretender. O campo da afirmação deriva da constituição de papéis sociais estereotipados, onde o saber se converte em instrumento do poder. Nesse campo encontra-se o chargista. Enquanto profissional, ele trabalha no jornal, é o sujeito em conjunção com o saber e, conseqüentemente, com o poder de compartilhar informação.

“Duvidar” significa mudar o campo da certeza para o campo da interrogação. Manifesta uma perplexidade que pode conduzir a uma hesitação e ainda a uma busca da verdade. Esse lexema estaria vinculado ao enunciatário, que, ao entrar em contato com a charge, poderia tomar a informação que ela apresenta como inverdade.

“Refutar” quer dizer contestar uma afirmação, recusá-la. A refutação prolonga a dúvida e instaura a resistência. A refutação é um trabalho de contradição que visa fazer surgir outra realidade, diferente daquela que se afirma. Ainda referindo-se ao

enunciatório, a refutação poderia partir da não aceitação da afirmação. Para quebrar a perpetuação da negação de uma situação apresentada na charge, o enunciador lança mão da comicidade.

“Admitir” supõe aceitar, consentir, dar sua aceitação e encontrar um resultado em um universo de recusa. Esse seria o objetivo da argumentação, fazer com que o enunciatório admita a informação apresentada como verossímil.

Para Bertrand (1999, p.22), o percurso entre os quatro termos, “afirmar”, “duvidar”, “refutar” e “admitir” indica as posições-chave da crença dentro do campo da argumentação. Ao se pensar em tal aplicação na política, deve-se ter em mente que este tipo de discurso é uma experiência de debates, em que os indivíduos se medem e se afrontam uns aos outros dentro de sua diversidade e, por meio dos conflitos, com a finalidade do mesmo pensamento, o interesse geral, o mesmo ocorre quando o jornal apresenta a charge e o leitor entra em contato com ela. O esquema abaixo apresenta o uma associação dos termos apresentados por Bertrand (1999) no que se refere a questão política frente ao discurso apresentado pela charge.

<b>Tipos de sujeito</b>	<b>Reações frente ao discurso político</b>
Crente	Admite ou duvida
Cético	Afirma ou refuta
Reacionário	Refuta e duvida
Militante	Afirma e admite

Figura 59: Esquema dos termos de Bertrand relacionados ao discurso da charge.

Para Bertrand (1999, p.27), a argumentação desenha seu material na linguagem e se confunde com seu exercício. Ela pode emprestar toda forma de linguagem, verbal, visual, gestual ou outra. Sendo assim, a argumentação ocupa o lugar central entre a verdade e a eficácia. Dessa forma, o bom jornal, assim como a boa charge são aqueles que, por meio da organização de suas microestruturas consegue garantir a eficácia dos elementos que juntos constituem sua mensagem garantindo assim, a adesão do enunciatório.

Para Bertrand (1999, p.35), a semiótica esforça-se, assim como a antiga retórica, a propor uma visão geral do discurso, entre o fazer persuasivo e o fazer interpretativo. A teoria da argumentação busca compreender as molas entre a fala eficaz dentro da

comunicação cotidiana, enquanto a teoria semiótica desenvolve uma concepção do discurso emoldurado pela veridicção.

Bertrand (1999), ao tratar dos argumentos e das formas como eles se organizam, de acordo com a Retórica, apresenta a divisão proposta por Aristóteles que os divide em dois tipos: argumentos de ligação e argumentos de dissociação. Uma das subdivisões dos argumentos de ligação é chamada teoria da causa, que se define pela busca das causas dos fenômenos conduzidos na argumentação e interpretação das sucessões do tempo como uma sequência de relações de causa e efeito, como uma cadeia de meios e fins. Para Bertrand (1999, p. 51), a teoria da narratividade possui forte ligação com essa fórmula antiga apresentada por Aristóteles. Uma vez que é no quadro da gramática narrativa que as oposições axiológicas de semas e os elementos euforia e disforia, presentes no nível fundamental, se convertem em estruturas narrativas.

Ao falar da aproximação da teoria semiótica e das questões referentes à persuasão e argumentação, Lopes e Bevidas (2007, p.34) afirmam que as questões da veridicção e da argumentação ocuparam a instância da narrativa, onde se encontram o fazer persuasivo e o fazer interpretativo. Para os autores, ocorreu um salto na teoria a partir do momento em que esta passou a não se limitar à linguagem verbal, mas a ocupar-se de todas as operações desencadeadas entre os actantes, parceiros da intercomunicação, sob o regime da veridicção, da persuasão e da argumentação.

Fiorin (2014, p.53) salienta que as teorias do discurso devem herdar a retórica, lê-la à luz dos problemas teóricos enunciados na atualidade. Deve-se levar em consideração “os estudos já realizados por essa disciplina e descrever, com base nos estudos discursivos atuais, os procedimentos que possibilitam ao enunciador produzir efeitos de sentido que permitem fazer o enunciatário crer naquilo que foi dito”.

### **3.1 Veridicção**

Ao buscarmos em Greimas e Courtés (2008) a categoria da veridicção, observamos que se encontra colocada em relação aos esquemas do *parecer/não parecer* chamado de manifestação em oposição ao *ser/não ser*, de imanência. De acordo com os autores é entre essas duas dimensões que atua o jogo da verdade.

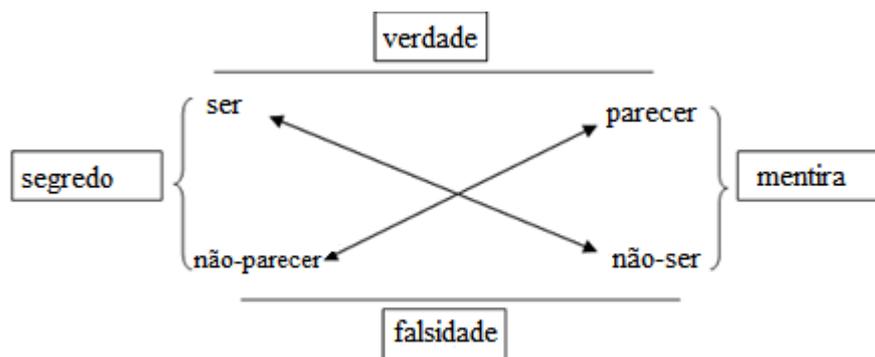


Figura 60: (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 532)

Sendo assim, para Greimas (1983, p.103), o verdadeiro pode ser definido como uma referência do discurso projetado que visa à realidade ou a concepção de realidade. O conceito de verdadeiro encontra-se somado a certo relativismo cultural. Para o autor: “*le discours est ce lieu fragile où s’inscrivent et se lisent la vérité et la fausseté, le mensonge et le secret: ces modes de la véridiction résultent de la double contribution de l’énonciateur et de l’énonciataire*”<sup>11</sup>. (GREIMAS, 1983, p.105).

No entanto, cada discurso terá um efeito sobre determinada cultura e ainda determinado público, serão os contextos culturais que definirão as possíveis interpretações do discurso. Dessa forma, o enunciatário deverá crer que determinado discurso se configura como verdadeiro (que produz um efeito de sentido verdadeiro), para, a partir de então, confirmar sua adesão.

Greimas (1983, p.110) afirma que, se a verdade não passa de um efeito de sentido, sua produção encontra-se embasada em um fazer particular, o fazer-parecer-verdade, ou seja, a construção de um discurso onde a função não é mais dizer a verdade, mas parecer verdade.

A manipulação, processo de querer-fazer/dever-fazer é definida pelo *Dicionário de Semiótica* como uma ação do homem exercida sobre outros homens, a qual possui como objetivo fazê-los executar um programa dado. Desta forma, encontra-se situada sintagmaticamente entre o querer do destinatador e a realização efetiva, pelo destinatário-sujeito, do programa narrativo. A manipulação joga com a persuasão, articulando assim o fazer persuasivo do destinatador e o fazer interpretativo do destinatário (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 300).

<sup>11</sup> O discurso é este lugar frágil, onde se inscreve e se lê a verdade e a falsidade, a mentira e o segredo: estes resultam modos veridificação da dupla contribuição do enunciatador e do enunciatário

Embasados pela definição de Greimas e Courtés (2008) e ainda pelos conceitos de Bertrand (1999) no que se refere a argumentação, poderíamos ampliar a definição dos semioticistas e afirmar que a persuasão, pensada no sentido do fazer-criar e do poder-fazer, liga-se à performance e a uma sanção positiva por parte do enunciatário-leitor, enquanto o convencimento liga-se ao querer, ao dever e ao saber, modalidades vinculadas às fases narrativa da manipulação e competência.

Ainda refletindo sobre o quadrado semiótico, os termos querer/dever/saber/ser estariam homologados ao convencer, enquanto a modalidade do criar fazer-criar e poder-fazer estaria homologada ao ato da persuasão. Assim sendo, ao entrar em contato com determinado discurso político, um enunciatário poderia concordar com ele, dando, nesse caso, uma sanção positiva ao enunciador desse discurso. Outra posição possível, seria partir para uma performance, no caso da política, para a militância, movido pelo discurso apresentado pelo enunciador.

Para Lopes e Bevidas (2007), a persuasão, a veridicção e a argumentação imbricam-se com tamanha intimidade que é difícil querer estabelecer-lhes alguma hierarquia de pressuposição, de englobamento ou prioridade teórica.

Ao fazer uma aproximação com a veridicção, Lopes e Bevidas (2007) afirmam que o mundo natural opera com mecanismos de estratégias discursivas destinadas a um fazer-parecer verdadeiro. Pode-se afirmar que não há verdade no mundo, mas um jogo oscilante entre discursos veridictórios que constroem efeitos de verdade. Ou seja, o discurso trabalhará com estratégias para criar efeitos veridictórios. Isso ocorre com as charges. Por meio dos elementos da plasticidade, o chargista faz parecer verdadeira a mensagem apresentada por meio de sua arte. Para Lopes e Bevidas (2007), os enunciadores levam o enunciatário a crer/não crer (em diferentes proporções, de fanatismo incondicional ao ceticismo crônico, passando pelos intermediários da dúvida, da incerteza e da probabilidade). Ao se deparar, por exemplo, com uma charge na qual se encontra figurativizado o ator Dilma, o enunciatário crê ser aquela a presidente da república, uma vez que o chargista apresenta vários traços da personagem, mas ao mesmo tempo sabe não se tratar de Dilma, mas sim de sua caricaturização, visto que alguns traços encontram-se realçados em detrimento de outros intencionalmente apagados.

Sendo assim, o discurso humano seja ele verbal ou não verbal, acaba se revelando onde os valores da verdade, falsidade, segredo, mentira se apresentam em um

equilíbrio mais ou menos estável como um acordo sobre o parecer verdadeiro (LOPES; BEIVIDAS, 2007).

Deve-se ter em conta que, ademais de um fazer-saber, a persuasão configura-se como um fazer-creer. Para os autores, o saber precede o creer, isso porque, como estratégia persuasiva ele desenvolve a tarefa de persuasão (manipulação) e recebe a interpretação que, dessa maneira, se pressupõe como ato epistêmico. Esse ato epistêmico ou fazer interpretativo compara o que se sabe, o posto, com o proposto, o que se quer fazer saber. As questões referentes a uma “verdade” ou “falsidade” da proposição ocorrem, assim, apenas como algo secundário (LOPES; BEIVIDAS, 2007).

A partir dessa premissa (o que se quer fazer saber) é que se organiza a charge. A técnica de esconder algumas características do retratado e realçar outras se pauta exatamente nesse postulado. A escolha do que será realçado em detrimento do que será abafado/escondido ocorre de forma intencional e com o objetivo de corroborar o ponto de vista do jornal, já expresso nos artigos de opinião que dividem a mesma página (A2 Seção Opinião) com a charge.

### **3.2 O enunciatário**

De acordo com Perelman (1996, p.17), ao se pensar na argumentação, o orador deve ter em mente a necessidade de escolher signos e regras que evitem dúvidas e ambiguidades. Deve pensar ainda que o mínimo indispensável à argumentação é a existência de uma linguagem comum, de uma técnica que possibilite a comunicação. Em se tratando do corpus de análise, essa técnica é o desenho caricaturado. A linguagem do desenho é acessível a todos, no entanto, suas nuances não são perceptíveis em um primeiro momento e, para seu entendimento, vão requerer do enunciatário uma atenção especial, um olhar mais cuidadoso. Por essa razão o enunciador deve utilizar uma técnica passível de compreensão, de forma que as alterações feitas com o objetivo de se criticar o retratado não façam com que o enunciatário perca de vista o sujeito apresentado. Essa seria uma das regras para que a “conversa” entre enunciador e enunciatário possa se iniciar.

Feito esse contrato inicial, deve-se cativar o enunciatário, fato com que Perelman (1996, p. 30) concorda, pois deve-se prender o interesse do público. O enunciador da charge consegue tal mérito por meio da crítica e da exposição dos personagens a situações inusitadas, em algumas charges, e ainda, por meio da exposição de dados

curiosos, em outras. Tais fatores são indispensáveis uma vez que a argumentação, por ter como objetivo obter a atenção daqueles a que se dirige, do auditório que deseja influenciar deve envolver o leitor para que ocorra o convencimento.

Muitas são, no entanto, as possibilidades de composição de um auditório. Devido a essa dificuldade, deve-se pensar que o auditório encontra-se constituído por aqueles que se pretende influenciar, no caso do *cópus*, os leitores do jornal *Folha de S. Paulo*. Importante ressaltar que, de acordo com Perelman (1996, p.35), a argumentação, quando dirigida a um auditório universal, no caso em questão os leitores da *Folha*, deve convencer da evidência das informações apresentadas. Tal convencimento não deve se configurar como uma tarefa árdua, uma vez que os leitores da *Folha* já esperam um determinado posicionamento do jornal frente aos acontecimentos da atualidade. É como se o leitor utilizasse o jornal apenas para atualizar, por meio de informações, os pontos de vista que já possui. Os chargistas da *Folha* o fazem por meio dos detalhes que se encontram ampliados nos atores retratados, trabalhando seu ponto de vista a respeito dos fatos noticiados na imprensa.

Ao estabelecer a diferença entre os termos persuasão e convencimento, Perelman (1996, p.30) afirma que a persuasão, para aqueles que se preocupam com o resultado de sua argumentação, é considerada como mais ampla que convencer, uma vez que a convicção não passa da fase inicial que leva à ação.

Pensado na organização da *Folha de S. Paulo*, Fiorin (2004, p.136) afirma que o jornal, em comparação com outro grande jornal, *O Estado de São Paulo*, possui textos menores, mais fotografias e páginas menos compactas. Salienta ainda que apresenta uma seção internacional menos densa. É constituído de quadros azuis que possuem a função de explicar os antecedentes da notícia que está sendo veiculada, contando ainda com parênteses explicativos para as siglas apresentadas. De acordo com o autor, os textos são escritos em normal culta real, com períodos não muito longos. Apresenta preocupação com a cultura e as diversões, apresentando espaço para movimentos alternativos. Na página destinada aos editoriais, publica, além de uma charge artigos de cronistas sediados no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, artigos de colaboradores diversos.

Baseando-se nessa observação, Fiorin (2004) chega à conclusão de que o enunciário da *Folha* é “o descolado, tem interesses muito variados. Não é que não se interesse por política, mas seu interesse por ela é relativo.” Pode ser considerado um

leitor pluralista. Por isso, conclui Fiorin (2004, p.137), cada jornal, assim como cada veículo de comunicação, constrói seu público por meio de características discursivas.

Essa imagem do enunciatário passa a ser o co-enunciador, na medida em que ela determina a escolha de matérias que entrarão no jornal, a forma como os textos são redigidos, a disposição da página (...). Por outro lado, o enunciatário adere ao discurso, porque nele se vê constituído como sujeito, identificando-se com um dado *éthos* do enunciador (FIORIN, 2004, p.137).

Tomando como base essas informações, caberá ao enunciador elaborar um discurso que endosse o ponto de vista do enunciatário-leitor, ou então, que seja suficientemente sustentado por argumentos que o encaminhem para a persuasão e o convencimento.

A seguir, serão apresentadas análises de algumas charges, com o intuito de se buscar as estratégias de convencimento elaboradas pelo chargista, bem como sua forma de construção por meio dos elementos que compõem a plasticidade do texto.

### 3.3- Charge de março de 2011: “Corte de verba”



Figura 61: *Folha de S. Paulo*, 02 mar. 2011.

Na figura 61, charge de 2 de março de 2011, encontramos uma divisão de dois quadros; no primeiro deles, observamos a voz do enunciador que, por meio do recurso da debreagem, apresenta a afirmação “Corte de verba”, o que nessa primeira parte da charge parece se configurar como um presságio, por parte do enunciador, do que

poderia vir a acontecer até o final da execução do projeto apresentado nesse primeiro quadro.

Observa-se ainda a figurativização de um sujeito encarregado da construção de uma casa. No mesmo quadro, encontram-se ainda dois sujeitos, uma mulher e uma criança. A julgar pelo que se encontra escrito na placa em frente à obra em execução - “Minha casa, minha vida” – pode-se dizer que esses dois sujeitos figurativizam aqueles que seriam beneficiados pelo programa “Minha casa, minha vida” criado pelo PT e que visava à construção de casas para famílias de baixa renda.

No primeiro quadro, notamos a expressão de felicidade no rosto da mulher que apresenta traços de sorriso em seus lábios, uma vez que figurativiza um sujeito que se encontra satisfeito com o andamento do projeto.

No segundo quadro, no entanto, observamos a substituição da satisfação pelo sentimento de insatisfação (expresso no rosto da mulher, que substituiu o sorriso do primeiro quadro, traços ascendente em seus lábios), por um “antissorriso”, composto por um traço, agora descendente. Topologicamente, os sujeitos mulher e filho encontram-se relacionadas à categoria plástica cercado/cercante, uma vez que se apresentam literalmente cercadas pelo ambiente da casa em construção, da grama e da placa.

De forma complementar, a respeito da categoria eidética, ao tratar da representação humana por meio de caricatura, Courtés (2005) afirma que basta a modificação na posição ou forma das linhas, dos olhos ou do pescoço, por exemplo, para que a significação se modifique. Para ilustrar tal afirmação o autor lança mão da representação da “apatia”, da “alegria” e da “tristeza”, por meio da discursivização da gestualidade facial, que pode ser homologada à visualidade de traços eidéticos da expressão visual.



Figura 62: Representação humana por meio da caricatura.

Neste caso, afirma o autor, a invariante corresponde ao plano do significado, relativos à representação da cabeça e do pescoço, o que ocorre é que as alterações dizem respeito às posições e as formas dos demais recursos visuais. Sendo assim, observa-se o significado da apatia representado por traços separados e distribuídos horizontalmente em diferentes níveis para expressar a boca e os olhos, enquanto que no caso da alegria e da tristeza observamos a boca, por exemplo, em forma curvilínea, mas em cada caso em uma direção inversa para cima/para baixo (como ocorre com os olhos), caracterização eidética de traço retilíneo oblíquo ascendente x oblíquo descendente. A disposição de recursos visuais dentro da diagonal apresenta-se de forma inversa ao tratar da alegria e da tristeza.

No que se refere à charge, a modificação dos traços da alegria em tristeza ocorre apenas na figurativização da boca da mulher, visto que, os demais traços que compõem sua representação permanecem inalterados. O desapontamento expresso pela modificação do traço da boca parece ter ocorrido devido ao “corte de verba”, anunciado anteriormente pelo enunciador, para a finalização da casa.

Devido a esse fator, no momento de se cobrir a casa com um telhado similar à construção, o encarregado da obra, valeu-se da própria placa que anunciava o programa governamental, garantindo, assim, uma casa não compatível àquela que se encontrava representada na placa do programa, visto que essa casa, que se encontra pronta para entrega, além de não possuir um telhado adequado, encontra-se sem reboco e sem pintura. Essa construção discursiva e plástica funciona como uma crítica à fala do governo apresentada no editorial não assinado da mesma página da charge<sup>12</sup>, na qual, de acordo com o enunciador, os analistas econômicos duvidavam da capacidade do governo de “cumprir o corte prometido sem afetar os investimentos” (Anexo 18).

Pode-se afirmar que o nível narrativo permite que se faça a seguinte interpretação quanto ao sentido da charge, a leitura de um percurso que se inicia na disjunção, sujeito povo, figurativizado pela mulher e criança, os quais se encontram sem o objeto-valor “casa”; passa por uma não conjunção, momento em que ambos ainda sem o objeto-valor, mas com a possibilidade de possuí-lo uma vez que acompanham o andamento do projeto e encontram-se figurativizados de maneira esperançosa; e chega, finalmente, à conjunção com o tão desejado objeto-valor. O que ocorre é que o objeto desejado, desenhado na placa que anunciava o projeto, não se assemelha ao produto

---

<sup>12</sup> Serão apresentados, quando necessários, os textos que circundam as charges para a exemplificação dos mecanismos de argumentação.

final entregue pelo programa, fato esse que faz com o que os sujeitos figurativizados façam um percurso que caminha da euforia em direção à disforia. Sendo que o sentimento de euforia experimentado frente à possibilidade de conjunção com o objeto-valor casa, objeto esse a ser doado pelo sujeito governo, foi substituído pelo sentimento de decepção.

Temos assim uma sanção negativa por parte do destinador-julgador cidadão, apresentada na charge por meio do antissorriso da mulher, que representa a população brasileira, a qual confiou no sujeito governo para aliviar sua situação de miséria, dando a esse o poder fazer por meio da vitória eleitoral, ocorrida em outubro de 2010.

Dessa forma, o chargista leva o leitor a saber, por meio da representação da charge, que não se pode crer nas promessas governamentais, convencendo o leitor de que aqueles que esperam alguma ajuda governamental terão de contentar-se com objetos bem diferentes daqueles esperados e/ou prometidos.

### 3.4 – Charge de abril de 2011: “A descoberta”



Figura 63: *Folha de S. Paulo*, 01 abr. 2011.

Na figura 63 de disposição linear, categoria intercalado/intercalante observa-se, no primeiro quadro a figurativização de um laboratório científico. No local, encontram-se dois sujeitos que figurativizam um cientista e sua assistente; ainda nesse primeiro quadro, o cientista, informa à sua assistente: “A terra não é tão redonda quanto imaginávamos!”.

Tal recurso de debreagem remete ao quadro que segue, no qual encontra-se outro sujeito sentado em sua mesa e, em sua frente, uma placa na qual se lê o nome “Bolsonaro” e, ainda, à sua direita, um globo terrestre quadrado. Esse sujeito, também por meio do recurso da debreagem, responde à questão apresentada pelo cientista no quadro anterior: “Eu já sabia”. Observa-se assim, por meio da fala do cientista no primeiro quadro e por meio da figurativização do globo terrestre de maneira quadrada, no segundo, a oposição dos termos redondo vs. quadrado.

Em uma busca ao dicionário, encontram-se as seguintes definições para o termo redondo. Redondo: Que tem forma de círculo ou esfera. De forma arredondada. (AURÉLIO, 2011, p.750). Para sua oposição, quadrado, observam-se as seguintes significações: “Que tem forma de quadrado. Da forma do quadrângulo. Figurado Familiar, Retrógrado, conservador” (AURÉLIO, 2011, p. 725).

No segundo plano da sequência da charge, encontra-se o nome Bolsonaro, a julgar pelos traços apresentados na composição caricatural do sujeito e ainda pelo nome na placa, observa-se a actorialização do sujeito deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), conhecido por seu discurso conservador e de caráter preconceituoso.

Dessa maneira, a oposição de base que compõe a charge constitui-se de “parte vs. todo”. Pode-se fazer essa afirmação uma vez que o cientista afirma que a Terra não é tão redonda quanto se pensa, no entanto não afirma que deixa de ser redonda. Sendo assim, afirma a parte no seu discurso, enquanto Bolsonaro, sobretudo em virtude do exagero conservador, afirma essa mudança como um todo, ou seja, ele não leva em conta a gradação de uma Terra menos redonda, mas deixa implícito de forma simplista e conservadora, que a Terra é quadrada.

Observa-se assim, a ironia da charge, ao apresentar o mundo de forma quadrada e, juntamente a essa figurativização, um representante do povo, eleito pelo voto de muitos, que não passa de um sujeito “quadrado”.

A charge apresenta assim um programa narrativo que tem início na ideia pressuposta do formato “redondo” da Terra, cujo ponto de vista é refutado por meio da conjunção com algo “partitivo” (a Terra não passou a ser quadrada, mas passou a ser menos redonda) e se direciona para a não conjunção com o partitivo, pois figurativa o ator Bolsonaro em conjunção com a ideia da Terra quadrada, cujo sentido traz a ideia de humor da charge. Esse programa narrativo é discursivizado nas duas partes da charge pelo processo de debreagem instaurada na primeira /não redondo/ e pela representação da terra e da cabeça da caricatura em forma quadrada na segunda.

### 3.5- Charge de junho de 2011: “A nova bactéria”

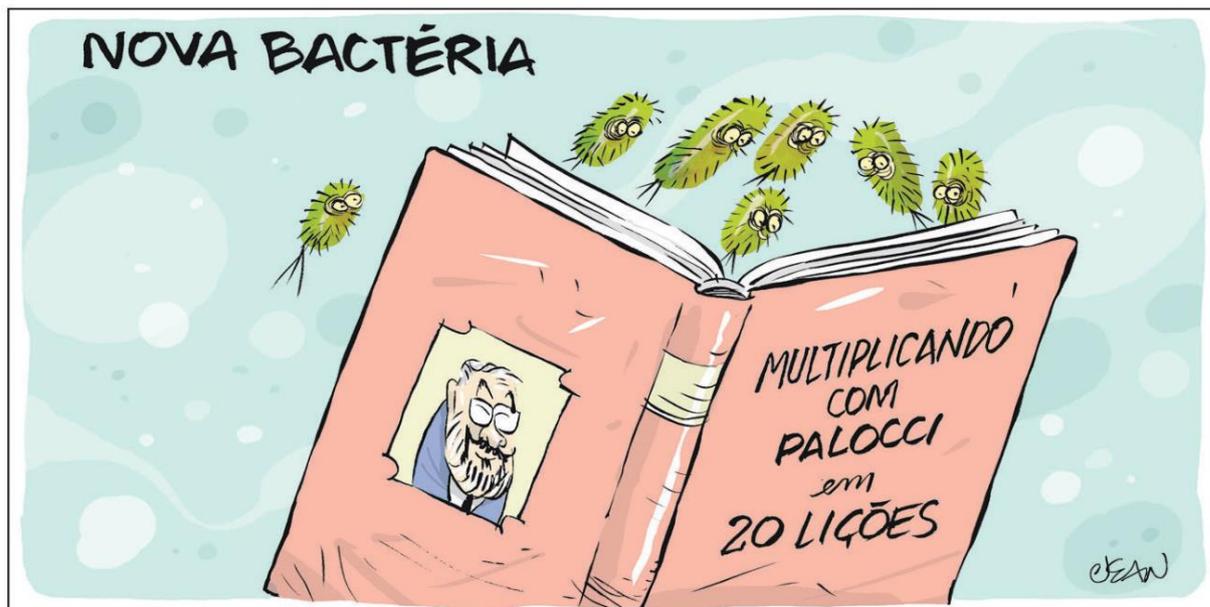


Figura 64: *Folha de S. Paulo*, 05 jun. 2011.

Na figura 64, observa-se a figura de um livro no qual encontramos o seguinte título: “Multiplicando com Palocci em 20 lições”. A charge trata das acusações levantadas contra Antônio Palocci, ministro da Casa Civil, referentes ao aumento exorbitante de seu patrimônio, o qual, de acordo com informações da mídia, chegou a se tornar 20 vezes maior. Observa-se a isotopia relacionada ao número 20, visto que, vinte são as lições da obra e vinte também é o número pelo qual o patrimônio de Palocci se viu multiplicado.

É possível perceber ainda a construção da argumentação por meio do uso da ironia por parte do enunciador, visto que a façanha de Palocci foi tamanha que até as bactérias, organismos conhecidos por se multiplicarem rapidamente, necessitam tomar lições com ele. As bactérias encontram-se reunidas em torno do livro, representando um coro, ou um grupo de estudos, o qual necessita se reunir para conseguir entender a complexidade da “matéria” apresentada no material em questão. Em termos da categoria do plano de conteúdo, pode-se pensar nas relações público/privado e ainda na relação opressão/liberdade. Isso porque, em sua ideologia política, Palocci, enquanto detentor de suas “multiplicações” na esfera do privado encontrava-se em conjunção com a liberdade para continuar com suas assessorias, fato que deixa de acontecer no momento

em que torna-se pública a sua manobra para multiplicação de bens e a consequente tentativa de reprimir seus atos por parte da justiça.

### 3.6- Charge de maio de 2011: “Decifrando Bin Laden”



Figura 65: *Folha de S. Paulo*, 03 maio 2011.

A figura 65 exemplifica o recurso linguístico da metonímia, ou seja, o uso de efeitos de sentido relacionados à parte para representar o todo. Na charge em questão, apresenta-se figurativizado o DNA do terrorista Osama Bin Laden. A charge é constituída de dois quadros, distribuição linear, categoria intercalado/intercalante. No primeiro deles, observa-se um cientista em um laboratório olhando atentamente em seu microscópio o DNA de Bin Laden. Sabemos se tratar do DNA do terrorista, devido à informação verbal que está expressa no quadro onde se encontra figurativizado o cientista, que diz: “DNA de Bin Laden”.

No quadro que segue, apresenta-se a figurativização do DNA observado. Neste momento, a charge cria o efeito de humor por meio da apresentação do que seria um detalhe peculiar no DNA de Bin Laden. O material genético do terrorista (sua parte constituinte) é formado pela junção de elementos explosivos. A utilização do DNA para mostrar a periculosidade do sujeito analisado é um exemplo de metonímia, de argumentação e ainda de humor, uma vez que, para o enunciador da charge, Bin Laden encontra-se todo tomado pelo desejo de destruição, uma vez que até suas informações

biológicas, suas cadeias de DNA, são constituídas de explosivos. Assim, o enunciador afirma algo irrefutável e, por essa razão convincente por meio do humor, pois ocorre na charge a associação de Bin Laden com organizações terroristas.

O efeito de sentido de humor ocorre ao se fazer uma associação da figura do DNA com os fios responsáveis pela detonação de uma bomba. As cadeias do DNA, responsáveis pelas características do ser humano, relacionados à vida, encontram-se vinculadas à morte, visto que são figurativizadas por explosivos.

O enunciador argumenta assim, por meio dos elementos responsáveis pela composição plástica da charge, que Bin Laden, diferentemente dos demais seres humanos que estão, em sua constituição, conjuntos com a vida, encontra-se tomado pela morte, pronto para destruir todos à sua volta.

### 3.7- Charge de julho de 2011: “Lula x hackers”



Figura 66: *Folha de S. Paulo*, 03 jul. 2011

A figura 66 é apresentada dividida em dois quadros, distribuição linear, categoria intercalado/intercalante, em que um Hacker tenta negociar os e-mails do ex-presidente Lula. Percebe-se que no primeiro quadro da charge o cromatismo está reduzido a tons de preto, branco e cinza. Ao apresentar a cena do quadrante esquerdo de maneira acromática com ênfase nos dentes à mostra e olhar em posição descendente por parte dos sujeitos retratados, o chargista figurativiza uma postura maléfica dos atores que nos remete às negociações sujas e às “tramoias” que, devido à sua ilegalidade, devem ocorrer longe dos holofotes. No enunciado verbal da charge, encontram-se as

seguintes informações: “Eu tenho os e-mails do Lula!” “Quer comprar?” ditas pelo sujeito Hacker, e ainda “O que eles dizem?”, pergunta do possível comprador.

Já no segundo quadro da charge, observa-se a representação da cena por meio das categorias cromáticas em sua totalidade, sendo possível ver os rostos dos sujeitos Hacker e do político e ainda a impressão de decepção de ambos ao chegarem à conclusão de que um código de computador é mais fácil de ser quebrado do que compreender as metáforas ditas pelo ex-presidente Lula. É possível fazer essa inferência ao observarmos o enunciado verbal “Não sei, estão em metáforas”, apresentado no segundo quadro da charge. Além das categorias acromática vs. cromática marcando os dois momentos da charge, também ocorre um jogo de gestos faciais em cada um dos quadros, manifestados pelas categorias eidéticas retilíneo ascendente vs. retilíneo descendente, em que o primeiro homologa-se ao riso maléfico (representado como um gesto da boca para cima) da possível façanha de decodificar os e-mails e o segundo, à decepção (gesto de tristeza, com a boca desenhada em direção descendente) por poder decodificar códigos de computador, mas por não saber compreender a figura da metáfora.

A charge faz referência aos ataques aos sites da Presidência da República, da Petrobrás, da Receita Federal dos ministérios dos Esportes e da Cultura, do Senado Federal e do IBGE que, de acordo com o Editorial “Hackers em ação”, publicado no mesmo dia e na mesma página da charge (Anexo 22), eram apenas o começo de um problema para o qual o país não se encontrava preparado, visto que, à época, julho de 2011, não existia legislação vigente para punir os autores de crimes virtuais.

Ao apresentar os discursos de Lula como incompreensíveis, o chargista mostra ao leitor a impossibilidade de se entender o ex-presidente, uma vez que até seus e-mails, correspondências no âmbito do privado e que poderiam indicar algum comportamento ou prática não aprovada, são passíveis de incompreensão. O chargista deixa implícito no humor da charge o fato de o ex-presidente ser considerado um semialfabetizado que possui, por vezes, discursos de difícil assimilação frente aos demais discursos da política.

Em uma direção complementar, pode-se homologar as categorias acromatismo vs. cromatismo e retilíneo ascendente vs. retilíneo descendente, do plano de expressão, às categorias ilegalidade vs. legalidade, do plano de conteúdo, que figuratizam sujeitos atuando na surdina em busca de informação compartilhada de forma ilegal.

### 3.8- Charge de dezembro de 2011: “Tablets no banheiro”



Figura 67: *Folha de S. Paulo*, 01 dez.

A figura 67 apresenta o tema da diminuição de gastos de papel no setor público. O tema é apresentado na charge por meio do enunciado verbal que diz: “Deputados vão ganhar tablets para economizar papel”. Juntamente com esse enunciado observa-se a figurativização de um banheiro no qual vemos um vaso sanitário e, ao lado, um tablet que mostra em sua tela um rolo de papel higiênico.

Dessa maneira observa-se no enunciado um discurso que trata da substituição do papel estocável, que nos remete aos papéis utilizados em escritórios e repartições públicas, enquanto no espaço da enunciação ocorre a figurativização da economia de um papel descartável (o papel higiênico). Ao apresentar a representação do tablet (objeto ganhado pelo poder público) em um banheiro (espaço privado) o enunciador acaba por apresentar duas figuras de universos diferentes (papel higiênico e tablet) para ironizar reforçar o tema da economia de papel a isotopia temática do ócio não produtivo no trabalho dos deputados.

### 3.9- Charge de janeiro de 2012: “Chuvas?”

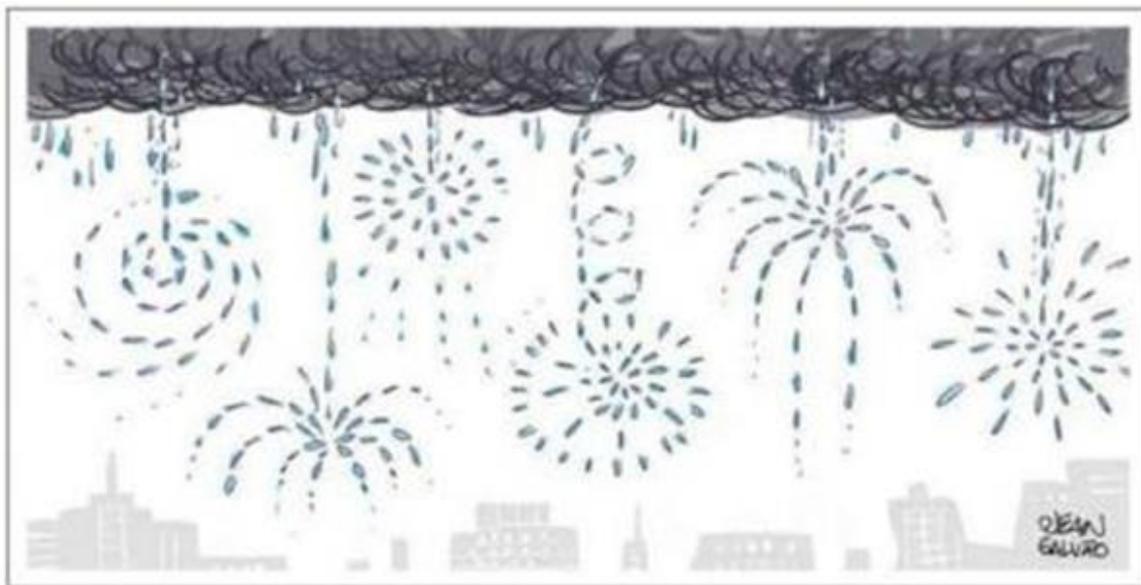


Figura 68: *Folha de S. Paulo*, 03 jan.

Na imagem 68, observa-se uma construção temática ambígua, logo a figurativização referente a ela também é ambígua. Dizemos isso porque, ao observarmos a charge da maneira em que se encontra impressa na folha de papel apresenta-se a figurativização de um dia chuvoso, típico dos dias iniciais do mês de janeiro, no entanto ao se virar a folha de ponta a cabeça, realizando assim uma inversão topológica, pode-se perceber que a mesma charge trata ainda de uma figurativização dos fogos de artifício, muito comuns nas celebrações de réveillon.

Ao se pensar na ambiguidade de caráter topológico da charge pode-se estabelecer a ambiguidade dos temas a ela correspondente. Sendo assim os temas festa e desgraças anunciadas decorrentes das chuvas do mês de janeiro figurativizados no plano de expressão, encontram-se presentes na charge. Dessa forma, observa-se a orientação do ponto de vista topológico da chuva parte do espaço superior (espaço do céu) em direção ao inferior (espaço da terra), enquanto a orientação dos fogos de artifício parte do espaço inferior (espaço da terra) em direção ao superior (espaço do céu). Essa ambiguidade na figurativização acaba por gerar a ironia da charge que apresenta os temas festas e desgraças recorrentes as chuvas do mês de janeiro como algo recorrente e, por essa razão, previsível.

A partir das figuras representadas no texto depreendem-se as categorias de expressão, que se constituem por meio dos formantes visuais eidéticos, cromáticos e

topológicos. No que se refere a ainda a representação eidética desses temas, pode-se pensar que a chuva é representada como constituída de formantes retilíneos organizados de maneira dispersa, enquanto os fogos apresentam uma organização parcialmente caótica que acaba por convergir em formantes diversos.

Por meio desses recursos, o enunciador parte de um evento do calendário, a celebração da virada do ano, para convencer o enunciatário de outro evento, não presente no calendário, mas á recorrente entre os brasileiros e que ocorre logo após a festa da virada, as desgraças decorrentes das chuvas do mês de janeiro.

### 3.10- Charge de março de 2012: “Nicholson, o golpista”



Figura 69: *Folha de S. Paulo*, 01 mar.

A figura 69 apresenta o tema “Golpe no Congresso” que se encontra expresso por meio do enunciado verbal que apresenta a seguinte informação: “Golpista usava RG com foto de Jack Nicholson”. Por meio deste enunciado pode-se depreender, conforme inferências sobre o conhecido ator, o rosto por meio do qual o suposto golpista se apresentava e, ainda, a construção da referência ao ator hollywoodiano Jack Nicholson. Ao entrar em contato com a charge, observamos ainda a figurativização de dois deputados que, a julgar pela forma como se encontram representados (caminhando e, um deles, com o jornal em mãos), parecem estar em contato com a novidade, expressa no canto superior esquerdo da charge por meio do enunciado verbal.

Pode-se perceber que ela apresenta um percurso do golpe. Dessa maneira, o golpe é apresentado no enunciado como algo disfórico, no entanto, o leitor, ao entrar em contato com a enunciação da charge, percebe, por meio das falas dos deputados,

expressos pelos enunciados verbais “Queria um autógrafo dele!” “Do Nicholson?” “Do golpista!” que ocorre uma inversão de valores visto que, para os políticos o fato do golpista utilizar-se de um RG falso com a fotografia de um ator famoso é algo eufórico.

O fato de o deputado admirar o golpista a ponto de desejar um autógrafo é o elemento criador da ironia da charge. Assim, o golpe, visto inicialmente como algo disfórico na enunciação, é retomado no enunciado de maneira eufórica. Sendo assim, pode-se pensar na oposição identidade vs. alteridade, em que o termo “identidade” estaria figurativizado no disfarce do político golpista que usa a fotografia de um ator conhecido para suas artimanhas e o termo “alteridade” estaria figurativizado pelo grupo de políticos projetado de forma irônica que se veem representados pela astúcia do golpista.

Ao apresentar os políticos como pessoas que admiram o golpista, o enunciador “revela” ao enunciatário sua visão a respeito dos representantes do poder no Brasil: pessoas que gostariam de estar em conjunção com o poder e saber- fazer um golpe sem despertar suspeita.

### 3.11- Charge de abril de 2012: “Páscoa”



Figura 70: *Folha de S. Paulo*, 8 abr.

A figura 70 apresenta como tema a “Páscoa”. O tema é representado por meio das figuras de Cristo e Maria Madalena, que se encontram figurativizados no Santo Sepulcro, conhecido cenário bíblico como local onde o corpo de Cristo foi colocado após a crucificação.

Observa-se ainda a figurativização de um coelho que sai de sua toca e, no segundo plano da charge, o monte Gólgota (monte onde ocorreu a crucificação de Cristo) e ainda três cruzeiras que figurativizam as cruzeiras de Cristo e dos dois homens crucificados ao seu lado. No que se refere à composição plástica da charge, observamos no caráter topológico a oposição superioridade (representada na charge como o local da morte de Cristo) vs. inferioridade (correspondente à figurativização do coelho, símbolo maior, da festa secular que se tornou a Páscoa).

Ao se pensar na oposição superioridade vs. inferioridade podemos ainda pensar na relação “sagrado vs. profano”, onde o sagrado estaria representado pelos traços de superioridade, ou seja, a representação do sacrifício de Cristo figurativizado pelas cruzeiras e pelo monte Gólgota e inferioridade pela representação do coelho, representante do aspecto comercial e secular do feriado Páscoa.

Dessa maneira, o percurso narrativo da charge ganha concretude discursiva por meio da figurativização do sacrifício de Cristo (sua conjunção com a crucificação no monte Gólgota), em seguida passa à não conjunção com o sacrifício (momento de sua ressurreição) chegando à disjunção com o caráter do sacrifício, por meio da celebração da Páscoa enquanto festa pagã.

A ironia da charge repousa em negar o caráter sagrado da Páscoa que se configura não como uma festa religiosa do calendário Cristão, mas como uma festa pagã com fins comerciais.

Ao ironizar o caráter sagrado da Páscoa, o enunciador mostra ao enunciatário, por meio da figurativização do coelho, único representado na charge cromaticamente por uma cor quente (dissonante de todos os demais elementos, cromatizados em cores frias), como o comércio apropriou-se de uma festa cristã ao ponto de mudar convenientemente os símbolos de sua representação.

### 3.12- Charge de junho de 2012: “Momento CPI”



Figura 71: *Folha de S. Paulo*, 1 jun.

A figura 71 apresenta a charge de junho de 2012. Ela se configura como um exemplo de distribuição linear formada pelas categorias intercalado vs. intercalante. Ao entrar em contato com o enunciado verbal da charge é apresentado ao leitor o tema “CPI” (Comissão Parlamentar de Inquérito), em que se observa a figurativização de dois sujeitos que, a julgar pela forma que se encontram representados e ainda por suas falas (“Meu cliente não falará!” “Ah! Ah! Ah! Ah! Ah! Ah! Ah!” “Dá pra pensar mais baixinho?” “Ah! Ah! Ah! Ah! Ah!”) remetem a um advogado e seu cliente em uma situação de julgamento.

O efeito de ironia da charge é construído por meio do enunciado verbal expresso pelo advogado no primeiro quadro “Meu cliente não falará” que apresenta o caráter sério da situação de um julgamento, caráter esse que é quebrado pelo cliente que “pensa” tão alto que chega a ser ouvido, fato esse confirmado pela fala seguinte do ator advogado que pede “Dá pra pensar mais baixinho”. Dessa forma percebe-se na enunciação que o caráter sério e decisivo do julgamento, expresso no enunciado, é figurativizado como piada ou deboche na enunciação, visto que o político mal consegue disfarçar seu ar de deboche frente ao acontecimento e, mesmo quando advertido para “pensar mais baixo”, continua debochando do processo que ocorre.

Observa-se ainda que, enquanto no primeiro balão há a transcrição do pensamento de deboche do político por meio da expressão “AH”, que aparece por sete vezes, no segundo balão, ao ser advertido para pensar mais baixo, esse número cai para cinco, ou seja, mesmo após a advertência o processo ainda é encarado como sem seriado

algum por parte do político. Dessa forma, o enunciador mostra como os políticos encaram os processos de investigação de seus crimes, como algo que parece ser sério somente na esfera do parecer.

### 3.13- Charge de julho de 2012: “Mais tempo no ar”



Figura 72: *Folha de S. Paulo*, 01 jul.

A figura 72 apresenta a charge de julho de 2012. Nela, percebemos, por meio do enunciado verbal “Mais tempo na TV” que se trata da expansão do horário eleitoral gratuito, destinado aos partidos políticos para apresentar seus candidatos e suas propostas de governo. Observamos a figurativização de dois políticos e ainda de um cidadão comum que se encontra em seu quarto, deitado em sua cama. A julgar pela forma que se encontra, corpo em posição retraída e olhos esbugalhados, pode-se afirmar que se encontra figurativizado como alguém assustado e amedrontado. Por outro lado, a figura dos dois sujeitos políticos produz efeito de sentido por meio da releitura de contos para assustar crianças, como se, no nível da ironia, figuratizassem um monstro, o “bicho-papão”, que vem assustar as crianças à noite (as figuras dos sujeitos projetam-se para fora da televisão, como se fossem pegar o sujeito na cama).

Ao relacionar o enunciado verbal “Mais tempo na TV” à cena compartilhada na charge percebe-se, no que se refere ao nível fundamental, à oposição semântica euforia vs. disforia.

Assim, o enunciado “Mais tempo na TV” que poderia ser entendido como eufórico, por ser uma possibilidade de esclarecimento das propostas dos candidatos,

com vistas a auxiliar a população na escolha de seus representantes por meio do voto, seria a possibilidade do debate e da troca de opiniões, em busca do bem comum, é negado por meio do enunciado visual disfórico que apresenta o tema “Mais tempo na TV” como algo que tira a paz e o sossego da população uma vez que o enunciado é retratado como mais tempo para bajulação e promessas que provavelmente não serão cumpridas.

Assim, a ironia e a verossimilhança da charge residem na oposição entre o enunciado eufórico e a enunciação disfórica, uma vez que a população está, na visão do enunciador, acostumada a ouvir, em épocas de campanha eleitoral, promessas impossíveis de se cumprir, acompanhadas de favores e bajulações, por vezes inconvenientes.

### 3.14- Charge de setembro de 2012: “Pesadelo”



Figura 73: *Folha de S. Paulo*, 04 de set.

A figura 73 apresenta a charge de setembro de 2012 em que se percebe, pelo enunciado verbal, o tema “Depois do debate”. Trata-se do momento em que a tevê aberta passava a exibir os debates dos candidatos aos cargos políticos das eleições que ocorreriam em outubro (prefeito e vereador).

No que se refere ao caráter discursivo, percebe-se a oposição “exterioridade” (espaço em que se encontram os pais, prováveis sujeitos que acabaram de ver o debate) vs. “interioridade” (espaço do quarto onde se encontra figurativizada a criança, aconchegada em sua cama junto ao seu universo, espaço da fantasia, em que se veem as figuras de um urso de pelúcia e ainda o desenho de barcos nas paredes do quarto).

Pode-se homologar ao espaço da “exterioridade vs. interioridade” à categoria topológica planar “cercado vs cercante” e à categoria cromática “luz vs. sombra”, observáveis por meio da relação de espaço “direita vs. esquerda”. Dessa forma, as categorias do conteúdo “realidade vs. ilusão”. Assim, a relação entre categorias da expressão e do conteúdo seria distribuída da seguinte forma:

<b>Figuras/temas</b>	<b>Plano do conteúdo</b>	<b>Plano da expressão</b>
Debate vs. refúgio	Exterioridade vs. interioridade	cercante vs. cercado
Pais vs. filhos	Realidade vs. ilusão	esquerda vs. direita
Realidade vs. ilusão	Repressão vs. refúgio	luz vs. sombra

No que se refere à realidade, ela é pintada na charge como disfórica (os pais estão fugindo desse espaço com os olhos arregalados e os corpos comprimidos, uma expressão que demonstra medo, notam-se gotas de suor que escorrem de suas faces). Ao espaço da interioridade, podemos homologar a relação de euforia (espaço da ilusão e da fantasia caraterísticos do universo infantil).

Dessa maneira, a ironia da charge repousa na oposição do enunciado, que ao apresentar os dizeres “Depois do debate”, leva o leitor a pensar em um momento no qual os eleitores, que acabaram de assistir à conversa entre os candidatos, estejam refletindo sobre as propostas apresentadas com o intuito de decidir seu voto. Fato esse que é negado na enunciação, uma vez que figurativiza o eleitor de maneira tão assustada, a ponto de buscar refúgio no universo infantil, espaço em que não existem preocupações de natureza política. Observa-se assim a construção do humor e da ironia da charge por meio da inversão dos papéis de pais e filhos onde os pais, temerosos de sua realidade, encontram-se figurativizados como assombrados com o que acabaram de ver, por isso, buscam alento no universo infantil.

### 3.15- Charge de outubro de 2012: “O voo do candidato”



Figura 74: *Folha de S. Paulo*, 2 de out.

A figura 74, charge de outubro de 2012, apresenta o tema “eleições”, que se encontra figurativizado por um “santinho voador” no qual se observa a figurativização de um possível candidato e, acima da sua foto, o enunciado verbal “vote”. Há ainda, a figurativização de parte de um avião e percebe-se os rostos de alguns passageiros a observar, de suas janelas, a trajetória do santinho. No que se refere aos aspectos plásticos, observa-se a oposição topológica superioridade vs. inferioridade. No espaço da superioridade poderíamos homologar o espaço da liberdade (que, teoricamente estaria livre da propaganda eleitoral) e à inferioridade estaria homologado o espaço da manipulação eleitoreira (onde as pessoas têm de conviver com as abordagens, por vezes invasivas, dos candidatos em busca de votos).

Observa-se a ironia da charge na enunciação, que projeta em um espaço inimaginável a propaganda eleitoral, ironizando o esforço dos candidatos para chamar a atenção e adquirir votos em épocas de campanha.

O enunciado visual na charge apresenta o esforço cômico do candidato para a aquisição de votos por meio do objeto voador que, para alcançar o espaço da superioridade (onde se encontra o avião) e também os possíveis eleitores, tem de fazer um esforço contínuo e frenético (representado por meio das linhas que simulam movimento do objeto voador e ainda por meio da expressão “FLAP, FLAP, FLAP”, que endossa a ideia de um movimento que não pode ser interrompido, visto que isso causaria um distanciamento do possível eleitor).

Esse distanciamento deve ser encurtado em épocas eleitoreiras, visto que o eleitor é o sujeito que possui o poder-fazer por meio do qual o candidato possa ficar conjunto ao cargo que busca por meio da vitória nas eleições.

### 3.16- Charge de dezembro de 2012: “As renas de Noel”



Figura 75: *Folha de S. Paulo*, 02 de dez.

A figura 75, charge de dezembro de 2012, apresenta, por meio do enunciado verbal, o tema “Cargos”. Observamos a figurativização de renas do Papai Noel e, em meio a elas, um bode transvestido de rena. O enunciado verbal faz referência à Rosemary, ex-chefe do Gabinete Regional da Presidência da República em São Paulo, acusada de tentar influenciar indicações a cargos. Ao apresentar um bode, animal que não tem raça definida, e colocá-lo ao lado de animais selecionados para a nobre tarefa de ajudar o Papai Noel na distribuição de presentes na noite de natal, o enunciador apresenta a ironia da charge, uma vez que basta uma indicação “forte” para que a qualificação deixe de ser um pré-requisito.

No enunciado, é apresentado o tema por meio da fala de uma das renas que diz: “Ele conseguiu o cargo com a Rosemary”. Na enunciação, observamos um reforço do caráter do não merecimento do cargo, ao projetar um ator diferente dos demais e ainda que não sabe se comportar na posição em que fora colocado, visto que está fazendo cocô, fato que o faz ser reprovado pelas demais renas, figurativizadas pelo “olhar de canto” (com reprovação) para o bode.

### 3.17- Charge de janeiro de 2013: “Tempo de férias”



Figura 76: *Folha de S. Paulo*, 02 de jan.

A figura 76, de janeiro de 2013, apresenta, por meio da distribuição linear (tipo intercalado vs. intercalante), o tema férias, que se encontra figurativizado por meio de um engarrafamento, quadro esquerdo, e pelos indicativos de “pare” e “siga” do trânsito, quadro direito.

Pode-se inferir que a charge trata do tema férias de janeiro, uma vez que a ancoragem espaço temporal, nos dois quadros, é marcada pelas figuras “coqueiro, areia e praia”, de um lado, e “trânsito e semáforo”, de outro. A charge é parte constituinte do *Jornal Folha de S. Paulo*, cuja data aponta para janeiro de 2013. Em seguida, ocorre a confirmação deste tema por meio do enunciado, manifestado visualmente na charge, que retrata o estresse daqueles que vivem em grandes cidades e saem, nos períodos de férias, congestionando as rodovias de acesso ao litoral.

Ao se pensar no caráter plástico da charge, percebe-se a oposição cromática, em que o primeiro quadro é marcado pelo acromatismo e o segundo pelo cromatismo. Ao relacionar os aspectos plásticos aos elementos do nível fundamental, pode-se dizer que os termos acromático vs. cromático referem-se à oposição disforia vs. euforia, no nível fundamental, em que a disforia, juntamente com o acromatismo (no todo), estaria ligada ao estresse de se sair da grande cidade em direção o litoral. Já a euforia, vinculada ao cromatismo de categorias não graduáveis (vermelho, verde, amarelo azul), estaria ligada ao objeto de valor buscado pelos sujeitos que saem das grandes cidades no período das férias, ou seja, à praia e à possibilidade de descanso e relaxamento.

A ironia da charge repousa no fato de que o estresse gerado pela busca do objeto modal praia é tão grande, que até os indicativos de “pare” e “siga” do trânsito (semáforos de carros e de pedestres) encontram-se cansados e necessitam de férias. Percebe-se também outra ironia por parte do enunciador ao figurativizar esses símbolos na praia, ou seja, disfrutando de suas férias antes da chegada dos banhistas o que parece dificultar a conjunção da população com o objeto-valor férias. Percebe-se que as figuras “semáforo” e “coqueiro” também recebem um investimento plástico diferente, pois, conforme categorias eidéticas, o primeiro é todo retilíneo e tende ao quadriculado, enquanto o segundo, coqueiro e a parte da orla da praia, possuem um traçado inclinado, na plasticidade das folhas ou do tronco, e sinuoso, conforme o desenho das ondas quebrando na praia.

### 3.18- Charge de fevereiro de 2013: “O carnaval das denúncias”



Figura 77: *Folha de S. Paulo*, 03 de fev.

A figura 77, de fevereiro de 2013, de distribuição linear, apresenta o tema “denúncias”, figurativizado pelo enunciado verbal “Trouxe a série de denúncias que pesam contra Renan...” “Ótimo”. A figurativização ocorre por meio dos atores deputados, sujeitos encarregados de apurar as denúncias que “pesam” contra Renan, quadro da esquerda, e ainda de Renan Calheiros e seu advogado, quadro da direita. A charge apresenta ainda o tema “carnaval”, que pode ser inferido, inicialmente, pela ancoragem temporal, apresentada no *Jornal Folha de S. Paulo*, em fevereiro de 2013, mês em que geralmente, ocorre a festividade. Em seguida, o tema é confirmado no quadro que se encontra à direita e que apresenta uma “chuva” de papéis picados, que figurativizam confetes que caem sobre Renan e seu advogado.

No que se refere às características plásticas da charge é possível observar a oposição topológica superioridade vs. inferioridade. No segundo quadro da charge, a superioridade encontra-se representada pelo ator deputado, sujeito encarregado de julgar a “série de denúncias que pesam contra Renan”, o qual possui o poder-fazer valer a lei, por meio da criminalização ou absolvição de Renan, com base na legislação vigente. No mesmo quadro, em sua parte inferior, está o espaço ocupado por Renan e seu advogado, que aguardam a decisão dos deputados.

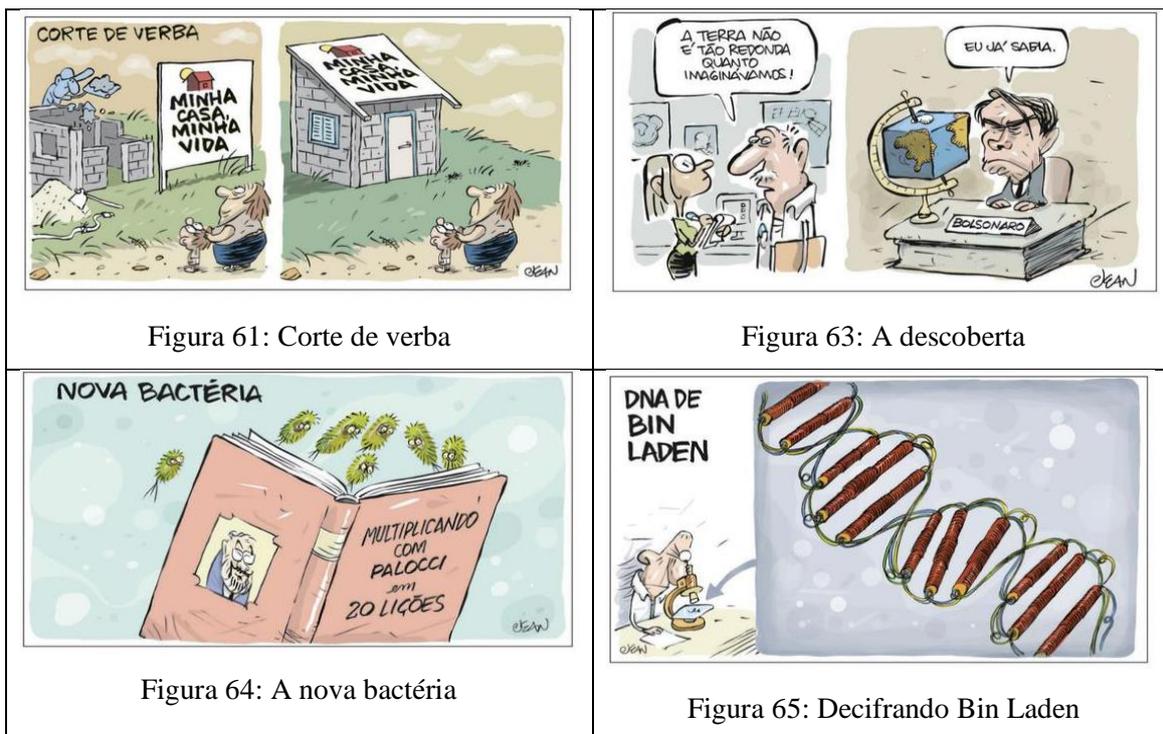
Observa-se também a oposição cromática dos termos acromático vs. cromático. O acromatismo é representado no primeiro quadro da charge, local em que se encontram os deputados que possuem o poder de julgar Renan, espaço da seriedade, já o cromatismo é relacionado ao local onde estão Renan e seu advogado, por ser também um local da seriedade, visto que estão aguardando a decisão de uma sentença, no entanto, é neste local que ocorre o “carnaval”. Dessa maneira, pode-se homologar aos espaços superior e acromático ao termo disforia, pois configura-se como o local da denúncia e apuração dos fatos, e aos termos inferioridade e cromático, o local da euforia, onde a “festa” da impunidade é realizada.

### **3.19- A argumentação aos moldes do quadrado do crer**

Com o objetivo de analisar o percurso argumentativo das charges apresentadas neste capítulo, serão utilizados o quadrado do crer (figura 58), juntamente com o esquema dos termos de Bertrand relacionados ao discurso da charge (figura 59).

Ao se utilizar o quadrado do crer (Figura 58) para a análise das charges a seguir (quadro1), percebe-se que apresentam um percurso que se inicia com a afirmação do sujeito enunciador, passa por uma possível dúvida do enunciatário, até finalizar-se na refutação, quando o enunciatário relaciona os elementos plásticos da charge com os elementos do mundo natural e percebe que a construção do discurso só foi possível por meio do uso de componentes plásticos que criaram um fazer-crer baseado no uso de recursos da hipérbole, da ironia e da sátira, adaptados à visualidade.

Quadro 1: Conjunto de charges relativas ao percurso afirmar – refutar.



Na charge “Corte de Verba” (fig. 61), a enunciação é construída por meio da afirmação da existência do programa do governo federal “Minha casa, minha vida” expressa pelo enunciado verbal. A construção do discurso que apresenta o programa como disfórico, visto que entrega um imóvel incompatível com o prometido, ocorre com a utilização de elementos que compõem a plasticidade do rosto da mulher nos dois quadros que compõem a charge (traços ascendentes e descendentes na composição do sorriso) fazendo com que, ao ser analisado, ocorra a instauração da dúvida a respeito da competência do governo em executar o programa, uma vez que apresenta, no segundo quadro da charge, a figurativização de uma casa não compatível com o que se via na propaganda. Ocorre, por meio dessa construção, a refutação da eficácia do governo em cumprir suas promessas, uma vez que, devido ao “Corte de Verba” (expresso na charge por meio do enunciado verbal) não foi possível garantir o que havia prometido à população.

De maneira análoga, na charge “A descoberta” (fig. 63), a argumentação é iniciada por meio da afirmação de que a Terra “não é tão redonda quanto imaginávamos”. Devido ao fato de a representação plástica da charge apresentar o espaço de um laboratório e ainda pelo enunciado ser proferido por um ator figurativizado como cientista (sujeito que possui o saber, argumento de autoridade)

pode-se aderir ao discurso e duvidar do formato redondo da Terra. Para comprovar essa afirmação é apresentado um globo terrestre em formato quadrado e, junto a ele, o ator discursivo Jair Bolsonaro, conhecido por seu posicionamento político retrógrado. Sendo assim, por meio da associação de Bolsonaro, representado figurativamente com uma cabeça quadrada, e o globo terrestre também em formato quadrado, passa-se ao eixo do refutar o formato do globo. Bolsonaro, em oposição aos demais sujeitos que ocupam o espaço da charge, possui o rosto constituído por traços perpendiculares que, homologados ao globo quadrado o retratam como sujeito quadrado, ou seja, retrógrado à informação ou ao conhecimento. Ocorre assim, a refutação de que a Terra possua o formato redondo, visto ser ocupada por seres quadrados. Instaura-se, dessa maneira um percurso que caminha do eixo do afirmar até culminar na refutação.

“A nova bactéria” (fig. 64) apresenta uma referência à multiplicação do patrimônio do ex-ministro da Casa Civil Antônio Palocci, notícia veiculada amplamente pela imprensa à época da publicação da charge. A ironia da charge é construída plasticamente por meio da caracterização de bactérias que “estudam” o fator multiplicação por meio de um livro cujo autor é Palocci (a charge apresenta as bactérias reunidas estudando um livro intitulado “Multiplicando com Palocci”). Ao se relacionar a charge com as informações apresentadas pela imprensa à época de sua publicação (de acordo com os jornais, Palocci multiplicou seus bens em 20 vezes em um intervalo de 4 anos), instaura-se a dúvida de que tal feito tenha ocorrido de maneira idônea. Pode-se admitir no campo do humor que as bactérias realmente necessitam aprender essa poderosa multiplicação com Palocci. Contudo, nas condições de verdade do mundo natural, o discurso caminha para a refutação da possibilidade da honestidade de Palocci.

A charge “Decifrando Bin Laden” (fig. 65) parte da afirmação de que o terrorista tem algo de peculiar em seu DNA, por esta razão precisa ser analisado por um cientista, detentor do saber em um laboratório. Inicialmente, pode-se duvidar dessa possibilidade, no entanto, por meio dos elementos plásticos que compõem a charge, percebe-se a representação hiperbólica do DNA do terrorista, constituído por cadeias de explosivos. Razão pela qual qualquer associação com pessoas ou instituições ligadas ao terrorista é categorizada como disfórica, ocupando a posição do eixo da refutação. No entanto pode-se admitir, no campo da piada e da comicidade, que o terrorista se constitui de elementos distintos do homem comum, os quais o colocam em conjunção com a morte.

Pode-se relacionar as charges apresentadas (figuras 61, 63, 64 e 65) com o esquema da adesão do discurso da charge, rerepresentado a seguir (quadro 2).

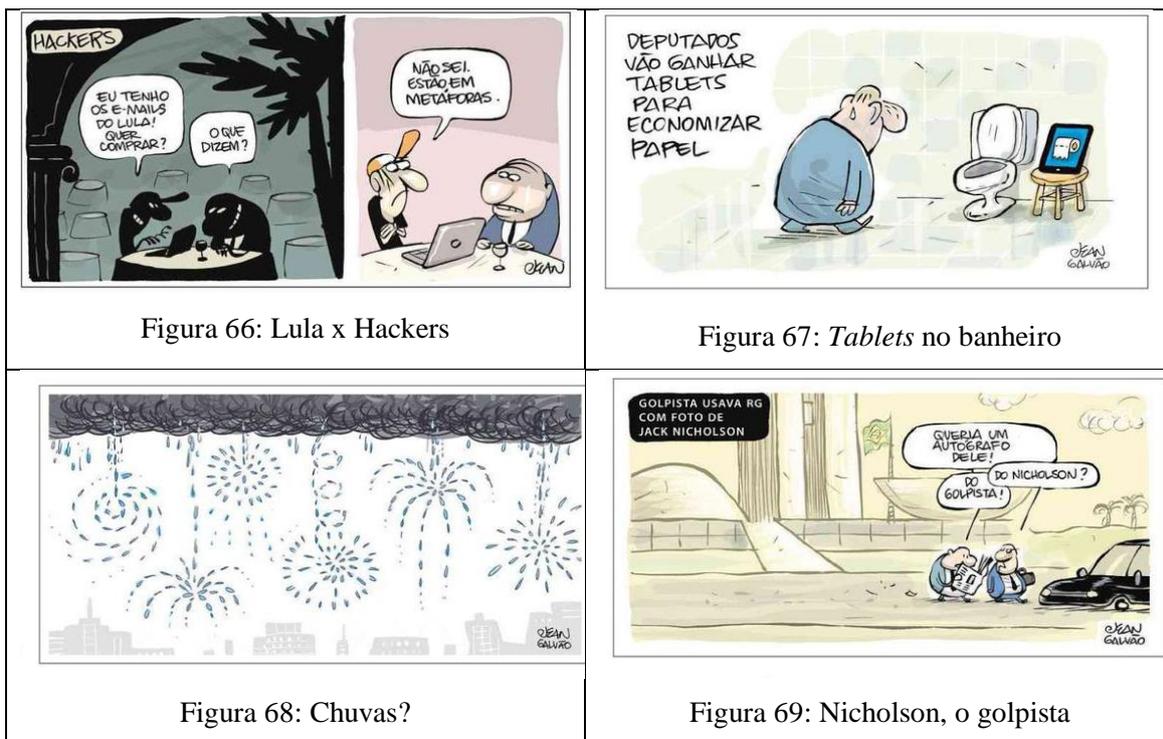
Quadro 2: Reprodução do esquema dos termos de Bertrand relacionados ao discurso da charge - figura 59.

<b>Tipos de sujeito</b>	<b>Reações frente ao discurso político</b>
Crente	Admite ou duvida
Cético	Afirma ou refuta
Reacionário	Refuta e duvida
Militante	Afirma e admite

Por meio dessa relação, é possível projetar o sujeito enunciator como militante, enquanto colaborador de um jornal que possui um determinado posicionamento político, este sujeito milita junto ao periódico para propagar, por meio da argumentação, seu ponto de vista. Para a construção do discurso, o enunciator traça a projeção de seu enunciatário como um sujeito cético, uma vez que, pode concentrar-se em admitir as informações apresentadas pelo chargista como ainda refutar o discurso apresentado. O objetivo do enunciator será levar o enunciatário, por meio da comicidade, a se tornar um sujeito reacionário para que este possa reagir, por meio da refutação e da dúvida frente ao discurso que lhe é posto.

Utilizando-se do mesmo esquema (quadro 2), é possível ainda pensar em uma projeção contrária, que apresente o sujeito caracterizado como reacionário e que, por meio da interação com o periódico, possa vir a se constituir como um sujeito militante. Para tanto, foram selecionadas as charges que seguem (quadro 3).

## Quadro 3: Conjunto de charges percurso refutar– afirmar.



A charge “Lula x hackers” (fig. 66) apresenta, por meio de sua plasticidade, dois sujeitos, um deles diz ter os e-mails do ex-presidente Lula, fato possível, visto que as notícias da época tratavam a respeito das diversas quebras de sigilo que estavam acontecendo, não só no Brasil, mas em diversos países do mundo. O outro sujeito representado na charge como reacionário, uma vez que, com o intuito de checar a veracidade da informação, questiona o conteúdo dos e-mails. No segundo quadro da charge, a argumentação mostra um sujeito crente, uma vez que admite para o suposto comprador não saber o conteúdo dos e-mails de Lula. Por se tratar de escritos de autoria do ex-presidente, estão grafados (senão codificados?) em metáforas. Tem-se assim, por meio da instauração do humor, a confirmação da autoria dos e-mails, uma vez que o ex-presidente é conhecido por seus discursos metafóricos.

A charge “Tablets no banheiro” (fig. 67) inicia seu percurso argumentativo no eixo da refutação, devido a sua composição plástica hiperbólica, que apresenta a figurativização de um banheiro e, no local do papel higiênico, um *tablet* que exibe em sua tela a figura de um rolo de papel. Ideia que além de convocar o humor, leva a uma reflexão a respeito das inúmeras artimanhas dos políticos para a realização do desvio de recursos públicos. Ao chegar a essa reflexão, ou seja, a possibilidade da ocorrência de tal fator para a arrecadação de recursos ilícitos, ocorre a passagem do eixo do refutar

para o eixo do admitir. Posteriormente, tem-se a instauração da afirmação, após a reflexão e conclusão de que os políticos sempre encontrarão uma maneira de burlar a legislação e angariar recursos para seu próprio benefício.

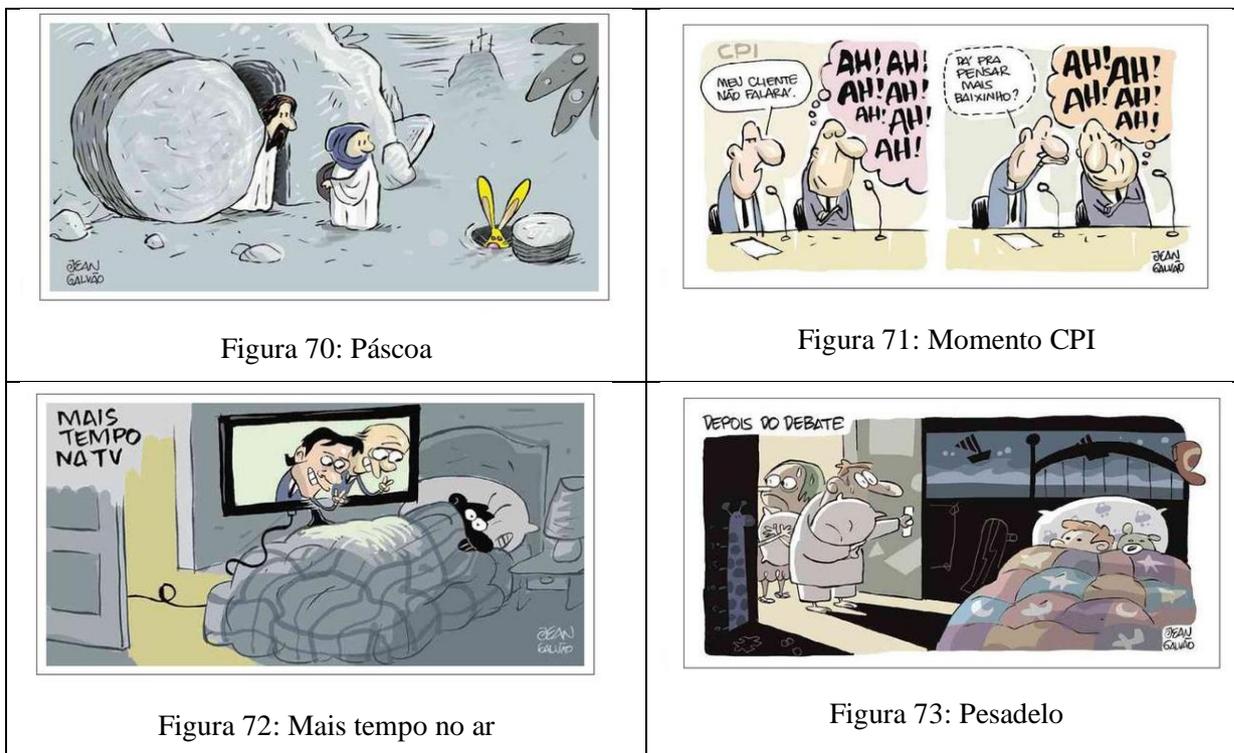
A figura 68, “Chuvvas?”, referência às chuvas características do mês de janeiro no Brasil e ainda, aos fogos que protagonizam a festa da virada de ano, pode ser analisada por meio de um percurso que tem início no eixo do refutar. Partindo desse ponto de vista, pode-se dizer que ao analisar a charge com a organização topológica expressa pelo periódico (massa uniforme cinza ocupando extremidade superior vs. pingos curvos e retilíneos realizando um percurso descendente), ocorre a refutação da chuva de fogos, característica de todo início de ano, de forma a se apresentar como outra possibilidade de leitura do texto. Por meio dessa representação, ocorre a instauração do admitir, em que o mês de janeiro é marcado pelas chuvas, chegando ao eixo da afirmação, pois, em decorrência das fortes chuvas nesta época do ano, tem-se o percurso disfórico e catastrófico das enchentes e deslizamentos de encostas.

Ao observar a charge intitulada “Nicholson, o golpista”, (fig. 69) é possível associar a ela um percurso que, igualmente ao das demais charges apresentadas, tem início no eixo da refutação, de que algum golpista teria a audácia de utilizar-se da fotografia do ator hollywoodiano para executar tramoias (o enunciado verbal da charge afirma: “Golpista usava RG com foto de Jack Nicholson”). No entanto, ao verificar os demais elementos plásticos da charge, onde se veem dois parlamentares discutindo o assunto apresentado na enunciação, um deles afirma, por meio do recurso da debreagem: “Queria um autógrafo dele, “Do Nicholson?”, “Do golpista”. Dessa forma, é instaurado, por meio da comicidade, o eixo do admitir, de que em Brasília tudo é possível. Sendo assim, o percurso termina no eixo da afirmação, pois os parlamentares, assim como os representados na charge, admiram aqueles políticos que conseguem executar suas tramoias sem deixar vestígios.

Ao relacionar as charges analisadas (figs. 66 a 69) com o esquema dos termos de Bertrand relacionados ao discurso da charge, tem-se a construção de um enunciado que coloca o enunciatário inicialmente como um sujeito reacionário, uma vez que tende a refutar a representação plástica devido ao seu caráter burlesco, em seguida passa-se a um sujeito cético, visto que, pode duvidar ou admitir o discurso manifestado e, chega então ao sujeito militante, em que o discurso, por meio da comicidade, leva a afirmar e reproduzir o posicionamento apresentado pelo enunciador da charge.

Ao analisar as charges a seguir (quadro 4), valendo-se do percurso que se inicia no eixo da afirmação (quadrado do crer), percebe-se em todas elas a instauração de uma afirmação através do uso dos recursos da figurativização e tematização que parte em direção a uma refutação do destinatário decorrente do uso dos recursos da hipérbole, para garantir o caráter burlesco da representação chargística.

Quadro 4: Conjunto de charges eixo afirmar em direção ao eixo refutar.



Ao se utilizar do esquema dos termos de Bertrand relacionado ao discurso da charge (quadro 2) percebe-se na charge denominada “Páscoa” (fig. 70) a afirmação do tema Páscoa por meio das figuras de Cristo e Maria Madalena, as quais compõem, juntamente com a figura do coelho, a visualidade da charge. Essa afirmação segue em direção a dúvida, uma vez que não há relatos da presença de um coelho na cena da ressurreição de Cristo. Sendo assim, a imagem retrata uma cena que, retirados os aspectos responsáveis pela construção de sua ironia e comicidade para a composição da argumentação, converge para uma negação, ou seja, uma refutação da possibilidade de associação entre a cena da ressurreição de Cristo (símbolo sagrado da festa da Páscoa) e a figura do coelho (símbolo comercial da festividade).

A charge denominada “Momento CPI” (fig. 71) inicia sua argumentação com a afirmação (enunciado verbal) “CPI” (extremidade superior esquerda). Por meio da fala do primeiro sujeito, ocupante do quadro esquerdo da charge, percebe-se uma situação de julgamento, visto que na charge lê-se: “Meu cliente não falará”. Ainda no mesmo quadro da charge, há o enunciado verbal “Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah” que se configura como o pensamento do réu da CPI. Por meio desse enunciado ocorre a transição do eixo da afirmação da situação de julgamento para o eixo da dúvida da punição do parlamentar, visto que esse sujeito encontra-se figurativizado em posição de deboche da situação em que se encontra. O quadro seguinte mostra a figurativização do ator advogado que solicita ao réu “Dá pra pensar mais baixinho” e ainda o réu que, mesmo após o pedido, continua cínico frente à situação vivida. Sendo assim, tem-se a transição do eixo da dúvida da punição para a certeza da impunidade, ou seja, a refutação de um julgamento sério, com a aplicação das penalidades previstas na legislação, para os parlamentares envolvidos em CPIs.

A charge “Mais tempo no ar” (fig. 72) revela, por meio do enunciado verbal “Mais tempo na TV”, o aumento do tempo disponível na televisão aberta para a propaganda eleitoral. Instaura-se dessa maneira, a afirmação de que o eleitor terá um horário político estendido. Ao se verificar a composição plástica da charge, verifica-se, no entanto, a instauração da dúvida da qualidade desse horário adicionado, uma vez que se tem a projeção dos atores políticos figurativizados para além da extensão da tela da televisão, de forma a fazer o que chamam de “corpo a corpo” com o eleitor. A dúvida apresentada por meio dessa figurativização caminha rumo ao eixo da refutação de que os políticos terão o saber-aproveitar o maior tempo na televisão, visto que, na charge, ocorre a figurativização de um ator, possível eleitor, em posição de pavor (posição disfórica) frente aos políticos que parecem assombrá-lo.

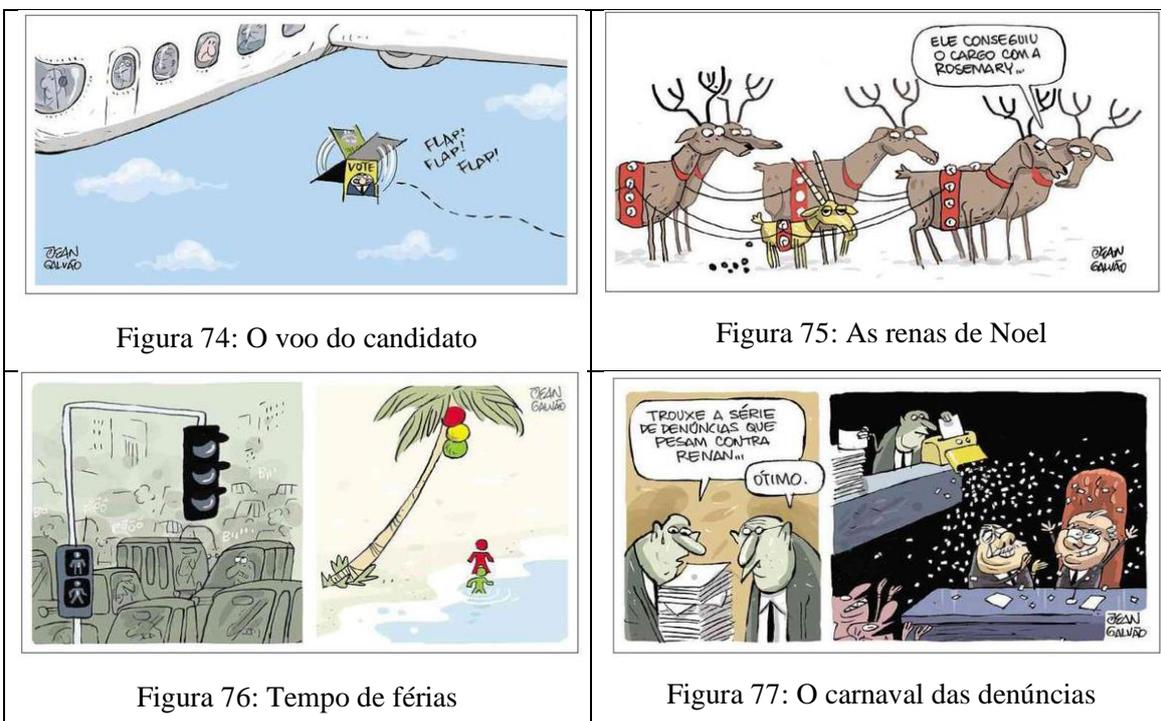
A charge “Pesadelo” (fig. 73) apresenta em seu enunciado verbal a afirmação “Depois do debate”, por meio desse enunciado, fica clara a afirmação de um período eleitoral, bem como a existência de um debate ocorrido há pouco. Ao se analisar a figurativização da charge, verifica-se a existência de dois sujeitos, aparentemente pais, amedrontados a adentrar o quarto de uma criança. Por meio dessa figurativização, instaura-se a dúvida da qualidade e da produtividade do debate ocorrido. Sendo assim, ocorre a refutação da capacidade política de debater propostas e planos de governo de forma eficiente, com o intuito de convencer a população a depositar a confiança nos candidatos por meio do voto.

Pensar as charges analisadas (figs. 69 a 73) através de um percurso que se inicia no eixo da afirmação, em direção à refutação aponta para a confirmação de que em todas elas a plasticidade do texto, por vezes ancorada pelo recurso da debreagem, conduz o enunciatário a uma reflexão a respeito dos efeitos das hipérboles visuais que permeiam a representação.

Sendo assim, nessas representações, apresenta-se por meio da proposta do enunciador da charge, a projeção de um enunciatário que inicia seu contato com a charge como um sujeito militante, visto que afirma e admite o que lhe é apresentado, transmuta-se para um sujeito cético, ponto em que duvida da argumentação que lhe é posta, até chegar ao final de sua leitura a um sujeito reacionário, que refuta a enunciação passando a concordar com o enunciado, ou seja, tal refutação é possível, pois para a construção do caráter cômico da charge os termos enunciação e enunciado se contradizem. *Grosso modo*, o reacionário não se põe a apreender o texto na sua totalidade, pois nega a enunciação ao não querer interpretar a piada, de maneira e negar a hipérbole e voltar para o enunciado.

As charges apresentadas a seguir (quadro 5), tomando como base um percurso que se inicia no eixo do refutar e parte em direção ao eixo do afirmar, convidam o enunciatário a coadunar com as ideias apresentadas, utilizando-se de estratégias argumentativas que se valem dos recursos plásticos para sua composição.

Quadro 5: Conjunto de charges eixo refutar em direção ao eixo afirmar.



Ao observar a charge “O voo do candidato” (fig. 74), cujo tema é eleições, o enunciatório depara-se com a representação plástica de algo hiperbólico. Um “santinho” alça voo próximo a um avião chamando a atenção dos passageiros para o candidato presente no santinho. Como ponto de partida, para o percurso argumentativo apresenta-se a refutação da possibilidade do fato. Observa-se assim, o deslocamento do eixo do refutar em direção ao admitir quando se imagina a capacidade sobre-humana dos candidatos quando buscam conseguir votos. No momento em que se admite a possibilidade de tais feitos, pode-se ainda deslocar-se rumo ao eixo da afirmação de que, em época de eleição, ganha aquele com maior audácia e criatividade.

Na charge “As renas de Noel” (fig. 75), a representação plástica de um bode, em meio às renas do papai Noel causa, além da estranheza, a refutação frente ao acontecimento. No entanto, ao se deparar com o enunciado verbal: “Ele conseguiu o cargo com a Rosemary” e associar esse enunciado ao fato de, à época da publicação da charge, Rosemary, ex-chefe do Gabinete Regional da Presidência, ser acusada de tentar influenciar indicações a cargos, fica clara a possibilidade apresentada. Dessa forma, a argumentação chega ao eixo do admitir. O que ocorre é que o bode, representado na charge, não possui a elegância necessária para ser um escolhido para o nobre trabalho junto ao papai Noel, tanto que se encontra representado fazendo cocô, tematizando que a indicação é a chave de entrada para alguns cargos, não sendo necessárias outras atribuições. Sendo assim, a argumentação alcança o eixo da afirmação de que, por meio de um sujeito destinador que possua o poder-fazer, neste caso, um político, podem-se conseguir cargos sem a necessidade do saber-fazer.

Em “Tempo de férias” (fig. 76), a representação do caos urbano e ainda dos sinais de trânsito em uma praia situam a argumentação no eixo da refutação frente à impossibilidade de personificação dos indicativos de “pare” e “siga”. No entanto, ao se deparar com o caos urbano representado na charge, pode-se admitir que o trabalho dos indicativos do tráfego, especialmente no mês de janeiro quando todos estão a sair de férias, é realmente estressante, de modo a afirmar que até eles necessitam de descanso.

Na charge denominada “O carnaval de denúncias” (fig. 77), a argumentação pode ser analisada como iniciando seu percurso no eixo da refutação, quanto à possibilidade de um julgamento se transformar em uma “festa”. No entanto, ao se analisar esse julgamento e perceber que se trata de um julgamento político, tem-se geralmente o poder-fazer por parte dos encarregados pela CPI atrelado ao não-dever-fazer, uma vez que, enquanto políticos, ocorre entre eles uma troca de favores e se

admite a possibilidade de “queima de arquivo”, afirmando dessa maneira que, em se tratando de CPI, tudo acaba em festa.

O percurso das charges apresentadas (figs. 74 a 77) tem seu início marcado por uma projeção de enunciatário reacionário, visto que a posição deste enquanto sujeito é de refutar e duvidar o que lhe é apresentado. Em seguida, tem-se a projeção deste como cético, momento em que é envolvido pela comicidade causada pelo recurso da hipérbole, até chegar à militância, momento em que a argumentação chega ao ápice.

O objetivo desse capítulo foi apresentar a teoria da argumentação e fazer uma aproximação entre argumentação e semiótica por meio da utilização dos quadrados do crer e das oposições de nível fundamental relacionadas à adesão do discurso da charge. Buscou-se a aplicação da teoria em algumas das charges do cópua, com vistas a entender como o artista utiliza-se dos meios plásticos para argumentar e convencer o destinatário a respeito de seu posicionamento frente aos acontecimentos.

#### 4- O ESTILO DO CHARGISTA JEAN

Neste capítulo, buscar-se-á determinar o estilo do artista Jean. Para tanto, será apresentada a definição da palavra “estilo” e as maneiras pelas quais é possível categorizá-la, pelo ponto de vista da semiótica. Será feito ainda um levantamento das características relevantes para essa definição nos trabalhos do artista que compõem o *cópus* de análise.

De acordo com Discini (2004, p.07), não há como desvincular o estilo do sujeito, uma vez que o homem – no âmbito de sua cultura – pode ser pensado como “constituído por uma totalidade de textos que se firma em uma unidade de sentido”. Sendo assim, ao se buscar o estilo de Jean estaremos, de acordo com a observação da autora, buscando seu posicionamento junto aos acontecimentos (sociais, políticos, econômicos, etc.) narrados por meio de suas charges. Esse posicionamento refletirá, por sua vez, o posicionamento do periódico para o qual o artista trabalha e, conseqüentemente, dos leitores desse periódico, que, por meio da informação que se encontra veiculada, buscam confirmar (afirmando ou refutando) suas hipóteses a respeito da situação vivida pelo país.

Discini (2004, p.07) ao fazer uma leitura de Bufon afirma que o estilo é o homem e, em uma visão semiótica, sua conceituação: “(...) supõe saberes, querereres, poderes e deveres ditados por valores e crenças sociais: um *eu* fundado no diálogo com o *outro* (...). O estilo é um conjunto de características da expressão e do conteúdo que criam um *ethos*” (p.07 – grifos do autor).

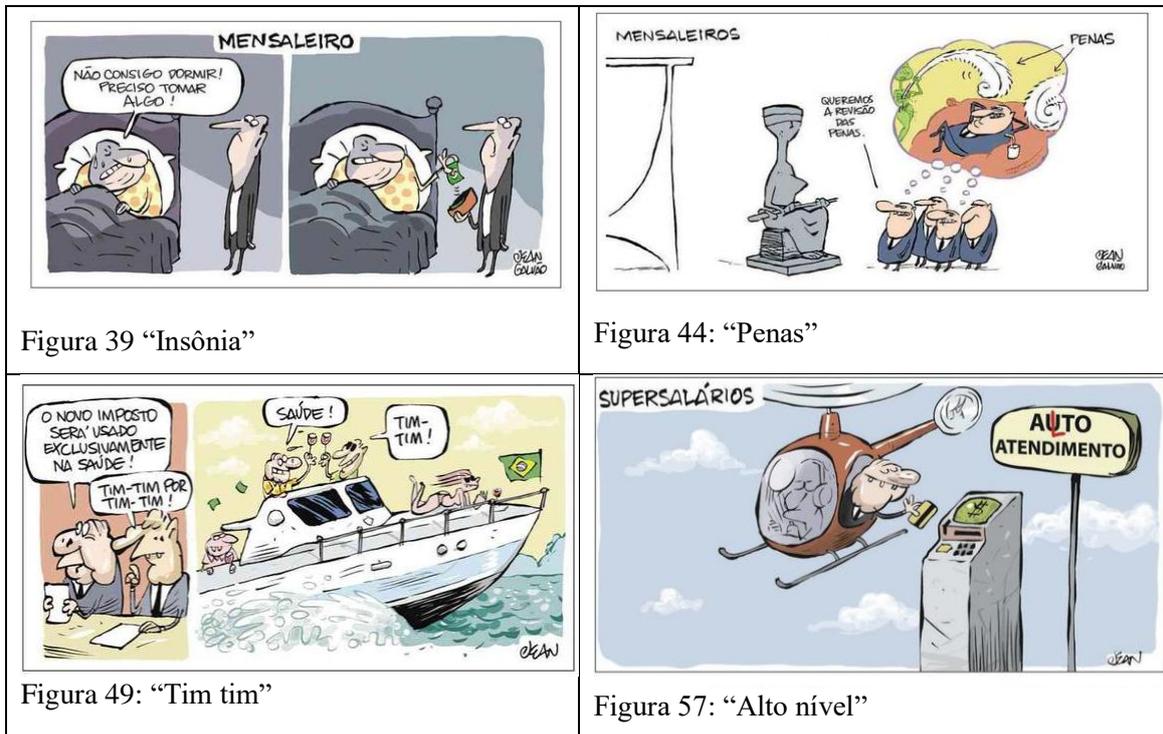
O *ethos* do artista se encontra definido no conjunto dos seus trabalhos. Dessa forma, ao se determinar o posicionamento do chargista frente às informações (por intermédio da representação que faz a respeito dos acontecimentos) suas crenças sociais emergem por meio de sua projeção discursiva nos textos que produz.

A recorrência de traços que fazem com que o artista possua uma forma única de “fazer e de ser” (2004, p.37) e a forma única presente na maneira como são representados os atores e as cenas do cotidiano configuram-se como um caminho para o encontro dessas crenças.

Em uma análise inicial das charges que compõem o *cópus* e na busca por características de estilo do artista Jean, percebemos a plurissignificação de palavras, muitas vezes com um sentido manifestado na enunciação e outro, no enunciado, (quadro

6), e ainda, a aproximação de universos semânticos distintos (quadro 7) para a construção do humor por meio da crítica.

Quadro 6: Conjunto de charges com plurissignificação de palavras.



No conjunto de charges apresentado (quadro 6), observa-se na figura denominada “Insônia” (fig. 39), a construção do humor por meio do processo de plurissignificação do verbo “tomar”, que no enunciado converge para um medicamento, mas que na enunciação adquire o significado de extorsão.

Na charge seguinte, “Mensaleiros” (fig.44) o caráter do humor encontra-se na palavra “penas”, que no enunciado possui o sentido de penalidades e na enunciação adquire o significado de mordomias.

Em “Tim tim” (fig. 49) a ideia de um imposto aplicado em todas as áreas da saúde, “Tim tim por tim tim” expressa no enunciado é quebrada na enunciação ao remeter a um brinde, ou seja, o enunciador apresenta o deslocamento de um objeto-valor, inicialmente, ligado à saúde do coletivo (população) para a saúde de um grupo seletivo (políticos).

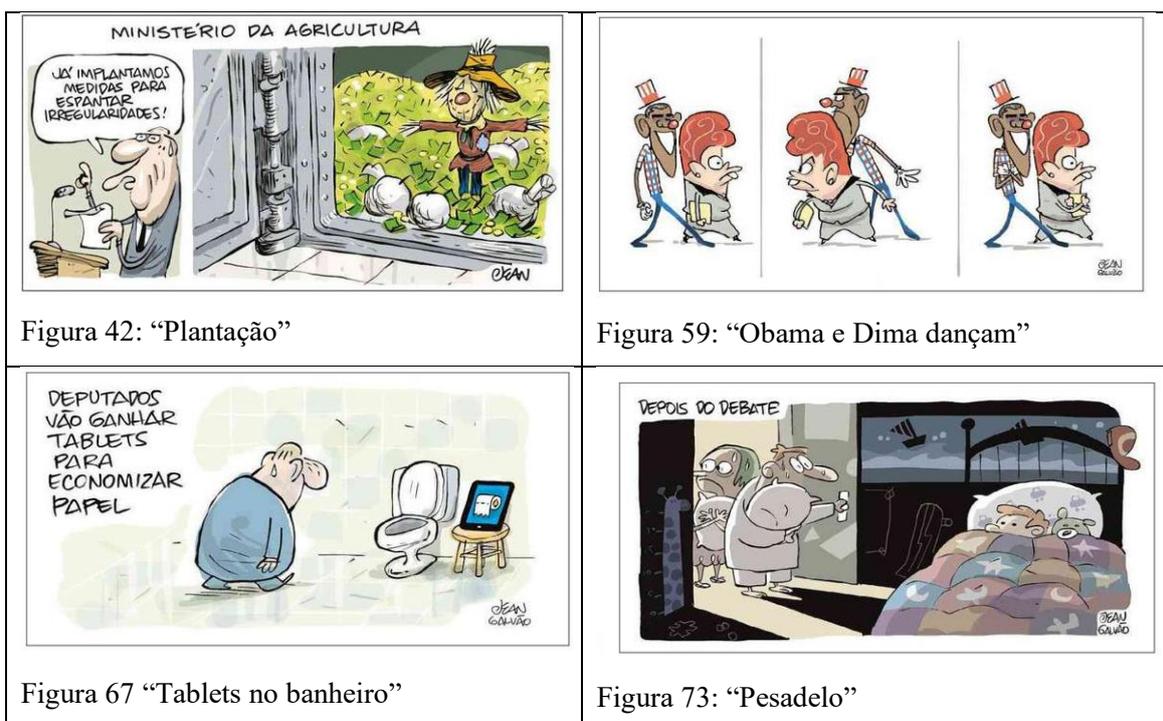
A charge “Alto nível” joga com a significação das palavras “auto” e “alto” (heterógrafas homógrafas) para mostrar, de maneira irônica, como o atendimento personalizado (autoatendimento) ocorre a pessoas conjuntas com a riqueza (alto

atendimento, também remetendo a atendimento de alto nível), as quais possuem, conforme expresso no canto superior esquerdo da charge, “Supersalários”.

Por meio das charges apresentadas, percebe-se que o artista constrói o fazer-interpretativo do enunciatário por meio do recurso da plurissignificação das palavras garantindo assim o humor através do fazer-pensar a cena apresentada, por meio de diferentes recursos de conotação (ironia, sátira, humor, alusão).

Apresenta-se, a seguir alguns exemplos de charges com a aproximação de universos semânticos distintos.

Quadro 7: Conjunto de charges com aproximação de universos semânticos distintos.



Em “Plantação” (fig. 42), a aproximação dos universos “política” e “agricultura” garante a ironia da charge ao mostrar que as irregularidades no ministério serão combatidas de forma amadora.

Diferentemente do amorismo nacional, a charge “Obama e Dilma dançam” mostra o profissionalismo dos americanos no que se refere à espionagem, ao aproximar os universos “dança” e “política”.

Em “Tablets no banheiro” (fig. 67), a aproximação das figuras “banheiro” e “tecnologia” mostra a capacidade sobre-humana dos políticos brasileiros no quesito desvio de verbas.

Na charge “Pesadelo” (fig. 73), a afirmação de que os debates políticos são assustadores é construída por meio da aproximação dos campos semânticos “realidade” e “fantasia”.

Percebe-se que o grupo de charges acima apresentado constrói seu discurso através da ridicularização do governo, representado pelo Ministério da Agricultura (fig. 42) e pela presidente Dilma (fig. 59), ambos apresentados como amadores no combate as irregularidades e impotentes frente à espionagem.

Os demais políticos encontram-se representados como desonestos (fig. 67) e disjuntos de um saber-fazer angariar votos junto à população, a fim de que garantam o objeto-valor “mandato político” (fig. 73).

De acordo com Discini (2004), para se reconhecer um estilo deve-se buscar uma recorrência do que é dito, uma constância de uma estrutura. De acordo com a autora “estilo é efeito de sentido e, portanto, uma construção do discurso (...) esse efeito emerge de uma norma, determinada por recorrência de procedimentos na construção do sentido, desde os níveis mais profundos, até os mais superficiais do percurso gerativo de sentido” (p.36-37).

Dessa maneira, no campo do estilo, afirma Discini (2004, p.37), “pensamos em norma como abstração dada pela recorrência de um modo único de fazer e de ser inerente a uma totalidade”. Pode-se pensar ainda em um “efeito de individualização de uma totalidade” (p.38).

No grupo de charges que segue percebe-se a utilização do recurso da hipérbole visual como alternativa para a construção da argumentação.

Quadro 7: Conjunto de charges caracterizadas pela hipérbole visual.



Em “A nova bactéria” (fig. 64), o recurso da hipérbole é construído por meio da associação de uma trama política (a multiplicação dos bens de Palocci) à reprodução dos micro-organismos conhecidos por multiplicação exorbitante, dessa forma, argumenta-se que a possibilidade de honestidade do político é quase nula, uma vez que seu feito é comparado a algo sobre-humano.

Em “Decifrando Bin Laden” (fig. 65), o recurso da hipérbole garante o humor, ao tentar explicar, por meio da plasticidade, o fato de o terrorista ser tão cruel.

“O voo do candidato” (fig. 74) apresenta a hipérbole por meio do poder-fazer associado ao querer-fazer político em época de campanha.

“Argentina” (fig. 81) apresenta a situação de miséria vivida pelo país ao expressar os raios solares (componentes do símbolo da bandeira do país) estendidos em posição de mendicância.

Por meio desse grupo de charges, observa-se a utilização da hipérbole visual como recurso para o fazer-saber por parte do enunciador a um enunciatário que deverá saber-interpretar e saber-decodificar a mensagem veiculada.

De acordo com Discini (2004, p.38), estilo supõe efeito de sujeito, dessa maneira, haverá um actante-sujeito da enunciação, sempre implícito no enunciado.

“Trata-se, em estilo, de um ator tematizado e figurativizado. Tematizado porque é a reunião de temas recorrentes de um conjunto de discursos (...) o ator da enunciação, enquanto reunião de temas de uma totalidade depende, portanto, da colocação em discurso de determinados valores sociais e ‘individuais’. O ator da enunciação é figurativizado, logo, ele concretiza temas” (DISCINI, p. 39).

Greimas e Courtés (2008, p. 180) apresentam “estilo” no *Dicionário de Semiótica* como um termo da crítica literária e de difícil classificação. Os autores afirmam que, em seus primeiros escritos, Barthes procurou defini-lo por oposição à escritura. Dessa maneira o estilo seria o universo idioletal regido e organizado pela categoria tímica “euforia/disforia” que lhe estaria subjacente.

Ao remetermos a busca pelo termo idioleto no Dicionário de Semiótica encontramos a afirmação que este se encontra situado no nível das estruturas profundas e que seu problema deve ser aproximado à noção de estilo. Sendo assim,

“(...) pode-se conceber o idioleto como sendo o uso que um ator individual faz do universo semântico individual (tal como está constituído pela categoria *vida/morte*) que ele pode dotar de investimentos hipotáxicos particularizantes, e do universo coletivo (articulado pela categoria *natureza/cultura*), de cujos termos ele pode dispor a seu modo, homologando-o com o universo individual” (2008, p. 254).

De acordo com o dicionário Michaelis<sup>13</sup> o termo “idioleto” define-se como: “Modo particular que tem um indivíduo de usar sua língua, em determinada época da vida, que reflete suas características pessoais e que pode revelar, também, sua posição social, região geográfica, idade aproximada”.

Pode-se assim inferir que o universo idioletal apresentado por Greimas e Courtés (2008) para a definição de estilo é a característica individual que faz com que o trabalho do artista possa ser reconhecido como a representação de um único artista que, embora apresente características que o aproximem de outros, possui também traços característicos de sua individualidade.

Sendo assim, “o efeito de identidade firma-se no todo e nas partes, de maneira que um conjunto de procedimentos recorrentes na construção de dois ou mais textos constrói um sentido comum a eles” (DISCINI, 2004, p. 42).

---

<sup>13</sup>Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=idioleto>> acesso em 30/10/2016

Com o objetivo de empreender uma busca aos traços individuais de Jean apresenta-se a delimitação do estilo do artista na construção da plasticidade.

#### **4.1- Definindo o estilo plástico de Jean**

Para Discini (2004), ao se tentar definir o estilo de um artista, deve-se buscar, em sua obra, uma sucessão e continuidade de papéis actanciais, temáticos e figurativos. Sendo assim, a busca deverá apoiar-se em relações: do conteúdo com a expressão; do nível discursivo, com os mais profundos, os semionarrativos; do ator com o espaço e vice e versa, para que se possa descobrir não apenas o que é dito, mas como e por que é dito (p.44).

No corpúsculo analisado, o leitor, ao entrar em contato com o trabalho do artista, espera encontrar algo risível (devido ao uso dos recursos da hipérbole e da caricaturização), ou pelo menos uma crítica a situações do cotidiano, visto que a charge apresenta como característica marcante o caráter cronológico contemporâneo. O leitor ao se deparar com a charge busca encontrar figurativizados atores conhecidos ou ainda representantes do poder constituinte, visto que não são necessárias explicações a respeito desses atores, o que torna a charge mais eficiente e de maior abrangência.

Para o bom entendimento do discurso apresentado na charge, nota-se a necessidade de um apanhado dos últimos acontecimentos nacionais, uma vez que ela dialoga com o jornal e, na maior parte dos casos, com o editorial e com as notícias apresentadas na página principal (DISCINI, 2004).

Para uma análise semiótica da charge, será necessário o entendimento de todos os níveis do percurso gerativo de sentido, uma vez que para sua composição: “amarram-se as relações num todo de sentido; do nível fundamental com o narrativo destes com o discursivo; do conteúdo com a expressão; do enunciado com a enunciação” (DISCINI, 2004, p. 48).

Assim como em outras manifestações do sincretismo, na charge ocorre o efeito do distanciamento emocional como fator que recobre o discurso, fazendo um par perfeito da ironia com o humor, pois, nesse espaço, tudo é relativizado pelo efeito do ridículo, para o efeito da hipérbole (DISCINI, 2004, p 54). A apresentação do ator em uma condição risível dá ao enunciador a isenção do julgamento moral por parte do

enunciatório, visto que a charge é o local da descontração, do permitido, mas não deixa de ser o local da argumentação e, conseqüentemente, do convencimento.

Ao apresentar o ator de forma ridícula, porém verossímil, o enunciador acaba por partilhar com o enunciatório sua visão a respeito de uma notícia, criando com ele uma ligação que o faz crer que a situação enunciada é possível, criando, dessa forma, o sentido de fazer parecer verdadeiro.

Para Discini (2004, p. 154), a trajetória humana oscila entre a enunciação e a representação do mundo, ou seja, entre a aparência, a dimensão do parecer/não parecer, e a imanência, a dimensão do ser/não ser. Fato que ocorre também com a mídia, visto que é fruto do efeito de verdade construído no e pelo discurso. Ao analista, interessa então a forma como o discurso encontra-se construído no texto, ou ainda, o efeito dessa construção.

Dessa maneira:

“Não é só de informar, portanto, que vive o jornal. Vive de crer e de fazer-crer; de saber e de fazer-saber; de fazer e de fazer-fazer. Vive também de ser e de fazer-ser; tudo sobremodalizado pelo parecer ou não-parecer, no referido jogo da verdade, compartilhado, de maneira cúmplice, pelo leitor” (DISCINI, 2004, p.154).

Assim, o leitor, normatizado pelo hábito acaba por se converter no próprio jornal eleito. Trata-se de um efeito de identidade e de identificação, que se constrói pelo ato da leitura diária (DISCINI, 2004, p.154).

Para Discini (2004, p.50), ao se falar em estilo, fala-se, de acordo com Greimas e Courtés (1986), em identificação enunciativa. Essa identificação representa o reconhecimento mútuo entre enunciador e enunciatório, somente possível por meio do enunciado.

Assim, aqueles que se deparam com a página A2 Seção Opinião da Folha não são sujeitos que buscam informação nova, mas sim sujeitos que, por meio da leitura dos editoriais e da interpretação das charges, buscam a confirmação para fatos em que acreditam ser verdadeiros. A confirmação desses fatos deve-se ao efeito de verdade construído por meio do discurso verbal, presente nos artigos, e verbovisual presente nas charges.

O jornal *Folha de S. Paulo*, reserva a página A2, Seção Opinião, para a publicação da charge, juntamente com artigos de Opinião. A página encontra-se organizada da seguinte maneira: no alto e à direita do primeiro editorial a charge é

apresentada, sempre colorida encontra-se no topo, abaixo dela, encontra-se três crônicas e, à direita das crônicas, um artigo assinado (DISCINI, 2004).

À narração apresentada na charge, importa a debragem enunciativa, dessa forma, o enunciador apresentará fatos e sujeitos que se simulam em uma enunciação distante, ausente e descomprometido com o que é dito. Assim, a recriação do mundo é feita na charge pela concretização de temas: “Utilizando como figuras atores jogados para fora da instância do eu, num espaço e num tempo fora do aqui e do agora, constrói o efeito de objetividade que enunciatário e enunciador compartilham” (DISCINI, 2003, p. 175).

Nas charges de Jean, percebemos como característica marcante o uso de uma enunciação mais “séria”, que dialoga ora com as informações presentes nos artigos de opinião que cercam a charge, ora no corpo do jornal, nas informações que compõem a capa, essa enunciação apresenta a charge e é, logo em seguida, negada ou colocada em dúvida pelo enunciado.

Essa negação ocorre pela apresentação de caricaturas (elementos figurativos que manifestam um tema contextualizado) que modificam o sentido de alguma palavra chave do enunciado, ou ainda, pela aproximação de palavras de campos semânticos distintos, que acabam por transformar a seriedade do enunciado em algo risível e descomprometido com a verdade. O que acaba fazendo com que os atores figurativizados percam a credibilidade frente à situação narrada.

Ao se afirmar que a cena apresentada na charge configura-se como “descomprometida com a verdade”, não se quer dizer que se configure como algo impossível de acontecer, mas como um fato apresentado de forma extrema, de maneira tão absurda, que leva o enunciatário ao riso. No momento em que o riso é ativado, o enunciador pretende construir a adesão do enunciatário e ainda se livrar de qualquer julgamento, visto que o humor é tido como o espaço do permissível.

Na medida em que a construção do gênero projeta expectativas a respeito do tipo de texto adequado à situação de comunicação (DISCINI, 2004, p. 53), o gênero charge encontra-se definido como possuidor de características que visam à apresentação de informações de maneira condensada. Com um discurso altamente persuasivo e divulgando valores discretos, é vista como algo que tende a uma crítica social por meio do exagero de algumas características em oposição ao apagamento de outras. Cabe assim, ao enunciador elencar quais serão as características salientadas ao enunciatário na construção do papel actancial do sujeito enunciado.

As charges, definem-se como um tipo textual breve e fechado, por essa razão possuem características de concentração. Também possuem um tipo de discurso persuasivo, cuja intensidade de adesão comporta valores discretos, ou seja, de extensão restrita e adesão fraca. O humor presente em seu texto refere-se a uma crítica de costumes. Geralmente sua temática é fortemente carregada, sendo assim portadora de um tipo de humor ácido.

As charges de Jean comportam todas as características do gênero apresentadas e definidas por meio de Fontanille (1999), no entanto, possuem a peculiaridade que as define como portadoras do estilo do autor. Sendo assim, para a construção da característica do caráter da concentração, o artista lança mão do texto verbal conciso, da mesma forma em que produz uma ancoragem discursiva que se opõe ao que é apresentado plasticamente, com o objetivo de causar humor, ou seja, quando a enunciação (implícito) nega o enunciado. Percebe-se que das 48 charges que compõem o corpus, apenas 9 não possuem texto verbal.

Para a construção da persuasão, é realizado um percurso que por vezes apresenta a projeção do enunciatário como reacionário, e busca levá-lo ao eixo da afirmação do discurso apresentado, fazendo com que milite, de forma favorável, à informação do periódico, ou então que o coloca como partindo do eixo da militância (ao considerá-lo defensor de uma determinada ideia) e pretendendo levá-lo à refutação de atitudes que discorda/desaprova, por meio do humor, apresentando os atores figurativizados em situações risíveis.

Ao se considerar os aspectos plásticos das charges, percebe-se que, para garantir a adesão do enunciatário, o artista lança mão de todas as possibilidades de uso do recurso do cromatismo e dos traços eidéticos, o que garante a sua produção uma visualidade bem marcada, ou seja, que se vale de recursos cromáticos graduáveis, não graduáveis e acromáticos, por exemplo, e da variação de possibilidades que o traçado eidético lhe confere (traços descontínuos, carregados, fechados, ondulares). Quanto à representação dos personagens, verifica-se que o artista Jean lança mão de um traçado bem acabado e cuja representação topológica é bem segmentada, por meio de planos (frente e fundo) e localização dos elementos da charge (planar e linear). Observa-se também na representação da charge de Jean um traço mais clássico se comparado com outros chargistas que possuem um traçado mais cartunístico.

Para a construção da crítica de costumes e ridicularização de atores e situações, o artista nega a enunciação por intermédio do enunciado. Para conseguir realizar essa

operação, lança mão da união de palavras de campos semânticos distintos, bem como da plurissignificação de alguma palavra do enunciado representada na enunciação.

Com o intuito de avaliar os aspectos responsáveis pela composição do estilo de Jean, apresenta-se uma comparação de um trabalho do artista com um trabalho de Angeli, outro colaborador do jornal *Folha de S. Paulo*. A escolha de Angeli deve-se ao fato de termos trabalhado com charges do artista em nossa dissertação de mestrado (MELO, 2012) e, por essa razão termos tido a oportunidade de, naquele momento, observar seu estilo de forma mais abrangente. A charge selecionada, assim como as charges que compõem a tese, foi produzida durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, as duas charges foram publicadas em dezembro de 2014 no jornal *Folha de S. Paulo*, com diferença de circulação de apenas um dia.

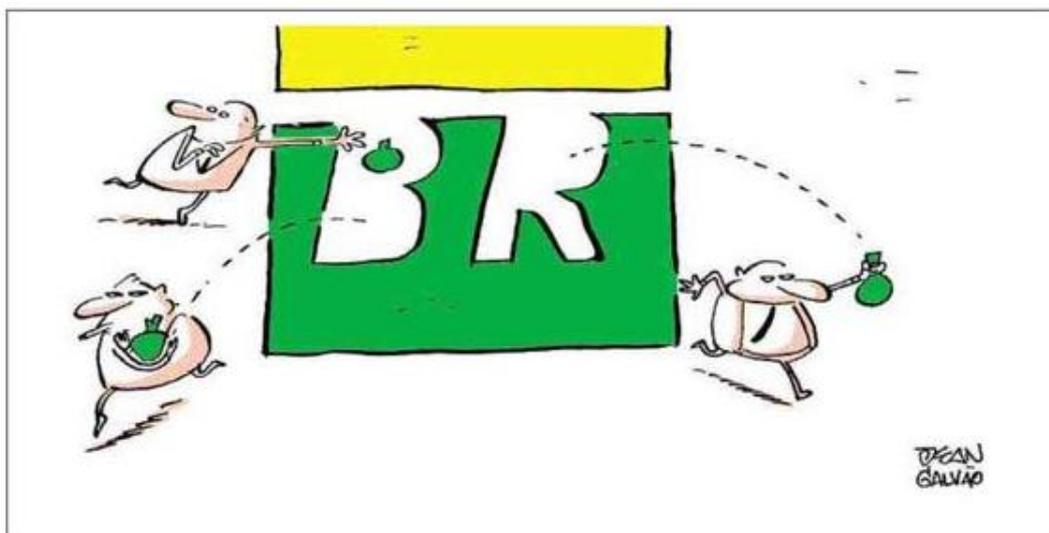


Figura 78: Charge Jean Folha de S. Paulo 05 dez. 2014

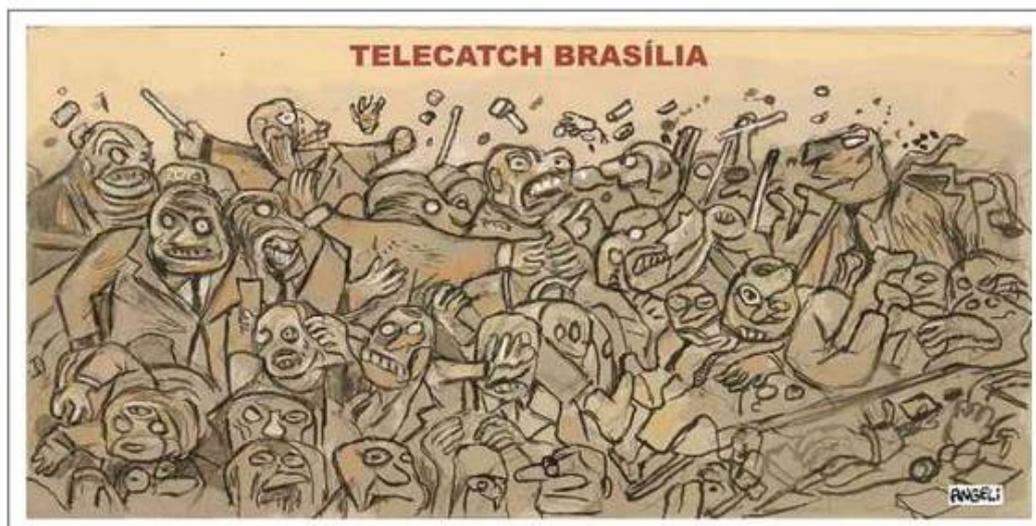


Figura 79: Charge Angeli Folha de S. Paulo 04 dez. 2014

A classificação dos elementos responsáveis pela plasticidade do texto, além de marcar o estilo dos artistas, auxilia no levantamento dos elementos responsáveis pelo reconhecimento do estilo no gênero charge.

Ao se buscar a especificidade dos artistas, observa-se que, para a manutenção do tipo textual de característica concentrada, lançam mão do caráter topológico. Dessa maneira, enquanto Jean apresenta seu texto com uma organização topológica por meio de imagens superficiais não planificadas (topologia linear), Angeli apresenta seu trabalho através de uma composição de imagem profunda e planificada (tende à topologia planar).

O aspecto referente ao ato de linguagem, caracteristicamente persuasivo na charge, encontra-se marcado pelos elementos cromático e eidético. Enquanto o trabalho de Jean é marcado por um policromatismo (categorias cromáticas não-graduáveis), a charge de Angeli encontra-se marcada por um cromatismo graduável (relação entre luz e sombras). Pode-se dizer ainda que Jean apresenta um estilo clássico em oposição ao estilo mais barroco manifestado por Angeli, ou seja, naquele tem-se formas mais superficiais, fechadas e múltiplas, enquanto neste, tem-se formas mais profundas, abertas e uniformes.

Os valores apresentados na charge, marcados pela relação intensidade de adesão vs. extensão e qualidade são definidos como valores discretos. Com o intuito de fortalecer a intensidade de adesão discursiva, percebe-se em ambos os artistas a correlação dos aspectos políticos e sociais apresentados nas charges com elementos do mundo natural (figurativização de 3 sujeitos saqueando elementos que compõem a plasticidade do símbolo da Petrobrás na charge de Jean e figurativização de um *telecatch* na charge de Angeli).

Conforme as informações apresentadas, pode-se pensar na seguinte classificação para as charges de Jean e Angeli tomando como base as figuras analisadas (fig. 78 e 79).

Plano de expressão	Jean	Angeli
<b>Cromático</b>	Policromático	Monocromático
<b>Eidético</b>	Estilo Clássico (traços definidos)	Estilo Barroco (traços difusos)
<b>Topológico</b>	Harmônico (distribuição dos elementos de maneira consonante)	Desarmônico (distribuição dos elementos de maneira discordante)

Figura 80: Estilo de Jean x Angeli

Com o intuito de apresentar e detalhar os aspectos salientados, seguem as análises das 16 charges de Jean constituintes do corpus e que ainda não foram analisadas.

#### 4.2- Charge de Abril de 2013: “Desempenho em Matemática”



Figura 81: *Folha de S. Paulo*, 02 abr. 2013.

Em abril de 2013, um dos testes mundiais de desempenho dos alunos em matemática foi tema da charge. O editorial não assinado da *Folha* que divide a mesma página com a charge trazia o seguinte tema “Aprendizagem de matemática piora do meio para o fim do Ensino Fundamental; país precisa de um plano emergencial para formar mais professores”. Esse tema encontra-se reiterado na charge por meio do enunciado verbal: “Cai rendimento dos alunos de matemática”. No enunciado visual observa-se a oposição das categorias do plano de expressão central vs. marginal representadas pelos números 1, 2, 3, 5, 6 (primeiro plano) e 4, segundo plano. Observa-

se ainda, no que se refere ao plano de expressão, que o número 4 encontra-se representado de maneira invertida, figurativizando assim uma cadeira, retirada da sequência, numérica visto que o numeral 4, ao se transfigurar perde sua essência. Sentado sobre a cadeira é possível ver a figurativização de um aluno com um cone em sua cabeça, representando o estereótipo do aluno incapaz, que costumava ser colocado no canto da sala pela professora. Outra associação possível referente ao número quatro é a associação deste com o título do editorial, que afirma que o desempenho dos alunos piora do meio para o fim do ensino fundamental, dessa maneira pode-se associar o número quatro a um marco, uma vez que o ensino fundamental é formado por três ciclos que juntos totalizam 9 anos de escolarização. Ao se pensar dessa maneira pode-se observar o semissimbolismo da charge, ao apresentar e representar o número quatro como o número problema da sequência que constitui o ciclo básico de alfabetização.

Assim, o enunciador deixa claro que a partir desse ponto se deve buscar uma melhora na qualidade do ensino, por ser este o marco inicial do problema de acordo com os especialistas.

A enunciação apresenta, assim, por meio do sincretismo com os elementos plásticos, uma reflexão a respeito do ponto em que algo deve ser feito para a melhoria do desempenho dos alunos.

#### 4.3 Charge de Maio de 2013: “Penas”



Figura 82: *Folha de S. Paulo*, 05 maio 2013.

Em maio de 2013, o artista traz uma reflexão a respeito da situação dos “mensaleiros”. Percebe-se tal questão, por meio do enunciado verbal que diz:

“Mensaleiros”, o enunciado apresenta ainda, por meio do recurso da debreagem o enunciado “Queremos a revisão das penas”. A julgar pelo lugar em que se encontram figurativizados, em frente ao Supremo Tribunal Federal em Brasília e ainda, diante da estátua que simboliza a justiça, o enunciador é remetido ao tema julgamento, logo a palavra pena leva-nos a um campo semântico da esfera do direito, de processos e julgamentos.

No entanto, na enunciação a representação plástica do pensamento dos políticos. Nesse universo, eles se veem em um local distinto do universo judiciário, pois na figurativização de seus pensamentos as penas simbolizam as regalias concedidas a eles no período em que estão exercendo seus mandatos.

Dessa maneira, constrói-se a ironia da charge por meio da palavra “pena”, que se apresenta compartilhada por dois universos semânticos distintos, o primeiro, referente ao campo das leis e, conseqüentemente do direito e o segundo, ao universo das regalias políticas. Percebe-se ainda a ironia do enunciador, ao figurativizar os políticos pedindo a revisão das penas à escultura da justiça que, por ser figurativizada como cega, é incapaz de ver e julgar suas reais intenções.

#### 4.4- Charge de Junho de 2013: “São Paulo”

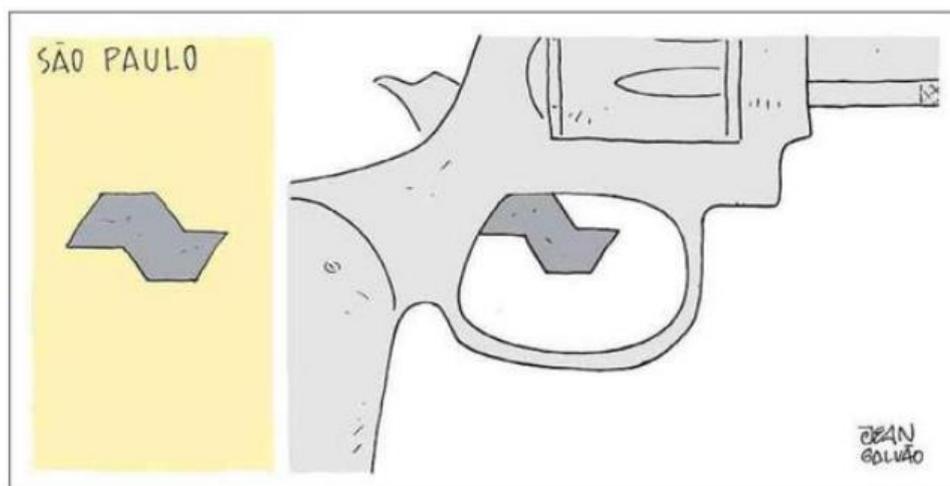


Figura 83: *Folha de S. Paulo*, 01 jun. 2013.

Em junho de 2013, valendo-se do recurso da metonímia, o chargista apresenta o tema “violência”. Observa-se na charge a figurativização de uma arma, figura englobante e que remete ao universo semântico da violência e do crime, no entanto, a

arma não está representada em sua totalidade, há um enfoque para a forma como os traços da expressão compõem seu gatilho.

Ao se observar o gatilho, elemento englobado, vemos a figurativização do mapa do Estado de São Paulo. O artista deixa claro tratar-se da representação do Estado, uma vez que à esquerda da representação da arma, temos o enunciado verbal que diz “São Paulo” e logo abaixo a figurativização deste Estado por meio do mapa político apresentado em forma geométrica, sendo essa a mesma forma utilizada pelo artista que se encontra repetida no gatilho da arma apresentada à direita da representação.

A forma como se encontra representado o Estado de São Paulo nos remete às formas utilizadas pelo Estado para a divulgação de leis, como a lei antifumo (figura 84) e ainda para a divulgação de programas como o Saresp Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (figura 85).



Figura 84, Lei antifumo, disponível em: <http://brunocaetano.com.br/cinco-anos-de-sucesso-da-lei-antifumo/>



Figura 85: Ícone Saresp, disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2012/>

Observa-se, assim, o uso da metonímia para ironizar o problema da violência que assola o Estado de São Paulo. De acordo com a representação do chargista, o gatilho de toda a violência encontra-se no próprio Estado, visto que é figurativizado como o responsável pelos disparos da arma.

#### 4.5- Charge de Agosto de 2013: “Recesso”



Figura 86: *Folha de S. Paulo*, 02 ago. 2013.

Em agosto de 2013, o chargista apresenta como tema o “Fim do recesso Parlamentar”, que é uma referência à folga concedida aos políticos no final do mês de julho. Observa-se na charge a figurativização de um político que se encontra na praia em um momento de relaxamento, este, ao telefone, por meio do recurso de debreagem, assim informa ao seu assessor: “Avisa lá que eu vou enforcar o restinho do mandato...”. No nível fundamental da charge, é possível homologar o ao recesso e todo o campo semântico associado a ele como férias, descanso e relaxamento, enquanto a disforia estaria homologada ao estresse e à tensão ocasionados pela necessidade de se voltar ao trabalho.

Observa-se assim, no enunciado, a construção da disforia vinculada ao estresse, visto que anuncia o fim do recesso, no entanto, ao se observar a enunciação que figurativiza o deputado na praia e avisando que irá “enforcar o restinho do mandato”, nega-se o enunciado por meio da construção de uma enunciação eufórica (possibilidade de aumentar a folga). A ironia é ainda construída por meio da fala “restinho do mandato” dita pelo político, uma vez que no momento em que a charge foi publicada ainda restavam cinco meses para o fim do mandato de Dilma e, conseqüentemente de toda a base governamental.

#### 4.6- Charge de Outubro de 2013: “Filiação Partidária”



Figura 87: *Folha de S. Paulo*, 01 out. 2013.

A charge de outubro apresenta como tema a filiação partidária. Com a proximidade das eleições, que ocorreriam em outubro, os políticos tinham que decidir a que partido estariam filiados para disputar as cadeiras do senado e da câmara dos deputados. Observa-se a figurativização dos políticos e de suas respectivas siglas que, a julgar pela movimentação, estavam em plena negociação característica do processo de filiação. Observa-se ainda, a figurativização de um cidadão topologicamente abaixo dos políticos e, diferentemente desses, representado de forma monocromática e de maneira disfórica.

No nível fundamental pode-se pensar na relação euforia e disforia, onde euforia estaria relacionada ao momento vivido pela política de aceitação de novos membros nos partidos e disforia ao cidadão que, em meio a todo esse processo não é levado em consideração.

No que se refere aos aspectos plásticos da charge, é possível homologar ao termo euforia o espaço da superioridade e ainda do cromatismo, onde estão representados os políticos e à disforia, o espaço da inferioridade, bem como o acromatismo, forma em que se encontra representado o cidadão brasileiro que deveria ser o alvo da política, mas é ignorado durante o processo, sendo visto apenas durante a corrida eleitoral.

#### 4.7- Charge de Novembro de 2013: “Obama e Michelle”

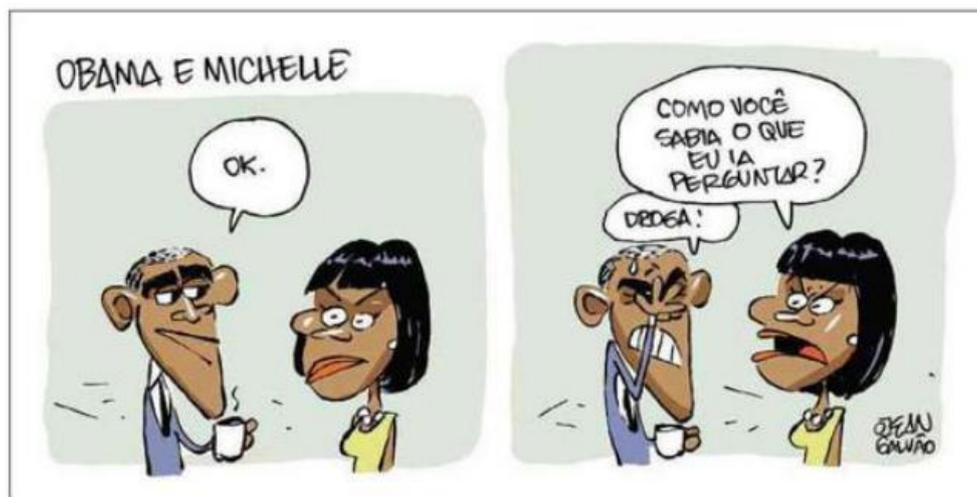


Figura 88: *Folha de S. Paulo*, 03 nov. 2013.

De distribuição planar, categoria intercalado/intercalante, a charge de novembro apresenta como tema a espionagem americana revelada pelo ex-administrador de sistemas da CIA Edward Snowden.

O artista apresenta a figurativização do presidente americano Barack Obama e de sua esposa Michelle. No primeiro quadro da charge os personagens encontram-se figurativizados em uma situação de relaxamento, pode-se inferir que até este momento Michelle encontrava-se disjunta da informação da espionagem americana, ou ainda disjunta de que tal informação supostamente também se aplicava a ela. Observa-se a fala de Obama, que apenas olha para a primeira dama e diz “Ok”, como alguém que se encontra conjunto com a fala da esposa antes mesmo desta se pronunciar, ou seja, alguém que possui o saber no que se refere ao que será dito.

Já na segunda charge, por meio da indagação de Michelle: “Como você sabe o que eu ia te perguntar?”, ocorre a instauração da tensão entre os personagens, uma vez que a primeira dama passa da disjunção para a conjunção com a informação referente à espionagem. É possível perceber ainda a mudança na figurativização de Obama que, ao perceber que revelou algo “confidencial” à esposa aparece representado como arrependido (rosto encoberto por uma das mãos e feição nervosa) e, por meio do recurso da debreagem enuncia “Droga!” após a indagação de Michelle.

A ironia se constrói por meio da inferência de que um órgão público, no caso a CIA é colocado a serviço de informações que dizem respeito à vida íntima do presidente

dos Estados Unidos. A ideia apresentada é a de que a eficácia deste órgão é tamanha que nada lhe escapa.

#### 4.8- Charge de Dezembro de 2013: “Papai”



Figura 89: *Folha de S. Paulo*, 01 dez. 2013.

De distribuição linear, categoria intercalado vs. intercalante, a charge de dezembro apresenta como tema a corrupção. No primeiro quadro há o título, enunciado verbal que assim se apresenta: “Visita de mensaleiro”, em que se observa a figurativização de um policial sentado em sua mesa, que faz a seguinte pergunta “Grau de parentesco?”. Já no segundo quadro, apresenta-se ao fundo a figurativização de um presídio do mesmo policial apresentado no primeiro quadro e, logo a sua frente, um sujeito figurativizado como Papai Noel que responde à pergunta feita no quadro anterior: “Papai”.

A construção da ironia da charge deve-se ao fato de o Papai Noel, figura do campo semântico natal, conhecido por presentear apenas os bons meninos, aqueles que por meio de seu fazer merecem a conquista de algum objeto-valor, encontrar-se figurativizado em um presídio, local pouco propício para bons meninos.

Ao representar a figura de Noel em um presídio, o enunciador desloca um ator, no caso o Papai Noel, de seu universo semântico, para mostrar a dimensão das regalias dos políticos envolvidos no esquema do mensalão. Não apenas tem direitos básicos que deveriam ser atribuídos aos cidadãos em situação carcerária, mas também possuem mordomias que incluem a visita do bom velhinho.

#### 4.9- Charge de Fevereiro de 2014: “Metrô”.



Figura 90: *Folha de S. Paulo*, 04 fev. 2014.

A charge de fevereiro apresenta, por meio do recurso verbal, o tema do escândalo que envolvia a reforma do metrô no Estado de São Paulo. Por meio do enunciado verbal “Cartel do metrô quebra de sigilo” pode-se inferir tal informação. Ao analisar os aspectos plásticos da charge observam-se pessoas olhando para o que seria, em um primeiro momento, a figurativização do túnel do metrô.

No entanto, a imagem do túnel nos remete a mais de uma significação podendo figurativizar uma boca, visto que possui dentes e ainda algo que é, por meio da homologação dos planos de expressão e conteúdo unidos à criatividade do artista, semelhante a uma língua. Ao oferecer ao enunciatário essa segunda possibilidade plástica, o enunciador aproxima dois universos semânticos distintos: o do transporte, referente ao metro e o da anatomia, referente à língua.

Ao se pensar na associação das figuras metrô e boca, aparentemente de campos semânticos distintos vemos, por meio da representação do artista, que o túnel/garganta que se encontra visível parece ejetar algo que poderiam ser os vagões do trem, ou ainda aquilo que se encontrava por dizer referente ao assunto do cartel. O fato de o metrô possuir vários vagões pode ser associado a tudo o que deveria ser dito e que se esperava ouvir dos delatores no processo.

#### 4.10- Charge de Março de 2014: “Rio”

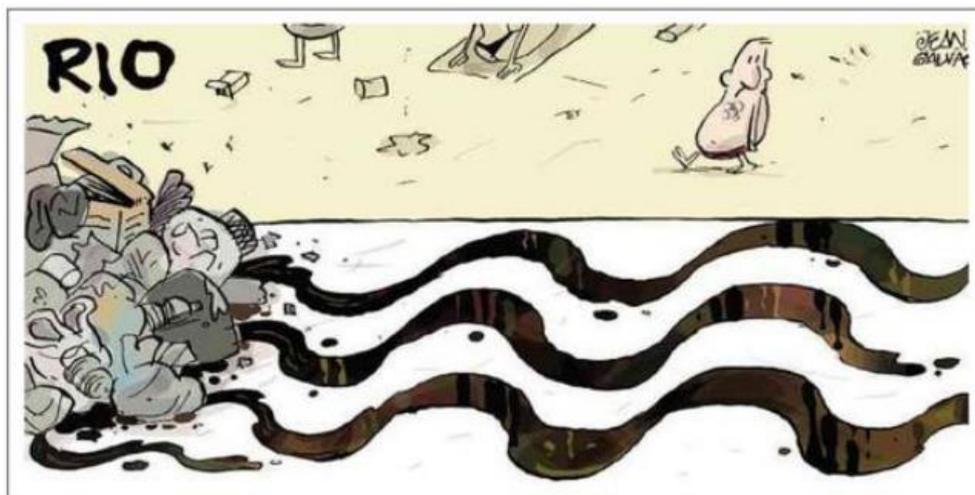


Figura 91: *Folha de S. Paulo*, 09 mar. 2014.

Com apenas o enunciado verbal “Rio”, a charge de março apresenta, por meio dos elementos que compõem sua plasticidade, a questão da greve dos trabalhadores em limpeza urbana. Ao se analisar os elementos responsáveis pela plasticidade da charge percebe-se a figurativização de uma calçada, que remete pelo cromatismo e ainda pelo caráter eidético à calçada de Copacabana, um dos pontos de referência da cidade do Rio de Janeiro.

Curioso perceber que o símbolo da cidade é formado pelo chorume advindo do lixo que deveria ser recolhido, mas que devido à greve dos trabalhadores, não o fora.

Ao apresentar essa nova forma para a calçada de um dos pontos turísticos da Cidade Maravilhosa, o enunciador, por meio da plasticidade da charge, aproxima dois universos distintos, o da arquitetura mundialmente conhecida de Copacabana, um dos pontos mais luxuosos do Rio, e o da sujeira e tudo aquilo que ela acarreta como odor desagradável (chorume) e insetos. Há ainda um sujeito que caminha pela areia da praia e encontra-se a vislumbrar o novo arranjo da cidade, que agora se faz marcada pela podridão característica dos lixões.

Na areia, representada no plano de fundo, atrás da calçada, observa-se também grande amontoado de lixo. Por meio dos elementos cromático e topológico o artista remete à nova cidade maravilhosa, antes conhecida pelo seu adjetivo eufórico e que, devido à greve dos trabalhadores de limpeza urbana encontra-se homologada a algo disfórico, a sujeira oriunda da falta de coleta de lixo. Dessa forma a narrativa

caminha da euforia, cidade Maravilhosa, de cenários paradisíacos, palco de grandes shows e tema de filmes e novelas, em direção à disforia da situação vivida pela comunidade carioca, que agora vê o marco da cidade como palco da imundície e proliferação de mau-cheiro.

#### 4.11- Charge de Abril de 2014: “Progresso Social”



Figura 92: *Folha de S. Paulo*, 06 abr. 2014.

A charge do mês de abril apresenta, por meio da distribuição de seus elementos de forma linear, categoria intercalado vs. intercalante, o tema “Índice de Progresso Social”, expresso pelo enunciado verbal.

No primeiro quadro da charge, verifica-se a figurativização de um sujeito que caminha por uma rua com seu *tablet*, e a julgar pela forma como se encontram inclinados sua mão e seu pescoço, parece ler no dispositivo o enunciado expresso de forma verbal no texto: “No parâmetro segurança pessoal, o Brasil...”. Ocorre, em seguida, um corte na narrativa que é retomada no quadro seguinte no qual o sujeito aparece disjunto de seu *tablet*. A ação de destituição parece ter sido tão rápida que o sujeito ainda não se deu conta do ocorrido, continua com a mão e pescoço inclinados como que seguindo com a leitura iniciada no quadro anterior. No quadro da direita, é possível ver um outro sujeito S2 correndo com o *tablet* em mãos.

Pode-se deduzir que o sujeito S1 foi destituído de seu objeto-valor por meio de um roubo. Dessa forma, a enunciação verbal presente no primeiro quadro da charge é retomada, por meio da representação plástica, no segundo quadro. Retomada essa que é feita por meio da ironia, pois antes mesmo de conseguir ler o informativo a respeito do

índice de segurança pessoal, o sujeito já se encontra disjuncto de seu objeto-valor, comprovando a carência de segurança nacional nesse quesito.

#### 4.12- Charge de maio de 2014– “Controle da água”



Figura 92: *Folha de S. Paulo*, 04 maio 2014.

Na charge de maio, o leitor se depara com o enunciado verbal: “Controle da água”. Ao se dirigir para o enunciado visual, encontra uma figurativização feita por meio do recurso da fotografia, diferenciando-se assim das demais charges que compõem o *córpus* de análise. Trata-se de uma referência a uma cena do filme “*Psicose*”, do cineasta Alfred Hitchcock. A cena retratada é um momento importante do filme, instante em que o assassino é revelado por meio de sua sombra e ataca a vítima no momento do banho.

Na charge, a sombra é a figurativização do governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin – o mandante do racionamento mencionado no enunciado verbal.

Em uma análise plástica percebemos um cromatismo variante entre luz e sombra ao qual poderíamos atribuir os papéis temáticos de quem agride, ou seja, o opressor, e daquele que é agredido, o oprimido, elementos esses que no nível fundamental apresentariam uma oposição entre liberdade vs. opressão.

O opressor é ainda o responsável por duas sanções que ocorrem na charge, a sanção pragmática, uma vez que é o sujeito que ameaça a integridade dos consumidores de água no Estado. E ainda a sanção cognitiva é oriunda do sujeito que recebe a água que aos olhos do governo do Estado possui uma imagem disfórica e, por essa razão, necessita ser monitorado.

#### 4.13- Charge de junho de 2014: “Mantega”

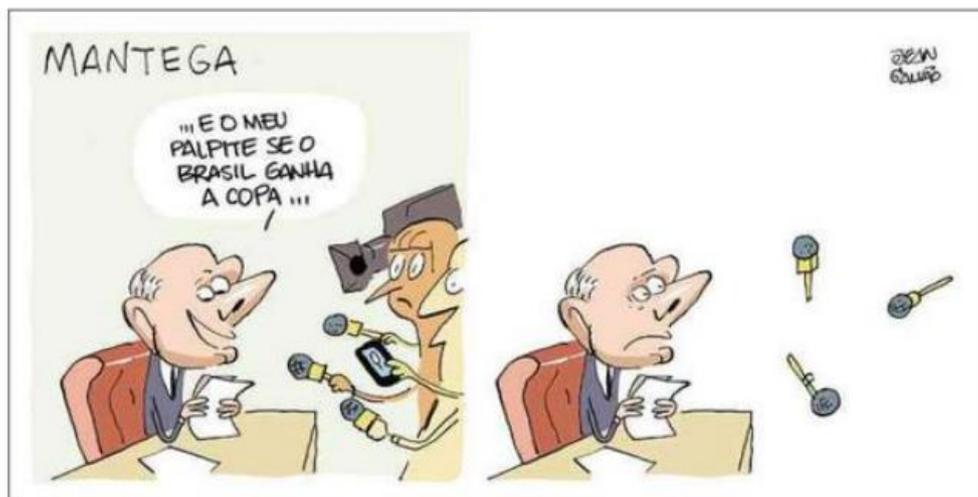


Figura 93: *Folha de S. Paulo*, 01 jun. 2014.

A charge de junho apresenta, por meio de distribuição linear categoria intercalado vs. intercalante, em seu enunciado verbal a palavra “Mantega” que faz referência ao ministro da fazenda do governo de Dilma Rousseff.

No primeiro quadro é possível perceber a figurativização do ministro junto a representantes da imprensa, por meio do enunciado verbal este afirma: “E o meu palpite se o Brasil ganha a copa...” a partir deste momento tem-se a quebra da narrativa e o leitor é encaminhado para o segundo quadro da charge onde mais uma vez observa-se, por meio da plasticidade, a figurativização do ministro. No entanto ele está só, os microfones no ar e em posição descendente mostram que os repórteres acabaram de fugir antes que o ministro tivesse a chance de completar sua resposta, seu palpite para o final da Copa do Mundo.

No que se refere ao nível fundamental, pode-se pensar na oposição euforia vs. disforia onde o termo euforia estaria homologado à entrevista que ocorria no quadro 1 e é figurativizada como um momento sério, em que relatórios são lidos e apresentados, e o termo disforia estaria homologado ao momento de descontração, ou seja, ao palpite do ministro, que, tomando como base outras situações, já havia se mostrado um “pé frio”.

#### 4.14- Charge de julho: “Pedágio aumenta”



Figura 94: *Folha de S. Paulo*, 02 jul. 2014.

Em julho, o tema da charge foi o aumento do pedágio nas rodovias nacionais. Por meio do enunciado verbal “Pedágio aumenta” o artista apresenta a figurativização de um sujeito S1 em seu carro, supostamente esse sujeito é um torcedor, traz em seu veículo uma bandeira do Brasil. A charge foi produzida em um momento em que ocorriam no país, os jogos da Copa do Mundo de futebol.

Observamos ainda a figurativização de uma catraca de pedágio que se encontra com a cancela abaixada, ao final da cancela, percebemos a figurativização de uma chuteira.

Por meio da união desses elementos de campos semânticos distintos, futebol e pedágio, o enunciador faz referência à situação vivida no momento da festa do futebol, o torcedor brasileiro que deveria estar em estado de euforia, visto que com a Copa do Mundo sendo sediada em seu país teria a oportunidade de acompanhar os jogos da seleção, é figurativizado como desapontado (olhos, nariz e boca figurativizados em linha descendente) frente ao aumento do pedágio nas rodovias que acaba por dificultar seu ir e vir.

O descontentamento desse torcedor deve-se ao carrinho, recurso que o zagueiro usa no futebol para impedir que o atacante conclua seu lance e que, na charge é dado pelo Estado e acaba por impedir/dificultar o ir e vir da população para prestigiar a seleção de futebol.

#### 4.15- Charge de agosto de 2014: “Argentina”

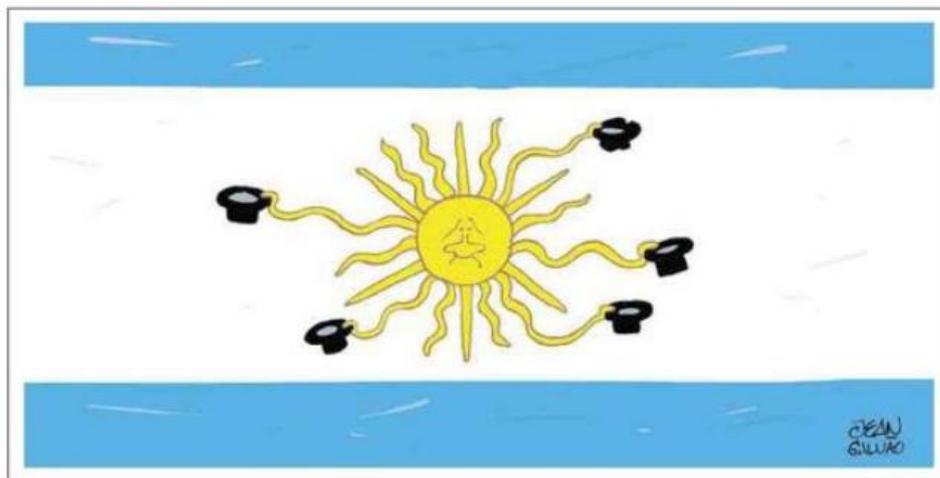


Figura 95: *Folha de S. Paulo*, 01 ago. 2014.

A charge de agosto apresenta, por meio da plasticidade, uma imagem que remete à bandeira da Argentina, mas que é apresentada pelo artista com a alteração do símbolo do Sol.

Enquanto na bandeira do país o Sol encontra-se figurativizado de maneira eufórica, com os tentáculos representando o Estado que, enquanto instituição, tem o dever de prover a população de suas necessidades (caráter eufórico), na charge, ocorre uma representação disfórica, os tentáculos se estendem para pedir esmola (na figurativização do artista eles possuem chapéus virados para baixo, em posição de mendicância).

Observa-se ainda a alteração no caráter eidético do Sol, na bandeira este se encontra figurativizado em posição simétrica linear, o que demonstra segurança e poder (caráter eufórico) do Estado. Este, enquanto instituição, na charge, encontra-se figurativizado em posição assimétrica descendente o que denota o caráter de impotência desse Estado que se encontra disjunto do poder-prover sua população uma vez que devido a crise econômica que assolava seus habitantes prejudicando sua arrecadação, não pode ou sabe como fazê-lo (caráter disfórico).

Assim, por meio da aproximação dos universos da soberania de um Estado e da mendicância, o artista mostra sua visão da situação da Argentina naquele momento.

#### 4.16- Charge de outubro de 2014: “Marina”



Figura 96: *Folha de S. Paulo*, 03 out. 2014.

A charge de outubro apresenta a figurativização dos atores Aécio Neves e Marina Silva. A referência da charge é o segundo turno das eleições presidenciais que seria disputado entre os candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves.

A candidata Marina Silva havia ficado em terceiro lugar no primeiro turno das eleições e os dois candidatos que concorreriam ao segundo turno estavam buscando o apoio de Marina para ganhar a segunda etapa do pleito.

O artista, por meio da plasticidade, figurativiza a saída de cena de Marina, conhecida por ter sido ministra do meio ambiente do governo Lula e ainda por sua atuação no Partido Verde. A figurativização é feita por meio da aproximação dos universos da natureza, representado na charge por meio das folhas que se desprendem do corpo de Marina, e da política, representado pelos atores Marina e Aécio.

Percebe-se que a maneira como Marina Silva encontra-se figurativizada remete ao seu desaparecimento, uma vez que a cada movimento da ex-ministra mais e mais folhas constituintes de seu corpo perdem-se no ar, sua saída de cena é pintada como algo inevitável.

Para mostrar a tentativa de angariar os votos de Marina, feita pelo candidato Aécio, o artista figurativiza o político recolhendo as folhas que se desprendem de seu corpo.

#### 4.17- Charge de dezembro de 2014: “Petrobrás?”

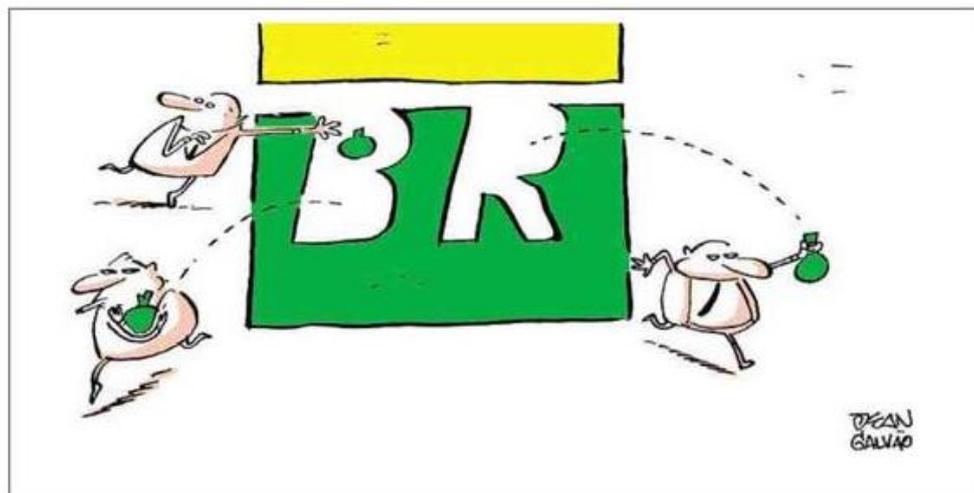


Figura 79: *Folha de S. Paulo*, 05 dez. 2014.

Na charge “Petrobrás”, por meio dos elementos plásticos, o artista apresenta o símbolo que remete à Petrobrás, empresa considerada como patrimônio nacional e que, na data de publicação da charge, batia recordes de produção de petróleo e gás.

Há ainda a figurativização de três sujeitos “saqueando” os elementos que compõem a plasticidade do símbolo da empresa nacional, alterando assim, a composição eidética da charge.

A circularidade expressa nos elementos figurativos redondos, saqueados da cena enunciativa, faz relação por metonímia às partes que compõem as letras, elementos da expressão. Ao promover a reconfiguração desses elementos, o enunciador acaba por mostrar algo que afeta o conteúdo da empresa, no caso em questão o faturamento, por meio da prática de desvio de dinheiro.

Essa figurativização remete a duas interpretações da cena enunciativa, pode-se pensar que o saqueamento dos sujeitos toma o objeto-valor dinheiro, oriundo dos lucros da empresa e ainda que este saqueamento é responsável por denegrir a imagem da empresa enquanto patrimônio nacional.

Ocorre a aproximação de dois universos semânticos distintos, o universo do público, no caso da charge, a Petrobrás, e do privado, figurativizado pela tentativa de conjunção dos sujeitos com o objeto-valor lucro por meio do saqueamento da estatal.

Procurou-se nesse capítulo apresentar elementos que caracterizam o estilo do artista Jean. Para tanto buscou-se, de acordo com a classificação de Fontanille (1999) e

com a definição do gênero charge apresentada no primeiro capítulo da tese, definir como as charges de Jean eram apresentadas.

Foi possível constatar, por meio da comparação de uma charge dos artista Jean e uma charge de Angeli, que fatores como aproximação de universos distintos, o uso de palavras com sentidos múltiplos e ainda, a negação da enunciação daquilo que se apresenta no enunciado são fatores constantes nos trabalhos do artista analisado nesta tese. Observou-se também que a ridicularização do governo e dos atos referentes as suas decisões ocorre de maneira hiperbólica, com o intuito de apresentar ao enunciatório algo risível e, conseqüentemente, não confiável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização de uma pesquisa não significa seu esgotamento, pois muito existe ainda para se dizer a respeito dos textos verbovisuais da charge, da caricatura e dos quadrinhos. O contato com as charges durante o período de realização da tese permitiu um melhor entendimento dessas manifestações, bem como da organização semiótica voltada à plasticidade.

Os textos visuais têm tomado através dos tempos espaços antes reservados apenas às manifestações verbais. Observa-se o aparecimento de charges em jornais, revistas, programas de entrevista, redes sociais, dentre outros meios e suportes.

Acredita-se que, devido à sua capacidade de condensação e, conseqüentemente, de apresentação concisa de ideias e opiniões por meio da plasticidade (manifestada por meio da distribuição de cores, formas e espaços visuais), sua presença se configure cada vez mais solidificada em espaços antes vistos como não apropriados a essas manifestações. A invasão da visualidade em espaços antes de domínio verbal cria a necessidade de estratégias de leitura desses textos que, devido a sua condensação temática, figurativa e narrativa, tendem a tornar menos explícitas as estratégias de convencimento.

Tomando como base essa necessidade, buscou-se, à luz da teoria semiótica de linha francesa, apresentar aspectos argumentativos do texto sincrético “charge política”, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*. Para tanto, foram analisados aspectos constituintes da visualidade textual, por meio das categorias (cromáticas, eidéticas e topológicas) desenvolvidas por Floch (1990) e da vocalidade (signos visuais que representam sons ambiente, à maneira da onomatopeia e outros signos de prosódia) que, associados ao plano de conteúdo, configuram-se como responsáveis pela construção da coesão e do contrato de veridicção estabelecido entre enunciador e enunciatário.

As discussões permearam a gênese das manifestações visuais com atenção especial às manifestações nacionais. A necessidade de se entender a especificidade do quadrinho nacional se justificou pelo fato de nossa análise apresentar um artista nacional responsável pela veiculação de suas obras em um dos jornais mais importantes do país, o jornal *Folha de São Paulo*.

Por meio da apresentação da história da HQ no Brasil foi possível compreender como HQ, charge e caricatura tiveram gêneses similares e como foram se definindo enquanto gêneros distintos.

Por meio das relações entre plano de expressão e conteúdo, definidas no âmbito da teoria semiótica de linha francesa, foi possível estabelecer parâmetros para a análise das charges que permearam nosso corpus de análise. Por meio da análise semiótica do corpus buscou-se apresentar os mecanismos utilizados pelo enunciador chargista para a construção da argumentação, para tanto foram apresentados conceitos da teoria da argumentação. Objetivou-se ainda a definição do estilo do artista Jean Galvão, chargista cujas charges foram apresentadas nessa tese.

Jean Galvão, chargista colaborador da *Folha de S. Paulo*, publica charges semanalmente no jornal, juntamente com Angeli, João Montanarro e Penett. O corpus constitui-se de charges do artista referentes ao primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, restringindo-se a primeira charge publicada pelo artista em cada um dos 48 meses do período que compreende os anos de 2011 a 2014.

Tendo em vista a necessidade de se estabelecer as características da charge apresentamos o conceito fontanilliano de gênero e, valendo-se dele, definimos a charge em oposição à HQ e à caricatura.

Na teoria semiótica buscamos conceitos que tratavam da questão das categorias de expressão na constituição sincrética das charges, para tanto foram tomadas como base algumas charges do corpus, analisamos a relação contratual entre os sujeitos destinador e destinatário para a apresentação dos tipos de manipulação. Em seguida, foi apresentado o esquema da categoria de expressão, esquema de Floch (1985) que utilizamos para apresentar a análise de mais algumas charges no que se refere à distribuição linear e planar.

Com o intuito de entender como se davam as estratégias argumentativas das charges do corpus, buscou-se o conceito da arte de argumentar na semiótica e também na retórica. Partindo do quadrado do *crer* apresentado por Greimas e Courtés (1983) e da releitura deste por Bertrand (1999) foi possível a apresentação de um quadrado por nós denominado “oposições de nível fundamental relacionadas a adesão do discurso da charge” que auxiliou na análise das charges bem como de seu discurso. Para tanto, foram indicadas as posições de nível fundamental geradas por meio das implicações dos termos afirmar, admitir, refutar e duvidar. Ainda com o intuito de delimitar os contornos da argumentação em nosso corpus foram apresentados conceitos da retórica aristotélica.

Apresentados esses conceitos, partiu-se rumo a análise de mais charges de nosso corpus sendo possível, ao final do capítulo, traçar o percurso delas que ora partia do refutar em direção ao afirmar, ora toma a direção do afirmar rumo ao refutar, sendo

possível, dessa maneira, apresentar a narratividade constitutiva dessa manifestação verbovisual.

Ao se buscar uma definição para o artista Jean baseamos nossas observações nos conceitos apresentados por Discini (2004), sendo possível perceber dentre as características do artista o uso de palavras com sentidos diferentes para a construção do humor, a aproximação de universos distintos e ainda o recurso da hipérbole visual.

Chegamos ao final da tese com a certeza de que muito há ainda para ser dito e analisado a respeito das manifestações verbovisuais. Um exemplo disso seria as charges on-line, manifestações que ocorrem na internet e que, por meio do auxílio dos recursos da web, apresentam charges em micronarrativas dando assim uma nova roupagem para essa forma manifestação, além de se configurar como uma abordagem semiótica mais dinâmica. Percebemos assim que apesar das mudanças impostas pela tecnologia a charge segue como uma forma de “leitura” dos fatos do cotidiano, não podendo, por essa razão, deixar de ser apresentada e pensada como forma de argumentação.

Sendo assim, esperamos que as questões aqui apresentadas a respeito das charges e de sua forma da construção de argumentação possam inspirar aqueles que seguirão rumo à análise de textos verbovisuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 7 ed. São Paulo: Ateliê, 2004.

ANGELI, A. Caderno A2, São Paulo, 04 dez. 2014. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/12/04/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

AURÉLIO, B.H. *Aurélio Júnior: dicionário escolar da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2011.

Banco de Teses da USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/> Acesso em 10 jan 2016.

BARROS, D.L de.P. *Teoria Semiótica do texto*. São Paulo, Ática, 2008.

\_\_\_\_\_. *Estudos do Discurso*. in FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à Linguística II Princípios de Análise*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Publicidade e figurativização*. In *Enunciação e Figuratividade*. São Paulo: Unesp, 2004

\_\_\_\_\_. Problemas de expressão: figuras de conteúdo e figuras de expressão. *Significação*. *Revista Brasileira de Semiótica*. n 6, janeiro de 1987, p. 5-11.

BARBOSA, G.; RABAÇA, C. A. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2001, 6 reimpressão.

BARTHES, R. *Retórica da Imagem. O óbvio e o obtuso*. Lisboa: Edições 70, 1982.

\_\_\_\_\_. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1980.

BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. São Paulo: Edusc, 2003.

BERTRAND, D. *Parler pour convaincre*. Paris: Le Forum, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. – Brasília: Secom, 2014, 151 p.

BRETON, P. *A argumentação na comunicação*. Bauru: Edusc, 2003.

BROWN, D. *O grande desafio: antologia internacional de cartoon político*. Portugal: Greca artes gráficas, 1992.

CAGNIN, L. A. *Os quadrinhos: linguagem e semiótica*. São Paulo, Criativo, 2014.

CALABRESE, O. A intertextualidade na pintura. Uma leitura de Os embaixadores de Holbein. in OLIVEIRA, A. C. (org). *Semiótica Plástica*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 159-187.

CAMPOS, A; PIGNATARI, D; CAMPOS, H. *Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos, 1950-1960*. São Paulo, Livraria duas cidades, 1975.

CARMO Jr. J.R. Estratégias Enunciativas na produção do texto publicitário verbo-visual. in: OLIVEIRA, A.C.; TEIXEIRA, L. (orgs). *Linguagens na comunicação desenvolvimentos de semiótica sincrética*. Estação das letras e cores. São Paulo, 2009.

CARMONA, R. *Cómo se comenta un texto fílmico*. Madrid, Cátedra. 2010.

CANTANHEDE, E. Vão-se os dedos, ficam-se os anéis. In Caderno A2 Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folhauol.com.br/fsp/dbch16062011.htm>> Acesso em 30 jan. 2012

\_\_\_\_\_. Um vai, outro racha. In Caderno A2 Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folhauol.com.br/fsp/dbch01032013.htm>> Acesso em 30 jan. 2014.

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. Ática, São Paulo, 2005.

CIRNE, M. et al. *Literatura em quadrinhos no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

CIRNE, M.. *A linguagem dos quadrinhos*. O universo estrutural de Ziraldo e Maurício de Sousa. Petrópolis: Vozes, 1990.

\_\_\_\_\_. *Para ler os quadrinhos*. Da narrativa cinematográfica à narrativa quadrinizada. Petrópolis: Vozes, 1972.

CONY, C. H. Nada de novo. In Caderno A2 Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folhauol.com.br/fsp/2013/09/03/2.htm>> Acesso em 30/01/2014.

COURTÉS, J. *La sémiotique du langage*. França: Armand Colin, 2005.

\_\_\_\_\_. *Introdução à semiótica narrativa e discursiva*. Coimbra: Almedina, 1979.

DISCINI, N. *O estilo nos textos*. São Paulo, Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. *Comunicação nos textos*. São Paulo, Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. História em quadrinhos: um enunciado sincrético. in: OLIVEIRA, A.C.; TEIXEIRA, L. (orgs). *Linguagens na comunicação desenvolvimentos de semiótica sincrética*. Estação das letras e cores. São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. *Jornal: Um modo de presença*. Dez. 2002, p. 109-127 revista galáxia n. 5, abr. 2003.

Domínio público. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp> Acesso em: 15 maio 2012.

ECO, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo, Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. *Tratado de semiótica general*. Barcelona, Lumen. 1975.

EISNER, W. *Quadrinhos e arte sequencial*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

FARIAS, I. R. Charge: humor e crítica. in: LOPES, I.; Hernandes, N. (orgs) *Semiótica: objetos e práticas*. Contexto, São Paulo, 2005.

FÁVERO, L. L.. Coesão e Coerência Textuais.-11.ed.-São Paulo : Ática, 2009.(Princípios)

FIORIN, J. Argumentação e discurso. *Bakhtiniana*, São Paulo, n.9, v. 1, jan/jul. 2014, p. 53-70.

\_\_\_\_\_. Para uma definição das linguagens sincréticas. in: OLIVEIRA, A.C.; TEIXEIRA, L. (orgs). *Linguagens na comunicação desenvolvimentos de semiótica sincrética*. Estação das letras e cores. São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. O éthos do enunciador. in: CORTINA, A; MARCHEZAN, R. (orgs). *Razões e sensibilidades*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.

\_\_\_\_\_. 2006. *Elementos de análise de discurso*. 14. ed EDN. São Paulo: Contexto.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1990.

FILHO, H. *Zeferino*. São Paulo: Placar, 1970.

FLOCH, J.M. *Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral*. São Paulo: Edições CPS, 2001.

\_\_\_\_\_. *Les formes de l'empreinte*. Paris, Pierre Fanlac, 1986.

\_\_\_\_\_. *Petit mythologies del'oeil et de l'esprit*. Paris-Amsterdam, 1985, Hadès-Benjamins.

\_\_\_\_\_. *Identités visuelles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sémiotique, marketing et communication- sous les signes, les strategies*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

FONSECA, J. *Caricatura a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre, 1999.

FONTANILLE, Jacques. Le genre In: \_\_\_\_\_. *Sémiotique et littérature: Essais de méthode*. Paris: PUF, 1999, p. 159-187.

FONTANILLE, Jacques. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. Tradução: Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz et al. In: Diniz, Maria Lúcia Vissotto Paiva; Portela, Jean Cristtus (Org). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: Unesp/Faac, 2008, p.15-74.

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 16 jan. 2011. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/01/16/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 02 fev. 2011. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/02/02/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 02 mar. 2011. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/03/02/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 abr. 2011. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/04/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 03 maio 2011. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/05/03/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 05 jun. 2011. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/06/05/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 03 jul. 2011. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/07/03/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 03 ago. 2011. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/08/03/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 02 set. 2011. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/09/02/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 04 out. 2011. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/10/04/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 nov. 2011. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/11/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 dez. 2011. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/12/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 03 jan. 2012. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/01/03/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 02 fev. 2012. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/02/02/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 mar. 2012. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/03/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 08 abr. 2012. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/04/08/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 maio 2012. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/05/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 jun. 2012. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/06/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 jul. 2012. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/07/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 ago. 2012. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/08/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 04 set. 2012. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/09/04/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 02 out. 2012. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/10/02/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 04 nov. 2012. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/11/04/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 02 dez. 2012. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/12/02/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 02 jan. 2013. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/01/02/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 03 fev. 2013. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/02/03/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 mar. 2013. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/03/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 02 abr. 2013. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/04/02/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 05 maio 2013. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/05/05/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 jun. 2013. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/06/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 03 jul. 2013. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/07/03/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 02 ago. 2013. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/08/02/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 03 set. 2013. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/09/03/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 out. 2013. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/10/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 03 nov. 2013. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/11/03/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 dez. 2013. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/12/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 jan. 2014. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/01/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 04 fev. 2014. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/02/04/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 09 mar. 2014. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/03/09/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 06 abr. 2014. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/04/06/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 04 maio 2014. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/05/04/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 jun. 2014. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/06/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 02 jul. 2014. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/07/02/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 ago. 2014. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/08/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 01 set. 2014. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/09/01/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 03 out. 2014. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/10/03/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 07 nov. 2014. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/11/07/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GALVÃO, J. C. *Folha de S. Paulo*, Caderno A2, São Paulo, 05 dez. 2014. Disponível em: < <http://acervo.folha.com.br/fsp/2014/12/04/2>>. Acesso em 30 jan. 2015

GOMES, R. Sincretismo no jornal. . in: OLIVEIRA, A.C.; TEIXEIRA, L. (orgs). Linguagens na comunicação desenvolvimentos de semiótica sincrética. Estação das letras e cores. São Paulo, 2009.

GREIMAS, A. J.. *Du sens II: Essais Sémiotiques*. Paris: Editions du Seuil, 1983.

\_\_\_\_\_. Semântica estrutural. Tradução de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: Edusp. 1973.

GREIMAS, A. J.; COURTES, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo:

Cultrix, 2008.

\_\_\_\_\_. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Tomo 2. Paris, Hachette, 1986.

GROENSTEEN, T. *Système de la bande dessinée*. Paris, PUF, 1999.

KLAWA, L. COHEN, H. Os quadrinhos e a comunicação de massa. in: MOYA, Álvaro. *Shazam!* São Paulo: Perspectiva, 1977.

LANDOWSKI, E. Modos de presença do visível. in OLIVEIRA, Ana Cláudia. (org) *Semiótica Plástica*. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

LIMA, H. *História da caricatura no Brasil*. V. 1. Rio de Janeiro, 1963.

LIPSZYK, E. História em quadrinhos e seu argumento. in MOYA, Álvaro. *Shazam!* São Paulo: Perspectiva, 1977.

LOPES, E. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1975.

LOPES, I; BEVIDAS, W. *Veridicção, persuasão, argumentação*. notas de uma perspectiva semiótica. Todas as letras. São Paulo, vol 9, n.1, p.32-41, 2007.

MEIRELES, S. M. Quadrinhos e linguística: onomatopeias e interjeições e suas funções na narrativa em quadrinhos. in: VERGUEIRO, W.; SANTOS, R. *A linguagem dos quadrinhos: Estudos de estética, linguística e semiótica*. 1ª. Ed. São Paulo: Criativo, 2015.

MELO, P.F. *A construção do ator "Dilma" em charges do Jornal Folha de S. Paulo*. (Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Linguística da UNIFRAN). 89 p. 2012.

Michaelis online disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=idioleto>> acesso em 30/10/2016

MONCOND'HUY. D. *Petite histoire de la caricature de presse en 40 images*. Barcelona, Éditions Gallimard, 2015.

MOYA, A. de. *Shazam!* São Paulo: Perspectiva, 1977.

MOYA, A. de; D'ASSUNÇÃO, O. Edições maravilhosas: as adaptações literárias em quadrinhos. In: CIRNE, M. et al. *Literatura em quadrinhos no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

PERELMAN, C. *Tratado da argumentação*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

PIETROFORTE, A. V. *Análise do texto visual: a construção da imagem*. São Paulo, Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Semiótica visual: os percursos do olhar*. São Paulo, Contexto, 2004.

PIETROFORTE, A. V.; GÊ, L. *Análise textual da história em quadrinhos: Uma abordagem semiótica da obra de Luiz Gê*. São Paulo: Annablume, 2007.

PINTO, Z., *A Turma Do Pererê*. Nº 8. São Paulo: Abril, 1991

PRITCHETT, V.S. The Manhandling Democratic Touch IN: BROWN, Dave. *O grande desafio: antologia internacional de cartoon político*. Portugal: Greca artes gráficas, 1992.

PROPP, V. *Comicidade e riso*. São Paulo, Ática. 1992.

RAMOS, P. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2010.

Repositório da UNESP. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/> Acesso em: 10 jan 2016.

RIANI, C. *Tá rindo do quê? Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba*. Piracicaba: Unimep, 2002.

ROSSI, C. O emergente submergiu. In Caderno A2 Folha de São Paulo. Disponível em: em: <<http://www1.folhauol.com.br/fsp/dbch16032011.htm>> Acesso em 30 jan. 2011.

O Estado de São Paulo. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,as-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro,1127819,0.htm>> Acesso em 29 maio 2014.

ROMUALDO, E. C. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia*. Maringá: Eduem, 2000.

SANDER, L. Palanque duplo. . in Caderno A2 Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folhauol.com.br/fsp/dbch01032013.htm>> Acesso em 30 jan. 2014.

SANTOS, R. E. Aspectos da linguagem, da narrativa e da estética das histórias em quadrinhos: convenções e rupturas. in: VERGUEIRO, W.; SANTOS, R. (orgs). *A linguagem dos quadrinhos: Estudos de estética, linguística e semiótica*. 1 ed. São Paulo: Criativo, 2015.

SARTRE, J. P. *L'imaginaire*, Gallimard. Idées, 1940.

SILVA, R. S. in: MELO, J. M. (org). *Gêneros Jornalísticos na Folha de S. Paulo*. São Paulo, FTD, 1992.

SCHWARTSMAN, H. Pedagogia espartana. in: Caderno A2 Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folhaol.com.br/fsp/2013/99/03/2.htm>> Acesso em 30 jan. 2014.

SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira; PORTELA, Jean Cristtus. A noção de gênero em semiótica. In: Portela, Jean Cristtus; Beividas, W.; Lopes, Ivã Carlos; Schwartzmann, Matheus Nogueira (Orgs.). *Semiótica: Identidades e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 69-98.

SOUZA, J.; FERREIRA, N.; SEIXAS, N. A metalinguagem como recurso estilístico nos quadrinhos da Turma da Mônica. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, set. 2009.

TEIXEIRA, L. *Argumentação e semiótica*. ABRALIN, Fortaleza, 2001.

VERGUEIRO, W. A contribuição de Antônio Luiz Cagnin aos estudos sobre a linguagem dos quadrinhos no Brasil. in: VERGUEIRO, W; SANTOS, R. (orgs). *A linguagem dos quadrinhos: Estudos de estética, linguística e semiótica*. 1 ed. São Paulo: Criativo, 2015.

**ANEXOS**



A2 opinião ★ ★ ★ DOMINGO, 16 DE JANEIRO DE 2011

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A

Presidente: LUIZ FRIAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO  
 Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
 Editor-executivo: SÉRGIO DAVILA  
 Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANDY DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (coordenador)  
 Diretores-executivos: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ADALBERTO FERNANDES (informática/tecnologia), MURIEL HERRERA (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (finanças) e MIGUEL LONGO JUNIOR (planejamento)

## EDITORIAIS

### Previsão do tempo

**Ignorando evidências sobre eventos climáticos extremos, governantes abandonam populações à mercê de inundações e deslizamentos**

Todo ano o discurso se repete. Diante dos desastres provocados pelas chuvas, autoridades das diversas esferas se referem ao caráter excepcional, inédito, fora do normal, das precipitações que acabaram de ocorrer. Não mentem ao dizer isso — mas a constatação não lhes serve de desculpa.

O aumento de episódios de chuvas extremas era previsível, diante do crescimento desordenado das cidades e da mudança climática provavelmente em curso no planeta. O prognóstico se reitera em dois estudos recentes produzidos no Brasil.

O primeiro, "Economia do Clima", contou com a participação de quase 40 especialistas, e avalia o possível impacto do aquecimento global no sistema produtivo do país. Sua metodologia reproduz o célebre "Relatório Stern", resultado de estudos encomendados pelo governo britânico, que analisava os efeitos do fenômeno climático na economia mundial.

Uma das principais conclusões do texto brasileiro era que o impacto da mudança do clima faria o país acumular perdas de até R\$ 3,6 trilhões em 40 anos.

Para chegar a esse número, partiu-se de uma simulação do futuro climático das regiões brasileiras realizada por especialistas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). As regiões Norte (com aumento de até 8°C) e Nordeste (com perda de até 2,5 mm/dia de chuvas) foram apontadas como as mais vulneráveis. Mas também se previa, com grau médio de confiabilidade, o aumento de episódios de chuvas extremas no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste.

### Trilhos paulistas

O novo governo paulista anunciou que daria prosseguimento aos planos de integração e expansão do transporte sobre trilhos na região metropolitana de São Paulo, mas em ritmo diferente daquele previsto pela gestão anterior.

Das quatro linhas de metrô anunciadas por José Serra, apenas uma, segundo a nova administração, estará pronta até 2014. Provavelmente, dois monorrelés também serão construídos e haverá expansão de linhas de trem.

A novidade foi o secretário dos Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes, anunciar que o governo Alckmin pretende ser lembrado por reinvestir em trens regionais de passageiros. Planejam-se linhas que uniram São José dos Campos, Campinas, Sorocaba e Santos à capital — concebidas de maneira a complementar o trem-bala federal.

São bons planos, embora ainda tímidos. O Estado poderia ser mais ambicioso e buscar recursos para a ligação ferroviária da capital

O segundo estudo, "Vulnerabilidade das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas", que tem alguns autores em comum com o anterior, aborda de forma específica a região metropolitana de São Paulo. Projeções preliminares, que também contaram com cálculos do Inpe, indicam que pode ocorrer uma elevação na temperatura de 2°C a 3°C de 2070 a 2100, e uma duplicação do número de dias com chuvas intensas (mais de 10 milímetros), capazes de causar enchentes.

Pode parecer cedo para tendências de futuro tão longínquo se manifestarem já em 2011. Mas não há morador paulistano, para nos atermos apenas a esse caso específico, que não perceba diretamente o que se passa na cidade.

Aqui, ao aquecimento global se soma um conhecido fenômeno local, o efeito "ilha de calor". O aumento da mancha urbana, impermeabilizada com concreto e asfalto, retém mais calor que o ambiente natural e aquece o ar.

Na década de 1930 não se registravam chuvas de mais de 50 mm num dia, como a da semana passada. Na década de 1990, houve quatro eventos dessa magnitude, que equivale a despejar 50 litros de água por metro quadrado.

Em São Paulo ou em qualquer outra região do país, as projeções do clima ganham cada vez mais precisão e credibilidade, mas não apontam para fenômenos novos. Enchentes e deslizamentos se repetem todos os verões, assim como as promessas de que não voltariam a ocorrer no próximo.

Os governantes não agem na medida do necessário para adaptar as cidades brasileiras a uma situação que se agrava, a olhos vistos, de ano para ano. E que não se explica só por "causas naturais". Surgem na medida da irresponsabilidade humana, em sua repetição e em seus trágicos efeitos.

com polos econômicos e tecnológicos do interior, levando o trem de passageiro a regiões como a alta paulista e a alta mogiana, entre outras mais densamente povoadas. Nesses casos, a concorrência com os rodovias e o transporte aéreo seria benéfica, pois criaria incentivos para conter eventuais abusos em pedágios e tarifas.

Não basta o governo buscar uma "marca" nos trens regionais. Interligar linhas de metrô, expandir o serviço ferroviário para o interior e continuar a modernização da CPTM são, em conjunto, tarefas indispensáveis para dar continuidade à melhoria dos transportes.

Um aspecto omitido, mas que merece atenção, é a ideia de criar uma autoridade metropolitana de transporte para coordenar as ações dos diversos municípios da Grande São Paulo. A extensa e complexa rede dessa região precisa ser gerida de forma integrada para evitar desperdícios e elevar sua eficiência.



### O emergente submergiu

**SÃO PAULO** — No caso da tragédia do Rio, é só somar 1+1=1 e o resultado inexorável será a incompetência do poder público e o retrato de um país que tem mais de submergiu que de emergente.

Primeiro 1 — o "Jornal Nacional" de quinta-feira mostrou que choveu mais em Portugal e na Austrália do que no Rio de Janeiro. Mas o número de mortos no Rio foi esmagadoramente superior.

Segundo 1 — O serviço de meteorologia emitiu aviso especial sobre a iminência de fortes chuvas precisamente nas áreas que acabaram sendo devastadas. Uma das prefeituras recebeu ter recebido o aviso cinco horas antes da explosão. Nada foi feito.

Terceiro 1 — A manchete desta **Folha**, ontem, mostra que desde 2008 o Rio de Janeiro sabia perfeitamente que havia riscos tremendos nas cidades que foram as principais vítimas.

O que foi feito? Nada. Tudo somado, o que se tem é o óbvio fato de que chuvas torren-

ciais podem acontecer, deslizamentos formidáveis também — e, até aí, a culpa é só da natureza —, mas falta, no Brasil, acontecer a prevenção.

Já nem digo a prevenção original, a de proibir construções em áreas de risco. A incompetência do poder público impediu que essa providência fosse tomada e, se fosse, seria inútil. Falta fiscalização.

Refrão — a prevenção de, diante da iminência da catástrofe, minimizar os danos ou, ao menos, as mortes, os danos mais terribéis, mesmo nesta era de predominância da finança sobre a vida.

Posto de outra forma, o poder público não está presente nem antes, nem durante e nem depois da tragédia. Chama a atenção, pelo menos de longe, o fato de repórteres chegarem a locais aos quais, segundo informam, nenhum socorro conse-

guia chegar.

Em vez de emergente, o Brasil parece mais país em construção. Precária, muito precária.

CLÓVIS ROSSI  
 ELIANE CANTANHÊDE

### Desleixo assassino

**BRASÍLIA** — Como mostrou ontem o repórter Evandro Spinelli na **Folha**, o risco de um desastre de grandes proporções na bellissima região de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo foi detectado há dois anos por um estudo técnico encomendado pelo próprio governo do Rio.

E o que o governo fez com o resultado? Largou à graxa, deixou pagando poeira na burocracia, empurrou para a gaveta ou simplesmente jogou no lixo — junto com o dinheiro público que o pagou.

Horas antes, as autoridades tiveram nova chance de não dar asas ao azar: o novo radar da Prefeitura do Rio e o Instituto Nacional de Meteorologia identificaram previamente a formação da tempestade.

E o que foi feito? Nada. Os órgãos atuaram isoladamente, não como um sistema integrado, em que o alerta se reproduz entre as várias instâncias, tem consequências e salva vidas. Mas não. E como se o radar fosse de enfeite, e o Inmet, só para inglês ver.

Num ótimo artigo, o colega Mar-

cos Sá Correa defendeu que o remédio é responsabilizar homens públicos — não abstratamente o Estado — pelos crimes que cometem contra a vida. É crime dar levianamente alvará de construção e "bite-se" para imóveis em encostas, fechar os olhos para casas em áreas de risco, desprezar alertas de tempestades e de outras intempéries.

Para complementar a sugestão do Marcos, a Polícia Federal deveria investigar também esse tipo de crime que pode resultar em 500, 600 mortes, famílias inteiras destruídas, casas despedaçadas, bibliotecas de prejuízos aos bolsos particulares e aos cofres públicos.

Se não vai por bem, vai por mal — na base da ameaça. Mais ou menos como no caso do cinto de segurança: todo mundo só passou a usar depois de criada a multa.

No rastro da Santigráha, da Sanguessuga, da Castelo de Areia, fica aí a sugestão para o novo diretor-geral da PF, Leandro Coimbra: a operação "Desleixo Assassino".

CARLOS HEITOR CONY

### DNA das tragédias

**RIO DE JANEIRO** — Todas as vezes em que ocorrem tragédias naturais, como a erupção do Vesúvio, em 79, o terremoto de Lisboa, em 1755, o de São Francisco, em 1906 (estou citando os mais espetaculares), e mais recentemente o Haiti, cria-se uma oportunidade para se indagar: não se sabe a quem "E Deus? O que tem Deus a ver com isso?"

Bem, se Deus não existe, evidente que ele não tem nada com isso. Mas se existe, e governa não apenas o mundo natural mas também o destino de cada um de nós, por que consente ou patrocina tragédias como as cidades, sem falar nas guerras que contam com a participação da própria humanidade?

Temos o antecedente do Dilúvio, narrado com detalhes na Bíblia, uma obra metafórica, mas referência única dos tempos em que não havia uma crônica historizada dos primeiros tempos do homem na Terra.

O motivo do Dilúvio está claro: a concupiscência dos homens em re-

### As cidades

O roteiro é conhecido: o verão chega, desaba o aguaceiro, iniciamos a contagem dos mortos, autoridades suspendem férias para realizar sobrevoos de helicópteros, recursos emergenciais são anunciados até que uma nova crise ocupe a ordem do dia.

Num país que se orgulha de viver uma grande transformação, é intrigante como a tragédia anual das chuvas segue rigorosamente o mesmo script — para ser mais exato, a contabilidade dos mortos apresenta curva ascendente.

Essa aparente contradição evidenciada aqui pode ser verificada em outros episódios de calamidade: a despeito da melhora do quadro clínico geral do país, as cidades brasileiras não saíram do estado de coma.

Emprego é recorde, há um avanço incontestável na distribuição de renda, encontra-se crédito na feira, mas as cidades, o lugar onde as pessoas de fato vivem, essas não vão nada bem.

Para ser segura, funcional, atraente, uma cidade não pode viver apenas dos bons ventos da economia. Precisa de soluções únicas, corajosas e, muitas vezes, impopulares. É aí que mora a incisão — no sentido clássico ou por conveniência política.

Não é por outra razão que, apesar de crescer em ritmo chinês, o Nordeste viu triplicar a sua taxa de homicídios na última década — municípios médios e grandes do Maranhão, de Alagoas e do Rio Grande do Norte têm hoje índice de assassinatos dignos da Medellín de Pablo Escobar.

Há poucos motivos para assustar de que em 2025 São Paulo seja a 6ª cidade mais rica do mundo, como prevê a consultoria PricewaterhouseCoopers. E há muitos para acreditar que até lá a capital paulista não conseguirá resolver a epidemia do consumo de crack.

Para não perder de vista o tema da vez, a chuva, fica evidente em momentos como este que a ocupação irregular do espaço urbano (por rios e poços) é um não tema nas cidades. Ou melhor, é um tema apenas do pós-tragédia.

Nas cidades da região serrana do Rio de Janeiro mais atingidas, nada menos do que 56 mil pessoas vivem em áreas de risco, segundo estimativa oficial — ou vivam, já que há mais de 13 mil desalojados e centenas de mortos.

É verdade que invações, sotilidades, não explicam o que ocorreu. Mas também é indiscutível que elas multiplicaram o saldo macabro. Chovesse em uma cidade mais bem planejada — como choveu em Friburgo, não estaríamos contando mortos em três dígitos, como não estaríamos em Austrália.

Importante pontuar que a decadência urbana brasileira é multitemporal. Chovesse em um ambiente relacionado com o fracasso do governo federal no papel de formulador maior de políticas públicas e na condição de primo rico.

ALAN GRIPP é editor-adjunto de Política.



A2 opinião \* \* \* QUARTA-FEIRA, 2 DE FEVEREIRO DE 2011

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICAÇÃO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A

Presidente: LUIZ FRIAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
 Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA  
 Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JAMBO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, GLOVYS RONEY, CARLOS RIBEIRO JUNIOR, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (Secretário)  
 Diretores-executivos: ANTONIO CARLOS DE MOURA (Comerciais), ADALBERTO FERNANDES (Indústria/Finanças), MIBELI DE BRISAIA (Educação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (Especialistas) e MIGUEL LONGO JUNIOR (Atendimento)

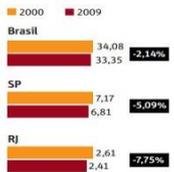
## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

## Violência em queda

Rio surpreende com redução forte na criminalidade, e tujas causas não se acham só na ação mais eficaz da polícia ou no desempenho da economia

**FATOR DEMOGRÁFICO**  
 População de 15 a 24 anos, em milhões



A maior novidade das estatísticas paulistas e fluminenses de criminalidade para 2010 parte do Estado do Rio de Janeiro. Ali, pela primeira vez desde que se iniciou a série histórica (1991), o número de homicídios (4.768) ficou abaixo de 5.000. É a menor taxa já registrada, 29,8 mortes por grupo de 100 mil habitantes — e uma queda de 17,7% sobre o ano anterior.

São reduções significativas, que o governo fluminense atribui às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) instaladas em favelas conflagradas da capital. O secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, credita o sucesso ao progressivo abandono, pelas forças policiais, de uma lógica de confronto, em favor da prestação de serviços.

As cifras devem ser comemoradas, mas de maneira contida. A taxa de homicídios ainda representa o triplo do que a Organização Mundial da Saúde (OMS) indica como limiar de violência epidêmica, 10 mortes por 100 mil. É tímida demais a meta de 22,9 por 100 mil para 2014, o ano da Copa. São Paulo, em contraste, já havia se aproximado do limite da OMS nos anos recentes. Em 2010, logrou nova redução, mas pequena: de 10,96 por 100 mil, no ano anterior, passou a 10,48, o que sugere que se alcançou um piso.

## Mercosul paralisado

A primeira viagem internacional da presidente Dilma Rousseff foi para a Argentina, o que reitera a importância atribuída pelo Itamaraty à integração com a América do Sul. A agenda do encontro com Cristina Kirchner se resumiu a alguns acordos de cooperação e declarações amigáveis. Não é de todo uma surpresa, diante do descompasso político: um governo se inicia e outro se aproxima do final. Mesmo assim, foi um bom começo. Agora cabe às duas administrações renovar a pauta de interesses comuns, de modo a obter um salto de qualidade nas relações políticas e econômicas.

Nessa agenda, o Mercosul tem lugar fundamental. Após a paralisação dos últimos anos, com restrições unilaterais frequentes do lado argentino, cabe relançar a integração, que ameaça se tornar anacrônica no novo quadro global. A demanda chinesa por commodities beneficia as exportações de Argentina e Brasil, mas torna os dois países cada vez mais dependentes desse grupo de produtos. A entrada de dólares dessas vendas ajuda a valorizar as moedas nacionais. Com isso, as indústrias de ambos perdem competitividade no mercado global.

O resultado é o aumento da penetração de produtos chineses, com a correspondente perda de mercado das indústrias locais. Assim, a própria razão de ser do bloco — o ganho de escala para as empresas propiciado pela unificação do mercado — fica comprometida.

Em 2000, as vendas brasileiras para o Mercosul representavam 14% das exportações, fração hoje reduzida a 11,2%. A China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil e, em 2010, respondeu por 15,2% das exportações (cerca de 90% são de minérios e soja).

Nem tudo são más notícias, contudo. Os dois mercados Unidos têm escala suficiente para viabilizar a incorporação de setores de tecnologia média e alta, como a indústria automobilística: em 2010 foram quase 4,5 milhões de unidades vendidas, contra 1,6 milhão em 2002.

Para reforçar a competitividade do bloco será preciso repensar a insistência na ideia de união aduaneira baseada em problemática tarifa externa comum e fixar-se por ora na de zona livre de comércio, mais condizente com a perda de relevância do Mercosul num mundo mais competitivo.



## Apesar de você

SÃO PAULO — O PSDB exibe amargura à noite um programa de dez minutos em cadeia nacional de rádio e TV. Não parece que seja o melhor momento para falar ao país. O partido exibe sinais de fadiga de material: 1) vem da terceira derrota consecutiva à Presidência; 2) tem dificuldade de formular um discurso alternativo ao do PT; 3) vive hoje uma guerra interna pelo seu comando; 4) não tem um líder óbvio a quem confiar seu futuro (Aécio, quem sabe); 5) e deixou mal resolvida sua relação com o legado de FHC, escantado por Serra. Desse limbo, como fazer uma limonada? Sem disputa eleitoral à vista, o partido decidiu transformar FHC no grande personagem do programa. Durante cinco minutos, ele respondeu a perguntas variadas de um auditório composto por 120 jovens. FHC comemora a presença de duas mulheres na eleição presidencial. Crítica à tolerância de Lula com a corrupção e a voracidade com que aderiu à política fisiológica (que ele também admite ter praticado, com mais pudor). Mas elogia a mobilidade social e as oportunidades criadas na gestão petista. Na metade convencional do programa, Geraldo Alckmin fala em nome dos oito governadores tucanos e Sérgio Guerra faz uma breve menção elogiosa (ou protocolar) ao desempenho de Serra na eleição. O que fica do conjunto, no entanto, é um grande desagravo a FHC. Lembra algo de uma sessão de psicoanálise, na qual o partido procura trazer à tona seus traumas e olhar de frente a sua história. Mas o programa também pode ser visto — para seguir com Freud — como um sintoma do que permanece recalado entre os tucanos. Serra e Aécio só aparecem em imagens de arquivo. Durante a gravação, FHC foi questionado por uma garota sobre Chico Buarque, principal apoio de Dilma entre os artistas. Elogiou o compositor e disse que sua canção predileta é "Apesar de Você". A cena não vai ao ar e só estará disponível no site do PSDB. Quem, entre os tucanos, vai vestir a carapuça?

FERNANDO RODRIGUES

## O tempo da política

BRASÍLIA — Por direito constitucional, o novo Congresso (em quatro anos para trabalhar em conjunto com a presidente Dilma Rousseff. Mas a história recente indica que mais exigiu o tempo disponível. Por costume e preguiça dos políticos, e sobretudo pela ineficiência da democracia brasileira, só o primeiro ano dos mandatos é de fato feito no Poder Legislativo.

Embora os 12 meses iniciais estejam longe de representar um milênio entre o Planalto e o Congresso, é inegável o ainda baixo nível de envolvimento das relações políticas. O caminho se torna menos pedregoso na hora de enfrentar temas relevantes e políticos.

A presidente da República está fresca no cargo. Pode propor leis sem ser acusada de casuismo. Não há restrições no calendário. O mesmo se passa com os congressos. Já em 2012, tudo se contaminaria pelo processo eleitoral nas cerca de 5.600 cidades pelo país. Daqui a 12 meses, o darwinismo político ditará as regras. Interesses

RUY CASTRO

## Faits-divers

RIO DE JANEIRO — No Natal último, em Jardim Santo André, zona leste de São Paulo, um homem armado com uma pistola .38 mm invadiu uma casa, rendeu as oito pessoas presentes, fez o roubo e fugiu usando peruca e roupas masculinas. Mas, assim que pôs o pé na rua, a polícia descobriu de alguma coisa, abordeou-o e ele confessou.

Dias depois, em Ituiubá, MG, um homem procurado pela polícia, acusado de se esconder, também se disfarçou de mulher para dar uma voltinha. Enfiou-se num vestido florido, uma legging preta e uma plataforma lilás, e aplicou maquiagem leve. Mas não adiantou. A polícia suspeitou do mesmo jeito, pelo bone que, sem pensar, ele botou na cabeça ao sair, e pelo pomo de Aécio, que fazia parte da coleção de um homem faz.

Também no Natal, em Franca, a 400 km de São Paulo, uma jovem de 23 anos foi presa por tentar envolver um avô, de 74, servindo-lhe um bolo com raticada. Não se sabe ain-

EBAW

FOLHA DE S. PAULO



## Mínimo

Os analistas que estão em busca de solução para o ministro Dilma Rousseff devem ter ficado muito gratos com a "pequena pista" revelada na entrevista do último dia 28 em Porto Alegre.

A pergunta se o governo contemplava a hipótese de corrigir a tabela das alíquotas do Imposto de Renda pelo índice de custo de vida (IPCVA) ela respondeu tranquilamente: "Jamais damos indexação inflacionária, por isso não concordamos com o que vários jornais e era dito por várias pessoas, inclusive pelas centrais, que, se houvesse [a correção da tabela do Imposto de Renda], ela fosse feita pela inflação passada".

E acrescentou: "No que se refere a esse reajuste, teríamos de olhar não para a inflação passada, porque isso seria carregar a inércia inflacionária para dentro de uma das questões essenciais que é o Imposto de Renda. O que foi dado sempre foi uma mudança baseada na expectativa de inflação futura".

Talvez ainda mais importante foi a reafirmação do seu apoio à política que determinou ao Ministério da Fazenda: "Jamais discutimos dentro dos últimos oito anos e também não discutiremos a partir de agora qualquer política de indexação". E em toda razão. Como todos sabemos, elas são em parte responsáveis pela maior taxa de juros real do mundo, que o Banco Central pratica para conter a inflação dentro da meta. Em poucas palavras: elas têm responsabilidade na geração de um crescimento menor da economia, à mesma taxa de inflação.

Um claro exemplo dos malefícios da indexação foi o acerto entre o governo e os sindicatos sobre a fórmula que estabelece o salário mínimo: Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento do PIB de dois anos antes. O governo fez uma bonidade: desconsiderou a queda do PIB e propôs um aumento de 5,9% (R\$ 538,15) e arredondou para R\$ 545 (aumento real de 1,3%).

Estabeleceu-se um "cabode guerra". As centrais querem porque querem um mínimo de R\$ 580, um aumento real de quase 8% sobre 2010!

Todos reconhecemos a importância da correção do salário mínimo, mas é preciso fazê-la com moderação e cuidado devido às indexações e seus efeitos sobre o valor dos serviços que pressionam a inflação. Por outro lado, se o salário mínimo é importante para a redução da pobreza, é preciso reconhecer que ele produz, também, alguns inconvenientes. Mais importante é a Bolsa Família, com custos muito menores.

De qualquer forma temos um grave problema: mantido o "acordo" atual, teremos em 2012 um aumento nominal do salário mínimo da ordem de 14%. Há o juro real (e redução do PIB) e, provavelmente, desemprego para manter a inflação na meta de 4,75%.

ANTONIO DELFIM NETTO escreve às quartas-feiras nesta coluna. antonio@delfimnetto.com.br



A2 opinião QUARTA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 2011

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A
Presidente: LUIZ FARIAS
Diretor Editorial: OTAVIO FERIAS FILHO
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO
Editor-executivo: SÉRGIO DAVILA
Conselho Editorial: ROBERTO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FARIAS E OTAVIO FERIAS FILHO (co-presidentes)
Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), AVALBERTO FERNANDES (indústria/tecnologia), MURIEL MOURÃO (circulação) E MARCELO MACHADO GONÇALVES (finanças)

EDITORIAIS

Austeridade duvidosa

Persistem interrogações sobre a determinação do governo de realizar cortes de R\$ 50 bilhões nas despesas, mesmo após detalhamento

Não foi desta vez que o governo Dilma Rousseff conseguiu soar convincente quanto à execução do corte orçamentário de R\$ 50 bilhões. O detalhamento das medidas resultou num anúncio confuso, em que os ministros Guido Mantega (Fazenda) e Miriam Belchior (Planejamento) apresentaram discurso pouco esclarecedor.

A redução de dispêndios foi dividida em duas partes principais: R\$ 36,2 bilhões em despesas não obrigatórias dos ministérios (incluindo gastos sociais) e R\$ 12,2 bilhões em obrigatórias (pessoal, benefícios previdenciários, seguro-desemprego e subsídios vários). O restante R\$ 1,6 bilhão corresponde ao que já foi vetado pela Presidência na lei orçamentária.

Os analistas econômicos duvidaram desde o início da capacidade do governo de cumprir o corte prometido sem afetar os investimentos. O governo vinha negando essa interpretação, como se fosse possível contentar ao mesmo tempo gregos e troianos.

Chamou a atenção, nesse quesito, a redução de R\$ 8,6 bilhões no Ministério das Cidades. Maior vítima: o programa Minha Casa, Minha Vida, um carro-chefe na campanha eleitoral, que perdeu R\$ 5,1 bilhões (40% do previsto).

É possível que o governo consiga realizar cortes nas despesas não obrigatórias, com o tradicional contingenciamento (retenção na boca do caixa). Mais difícil será

CONTA DE CHEGAR

Composição do corte

R\$ 1,6 bilhão Irreversível (despesas já vetadas na sanção da lei orçamentária)

R\$ 36,2 bilhão Probabilidade: líquido e certo Contingenciamento (despesas não obrigatórias dos ministérios ora suspensas, mas que continuam na lei)

R\$ 12,2 bilhões Probabilidade: incerto Reestimativa (despesas obrigatórias que o Planalto espera diminuir)

Probabilidade: improvável

conter as despesas de pessoal e Previdência, que não dependem só de sua vontade. A não ser que se descaibira — e se reverta — aí um monumental volume de fraudes, a redução de R\$ 12,2 bilhões não passará de um blefe.

Mantega continua a sustentar que o corte de R\$ 50 bilhões não tem como objetivo central combater a inflação. Seria um ajuste "antiflático" das contas, para obter um superávit primário (antes das despesas de juros) de 3% do PIB e desacelerar o crescimento da economia de 7,5% para 5%.

Tais afirmações suscitam dúvidas sobre a real disposição do governo de prosseguir no curso anunciado. Todos sabem que se trata, sim, de conter a inflação ascendente e que a austeridade necessária não será conquistada com cortes pontuais ou fictícios.

Intervenção na Líbia

No momento em que os conflitos na Líbia ganham feições de guerra civil, com violentos embates entre grupos rebeldes e forças pró-governo, começam a surgir especulações sobre uma "intervenção humanitária" no país.

As principais vozes em favor de uma ação armada vêm dos EUA, que repositaram forças na região e discutem implementar zona de exclusão aérea sobre o país. No atual cenário, porém, seria um erro priorizar a alternativa militar.

Não só o pretexto humanitário se mostra frágil, no presente, como se choca com o princípio maior da autodeterminação dos povos. O conflito na Líbia deve ser resolvido pelos libios, a quem cabe traçar seu próprio destino.

Intervenções humanitárias são um conceito fácil de defender na teoria, porém difícil de aplicar na prática. A experiência mostra que são, também, controversas.

Em 1993, os EUA se envolveram num conflito na Somália que terminou em desastre. Um ano depois, a falta de intervenção facilitou o genocídio de 800 mil ruandeses, em sua maioria tútsis.

Na Guerra da Bósnia (1992-1995), as forças internacionais só

interferiram após o massacre de Srebrenica, onde 8.000 homens e meninos foram mortos em um campo protegido pela ONU. No Kosovo, em 1999, campanha aérea da Otan (um "bombardeio humanitário") conteve o conflito étnico, mas deixou 500 civis mortos.

No início dos anos 2000, surgiu o conceito de "responsabilidade de proteger", que coloca a soberania mais como um "dever" do Estado que um "direito". Na medida em que um governo é incapaz de proteger seus cidadãos, ou atenta contra eles, sua soberania estaria em xeque. Atraente, a noção se aplica mais na academia do que ao mundo real.

Na prática, o que move a política internacional ainda são questões geopolíticas e econômicas, como o fornecimento de petróleo. O caso líbio está distante de uma situação que viesse a justificar a violação do princípio da soberania e da autodeterminação. Mesmo que chegue a tal ponto, uma intervenção só seria legítima se ocorresse sob os auspícios da ONU. Fora disso, qualquer ação consistiria em apenas mais uma aventura de estilo imperial.



FERNANDO DE BARROS E SILVA

ANTONIO DELFIM NETTO

Dá o pé, Dilma

O macro

SÃO PAULO — O nosso objetivo é fazer com que a economia continue crescendo de forma estável, sem que a inflação volte. Olha, acho que está muito baixo esse fogo". Dilma Rousseff não se referia ao fogo baixo da economia, mas da fricção. A presidente falava enquanto fazia uma omelete ao lado de Ana Maria Braga, no programa "Mais Você". Dilma já falou ao "Washington Post" e aos jornais argentinos. Merece registro que sua primeira entrevista à imprensa brasileira tenha sido concedida ao lauro José. A rigor, nem se deve chamar de entrevista a papagalada que foi ao ar ontem pela manhã. Nunca antes neste país se viu um louro tão puxa-saco. Sua voz ecoa um certo clima geral. "Mais Você" é um programa de variedades domésticas e autoajuda, com uma pitada de jornalismo light. Está mais perto da cozinha que da República. Nos trechos "sérios" do papo, a apresentadora faz perguntas só para papariçar o governo. O que prevaleceu no ar foi o tom comemorativo, o fru-fru sentimental, o caldeirão culinário onde borbulhavam "fantas emocionês".

Uma música triunfal acompanhou a chegada de Dilma ao Projac, de helicóptero. Na despedida, a tribo sonora sugeriu algo no estilo "Nova Era". Depoimentos de populares encantados, testemunhos de velhos amigos, cenas da intimidade do poder — tudo foi arquitetado para idolatrar a mulher-presidente. Quanto mais Dilma dizia ser uma "pessoa comum", "como outra qualquer", mais o programa fazia disso um mote do culto à sua personalidade. Nas disposições e no formato, havia muito de propaganda eleitoral neste matutino da Globo. Dilma, em certos instantes, não escondeu seu constrangimento. Mas há no Planalto grande preocupação com sua imagem no marco simbólico dos dias. A boa impressão que ela causa hoje entre as elites é diferente de aprovação popular a R\$ 620. Se houver um so-lavanco à vista na economia, Dilma Rousseff estará impedida de aplicar um reajuste menor.

O discurso de PSDB e DEM sempre foi contra a indexação, um crime contra o livre mercado. O maior mérito da hoje oposição foi ter debalado no passado esse mecanismo nefando que retroalimenta a inflação por décadas a fio.

Mas que disseram tucanos e demistas na ação contra a lei do salário mínimo? Classificaram a fórmula de indexação automática como "louvável". E foram explícitos: "Os partidos autores [da ação] apoiam esta iniciativa".

Esse é o ponto. A oposição não sabe para qual público falar. Fala para ninguém. Fica sozinha. fernando.rodrigues@folha.com.br

FERNANDO RODRIGUES

Oposição desfocada

BRASÍLIA — E de dar dó a incapacidade de reação das oposições em Brasília. Mesmo o PT e outros partidos de esquerda eram mais aguerridos e objetivos há 25 anos. Embora frágeis, com bancadas pequenas, sabiam se posicionar. Falavam ao seu público. Tanto é assim que se petistas perseveraram na sua organização interna até chegar ao poder com Lula, em 2003.

Um exemplo da desconexão com a realidade é a ação direta de inconstitucionalidade contra a lei do salário mínimo proposta ontem por PSDB, DEM e PPS. A ideia até parece boa, pois é uma lástima o Congresso outorgar ao Planalto o direito de fixar por decreto o valor do salário mínimo anual até 2015.

Ocorre que há uma contradição sobre a Constituição impedir o Congresso de ser pusilânime. A Carta fala apenas em "salário mínimo, fixado em lei", sem adverbio de tempo. O texto aprovado no mês passado só fixa critérios. Na realidade, o Planalto não fica livre para conceder qualquer reajuste. Terá de apli-

car uma fórmula matemática inflexível considerando as variações do PIB e da inflação.

O problema maior desse sistema é a volta da indexação. Em 2012, as previsões indicam, o mínimo terá de pulir dos R\$ 545 atuais para algo próximo a R\$ 620. Se houver um so-lavanco à vista na economia, Dilma Rousseff estará impedida de aplicar um reajuste menor.

O discurso de PSDB e DEM sempre foi contra a indexação, um crime contra o livre mercado. O maior mérito da hoje oposição foi ter debalado no passado esse mecanismo nefando que retroalimenta a inflação por décadas a fio.

Mas que disseram tucanos e demistas na ação contra a lei do salário mínimo? Classificaram a fórmula de indexação automática como "louvável". E foram explícitos: "Os partidos autores [da ação] apoiam esta iniciativa".

Esse é o ponto. A oposição não sabe para qual público falar. Fala para ninguém. Fica sozinha. fernando.rodrigues@folha.com.br

RUY CASTRO

Qual Gaddafi?

RIO DE JANEIRO — Woody Allen disse certa vez que a Revolução Russa poderia ter acontecido muito antes de 1917. Mas os mencheviques, e os bolcheviques, atirando-se mutuamente às carótidas sobre o que fazer depois que fossem ao poder, custaram a perceber que o Tsar e o Czar eram a mesma pessoa. O mesmo pode ter se dado na Líbia, onde o delírio do ditador Muammar Gaddafi vem de longe, mas, até há pouco, os rebeldes não se decidiam sobre quem derrubar: Gaddafi, Khadafi, Gathafi, Quathafi, Qadhafi ou Qadhdhafi? Eu próprio, que nunca me dediquei apaixonadamente à biografia do homem e costume me perder quando abro um Atlas naquela região, já cheguei a pensar que fossem ditadores diferentes, talvez meio aparentados.

Vestígios dessa confusão ainda podem pairar por aí. É a única explicação para o fato de que Gaddafi, com 2/3 do território líbio em mão dos revoltosos, incluindo os poços de petróleo, abandonado por seus

embaixadores, antigos aliados e outros possantes veículos de comunicação, essa possibilidade de confusão existe. Uns pelos outros, eles já grafaram o nome de Gaddafi de 112 formas diferentes desde que o cujo tomou o poder, em 1969.

Na verdade, há um imbróglio nisto, mas de outra natureza: qual Gaddafi os EUA pretendem exortar? O atual, que o povo líbio sempre quis ver pelas costas, ou o de, digamos, 2008, que era louvado pela secretária de Estado americana Condoleezza Rice como "nosso forte parceiro na guerra contra o terrorismo" e cuja cooperação ela chamava de "excelente"?

Foi imenso o fracasso da ideia que existiriam "leis" quase naturais que determinariam a melhor forma de organização do sistema econômico e que elas poderiam ser "descobertas" e "exploradas" para servir à sociedade como construí-la.

Teve como resultado lamentável a descrença que hoje cobra a economia, pensada como "ciência" pelos economistas que sentem inveja da física. É preciso separar o joio do trigo. Trata-se de voltar à velha e modesta economia política (a criança) e jogar fora a água do banho (a economia).

A discussão metodológica é interminável e a ideológica insuperável! O fundamental é reconhecer: 1º) que na economia política, ao contrário da física, o agente (o átomo) reage, pensa, tem limites éticos fixados em sua cultura, imita o comportamento dos outros, tem memória e escolhe; 2º) que os parâmetros do espaço econômico são instáveis e suas condições estruturais, como consequência do aprendizado e da experiência, modificam-se com imensa velocidade quando comparadas aos do mundo físico.

Para dar um exemplo de como o comportamento dos agentes muda com a experiência, altera o espaço econômico e leva ao envelhecimento precoce da "teoria econômica", lembremos que em setembro de 1997, na sua reunião anual, o FMI garantiu que o livre movimento de capitais era fundamental: 1º) para melhorar a eficiência alocativa e acelerar o desenvolvimento econômico mundial; 2º) para aumentar a oportunidade de diversificação dos portfólios, o que beneficiaria os investidores e 3º) que da mesma forma que a liberalidade de comércio, a liberdade do movimento de capitais aumentaria a produtividade da economia e a eficiência do seu sistema financeiro.

E terminou triunfalmente: "Esses não são conceitos abstratos. Sugerem as oportunidades para que todos os países aqui representados possam beneficiar-se do acesso a ampla liberdade de movimento de capitais".

Pois bem, no dia 6 de janeiro de 2011, Caroline Atkinson, diretora do Departamento de Relações Externas do FMI, numa entrevista, em resposta a uma pergunta de como aquela instituição via as medidas de controle do movimento de capitais impostas recentemente pelo Brasil, afirmou:

"Vamos essa atitude como medidas macroprudenciais destinadas a fortalecer o sistema bancário do Brasil diante do enorme influxo de capitais. Elas podem ser apropriadas e são parte da caixa de ferramentas disponíveis".

Medidas macroprudenciais se destinam à primeira tarefa dos bancos centrais: manter rígido o sistema financeiro. Podem, sim, subsidiariamente, ajudar no controle da inflação. Ah., o poder de uma palavra! Tudo agora é "macroprudencial".

ANTONIO DELFIM NETTO escreve às vezes para o site www.conteudoemtopterra.com.br



A2 opinião

SEXTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2011

FOLHA DE S. PAULO

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MÃMÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
 Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA  
 Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MARCEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)  
 Diretor-executivo: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ALEXANDRE FERREIRA (circulação), MURILLO BRUNAR (circulação) E MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro)

## EDITORIAIS

edit@folha.com.br

### Inflação de confiança

Relatório trimestral do BC reafirma convicção de que pressão sobre preços estaria arrefecendo; mão de obra e serviços ainda preocupam

O relatório de inflação divulgado a cada trimestre pelo Banco Central constitui o principal meio de comunicação da autoridade monetária com a sociedade. E por meio dele que o BC expõe em detalhes seus cenários para a economia e apresenta projeções de inflação. A versão sobre o primeiro trimestre era muito aguardada, por ser a primeira na gestão do novo presidente, Alexandre Tombini.

O documento reafirmou a visão de que as pressões atuais sobre preços seriam passageiras, derivadas da alta das matérias-primas, já em fase de esgotamento. Nas projeções apresentadas pelo BC, a inflação ficará em 5,6% neste ano, mas convergirá para o centro da meta (4,5%) em meados de 2012 sem a necessidade de aumento significativo da taxa básica de juros, hoje de 11,75%.

Bastaria, para o BC, um aumento próximo a meio ponto percentual, muito menor do que supunha a maioria dos analistas há poucas semanas. O tom do documento deixa claro que mesmo essa alta discreta não estaria garantida e que sua adoção poderia ser parcelada em mais de uma reunião do Comitê de Política Monetária — ou até mesmo não ocorrer.

O BC também manifesta confiança de que estaria em curso uma desaceleração gradual da economia, tendo em vista a elevação já imposta aos juros, de um ponto percentual, e as medidas

prudenciais (compulsório bancário mais alto, restrições de crédito, aumento de IOF nas captações de empréstimos externos).

É elogiável a atitude do BC de não seguir uma política purista de juros e considerar de forma mais ampla o uso de medidas administrativas. Também parece positiva a aparente coordenação com o Ministério da Fazenda quanto ao prometido corte fiscal.

Por outro lado, o BC dá mostra de atribuir peso insuficiente a alguns riscos inflacionários. Os principais estão no custo da mão de obra e na indexação dos preços de serviços. Nos últimos dois meses houve surpresas no IPCA, e as projeções de inflação têm crescido — já ameaçam superar 6% e 5% para 2011 e 2012, respectivamente. A alta dos serviços corre a 8% ao ano e espera-se elevada indexação para 2012.

Por outro lado, o BC dá mostra de atribuir peso insuficiente a alguns riscos inflacionários. Os principais estão no custo da mão de obra e na indexação dos preços de serviços. Nos últimos dois meses houve surpresas no IPCA, e as projeções de inflação têm crescido — já ameaçam superar 6% e 5% para 2011 e 2012, respectivamente. A alta dos serviços corre a 8% ao ano e espera-se elevada indexação para 2012.

Por outro lado, o BC dá mostra de atribuir peso insuficiente a alguns riscos inflacionários. Os principais estão no custo da mão de obra e na indexação dos preços de serviços. Nos últimos dois meses houve surpresas no IPCA, e as projeções de inflação têm crescido — já ameaçam superar 6% e 5% para 2011 e 2012, respectivamente. A alta dos serviços corre a 8% ao ano e espera-se elevada indexação para 2012.

Por outro lado, o BC dá mostra de atribuir peso insuficiente a alguns riscos inflacionários. Os principais estão no custo da mão de obra e na indexação dos preços de serviços. Nos últimos dois meses houve surpresas no IPCA, e as projeções de inflação têm crescido — já ameaçam superar 6% e 5% para 2011 e 2012, respectivamente. A alta dos serviços corre a 8% ao ano e espera-se elevada indexação para 2012.

### A USP reage

Após forte repercussão negativa da notícia de que parcela crescente de alunos aprovados no vestibular estava abrindo mão de vagas conquistadas na Universidade de São Paulo (USP), a instituição começa a sair da letargia. Seu Conselho de Graduação aprovou ontem uma nova norma sobre os chamados "treineiros", alunos de ensino médio que fazem o vestibular só para testar seu desempenho na prova.

Com as brechas deixadas pelo sistema anterior, treineiros ditos "piratas", alunos de ensino médio sem os requisitos para matricular-se na USP, inscreviam-se no vestibular como se já os possuísemos. Assim agiam, supõe-se, para avaliar o próprio desempenho contra os de candidatos reais, e não contra os outros treineiros.

Convocados, não compareciam. Isso inflava as estatísticas sobre desistências, em prejuízo dos candidatos de fato interessados em vagas na universidade responsável por mais de um quinto da produção científica nacional.

Uma versão preliminar dos dados sobre as desistências indicava que quase um quarto dos convocados na primeira chamada do

vestibular deixava de efetuar matrícula. Um número alarmante, como se anotou neste espaço.

Em seguida a cifra foi corrigida, com expurgo dos treineiros piratas. A proporção de desistências caiu de modo considerável, para 16,4% — ainda assim, um número digno de nota. Mais importante: ele confirma uma tendência de alta desde o ano de 2005, quando 10% deixavam de matricular-se.

A mudança aprovada ontem tenta corrigir as distorções. Persiste, porém, o fato incômodo de que um sexto dos aprovados na USP desdenha a vaga obtida. Podem-se aventar razões benignas para o fenômeno, como a preferência por cursos mais próximos do local de moradia ou trabalho dos estudantes, agora que o acesso a faculdades privadas foi facilitado por bolsas do ProUni. Mas também é possível que a USP esteja enfrentando concorrência de outras universidades, particulares ou federais, no terreno da própria qualidade acadêmica.

A USP precisa agir com flexibilidade e inventividade para adaptar-se à nova situação. Tapar a brecha para a discrição dos treineiros piratas é só o começo.



FERNANDO DE BARROS E SILVA

JOSÉ SARNEY

### Guerra santa

SÃO PAULO — "Sobre o PSD, o meu pai sempre me recomendava: filho, lembre-se de santo Antônio de Pádua. Se não puder falar bem, não diga nada". Foi assim que o filho Alckmin se referiu ao novo partido do prefeito Gilberto Kassab.

Com ironia cortante e o brilho de uma lâmpada, associada ainda mais ao exemplo religioso, o governador marcou posição e fez um gol. Sua tirada "católica", com o perdão do santo, vale por dez insultos de arquibancada. Kassab, por sua vez, parece empenhado em fazer um concurso contra si mesmo: qual sua frase mais destruída sobre o PSD? "Não será um partido nem de direita nem de esquerda nem de centro" — essa é só a mais recente da coleção.

A reação do tucano à legenda arfida, que se oferece para todos os lados, atrás da melhor oportunidade, escancara de vez a cisão no atual bloco de poder em São Paulo. Vice de Alckmin, o agora "social democrata" Guilherme Afif comou a ser frito na Secretaria de Desenvolvimento. Fritura em fogo

brando, à moda do chuchu. Quem não está gostando desse enredo é José Serra, apontado como a única pessoa capaz de salvar a almeja Alckmin-Kassab em 2011. O tucano não admite disputar a prefeitura nem para a própria sombra. A menção ao assunto é o trilha.

Até por isso, Janio de Freitas foi certo ontem ao dizer ser difícil dissociar-se Alckmin falou "a favor ou contra Serra" ao defender, de forma explícita, que ele é o melhor ou único candidato em São Paulo.

Nessas condições políticas — e diante da performance de Kassab à frente da cidade —, não é à toa que o PT vislumbra desta vez uma janela de oportunidade maior para retomar o comando da capital paulista. O partido hoje tende a achar que Serra, por imposição da realidade, será o adversário. Mas, como não se sabe, por ora não interessa ao PT arrastar muito com Kassab. O prefeito é um potencial aliado, por cima, ou, mais provável, por baixo do pano. Como ensina Alckmin: se não puder falar bem, não diga nada.

ELIANE CANTANHÊDE

### Angústias existenciais tucanas

BELO HORIZONTE — Os oito governadores tucanos passam amanhã por um teste relevante e até curioso: vão mostrar ao dispositivo público e ao caríssimo eleitor se o PSDB pretende ou não exercer o papel que as urnas lhe delegaram — o de oposição.

Uma das principais bandeiras tucanas é (ou foi?) o combate à inflação, marco do governo Fernando Henrique Cardoso e do círculo virtuoso da economia brasileira. E eis que a inflação volta a rondar o país no governo Dilma Rousseff.

O Banco Central acaba de corrigir a estimativa de inflação de 5% para 5,6% neste ano e de jogar para 2012 (ou para as calendas?) o centro da meta de 4,5%. Enquanto isso, a previsão de crescimento vai no sentido inverso. Era de 5% para economistas laureados como os "pais do real" e de 4,5% para o governo. Agora é de 4%. Inflação em alta, crescimento em baixa...

Não bastasse, na quarta-feira, o dólar caiu 1,29%, bateu em seus valores mais baixos desde agosto de

2008 e deixou os exportadores descalabrados, enquanto os brasileiros encham as malas em Miami.

Pois bem, os governadores "de oposição" vão simplesmente calar? Vão forçar a comparação com o Plano Real de FHC e cobrar providências? Ou, ao contrário, vão ser todos elogios às medidas da presidente e do governo do PT?

A reunião, seguida de almoço com Afif e sem Serra, será aqui em Belo Horizonte, exatamente onde o ex-vice-presidente José Alencar recebeu ontem as últimas homenagens antes da cremação.

Ele nem era de oposição, mas sempre achou que tinha o direito e o dever de gritar contra juros altos, câmbio defasado, política econômica recessiva. Deve ser porque, além da coragem pessoal, era leal a suas posições e a seus princípios — coisas que andam em falta por aí.

PS 1 - O 3 de março passou e ninguém nem notou.

PS 2 - Capitão e deputado Bolsonaro, por que não te tratas?

eliane@folha.com.br

RUY CASTRO

### Marcas de fantasia

RIO DE JANEIRO — Não se trata de voltar ao tempo em que crianças tomavam algo chamado óleo de fígado de bacalhau sem esperear. Ou que os remédios traziam como chancela apenas o sobrenome de seu criador ou fabricante, como o Sal de Lives Pico, as Filas de Vida do Dr. Ross, o Vinho Reconstituinte Silva Araújo, e isso parecia bastar.

Longe também vai o tempo em que o nome no rótulo já indicava para o que servia o produto: Astirgossil (antisséptico bucal), Rugol (pomada para rugas), Odo-ro-no (desodorante), Nicotan (pasta dental para fumantes), Antisardina (creme para a cistite, como se anunciava) ou Lavohol (colírio).

Claro que, às vezes, a pessoa pode se enganar: quem marca de fantasia, a farmácia, achando que era uma antiferma, descobria que se tratava de uma firma de cozinha, própria para levar ao forno.

O normal era que remédio tivesse nome de remédio — Mellonal, Ciba-

lena, Atroveran, Enteroviofórmio, Colubiazol. E assim foi até há pouco. Mas, ultimamente, os laboratórios adotaram a tática de vender otimismo, ilusão e prazer na marca de fantasia. Os novos remédios — alguns deles, tremendois torpedos — evocam bombom, filme de arte, teatro, até sexo.

Dai que alguns dos antidepressivos mais populares de hoje se chamam Serenata, Citta e Exodus. Ou que um antibiótico atenda por Astro. Há também um remédio para a menopausa chamado Aplause. E outro, para dores neurálgicas, com o nome de Lyrica. Um conhecido anticoncepcional se chama Diane 35. E uma espécie de injeção leva o sugestivo nome de (com todo respeito) Penetro. Deve ser por isso que chamam de marca de fantasia.

Como hoje frequente mais farmácias que botiquins, até quem quer ser informado dessas novidades. E, como bom espírito de porco, meu favorito é um remédio para hipertensão chamado Capoteno.

### Alencar e seu destino

No meu tempo, não vi um político ser objeto de opinião tão unânime e receber uma solidariedade tão sem contrastes de todos os segmentos da sociedade quanto José Alencar.

Uns foram populares, mas não tinham unanimidade; outros tinham unanimidade, mas não eram tão populares. O segredo desse fenômeno foi o sofrimento. Ele dedicava as pessoas, mas pede um preço muito alto para a vida. As 17 cirurgias a que foi submetido, o morar nos últimos dois anos num hospital, o viver entre a esperança e a fé, muitas vezes vacilando numa e na outra, deram-lhe uma aura de homem santificado.

Todas as vezes em que fui visitado, estava inescrutável e comovido no seu ânimo forte, com determinação de lutar pela vida, em sua obrigação de submeter-se a todas as indicações que lhe eram impostas pelos médicos.

Eu me perguntava o que estava passando pela sua alma, qual a meditação que tinha sobre o transe de seus males, e isso me fazia admirar sua vontade de permanecer vivo.

Chegou a submeter-se a tratamentos experimentais, nos Estados Unidos e na Espanha, arriscando-se como os voluntários que no mundo inteiro aceitam ser cobaias.

Ele me disse que pensava nos outros doentes, que se sentiam beneficiados de sua submissão aos riscos dessa experiência de laboratório. Nunca sua cabeça baixou frente à morte. Ela é uma porta de mistério e de dor. Por isso mesmo, o padre Vieira dizia que Deus nos tinha dado a graça de só morrer uma vez. A ressurreição já seria, como dizia São Paulo, a eternidade, num mundo sem atribuições.

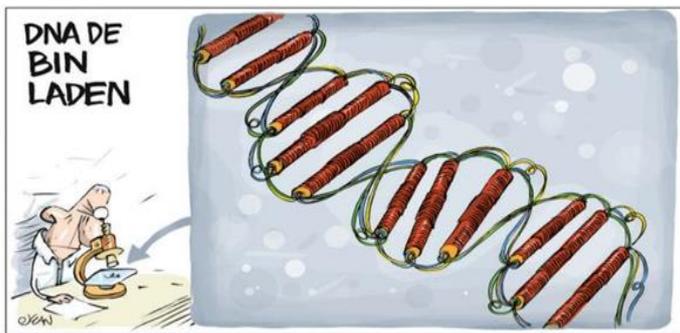
Sua vida tem a característica de sua precoce determinação. Nasceu com a vocação das trocas comerciais e, aos 14 anos, saiu de casa em busca do próprio negócio, que encontra aos 18, até tornar-se um dos maiores industriais do país.

Essa determinação punha em tudo que fazia a boa ambição do sucesso. Na política, após uma fase de inércia, encontra sua oportunidade e consagração na Vice-Presidência de Lula, que tinha por ele mais que veneração, um sentimento de imandade, de devoção e de sublimação da amizade.

Alencar teve a firmeza de apoiar sempre, solidário e leal, a causa que tinha abraçado, divergindo de suas hostes para juntar-se ao PT. Mas teve a coragem de discordar de determinadas políticas, como a dos juros, marca de sua coexistência e da sua consciência.

Deixa a lembrança de uma saudade no coração do brasileiro, rendido a sua simplicidade e a seu infeliz cliente da doença que lhe consumiu o corpo, mas foi incapaz de enfraquecer seu espírito.

JOSÉ SARNEY escreve às sextas-feiras neste jornal. jose.sarney@folha.com.br



A2 opinião ★ ★ ★ TERÇA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2011

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE SPALHO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
 Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA  
 Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LETTE, MARCELO COELHO, JANI DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLOVES ROSSI, CARLES HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (coordenador)  
 Diretor-executivo: ANTONIO CARLOS DE MOURA (Comercial), ALEXANDRE FERREIRAS (Tribunais/Inteligência), MURILLO RUSSAB (circulação) E MARCELO MACHADO GONCALVES (Financeiro)

## EDITORIAIS

### Euforia e cautela

**Morte de Osama bin Laden aumenta prestígio interno de Barack Obama, mas efeitos sobre ações terroristas em países ocidentais são incertos**

Em operação de inteligência que durou oito meses, destacada da guerra travada há quase dez anos no vizinho Afeganistão, forças especiais americanas localizaram e mataram o terrorista saudita Osama bin Laden em fortaleza, a cerca de 50 km de Islamabad, capital do Paquistão.

A eliminação do mentor do 11 de Setembro — com quase 3.000 vítimas, o mais letal ataque estrangeiro nos EUA — foi comemorada no país com contragrande euforia, a quatro meses do décimo aniversário dos atentados. O desfecho deixa, contudo, muitas dúvidas que cercam sobre consequências para o terrorismo de inspiração islâmica fundamentalista e para a política exterior norte-americana.

Por ora, é mais fácil constatar o efeito, nos EUA, sobre o prestígio político de Barack Obama, que acaba de lançar sua candidatura à reeleição em 2012. Com aprovação prejudicada pela recuperação lenta da economia, o presidente vinha sendo encastelado por uma oposição radicalizada, que no ano passado conquistou a maioria da Câmara dos Deputados.

Com a estagnação no front afetado e a incerteza trazida pelas rebeliões árabes, Obama era acusado de ser um comandante em chefe titubeante e fraco. Ao anunciar a morte de Bin Laden, ele reivindicou o sucesso da persistência na busca do terrorista e conclamou à volta do "sentido de unidade" que tomou o país dez anos atrás.

### A mensagem do Censo

Os dados do Censo 2010 não trazem novidades sobre a demografia do país que já não se conhecem por outras pesquisas. Mas revelam que fronteiras marcantes foram ultrapassadas na década.

O Brasil conta 190.755.799 habitantes. Há mais pessoas vivendo em cidades (84,4%) do que nos EUA (82%). O número de analfabetos caiu pela primeira vez abaixo de um décimo (ficou em 9%).

Outro resultado que chama a atenção é a composição populacional segundo a cor. Em 2000, ano do último recenseamento, 53,7% dos entrevistados declararam-se brancos. Dez anos depois, eram 47,7%. Entre não brancos, o contingente que mais cresceu na década foi o de autodeclarados pardos, de 38,5% para 43,1%.

Cresceu também o número de brasileiros que se encaixam na minoria de pretos (de 6,2% para 7,6%), segundo a discursiva nomenclatura do IBGE. Por ideológica que seja a operação de agrupar pretos e pardos, como prefere o movimento negro, há algo de positivo no fato inédito de somarem mais da metade da população.

Obama foi sóbrio o suficiente, porém, para não declarar vitória final sobre o terrorismo. Osama bin Laden ainda era o "líder espiritual" da Al Qaeda, rede de terrorista que, invocando uma vaga unificação islâmica na guerra aos "infieis", quis capitalizar a frustração de povos muçulmanos contra governos autoritários e corruptos, submetidos ao domínio de países ocidentais.

A Al Qaeda, no entanto, há anos se tornou uma espécie de franquia, em que filiais no Oriente Médio, no norte da África, na Ásia e no Cáucaso operam com independência relativa. Com o cerco a células terroristas no Ocidente, depois dos atentados de Madri (2004, 192 mortos) e Londres (2005, 52 mortos), ataques de impacto decrescem se concentram em países muçulmanos.

Essa é considerada uma das razões para o declínio do apelo do discurso fundamentalista, que esteve ao largo das revoltas atuais de populações árabes.

É difícil, porém, prever que a morte de Bin Laden vá acarretar redução do terrorismo. Na realidade, países ocidentais se preparam para um recrutamento inicial. Mas ela repõe duas dúvidas sobre a "guerra ao terror".

A primeira diz respeito a interações militares e ocupações prolongadas. A derubada do Taleban no Afeganistão retirou apoio importante para a Al Qaeda, mas foi uma ação focalizada que levou à morte do terrorista.

A segunda se refere à relação entre os EUA e o Paquistão. A planejada retirada de forças americanas da região deixaria aberto o flanco representado pela proximidade do serviço secreto paquistanês com grupos terroristas.

É preciso manter em vista que não se trata de uma classificação objetiva, muito menos científica, mas autoatribuída. O fato de cada vez mais pessoas se declararem pretas e pardas — seja porque a miscigenação aumentou, seja porque um número maior delas se sente confortável na condição — parece indicio forte de que o país começa a superar tais divisões.

Outra fronteira digna de nota a ser cruzada está no saneamento básico: hoje 55,5% dos domicílios estão conectados à rede de coleta de esgotos, contra 48,6% há dez anos. Se incluídas no cômputo as fossas sépticas, modalidade de esgotamento sanitário também considerado adequado, mais de dois terços dos lares brasileiros (67,1%) estão em situação aceitável.

O averso do quadro é que um terço da população nacional não tem banheiros para usar, ou não os tem em condições recomendáveis do ponto de vista da saúde. É um déficit grave no balanço social do nosso desenvolvimento.

Parafraseando slogans do novo e do velho governo do PT, caberia assinalar que país rico é país com banheiros e esgotos para todos.

### DNA DE BIN LADEN



### FERNANDO DE BARROS E SILVA

#### Década de Osama?

**SÃO PAULO** - "Em 10 de setembro de 2001, o terrorismo internacional praticado por fanáticos religiosos não era considerado um tópico especialmente importante. (...) Depois das 8h46 do dia seguinte, horário de Nova York, esse tipo de terrorismo tornou-se o único assunto de interesse."

Depois de dizer isso, Bill Emmott, editor-chefe da revista "The Economist" entre 1993 e 2006, conclui em seu livro "Lições do Século 20 para o Novo Milênio": "A verdade sobre aquele episódio singular, vista em retrospecto, é que nem a visão do 10 de setembro nem a do 12 de setembro são aspectos corretos".

O raciocínio serve para a morte de Bin Laden, subproduto do 11 de Setembro, quase dez anos depois. Os Estados Unidos estão equivocados, Barack Obama deu ao acontecimento grande relevo histórico e patriótico. Elogiou Bush, apelou ao sentido de unidade nacional e fez questão de repisar em seu discurso "eu fiz", "eu orientei", "eu mandei".

É certo que o cadáver de Osama

catapulta a popularidade de Obama. Fora isso, nada indica que o mundo ficou "melhor e mais seguro", como ele quer. A importância do assassinato de Bin Laden é simbólica. Até nos EUA especialistas dizem que a rede da Al Qaeda não mudou mais de seu mentor.

Olhando para a década em retrospecto, vale perguntar: o 11 de Setembro marcou o ascensão do fundamentalismo islâmico em sua cruzada contra o Ocidente? Ou foi, pelo contrário, o capítulo mais trágico da radicalização final e sintomática de um movimento declinante (responsável ainda pelos atentados de Madri e de Londres)?

O que se passa hoje no mundo árabe aponta para isso. Governos balancam e ditadores caem pela pressão das ruas, mas não há nenhum sinal de avanço do fundamentalismo. Pelo contrário, parece estar em curso naquela região uma espécie de "revolução burguesa", pró-capitalista, muito mais significativa dos ventos da história do que a morte de Osama, "o cara".

### ELIANE CANTANHÊDE

#### E eu com isso?

aquí nas nossas barbas. Ou pode ser questão de estilo: Colômbia-Ecuador foi na Lula-Anorim, EUA-Bin Laden, na Dilma-Patriota. Mesmo em "off" (quando autoridades não querem seus nomes publicados), as frases foram curiosas. Um condenou o terrorismo, outro lamentou as mortes nas torres gêmeas e nada mais disseram.

Quem foi um pouco além disse que o Bin Laden e o terrorismo, se solidarizar com as famílias do 11 de Setembro, não compreende o grande alívio com o fim de Bin Laden, mas não concorda com o método. Tentar conter o terrorismo pela força tende a ter efeito bumerangue: uma sensação momentânea de segurança e um recrudescimento de dimensões imprevisíveis.

A questão é como a operação norte-americana vai ser assimilada no peculiar mundo árabe: como um ataque só a Bin Laden ou uma demonstração de força para o Islã? Isso dependerá de realização, a força dinâmica da contraofensiva.

### CARLOS HEITOR CONY

#### O arco-da-velha

**RIO DE JANEIRO** - Não me dei ao respeito de assistir as bodas reais em Londres, tampouco me edificou com a subida aos céus de um quelismo em Roma, e muito menos fiquei pasmo com a volta do Delúbio Soares ao PT.

Mais do que nunca, deliqui minhas horas vagas ao meu próprio umbigo, marca que trago de nascimento e em torno do qual eu construí, com a oposição dos outros, o meu modesto destino.

Muita coisa acontece por aí, algumas importantes, outras nem tanto, multídes se formam para apoiar ou se deslamar com isso ou aquilo. Num ano qualquer do passado, um sujeito passou correndo e gritando para mim: "Um incêndio! Um incêndio!"

Pego de surpresa, no primeiro instante, quase corri também, mas logo descobri que não tinha nada a ver com o incêndio, não fora eu que botara fogo naquela casa, que não era a minha, nem de amigo: eu de conhecido meu, afinal o que iria fazer lá, além de atrapalhar os "soldados do fogo" — era assim que os jornais chamavam os bombeiros.

De qualquer forma, a vida humana, que é a soma de todos os umbigos que já existiram, existem e existirão, é formada por todos os umbigos, bodas santuosas, papas virtuosos e Delúbios duvidosos. Tudo e todos com os seus respectivos umbigos.

Aliás, fiz bem em me dedicar ao próprio umbigo, esbomando a moqueca da Inglaterra, a santidade dos papas e as idas e vindas do PT. Mexi em velhos papéis para limpar gavetas e arquivos. Encontrei coisas que minha tia-avó diria que eram "do arco-da-velha".

### DNA DE BIN LADEN



### VLADIMIR SAFATLE

#### Insultos à memória

Em Rondônia, há uma pequena cidade chamada Presidente Médici. Este é o mesmo nome de um estádio de futebol em Seropó.

Os paulistas que quiserem viajar de carro para Sorocaba conhecerão a rodovia Castello Branco. Aqueles que procurarem uma via sem semáforos para o centro da capital paulista poderão pegar o elevador Costa e Silva.

Há mesmo alguns paulistas que moram na rua Henning Bollesen, nome de um empresário dinamarquês, radicado no Brasil, que financiava generosamente a Operação Bandeirante e que, em troca, podia assistir e participar de torturas contra presos políticos na ditadura militar.

Há alguns anos, os sãocarlenses foram, enfim, privados da vergonha de andar pela rua Sérgio Fleury, nome de um dos torturadores mais conhecidos da história brasileira. Estes são apenas alguns exemplos da maneira aterradora com que o dever de memória é praticado no Brasil.

Se monumentos, cidades e lugares públicos podem receber o nome seja de ditadores que transformaram o Brasil em um Estado legal resultante de um golpe de Estado seja de torturadores sádicos é porque muito ainda falta para que a memória social sirva como garantia de que o pior não se repetirá. Sem esta garantia vinda da memória, os crimes do passado continuarão a destruir a substância normativa do presente, a servir de amparo à tirania e à nossa demência.

Lembremos como o Brasil foi capaz de legalizar o golpe de Estado em sua Constituição de 1988. Basta lermos o artigo 162, no qual as Forças Armadas são descritas como "garantidoras dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". Ou seja, basta, digamos, o presidente do Senado pedir a intervenção militar em garantia da lei (mas qual? Sob qual interpretação?) e da ordem (social? Moral? Jurídica?) para legalizar constitucionalmente um golpe militar.

Tudo isso demonstra como ainda não há acordo sobre o que significou nosso passado recente. Por isso, ele tema em não morrer. Um núcleo autoritário e violador dos direitos humanos nunca foi apagado de nosso país. Não é por acaso que somos o único país latino-americano onde o número de casos de tortura em prisões cresceu em relação à ditadura.

O que não deve nos surpreender, já que ninguém foi preso, nenhuma mea-culpa dos militares foi feita, ninguém que colaborou diretamente com a constituição de uma máquina de crimes atentou contra a humanidade foi objeto de repulsa social.

Que a criação de uma Comissão de Verdade possa, apenas, fazer com que o Brasil pare de insultar a memória dos que sofreram mais mãos de um Estado ilegal governado por usurpadores de poder. Que ninguém mais precise morar em Presidente Médici.

VLADIMIR SAFATLE, mestre de letras em literatura.



A2 opinião \* \* \* DOMINGO, 5 DE JUNHO DE 2011

FOLHA DE S. PAULO

**FOLHA DE S. PAULO**  
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.  
 Presidente: LUIZ FRIAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
 Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA  
 Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIUS FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)  
 Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (geral), ADALBERTO FERNANDES (industrial/tecnologia), MURILLO BRUSAN (circulação), MARCELO MACHADO GOMES (relações) E EDUARDO ALCAZAR (planejamento e novos negócios)

**EDITORIAIS**

**Em marcha lenta**

**Economia global emite sinais de que recuperação pode ser mais lenta; os tropeços na Europa, nos EUA e na China atrapalham uma retomada**

Depois de um início de ano mais positivo, com boas expectativas sobre a recuperação da economia mundial, nos últimos meses acumularam-se riscos importantes. De certa forma, assemelham-se ao que se viu no mesmo período do ano passado: fraqueza na economia dos EUA, crise na Europa e aperto monetário na China.

Os dados mais recentes indicam uma recada do crescimento norte-americano, de apenas 1,8% no primeiro trimestre. Até o momento, não há sinais de aceleração para o patamar de 3% esperado neste ano. A criação de empregos também perde vigor, com adição de apenas 54 mil vagas em maio, contra a média superior a 200 mil nos três meses anteriores.

É certo que parte dessa fraqueza decorre de fatores pontuais, como a subtração de renda ocasionada pela alta dos preços do petróleo, repassada imediatamente ao consumidor nos EUA. A interrupção das cadeias de produção industrial que se seguiu ao tsunami no Japão, por sua vez, contribuiu para a queda de quase 10% na produção de automóveis em maio.

Outra fonte de incerteza é a crise na periferia da Europa, que sofre uma recidiva. A recessão grega se mostrou muito mais profunda que o esperado, e o país não con-

seguiu cumprir as metas fiscais acordadas com a União Europeia (UE) e o FMI. Com isso, ficou evidente que seria impossível ao país voltar ao mercado em 2012 para obter financiamento, como era o plano original. Tornou-se inevitável um novo socorro oficial, que pode chegar a mais de 30 bilhões de euros, ora em negociação.

O fato é que a crise europeia é crônica. Episódios de recada serão frequentes, no ambiente recessivo da periferia. A Grécia muito dificilmente escapará de uma reestruturação da dívida.

Por fim, há uma grande incerteza sobre a economia chinesa, que ainda passa por pressões inflacionárias. Nesse meio-tempo, o governo chinês continua com sua política de aperto monetário, que já reduziu o crescimento de 10,5% ao ano no último trimestre de 2010 para 9% no primeiro deste ano. O temor é que haja uma desaceleração maior, para 7% ou menos, que seria danosa a outros emergentes.

No fim das contas, muito da desaceleração recente pode se mostrar temporária, pois o próprio temor de nova recessão derrubou os preços de matérias-primas e reduziu pressões inflacionárias.

A mensagem que fica, no entanto, é a de um mundo com duas velocidades de crescimento —muito fraca nos países ricos e muito forte nos emergentes. Como sobra capital nos primeiros (excesso de liquidez), especialmente nos EUA, os emergentes provavelmente continuarão a padecer de riscos inflacionários recorrentes.

**Pontos para a USP**

São positivas, ainda que pontuais, as mudanças no vestibular da Universidade de São Paulo (USP). Previstas para valer já no próximo exame, atendem à necessidade de ampliar o grau de exigência para o ingresso na universidade, ao mesmo tempo em que flexibilizam e racionalizam o processo de seleção.

Eleva-se, assim, a nota mínima exigida para que o candidato passe à segunda fase. Das 90 questões, era necessário acertar apenas 22 na primeira fase; o limite passa a 27. Vale dizer que esse mínimo só tem efeito nos casos dos cursos menos procurados; nas carreiras valorizadas, somente com pontuações bem mais altas o vestibulando consegue ser admitido na segunda etapa.

Valoriza-se, de todo modo, a obtenção de melhores resultados na primeira fase. No mesmo sentido, a nota alcançada nesse teste volta a contribuir para a média final do candidato. Diminui, por sua vez, o número de candidatos por vaga na segunda fase, diminuindo a proporção de três para um, passa a variar conforme o curso.

Em resumo, as alterações menos disputadas trarão a ter vagas preenchidas por candidatos com melhor formação geral (avaliada na primeira fase), diminuindo a importância relativa de suas habi-

lidades específicas (sobre as quais se concentra a segunda fase). A questão que persiste, naturalmente, é saber o que se entende por "formação geral" —se a soma total de conhecimentos muitas vezes específicos demais em física, biologia ou geografia, adquiridos de forma massacrante durante a preparação para o exame, ou a capacidade de transitar sem empecilhos básicos pelas áreas que compõem o patrimônio cultural científico da humanidade.

Outra modificação digna de nota é a que permite ao aluno refazer sua opção de carreira, caso sobrem vagas em determinado curso, mas só depois de publicada a terceira convocação dos aprovados. Procura-se, com isso, atenuar o problema, já comentado neste espaço, da existência de vagas ociosas em algumas das faculdades da USP.

A melhor notícia é a confirmação de que valerá, já no próximo ano, a concessão de um bônus de 15%, na nota da primeira fase, para os alunos formados em escolas públicas. O mecanismo, que tem dado bons resultados, contribui para que, antes privilegiado de poucos, o acesso a essa instituição se democratize mais, ao mesmo tempo em que se intensificam, por outras vias, os padrões de exigência que sempre a caracterizaram.

**NOVA BACTÉRIA**



**Uma confissão sub-reptícia**

**SÃO PAULO** —A chave do esquema Palocci aparece na seguinte frase de sua entrevista à *Folha*: "Quando a empresa [a que dava consultoria] tinha que lidar com órgãos públicos, não era o Projeto [a sua empresa] que fazia isso". Digamos que seja verdade, toda a verdade. Digamos também que seja legal. Mas é imoral, atético, indecente, não republicano. Seria preciso não a boa-fé que Palocci cobrou na entrevista à *Globo*, mas uma supina ingenuidade, uma inocência totalmente fora da realidade para acreditar que não há nessa situação uma promiscuidade clara entre o público e o privado. Vejamos como funcionam as coisas: uma empresa contrata a consultoria de um deputado que havia sido ministro da Fazenda (é um quadro importante no partido do governo e, logo, se torna ainda mais importante, ao ser designado coordenador da campanha da candidatura favorável à Presidência da República, afinal eleita. O deputado-consultor-futuro mi-

nistro dá as dicas que considera oportunas e, na hora em que a empresa que o contratou precisa "lidar com órgãos públicos", dispensa os conselhos do consultor, esquece de dizer ao órgão público que tem em contrato com Antonio Palocci? Você acredita nesse comportamento anêmico?

Enfim, depois de toda a "enrolação" levada ao ar na sexta-feira e ao papel ontem, quem sabe das coisas, como Fernando de Barros e Silva, dá Palocci como liquidado. Pode ser, mas o assunto não deveria ser liquidado se ainda sobrou alguma coisa interessado em moralidade pública.

Primeiro, é preciso investigar quais entre as contratantes de Palocci tiveram que "lidar com órgãos públicos" e no que resultou a lida. Segundo, é preciso acabar com o duplo emprego de parlamentares. Ou bem o sujeito é deputado ou senador ou bem é consultor. As duas coisas criam uma sórdida parceira público/privado.

**Vão-se os dedos, ficam os anéis**

**BRASÍLIA** —Não faz o menor sentido Antonio Palocci, chefe da Casa Civil pelo menos até o fechamento desta edição, demorar três semanas para dizer o que disse aos brasileiros em entrevista à *Folha* e à *Réde Globo*: que a Projeto, sua empresa de um empregado só, é legal e declarou seus ganhos à Receita. Isso ele poderia ter dito no primeiro dia depois que a *Folha* publicou a reportagem sobre a multiplicação do patrimônio dele por 20, incluindo um apartamento de R\$ 6,6 milhões que ele pagou praticamente "cash". Ou quando a mesma *Folha* informou que o faturamento da empresa fora de R\$ 20 milhões no ano eleitoral. Ou, ainda, quando acrescentou que, ao receber meta-de disso, já era chefe da transição e virtual primeiro-ministro. O principal continua soterrado por interrogações. Quem pagou? Por que pagou? Que consultoria mágica era essa? O resto dos recursos foi aplicado, doado ou está debruço do colchão? Ou seja: de onde veio e para onde foi o dinheiro?

Isso tudo sem falar que apartamentos, histórias mal contadas e dinheiros estranhos continuam se amontoando com a quebra do sigilo do caseiro Francenildo, que relatou a presença de Palocci numa casa esquisita onde rolavam malas de dinheiro e uma gente heterodoxa do Ribeirão Preto.

Como Palocci está no topo da pirâmide do governo, ao desabar deve arrastar Luiz Sérgio, das Relações Institucionais, e toda a coordenação política, facilitando uma rearrumação no Planalto que pode se espalhar pelo Congresso. Dilma tem uma crise, mas também a chance de um freio de arrumação.

Quanto a Palocci, não tem do que reclamar. Foi abandonado pelo PT, pelo governo e pela própria Dilma, mas manteve a fidelidade à clientela e está livre para simplesmente voltar à Projeto e às suas "consultorias". Bom negócio.

No caso dele, como eu disse ontem na Rádio Folia, vão-se os dedos, ficam os anéis. E que anéis!  
 elianec@uol.com.br

**"Temo que não dê certo"**

**RIO DE JANEIRO** —Já lembrei algumas vezes o velhinho do Iseli. Para quem não sabe, tratava-se de um grupo de intelectuais progressistas que se reunia todas as noites num casarão da rua das Palmeiras, em Botafogo, e era o contraponto ideológico da Escola Superior de Guerra, na Praia Vermelha, onde estava sendo articulado o golpe de 1964. Só foi lá uma única vez, para uma conferência de Jean-Paul Sartre. Mesmo assim, foi arrolado num IPM (Inquérito Policial Militar) que apurava a subversão contra o regime militar. A lembrança se resume num episódio: numa das noites, quase de madrugada, antes de se encerrar a reunião, um velhinho que ninguém sabia quem era, pediu a palavra. E com a voz trêmula de ancião, declarou: "Está tudo muito confuso, temo que não dê certo". Deve ter morrido, mas nunca o esqueci.

Seu brado de alerta continua atual. Que não está muito confuso, está. Dona Dilma é refém, o ministro Antonio Palocci bagunçou o governo, a base aliada está rachada por causa dos cargos que não vieram, a inflação está voltando? No momento em que a Alemanha vai desativar suas usinas nucleares, o Brasil concluiu a Angria 3 e construiu mais quatro dessas possíveis bombas de destruição? No início de seu governo, Lula tentou criar o Fome Zero, que apesar de muito batido, não decorreu. No caso dele, houve tempo para compensar o estrago com o Bolsa Família. Dona Dilma também está criando um projeto de impacto contra a miséria, mas dará certo? Tudo é possível, dizia sempre Machado de Assis. A nossa presidente tem fama de ser boa gerente, mas o cargo que ocupa é basicamente político, a gerência é um plus. E no plano político a coisa está muito confusa. Até quando durará o casamento do PMDB com o PT, cuja lua de mel está acabando? Haverá cargos para tanta gente? Por tudo isso, temo que não dê certo.

**Tomem a praça**

No dia 27 de maio, na praça Catalunha, em Barcelona, cartazes repudiavam a violência policial, pediam "democracia real já!" e um mundo mais justo para todos.

No dia 3 de junho, na praça da Sé, em São Paulo, os cartazes exibiam mensagem bem diferente: "compra-se ouro". Na praça Catalunha, naquele e nos três dias seguintes, jovens discutiam pelo fim dos privilégios dos políticos e dos banqueiros e diziam que ninguém os representava. Muitos se juntavam às conversas.

Por aqui, em São Paulo, pastores de meia-idade pregavam que "Jesus Cristo é a salvação". Poucos pedestres pareciam se importar.

Em Barcelona, uma barraca instalada pelos "indignados" oferecia gratuitamente atendimento a todos aqueles que se dispusessem a ficar na fila, independentemente de pertencem à manifestação.

Na Sé, os transeuntes vezem emolduradas, muitas vezes motivados pelo fone —o restaurante Bom Frato cobra R\$ 1 por refeição.

Enquanto em Barcelona seboras voluntárias usavam vassouras para deixar a praça Catalunha mais limpa, de forma a torná-la mais habitável, em São Paulo a limpeza da praça da Sé e de outras locais públicos serve também para que não sejam usados como abrigo à noite.

Aliás, o pretexto usado pela polícia catalã para desalojar os acampados naquela sexta, dia 27, foi a limpeza da praça. Apesar de a situação econômica do Brasil ser melhor do que a da Espanha —onde o índice de desemprego na faixa de até 25 anos é de 64,69%—, não se pode dizer o mesmo da situação política.

A simbiose entre o poder político e o poder econômico que o caso Palocci escancarou, sem entrar no mérito de sua legalidade, será tomada com naturalidade? Não seria justo exigir mudanças e mais transparência nos negócios feitos por políticos?

Assim, por que nossas praças também não pedem por uma democracia melhor?

A menção à Sé não é gratuita: em 26 de janeiro de 1984, esta *Folha* noticiou os "300 mil nus ruas pelas diretas" reunidos na mesma praça, em comício pela democracia.

São outros tempos, é verdade, e um comício representa modelo ultrapassado, algo que os jovens não querem.

Como esboça o autor catalão Federico Mayor Zaragoza, em seu livro "Delito de Silêncio", as novas gerações não querem mais ser contadas nesses eventos: querem ser levadas em conta.

Mas se a praça é do povo, como escreveu o poeta Castro Alves, que estudou a poucas quadras da Sé, no largo São Francisco, por que não tomá-la de novo?

RODRIGO RUSSO é coordenador de Artigos e Eventos da Folha.



A2 opinião ★ ★ ★ DOMINGO, 3 DE JULHO DE 2011

FOLHA DE S.PAULO

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

**Presidente:** LUIZ FRIAS  
**Director Editorial:** OTAVIO FRIAS FILHO  
**Superintendentes:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
**Editor-executivo:** SÉRGIO BALEIA  
**Conselho Editorial:** ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COLLOR, JÂNIO DE FREITAS, GILBERTO DREYER, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITZ, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)  
**Bureau-executivo:** ANTONIO DA SILVA DE MOURA (circulação), CARLOS BERNARDINI (finanças), MURILLO BRUSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONCALVES (finanças) E EDUARDO ALCAID (planejamento e novas negociações)

## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

### Itamar Franco

**Ex-presidente deixa como legado a imagem cada vez mais rara do político que, apesar das concessões, manteve-se fiel aos princípios da República**

Presidente do Brasil entre 1992 e 1994, tendo assumido o cargo depois do impeachment de Fernando Collor de Melo, a figura de Itamar Franco sofreu as consequências de ser situado num momento histórico marcado pela incerteza e pela incerteza.

Sua carreira política, no âmbito nacional, iniciou-se com a leve de opositoristas eleitos em 1974 ao lado de Marcos Freire e Paulo Brossard, no que viria a ser entendido como "PMDB autêntico", contrário ao regime militar.

De certa forma, Itamar se manteve, como poucos, fiel ao ideário implícito naquelas eleições. Tratava-se de investir num modelo de desenvolvimento nacionalista e democrático, que na interpretação vigente fora interrompido de forma brutal pelo golpe de 1964.

Ironicamente, o destino histórico terminou por contemplá-lo com o poder presidencial num momento em que essa visão já se revelava anacrônica. O nacionalismo peemedebista fazia pouco sentido em 1992, quando estava em pauta, acima de tudo, a modernização da economia e do Estado.

Nesse sentido, a Presidência de Itamar foi algo como um hiato entre dois governos que, a despeito de imensas diferenças, perseguiram o mesmo projeto. Tanto

Fernando Collor quanto Fernando Henrique Cardoso eram sensíveis aos imperativos da privatização e da redução do Estado, pontos que não feriam teclas sensíveis na mentalidade de Itamar.

A personalidade do antigo senador teve um peso nesse processo. Ao contrário do estereótipo típico do político mineiro, Itamar levava as convicções aos extremos do ressentimento.

Cedendo à tentação de ser vice de Collor, tudo se passou em seguida como se Itamar tivesse demonstrado, numa espécie de autocrítica e de autogestão, suas diferenças com o antecessor.

Mostrou-se intrínseco com a ética, cogitou uma volta ao velho Fúscia; seu atraso e sua modernidade se eclipsaram, porém, quando entregou as responsabilidades e os riscos do controle da inflação para Fernando Henrique, antigo coreligionário diante do qual se sentira traído depois.

No fundo, a própria história traía Itamar—seu nacionalismo estava fora de época. A história lhe deve, contudo, justiça. Foi sob seu governo que Fernando Henrique implantou o Plano Real, debelando anos e anos de inflação. Foi seu governo que recuperou um modelo de austeridade republicana do qual Collor era incapaz.

Resta, da imagem de Itamar Franco, menos a memória de um ex-presidente do que a nostalgia de uma figura cada vez mais rara: do homem que, apesar das concessões, manteve-se fiel aos princípios da República.

### Hackers em ação

O Brasil oferece um cenário quase ideal para os hackers, piratas eletrônicos que usam seus conhecimentos de informática para violar sistemas, obter dados sigilosos e outras atividades ilegais.

Os órgãos do governo federal de investigação e prevenção de crimes eletrônicos são incipientes e pouco equipados. A legislação, defasada, torna difícil punir os infratores mesmo na hipótese de que sejam encontrados.

Um futuro Centro de Defesa Cibernética ainda está em estágio embrionário e só deve ser instalado no segundo semestre deste ano. Dos cem profissionais previstos, só 20 trabalham no momento.

Sob o aspecto legal, o cenário não é menos desolador. Um projeto que tramita no Congresso desde 1999 estabelece penas para crimes cibernéticos. Encontra-se parado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

Como não existe um artigo específico no Código Penal para punir o acesso ilegal a redes de computadores, a polícia alega que só consegue enquadrar os infratores em normas vagas, como "atentado a serviço de utilidade pública".

A futura lei deve levar em conta as mudanças tecnológicas dos últimos anos. O objetivo tem de ser a punição de bandidos do mundo virtual, não a criminalização de quem faz uso da internet para, por

exemplo, baixar músicas.

A ameaça deixou, já faz algum tempo, o campo das teorias conspiratórias. Nas últimas semanas, hackers atacaram os sites da Presidência da República, da Petrobras, da Receita Federal, dos ministérios do Esporte e da Cultura, do Senado Federal e do IBGE.

Os danos, ao que se sabe, foram restritos, mas nada sugere que isso continue assim. Ataques ao redor do mundo já provaram sua capacidade de provocar estragos. Os Estados Unidos, onde funciona o poderoso Comando Cibernético, passaram a considerar ofensas virtuais como "atos de guerra".

A onda de ataques a sites do governo brasileiro vem somar-se a revelação, pela Folha, de que a correspondência eletrônica de Dilma Rousseff foi violada em 2010, quando candidata. O delinqüente tenta vender os dados.

A tecnologia perpassa todos os aspectos da vida cotidiana, da oferta de energia elétrica ao controle do tráfego aéreo, de mensagens de e-mail a sinais de trânsito.

O governo precisa aproveitar as alertas recentes para erguer barreiras e mecanismos de defesa compatíveis com o século 21.

Ao Congresso, cabe legislar a fim de fornecer os instrumentos adequados para punir os criminosos. Do contrário, o país continuará vulnerável a alguns cliques.



### O Real é de Itamar

**ATENAS-** O Plano Real, aquele que finalmente domou a intratável inflação brasileira, é sempre atribuído a Fernando Henrique Cardoso. Há certa lógica nisso: foi a equipe que FHC montou na Fazenda que, de fato, elaborou o plano e deu início à sua execução.

Contudo é injusto omitir que o presidente da República naquele momento chamava-se Itamar Franco—que, se não leva a glória de fato concebido, merece a homenagem pela coragem de bancar uma ideia onerosa.

Quando a presidente Dilma Rousseff escreveu a Fernando Henrique, louvando o seu papel na estabilização da economia, omitiu que esta ocorreu com Itamar Franco e foi mantida pelos seus dois sucessores. É justo, pois, resgatar esse papel, não porque todo morto sempre vive santo, mas porque ele é real, historicamente verdadeiro.

Do meu ponto de vista, vale lembrar outro aspecto relevante: de todos os presidentes com os quais dei nos 24 anos em que ocupo este

espaço, foi o que menos críticas recebeu, mas de longe, de muito longe. Não por condescendência ou por amizade ou qualquer coisa do gênero, mas porque o governo de Itamar Franco produziu poucos escândalos e anomalias, mesmo assim menções.

Conto um episódio singular para demonstrar, no detalhe, como Itamar Franco respeitava o cargo que ocupou no Planalto. Durante uma cúpula qualquer em Santiago, no Chile, ele não quis participar do almoço tradicional. Foi para o hotel, e lá ficamos os jornalistas no indefinido plantão, esperando uma palavra ou uma saída.

Itamar, de fato, queria sair para ir a uma reunião "center, mas não queria que o seguissemos, porque achava que não ficava bem um presidente ser visto—, acima de tudo, fotografado— em um local comercial, como um turista qualquer.

Costei ser banal, eu sei, mas ilustrativa de uma personalidade singular presidente por acaso.

clouvis@folha.com.br

### Itamar, o sucesso do acaso

**BRASILIA-** Itamar Franco foi o fundador e divertido protagonista de um gesto político antológico deste quarto de século desde a redemocratização. Um gesto exemplar.

Presidente por um desses acasos da vida e da política, num momento em que os brasileiros tentavam dividir o mundo entre "os bons" e "os maus" pelo ângulo da ética, Itamar chamou o então senador Antônio Carlos Magalhães em palácio. Quería explicações para o que ele dizia em público contra a honra do ministro Jutahy Magalhães, amigo pessoal de Itamar e inimigo político do lendário ACM na Bahia.

ACM estufou o peito, pôs um bojudo "dossie" debaixo do braço e lá se foi para o Planalto, pronto para acabar com a carreira política de Jutahy. Abriam-se as portas para a multidão de fotógrafos, espocaram os flashes. E Itamar: "Pode continuar!". ACM, subitamente desmontado: "Mas com eles aqui?"

Sim, com toda a imprensa ali, para expor de vez a tática maliciosa de ACM contra adversários e salvar

não apenas a carreira, como a honra e a imagem pública de Jutahy. Não deu outra. A montanha pariu um rato. Aberto o tal "dossie", o que havia era um punhado de papéis indítes e cópias de reportagens—da imprensa carlista da Bahia.

Esse era Itamar, um homem simples que se fazia de simplório, às vezes chegado a mulezeas, mas muito capaz de grandes gestos.

Na Presidência, foi beneficiado pela boa vontade com a transição e por uma sólida aliança que lhe deu sustentação política, dos militares à esquerda (com exceção do PT), na qual reclusa a figura de Fernando Henrique Cardoso.

Internamente, apoiou-se na "turma do pão de queijo"—velhos amigos mineiros que se digladiavam pela atenção do presidente e pela capacidade de influência.

A leucemia avassaladora o pegou aos 81 anos, em plena forma política. No Senado, mostrou vigor e coragem na crítica responsável e consequente, já está fazendo falta.

eliane@folha.com.br

### Malthus e as favelas

**RIO DE JANEIRO-** Mesmo hoje, há quem ainda acredite que a solução para a pobreza no Brasil seja o controle compulsório da natalidade dos mais pobres.

O malthusianismo extemporâneo, no entanto, está sofrendo duras golpes a cada nova pesquisa realizada pelo IBGE.

Na sexta-feira, o instituto divulgou dados do Censo que permitem comparar a população por bairros. Eles mostram que o número de crianças com até quatro anos de idade já está em queda em grandes favelas cariocas, como Rocinha, Alemão e Maré.

Ainda não é possível saber se a tendência é verificada nas demais favelas, e não significa que elas já pararam de crescer, mas é significativo que tenha ocorrido, pela primeira vez, nas três maiores.

O aumento da escolaridade feminina é uma provável explicação, pois é altamente correlacionado com a queda da fecundidade. Com mais instrução, crescem as perspectivas profissionais e a capacidade de planejar melhor a gravidez.

De dois anos 1990 ao final da década passada, o percentual de mulheres em idade fértil analfabetas funcionais caiu de 27% para 10%. O índice das que completaram o ensino fundamental cresceu de 37% para 70%.

Mesmo em favelas—como provaram os demógrafos José Eustáquio Alves e Suzana Cavenaghi—, mulheres que completaram o ensino fundamental já tinham, em 2000, fecundidade inferior à média de dois filhos.

Sabe-se que a escolaridade feminina tem efeitos positivos também sobre a mortalidade infantil e o desempenho de crianças na escola.

A queda da população com até quatro anos, em áreas mais pobres, abre, portanto, uma janela de oportunidade. É hora de aumentar significativamente o gasto per capita no período mais importante do desenvolvimento do ser humano: a primeira infância.

### Chávez: pior sem ele?

Há três décadas a América Latina não registrava taxa de crescimento tão alta quanto os 6,1% de 2010. Já a Venezuela, quarta maior economia da região, figurou entre os poucos países no mundo que nem sequer ensaiaram uma recuperação pós-crise financeira e amargaram recessões.

A lista de mazelas econômicas colecionadas pelo governo de Hugo Chávez em anos recentes não para por aí: inflação beirando 30% ao ano; rombo crescente nas contas públicas; fuga de investimentos estrangeiros; quebra da produção de petróleo.

Economia em frangalhos e insatisfação social caminham de mãos dadas. Não tem sido diferente na Venezuela.

As ruas do país viraram palco diário de protestos. Nos primeiros cinco meses de 2011 foram registradas 2.067 manifestações em todo o país—uma média de quase 14 por dia—, segundo o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACOS).

As reclamações mais comuns tangem problemas de moradia—que se agravaram com as últimas enchentes—e a criminalidade que faz de Caracas uma das cidades mais violentas do mundo. Das prisões superlotadas emergiram uma série de conflitos que resultaram em mortes.

Em meio à crise, Chávez governa remotamente. Está em Cuba há quase um mês e, na quinta-feira passada, teve de admitir que se trata contra um câncer no país amado.

Tentou-se mostrar otimismo, mas não revelou detalhes sobre a enfermidade.

A ausência e a doença repletas do líder têm sido motivo de investigação.

Talvez não reste muita dúvida na Venezuela de que o socialismo bolivariano é culpado pelos problemas do país.

As políticas nacionalistas espantaram o investimento privado e o governo foi ineficiente na administração dos ativos que colocou sob suas asas. Tudo isto mesmo com os preços do petróleo nas alturas em anos recentes.

Apesar disso, Chávez permanece bastante popular. Não surpreende. No poder desde 1999, ele aniquilou a oposição, que só recentemente começou a se reerguer.

Ao contrário de amigos, como Néstor Kirchner, da Argentina, em 2010, e Fidel Castro, de Cuba, não formou sucessor. Criou e incorporou a imagem de líder eterno, reforçada por mudanças constitucionais que eliminou limites à sua perpetuação no poder.

A recusa de Chávez em passar a Presidência interinamente para seu vice confirma sua força e a debilidade dos demais. Levanta também dúvidas sobre o risco de que um vácuo político criado por possível saída de cena repercuta em Chávez, que vive a Venezuela no caos social.

Com Chávez, pior sem ele? É pergunta legítima neste momento até para democratas que gostariam de ver o líder derrubado na eleição de 2012.

erica@folha.com.br



A2 opinião

QUARTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2011

FOLHA DE S.PAULO

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADA DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Editor-executivo: SÉRGIO BASTA

Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JÂNIO DE FREITAS, GILBERTO DREYER, CLOVIS FERREZ, CARLOS RIBEIRO CUNHA, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS e OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

Bienal de Executivos: ANTONIO FERREIRA DE MOURA (coordenador), MARCELO FERREZ (coordenador), MURILLO BRUSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONCALVES (finanças) e EDUARDO ALCANTAR (planejamento e vendas negativas)

## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

## Acordo decepcionante

**Pacote de corte de despesas evita calote americano, mas quase não traz alento para as economias combatidas dos Estados Unidos e da Europa**

Com a aprovação no Senado e na Câmara dos EUA, foi vencida a última etapa para elevar o limite de endividamento público americano, afastando o calote iminente. O acordo foi concebido para que os dois lados, democratas e republicanos, pudessem vendê-lo para suas bases políticas. Parece evidente, contudo, que republicanos levariam a melhor — e a economia mundial se avizinhou do pior.

O acordo prevê um corte de até US\$ 2,4 trilhões em despesas nos próximos dez anos. Em troca, haverá um aumento no limite de endividamento de US\$ 1,1 trilhões, a princípio suficiente para evitar um novo confronto político sobre o tema antes das eleições de 2012, como queria Barack Obama.

Os cortes de gastos serão feitos em duas etapas. A primeira, de US\$ 917 bilhões em dez anos, recairá sobre despesas que precisam ser aprovadas anualmente pelo Congresso. A segunda dependerá de uma comissão parlamentar a ser criada, que terá até novembro para reduzir o déficit em mais US\$ 1,5 trilhões.

Caso a comissão não conclua o trabalho no prazo, o acordo prevê cortes de até US\$ 1,2 trilhões, divididos entre orçamento militar e outras despesas.

Os detalhes do acordo pendem para os republicanos. Todo o ajuste recairá sobre gastos, sem um centavo de aumento de receitas, ao menos por ora. Obama ainda

podará trabalhar contra a renovação dos cortes de impostos para famílias mais ricas, medida dos republicanos que expira em 2012. Mas é incerto que o polarizado ambiente eleitoral permita ao presidente endurecer na matéria, depois do flagrante recuo.

Por fim, o corte é insuficiente para afastar o risco de um rebaixamento da nota de crédito americana nos próximos meses. Não resultará na estabilização da dívida em prazo visível, como queriam as agências de classificação de risco. Mas é incerto que o polarizado ambiente eleitoral permita ao presidente endurecer na matéria, depois do flagrante recuo.

Por fim, o corte é insuficiente para afastar o risco de um rebaixamento da nota de crédito americana nos próximos meses. Não resultará na estabilização da dívida em prazo visível, como queriam as agências de classificação de risco. Mas é incerto que o polarizado ambiente eleitoral permita ao presidente endurecer na matéria, depois do flagrante recuo.

Por fim, o corte é insuficiente para afastar o risco de um rebaixamento da nota de crédito americana nos próximos meses. Não resultará na estabilização da dívida em prazo visível, como queriam as agências de classificação de risco. Mas é incerto que o polarizado ambiente eleitoral permita ao presidente endurecer na matéria, depois do flagrante recuo.

## Dúvida na saúde paulista

Decreto editado pelo governo paulista, com o alegado objetivo de cobrar dos planos de saúde pelo atendimento a seus clientes em hospitais da rede pública, reavivou uma vez mais a polêmica sobre a chamada "dupla porta" — uma para pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde), outra para quem paga convênios médicos.

Toda vez que se discute esse ressarcimento há o receio — justificável — de que o serviço público, mantido pelos impostos de todos, dê privilégios à parcela da população que possui planos de saúde.

A falta de clareza do governo ao anunciar a sua decisão apenas ajudou a alimentar a controvérsia. A nova medida autoriza convênios médicos a incluir hospitais públicos gerenciados por organizações sociais (as OSS, entidades privadas sem fins lucrativos) na sua rede credenciada.

O governo Geraldo Alckmin (PSDB) afirma que não haverá dupla porta e só busca mecanismos legais para efetuar a cobrança por um serviço que já é prestado. Em instituições especializadas de excelência, como o Instituto do Câncer Octavio Frias de Oliveira, 20%

de, que não ressarce o Estado. Críticos temem que o decreto abra uma brecha para o atendimento diferenciado, como já acontece no Hospital das Clínicas. A dupla porta e a utilização que os planos de saúde fazem da rede pública sem pagar por isso são duas facetas da mesma moeda: o financiamento anêmico do sistema de saúde no país.

No primeiro caso, trata-se de uma saída pragmática, ainda que paliativa, para levantar recursos. No segundo, é questão de justiça, uma vez que os planos de saúde recebem anos e anos dos clientes, que depois recorrem à rede pública, sem custo para as empresas.

O governo estadual paulista alega que o decreto proíbe o atendimento preferencial. Cumpre, então, acompanhar de perto a implementação da medida, para controlar se não ocorrem desvios. Não se deve condenar, sem um exame mais detalhado, uma medida que pode ajudar a combater a falta de verbas em benefício privado. Essa injeção de recursos, estimada em até R\$ 500 milhões anuais, pode dar novo impulso à melhoria na qualidade ainda sofrível da saúde paulista.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA



FERNANDO DE BARROS E SILVA

## Problema dos outros

**SÃO PAULO** - Por que carros fabricados ou vendidos no Brasil chegam a atingir 200 km/h, 240 km/h, se a velocidade máxima permitida por lei nas estradas é de 120 km/h?

A pergunta pode soar estranha ou ingênua. Mas, infelizmente, por exemplo, que empresas pudessem produzir e fazer propaganda de maconha na TV, sem que o consumo da droga fosse liberado. Sim, é apenas um devaneio. Mas, feitas as ressalvas, é mais ou menos isso o que ocorre em relação aos carros.

A propaganda promete ao motorista uma vida de aventuras, emoções fortes, possibilidades ilimitadas. Velocidade, potência, conforto, status, mil sonhos ao volante. O carro é um símbolo da masculinidade, um "veículo" de prestígio e ascensão social. Daí a sensação de onipotência a distância é curta.

Não é o caso, evidentemente, de responsabilizar apenas os fabricantes e a propaganda pelas tragédias do trânsito. Nem de excluir os do problema. Não basta dizer, cingidamente, "dirija com moderação"

quando está claro que há uma cadeia de estímulos à ilegalidade. Apesar disso, o ponto principal está no comportamento de quem dirige, é óbvio. O carro se tornou uma espécie de arma e de armadilha, com as quais as pessoas sabem lidar para fazer a sua "guerra de todos contra todos", como dizia o filósofo Thomas Hobbes a respeito da vida em estado selvagem.

As maiores vítimas dessa guerra são os pedestres. No ano de 2010, quase metade das mortes no trânsito ocorridas na cidade de São Paulo foram por atropelamento (46%). Os motociclistas vêm em segundo lugar — são 35% das vítimas, porcentagem que aumenta a cada ano.

As mortes de motociclistas ou passageiros de carros correspondem a 15% do total (200 casos na capital paulista no ano passado). É uma marca que vem caindo — em 2005 foram 319 pessoas. Apesar de mais rápidos, os carros estão paradoxalmente mais seguros, o que é bom. Desde que não sejam, também, mais letais — para os outros.

FERNANDO RODRIGUES

## Dilma se move

**BRÁSILIA** - O lançamento, ontem, do pacote de benefícios para uma parte da indústria marca a primeira ação para valer da presidente Dilma Rousseff nessa área. Estava na hora. O governo acaba de entrar em seu oitavo mês.

A cerimônia no Palácio do Planalto foi precedida por um encontro entre Dilma e vários empresários. Essa foi a primeira reunião objetiva da presidente com alguns dos grandes empregadores do país. É uma novidade de tamanho razoável na gestão da petista.

Se o plano anunciado ontem valdar certo, é outra história. O Brasil tem uma série de reverses acumulados quando se trata de conceder incentivos à produção nacional. Durante décadas, os autos-móveis por aqui eram equivalentes aos modelos fora de linha no mundo desenvolvido. A reserva de mercado de informática foi outro crime de lesa-pátria: milhões foram injetados em empresas picaretas, que só fabricavam carcaças de computador e importavam o recheio.

Coincidência ou não, um setor agora agraciado com a redução de encargos é o de software. Também serão beneficiadas com a redução de encargos as indústrias de calçados, vestuário e móveis.

Ou seja, os bilhões que o governo deixará de arrecadar irrigando, sobretudo, uma indústria importante, mas com presença importante no mundo *software*, e grandes empregadores (setores de sapatos, roupas e móveis) que produzem itens de baixa tecnologia.

Baratada de Brasil Maior, a política industrial de Dilma não deve capturar o país para o topo das nações industrializadas. É um feitiço com arroz cujo resultado futuro é (no mínimo) incerto.

Ainda assim, é a primeira intervenção real do governo federal no mandato de Dilma Rousseff. A presidente decidiu quase sozinho os principais detalhes do pacote. Se tiver sucesso, receberá todos os louros da vitória. Se fracassar, não terá em quem colocar a culpa.

fernando.rodrigues@spglobo.com.br

RUY CASTRO

## Eterno e moderno

**RIO DE JANEIRO** - Até 1960, toda a produção dos "maiores filmes do cinema" seria pelo menos um título de Charlie Chaplin entre os dez finais — "Em Busca do Ouro" (1925), "Luzes da Cidade" (1931) ou "Tempos Modernos" (1936). Havia quem votasse nos três. Num espectro de dignos, com filmes, "O Caroto", de 1921, "O Grande Ditador", de 1940, e mesmo "Monsieur Verdoux" (1947) também costumavam aparecer. Sem contar suas obras-primas em curta e média-metragem, que não eram votadas. Mas, desde então, mudou a maneira de enxergar o cinema. Alguns cineastas perderam prestígio (Vitória de Sica, René Clair, Erich von Stroheim), outros ganharam (Hitchcock, Jean Vigo, Billy Wilder). Filmes como "Casablanca" e "Cantando na Chuva" passaram a estrelar listas para as quais nunca tinham sido convidados. Com a ascensão de novas listas (Fellini, Godard, Bergman), Chaplin desapareceu de muitas listas. Chocante

para quem, nos anos 20 e 30, era tido como o maior artista do mundo.

Uma exposição dedicada a Chaplin chegará à SP em outubro, trazida pelo Instituto Tomie Ohtake. Conterá fotografias, fotos, storyboards e cartões, abrangendo sua vida e obra. Ótimo. Tal mostra seria mais bem aproveitada se seus frequentadores conhecessem bem os filmes a que se refere. Mas eles não serão exibidos. Se o leitor já viu "Luzes da Cidade", levante o dedo.

Tudo o melhor Chaplin foi feito sob a égide do cinema mudo. Mesmo quando os filmes começaram a falar, em 1927, Chaplin manteve Carlinhos em silêncio. Daí, acusaram-no de conservador. Hoje, com a tecnologia que permite desmembrar uma imagem, descobriu-se que, ao contrário, Chaplin adotava os recursos mais modernos.

O DVD de "Tempos Modernos", de 2010, pela americana Criterion, revela a riqueza de efeitos especiais neste filme — invisíveis a olho nu e, até por isso, ainda mais geniais.

ANTONIO DELFIM NETTO

## Distorções

Analistas que se pensam portadores da "verdadeira" teoria econômica fizeram duras críticas às medidas complementares que, em legítima defesa, foram anunciadas pelo ministro da Fazenda.

Ninguém discute que seu uso precisa de moderação, porque tem larga influência na economia. As críticas mais fortes, entretanto, foram fundadas numa proposição absolutamente infundada: que a liberdade de movimento de capitais está implícita na natureza das coisas, como as "vantagens comparativas".

Por que infundada? Porque, em primeiro lugar, com relação ao comércio de bens, a teoria das vantagens comparativas é pouco mais do que uma relação aritmética engenhosa, verdadeira por definição. Em segundo lugar, porque a sua extensão ao movimento de capitais é apenas mais uma das analogias desproporcionadas com frequência negadas empiricamente.

Basta dizer que uma de suas conclusões é que elas flutuariam para seu uso mais produtivo, como investimento físico, para os países com maior taxa de retorno físico, maximizando, assim, a taxa de crescimento mundial! Trata-se de pura teologia com chance de tornar-se "ciência" somente num mundo habitado por anjos.

O que revela a ampla, e irrestrita liberdade de movimento dos capitais, é que ela, devido à flutuação do comportamento dos intermediários financeiros internacionais e da sua tendência à imitação e ao comportamento de "manada", cria movimentos destrutivos de "euforia" e "depressão" que perturbam as economias que, por motivos reais ou imaginários, escolhe como "bóias da vez".

Compromete a sua política monetária e retira da taxa de câmbio o papel decisivo de "preço relativo" que mantém em equilíbrio o balanço em conta-corrente. Até o FMI reconheceu isso, surpreendido pela crise de 2007-09.

São fatos claramente confirmados pela crise asiática de 1997-98 e, agora, no Brasil e em outros emergentes. Estes tornaram-se refúgio de incansáveis e espertos capitais bucaneiros sempre à procura de maior lucro financeiro. Retorno de qualquer natureza, mesmo o produzido pelo efetivo investimento direto que aumenta a oferta de bens e produtos, os únicos que realmente interessam aos emergentes.

Há dois sistemas financeiros: 1) o que está a serviço do processo produtivo de bens e serviços e é indispensável para o desenvolvimento econômico e 2) o que é um fim em si mesmo, controla o poder político dos Estados nacionais e, mais ainda, menos dia, interrompe o "circuito econômico".

Não deha de ser curioso ouvir que as medidas tomadas "causam distorções". Distorções em relação a quê? Ao sistema financeiro das "inovações", que se transformou em arma de destruição em massa?

ANTONIO DELFIM NETTO escreve às quartas-feiras para a coluna Opinião em [antonio.delfimnetto@terra.com.br](mailto:antonio.delfimnetto@terra.com.br)



A2 opinião ★ ★ ★ SEXTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2011

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA  
Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JÂNIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLOVIS ROSSI, CARLOS HENRIKSON, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (presidente)  
Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ADALBERTO FERNANDES (industrial) e EDUARDO ALCANTAR (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoria@folha.com.br

## Surpresa nos juros

Decisão que tirou meio ponto da taxa básica tem o mérito de mostrar capacidade de antecipação do BC e o risco de perturbar formação de preços



Não há registro, na breve história do regime brasileiro de metas para inflação, de uma decisão do Banco Central de baixar juros tão surpreendente como a tomada anteriormente, quando a taxa de curto prazo da economia foi reduzida em meio ponto percentual, para 12% ao ano. Em geral as surpresas ocorriam no sentido contrário — o BC era rápido e implacável no galitinho para aumentar a taxa Selic.

Explicar essa mudança pela nova composição — talvez menos ortodoxa — da diretoria do banco, porém, seria uma atitude simplista. Tomá-la, por outro lado, como sintoma de revés na autonomia do BC diante das pressões políticas do Planalto seria precipitado. Houve uma subversão, em escala planetária, no ambiente de exercício da política econômica desde a eclosão da crise de 2008. A dose cavalari de intervenção dos governos ricos para impedir uma depressão conquistou seu objetivo, mas produziu sequelas que se acumulam onde quer que se olhe.

Coube às economias emergentes o papel de sustentar a atividade global. Produziram e consumiram como nunca, estimuladas pela inundação de dólares oriundos do Fed, o BC americano. Desde o ano passado, no entanto, esse esquema dava sinais de exaustão. Dispararam os preços das matérias-primas, denominadas em dólares, respondendo aos empuxos da demanda e da política inflacionária do Fed. A inflação

começou a subir em todo o mundo emergente, e o BC aumentaram os juros na tentativa de freá-la. Até que eclodiu, em meados de 2010, um segundo episódio agudo de desaceleração econômica na Europa e nos EUA. A decisão do BC brasileiro tenta reagir, em antecipação, a esse novo quadro global. Preponderou a convicção de que a crise vai abalar a atividade econômica no Brasil, já às voltas com alguma desaceleração. A vantagem do corte inesperado de juros é mostrar que o BC também pode antecipar-se a uma queda da atividade que vislumbra e considera deletéria. As taxas brasileiras, afinal, continuam as mais altas do mundo. Não deixa de ser saudável o BC demonstrar a conhecidos arautos das finanças algum distanciamento.

Os riscos, contudo, não são desprezíveis. O principal deles é que a inflação ainda não baixou. A alta dos preços que responderam, sobretudo, ao mercado interno — pouco afetados pela crise internacional — está em 9% ao ano. A ousadia do BC brasileiro deveria continuar, portanto, apenas até o ponto em que não ameaça desorganizar o dispositivo de formação de preços no país, hoje ancorado no sistema de metas de inflação.

## Jovens no crime

Anteontem, um garoto de 11 anos foi condenado a 18 meses de medidas socioeducativas por participar dos distribúis em Londres, no mês passado. "Você parece pensar que ninguém pode parar o modo como você se comporta", disse o juiz, ao proferir a sentença. No Brasil, a realidade é outra. Um grupo de sete crianças, duas de 12 anos e as outras com menos que isso, depredaram o Conselho Tutelar da Vila Mariana, em São Paulo. Os dois maiores de 12 anos acabaram internados na Fundação Casa, mas os outros cinco foram levados a um abrigo — três deles fugiram em seguida.

Foi o episódio mais grave da série de ofensas protagonizadas por grupos de infratores jovens, a exemplo da "ganque das meninas", em bairros valorizados da capital, como Vila Mariana.

Esses casos atacam, outra vez, o debate sobre o que críticos consideram uma excessiva leniência do Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe qualquer medida privativa de liberdade para menores de 12 anos.

Não é a primeira vez, decerto, que o ECA fica sob fogo cruzado. O clamor por medidas mais duras ocorreu, por exemplo, na esteira das barbaridades cometidas, em 2004, por um adolescente contra um jovem casal em São Paulo e, mais recentemente, após o assassinato do menino João Hélio, no Rio — menores faziam parte do bando que arrastou o garoto. O ECA deveria, de fato, ser modificado para adaptar-se a uma realidade em que adolescentes cometem crimes hediondos. Uma das medidas necessárias é aumentar o tempo máximo de internação, hoje de três anos, para dez, em crimes como homicídio.

A atual onda de pequenos crimes cometidos por crianças menores de 12 anos, entretanto, não demanda mudanças no ECA. Nesse caso, a efetiva aplicação do diploma bastaria. O estatuto prevê acompanhamento de especialistas, matrícula e frequência obrigatórias em escola e inclusão em programas de apoio tanto aos jovens quanto às famílias — feixe de medidas que não tem sido colocado em prática a contento.



FERNANDO DE BARROS E SILVA

## Morrer em São Paulo

SÃO PAULO - Velórios sem a presença do defunto; cadáveres à espera de cremação, em casos em hospitais ou no IML; enterros realizados em condições precárias, até três dias depois da morte, fazem o fim do mundo, mas é São Paulo. Habitada a transbordar vírios, a cidade agora incorporou mais esse, de aspecto surreal, ao seu repertório: o caos funerário. Em condições normais, quando o postumamente funciona, esse serviço já costuma expor as pessoas a situações humilhantes. No seu momento de maior vulnerabilidade, famílias são submetidas a exigências e taxas absurdas, quando não a achacques e maus-tratos explícitos. Sob a burocracia kafkiana, há uma máfia que explora o monopólio desse "negócio da morte". A situação que se instalou na cidade nos últimos dias é de descalabro. Os funcionários do serviço funerário entraram em greve desde terça e decidiram, contra o esperado, não fazer mais do que a segunda-feira. Salvo algum recuo, até lá ho-

mens da guarda municipal, em número insuficiente, que devem ser enterrados pelo pessoal da limpeza dos cemitérios (que é terceirizado), já que os motoristas e os covetes estão de braços cruzados.

É a segunda greve desses servidores em pouco mais de dois meses, algo inédito. Em junho, a primeira paralisação, de dois dias, afetou todos os 22 cemitérios públicos da cidade e deixou pelo menos 120 corpos na fila, à espera de enterro. É possível que algo pior esteja acontecendo agora. Não dá para engolir uma greve como essa, com implicações tão cruéis, mas o que fez o prefeito para evitar a sua repetição em período tão breve, além de dizer, diante do caos, que agora será "implicável"? O serviço, como se diz, é "essencial", mas aqueles que o realizam são descartáveis.

A incompetência da prefeitura transformou a cidade numa Sucuba pelo asseso. Otorico não tinha mortos para enterro. São Paulo não consegue enterrar os seus.

GUSTAVO PATU

## Ousadas e desatinos

BRÁSILIA - Quando uma decisão inesperada ou não convencional produz bons resultados, foi uma ousadia. Se dá errado e é preciso recuar, uma imprudência. Em caso de dano irreversível, um desatino.

O governo foi ousado ao enfrentar a crise de 2009 com uma guinada na política econômica e medidas que fugiam ao figurino tradicional. Aquele sucesso em minorar a recessão e retomar o crescimento da renda ajuda a explicar a decisão de antecipada, inesperada e não convencional, de reduzir os juros antes de uma previsão consistente de queda dos índices de preços. A combinação de metas para a inflação e para os resultados fiscais foi adotada em um momento de humildade tecnocrática — depois que a ousadia de lançar o Plano Real sem um ajuste dos gastos públicos havia se tornado um desatino, no final da década passada, com a exploração do endividamento.

Dali em diante, o governo limitou sua autonomia decisória, impôs a si-lós uma lista de proce-

dimentos formais e criou uma rotina de satisfações públicas sobre suas condutas e razões. Essa previsibilidade vem sendo subvertida pelo aumento da autoconfiança entre as autoridades econômicas, com a ajuda da derrocada dos países ricos que costumavam pregar regras de bom comportamento aos emergentes.

A ousadia de 2009 deu lugar à imprudência de 2010, quando o excesso de gastos do ano eleitoral contou com a cumplicidade do Banco Central e as metas foram tratadas à base de brechas, margens e outras liberdades. Pudemos de antes não sendo deixados de lado. Na divulgação do Orçamento, mal se disfarçou que os números não eram compatíveis com a promessa de aperto fiscal de dias antes. Tampouco o presidente e o ministro da Fazenda disfarçaram a pressão pela queda dos juros — quando muito, apresentaram o tal aperto fiscal para ajudar a medida a não parecer um desatino.

gustavo.patuf@folha.com.br

RUY CASTRO

## Torcidas em paz

RIO DE JANEIRO - Eu não estava lá, nem em qualquer lugar, mas os veteranos me contaram. A primeira torcida organizada do Brasil nasceu em outubro de 1962, quando um cidadão chamado Jayme, 31 anos, baiano, Flamengo doente, porteiro da Polícia Federal e morador das Laranjeiras, sugeriu a seu vizinho Manuel, idade e profissão não sabidas, português, mas também Flamengo, pintarem uma faixa de morto com os dizeres "Avante Flamengo" e a afixarem na arquibancada do Fluminense, no Fla-Flu daquela semana.

O que eles fizeram, no meio do jogo. O pessoal do Fluminense cochilou alguma coisa, mas deixou entrar. Ao fim da partida, que terminou em empate, Jayme e Manuel, cada qual numa ponta, saíram correndo com a faixa pelo gramado. Nunca se viu aquilo. A polícia fez menção de abrotá-los, mas os jogadores do Flamengo se juntaram à volta olímpica. E, então, surpresa: as atitudes do Fluminense aplaudiram.

Nos jogos seguintes, mais fatxas e adesões. Laura, 23, mulher de Jayme, também portou e também Flamengo, passou a costurar bandeiras para o grupo que só fazia crescer. Para os jogos no subúrbio, fretavam bondes e saiam, embandeirados e cantando, do largo da Carioca. Uma banda militar se incorporou para tocar marchinhas — Ary Barroso ouviu e reduziu a uma charanga desafiada. Pois ali se chamou Charanga, com monograma bordado na camisa.

O "Jornal dos Sports", do idem rubro-negro Mario Filho, a promoveu. O Flamengo foi campeão em 1962-63-64 e todo ano havia Carmaval fora de época. Os outros clubes foram atidos com suas organizações, comandadas por amigos de Jayme, que lhes emprestou know-how — as torcidas eram famílias, não podia haver fogos nem palavrões. E assim, por muitos anos, elas conviviam em paz.

Jayme de Carvalho morreu em 1976. É nome de rua em Resende.

MARINA SILVA

## É ilegal e desmata

Na última semana, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) entregou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado seu relatório sobre o projeto do Código Florestal. Não surpreendeu.

Manteve todos os vícios de origem, que agredem a Constituição, trazem insegurança jurídica e frentariam novos desmatamentos. Poderia ter melhorado, agregando contribuições dos cientistas e especialistas ouvidos no Congresso. Poderia ter esperado a reunião com juristas. Mas não. Passou recibo e assinou embaixo.

Isa se emboca operação política para que, rapidamente, esses retrocessos sejam legitimados. No Senado, parece haver articulação entre governo e ruralistas para que se aprove o projeto com rito sumário na CCJ. É o que se depreda da manifestação pública da ministra do Meio Ambiente, sinalizando aprovação ao relatório, e das declarações da presidente da Confederação Nacional da Agricultura à imprensa sobre um suposto acordo com o relator na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana (PT-AC), para votá-lo até outubro.

As coisas começam a ficar mais claras. Senão, como entender a lamentável decisão de entregar a relatoria de três das quatro comissões que analisam o Código no Senado para um mesmo senador, aquele que fez uma lei estadual flagrantemente inconstitucional, reduzindo a proteção das florestas em Santa Catarina, equívoco que, agora, está pronto para todo o país?

Repete-se o distanciamento entre a posição do Congresso e a vontade da sociedade, acrescido da tentativa de criar a falsa sensação de que o projeto é equilibrado e bom para as florestas. Isso não é verdade.

Nenhuma das sugestões dos ex-ministros do Meio Ambiente foram consideradas. Tampouco os dois cientistas. Segundo uma primeira avaliação do Comitê em Defesa das Florestas, integrado por CNBB, OAB, ABL, entidades ambientalistas, sindicais e empresariais, o relatório não só não corrige os retrocessos, mas os consolida e aprofunda (ver [minhamarina.org.br](http://minhamarina.org.br)).

Transferir competências à União para os Estados vai promover uma guerra ambiental e gerar legislações permissivas, antiambientais e irresponsáveis. Juristas de renome, como o ministro Herman Benjamin, do STJ, têm alertado para a necessidade de observância do princípio jurídico da "proibição de retrocessos". Ele entende que o projeto reduz a proteção das florestas, em vez de ampliá-la.

O debate no Senado pode ser mais amplo, profundo e sem pressa. Todos os argumentos e questionamentos devem ser analisados com isenção. É inaceitável que a manobra rural-governista em curso corralge por terra a esperança depositada no Senado e nos compromissos de não retrocesso assumidos pela presidente Dilma.

MARINA SILVA escreve às sextas-feiras nesta coluna.



A2 opinião ★ ★ ★ TERÇA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2011

FOLHA DE S. PAULO

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADA DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

**Presidente:** LUIZ FRIAS  
**Diretor Editorial:** OTAVIO FRIAS FILHO  
**Superintendente:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
**Editor executivo:** BERGO RIVLA  
**Conselho Editorial:** ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LETTE, MARCELO COELHO, JANIUS FREITAS, GILBERTO DIMANTER ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANDIL, TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (coordenador)  
**Diretores executivos:** ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ADALBERTO FERNANDES (industrial/tecnologia), MURILLO BRASSA (circulação), MARCELO MACHADO GONCALVES (divulgação) E EDUARDO ALCAZAR (plano de negócios e novas mídias)

## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

### A agenda dos juros

**Da caderneta de poupança ao crédito de longo prazo, passando pela indexação, são vários os obstáculos para baixar o custo do dinheiro**

Se o governo federal quiser cumprir sua meta de reduzir com velocidade os juros básicos, a fim de aproveitar uma oportunidade oferecida pela paralisia global, terá de desbaratar limitações estruturais que travam a queda das taxas no Brasil.

A mais significativa é a ganstancia da máquina pública, que precisa de um festo duradouro. Sem ele, o controle na boca do caixa continuará sendo a tónica — e pouco confiável — alternativa para sustentar o programa.

No campo da política de juros e de crédito, a agenda é extensa. Um ponto importante, que se tornará urgente caso os juros caiam abaixo de 9%, diz respeito à remuneração da caderneta de poupança.

A regra vigente assegura ganho de 6% ao ano, mais a variação de uma taxa de referência, a TR, hoje em torno de 1,2% ao ano. Em contraste com outras aplicações, a poupança é isenta de imposto de Renda e tem garantia do governo.

Caso a caderneta se torne mais atrativa no cotejo com as opções tradicionais de investimento, causará distorções na alocação do dinheiro. Até os recursos que hoje financiam a dívida do governo poderiam ficar mais escassos e, assim, mais caros. Isso entraria em conflito com o próprio objetivo do Planalto, que é baixar, e não aumentar, o custo do crédito (juros).

### Tragédia mexicana

O resultado dos cinco anos de guerra contra as drogas no México reforça os perigos de empregar os militares no combate ao crime.

O Brasil, onde não faltam apologistas de intervenções militares permanentes, deveria tomar como alerta a experiência mexicana.

A violência no país norte-americano é epidêmica, com um saldo de 40 mil mortos desde 2006 — mais de 15 mil apenas no ano passado. É bem verdade que a maior parte dos homicídios se dá entre os próprios bandidos, e apenas 3% dos municípios concentram dois terços dos crimes.

Mas a guerra contra o tráfico de drogas não está restrita a focos de violência. Em agosto, um cassino foi incendiado, à tarde, em Monterrey, deixando 52 mortos.

O conflito também teve efeito nefasto sobre a imprensa mexicana, que pratica autocensura na tentativa de poupar a vida de seus profissionais. Até comentários em redes sociais levaram a ameaças e assaltos contra jornalistas nos últimos dias.

A entrada do Exército no combate aos traficantes trouxe várias consequências deletérias. A incapacidade de domar a violência le-

va a percepção de que o problema do crime é insolúvel. Se nem os militares foram capazes de colocar ordem na situação, o Estado estaria, irremediavelmente, à mercê dos criminosos.

Outro ponto negativo é a contaminação das Forças Armadas, entidade que em última instância deve garantir a soberania do país. O contato prolongado dos militares com os criminosos leva a casos de desvios. Em um exemplo recente, 13 soldados foram presos sob acusação de envolvimento com o tráfico — carregavam 30 kg de cocaína e uma tonelada de anfetamina.

O tema da guerra ao tráfico será central na eleição presidencial, marcada para julho do ano que vem. Isso apesar do bom desempenho recente da economia do país, que cresceu 5,5% no ano passado.

A tragédia produzida pelo narcotráfico no México, vale lembrar, não se explica sem os EUA. Há décadas as políticas de Washington privilegiavam a repressão fora de suas fronteiras e os investimentos para evitar a entrada de narcóticos no país, enquanto a máquina de consumir drogas acima do rio Grande não dá mostras de arrefecer.

### SUPERSALÁRIOS

**SÃO PAULO** — Mais do que formas platinônicas e paroxísticas matemáticas, a pergunta do título evoca um problema organizacional concreto dos Estados modernos, do que dá prova a polêmica em torno do CNJ.

A corregedora do órgão, Eliana Calmon, afirmou que a magistratura tem "gravíssimos problemas de infiltração de bandidos que estão escondidos atrás das togas". Traduzindo para a lógica formal, ela profere um juízo particular contingente que pode ser resumido na fórmula: "existem magistrados corruptos".

Até as pedras sabem que isso é verdade no Brasil, na Finlândia, em Viena e provavelmente em qualquer lugar onde interajam juizes, jurisdicionados e dinheiro.

O CNJ, porém, não partilha da sabedoria das rochas. Doses de 15 integrantes do conselho assinaram uma nota em que reparam a corregedora por "acusações levianas". Como não há justificativa lógica para essa interpretação, é forçoso concluir que foi mais o "esprit de corps" do

que a boa hermenêutica jurídica que moveu os magistrados, o que nos leva ao cerne do problema: o corporativismo inscrito na natureza humana.

Já no século 18, os primeiros teóricos da democracia perceberam a necessidade de dotá-la de um sistema de freios e contrapesos pelo qual diferentes agentes e segmentos do Estado limitariam o poder uns dos outros.

Acolta funciona melhor na teoria do que na prática. Algumas pontas, como a dos que julgam os julgadores, acabam meio soltas. De um lado, esses metalizes precisam ter o saber técnico, o que praticamente limita a escolha a magistrados. De outro, é preciso evitar os perigos do corporativismo, do qual, como vimos, nem a cúpula do Judiciário está livre. Aqui, não há solução perfeita. O julgamento "inter pares" pode ser uma necessidade, mas o "inter pares" não. Se não há como evitar que um juiz seja julgado por outro juiz, é preciso impedir ao menos que seja o seu amigo e vizinho de sala.

HÉLIO SCHWARTSMAN

### Quem julga os julgadores?

HÉLIO SCHWARTSMAN

### SUPERSALÁRIOS

**SÃO PAULO** — Mais do que formas platinônicas e paroxísticas matemáticas, a pergunta do título evoca um problema organizacional concreto dos Estados modernos, do que dá prova a polêmica em torno do CNJ.

A corregedora do órgão, Eliana Calmon, afirmou que a magistratura tem "gravíssimos problemas de infiltração de bandidos que estão escondidos atrás das togas". Traduzindo para a lógica formal, ela profere um juízo particular contingente que pode ser resumido na fórmula: "existem magistrados corruptos".

Até as pedras sabem que isso é verdade no Brasil, na Finlândia, em Viena e provavelmente em qualquer lugar onde interajam juizes, jurisdicionados e dinheiro.

O CNJ, porém, não partilha da sabedoria das rochas. Doses de 15 integrantes do conselho assinaram uma nota em que reparam a corregedora por "acusações levianas". Como não há justificativa lógica para essa interpretação, é forçoso concluir que foi mais o "esprit de corps" do

VLADIMIR SAFATLE

### Para além dos partidos

VLADIMIR SAFATLE

Costuma-se dizer que a democracia depende de partidos políticos fortes. No entanto talvez fosse mais correto dizer que ela depende da possibilidade de mobilizações populares para além dos partidos.

É importante lembrar isso em um momento histórico como o nosso, onde a força transformadora da forma-partido se esgotou.

Desde o início do ano, o mundo assistiu a uma sucessão impressionante de mobilizações populares. Tunísia, Egito, Israel, Chile, Espanha, Grécia, Síria, Bahrein, Reino Unido e, agora, os EUA — com as ocupações de Wall Street por "indignados".

Esses foram os momentos históricos em que mobilizações ocorreram em forma não global.

Olhando mais calmamente para elas, notam-se dois importantes pontos em comum: a presença maciça de jovens e uma organização feita a despeito dos partidos.

É bastante clara aqui a consciência de que a forma-partido, como a conhecemos, parece bloquear o campo do político e emboratar a criatividade social exigida pelo confronto com novas situações. Os partidos não estão na vanguarda, mas a reboque dos processos.

São os jovens que, sabiamos, sentem mais claramente essa realidade. Por isso, eles não parecem dispostos a se engajar em partidos que submetem a inventividade do político ao raciocínio estratégico do dia. Na verdade, eles estão à procura de outra forma de organização política.

Muitas vezes, alternativas dessa natureza foram conjeturadas no interior da lógica "mudar o mundo sem conquistar o poder". Bem, o que se quer dizer a respeito desse raciocínio é: os detentores do poder agradecem.

Além de se afirmar na seara internacional, Dilma aproveitou para ganhar mais uns pontos internos. Não só da terceira idade, mas também dos que adoram o escanteio de Ricardo Teixeira.

O problema, porém, é outro: a infraestrutura vai ficar pronta? [www.fox.com.br](http://www.fox.com.br)

Há de se reconhecer a complexidade da equação: não aceitar o modelo de gestão do poder baseado na forma-partido sem cair em alguma forma de crença no espontaneísmo reitor da "vontade política". Pensando nisso, talvez vejamos em alguns anos o aparecimento de algo como agremiações eleitorais compostas por vários pequenos grupos políticos que se unem para disputar eleições e modificar, por dentro, a lógica restrita da democracia parlamentar.

Modificação que permita a abertura da vida social para uma democracia com mais densidade de participação popular e com menos medo de uma soberania que se manifeste sem a necessidade de representações.

Carto é que, no mundo inteiro, os partidos não encançam mais.

Vladimir Safatle escreveu há terças-feiras nesta coluna.

### SUPERSALÁRIOS

**SÃO PAULO** — Mais do que formas platinônicas e paroxísticas matemáticas, a pergunta do título evoca um problema organizacional concreto dos Estados modernos, do que dá prova a polêmica em torno do CNJ.

A corregedora do órgão, Eliana Calmon, afirmou que a magistratura tem "gravíssimos problemas de infiltração de bandidos que estão escondidos atrás das togas". Traduzindo para a lógica formal, ela profere um juízo particular contingente que pode ser resumido na fórmula: "existem magistrados corruptos".

Até as pedras sabem que isso é verdade no Brasil, na Finlândia, em Viena e provavelmente em qualquer lugar onde interajam juizes, jurisdicionados e dinheiro.

O CNJ, porém, não partilha da sabedoria das rochas. Doses de 15 integrantes do conselho assinaram uma nota em que reparam a corregedora por "acusações levianas". Como não há justificativa lógica para essa interpretação, é forçoso concluir que foi mais o "esprit de corps" do

### SUPERSALÁRIOS

**SÃO PAULO** — Mais do que formas platinônicas e paroxísticas matemáticas, a pergunta do título evoca um problema organizacional concreto dos Estados modernos, do que dá prova a polêmica em torno do CNJ.

A corregedora do órgão, Eliana Calmon, afirmou que a magistratura tem "gravíssimos problemas de infiltração de bandidos que estão escondidos atrás das togas". Traduzindo para a lógica formal, ela profere um juízo particular contingente que pode ser resumido na fórmula: "existem magistrados corruptos".

Até as pedras sabem que isso é verdade no Brasil, na Finlândia, em Viena e provavelmente em qualquer lugar onde interajam juizes, jurisdicionados e dinheiro.

O CNJ, porém, não partilha da sabedoria das rochas. Doses de 15 integrantes do conselho assinaram uma nota em que reparam a corregedora por "acusações levianas". Como não há justificativa lógica para essa interpretação, é forçoso concluir que foi mais o "esprit de corps" do

ELIANE CANTANHÊDE

### De escanteio

ELIANE CANTANHÊDE

**BRASÍLIA** — Foi uma pena o presidente da Fifa, Joseph Blatter, ter dado o cano e enviado o seu segundo, Jérôme Valcke, para enfrentar o touro, ou "torra", a unha.

Dilma Rousseff, que atropelou bofetão o Ricardo Teixeira, a CBF, saiu do Brasil com um discurso na ponta da língua para defender o país e as leis brasileiras para a Copa. Ela falou e disse.

O governo pesquisou as duas últimas Copas para se preparar não só para sediar os jogos, mas também para segurar o tronco das pressões da Fifa, que não são poucas e às vezes são tipo chute na canela. Exemplo: quando Blatter critica o cronograma brasileiro e lança dúvidas sobre a capacidade do país de fazer um bom trabalho, um bom espetáculo, e diz que "a Copa é amanhã e o Brasil não sabe se é depois de amanhã".

Uma das experiências foi a da África do Sul (2010), que teve de suportar a ingerência e a arrogância da Fifa, quase uma intervenção. Outra foi a da Alemanha (2006), que negociou

de homem para homem, apesar de igualmente liderada por uma mulher, Angela Merkel.

As consultas foram principalmente em conversas olho no olho, ora entre embaixadores, ora entre assessores políticos, ora entre envolvidos diretamente na organização e realização das Copas. Evidentemente, a experiência da África do Sul mostra o que o Brasil não deve engolir, e a da Alemanha dá pistas de como reagir à altura.

Dilma até pode, e deve, ceder em pontos daqui e dali. Afinal, a Copa não é do Brasil, é do mundo. Mas sem agredir as leis brasileiras. Uma questão de honra para ela é garantir meia-entrada para os acima de 60 anos.

Além de se afirmar na seara internacional, Dilma aproveitou para ganhar mais uns pontos internos. Não só da terceira idade, mas também dos que adoram o escanteio de Ricardo Teixeira.

O problema, porém, é outro: a infraestrutura vai ficar pronta? [www.fox.com.br](http://www.fox.com.br)

CARLOS HEITOR CONY

### C'est la guerre

CARLOS HEITOR CONY

**RIO DE JANEIRO** — As guerras não são feitas para serem vencidas, mas para serem contínuas. Cito de memória um diálogo de George Orwell ("1984"), uma ficção científica que, em alguns momentos, é mais científica do que ficção. Sobretruído quando mostra a sociedade humana em busca de seu ponto ótimo, de sua perfeição, da qual resulta a pior e mais cruel forma de tirania.

Em nome do bem supremo, da paz social e pessoal, o Estado toma conta de tudo, dispondo de uma tecnologia avançada que vigia cada ato do cidadão, punindo com a morte a morte aqueles que de alguma forma não seguem as regras do poder encaixado no grande irmão — ou seja, o próprio Estado.

Na realidade, essa sociedade perfeita criada por Orwell está em permanente guerra com outras sociedades ou consigo mesma. As batalhas se sucedem e se alternam, uma é ganha, outra é perdida, não tem repêndio. A guerra é como o show que

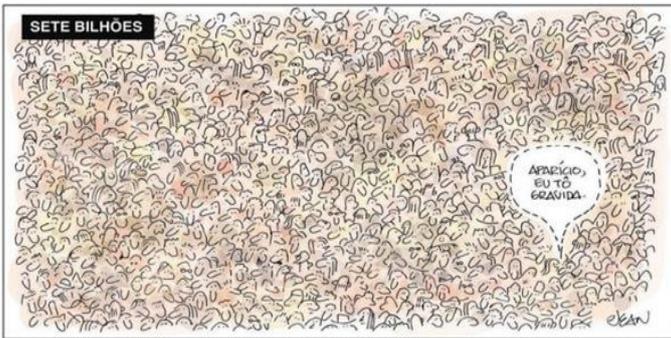
não pode parar, ganha-se uma para ter direito a entrar em outra.

Olhando a história da humanidade de um ponto de vista neutro, chega-se à conclusão de que a guerra para a outra, não importa o vencedor. O espaço é pouco para detalhar exemplos históricos, mas fiquemos no tempo mais recente. A cadeia de lutas, com ou sem intervalos regulares, constitui a própria história.

A guerra de 1914 preparou a de 1939, que por sua vez preparou a Guerra da Coreia, a do Vietnã, as crises de Berlim, a Guerra Fria, a crise do Oriente Médio, os conflitos regionais na Europa central, no Paquistão, no Iraque etc.

Não há ainda uma guerra total. A própria tecnologia criou armamentos com que não haverá lucro algum em qualquer conflito mundial.

Criará apenas as condições latentes para que as guerras, vencidas ou perdidas, continuem a dar a régua e o compasso da sociedade humana.



A2 opinião \* \* \* TERÇA-FEIRA, 1º DE NOVEMBRO DE 2011

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

**Presidente:** LUIZ FRIAS  
**Diretor Editorial:** OTAVIO FRIAS FILHO  
**Superintendente:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
**Editor executivo:** SÉRGIO DÁVILA  
**Coordenador Editorial:** MARCELO LAGEAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JÂNIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSO, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (coordenador)  
**Diretor executivo:** ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ADALBERTO FERNANDES (indústria e comércio), FÁBIO FERREIRA (circulação), MARCELO MACHADO GOMACAS (marketing) E EDUARDO ALCANTAR (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### Sinal verde

**Medidas para melhorar o sistema de licenciamento ambiental são importantes no momento em que o país vive boom de investimentos**

O pacote lançado pelo governo federal para tornar mais eficiente o licenciamento ambiental no país vem em boa hora. Do modo como tem funcionado, o sistema apresenta aspectos perversos. Por um lado, erige uma infinidade de barreiras burocráticas que adiam por meses ou anos até empreendimentos modestos. De outro, sua lentidão contribui para o atropelo do regimento ambiental. A morosidade na tomada de decisões induz ao funcionamento clandestino de muitas obras e cria mais oportunidades para a corrupção. A fiscalização débil completa o cenário de desrespeito à lei. Apenas 3% das multas aplicadas nos últimos anos vinham sendo pagas. O novo conjunto de medidas promete atacar vários problemas pela raiz, ao racionalizar o processo de análise e decisão sobre licenciamento ambiental. Na área de petróleo e gás, a expectativa é que o tempo médio para conceder a autorização, de 12 meses, caia à metade —prospeção de petróleo, por exemplo, receberá o aval para um conjunto de blocos, e não mais para cada poço, o que faz sentido. Também devem ser regularizados 40 portos, entre eles os de Santos e Paranaguá, além de 55 mil

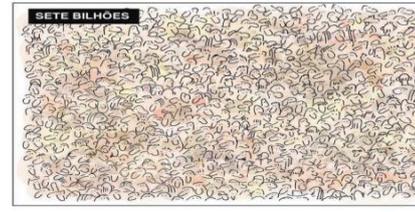
quilômetros de estradas asfaltadas hoje sem licença. É surpreendente, e lamentável, que empreendimentos dessa monta funcionem sem a aprovação final dos órgãos de regulação ambiental —prova incontestável da falência do atual sistema. Mesmo diante da desaceleração provocada pela crise econômica, a perspectiva para o Brasil é de vultuosos investimentos em infraestrutura nos próximos anos. Projetos concentrados em geração de energia e transporte de cargas devem direcionar R\$ 200 bilhões até o final desta década nos Estados que compõem a Amazônia Legal. Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia —região agora conhecida como "Matopiba" — transformam-se depressa em grandes polos de investimento da agroindústria. Reúsem empreendimentos e projetos de ao menos R\$ 50 bilhões.

Nesse quadro, fica claro que melhorar a eficiência do processo de análise do impacto ambiental é um passo necessário, mas insuficiente. A atualização do Código Florestal, em debate no Senado, também será importante. É preciso, ainda, formar mais produtividade burocrática nessa área. O número anual de pedidos de licenciamento cresceu 700% de 2000 até este ano, segundo o Ibama. Um equilíbrio entre crescimento econômico e respeito ao ambiente, o "desenvolvimento sustentável", será a chave para o Brasil, e a esta altura a 6ª maior economia mundial, fortalecer seu protagonismo no palco global neste século.

### Comércio de ferro

A cotação do minério de ferro para pronta-entrega no mercado internacional sofreu um tombo impressionante nas últimas seis semanas, da ordem de 30%. Dentre os vários fatores cogitados como causas da queda, dois se destacam. O primeiro, de caráter mais geral, é a onda de pessimismo em relação às perspectivas da economia global, que se traduz na expectativa de uma demanda mais fraca pelo produto. O outro fator, mais específico, é a retração de compradores na China, premiados pelo aperto de crédito que, a fim de inibir a inflação, as autoridades econômicas locais promoveram ao longo de 2011 —e só agora esboçam reverter. O nível de preço ao qual o minério de ferro acabou de chegar não é baixo, em comparação com a sua média histórica. Ainda assim, caso esse patamar se revele duradouro, haverá uma forte redução das receitas com a exportação do produto, desde 2010 o mais importante da pauta de exportações do Brasil. No período de 12 meses encerrado em agosto último, as receitas de exportação econômica brasileira perto de US\$ 40 bilhões. Preço 30% mais baixo significaria um recuo dessa receita da ordem de US\$ 10 bilhões. Outros produtos primários baixados nos últimos anos por demanda mais forte e, sobretudo,

preços bem mais altos são a soja e o açúcar. Somados ao minério de ferro, esses produtos respondiam por 18% das receitas de exportação em 2005, proporção que subiu para 32% em 2011. Sob o peso da maré pessimista global, as cotações da soja e do açúcar também caíram nas últimas semanas, embora com menos ímpeto do que as do minério de ferro. Esse conjunto de preços menos favoráveis pode, portanto, produzir diminuição substancial no valor das exportações brasileiras. A prosseguir esse quadro, o saldo entre exportações e importações, que caminha para encerrar 2011 nas proximidades de US\$ 25 bilhões, poderá despenhar em 2012. Num mundo mais avesso a risco, a diminuição do saldo no comércio exterior tenderia a ser acompanhada pela elevação do dólar. O alívio para a inflação advindo do barateamento da comida e dos insumos reais, se não anulados, ao menos amortecidos pela desvalorização do real. Se a resultante dessa equação está fora da alçada da política econômica brasileira, o controle dos gastos públicos não está. Aplicar a rédea curta no Orçamento é a única garantia de uma transição menos acidentada da economia brasileira ao novo e mais complicado cenário mundial.



### Patologias de grupo

**SÃO PAULO** — Quem quiser voltar a brincar a face feia da natureza humana deverá dar uma espiada nos comentários de leitores a reportagens, blogs e colunas que tratam da saúde de Lula. Há um número ridículo de pessoas querendo desparafusar o ex-presidente para a fila do SUS e alguns chegam mesmo a rezar-se com sua doença. O fenômeno, com claros contornos políticos, parece estar relacionado à internet e à massificação das redes sociais. Trata-se de uma hipótese especulativa, mas chama a atenção o fato de as manifestações mais deplorescentes de intolerância ilustrarem com perfeição o que psicólogos sociais chamam de patologias do pensamento de grupo. A primeira é a polarização. Junta um punhado de gente com opiniões semelhantes, deixe-os conversando por um tempo e o grupo sai com convicções mais fortalecidas e mais radicais. Provavelmente é assim que nascem organizações terroristas. A conformidade é outro elemen-

to importante. Grupos tendem a suprimir o dissenso. Mais do que isso, procuram censurar dúvidas que um dos membros possa nutrir e ignorar evidências que contrariem o consenso que se forma. É esse o segredo do sucesso das religiões. Há, por fim, a animosidade. Puxa um corintiano e um palmeirense numa sala e mande-os discutir futebol. Eles discordarão, mas provavelmente se tratarão com civilidade. Entretanto, se você colocar cem de cada lado, quase certamente produzirá sangrentos e até pontiagudo o fato de as manifestações mais deplorescentes de intolerância ilustrarem com perfeição o que psicólogos sociais chamam de patologias do pensamento de grupo. A primeira é a polarização. Junta um punhado de gente com opiniões semelhantes, deixe-os conversando por um tempo e o grupo sai com convicções mais fortalecidas e mais radicais. Provavelmente é assim que nascem organizações terroristas. A conformidade é outro elemen-

### Abaixo da lei

"Ninguém está acima da lei." Com esta frase, o governador Geraldo Alckmin procurou justificar o fato de, mais uma vez, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP ser alvo de bombas e gás lacrimogêneo e de efeito moral lançadas pela Polícia Militar. No entanto talvez fosse o caso de dizer que ninguém deveria ser tratado dessa forma pela lei. Um delicto menor, como o porte de um cigarro de maconha, não justifica a presença de um batalhão da PM em ambiente escolar. Trata-se de um delicto que nem sequer é considerado crime no tal em vários países europeus e que vem sendo objeto de discussões sobre sua descriminalização por parte de pessoas insuspetadas de agremiação com o tráfico internacional, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Não se trata aqui de fazer apologia às drogas. O ambiente universitário não é um terreno livre e não deve ser espaço para alunos fazerem uso de maconha, mas a abordagem para problemas dessa natureza vista na quinta está longe de ser a adequada. Mais uma vez, a PM demonstra sua total inaptidão para mediar conflitos sociais e manifestações estudantis. Estudantes saíram, mais uma vez, feridos. Mas abaixo da lei a PM há outro problema. A atual retórica tem dificuldades de dialogar com todos os setores da comunidade acadêmica. Ela deveria lembrar que foi escolhida a revelia da maioria, já que a nomeação do atual reitor foi obra do ex-governador José Serra que, pela primeira vez desde Paulo Maluf, resolveu escolher o segundo colocado em uma lista tripartite. Esperava-se que, devido a esse déficit de legitimidade, a atual retórica demonstrasse mais habilidade na criação de consenso. Não foi isso que aconteceu. Vários setores da comunidade alertaram para o caráter delicado da presença da PM no campus. Mas nenhum desses setores foi convidado a discutir com a retórica seus pontos de vista. A PM se justifica se for o caso de cobrar crimes como assaltos de um estudante, há alguns meses. Mas ela não está lá para correr atrás de alunos com cigarro de maconha para mostrar aos estudantes que a corporação não aceita provocações. Há maneiras mais inteligentes de resolver problemas banais como esse. A tal episódio somam-se problemas como a quebra da retórica com a Faculdade de Direito, a construção de um monumento aos perseguidos pela "revolução" de 1964, entre outros.

A USP precisa de pessoas capazes de desatolar problemas e conflitos, e não de acorte de FFLCH, que deu ao país intelectuais do porte de Sérgio Buarque de Holanda, Milton Santos, Bento Prado Jr., Florestan Fernandes e Antonio Candido, mestres mais cuidadosamente cultivados. Wagner Barão escreve às terças-feiras em sua coluna.

### "A fera"

**BRASÍLIA** — "Conheço a fera. Na próxima semana ele já vai estar metido na política. Como de Marília. A casa vai virar um fuzú." A frase é de um dos médicos do Sirio-Libanês que convivem há anos com Lula e bem sabem que "a fera" não vai se conformar com a ordem para ficar quieto e dar um tempo na política, para priorizar a saúde. Tudo bem largar de vez a maldita cigarrilha, para desmentar seus goles, controlar a gula e resistir às pedidas pesadas de que tanto gosta. Mas se afastar da política? Já lá é pedir demais para quem pensa, vive, dorme, acorda e se alimenta de política. Quando Lula desceu a rampa do Planalto e voltou à planície, especulou-se que ele iria assumir cargos internacionais, ou passar um ano descansando não sei onde, e começaria no dia seguinte a articular a volta à Presidência em 2016. Nada disso. Lula se deleitava com o poder, os holofotes e as mordidas, mas adoeceu se livrar da administração, da papalada que nunca lia, das solidaria-

des entediadas, da legião de puxa-sacos e até do termo que foi obrigado a usar em oito anos de mandato. Embrenhou-se logo na eleição municipal de 2012 e sacou do candidato o ministro Fernando Haddad para disputar a principal prefeitura do país, repetir a proeza da também reeita em eleições Dilma Rousseff e se transformar em mais um dos seus tantos troféus. Isso é um jogo para Lula, praticamente um vício. Quem visita o ex-presidente diz que ele parece pinto no lico moldando a candidatura Haddad, botando o PT paulista no bolso, divertindo-se com a agonia do PSDB (quem tem quatro candidatos não tem nenhum, só um medo danado de perder para o adversário inventado por Lula). Quimioterapia é dureza. O cabelo cai, a barba se vai, o estômago embrulha, o cansaço pesa. Mas nem isso vai afastar "a fera" da política. Os médicos vão até gostar. Tanto quanto a química, a política é tiro que para Lula derrota o câncer. stiane@uol.com.br

### A insidiosa moléstia

**RIO DE JANEIRO** — Para a mídia politicamente correta daquela época, a palavra "câncer" era palavrão, só funcionava quando se tratava do tóxico de fazia dobradinha com o Tóxico de Capricórnio. Não havia a doença, ninguém morria de câncer. Morria-se de uma insidiosa moléstia. Não sei qual foi o espírito que arranjou o adjectivo (insidioso) para se referir à doença, deve ter sido o mesmo que trocou "cemitério" por "necrópole" e "hospital" por "associação". Ali por volta dos anos 60, escrevi uma crônica cujo título era "O câncer do piloro". A dona do jornal pediu-me pelo amor de Deus que trocasse a palavra "câncer", que era realmente o dono do jornal, estava na Suscia tratando estavelmente de uma insidiosa moléstia. Esse tempo passou, fala-se e escreve-se normalmente o nome da doença, tantos são os doentes e tantos são os tratamentos que diminuíram a insidia da moléstia. Para não ir mul-

to longe, cito dois casos, um pessoal, outro público. Nossa presidente deu a volta por cima e rogo a Deus que a mantenha bela e operosa para todo o sempre. O mesmo desejo para Lula e desejo também para mim. Aconteceu que tive a tal insidiosa moléstia em 2006, exatamente como dona Dilma, na forma de um linfoma não Hodgkin de baixo grau. Fiz e ainda estou fazendo os ciclos de quimioterapia e minha vida continua a mesma, só pedi uma diminuição de trabalho —antes, fazia oito crônicas por semana, agora faço quatro, de maneira que a insidiosa moléstia alivou os leitores e expurgou o jornalismo de textos também insidiosos. Conhecendo várias pessoas que estão na mesma situação (a quimioterapia é ambulatória), já ouvi de vários especialistas que o câncer não é mais uma doença mortal, podendo ser tratada com recursos cada vez mais eficazes.



A2 opinião ★ ★ ★ QUINTA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 2011

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

**Presidente:** LUIZ FRIAS  
**Diretor Editorial:** OTAVIO FRIAS FILHO  
**Superintendente:** ANTONIO MARCEL FERREIRA MENDES E JUDITH BRITO  
**Editor-executivo:** SÉRGIO DÁVILA  
**Coordenador Editorial:** ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LÉTIS, MARCELO COELHO, JÂNIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HÉTOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANDIL, FERREIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (coordenador)  
**Diretor-executivo:** ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ANA LUIZ FERREIRA (indústria/tecnologia), MURILLO RUSSA (circulação), MARCELO MACHADO GONCALVES (finanças) E EDUARDO ALCAJEM (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

### Nova medida

**Embora possam levantar dúvidas, mudanças na apuração do IPCA, o índice oficial de inflação, têm justificativas técnicas**

A partir do ano que vem novos critérios vão norteiar o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), computado mensalmente pelo IBGE. A mudança é baseada em estatísticas que documentam a alteração dos padrões de consumo dos brasileiros.

Por técnicas que sejam, alterações nos parâmetros de indicadores que medem o comportamento dos preços são um assunto de determinação regional: variações de preços em regiões de maior renda influenciam mais o IPCA. As informações a respeito da cesta média de consumo dos brasileiros são obtidas por meio da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), também do IBGE — a mais recente realizada entre 2008 e 2009.

Trata-se de uma ampla e detalhada amostra de despesas de consumo. Com base nessa POF, notou-se que os brasileiros passaram a gastar mais, por exemplo, em eletrônicos e veículos, sinal de aumento de renda — e tais bens ganham peso maior na cesta de consumo. Uma vez que a tendência recente é de estagnação ou de aumento menor de valor pago por esses bens, as estimativas de inflação para 2012 foram reduzidas.

Embora alguma desconfiança técnica se manifestasse, os sinais são de que a mudança é estritamente técnica. Espera-se que o IBGE, cuja atuação tem-se mostrado confiável, as tenha promovido da maneira mais rigorosa possível.

### Praias sujas

O crescimento desordenado e os níveis tradicionalmente baixos de investimento em infraestrutura e saneamento básico ameaçam uma das regiões de grande potencial turístico do país, os litorais norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro.

Os índices de balneabilidade das praias que se desdobram por aquele paradisíaco pedaço de costa, estendidas entre o oceano e as montanhas, demonstram que a maior atenção ao problema por parte do poder público ainda não chegou ao ponto de debelar situações degradantes, como o esgoto "in natura" despejado em rios ou diretamente no mar.

Reproduz-se ali o histórico de precariedade do saneamento básico no país, que vai melhorando, mas em ritmo aquém do desejável. Em 2000, 48,6% dos domicílios brasileiros tinham acesso à rede de esgoto. No ano passado, essa fatia já chegava a 55,4%.

No caso dos municípios litorâneos de São Paulo, os avanços, quando expressos em números, são consideráveis, mas nem sempre refletem melhorias reais.

Em 2007, por exemplo, apenas 30% das residências do litoral norte e 54% das da Baixada Santista estavam conectadas à rede de es-

serva é uma atualização do indicador. Um índice de inflação é uma média ponderada da variação dos preços dos produtos que compõem a cesta de consumo de determinada região ou país. No caso do IPCA, das compras das famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos, em áreas urbanas. Uma média ponderada leva em conta que a variação do preço dos produtos de maior peso nos orçamentos domésticos deve se refletir no índice médio de inflação. A ponderação do índice considera ainda a relevância do consumo regional: variações de preços em regiões de maior renda influenciam mais o IPCA.

As informações a respeito da cesta média de consumo dos brasileiros são obtidas por meio da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), também do IBGE — a mais recente realizada entre 2008 e 2009. Trata-se de uma ampla e detalhada amostra de despesas de consumo. Com base nessa POF, notou-se que os brasileiros passaram a gastar mais, por exemplo, em eletrônicos e veículos, sinal de aumento de renda — e tais bens ganham peso maior na cesta de consumo. Uma vez que a tendência recente é de estagnação ou de aumento menor de valor pago por esses bens, as estimativas de inflação para 2012 foram reduzidas.

Embora alguma desconfiança técnica se manifestasse, os sinais são de que a mudança é estritamente técnica. Espera-se que o IBGE, cuja atuação tem-se mostrado confiável, as tenha promovido da maneira mais rigorosa possível.

A defasagem é fruto, entre outros fatores, do desinteresse de moradores e veranistas e do veto legal ao fornecimento do serviço em ocupações irregulares — a favelização, outro problema a ser enfrentado no litoral.

Com efeito, para que a infraestrutura seja eficaz é preciso que o poder público também consiga conter e disciplinar a expansão desordenada de moradias.

A poluição das praias entre São Paulo e Rio preocupa e expõe o passivo histórico do país nas áreas de habitação e de saneamento — mas pode ser solucionada.

Se apenas a obrigação estatal de oferecer condições dignas aos cidadãos não for suficiente, talvez, é de esperar que a lógica de interesse econômico consiga impedir que se esgotem, por descaso, recursos ambientais e turísticos locais.

DEPUTADOS VÃO GANHAR TABLETS PARA ECONOMIZAR PAPEL



RAUL JUSTE LORES

### Pobre Paulista, pobre Haddock

**SÃO PAULO** - A prefeitura autorizou a construção de mais um shopping center na avenida Paulista, na esquina com a rua Pamplona.

Na Haddock Lobo, onde ficava o Paschoa, deve surgir, em pouco mais de um ano, o Cidade Jardim Shops, irmãozinho do bunker da marginal, o das torres neoclássicas.

Ainda há boatos que surja um centro comercial no antigo hospital Umberto Primo, perto do Masp, e outro na região da Oscar Freire. Se você fizer um misero puxalinho, terá um trabalho para obter um alvará.

Mas parece não haver burocracia para eger um novo shopping. Os cabotões que desam a cidade ainda mais cinza não parecem preocupar as autoridades quanto a impactos no trânsito e na paisagem urbana.

Como diz o crítico Paul Goldberger, shoppings são aspiradores gigantes que retiram as pessoas das ruas. Quem ganha com ruas vazias? As grifes previsíveis nem são o maior problema. Desde Nefertiti, mulheres e cada vez mais homens

gastam muito em joias e trajes caros que demonstram status e sirvam para atrair os objetos do desejo. Mas o luxo não pode ser ordinário. Em Tóquio, grandes grifes contrataram ômnibus inquietos e a avenida Omotesandô virou uma coleção de prédios belíssimos.

Os produtos à venda podem ser proibitivos, mas a paisagem urbana agradece a contribuição gratuita dessas construções.

O shopping Tokyo Midtown só foi autorizado depois de garantir um jardim público de 40 mil m<sup>2</sup> com uma galeria de arte, com curadores como Tadao Ando e Issey Miyake.

Já a ampliação do shopping Higienópolis criou um flapo de praçinha. Cabe ao poder público exigir compensações, de boa arquitetura e espaços verdes, até mesmo segurança no entorno — ela abanda no interior desses empreendimentos.

A prefeitura exigiu apenas a plantação de 106 mudas no local e outras tantas no parque Triunfo para liberar o shopping da Paulista. Singelo.

ELIANE CANTANHÊ

### Pisando na bola

**BRÁSILIA** - A sensação é a de que o Congresso está dividido. A maioria dos assessores só dá as caras para receber o seu (e o nosso) rico dinheirinho no fim do mês, e os que comparecem ao serviço vivem um clima de "1964", de George Orwell.

De um lado, a revelação de que o (por enquanto) ministro do Trabalho, Carlos Lupi, foi funcionário-fantasma da Câmara durante quase seis anos funcionou como casca de banana para o líder do PT, Cândido Vaccarezza, e reabriu a discussão sobre a bananeira toda.

Sem ter como defender o indefensável, Vaccarezza escorregou feio e disse que não tem nada demais em ser funcionário-fantasma, já que a maioria dos assessores de deputados "já mais pisou na Câmara". Como se sentem os funcionários que cumprem suas obrigações?

De outro lado, como vem mostrando o jornal "Correio Braziliense", o Senado vem desde 2004 transformando sua polícia legislativa numa força paralela com poderes ineren-

tes à polícia policial: de revista, busca, apreensão e detenção.

Os seguranças podem andar armados, estão ganhando sofisticadas muletas de rastreamento de grampos telefônicos e por um triz não passarão a ter o direito de acessar dados sobre o uso da internet por funcionários (daqueles que comparecem ao local de trabalho, claro).

A alegação dos gênios que criam o monstro é que o Senado é, nesse caso, meramente empregador e, por entendimento do TST, o empregador tem acesso aos e-mails corporativos.

Mas, para advogados e juristas, trata-se da quebra de sigilo de correspondência sem autorização judicial ou a velha "invasão de privacidade" própria de ditaduras e de regimes dos que se sentem deuses. Aos assessores, portanto, sobra a alternativa: ou se submetem a quem está brincando de "Grande Inimigo" ou desancam o serviço e viram fantasmas — como "a maioria", segundo o líder Vaccarezza.

eliane@uel.com.br

CRISTINA GRILLO

### A decisão

**RIO DE JANEIRO** - Em uma cidade que busca, com todas as suas forças, pacificar-se, o jogo de domingo no Engenheiro, entre Vasco e Flamengo, é uma grande chance para que nós, torcedores cariocas, mostremos que estamos prontos para receber grandes eventos esportivos.

A rivalidade entre os dois clubes é antiga. As contendas entre seus torcedores, assustadoras. Quem já viu as clareiras que se abriam nas saudosas arquibancadas do Maracanã quando os rivais se esbarbavam um contra o outro, sabe do que estou falando.

Com a implantação do Estatuto do Torcedor, que prevê punições para clubes e torcidas envolvidas em brigas ao redor dos estádios, as disputas se transferiram para bairros mais distantes.

Em maio, um confronto entre os dois grupos rivais no Barreto, bairro de Niterói, a quase 30 quilômetros do Engenheiro, deixou um morto, cinco baleados e 102 detidos. Em agosto, novas desavenças exigiram a intervenção policial em estações de trem e de metrô. Dessa vez, por sorte, sem mortos ou feridos.

Às vésperas do clássico de domingo, em que se disputa, de um lado, o título de campeão brasileiro e, de outro, uma vaga na Libertadores, há tensão no ar.

Não dá para ser diferente. Mas a tensão deveria se restringir apenas ao que se disputa no gramado, e não atingir aqueles que se preparam para ir ao estádio.

Ir ao Engenheiro em dia de Vasco e Flamengo é uma operação de guerra. As ruas estreitas, com poucas opções de estacionamento, tornam inviável ir de carro. De trem, em situações normais a melhor opção, corre-se o risco das batalhas nas estações.

Imaginem que exemplo daríamos com as medidas torcidas desmbarcando dos vagões sem enfrentamentos, duelando apenas com seus céticos. Não custa sonhar.

KENNETH MAXWELL

### History Blues

Os historiadores gostam de uma boa briga. Esses conflitos, muitas vezes, acontecem longe dos olhos do público.

Mas não é o caso na feroz disputa em curso entre o professor Niall Ferguson, de Harvard, e o ensaísta indiano radicado em Londres Pankaj Mishra, provocada por uma resenha de Mishra sobre "Civilization - The West and the Rest", de Ferguson, que saiu no "London Review of Books".

Ferguson é autor de um controverso livro sobre a Primeira Guerra Mundial em que argumenta que o Reino Unido, e não a Alemanha, foi o responsável pela guerra, e de trabalhos sobre a dinastia bancária Rothschild e o financista Siegmund Warburg.

Ferguson é conhecido por seu uso de argumentos contra-factuais e por diversas histórias populares do Império Britânico. Conservador assumido, ele apoiou fortemente a invasão do Iraque pelos EUA.

No momento, é o biógrafo oficial de Henry Kissinger e ganhou fama por sua série de TV, que serviu de base ao livro que Mishra critica severamente. Mishra acusa Ferguson de ser um "homo atlânticus redius" e de mercadejar "histórias sobre o passado doloroso".

Ferguson rebateu alegando que sua implicação de Mishra era a de ele fosse "racista". afirmou que Mishra lhe devia desculpas públicas por seu antigo "difamatório e desonesto" e ameaçou recorrer à Justiça. Mishra replicou que Ferguson "não é racista", mas que sente um desejo patológico "de se curvar diante dos conquistadores do momento".

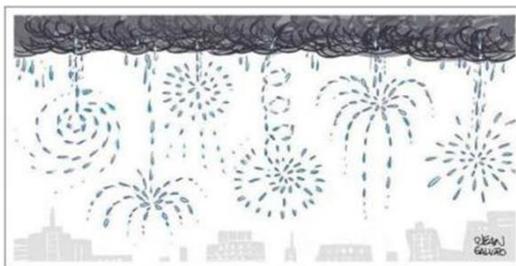
Recentemente, Ferguson divorciou-se de sua mulher, antiga editora-executiva dos jornais londrinos "Daily Mail" e "Sunday Times", e casou-se com a bela parlamentar e feminista holandesa Ayaan Hirsi Ali, nascida na Somália, a quem conheceu em uma festa da revista "Time" para sua edição sobre as cem pessoas mais influentes do mundo.

Hirsi Ali é autora do roteiro de "Submission", filme de Theo van Gogh que atacava o extremismo islâmico. Van Gogh foi morto a tiros em Amsterdã, em 2004. Ela e Ferguson estão esperando um bebê.

Mas não é provável que o ataque de Mishra tenha apunhado Ferguson de surpresa. Ele disse ao jornal "The Guardian" que "a esquerda adors se provocada por mim... acham que sou um reacionário imperialista escrito".

Diversos historiadores britânicos e radicados nos EUA como Ferguson, entre os quais Simon Schama e David Cannadine, das universidades Columbia e Princeton, respectivamente, apoiaram recentes propostas do governo britânico para reformar o currículo de história inglesa. Isto se restar algum currículo a reformar depois da greve de funcionários públicos iniciada nesta semana no Reino Unido, à qual a maior parte dos professores britânicos aderiu.

KENNETH MAXWELL escreve em português nesta coluna. Tradução de PAULO MIGLIACCI



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 03/01/2012

A2 opinião ★ ★ ★ TERÇA-FEIRA, 3 DE JANEIRO DE 2012

FOLHA DE S. PAULO

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FRAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
 Editor-executivo: SÉRGIO DAMILA  
 Conselho Editorial: ROGERIO CEARZ DE CROQUIERA LEITE, MARCELO COELHO, JANO DE FREITAS, GILBERTO DIMENHETER, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍZ FRAS E OTAVIO FRAS FILHO (coordenador)  
 Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO REISSAR (circulação), MARCELO RICHARDO GONCALVES (diversos) E EDUARDO ALCARO (planejamento e novo negócio)

## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

### O custo dos desvios

**Mapameamento de R\$ 3,2 bilhões de verbos desviadas em 2011, segundo dados da PF, mostra que é preciso reforçar combate à corrupção**

No ano em que seis ministros se viram obrigados a deixar seus cargos sob suspeita de irregularidades, a Polícia Federal contabilizou em suas operações, de acordo com dados que constam em relatórios internos, desvios de verbos públicas de cerca de R\$ 3,2 bilhões. A cifra — um recorde — representa mais do que o dobro do valor apurado em 2010. Seria suficiente para construir 30 km de linhas de metrô ou liquidar quase metade do valor das obras de transposição das águas do rio São Francisco.

Não é tarefa simples quantificar perdas causadas pela corrupção, mas estudos, mesmo parciais, apontam para valores elevados. De acordo, por exemplo, com estimativas do economista Marcelo Fernandes da Silva, da Fundação Getúlio Vargas, as finanças públicas teriam sido subtraídas ilegalmente em R\$ 40 bilhões, no período de 2002 a 2008.

A quantia, equivalente ao PIB da Bolívia, foi levantada com base em informações colhidas de órgãos públicos de controle — e refere-se apenas a dinheiro federal. Não há, por certo, relação direta entre as demissões em série ocorridas no ministério em 2011 e o aumento do volume de desvios apurado pela PF, mas os dois fatos contribuem para ressaltar o quanto ainda resta a caminhar no aperfei-

çoamento do combate à corrupção.

Causa surpresa que apenas no ano passado a PF tenha produzido e enviado às sedes regionais seu primeiro manual de investigação de desvios de verbos. A tardia criação desse instrumento, não obstante, é uma das iniciativas do que pode vir a ser um auspicioso progresso na capacidade da corporação de identificar ilícitos na máquina estatal.

Faz parte desse esforço a formação de equipes especializadas em Estados como São Paulo, Bahia, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Sul. Anuncia-se para breve a instalação, em Brasília, de uma unidade específica para combater essa modalidade de crime.

É comum que se associe a incidência da corrupção no Brasil a deformações históricas de uma sociedade marcada pela informalidade e pela excessiva porosidade entre as esferas pública e privada.

Observações dessa ordem podem ter interesse para a compreensão dos origens do problema, mas considerações sociológicas ou sermões éticos não são as melhores armas para enfrentá-lo.

A corrupção não é um pecado brasileiro. Verifica-se em países variados e é fruto de situações que o Estado tem o dever de coltir. Uma polícia preparada e treinada para investigar é um dos requisitos. Outro, indispensável, é a atuação célere e efetiva do Judiciário no julgamento e punição dos culpados — pois a impunidade é a principal aliada dos que se sentem estimulados ao enriquecimento fácil à custa do contribuinte.

### Nota dez

De uniforme laranja e capacete, operários comemoravam a implantação de um prédio na área da favela do Moimbo, centro de São Paulo. Sempre suscita esse tipo de ambientação o espetáculo de uma estrutura de concreto desabando como um castelo de cartas, enquanto sobem a fumaça dos explosivos e a poeira da demolição.

Baixaram, domingo passado, a fumaça e a poeira na favela do Moimbo. Viu-se então que parte do edifício restava de pé. Não haveria nada de mais notável no relativo insucesso. Mas o prefeito Gilberto Kassab deu um toque particular de oficial ao acontecimento. Investigado sobre que nota daria à implantação, não hesitou: "Nota dez."

O raciocínio, que tinha lógica mas não era sólido, alçou-se no fato de que a implantação visava facilitar a circulação de trens no local. Daí, imagina-se, a nota máxima.

Kassab tem manifestado certa irritação diante das solicitações da imprensa para atribuir uma nota à própria administração. Insiste galhardamente no dez, como se denunciando a vacuidade das perguntas: que outra nota, afinal, poderia que desse?

Existem, em todo caso, critérios mais objetivos, ainda que imperfeitos, para julgar o sucesso da administração municipal. Justiça se

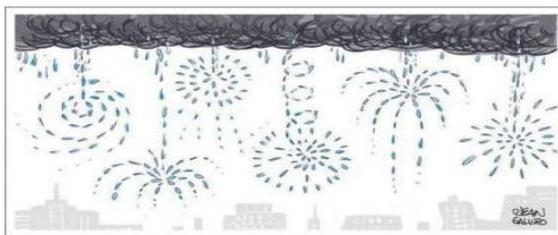
ja feita ao prefeito. Sua gestão contribuiu para facilitar esse gênero de avaliação. A prefeitura dispõe de um plano de metas, a "Agenda 2012", que agora pode começar a ser confrontado com a realidade.

Aborda variados aspectos do cotidiano da cidade, que continuará difícil, aliás, uma vez que a revisão do Plano Diretor de São Paulo, uma das metas, não foi encetada. Resultados insatisfatórios podem ser notados, de qualquer modo, nos campos mais diversos da administração. Dos 66 km de novos corredores de ônibus prometidos, apenas 8 foram licitados até o momento. A prefeitura costuma criar oito faixas de motocicletas; só uma foi feita. O déficit de vagas nas creches municipais, que se prometia extinguir, passou de 57,6 mil em 2008 para 174,1 mil em 2011.

Das 223 metas, apenas 60 foram cumpridas, enquanto 160 se encontram "em andamento".

Naturalmente, os próximos administradores municipais poderão safar-se de números tão imperfeitos se conseguirem fixar, desde o começo, metas mais modestas.

Modéstia, entretanto, não é forte de Kassab, ou de qualquer outro político — especialmente quando em campanha eleitoral. Nesses momentos, só sempre nota dez.



### Chovendo no molhado

**SÃO PAULO** - Nem bem entra o verão e os jornais começam a estampar as fotos de enchentes e a contabilizar os mortos. Começa, também, o jogo de empurra. Políticos se apressam a culpar as chuvas "sem precedentes"; a oposição responsabiliza os governantes; e técnicos acusam a ocupação do solo. Todos têm sua cota de razão, o que é sugestivo de um problema mais geral. Nós, seres humanos, somos pessimos avaliadores de risco. Temos pavor injustificado de cobras e grandes felinos — ameaças pouco relevantes nos dias de hoje —, mas nos expomos prazerosamente a perigos reais, como fumar, andar em carros velozes e viver no alto de encostas. Na verdade, só estamos aqui porque, durante a maior parte de nossa história, as ameaças mais mortíferas eram aquelas contra as quais temos defesas automáticas, que nos fazem fugir antes até de descobrir se o barulho atrás da porta foi provocado pelo vento ou por um leão. Nos últimos milênios, porém, nos-

so estilo de vida mudou tanto que os perigos do passado se tornaram fontes mal-adaptativas e os riscos agora prementes são processados como abstrações estatísticas. E somos péssimos em entender estatísticas. Não que precisemos virar pluvió-fobos, mas seria bom encontrar maneiras mais eficientes de fazer com que leigos, técnicos e políticos tenham uma avaliação mais realista e vívida dos perigos modernos. Um exemplo: o risco relativo de pior enchente do século ocorrer nos próximos 12 meses é baixo (1%). Focos além das empreiteiras e a turma dos 10% aporariam fazer um grande investimento para preveni-la. Mas, se indicarmos a probabilidade de inundação do século ocorrer nos próximos cinco mandatos (20%), a situação já muda de figura. Desprovidos das defesas instintivas, uma boa comunicação do risco, que mobilize emoções sem falsear os dados, é nossa melhor chance. PF - Dos 9 dias de folga ao leitor. [brasil@folha.com.br](mailto:brasil@folha.com.br)

### Que potência é essa?

**BRASÍLIA** - A grande (e ótima) novidade anunciada durante as minhas férias foi que o Brasil passou o Reino Unido e é agora a sexta economia do mundo. Uau! Somos uma potência! Mas que potência é essa? A infraestrutura é sofrível. Os "apaguiños" são quase rotina, os portos estão cheios de gargalos, as estradas são péssimas, ferrovias praticamente inexistentes. Chegar de uma viagem internacional é um inferno no Galileu e em Guarulhos, as grandes portas de entrada, e até mesmo em aeroportos menores, como o de Natal, onde há três (isso mesmo: três) esteiras de bagagem até que a ampliação seja concluída. Quanto à educação: Será que o país tem boas escolas para a maioria e profissionais de ponta para enfrentar os desafios do crescimento e da competitividade em todos os setores? Há dúvidas. E o país consegue ser a sexta economia mundial com um IDH ainda vexaminoso. Quando você passa pelo interior do Nordeste, onde as

coisas vêm melhorando, é verdade, assusta-se com os ainda extensos bolsões de miséria atolados em dois ou três séculos atrás. Povoados sem asfalto, um atrás do outro, com crianças barrigudas e mulheres correndo na poeira, entre mulheres de ar sofrido e pele encardida e homens tropeços pela cachaca e pelo cansaço de uma vida inteira de trabalho duro, debaixo de sol a pino e em regime de semi-escravidão. Não consta que haja gente e cenários assim no Reino Unido e na França, o próximo país a ser, bem antes do que se previa, ultrapassado pela economia emergente do Brasil. O que está em pauta não é (só) o ritmo da economia e o complexo equilíbrio entre crescimento mais baixo e inflação debichada, mas principalmente a qualidade do desenvolvimento. Há que se discutir por que, para que e para quem o Brasil assume ares de potência. **Ótimo 2012!** [brasil@folha.com.br](mailto:brasil@folha.com.br)

### Previsões

**RIO DE JANEIRO** - Início de ano, tempo de previsões, geralmente furadas. A começar pelas do governo e seus técnicos, sobretudo os economistas. Sem qualquer ligação com os charlatões e pais de santo, que ficam ecitados nesta época, anunciando mundos e fundos para seus devotos, gosto de ler as previsões alheias e de fazer as minhas. Lembro que a mulher de César advertiu-o a não ir ao Senado naqueles idos de março. César foi e se deu mal. Também a mulher de Filatos mandou um recado para o próprio, que não se metesse a julgar um condenado que o povo queria crucificar.

Consta que em Ajácio, na Córcega, dona Leticia Bonaparte levou um filho recém-nascido para matiar. O padre perguntou o nome do bebê e a mãe informou: "Napoleão Bonaparte". O padre ficou orgulhoso e disse: "Ah! É Leti!"

Como se vê, as previsões são antigas, mesmo sem ser técnico do governo e pai de santo, também já fiz

previsões, algumas deram certo. Não levando a sério o jornalismo e a literatura, mas praticando os dois ofícios por sobrevivência pessoal, durante alguns anos fazia as previsões na revista "Manchete", atribuindo-as a um tal de Allan Richard Way, que morava nos subúrbios de Londres, numa casa estilo Tudor, tinha a honra de ser o único vidente cego da história.

Escrevia seis páginas (com fotos dos personagens citados) e entre os palpites que dava, sempre acertava alguns. Previ a eleição do cardeal Albino Luciani, patriarca de Veneza, na sucessão de Paulo 6°.

O favorito da mídia era Benelli, mas eu conhecia pessoalmente Luciano, para me livrar de um temporal, entrei na Basílica de São Marcos. Não me expulsou do templo, veio falar comigo, conversamos bastante, apostei nele. Morreu logo, não esquentou no trono de São Pedro. Em compensação, nunca aceitei no bicho.

### Idéias e acontecimentos

Em "Antropologia do Ponto de Vista Pragmático", o filósofo Immanuel Kant apresenta sua consideração a respeito do caráter dos povos. Lá encontramos páginas sobre os ingleses, alemães, franceses, espanhóis, turcos, entre outras nacionalidades. Mas há nisso tudo um detalhe intrigante. Kant nunca saía de sua cidade, Königsberg (hoje, Kaliningrado). Não por outra razão, as tais páginas são um conjunto hilsonho de lugares-comuns.

Esta pequena anedota diz muito a respeito de uma certa maneira de pensar que consiste em acreditar que a experiência nunca fornecerá nada capaz de reorientar uma ideia clara. O acesso à experiência em livros e relatos já fornecerá o embate necessário para nos orientarmos no pensamento.

Qualquer coisa que eu, enquanto particularidade, experimente seria parcial, limitado e restrito a um contexto. Por essa razão, seu valor seria muito frágil.

Quase 200 anos depois, outro filósofo, Michel Foucault, resolveu fazer um caminho inverso. "Há muitos acontecimentos do mundo que foram o pensamento a se reorientar", diria Foucault. "Devemos ir lá onde tais acontecimentos estão."

E com tal ideia na cabeça, o filósofo francês foi ao Irã acompanhando de perto a revolução que acabou por levar o aliatóli Khomeini ao poder. Vários artigos seus sobre tal processo apareceram no jornal "Corriere della Sera".

As análises de Foucault não passaram à posteridade como o melhor exemplo de acuidade. De fato, ele compreendeu posteriormente os riscos nos quais a revolução tinha entrado, mas esperava-se de um filósofo que ele consigo apreender os riscos antes destas terem evidentes a todos.

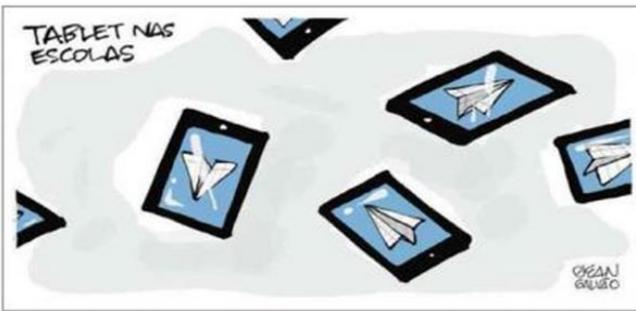
Se a força da ideia, assim como a crença de que não há nada de novo sob o sol, pode nos cegar, o mesmo vale para o entusiasmo pelo acontecimento.

Entre estes dois polos, encontramos uma peculiar afirmação feita por um terceiro filósofo, Theodor Adorno. Logo após a audição de uma peça de John Cage, "Concerto para Piano", Adorno volta para casa e escreve: "Eu não sei exatamente o que pensa."

Diante de um acontecimento tal como a obra de Cage, Adorno reconhece que o melhor a fazer era dizer: "Eu não sei o que isto significa, só sei que precisarei de tempo para o pensamento voltar a se orientar". Abdicar deste tempo devido ao medo diante da angústia da indecisão seria o pior de todos os erros.

Este é o erro que cometemos com mais facilidade. Ele é o que mais fere. As vezes, a decisão prolongada é o tempo que o pensamento exige para se reconstruir diante dos acontecimentos.

VLADIMIR SAFATLE escreve às terças-feiras nesta edição.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 02/02/2012

A2 opinião QUINTA-FEIRA, 2 DE FEVEREIRO DE 2012

FOLHA DE S.PAULO

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

**Presidente:** LUIZ FREAS  
**Diretor Editorial:** OSWALDO FREAS FILHO  
**Superintendente:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
**Editor executivo:** SÉRGIO IÁVILA  
**Conselho Editorial:** ROGERIO CEAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JIANO DE FREITAS, GILBERTO ISENHARTER, CLÓVIS ROSSI, CARLOS BELTON CONY, CELSO PINHO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS E OSWALDO FREAS FILHO  
**Diretoria-executiva:** ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BUSSAT (circulação), MARCELO BACHION GONÇALVES (executivo) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### O avanço de Romney

**Primárias da Flórida**  
Firmam o ex-governador de Massachusetts como adversário de Obama na eleição presidencial dos EUA

A expressiva vitória alcançada na Flórida confirma o pré-candidato Mitt Romney como mais provável adversário do presidente dos EUA, Barack Obama, na eleição presidencial de novembro.

Romney, ex-governador de Massachusetts, amouçou 46% dos votos e garantiu para si todos os 50 votos da Flórida na convenção que escolherá o candidato republicano em agosto. Newt Gingrich, segundo colocado, obteve 32%.

É verdade que apenas uma pequena fração dos 2.177 delegados foram escolhidos até aqui. Dos 50 Estados americanos, só quatro realizaram eleições primárias. Romney soma agora 71 delegados a seu favor, contra 23 de Gingrich, seu principal adversário, e presidente da Câmara dos Representantes.

Apesar de ainda faltar muito para Romney alcançar os 1.144 votos necessários para garantir um lugar na cédula, o poderio financeiro de sua campanha já reuniu e um triunfo. Aposentados do ex-vernador gastaram em propaganda de TV mais de quatro vezes o total despendido em favor de Gingrich. E o favoritismo tende a atrair mais doadores, realimentando o ciclo.

Fica, assim, cada vez mais difícil para Gingrich cumprir a promessa,

reiterada após a derrota, de manter sua candidatura nas 46 prévias restantes e levar a disputa para a convenção. Tampouco interessa à cúpula do partido tal cenário. Um prolongado embate fratricida entre republicanos, como se viu até aqui nos anúncios de TV, fortalece as chances de reeleição de Obama, pois divide o campo conservador e fornece ao presidente material para atacar o futuro adversário.

Romney é considerado um candidato mais viável por ser mais moderado que Gingrich. As dificuldades que ora enfrenta para obter apoio nas franjas ultraconservadoras do eleitorado republicano tradicional podem converter-se em vantagem em novembro, quando precisará angariar votos mais ao centro do espectro político para derrotar Obama.

Conta a favor do atual presidente seu desempenho no front externo, que cortou em parte a imagem anterior de líder fraco. O lance mais simbólico de seu governo, nesse quesito, foi a operação militar que assassinou Osama bin Laden.

Na economia, que ainda convive com as consequências da pior crise desde a década de 1930, há sinais de recuperação. Registrou-se ligeira queda na taxa de desemprego, que todavia ainda se encontra em patamar alto.

Um agravamento da crise europeia, com provável contágio da economia dos EUA, parece ser no presente um dos poucos cenários capazes de afastar de Obama a perspectiva de reeleição.

### Indústria deprimida

A produção da indústria brasileira quase não aumentou em 2011. A manufatura de bens duráveis (veículos e eletrodomésticos, por exemplo) chegou a encalhar em relação a 2010, fenômeno verificado na última década apenas nos anos 2001 e 2009, de crise doméstica e mundial.

O desempenho deprimido das fábricas se deve em parte relevante a freios transitórios impostos à atividade econômica. O ano passado foi de redução de crédito e prazos de financiamento, de impostos maiores sobre compras a prazo e de altos nos juros, além de desaceleração devida ao ritmo menor de aumento de gasto público.

A modorra industrial deve-se também às forças contrárias liberadas pela crise mundial, de quase meia década. O maciço relaxamento monetário nos EUA, e agora mesmo na zona do euro, acelerou a valorização do real, o que encareceu os produtos brasileiros.

Tal vetor veio somar-se ao da artificialmente desvalorizada moeda chinesa. O sucesso das exportações brasileiras de produtos primários e a onda de investimentos estrangeiros à procura de um mercado crescente reforçam o caudal de divisas para o Brasil e realimentam a pressão sobre o câmbio.

O crescimento brasileiro contribui para aumentar ainda mais os

custos domésticos. Preços industriais não sobem, premidos pela concorrência estrangeira. Mas há custos crescentes no setor de serviços, além de uma inflação geral alta. A oferta de trabalho qualificada é escassa, e os salários sobem. Na contramão, a superfluidez de produtos nos centros industriais derruba os preços da manufatura no comércio internacional. E, por fim, há custos excessivos de longa duração, como os dos impostos e os da logística cara e escassa.

A resultante dessas forças que operam no curto, no médio e no longo prazos não afeta de modo idêntico toda a indústria. Têxteis, madeiras, calçados e couros decerto encolheram na década passada.

O país recebe, no entanto, investimentos vultosos em diversos setores industriais — vários deles subsidiados ou protegidos por tarifas, como o de automóveis. Sem controle e metas, tais proteções podem reduzir a eficiência da economia.

Não há remédio de curto prazo. Lidar com custos e câmbio depende de um projeto de reorganização de gastos públicos. Isso significa contenção de despesas, redução acelerada da dívida, da taxa de juros e da despesa com eles, aumento do investimento em infraestrutura e um programa de emergência na educação para o trabalho.

Nada de novo.



### Questão de autoridade

**SÃO PAULO** — “Ninguém vai me fazer refém dentro do meu gabinete.” Geraldo Alckmin, pelo jeito, se esqueceu da lição que aprendeu em 2009 de Mário Covas, seu padrinho político, quando o então governador paulista foi questionado por formalistas sobre o motivo de ter ido à sede da Secretaria da Educação, mesmo sabendo que havia um protesto de professores no local.

Diferentemente de Covas, Alckmin (PSDB) modificou por duas vezes nos últimos dias sua agenda a fim de se desviar — para usar um eufemismo — de manifestantes.

Primeiro, deixou de participar da missa na catedral da Sé pelo aniversário da cidade, ao saber que estava previsto um ato contra a reintegração de posse do Pinheirinho, em São José dos Campos. Achou melhor solicitar ao seu vice, Guilherme Afif, que o representasse. Foi na saída dessa missa que o prefeito Kassab acabou virando alvo de ovasões e palavrões.

Depois, Alckmin preferiu faltar à inauguração da nova sede do MAC

(Museu de Arte Contemporânea da USP), um dos principais projetos de seu governo na área da cultura, por temer um novo protesto. Andréa Mattarazzo, seu secretário, pagou o pato, sendo alvejado por frutas e legumes.

É óbvio que ninguém precisa barrar o machão, como Covas, que, à época dos protestos, resolveu internamente furar o cerco organizado pelos professores acampados na frente da Secretaria da Educação, na praça da República, e acabou covardeamente agredido. Mas será que simplesmente abdicar de seus compromissos resolve o problema?

Como já é praxe no Brasil, em ano de eleição, os protestos ditos populares se multiplicam, instrumentalizados por partidos políticos. Manifestações pacíficas fazem parte do jogo. As agressivas, claro, são um problema para a polícia resolver.

Se optar simplesmente por evitá-las, Alckmin corre o risco de se apequ岸nar no cargo e acabar como uma espécie de anti-Covas, sem poder sair do seu próprio gabinete.

### Pressões e democracia

**BRASÍLIA** — O presidente do Supremo, Cezar Peluso, tem razão ao criticar “pressões impróprias tendentes a constranger juizes e ministros a adotar interpretações que lhes repugnam à consciência”. Mas será que defender o CNJ original caracteriza “pressões impróprias”? E será que “pressões” são manifestação de autoritarismo e desrespeito à convivência democrática?

O que está em votação é se o CNJ tem poderes para iniciar investigações sobre juizes e aplicar-lhes penas, ou deve contentar-se em ratificar as decisões das corregedorias regionais, que ficam ali, lado a lado, olho no olho, com o juiz suspeito?

O debate é alimentado pelo borbulho de “novidades” que surgem do Judiciário desde que a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) decidiu questionar e desidrar o CNJ. São superparalisos, liberações de quantias bilionárias em tempo recorde e vantagens indevidas transformadas em “direitos” por administrativos. Sem contar o principal e mais constrangedor: o comércio de sentenças.

Não há nisso nenhuma “pressão impropria” nem “manifestação de autoritarismo”. Ao contrário, trata-se de um movimento profundamente democrático para que ninguém aja — nem se sinta — acima da Justiça.

eliane@uol.com.br

### Imigração na gaveta

**RIO DE JANEIRO** — Dorme em alguma gaveta do governo federal uma proposta de Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante que foi posta em consulta pública em 2010.

O debate voltou à tona com o afluxo recente de haitianos, um dos temas que seriam tratados ontem na visita de Dilma a Porto Príncipe.

No caso dos haitianos, o governo improvisou uma solução com vistos especiais de trabalho, mas ainda não deu conta dos que já estavam a caminho e chegarão à Amazônia sem documentos. Tendo pago os cotetes que os trouxeram, eles resistem a voltar para o país mais pobre do hemisfério.

Segundo especialistas como Deisy Ventura, da USP, o assunto não sai do limbo porque há divergências significativas. A visão mais tolerante está em confronto com outras que privilegiam enfoques de segurança ou de mercado, incluindo a que advoga a seleção de profissionais qualificados.

O problema é que, pelo peso crescente em sua região, o Brasil tende a atrair imigrantes pobres em maior número, ainda que comecem a surgir candidatos fugidos da crise no sul da Europa. É preciso buscar meios de conciliar os dois movimentos, fazendo jus à tradição de acolhimento que o país vem desde parte do seu “poder brando”.

Como já é praxe no Brasil, em ano de eleição, os protestos ditos populares se multiplicam, instrumentalizados por partidos políticos. Manifestações pacíficas fazem parte do jogo. As agressivas, claro, são um problema para a polícia resolver.

Se optar simplesmente por evitá-las, Alckmin corre o risco de se apequ岸nar no cargo e acabar como uma espécie de anti-Covas, sem poder sair do seu próprio gabinete.

Não há nisso nenhuma “pressão impropria” nem “manifestação de autoritarismo”. Ao contrário, trata-se de um movimento profundamente democrático para que ninguém aja — nem se sinta — acima da Justiça.

claudia@antunes.com.br

### Os dilemas da influência

Não existe caminho fácil para ganhar influência mundial. O processo acarreta responsabilidades, além de oportunidades. Nesta semana, alguns dos dilemas que o Brasil terá de enfrentar por causa disso se tornaram visíveis.

Já há algum tempo, o papel que o Brasil vem assumindo na América do Sul causa inquietação aos vizinhos. Essas preocupações não costumam ser expressadas publicamente. Mas existem indicações claras.

Na Bolívia, por exemplo, um projeto de uma rodovia, que conta com o apoio brasileiro, despertou oposição entre os indígenas numa escala que apenas de surpresa o governo boliviano, ainda que este seja embalcado pelo primeiro presidente indígena do país.

Imigrantes haitianos vêm entrando em grande número no Brasil. A causa é a atual prosperidade do país. Mas esse influxo também é consequência indireta do destaque que o Brasil conquistou no Haiti, onde o Exército brasileiro comanda a força de paz da ONU.

Cuba oferece outro exemplo. O Brasil vem procurando obter vantagens econômicas cada vez maiores lá. O BNDES e a Odebrecht estão envolvidos em um projeto de US\$ 800 milhões para melhorar o porto de Mariel. O objetivo é desenvolver os depósitos de petróleo ao largo da costa cubana.

Mas Mariel é um nome que tem significado importante para os norte-americanos de origem cubana. Estará para sempre associado à expulsão por Fidel Castro de cubanos que ele considerava como “indefeituáveis” e “escória”, em 1980.

Alguns eram prisioneiros libertados das penitenciárias e pacientes libertados de hospitais psiquiátricos. Um total de 124.779 cubanos chegaram à Flórida de barco entre abril e outubro de 1980, 86.488 deles no mês de maio, o que causou um sério problema para o governo Carter e danificou ainda mais a relação entre Cuba e os EUA.

Os brasileiros costumam encarar com discreta zombaria a política americana em relação a Cuba, que entendem como uma luta de 50 anos entre Davi e Goliath. É essa óptica que justifica, de muitas maneiras, No entanto sua perpetuação se deve tanto aos cubanos quanto aos americanos.

Os dilemas das autoridades também se aplicam a Brasília. Marco Aurélio Garcia, assessor de política externa de Lula que manteve o posto com o governo de Dilma, disse que “não dizemos aos cubanos o que fazer”.

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, declarou que os direitos humanos em Cuba “não são uma emergência” — isso uma semana depois que o dissidente cubano Willam Villar morreu devido a uma greve de fome.

É fato que o governo de Dilma concorda em visto à bioguetaria cubana Yoani Sánchez. Mas a realidade é que, mesmo para as grandes potências, não se pode ter tudo.

Kenneth Maxwell escreve há quinze anos nesta coluna. Tradução de PAULO MIGALICI.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 01/03/2012

A2 opinião \* \* \* QUINTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2012

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FRAS FERRO  
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JURITI BRITO  
 Editor-executivo: SÉRGIO DAMILÁ  
 Conselho Editorial: ROGÉRIO GENTILE DE CERQUEIRA LETTE, MARCELO COELHO, ANÍTO FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS e PEPESOPHIA FERRO (correspondente)  
 Diretores-executivos: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BUSSAT (circulação), MARCELO MARQUES GOMÇAVES (finanças) e FREDERICO ALCARÁ (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

### Muito além do câmbio

**Queixume da indústria sobre valorização do real tira o foco de questões como a inflação de custos, que prejudicam bem mais as exportações**

A indústria brasileira sofre cada vez mais com a perda do impeto exportador e o aumento da penetração de produtos importados. Há três anos a indústria não cresce.

O patamar de produção industrial permanece abaixo do alcançado antes da crise financeira de 2008. Já o consumo expandiu-se 30% no mesmo intervalo.

Tornou-se comum culpar a taxa de câmbio pela letargia. À primeira vista, faz sentido. Do início de 2004 até fevereiro deste ano, o real valorizou-se quase 44%, encaucando os produtos exportados.

Não mundo cada vez mais caracterizado pela desvalorização das principais moedas (a "guerra cambial" de que fala o ministro da Fazenda, Guido Mantega), é claro que o país tem prejuízo com o câmbio valorizado. Há, porém, muitas outras razões estruturais para explicar a retração industrial.

A questão do custo interno de produção aparece em primeiro plano. O Brasil é um país de inflação superior aos padrões internacionais. Por conta da elevada indexação à taxa inflacionária, os custos da economia como um todo sobem de modo persistente.

Os preços internos sobem de 5% a 6% ao ano no país, em média. Nos países desenvolvidos e emergentes, crescem em torno de 2% a

3% anuais. Não é preciso um prazo muito longo para ocorrer uma perda de competitividade até mais representativa que a do câmbio. Enquanto a economia era fechada, sem competição externa, bastava repassar custos aos preços. Hoje isso não é mais possível, porque os produtos nacionais estão expostos à concorrência dos importados. E o quadro se torna ainda mais preocupante quando se analisa a inflação dos itens que importam para a produção.

A mão de obra é um deles, talvez o principal. Nos EUA, não existe inflação de mão de obra — a produtividade tem crescido de 3% a 4% ao ano na indústria, em linha com os salários que paga. No Brasil, a produtividade industrial está estagnada, e os salários sobem em ritmo chinês, a 10% anuais. O ônus criado por essa diferença suplanta em poucos anos o peso do câmbio. A energia, outro custo importante, é mais de duas vezes mais cara que a média internacional. A principal razão está nos impostos, que representam 25%.

As associações industriais, por miopia, focalizam o câmbio como problema principal. O governo agradece, pois não tem muito o que fazer com ele, que responde a variáveis fora de seu controle. Bem mais trabalhoso seria enfrentar a agenda de desoneragem progressiva de impostos, desindexação da economia, qualificação de mão de obra e redução de custos logísticos. Sem isso, a indústria continuará perdendo terreno, com qualquer taxa de câmbio.

### Guerrilha encurralada

As Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) anunciaram a intenção de suspender o sequestro de civis, no futuro, e libertar seus dez últimos "prisioneiros de guerra", numa referência aos militares e policiais que ainda mantêm como reféns. Estima-se que outros 400 a 700 prisioneiros estejam em poder da organização de guerrilha.

As Farc aceitam com a oferta de retomar negociações de paz com os poderes constituídos na Colômbia. Mas sua aparente disposição para o diálogo só cresce na medida em que sofre sucessivas perdas territoriais e de poderio militar. O desmonte da organização se reflete no contingente de guerrilheiros em serviço, reduzido a me-

nos da metade dos 20 mil homens que há uma década arremetiam. Após controlar militarmente até 40% do território, as Farc encontram-se hoje confinadas em regiões fronteiriças e de selva. Alguns de seus principais líderes foram mortos em confrontos.

A diminuição de sua área de atividade e a pressão eficaz das forças de segurança do país tornaram mais difícil a prática de sequestros por parte do grupo. São razões práticas, e não a súbita manifestação de alguma consciência moral, que explicam o anunciado abandono dessas ações. A perda de território também estrangula a outra principal fonte de recursos do grupo: o narcotráfico.

Encurraladas, as Farc vêm agora pedir ao governo que se sente à mesa de negociação e aceite a troca de prisioneiros. Um simples acordo retórico não basta, respondeu Santos, e com razão. É preciso que o grupo abandone suas atividades criminosas e liberte as centenas de civis que ainda mantêm como reféns, muitos há mais de uma década sem ver a família.

Mais cedo ou mais tarde, chegará ao fim essa organização anárquica, delinqüente e cruel. Seu desmonte representará uma vitória para a democracia na Colômbia e na América Latina.



ROGÉRIO GENTILE

### Professores reprovados

**SÃO PAULO** - O ensino público em São Paulo, no que depender da engenhosidade do governador Geraldo Alckmin, não corre o menor risco de melhorar nos próximos anos. Pela terceira vez seguida, diante da dificuldade em preencher as vagas abertas no corpo docente das escolas, o governo paulista autorizou a contratação de professores reprovados em um teste de seleção aplicado pelo próprio Estado.

Ou seja, o contribuinte paulista vai continuar a pagar alguém para ensinar aquilo que não sabe para os seus filhos. Será que era esse o tipo de solução que o tucano se propunha a oferecer quando, na eleição de 2010, dizia que "governar é enfrentar problemas e concretizar sonhos"? A falta de professor não é um tema novo. Em 2007, o Conselho Nacional de Educação divulgou um relatório no qual tratava do assunto e dizia temer um verdadeiro "apagão" no futuro. De fato, estima-se que haja atualmente uma carência de mais de 300 mil docentes no país, sobretudo para áreas como matemática, física, biologia e química.

As razões para esse desinteresse pela profissão são várias e tão antigas quanto óbvias. A carreira perdeu prestígio, as faculdades são, muitas vezes, ruins e desestimulantes, claro, o salário é baixo — um professor iniciante recebe R\$ 1.988,83 em SP, valor semelhante à média que se paga, por exemplo, para um marceneiro (R\$ 1.969) e para um serralheiro (R\$ 1.927), segundo o Datafolha.

Mas será que simplesmente reduzir as exigências contratar qualquer um, como faz o governo, é a melhor maneira de encarar a situação? Alckmin costuma dizer que o Estado é o motor do país. Pois, em vez de desistir da qualidade e se conformar com a debilidade do ensino público oferecido aqui, deveria criar algum tipo de estímulo para tentar atrair os melhores formados para a rede estadual. E utilizar a USP, a Unicamp e a Unesp para reciclar e requalificar esses professores que há anos vão mal nos testes de seleção.

ELIANE CANTANHÈDE

### Uma vela para Deus, outra...

**BRASÍLIA** - Ao nomear Marcelo Crivella para o Ministério da Pesca, a presidente Dilma Rousseff tenta matar dois coelhos com uma cajadada só, ou, melhor, com uma canetada só. Quer satisfazer o PRB, ao mesmo tempo, acalmar os evangélicos, de olho no Congresso e na eleição para a Prefeitura de São Paulo. Crivella é senador do PRB, partido que não tinha nenhum ministério até agora, cidadão, e tem um nome para a prefeitura, Celso Russomanno, que lidera as pesquisas e pode tirar votos do candidato do PT, Fernando Haddad. Uma coisa — o ministério — pode compensar a outra — o fim da candidatura de Russomanno.

Essas escolhas apenas comprovam que o Ministério da Pesca é uma abstração e foi criado exatamente para isso: acomodar interesses e aliados políticos, além de justificar uma penca de emendas parlamentares. Poderia ser o ministério do frango, da soja, do gado de corte, do gado leiteiro, quem sabe das almas?

Mais que isso, Crivella é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus e influente integrante da chamada "banca evangélica", que anda de mau humor com o Flanalto e com Haddad por erros e por acertos do governo: a nomeação do ministro, a honra Menicucci (Mulheres), defensora assumida do aborto, a comocação do ministro Gilberto Carvalho (Se-

creta-Geral da Presidência) para as esquerdas travem uma "disputa ideológica" com as igrejas pela "nova classe média"; e o kit anti-homofobia do MEC à época de Haddad.

Colocados os dados políticos da escolha de Crivella, vem a pergunta que não quer calar: o que o senador trouxe ao entender de pesca? Provavelmente, nada, o que não é nem mais nem menos do que seus antecessores no governo Dilma, os petistas Luiz Sérgio, que conseguiu a proeza de pescar duas demissões em um único governo, e Ideli Salvatti, que virou ministra da articulação política e foi jogado arrastado em águas mais profundas — no Congresso.

CLAUDIA ANTUNES

### Cidade domada

**RIO DE JANEIRO** - Na madrugada da segunda-feira de Carnaval, enquanto a Beija-Flor desfilava no Sambódromo, a polícia do Rio fez uma operação no vizinho morro de São Carlos para prender um traficante.

O criminoso foi encontrado num roteiro em que um adolescente de 14 anos foi morto. O São Carlos sedia uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) que enfrenta problemas de adaptação, com reação ao tráfico e casos de corrupção de policiais.

Seria saudável que a opinião pública cariocas questionasse se valeu a pena arriscar a morte de um garoto pela prisão de um bandido que já deve ter sido substituído na favela. Ainda mais quando se sabe que um dos principais desafios das UPPs é controlar os covetes, que passam a ter seu cotidiano regulado pela polícia.

O Estado, por exemplo, acaba de inaugurar uma ponte para a cidade universitária que desemboca numa via expressa já saturada, a Linha Vermelha. Por que não concentra os gastos vários numa nova linha de metrô, em vez de fazer só a extensão para a Barra de uma rota, a zona sul-centro, também congestionada?

Agora, há mobilização de urbanistas contra a demolição da primeira hiléia da cidade, do século 19, e de um antigo quartel, ambos próximos ao Maracanã. O projeto divulgado para o local é de um parque, mas temesse que venha a incluir um estacionamento para os fogos. O Patrimônio municipal diz que ainda analisa o valor histórico-cultural dos edifícios.

O Rio não precisa de novas vagas para carros, mas que existam condições para que eles não precisem ser retirados das garagens.

KENNETH MAXWELL

### Leveson e Murdoch

Nesta semana, o inquérito da Comissão Leveson, criada em 2011 pelo premiê britânico e presidida pelo juiz Brian Leveson, ouviu depoimentos exclusivos. A comissão de inquérito tem o poder de convocar testemunhas, que depõem sob juramento. Desde novembro, ouviu uma sucessão de importantes jornalistas e vítimas de escutas telefônicas.

Também ouviu o pai e a mãe de Milly Dowler. A revelação de que o jornal sensacionalista "News of the World" havia instalado uma escuta no celular da estudante assassinada causou forte indignação pública e a forçou a dar início ao inquérito. Agora foi a vez da polícia. Sue Akers, vice-comissária-assistente do Scotland Yard, disse a Leveson que pagamentos "regulares, frequentes e ocasionalmente significativos" eram feitos pelo jornal "The Sun" a militares e funcionários da polícia e dos departamentos de saúde e penitenciários do governo.

Há provas de que funcionários públicos recebiam remuneração regular do jornal. Os envolvidos nesse tipo de atividade sabiam estar agindo ilegalmente e ocultaram a identidade dos beneficiados, um dos quais recebeu £ 80 mil.

Outro jornalista dispunha de £ 150 mil para pagar seus contatos. A informação obida "não era de interesse público" e, em muitos casos, consistia em "fofocas lúbricas". Akers disse que "as provas revelam uma rede de funcionários públicos corruptos".

O inquérito da Comissão Leveson lembra uma novela britânica. No fim de semana passado, Rupert Murdoch lançou, em Londres, o jornal "Sun on Sunday", que substituiu o "News of the World", fechado devido ao escândalo. O novo jornal vendeu 3,26 milhões de cópias. O componente britânico do vasto império de mídia de Murdoch é pequeno. Mas, nos EUA, ele ocupa posição importante. Seu canal de notícias a cabo Fox News dita o tom da direita republicana.

As notícias sobre subornos no Reino Unido serão observadas com interesse pelo "New York Times" — que há muito concorre ferozmente com o "Wall Street Journal", controlado por Murdoch. No Reino Unido, os jornais de Murdoch tomaram a ofensiva. Kevin Mackenzie, ex-editor do "The Sun", argumentou que "se alguém que faz uma denúncia pede dinheiro, que mal há?". O editor associado do "The Sun" queixou-se de "uma caça às bruxas em estilo soviético". Akers respondeu em seu depoimento que "nosso objetivo é revelar crimes, não revelar fontes legítimas".

Enquanto isso, o WikiLeaks começou a divulgar outros milhões de e-mails sigilosos, e Bradley Manning continua detido num presídio militar norte-americano por fazer o mesmo. Nenhum desses documentos foi obtido com suborno.

KENNETH MAXWELL escreve do quartel. Tradução de PAULO MIGALICI



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 08/04/2012

A2 opinião \* \* \* DOMINGO, 8 DE ABRIL DE 2012

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREAS  
Diretor Editorial: OLAVO DE FREAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor-executivo: SÉRGIO ÁVILA  
Conselho Editorial: ROBERTO CÍZAR DE CERQUEIRA LESTE, MARCELO COELHO, JANO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINHO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS e OLAVO DE FREAS FILHO  
Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BUSSAT (circulação), MARCELO RICHARDO GONÇALVES (executivo) e EDUARDO ALCARÁ (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### Pouca energia

Preço da eletricidade torna a indústria menos competitiva; redução depende de cortes em tarifas e tributos que a Presidência reluta em tocar

A perda de competitividade da indústria brasileira decorre de uma miríade de fatores, em especial do custo dos tributos, da infraestrutura precária e da burocracia tributária e trabalhista.

Há um elemento adicional, porém, em que o Brasil se destaca muito do restante do mundo: o preço da energia, que representa parcela relevante dos custos das empresas, em particular na indústria.

Segundo estudo da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), a tarifa industrial de consumo de energia alcança, em média, R\$ 329 por megawatt-hora (MWh), 57% acima da média global. Nos EUA, por exemplo, a tarifa fica em R\$ 117,4 por MWh.

É um paradoxo. A matriz energética brasileira se baseia na eficiente geração hidrelétrica, e muitas das usinas geradoras são antigas, já amortizaram o investimento. Mas essa vantagem potencial não alcança o consumidor.

Para deslindar a questão, é preciso considerar a composição da tarifa elétrica. Segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), a somatória de geração, transmissão e distribuição (GTD) representa, em média, 63% do valor final. Desse 63%, metade corresponde à geração.

Os 37% restantes decorrem de impostos (26%) e de vários encargos setoriais (11%). Muitos desses encargos são anacrônicos, pois se esgotaram os motivos de sua criação (como a contribuição para o programa Luz para Todos, extinto).

Os principais impostos são PIS/COFINS e ICMS, com alíquotas de 9,39% e 25%, respectivamente, em média. No caso do ICMS, há a abração adicional de cobrar o imposto "por dentro", ou seja, com inclusão do tributo na própria base de cálculo; numa dita com alíquota de 25%, o impacto real do imposto resulta em 33%.

Há duas formas principais de reduzir o custo da energia: cortar preços de GTD, de um lado, e os encargos e impostos, de outro.

O estudo da Firjan aponta que, para alcançar padrões internacionais, o custo de GTD precisaria cair 35%. O vencimento de numerosas concessões — em 2015 expiram contratos de cerca de 22% do parque de geração, 60% da transmissão e quase todas as distribuidoras estatais — em tese oferece uma oportunidade para a redução de valores.

Ela não será significativa, porém — não na velocidade necessária. Mesmo que o governo zerasse as tarifas de geração e transmissão das concessões renovadas, a diminuição máxima possível do preço final seria de apenas 10%.

Eis um cálculo simples: a geração representa 33% da tarifa, e vencerão 22% das concessões de geradoras; no caso hipotético de

País	Preço médio (R\$/megawatt-hora)
Brasil	329
Alemanha	213,4
Índia	188,1
China	142,4
EUA	117,4
Rússia	91,5
Média de 27 países	215,5

Fonte: Firjan/Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Tarifa zerada, a redução seria de, no máximo, 6,8% (31% de 22%). A mesma conta resultaria em 3% de corte pelo lado da transmissão.

Na prática, a redução da tarifa será bem menor que isso, pois o governo parece trabalhar com uma queda no preço de, no máximo, 30%, com vistas a preservar a capacidade de investimento das empresas geradoras, especialmente da Eletrobras.

Além disso, o custo de novas usinas não é baixo. Fontes alternativas de energia térmica e biomassa, além das novas hidrelétricas, vendem energia a preços médios próximos de R\$ 100 por megawatt.

Do lado da distribuição, a revisão séria de tarifas deve resultar em redução mais significativa neste ano. Os ganhos de produtividade e a diminuição da estimativa de custo de capital aplicada pela Aneel podem permitir, em alguns casos, um recuo de cerca de 10% no valor final.

Parece viável pensar, portanto, em cortes de 10% a 20% nos preços de GTD nos próximos anos. Traria um benefício real, mas ainda insuficiente.

Para que haja queda mais sensível, em prazo razoável, é preciso contemplar os impostos. E, nesse caso, o alvo principal é o ICMS. Há resistência natural dos governos dos Estados a reduzir o ICMS, pois as concessões públicas, como energia e telefonia, contribuem com parcela significativa de sua arrecadação. Mas, tal como no caso de GTD, também se avizinha uma oportunidade para aliviar o peso dos impostos.

Estão em debate no Congresso a divisão dos royalties do pré-sal, as mudanças nas alíquotas interestaduais do ICMS (para conter a guerra fiscal) e uma nova fórmula de partilha do Fundo de Participação dos Estados. Além disso, os governadores (com razão) querem renegociar os juros que incidem nas dívidas com a União, decaídos após sucessivas reduções da taxa básica pelo Banco Central.

São assuntos aparentemente desconexos, mas que se encontram no tema da divisão de receitas entre os entes federativos.

A presidente Dilma Rousseff, neste segundo ano de mandato e gozando de alta aprovação, deveria liderar um debate nacional sobre a melhor forma de cortar a carga górdica e dotar o país da energia e dos tributos na justa medida para sustentar o crescimento.



### Prova difícil

SÃO PAULO - Concurso para garantir o examinando conhecimentos de novelas e de um certo Michel Tófo. Duas coisas me chamaram a atenção: eu não passaria na prova e garis precisavam hoje ter ensino básico completo e aprovação em concurso.

Sou um ferrenho defensor da meritocracia, mas isso não nos deve impedir de analisar criticamente títulos educacionais e exames de ingresso. Em linha com a teoria sociológica da socialização custosa, Geoffrey Miller sustenta em "Darwin Vai às Compras" que o diploma universitário é só uma credencial, um jeito dispendioso de informar ao mundo que seu portador é dono de um QI elevado.

No caso das escolas de elite americanas, o título custa US\$ 160 mil. No Brasil, as instituições mais reputadas tendem a ser gratuitas para o aluno, mas oneram o bolso do contribuinte.

O paradoxo desse credencialismo é que o teste de QI tradicional, feito em dias e horas, mede a inteligência do candidato com mais precisão que os quatro anos de estudos superiores.

Ele também prevê com alto índice de acerto seu desempenho profissional. Ninguém cogita trocar o diploma por um teste de QI porque isso violaria nossas noções de justiça.

Uma teoria alternativa ao credencialismo é a do capital humano. Mandamos os jovens para as universidades para que elas lhes inculquem valores agregados, as ideias valorizadas por nossa cultura, que os tornarão melhores profissionais e cidadãos.

Em algum grau isso é verdade. Técnicos não nascem prontos; precisam ser treinados. A questão, diz Miller, é que cursos universitários não são a única forma de fazê-lo. Livros e DVDs também funcionam e são muito mais baratos. O fato de empresas dependerem cada vez mais de seus programas internos de treinamento mostra que a tradição universitária já não satisfaz o mercado.

Não se trata, é óbvio, de defender a extinção da educação superior, mas refletir sobre seu propósito e atuais inadequações não faria mal.

helo@sp.ig.com.br

### Perigosa assimetria

Em recente painel do qual participei na Organização Mundial do Comércio (OMC), sobre o impacto do desalinhamento do câmbio, observei que o problema pode provocar perdas irreversíveis na estrutura manufatureira de países com moedas supervalorizadas. O Brasil é um exemplo.

A despeito de nossa economia vir apresentando evolução positiva, houve desaceleração acentuada no crescimento em 2011 devido em parte ao controle inflacionário, mas também ao fraco desempenho da indústria. Esse quadro deve-se à intensa concorrência estrangeira, ajudada pelo real sobrevalorizado, enquanto a maioria das importações vem de países com moedas desvalorizadas.

O superávit comercial médio do Brasil desde 2008, entre US\$ 20 bilhões e US\$ 30 bilhões, advém principalmente das commodities. Os manufatureiros tiveram déficit de US\$ 92,5 bilhões em 2011. Apenas há seis anos haviam registrado saldo positivo de US\$ 5,1 bilhões.

A deterioração foi assustadoramente rápida! Entzizei nisso na OMC. Aliás, foi uma grande conquista da diplomacia brasileira conseguir que os impactos dos desalinhamentos cambiais fossem debatidos nesse organismo.

Notamos que começa a se formar forte opinião na comunidade internacional de que as distorções devem ser corrigidas. Até duas trocas de acusações entre as representações do governo americano e do chinês devem ser entendidas como reconhecimento do problema.

No Brasil, lembramos, juros e impostos elevados, energia e logística caras e a "guerra fiscal dos portos" praticada por alguns Estados também contribuem para os problemas enfrentados pela indústria. Porém nenhum fator compensa-se ao impacto esmagador do câmbio.

Em todas as metodologias para calcular tal desalinhamento, a conclusão é a mesma: o real está supervalorizado, e a moeda de vários de nossos parceiros comerciais, subvalorizada.

A Fundação Getúlio Vargas calcula em 30% e, com base nesse índice, mostra que as tarifas de importação brasileiras são negativas para todos os grupos de produtos.

Assim, em vez de proteger a produção nacional, incentiva-se a importação. E mais: se essas taxas fossem ajustadas para considerar a desvalorização das moedas de nossos parceiros, fica mais gritante o impacto da dupla assimetria, que reduz a competitividade, faz cair as receitas e a lucratividade das exportações, incentiva o ingresso de manufaturados estrangeiros, inibe investimentos e rompe cadeias de abastecimento.

Portanto, a dupla assimetria precisa ser solucionada no âmbito do comércio exterior. Caso contrário, pode recrudescer o protecionismo, na contramão de regras multilaterais justas e civilizadas.

josue@sp.ig.com.br  
domingo nesta coluna.

### O emergente e a potência

BRASÍLIA - A beligerância verbal e as idiosincrasias entre o Brasil e os EUA esfriaram muito de Lula para Dilma. E os interesses continuam.

O Hamaraty está mais tímido, e Dilma não é do bom produto de política externa quanto Lula era, mas ela também é altamente popular, tem o triunfo real de ser a primeira presidente brasileira mulher e é quem, de fato, dá a linha da diplomacia brasileira — para os EUA, "uma diplomacia de valores, não só de interesses".

É possível acrescentar: sem uma busca frenética por lideranças que ou são naturais, como na América do Sul, ou prematuras, como nas negociações de paz no Oriente Médio.

Poucas pautas de Dilma são tão ricas e importantes como a que ela leva para Washington. Há desde o "Cláudia sem Fronteiras" (intercâmbio de estudantes que os dois lados enaltecem) até inúmeros entretimentos comerciais, o foco em energia e as espinhosas questões de Síria e Ira. Os EUA insistem na tática de torná-los financeiros, econômicos e comer-

ciais, enquanto o Brasil contrargumenta que isso só piora as coisas.

No caso da Síria, o Brasil tenta se equilibrar entre os EUA e a Rússia e a China — parceiros nos Brics que dão suporte ao regime assassino de Assad — mas o embaixador Thomas Shannon (EUA) minimiza: "Brasil e EUA pensam quase igual, o vocabulário é que é diferente". (Cá para nós, vocabulário usado em diplomacia...)

Mas a questão mais delicada nem é Síria, é Ira. O Brasil teme que a política de sanções chegue a um resultado oposto, empurrando os aliados para a guerra. Já os EUA pressionam o Irã para evitar, por tabela, que Israel vá às armas. A ação do Ocidente seguraria os ânimos dos israelenses.

Portanto, o lado mais visível da visita de Dilma aos EUA será a economia, mas o que vai valer mais não será o dito em público, mas o não dito. Ou melhor, o dito entre Dilma e Obama, a portas fechadas, sobre os sólidos interesses bilaterais e as espinhosas questões internacionais.

cliane@sp.ig.com.br

### A Páscoa e os homens

RIO DE JANEIRO - Nos domingos de Páscoa, como o de hoje, lá no seminário onde estudei, acordávamos com o coro da "Cavalaria Rusticana", "Innegiamo il Signore e riscendiamo a terra, e a terra a terra de todos os tempos. No rudo cenário de uma aldeia siciliana, o povo se retine e louva o Senhor, que subiu à glória do céu. Mal termina o coro pascoal, num duelo por causa de meter, um homem mata outro.

Não é por falta de exemplos e medos que ela sofriam a "nostalgia da virtude". Creso que também existia uma nostalgia do vício. Não podemos passar sem um vilão, um demônio no qual podemos descarregar nossas culpas por causa da perda da inocência.

Debandando de lado outras considerações, vamos aos fatos de nosso cotidiano, que também pode ser considerado como a ópera de Mascagni, baseada em peça de Giovanni Verga.

Inutil arrolar os vilões, o assassino nos Estados Unidos que sem mais menos invade escolas e mata jovens alunos. Em termos prosaicos, aqui no Brasil não podemos passar sem um vilão público, seja Ricardo Teixeira, seja Carlos Cachoeira. Isso sem falar no satã da vez, um senador que atuava como um Catão, denunciando e cobrando moralidade de sua vida pública.

O que tem a Páscoa com nossas misérias? Somos diariamente acolitados e crucificados. "Ecce homo", num vastíssimo plural: eis os homens! Mesmo assim, e apesar das evidências em contrário, pensamos que um dia poderemos subir à glória do céu.

O que tem a Páscoa com nossas misérias? Somos diariamente acolitados e crucificados. "Ecce homo", num vastíssimo plural: eis os homens! Mesmo assim, e apesar das evidências em contrário, pensamos que um dia poderemos subir à glória do céu.

O que tem a Páscoa com nossas misérias? Somos diariamente acolitados e crucificados. "Ecce homo", num vastíssimo plural: eis os homens! Mesmo assim, e apesar das evidências em contrário, pensamos que um dia poderemos subir à glória do céu.

carlos@sp.ig.com.br



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 01/05/2012

A2 opinião ★ ★ ★ TERÇA-FEIRA, 1º DE MAIO DE 2012

FOLHA DE S. PAULO

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FREAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
 Editor Executivo: SERGIO DIAMLA  
 Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CARVALHO LEITE, MARCELO COELHO, ANDRÉ FREITAS, ELIÉRIO RAMENHINI, OLIVIERO CARVALHO, CELSO PINHO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS e OTAVIO FREAS FILHO (coordenador)  
 Diretores Executivos: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BISSINI (circulação), MARCELO BAÇILEIRO (circulação), RENAN DOS SANTOS (alargamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

### Ceticismo com crédito

Menor custo de empréstimos para pequenas empresas e pessoas físicas depende de disseminar cadastro positivo e portabilidade de dívidas

Al longo do mês de abril, os bancos — primeiro os públicos, em seguida os privados — anunciaram cortes substanciais nas taxas de juros que cobram em grande variedade de linhas de crédito.

Desde o princípio, tais anúncios suscitaram justificadas reações de ceticismo quanto a seu impacto efetivo sobre o mercado de crédito.

Para além da impressão de que a concorrência entre os bancos ainda é pequena — até como reflexo do comodismo e da inércia dos correntistas —, provavelmente o motivo maior do ceticismo reside na percepção de que o alcance dos propalados cortes no custo do crédito poderia ser muito mitigado pela política dos bancos na seleção de tomadores de crédito.

Nossas palavras de ordem poderiam ser rigorosas demais na exigência de comprovações de renda, garantias e contrapartidas, limitando a uma fração dos clientes o efetivo acesso ao crédito mais barato.

Exigências desse tipo, tipicamente, são as principais razões pelas quais reduções do "spread" dos bancos (isto é, da diferença entre a taxa de juros que pagam para captar recursos e as taxas que cobram ao emprestar) costumam demorar para chegar a seus clientes com menos recursos, sejam eles pequenas empresas ou pessoas físicas.

### Vida dupla

Um famoso filme de Luis Buñuel conta a história de uma bela e respeitável burguesa que, nas horas vagas da tarde, atendia a clientes bizarros num bordel de luxo.

Como em outras ocasiões, a imaginação do mestre surrealista termina parecendo tímida diante da realidade brasileira.

Há um caso de diferenças entre o vereador Joair Subtil Viana (PMDB), de Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, e a personagem de Catherine Deneuve em "A Bela da Tarde". Aproxima-se, todavia, o charme discreto da vida dupla.

Em 2009, Joair Subtil Viana foi preso numa operação da Polícia Federal. Em sua fazenda, localizada na divisa com o Paraguai, fora encontrada uma quantidade nada discreta de cocaína. Eram quase cem quilos.

Condenado a 14 anos de prisão, o produtor rural teve de interromper provisoriamente as atividades paralelas — entre elas, a de vereador, cargo a que fora eleito em 2008.

Esse silêncio, essa frieza, essa indiferença não se rompem habitualmente nos roteiros, tantas vezes surrealistas, da política brasileira. O episódio de Joair Subtil Viana talvez tenha sido apenas a noite. Segundo seu advogado, o retorno de Viana à vereação se faz

A cautela recente dos bancos se justificaria, em grande medida, pelo aumento da inadimplência. De fato, a proporção de seus empréstimos a pessoas físicas com pagamento em atraso superior a 90 dias começou a aumentar na virada de 2010 para 2011 e, apesar de o desemprego progredir baixo, não parou de subir até fevereiro de 2012.

Já em março, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central, a inadimplência das pessoas físicas cresceu pela primeira vez desde dezembro de 2010.

Embora preliminar e sujeita a revisão, a informação é auspiciosa. Sinaliza chances maiores de que as reduções de taxas de juros pelos bancos realmente venham a se traduzir em crédito mais barato e mais farto para as famílias.

Para aumentar essas chances, caberia reforçar iniciativas que estimulem a concorrência entre os bancos e evitem que bons pagadores arquem com juros mais altos para cobrir os prejuízos provocados pelos seus pagadores.

Um exemplo é a portabilidade das dívidas, em que o cliente pode transferir seus débitos para banco que lhe ofereça condições mais atraentes. O mecanismo existe desde 2006, mas não se disseminou.

Outro é o cadastro positivo, que permitirá ao cliente bancário atestar sua condição de bom pagador para usufruir das vantagens correspondentes (acesso mais fácil a crédito mais barato). Aprovado pelo Congresso em 2011, o cadastro positivo aguarda regulamentação para entrar em vigor.

razão do "clamor popular". Tendo recebido 1.111 votos no último pleito, o empresário conta reeleger-se neste ano.

Despertados pela insólita circunstância, vereadores de Ponta Porã encetam um processo de cassação contra o peemedebista, por quebra do decoro parlamentar.

O que predominou, evidentemente, foi a repercussão do caso. O PMDB não cogitaria de expulsar o vereador nem considerou estranho o pedido de licença para "tratar de assuntos pessoais" que Joair Subtil Viana encaminhou à Câmara Municipal quando foi preso.

O crítico Günther Anders assinalou certa vez que o espantoso, nas histórias de Franz Kafka, "é fora encontrada uma quantidade nada discreta de cocaína. Eram quase cem quilos."

Esses silêncios, essa frieza, essa indiferença não se rompem habitualmente nos roteiros, tantas vezes surrealistas, da política brasileira. O episódio de Joair Subtil Viana talvez tenha sido apenas a noite. Segundo seu advogado, o retorno de Viana à vereação se faz



HÉLIO SCHWARTSMAN

### O bullying

SÃO PAULO — O bullying é por vezes um problema real que exige medidas drásticas. Assim, é positivo que a Justiça esteja prestando atenção ao fenômeno e já tenha atenuado alguns adolescentes à prestação de serviços comunitários, como mostrou a *Folha* na edição de domingo. Para conviver bem em sociedade, precisamos aprender a respeitar certos limites de agressividade no trato com terceiros.

O mundo, porém, é um lugar mais complexo e multifacetado do que querem as narrativas de que nos valemos para dar sentido às coisas. Declaram guerra ao bullying e propugnam por uma política de tolerância zero funciona mais como slogan publicitário que como remédio eficaz. De acordo com a psicóloga Helene Guldberg, da Open University de Londres, há uma história em torno do tema que já pode estar produzindo mais mal do que bem (vale frisar aqui que ela fala primordialmente da realidade anglo-saxônica, onde as campanhas contra o bullying são

heliog@uol.com.br

ELIANE CANTANHÊDE

### Ministrinho e tijalços

BRASÍLIA — Decisões longas e amadurecidas, por óbvio, tendem a ser melhores do que as rápidas e impensadas. Dilma, no entanto, levou quase meio ano para nomear, na véspera deste Primeiro de Maio, um ministro do Trabalho que enfrenta resistências na própria banca e em centros de pesquisa.

O deputado Leonel Brizola Neto, o então escolhido, tem duas credenciais para ocupar o cargo, além de ser do PDT: o sobrenome, herdado de um ícone do trabalhismo brasileiro e da luta contra a ditadura militar, e o blog "Tijalço", em que se ocupa de singrar todos os críticos do governo, sobretudo do antigo governo, e alimentar a ira contra a imprensa.

A não ser que se considere credencial o fato de Brizola Neto, 33, virar o mais novo dos 38 integrantes da Esplanada dos Ministérios. Ou o fato de, apesar de eleito pelo Rio, ser o oitavo gaúcho no governo Dilma, nascida em Minas e adotada pelo RS. O anúncio foi feito ontem pelo Planoalto e a posse será na quinta-feira.

eliane@uol.com.br

CARLOS HEITOR CONTI

### A Paris de Woody Allen

RIO DE JANEIRO — Vi com atraso o filme de Woody Allen, "Meia-noite em Paris", do qual muito esperava, uma vez que "Manhattan" me parece sua obra-prima, em preto e branco mesmo e com música de Gertrude Stein. Aliás, é um dos fortes do ator-diretor, bom de ouvido, todos os seus filmes são salvos pelas trilhas musicais — vai ter bom ouvido assim no inferno.

Quito pontos a favor: a beleza da fotografia, a cidade é fotogênica, mas Woody tornou-a maravilhosa, quase irreal, sem apelar para os cartões-postais que todos conhecemos. Isto posto, vamos para aquilo que agora chamamos de "conteúdo". Neste particular, foi uma sucessão de clichês, alguns exclusivos do próprio diretor, como o escritor esperançoso e o estagiário sempre fazendo a tese de mestrado.

Quanto ao escritor, é repetida a costumeira opinião do editor, "seu livro não nos interessa, mas tem alguns trechos bons, quem sabe, reescrevendo podemos pensar em editá-lo". O passado que se mistura ao presente é um lugar comum do cinema comercial: Chaplin ("His prehistoric past", 1914), Eddie Cantor ("Escândalos romanos", 1933) e Oscarito ("Nem Sansão nem Dalila", 1955) — só para citar alguns.

Os efeitos são óbvios. O casal Fitzgerald, Hemingway, Gertrude Stein, Lautréac, Píccasso, um estupefato Buñuel (ao qual o destumbarado escritor sugere a sinopse de "O Anjo Exterminador"); citações periferias de Modigliani, Degas, Gauguin, um impenzador T.S. Elliot, Matisse, Salvador Dalí — este, por sinal, e ao contrário dos demais, interpretado por um ator (Adrien Brody) que é cara e loucura do próprio, o único que convence no papel.

Há também a música de Cole Porter, tocada por ele mesmo, e a de Offenbach, obrigatória em qualquer peça ou filme sobre a Paris daquela época.

VLADIMIR SAFATLE

### Universidades internacionais

Atualmente, é consensual a visão de que a internacionalização é o grande desafio da universidade brasileira. A contribuição entre a língua portuguesa, pouco falada, e o isolamento geográfico em relação aos grandes centros universitários da Europa e dos EUA contribuíram para a produção intelectual brasileira ser desconhecida no resto do mundo.

Quem frequenta congressos internacionais sabe que tal desconhecimento não tem necessariamente a ver com a qualidade de nossa produção, mas, principalmente, com a dificuldade de sua circulação. Com a transformação do país em ator importante da nova geopolítica mundial, é natural que muitos debates comecem a se perguntar sobre o que as universidades daqui produzem, quais seus debates e conteúdos fundamentais, assim como associar a tais debates.

É nesse contexto que as discussões sobre internacionalização das universidades se colocam. No entanto é triste ver que elas ocorrem de maneira refletida, parecendo gerar-se meramente por posições em rankings internacionais.

É impressionante como as universidades brasileiras não estão preparadas administrativamente para isso. Na USP, é comum um aluno esperar inacreditável um ano e meio para ver um pedido de cotuação de doutorado assinado. Uma proposta de acordo de cooperação internacional pode demorar muitos meses. Tudo porque não temos pessoal suficiente e simplicidade burocrática.

Por outro lado, a verdadeira internacionalização se refere ao tripé: pesquisa, formação e docência. Até agora, entregamos só o segundo ponto, com bolsas de estudo para que nossos alunos passem temporadas no exterior.

Diga-se de passagem, o último programa brasileiro de bolsas (Ciência sem Fronteiras) teve o disparate de ignorar as áreas de ciências humanas na definição de suas prioridades, o que só se justifica por uma ideia toca de desenvolvimento social que nem sequer a ditadura militar teve coragem de implementar.

Mesmo no quesito "formação" seria fundamental que nossas universidades permitissem, de uma vez por todas, que estrangeiros prestassem cursos para professor universitário, mesmo que não tenham domínio do português. Basta que eles se comprometam a aprender português. Nossos alunos teriam uma formação mais sólida e diversificada.

Por sua vez, nossa pesquisa deveria ser objeto sistemático de difusão internacional. Os professores deveriam ter linhas de financiamento para a tradução de artigos e livros a serem publicados em outros países.

O governo deveria investir na formação de redes internacionais de pesquisadores por intermédio de acordos acadêmicos. Com um conjunto claro de ações, nossos resultados na internacionalização seriam muito mais visíveis.

VLADIMIR SAFATLE escreve da Ilha de Itaipava, em Curitiba.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 01/06/2012

A2 opinião ★ ★ ★ SEXTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2012

FOLHA DE S.PAULO

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUZ FREAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FREAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor-Executivo: SÉRGIO DÁVILA  
Conselho Editorial: RODRIGO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, LÍDIO DE FREITAS, CLÉBER DE ALMEIDA, CLÁUDIO BOSSI, CARLOS HEITOR CORNÉ, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUZ FREAS e OTAVIO FREAS FILHO  
Diretoria-Executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA GOMES (geral), MURILLO BRASSAR (circulação), MARCELO RACHADO GOMES (relacionamento) e EDUARDO ALCARÁ (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### Recato no Supremo

Excessos cometidos por ministros do STF nos últimos dias, após encontro de Lula com Gilmar, vão confirmar a deterioração de padrões

O Supremo Tribunal Federal se compõe de 11 ministros, escolhidos entre cidadãos de notável saber jurídico — e reputação ilibada. Assim exige a Constituição. Não há honra maior, para um jurista, que ser escolhido para integrar esse corpo de guardiões da Carta. O preço que lhes cabe por tal distinção é manter sem mancha o renome com que ali chegaram, pois de seu comportamento como ministros passa a nutri-se o prestígio da própria corte.

É lamentável constatar que, ao longo da última década, o zelo para com essa obrigação vem decaído paulatinamente. Nas últimas semanas, acentuou-se o descaso até o ponto de suscitar alarme.

E não se trata só do efeito das palavras e narrativas impensadas que emergiram nestas duas reuniões, com as entrevistas ocasionadas pelo encontro que o ministro Gilmar Mendes aceitou realizar com Luiz Inácio Lula da Silva no escritório de Nelson Jobim — três ex-presidentes, ressalte-se, da República e dois do Supremo. Muito já se falou e escreveu sobre a impropriedade da reunião, impropriedade evidente, em face da conjuntura politicamente aguçada pela vizinhança da CPI do caso Cachoeira, centrada na figura de um senador com o qual o ministro Gilmar mantinha relacionamento

próximo o bastante para aceitar caronas de avião. E, também, do julgamento, pelo STF, do mensalão, na negação do qual Lula concentra sua atividade de ex-presidente (embora em reunião ministerial de 12 de agosto de 2005 tenha pedido desculpas pelo que então chamava de "práticas inaceitáveis"). Erraram Gilmar, Jobim e Lula, concluíram muitos. Mais que repetir o que está claro como o dia, cabe destacar que o padrão de excessos verbais e de comportamento não é novo. Há coisa de um mês, o ministro Cezar Pezoso, que doitava a presidência do STF, criticou o colega Joaquim Barbosa em entrevista; este retorquiu, também pela imprensa, com adjetivos como "caipira", "tirano" e "corporativo". O STF já exibiu até bate-bocas em plenário. Em pelo menos duas ocasiões (2007 e 2009), altercaram-se os ministros Joaquim Barbosa e Gilmar Mendes. Há quem veja ali o produto da combinação de personalidades egôlatras com a transmissão de sessões pela TV Justiça.

A transparência dos trabalhos do STF, no entanto, é algo que veio para ficar. Não é ela que precisa ser contida, mas os impulsos e costumes dos próprios ministros.

Recomenda-se começar com algumas regras básicas: não se pronunciar sobre casos por julgar; restringir contatos com políticos e outras personalidades públicas; receber partes e advogados só no recinto do STF, com divulgação prévia da agenda.

Entre as prerrogativas dos ministros, em sua independência, não está a de macular a reputação da corte a que servem.

### Toque de reunir

Uma onda de medo levou diversos estabelecimentos do bairro Cidade Tiradentes, na zona leste de São Paulo, a fechar suas portas. Embora nenhum ataque tenha de fato ocorrido, o temor propagou-se pela região após uma série de ameaças, ao que parece orquestrada por marginais ligados ao PCC — sigla da facção criminosa Primeiro Comando da Capital.

A reação da Polícia Militar foi negar a hipótese de que um toque de recolher tenha sido determinado por criminosos. Tudo não teria passado do difusão de boatos, que ganharam proporções inesperadas.

Ainda que seja assim, é sintomático que os paulistanos se mostrem inseguros e amedrontados a ponto de ceder aos rumores e suspender suas atividades normais. As intimidações seriam uma resposta à ação da Rota, unidade especial da PM paulista, que levaram à morte de nove membros da organização criminosa.

Numa das incursões, pela versão oficial, policiais teriam surpreendido marginais reunidos na zona leste para planejar o resgate de um prisioneiro. Cinco bandos foram mortos na troca de tiros, cinco fugiram e três terminaram presos. Nenhum policial se feriu. Três PMs foram acusados de

torturar e matar um outro detido. A resposta da facção veio na forma de ligações telefônicas ou de exibição de homens em atitude ameaçadora. Não assistiu apenas responsáveis por lojas. Também funcionários de órgãos públicos como escolas, postos de saúde e um terminal de ônibus da SPTrans se sentiram cogidos a obedecer ao que seriam ordens do crime.

Está claro que tal sentimento de pânico não pode ser resumido a uma extemporânea manifestação paranoica, sem base na realidade. Permanece vivo na memória o caso de Paulo Francisco, que do PCC que paralisou áreas inteiras da capital em maio de 2006. Desde então, prossegue no Estado em embate entre as forças de segurança e a facção criminosa. Os sinais são de que o PCC perdeu parte considerável de sua capacidade de ação. A organização, todavia, não desapareceu, como ficava provado pelo pânico que causou em Cidade Tiradentes.

O governo estadual precisa padronizar um procedimento rápido contra esse tipo de ação. Trata-se de garantir policiamento e orientação para que todo leilista e todo administrador de serviço público ameaceado se sinta seguro na decisão de manter as portas abertas.



### O parto da escrita

SÃO PAULO — No "Equilíbrio" da última terça, Rosely Sando veio em socorro de uma professora cujos alunos em fase de alfabetização se recusaram a escrever manualmente. De acordo com os diabretes, faz-lo seria uma inutilidade, já que o teclado é hoje onipresente.

A colunista defende a escrita manual, mais especificamente, a letra cursiva, afirmando que sua preservação é uma questão de cidadania, já que existem ainda muitas pessoas que não têm acesso à tecnologia.

Em grandes linhas, concordo com a psicóloga, mas tenho uma ou duas coisinhas a acrescentar. Rabiscar caracteres à mão — pode ser em letra de forma; eu não colocaria tanta ênfase na cursiva — parece ser um elemento importante para que as crianças desenvolvam o código alfabético.

O problema é que, ao contrário da linguagem falada, que é um item de fábrica no ser humano (não há banda que não disponha de um idioma), a escrita, com seus 5.500 anos, é uma invenção relativamente moderna e

HÉLIO SCHWARTZMAN

O parto da escrita

MARINA SILVA

A carta roubada

rara. Não surgiu mais do que três ou quatro vezes ao longo da história.

Nossas mentes, forçadas para uma existência pré-histórica, não lidam tão bem com esse código. Trabalhos de neurocientistas como Maryanne Wolf e Stanislas Dehaene mostram que o ato de ler implica reprogramar o cérebro, integrando, com a criação de conexões neurais, estruturas especializadas em percepção visual, processamento léxico e fonológico e cognição. Essas novas redes permitem que áreas tão diversas sejam cooptadas para trabalhar com harmonia e rapidez, nos dando a falsa impressão de que ler é natural.

Uma outra neurocientista, Karin Harman James, sustenta que a escrita manual, o desmembrar das letras, ao acrescentar uma dimensão motora a essa sinfonia, contribui para catalisar a apreensão e fixar melhor os elementos da escrita na memória.

A pergunta não é se jovens precisam escrever à mão, mas a partir de que idade podem deixar de faz-lo.

ELIANE CANTANHÊDE

### Fato novo

BRASÍLIA — O fato novo que retira a CPI do Cachoeira do fundo do poço é que o PMDB usou sua prerrogativa de partido mais esperto do Congresso e se tornou fiel da balança. Ora vota com o "alado" PT, ora com o "adversário" PSDB. Quebrou-se, também por isso, o acordão original entre tucanos e petistas para livrar a cara de uns e de outros.

O PMDB não aprovou a quebra de sigilo do tucano Marcelo Perillo (CZ) e, de quebra, empurrou os parceiros governistas, como PSD e PP, para convocar o petista Agnelo Queiroz (DE). Em troca, três dos cinco membros do PSDB ajudaram a evitar que o peemedebista Sérgio Cabral sentasse diante da CPI e das câmeras para dar explicações. Por enquanto...

Há nisso, além da articulação política, também um bom digramo, técnica. Cabral alega que seu nome não é citado nas fitas da Polícia Federal conhecidas até agora e que não há nada no inquérito contra ele e contra seu governo. Como comparação: o relator Odair Cunha (PT) diz que há

RUY CASTRO

### Quinze anos

RIO DE JANEIRO — Na semana passada, comentei com alguém que, por aqueles dias, iria participar de um evento da Folha sobre Paulo Francisco. Um ponto de interrogação surgiu sobre a cabeça do rapaz. O nome Paulo Francisco não lhe dizia nada. Perguntei sua idade. "Trinta e dois", respondeu. Bem, Francis morreu há 15 anos, em 1997, donde o jovem — nem tão jovem — estaria com 17 quando isso aconteceu. Já tinha idade para conhecer Francis pela TV. A não ser que só assistisse ao canal de desenhos animados.

Imagino a decepção de Francis se soubesse que, tão pouco depois, estaria tão esquecido. Gostava de ser popular e valorizava mais esse reconhecimento do que deixava transparecer. Certa vez, foi abordado em Nova York pela mulher de um poeta vanguardista brasileiro. Ela era sua filha, marido, não. Perguntou-lhe sobre o que falaram. "De últimos o preço das geladeiras em São Paulo", ele riu. Mas, no fundo, gostou.

Em 1979, quando João Bosco e Aldir Blanc compuseram "O Bêbado e a Equilibrada", tiveram de referir-se ao "irmão do Henfil" para falar de Bettinho, então um importante exilado político, mas solidamente desconhecido das grandes massas. Henfil, ao contrário, era popularíssimo como cartunista. Voto a anista, Bettinho voltou para o Brasil e tornou-se, ele próprio, uma figura pública.

Em 1988, Henfil morreu. Quinze anos depois, em 2003, ao dar uma entrevista sobre qualquer assunto, mencionou-o. O repórter (de uma conhecida revista semanal) não sabia de quem se tratava. Ou seja, com apenas 15 anos de ausência, Henfil já não era mais conhecido.

Em 1988, Henfil morreu. Quinze anos depois, em 2003, ao dar uma entrevista sobre qualquer assunto, mencionou-o. O repórter (de uma conhecida revista semanal) não sabia de quem se tratava. Ou seja, com apenas 15 anos de ausência, Henfil já não era mais conhecido.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 01/07/2012

A4 opinião \* \* \* DOMINGO, 1º DE JULHO DE 2012

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FERRAS
Diretor Editorial: OTAVIO FERRAS FILHO
Superintendente: ANTONIO MARIANI, TEIXEIRA MENDES e JÜRGEN BRITTO

EDITORIAIS

Más noticias

Rigor do Mercosul vale para Paraguai, mas não para Venezuela, que deve trazer a mentalidade antimercedo de Hugo Chávez para o bloco

Num excessivo protesto contra o impeachment do presidente paraguaio, os demais membros do Mercosul - Brasil, Argentina e Uruguai - suspenderam a participação do parceiro no bloco até que o país elija seu próximo mandatário, em abril de 2013.

O impedimento parlamentar de Fernando Lugo atropela o direito de defesa e os limites do razoável, mas se ateuve ao estipulado pela Constituição democrática do Paraguai. Ao excesso da suspensão, os membros do Mercosul acrescentaram a inclusão da Venezuela como sócia efetiva do bloco.

Aprovada pelos demais países, sua admissão dependia do Senado paraguaio. Torna-se agora fato consumado, ainda que o Paraguai não tenha sido expulso, mas suspenso. Caso repita a Venezuela ao retornar, será revertida a decisão, já que o Mercosul delibera por consenso?

Dois pesos, duas medidas. O rigor empregado contra a pressa do impeachment paraguaio é desmentido pela complacência perante a escalada autoritária na Venezuela.

Ali, sim, sob aparência de formalidade democrática, um mesmo dirigente governa há 13 anos, a tutelar o Congresso e o Judiciário, a intimidar adversários, a cercar a imprensa, utilizando todos os re-

ursos do Estado para perenizar seu poder pessoal.
A inclusão da Venezuela adicionará problemas ao já problemático funcionamento do Mercosul.

O bloco deveria ser uma zona de livre comércio, na qual ficariam suprimidas barreiras e tarifas entre os países-membros. Com o tempo, evoluiria para uma união aduaneira, em que estariam obrigados a manter a mesma política comercial em relação a qualquer outro país.

Sendo união aduaneira desde o início, o Mercosul criou-se de exceções a proteger este ou aquele setor econômico influente em cada país associado. A pretexto de que o bloco seria estratégico a longo prazo, o Brasil pagou o maior preço em concessões.

No Mercosul a Venezuela terá poder de veto sobre acordos comerciais dos colegas com terceiros. E o regime do presidente Hugo Chávez não se resume à velha inclinação de sacrificar o cerne da democracia - o direito ao dissêso - no altar das maiorias plebiscitárias.

Reincide nas crenças econômicas da esquerda mais rudimentar, hostil ao empreendimento privado e à segurança jurídica dos contratos, avessa aos fundamentos do próprio comércio. Más notícias para o Mercosul.

A nota patética coube ao Itamaraty, que exibiu desinformação amadorística sobre a política paraguaia para depois secundar, alegando conter, a diplomacia atabalhadora das elites agrárias domésticas da presidente Cristina Kirchner.

México ressuscita o PRI

O PRI (Partido Revolucionário Institucional) deve voltar ao poder nas eleições presidenciais de hoje no México. Hegemônico no país de 1929 a 2000, a agremiação populista cedeu a Presidência, nos últimos 12 anos, ao conservador PAN (Partido Ação Nacional).

O candidato do PRI, Enrique Peña Nieto, aparece com vantagem suficiente nas pouco confiáveis pesquisas eleitorais para manter o favoritismo. É a grande esperança da legenda para voltar a dominar o segundo país mais rico e populoso da América Latina, o que antes fazia com recurso a fraudes eleitorais, benesses clientelistas e política econômica estatizante.

A dominação do PRI foi interrompida em 2000 com a eleição de Vicente Fox (PAN). Em 2006, o PAN obteve vitória apertada, com Felipe Calderón, sobre o esquerdista Andrés Manuel López Obrador, candidato do PRD (Partido da Revolução Democrática).

As três forças principais voltam a se enfrentar hoje. Peña Nieto, do PRI, tem 40% a 45% das intenções de voto. López Obrador aparece em segundo, com 25% a 30%, seguido pela candidatura da situação, Josefina Vázquez Mota (23% a 27%).

Sob o PAN, a economia mexicana teve desempenho razoável. Atravado ao gigante norte-americano, o PIB do México recuou mais de

6% em 2009, mas se recuperou no ano seguinte, com 5,5% positivos. Para este ano, o banco central projeta avanço entre 3% e 4%. Há sinais de que o México se adianta ao Brasil, entre países da América Latina, na preferência de investidores estrangeiros.

O calcanhar de aquiles do atual mandatário e de sua candidatura é a violência derivada do tráfico de drogas. Desde que Calderón declarou guerra contra o crime organizado, em 2006, mais de 50 mil pessoas foram assassinadas. Estima-se que metade dessas mortes tenha relação com o crescente enfrentamento entre cartéis que disputam o controle do tráfico para os EUA.

Apesar dos problemas de segurança pública, a sociedade mexicana segue trilha similar à brasileira, com acelerado crescimento da classe média. Os índices de mortalidade infantil e de escolaridade são parecidos nos dois países - com vantagem para o México.

Nessa sociedade mais complexa e diversificada, o eventual retorno do PRI ao poder não deve reeditar o populismo nacionalista que praticou na maior parte do século 20. Uma das bandeiras de Peña Nieto, o jovem e pragmático candidato, é flexibilizar o monopólio estatal do petróleo exercido pela Pemex e dar menos ênfase à guerra contra os cartéis de drogas.



É a biologia, estúpido

SÃO PAULO - Não é preciso integrar movimentos como o Occupy Wall Street para chegar à conclusão de que a turma do mercado financeiro cometeu tolices que levaram à crise de 2008, cujas repercussões ainda assombram o mundo. Na verdade, agiram com intemperança semelhante na bolha anterior e em todas as que a antecederam. Como é possível? Eles não aprendem nada? John Coates, ex-banqueiro convertido à neurociência e à endocrinologia, acaba de publicar o livro "The Hour Between Dog and Wolf", em que procura explicar o fenômeno recorrendo à biologia, mais especificamente a hormônios e neurônios. É uma obra interessante. Coates sustenta que as ondas de exuberância irracional e pessimismo que desestabilizam a finança global podem ser fruto de alterações fisiológicas nos corpos dos operadores, em resposta às lidas e vindas do mercado. Quando os ganhos são fartos e o sujeito está por cima, são liberadas substâncias como a testosterona, que

favorecem apostas de risco. Nessas horas, o mercado fica cego para a possibilidade de desastre e atirados por mecanismos altamente abstratos e potencialmente catastróficos, como derivativos, banqueteiros criam verdadeiras bolhas financeiras que, mais cedo ou mais tarde, estouram. E, se as coisas vão mal, sai a testosterona e entram moléculas como o cortisol, que exacerbam o pessimismo. Nessas ocasiões, até bons negócios são vistos com os dentes do diabo, e o mercado cala ainda mais. Como é difícil alterar a biologia humana, Coates sugere que mudemos algumas práticas da banca que, em vez de contrabalançar nossas vulnerabilidades fisiológicas, contribuem para realçá-las. Para o autor, deveríamos ter mais mulheres nas mesas de arbitragem. Elas são menos sensíveis aos poderes inebriantes da testosterona. Outra medida urgente é redesenhar o sistema de bônus, que hoje empurra os operadores para riscos pouco razoáveis. heliogued.com.br

Ajoelhado no milho

BRASÍLIA - Ponto para a diplomacia brasileira, que acalorou o Planalto, fechou com o uruguaio Mujica, baixou a bola de Cristina Kirchner e impediu que a turma de Chávez incendiasse o Paraguai. Prevaleceu a proposta brasileira de respeito à queda de Fernando Lugo, como dito aqui: uma "ação pedagógica", para evitar novas deposições-relâmpago, e um "isolamento calculado". Punição política, sim; sanções econômicas, não. O país foi suspenso do Mercosul e da Unasul, mas continua beneficiário da TEU, a tarifa comum, e dos acordos, das obras, dos investimentos e dos financiamentos do BNDES. Ajoelhado no milho, mas não foi expulso da sala nem da escola.

Sai o Paraguai temporariamente, entra a Venezuela permanentemente no Mercosul, encerrando uma novela que se arrastava desde 2006 porque o Congresso paraguaio se negava a votar - ironicamente, cobrando democracia da Venezuela. Incluindo o parceiro suspenso,

o bloco passa a ter 12,7 milhões de quilômetros quadrados e mais de 260 milhões de consumidores. Ganha em densidade econômica o que poderia perder em credibilidade política. Chávez, aliás, anda muito envolvido com os seus problemas pessoais há algum tempo e precisa criar problemas externos.

Vai-se discutindo um por um bem tempo se o que houve no Paraguai foi ou não golpe, mas a realidade costuma ter uma dinâmica bem diferente da retórica, da teoria, da ideologia.

Na prática, Lugo perdeu as condições de governabilidade e só voltaria "por milagre", como ele próprio admitiu. O Partido Liberal vai comandar a transição, e o Colorado - enraizado na máquina, nas instituições e na sociedade paraguaias, depois de 61 anos no poder - é o favorito nas eleições de 2013.

Os quase quatro anos do exilado Lugo foram um parêntese, quase uma ilusão. O jogo bruto da política não comporta ilusões nem iludidos. elisara@gmail.com.br

CARLOS HEITOR CONY

Que pena!

RIO DE JANEIRO - Morava em Copacabana, todas as manhãs lá à praia, de chapéu e óculos escuros. Para cortar caminho, pegava a galeria Meneval - onde, numa loja de discos, um hi-fi, que estava na moda, tocava "Que pena", sucesso de Jorge Benjor, que ainda era Jorge Ben, um bom duelo com a voz quase juvenil da Gal Costa e contraponto perfeito de Caetano Veloso. Havia saído da prisão da Polícia do Exército (na rua Baixo de Mesquita). Meses antes, junto com sete amigos, havíamos dado uma vaia no presidente Castelo Branco, que ia inaugurar uma conferência da OEA no hotel Glória. Quando o marechal saltou do carro e começamos a vaia praia, não sei o que me deu. Gritei o mais alto que pude: "Filho da puta". Fomos presos. Pois, naquela manhã, vinha eu da praia distraído, assoviando o "Que pena", quando ouvi a fredda de um carro - um Aero Willys azul-marinho -, que passou raspando por mim graças à manobra do seu motorista. Sentí o vento deslocar no meu rosto e vi o motorista, irritado, girar em minha direção: "Filho da puta".

Apesar da rapidez do encontro, deu para ver a cólera do já então ex-presidente Castelo Branco. Sua habilidade no volante salvara-me de um atropelamento que podia ser fatal e dera-lhe um susto desgraçado. Ele vinha em certa velocidade, evidente que não me reconheceu, nunca nos tínhamos visto. No encontro do hotel Glória ele estava de costas. Além disso, de óculos e chapéu, nem minha mãe me reconheceria. De minha parte, considerei que conseguíramos empatar o jogo. Insulto por insulto, ambos justificáveis. O ex-presidente morreu pouco depois, num desastre de avião, sem saber que eu lhe devia, além da prisão num dos mais sinistros porões da ditadura, a própria vida, um pouco sinistra.

JOSUÉ GOMES DA SILVA

Palavrão que salva

Entre os valores deixados por meu pai, José Alemeida, estão: fé, esperança e bom humor. Em suas duras sessões de quimioterapia na luta contra o câncer, sempre positivo, ele contava aos médicos que, lá pelos anos 1950, leu, na primeira página do "Correio da Manhã", a notícia da cura da tuberculose, com a descoberta da hidrazida do ácido isonicotínico. Um "palavrão"! Com um largo sorriso, afirmava que, ainda em vida, também iria ler a descoberta da cura do câncer nas manchetes dos jornais. Lembro-me disso porque hoje é o Dia Mundial da Vacina BCG, usada contra a tuberculose e difundida no Brasil pelos médicos Arlindo Ruy-mundo de Assis e Almir Rodrigues Madeira - que promoveram, em 1934, a primeira campanha nacional de imunização. Nosso país reduziu de 73,673 para 70,651 o número de casos novos entre 2008 e 2010. A taxa por 100 mil habitantes baixou de 38,82 para 37,99. Os dados são positivos, mas a doença, provocada pelo Bacilo de Kock, ainda é a terceira causa de óbitos dos brasileiros por males infecciosos e a primeira entre pacientes com Aids.

O Brasil ocupa o 19º lugar no ranking das 22 nações nas quais se concentram 80% dos casos de tuberculose no mundo. Nessa relação, quanto mais elevada é a posição em que se coloca um país, melhor é a sua situação. Na incidência mortal, ocupamos o 108º lugar. A meta é conservar o ritmo de redução do número de novas pessoas infectadas para, nos próximos cinco anos, deixarmos o grupo dos 20 países com a maior incidência.

Essa é a expectativa do Ministério da Saúde. Todos nós, e não só os autoridades, devemos estar comprometidos a começar pela vacinação das crianças com a BCG, que precisa ser feita nos primeiros meses de vida. Os pais e responsáveis devem ficar atentos e não perder os prazos. Também é importante que todo cidadão procure o médico ou uma unidade de saúde se apresentar tosse, com ou sem secreção, por mais de três semanas. Se for tuberculose, o tratamento é iniciado, e a cadeia de transmissão, interrompida. A doença tem cura!

A boa notícia é que o governo federal investirá R\$ 52 milhões para ampliar, em seis vezes, a produção nacional da BCG. Além de suprir a demanda interna, vamos exportar a vacina, ajudando outros países a combater a tuberculose. Um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) é reduzir mundialmente os óbitos até 2015, tendo como base o ano de 1990. Em 2011, o Brasil já os diminuiu pela metade, cumprindo a meta com antecedência, conforme reconheceu a OMS. Avançamos, mas precisamos de amplo compromisso, não só do setor público, como de toda a sociedade, para vencer definitivamente a grave doença no território brasileiro.

JOSUÉ GOMES DA SILVA escreve nos domingos neste colun.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 01/08/2012

A2 opinião \* \* \* QUARTA-FEIRA, 1º DE AGOSTO DE 2012

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FRAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
 Editor-executivo: RÊGIO DAVALA  
 Conselho Editorial: ROBERTO CEAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, ANÍTO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS e CRISTINA FERREZ (coordenadora)  
 Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (coordenador), MURILLO BUSSAT (coordenador), MARCELO BACHION GOMES (assessor) e EDUARDO ALCARÁ (planejamento e novo negócio)

## EDITORIAIS

### Ajuste de longo prazo

**Crise desacelera arrecadação federal, enquanto despesas seguem em alta: governo deveria oficializar uma meta adaptável para o superávit**

A perda de impulso da arrecadação tributária nos últimos meses levou a Receita Federal a reduzir a previsão para o ano a R\$ 676,8 bilhões, R\$ 13,2 bilhões abaixo da expectativa anterior.

Mesmo que a perspectiva de retomada da economia no segundo semestre se confirme, será difícil que o resultado primário (saldo de receitas e despesas antes do pagamento de juros da dívida) atinja a meta de 3,1% do PIB em 2012.

A não ser que o Plano não se valha de subterfúgios nas contas, como foi comum no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o mais provável é um superávit próximo de 2,5% do PIB. A pasta da Fazenda, contudo, mantém o objetivo inicial.

Os dados divulgados ontem não dão margem a alarde, mas tampouco a animação. No primeiro semestre, o governo economizou R\$ 48,1 bilhões, 14% menos que nos primeiros seis meses de 2011 — ainda assim, quase a metade da meta de R\$ 96,9 bilhões no ano.

Como a perspectiva é de novas quedas na arrecadação e no resultado primário, porém, cabe retornar o debate sobre ajustar o superávit para baixo em momentos de retração, como o atual, elevando-o além da meta quando a economia acelerar. É o que se define como política fiscal contracíclica.

Sem alarde, na prática o governo já vem promovendo um ajuste desse tipo. A despeito da desacelera-

ção da receita, as despesas continuam a se expandir, e num ritmo maior (12,5% no semestre, contra 8,7% dos recebidos).

Convém ao país contar com a liberdade de usar o Orçamento para contrabalançar oscilações do PIB. Mas, para que possa fazer isso de modo confiável, é preciso que algumas restrições sejam respeitadas.

A primeira delas é ajustar receitas e gastos de modo a manter a trajetória declinante da razão entre dívida pública e PIB. Isto é, o resultado primário tem de ser suficiente, na média, para mais que compensar a despesa com juros e, assim, reduzir a dívida.

Conforme a despesa de juros caia ao longo do tempo — o que parece provável, caso a taxa básica persista no patamar atual —, o saldo primário poderia até ser menor, mas desde que fosse bem usado.

No caso, isso significa controlar os gastos de custeio, para abrir espaço nas contas à desoneração tributária e a maior investimento público. Na prática, reduzir o ritmo de aumento das despesas com Previdência e custeio administrativo, incluindo salários do funcionalismo. Juntas, elas representam mais de 90% do Orçamento.

Para tanto, é necessário completar a reforma da Previdência, limitar o crescimento da folha de salários no governo federal. Essas ações tornariam o Orçamento mais flexível e permitiriam combinar a política contracíclica com a redução gradual dos impostos.

Por ora, no entanto, tudo o que se vê é um enfraquecimento fiscal improvisado e circunstancial.

### Estradas bloqueadas

O direito de greve, restituído pela Constituição depois do fim do regime militar, é uma prerrogativa dos trabalhadores reconhecida nos regimes democráticos. A legitimidade de movimentos desse tipo não significa, no entanto, que devam ou possam ser organizados com o fim de gerar prejuízos para o conjunto da sociedade.

É o que se verificou na paralisação dos caminhoneiros, que havia assumido características condenáveis nos últimos dias. A greve, cujo término foi acertado ontem em reunião com o ministro dos Transportes, Paulo Passos, se propôs de maneira violenta e autoritária, com a formação de piquetes e bloqueios em estradas estratégicas como a Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo.

O movimento produziu desabastecimento em alguns pontos, alta de preços de produtos e prejuízo à circulação de pessoas que nada tinham a ver com as queixas e reivindicações da categoria, algumas delas justificáveis.

Viagens pela Dutra foram retardadas em até dez horas. Ônibus que levavam passageiros do Sudeste para cidades do Nordeste foram retidos em mais de um bloqueio.

A categoria reclamava dos valores do salário e do frete, além de rejeitar algumas novidades impostas pela recente lei que regulamentou a profissão de motorista — também alvo de crítica de empresários do setor de transporte.

Pela regulamentação, que agora poderá ser flexibilizada, tornam-se obrigatórios o intervalo de 11 horas entre duas jornadas, o respeito ao período de uma hora para refeições e o descanso de 30 minutos a cada quatro horas trabalhadas. As novas regras têm o louvável propósito de tornar menos cansativa a carga de trabalho, fator que explicaria em parte a quantidade alarmante de acidentes. Cerca de 18% da frota, os caminhões estão envolvidos em 30% dos desastres com morte em rodovias.

Apesar das boas intenções do legislador, a categoria considera que perderá produtividade e rendimento, além de expor-se a riscos, uma vez que as estradas não possuem estrutura adequada para abrigar os veículos e motoristas nas paradas obrigatórias.

São problemas que merecem ser equacionados, mas não justificam o recurso abusivo de bloquear estradas e causar danos à população.



### Samba da cotista doida

**SÃO PAULO** — Morena ruiva, morena jumbo, branca melada, branca morena, alva escura, clarinha, pá-lida, branquinha, agulhada, avermelhada, bugrelinha escura, quase-negra, mista... Essas são algumas das mais de 130 cores de cabelo auto-declaradas pela população em 1976, em pesquisa organizada pelo IBGE. Diante de tanta variedade, o Instituto acabou por consolidar o uso do feio termo "pardo" para rotular — e empobrecer — a festa de semitons da miscigenação brasileira.

Besacecia o levantamento, que me foi revelado pela artista Adriana Varejão, com quem conversei para uma reportagem da revista "Serafina". Ela prepara um trabalho baseado nessa variedade cromática e política que emergiu da pesquisa.

Percorrer a curiosa lista de tonalidades faz pensar sobre a opção política de setores da esquerda e do governo petista de usar a polarização branco e negro como espelho da divisão social no país. Como muitos já bem argumentaram, as cotas raciais são uma contrafação fora de lugar das duvidosas políticas conservadoras norte-americanas, que trouxeram algum benefício para a classe média negra e nada fizeram para promover os mais pobres.

No Brasil, parece mais adequado compensar o desfavorecimento socioeconômico — e não "racial". A institucionalização do racismo não é a melhor ideia se a ideia é justamente eliminá-lo. Ou será que não?

Agora, o Congresso nos ameaça com o bizarro projeto da deputada Nice Lobão (PSD-MA). Freve que metade das vagas das universidades federais seja repartida entre negros, pardos e indígenas na mesma proporção demográfica constatada pelo IBGE. E tal contingente, para se beneficiar, terá de ter feito seus estudos em escolas públicas.

E o samba da cotista doida. Gosseira falta de compreensão sobre o papel da universidade e das políticas compensatórias. Melhor criar alguma loteria federal de diplomas. A mesagense universitária!

**FERNANDO RODRIGUES**  
**Anomalias eleitorais**

**BRASÍLIA** — Daqui a alguns dias, começa a propaganda eleitoral em rádio e TV. Enquanto isso, repete-se a novela antiga de partidos reclamarem da pouca exposição que têm na mídia eletrônica.

Ocorre que são os políticos que fizeram a lei eleitoral na qual sobrevoa todo tipo de anomalia, inclusive a forma como deve ser a cobertura jornalística quando há disputa de cargos públicos.

Só para lembrar, o Brasil deve ser o único país na galáxia no qual os políticos precisam fingir que não são candidatos até o fim de junho do ano eleitoral, época em que podem rasgar a fantasia e dizer o que realmente pretendem.

Por outro lado, como a multa para quem desrespeita a regra tem sido de R\$ 5.000, muitos assumem o risco. Sem medo de ser feliz, Lula e Fernando Haddad, o candidato petista a prefeito de São Paulo, chegaram no programa do Ratinho fora do prazo legal. E daí? Daí, nada.

Quem criou esses prazos rígidos e estrúxulos para a campanha eleitoral no Brasil foram os generais ditadores. Viso a democracia e as cotas eleitorais. Até meados da década de 90, a campanha em rádio e TV era de 60 dias. Hoje, dura 45 dias.

E é compreensível que os políticos queiram aparecer nos telejornais, sobretudo os da TV Globo, líder de audiência. A lei estabelece que as emissoras não podem "dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação". A rigor, Levy "aerotrem" Fidélio, o candidato anicito do PRB a prefeito de São Paulo, teria de aparecer o mesmo número de segundos oferecidos aos que lideram as pesquisas. Não dá.

Todas as emissoras vão desrespeitar a lei e não darão muito tempo para o homem do aerotrem. As TVs estão ceticíssimas. Os partidos maiores não vão reclamar. Mas quem faria melhor ainda seriam os deputados e os senadores se atualizassem a lei eleitoral para eliminar de uma vez esses desparatérios.

fernando.rodrigues@globo.com.br

**RUI CASTRO**  
**Piada de salão**

Joãozinho, típicos dos botequins. Nos salões do passado, não ficaria bem alguém imiscuir-se numa roda em que estivessem crianças de peito e mães de família para contar piadas envolvendo formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva (epá!), peculato, evasão de dividas, lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta de instituições financeiras. Muito menos se um dos canais por onde circulasse esse dinheiro fosse a cueca de um ou mais acusados.

Mas depende dos salões que Delúbio frequenta e das piadas que se contam neles. Veja bem, nada contra tais salões e piadas. Eu próprio frequentei alguns em que, de tão pesados, a piada da freirinha me fazia tricar no jardim do convento já ficaria inocente. Mas nem nesses se faria piada com o desvio de recursos para portuêses, judeus, seguras, zagos. O mensaleiro também não tem graça e ameaça ser interminável, mas não tem nada de ingenuo — está mais para as piadas de papagaio, anões, feiras, gays e as do convidado.

### Acumulação

A dinâmica do desenvolvimento é produzida pelas inovações na criação de bens, serviços e processos tecnológicos que estimulam a diversificação do consumo e elevam o bem-estar da sociedade.

Seu indicador mais sintético é o aumento do Produto Interno Bruto per capita. Por em prática uma "inovação" significa obter crédito para financiá-la e correr os riscos do investimento.

Marks mostrou, muito antes de Keynes (a quem inspirou ainda que não expressamente reconhecido), que o "investimento" — isto é, o aumento da capacidade produtiva derivada da inovação, é feito pelo "investidor" na expectativa de obter lucro.

O aumento do consumo é um efeito paralelo e indispensável para a continuação do processo capitalista, mas o seu motor é a tendência do investidor de minimizar a acumulação.

O consumo é a parte maior da demanda global. O seu componente mais instável e que produz as maiores variações na renda e no emprego é o nível do investimento. Este depende, por sua vez, da expectativa da demanda da taxa possível taxa de retorno (o lucro esperado).

Quando a expectativa de retorno desaparece, desaparece o investimento. A demanda global entra em colapso, produzindo uma crise que, em geral, começa no mercado financeiro e termina no mercado de trabalho.

Na organização social apoiada nos "mercados", essas crises são initas ao ajuste entre a demanda e a oferta globais ao qual se soma a ciclotomia normal do agente econômico. A demanda global tende a flutuar com ciclos de períodos e amplitudes aleatórios impossíveis de serem previstos ou controlados pela política econômica.

Os economistas já deveriam ter perdido a inocência revelada pelo Prêmio Nobel, Robert Lucas, que souhou ter destruído Keynes. Em 2003, ele decretou na "American Economic Review" que a "macroeconomia foi bem-sucedida; seu problema principal, a prevenção da depressão, está, portanto, todos os fins práticos, resolvido e, de fato, resolvido por muitas décadas".

A incerteza do mundo que impacta o investimento, agora, não é do tipo que pode ser compensada atuarialmente. Nessa, os riscos têm uma história à qual podemos aplicar, para nos defender, o cálculo de probabilidades.

Trata-se da incerteza essencial a que se refere Keynes: o que será da Euroândia daqui a cinco anos? É a incerteza produzida pelo fato de que o passado não tem qualquer informacão sobre o futuro.

E bom que entendamos que não o investimento público pode superá-lo. É a forma mais eficiente de fazê-lo é cooptar o "espírito animal" dos empresários, dando-lhes a expectativa de taxas de retorno adequadas, garantia dos contratos e uma regulação inteligente.

antonio.delfimnetto@folha.com.br



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 04/09/2012

A2 opinião \* \* \* TERÇA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2012

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.  
Presidente: LUIZ FREAS  
Diretor Editorial: OTÁVIO FRAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JURITH BRITO  
Editor-executivo: SÉRGIO SÁVILA  
Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LITE, MARCELO COELHO, JÂNIO DE FREITAS, GILBERTO DOMESTINI, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS E OTÁVIO FRAS FILHO (coordenador)  
Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BUSSAT (circulação), MARCELO CASSIANO GOMES (relações) e EDUARDO ALCARÁ (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### Selic, um ano depois

**Taxa básica da economia chegou a 7,5%, menor patamar da história; terreno conquistado com juros baixos precisa ser preservado**

A julgar pelo comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom), está no fim o ciclo de cortes na taxa básica de juros da economia. A redução de meio ponto percentual que levou a Selic a 7,5%, nível mais baixo da história, pode ter sido a última de uma série iniciada em agosto de 2011.

Após o fim de um ano, o Banco Central diminuiu os juros básicos em cinco pontos — e a partir de agora, segundo o Copom, novos cortes se houver, deverão ser conduzidos com a “máxima parcimônia”. A estratégia adotada pelo BC nesse período invalidou o argumento clássico segundo o qual os juros no Brasil não poderiam cair a níveis mais razoáveis sem desestabilizar a economia.

Teve papel importante nesse resultado o cenário externo de forte contração — que levou o BC a projetar um quadro de desaceleração interna, com redução dos riscos inflacionários de curto prazo.

As incertezas sobre a retomada do crescimento não foram ainda debeladas. O PIB do segundo trimestre mostrou nova queda dos investimentos, e o crédito ao consumo já não desempenha o papel impulsionador do passado.

Nesse quadro, o inédito patamar de juros é estímulo importante, que se fará sentir ao longo do tempo. Apesar de arrefecer, a inflação permanece em nível mais elevado do que o desejável. O IPCA de-

verá superar 5% neste ano, em razão do choque nos preços de alimentos ocasionado pela seca nos EUA. As projeções apontam para 5,5% ou mais em 2013 — ante a meta oficial de 4,5%. A gestão austera do orçamento público é ainda mais necessária nesse contexto.

A redução dos juros deve ser comemorada. Como a taxa Selic serve de base para o rendimento das aplicações financeiras e o custo dos empréstimos bancários, se permanecer baixa por longo período — o que ainda é incerto — os efeitos na economia brasileira serão benéficos e palpáveis.

Atualmente, cerca de 80% da riqueza financeira nacional permanece na zona de conforto de papéis públicos e outros investimentos de curto prazo, alheia ao empreendimento e à produção. Com o baixo rendimento provocado pela queda dos juros, é possível que esse perfil seja alterado.

Descontos inflação, impostos e taxas, o retorno da maioria das aplicações conservadoras no Brasil já está perto de zero.

Para as empresas, o universo de projetos mais rentáveis que o juro básico será maior, ainda mais se houver medidas capazes de atrair o setor privado para projetos de longo prazo. A redução do ganho financeiro também estimula o empreendedor, tem dinâmica própria, bem diferente da nacional, e que não é a percepção do eleitor sobre quem é mais capaz de enfrentar o touro à unha: a saúde, a segurança, o transporte público.

O crescimento do petista Fernando Haddad não é surpresa, e o que deixa os analistas assanhados são a estabilidade de Celso Russomanno, do improvável PRB, e a queda de Serra, do imperial PSDI.

Até aqui, Russomanno surfou em duas ondas: primeiro, no descobrimento de Haddad; depois, na rejeição de Serra. Ainda não se sabe até onde irá seu fôlego, se ele vai ou não morrer na praia.

Segundo Mauro Paulino, do Datafolha, 1/3 dos fiéis eleitores do PT que votaram em Marta Suplicy em



### Estímulos supernormais

**SÃO PAULO** - Deu na **Folha** que jogos on-line podem estar virando uma nova forma de dependência.

Melhores notícias sempre aparecem na mídia, mas é preciso reconhecer que a possibilidade existe. Devido a um improvável compêndio entre nossa competência técnica e nossas vulnerabilidades neurológicas, essa situação está ficando mais comum. São os estímulos supernormais.

O conceito surgiu a partir de trabalhos dos etólogos Konrad Lorenz e Niko Tinbergen, que mostraram que animais frequentemente se deixam enganar por sinais manipulados para parecer mais escarregados. Num experimento com perus selvagens, pesquisadores queriam saber qual a “unidade mínima” de peruca que os excitaria. Testaram a resposta dos machos a manequins, dos quais iam retirando cauda, pés, asas etc. Descobriram que bastava esperar uma cabeça num pau para encorajar os machos. Eles até preferiam a cabeça sozinha, que lhes provocava

reações mais intensas do que as despertadas por uma peruca real.

Em “Supernormal Stimuli”, Deirdre Barrett mostra que o fenômeno não está restrito a aves. Humanos somos vítimas preferenciais desses estímulos hiperbólicos. Na alimentação, fomos programados para acumular gorduras e carboidratos. Funcionava bem no paleolítico, mas, depois que aprendemos a fazer farofas e quindins, conhecemos níveis inauditos de obesidade e diabetes.

De modo análogo, a destilação do álcool e a biossíntese da cocaína agravaram nossos problemas com essas drogas. Era relativamente difícil tornar-se alcoólatra ou cocainômano consumindo só cerveja pouco fermentada e chá de folhas de coca. Jogos on-line, ao oferecer um ambiente onde tudo o que acontece são coisas que nossos cérebros estão programados para apreciar, acabam tornando o mundo real um lugar bem menos estimulante que o virtual. É quase uma concorrência desleal.

heliog@folha.com.br

ELIANE CANTANHÊDE

### O pós-mensalão

**BRASÍLIA** - Quem está no banco dos réus do mensalão é o PT, mas quem cai nas eleições de São Paulo é o candidato do PSDB, José Serra. Isso só comprova que as eleições municipais, apesar de começarem a arrastar o jogo da eleição presidencial, têm dinâmica própria, bem diferente da nacional, e que não é a percepção do eleitor sobre quem é mais capaz de enfrentar o touro à unha: a saúde, a segurança, o transporte público.

O crescimento do petista Fernando Haddad não é surpresa, e o que deixa os analistas assanhados são a estabilidade de Celso Russomanno, do improvável PRB, e a queda de Serra, do imperial PSDI.

Até aqui, Russomanno surfou em duas ondas: primeiro, no descobrimento de Haddad; depois, na rejeição de Serra. Ainda não se sabe até onde irá seu fôlego, se ele vai ou não morrer na praia.

Segundo Mauro Paulino, do Datafolha, 1/3 dos fiéis eleitores do PT que votaram em Marta Suplicy em

carlos@folha.com.br

CARLOS HEITOR CONY

### O gato e o rato

**RIO DE JANEIRO** - Durante a última guerra mundial, como em qualquer guerra, havia um lado certo e outro errado. O lado mau colocava minas no mar, e os navios do lado bom batiam nelas e afundavam. Mas a arma do bem desenvolveu um modo de evitar as minas do mal e elas ficaram inúteis.

Entretanto a tecnologia do mal desenvolveu uma tecnologia e começou a fabricar minas magnéticas. O casco de ferro atraía as minas e dava tudo no mesmo: os navios afundavam. Mas a arma do bem desenvolveu uma outra tecnologia, revestindo o casco com uma grossa camada de borracha que impedia a ação magnética das minas. Venceu a guerra.

Lembrei, sem muitos detalhes, desse episódio para entrar no assunto. O julgamento do mensalão, no STF, tanto da parte da acusação como da defesa, escancarou aquilo que os juristas chamam de “modus faciendi” da corrupção, do peculato e da lavagem de dinheiro.

VLADIMIR SAFATLE

### O filho bastardo

O fenômeno Celso Russomanno poderia ser colocado na coga da inqueritável tradição do populismo conservador paulista. Tradição que já deu para a cidade prefeitos como Adhemar de Barros, Jânio Quadros e Paulo Maluf (com suas emulações tecnocratas, Pitta e Kassab). Políticos conservadores que, cada um à sua maneira, encontraram alguma forma de se colocar como caixa de ressonância dos medos populares.

Porém é provável que seja necessária uma variável a mais para compreendermos um fenômeno eleitoral sobre o qual todos, até agora, quiseram acreditar que era transitório. Pois se existe alguma coisa em Russomanno que nos remete aos arcaísmos de São Paulo, há algo que deve ser compreendido em outra chave. Na verdade, ele é uma expressão mais bem-acabada de um certo conservadorismo pós-hulista ou, se quisermos, um conservadorismo que aparece como filho bastardo do lulismo.

Entre outras características, o lulismo define-se pela aliança política de setores da esquerda brasileira e alas de políticos conservadores à procura de sobrevivência ou em rota de colisão com a hegemonia PSDB-DEM. Aliança permitida, por um lado, a constituição de um sistema de segurança social de extensão até então inédita no Brasil. Por outro, ela consolidou a ascensão econômica e a burguesia parçada da população brasileira por meio, principalmente, da ampliação das possibilidades de consumo.

Note-se que tal ascensão econômica, com seu consequente sentimento de cidadania conquistada, não passou pelo acesso a serviços sociais ampliados e consolidados em sua qualidade. Afora a importante expansão das universidades federais, ascensão significativa poder pagar escola privada, plano de saúde privado, celular, eletrodomésticos e frequentar universidade privada. Ou seja, os direitos da cidadania foram traduzidos em direitos do consumidor.

Nesse contexto, nada mais compreensível do que um pretenso “patrulheiro do consumidor” apareça como representante dos anseios da nova classe média. Para quem alcança a cidadania por meio do consumo (animado por uma igreja que é a representante maior da teologia da prosperidade), a defesa dos direitos segue a lógica do Precu.

Por outro lado, como parlamentar de partidos da base aliada, Russomanno não precisa carregar o peso morto de ser um candidato anti-Lula: o como o lulismo foi o resultado de acordos políticos heterocliticos, nenhum bastamento ideológico foi possível. Sempre houve um conservadorismo que cresceu sob as asas do novo governo. Agora, ele se apresenta em voo próprio, como um filho bastardo do lulismo como o populismo conservador.

VLADIMIR SAFATLE escreve da cidade de São Paulo



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 02/10/2012

A2 opinião \* \* \* TERÇA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2012

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.  
Presidente: LUIZ FRAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FRAS FELIO  
Supervisor Executivo: SÉRGIO BAVILA  
Conselho Editorial: HUGENIO CEZAR DE CERCQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, LUIZ DE FREITAS, CLÁUDIO DOMESTICO, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR COELHO, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRAS e OTAVIO FRAS FELIO (coordenador)  
Diretoria Executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (geral), MERLEI BORGES (circulação), MARCELO MACHADO GONCALVES (assessoria) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### Fim da farsa

**Ministros do STF confirmam juízo de que mensalão implicou desvio de verbas públicas para comprar apoio de políticos no Congresso**

Durante a 30ª sessão de julgamento do mensalão, ontem, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu cabo de uma farsa que sobrevivia apenas para setores do PT e seus aliados, nos últimos sete anos.

A maioria dos ministros confirmou no plenário do Supremo que o mensalão foi um esquema concebido com a finalidade de assegurar apoio parlamentar durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

As provas reunidas pela Procuradoria-Geral da República foram suficientes, portanto, para convencer a mais alta corte do país de que o mensalão foi alimentado por verbas públicas utilizadas para comprar votos de membros do Congresso Nacional.

Fica, assim, relegada aos capítulos burocráticos da história a tese mendaz de que o mensalão seria uma distribuição de sobras de campanha, sem contrapartida de apoio político.

A tentativa de desqualificar o julgamento como um todo, no entanto, merece tratamento ainda mais severo. Não seria pequeno o prejuízo à República se o esforço de desvendar os atos de corrupção praticados no governo Lula ficasse carimbado como "golpismo" e "ataque à democracia" — pois as pedras atingiriam o próprio STF.

Talvez por essa razão o ministro Celso de Mello tenha feito defesa enfática dos procedimentos

adotados pelo Supremo. Antes de proferir seu duríssimo voto na sessão, o decano da corte reiterou que vêm sendo respeitadas as garantias constitucionais, que não houve desconsideração com direitos e que o processo do mensalão — conduzido sob ampla publicidade e permanente escrutínio público.

Quando presentes, esses princípios republicanos reforçam a legitimidade das decisões — é o que se dá agora com o STF. Quando ausentes, tornam-nas duvidosas — foi o que ocorreu com os negócios do PT iniscuidos no governo Lula.

Eis por que Celso de Mello classificou a corrupção como "perversão da ética do poder e da ordem jurídica". Pela mesma razão, disse que "o Estado brasileiro não tolera o poder que se deixa corromper". É, para realçar sua decisão, afirmou que os réus do mensalão "transformaram a cultura da transgressão em prática ordinária".

Sinal dos tempos, personagens conectados da política nacional estão entre os réus que já foram condenados nesse julgamento. Figuras nessa lista, por exemplo, os deputados federais João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PS-SP) e Pedro Henry (PT-MT), além dos ex-deputados Roberto Jefferson (PT-RJ) e Carlos Rodrigues (PL-RJ, atual PR).

Até aqui, o Supremo foi rigoroso ao condenar por corrupção passiva os réus que receberam dinheiro para ingressar na base de apoio a Lula. Parece haver pouca dúvida de que manterá o mesmo animo com os corruptores e de que nesse rol entrarão os líderes petistas José Dirceu e José Genoino.

Respalçado pela toga, justificando pelas dores de coluna, perdoados pelas origens e exposto pelas transmissões ao vivo, ele bateu boca e trocou adjetivos nada polidos com Gilmar Mendes (em outros julgamentos), com o revisor Lewandowski (vi-



### O julgamento de Chávez

**SÃO PAULO** - A Venezuela é uma democracia? Eu me inclino a responder que sim. Ela, afinal, passa em dois testes fundamentais. No próximo domingo, o país vai às urnas para escolher de forma razoavelmente livre seu próximo dirigente. Além disso, apesar das tendências autoritárias de Hugo Chávez, existe liberdade de imprensa e não há denúncias de perseguições sistemáticas e violentas a opositores.

A pergunta seguinte é mais difícil de responder: isso basta? Aqui, minha tendência é dizer não, já comentei neste espaço o importante livro "Why Nations Fail", de Daron Acemoglu e James Robinson. A tese central dos autores, que eles justificam com profusão de dados históricos e análises, é a de que, no longo prazo, países só funcionam quando contam com instituições que promovam o poder político dos cidadãos e lhes permitam tirar proveito das oportunidades econômicas.

Nesse quesito, a situação da Venezuela é ainda mais paradoxal. Co-

mo mostrou Clóvis Rossi antecorrente, Chávez, ao longo dos 14 anos em que exerceu o poder, logrou a façanha de fazer com que 2,1 milhões de venezuelanos (pouco mais de 10% do eleitorado) deixassem de ser oficialmente pobres. Ou seja, houve uma partilha mais justa dos recursos econômicos.

Mas, se Acemoglu e Robinson estão corretos — e eu acho que estão —, o avanço não é sustentável, porque não se fez acompanhar de nada semelhante no nível das instituições políticas. Ao contrário, Chávez se remodelou de forma a servir a seus objetivos imediatistas, que incluíam, na melhor tradição populista, distribuir renda para obter apoio eleitoral.

Uma prosperidade duradoura, porém, depende de um fluxo de inovações e ganhos de produtividade que dificilmente é compatível com um regime personalista no qual todos os interesses se subordinam à agenda presidencial. Se Chávez fez bem a muitos venezuelanos, também fez muito mal à Venezuela.

heliog@uol.com.br

### O século de Hobsbawm

Morreu ontem Eric Hobsbawm, um dos mais influentes historiadores do século 20. Sua influência veio não apenas de um trabalho seguro e rigoroso de pesquisa historiográfica que privilegiava movimentos sociais dos séculos 19 e 20. Na verdade, em uma época como a nossa, que parece abraçar de maneira entusiástica a crítica das chamadas "metanarrativas" — com suas visões de processos globais e movimentos teológicos, Hobsbawm desloca por ser um dos poucos que não se contentavam em afundar-se na micro-história.

Sem medo de prostrar processos nos quais rupturas socioeconômicas e produção de novas ideias de cunho universalista se entrelaçam, Hobsbawm soube, como poucos, mostrar como a história da modernidade ocidental sempre foi a história das revoluções.

Fiel à filosofia da história de cunho hegeliano herdada pela tradição marxista, ele escreveu quatro livros clássicos ("A Era das Revoluções", "A Era do Império", "A Era dos Impérios" e "Era dos Extremos") a fim de mostrar como as exigências igualitárias de liberdade emanadas pelos setores populares da Revolução Francesa moldaram o curso da história como uma voz que sempre volta. Tal voz da igualdade será o fator de inquietude de uma história que será, cada vez mais, realmente mundial.

Adorno dizia que a fixação positivista nos "fatos" escondia, muitas vezes, a simples incapacidade de enxergar estruturas. Certas é saber estabelecer relações e, se é inevitável que pensar construções da historiografia marxista demonstrem-se infrutíferas e demenciais do generárias, há de se reconhecer que a rejeição em bloco dessa tradição teve forte impacto negativo na nossa capacidade de pensar a história.

Mas isso nunca impediu Hobsbawm de mergulhar nos detalhes e encontrar, por exemplo, na voz de Billie Holiday as marcas do sofrimento social dos esquecidos do sonho americano (conforme o livro "História Social do Jazz") ou nas desventuras do bandido Jesse James algo de fundamental a respeito dos descaminhos de nosso ideal de liberdade e das debilidades do poder (conforme o livro "Bandidos"). Hobsbawm sabia ler tais "fatos isolados" como sintomas sociais.

Alguns, como o historiador britânico Tony Judt, insistiam que Hobsbawm não teria capacidade de compreender as lutas que moldaram o século 20, em especial o comunismo. Talvez seja o caso de dizer que a compreensão da história como simples crítica das lutas corre o risco de perder de vista o essencial: de onde vem a força que faz com que indivíduos consigam ir além de seus próprios interesses imediatos? O que talvez explique por que quis o destino que o último livro de Hobsbawm se chamasse exatamente "Como Mudar o Mundo".

VLADIMIR SAFATLE escreveu na época de sua morte.

VLADIMIR SAFATLE escreveu na época de sua morte.

### ELIANE CANTANHÉDE

#### O adversário

rou uma guerra) e com o polemista Marco Aurélio (que ultrapassou limites, ao ver perigo na ascensão de Joaquim à presidência, em novembro).

Alguns entre cristais, o presidente Ayres Brito faz o que pode, como votar no site do tribunal uma nota do relator desamentando Marco Aurélio em termos pouco usuais entre Ex-celências: ainda mais em público.

Veja que a escolha de "adversários" por Joaquim não é ideológica nem partidária — é improvável que, na cabine indezessável, Gilmar e Lewandowski depositem o mesmo voto. Talvez seja mais por excesso de convicções e seu desdobraimento quase natural: o voluntarismo.

Pois será justamente Joaquim quem estará dissecando as entranhas do governo Lula e do PT nesta semana. Enquanto Lula e Dilma estiverem nos palanques e no horário nobre falando maravilhas de Haddad, Joaquim ganhará tardes inteiras para contar os crimes de José Dirceu e do partido do candidato. Guerra de audiências como nunca se viu.

### CARLOS HEITOR CONT

#### Autran Dourado

os exames de "agrégation" das universidades francesas.

"O Risco do Bordado" é uma obra-prima pelo tecido que lembra uma aranha a fiar sua teia, silenciosa, perfeita em sua estrutura muitas vezes luminosa.

Difícil catalogar Autran Dourado em qualquer escola ou geração. Como mineiro, pode lembrar Cornélio Penna ou mesmo Lúcio Cardoso. Não inventou palavras, mas soube usá-las de forma magistral, rompendo as frases de maneira tão pessoal que qualquer um de seus textos pode ser facilmente identificado. Não criou uma linguagem, como Guimarães Rosa, mas usou de forma tão pessoal que o torna único.

Será de imprensa durante o governo de JK, integrou a brilhante equipe liderada por Álvaro Lins e que contava com nomes de relevo no panorama cultural da época, como Augusto Frederico Schmidt e Antonio Houaiss.

### Inteligência policial

É um tanto inquietante a primeira impressão deixada pela revelação, em reportagem do "TV Folha", programa veiculado na TV Cultura no domingo, das entranhas da facção criminosa que infesta os presídios do Estado de São Paulo.

Descobrir o PCC presente em 123 das 645 cidades paulistas, com 1.343 aliados sob seu comando, instilará receios em qualquer pessoa. A organização dispõe de 88 fuzis e 73 veículos para apoiar suas ações criminosas, que lhe arrecadam R\$ 6 milhões mensais.

Essas informações alarmantes vêm somar-se às outras más notícias sobre a segurança pública no Estado. Os homicídios dolosos aumentaram 8,6% em agosto, contra o mesmo mês de 2011; nos primeiros oito meses do ano, a taxa foi um pouco menor, de 6,3%.

Tem-se que o incremento, embora não explosivo, represente — mais que flutuação estatística — a interrupção da formidável queda da criminalidade em SP nas duas últimas décadas, que a levou para a casa dos 10 homicídios por 100 mil habitantes (a média nacional é pelo menos duas vezes maior).

Preocupa nessa alta os sinais de que a ela se associa um recrutamento da violência praticada contra a polícia e por ela. Pelo menos 73 policiais militares foram mortos no Estado neste ano, quase duas vezes o número de vítimas no mesmo período do ano passado.

O total de mortos pela corporação policial (supõe-se que a maioria seja de bandidos abatidos em confrontos) estava em 170 no fim de julho, último dado oficial disponível — uma cifra de letalidade excessiva, sob qualquer parâmetro. Tudo leva a crer que se encontra em curso uma guerra subterrânea entre a Polícia Militar e a facção. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) insiste em que se trata de reação dos criminosos à ação policial, explicação que já parecia plausível e agora sai reforçada.

Os cerca de 400 documentos obtidos e revelados na reportagem indicam que a polícia paulista deu um passo importante de investigação sobre o PCC, fruto de um trabalho de inteligência mais apurado. Cabe agora utilizar a informação adquirida para desbaratar a organização com a mesma eficácia, sem excessos nem impetus de vingança. Investigar e prender — é tudo que a população espera de uma polícia atuante e preparada.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 04/11/2012

A2 opinião \* \* \* DOMINGO, 4 DE NOVEMBRO DE 2012

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MAMÃ S.A.  
**Presidente:** LUIZ FERRAS  
**Diretor Editorial:** OTAVIO FRAS FELIO  
**Superintendentes:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
**Editor-executivo:** SERGIO ROCHA  
**Conselho Editorial:** HENRIQUE CEZAR DE FERREIRA LEITE, MARCELO COELHO, JUAN DE FREITAS, CLAUDIO DOMESTICO, GLOVIO RINAL, CARLOS HEITOR CONTI, CELSO PINHO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FERRAS E OTAVIO FRAS FELIO (coordenador)  
**Diretoria-executiva:** ANTONIO CARLOS DE MOURA (coordenador), MARCELO BRESNA (circulação), MARCELO MACHADO GONCALVES (desenvolvimento) E EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### Azul x Vermelho

Divididos por amargas dissensões, democratas e republicanos nos EUA estão empattados em mais uma acirrada disputa presidencial

No começo do século 20, a política americana assumiu a feição atual, com dois partidos dominantes separados por diferenças ideológicas nítidas porém estreitas — o Partido Democrata mais à esquerda, o Republicano mais à direita.

Os democratas cresceram em simbiose com os sindicatos e obtendo respaldo no amplo reservatório de imigrantes, bem como nas minorias étnicas em expansão (hoje, 12% da população são negros e 16% têm origem hispânica).

Os republicanos mantiveram-se competitivos pelo enraizamento na imensa classe média estabelecida, nas igrejas conservadoras e na comunidade empresarial. Dos últimos dez presidentes, metade pertenceu a esses partidos.

A trajetória de prosperidade dos Estados Unidos manteve as rivalidades partidárias num dispaupado moderado; quando tocos ganham algo, não há muita razão para divergir. Além disso, existiam contrapontos dentro de cada bloco.

O Partido Democrata alvejou uma corrente bastante conservadora, sobretudo no Sul, como resquício da Guerra Civil (1861-1865), pela Lincoln e seus sucessores eram republicanos. Já a disputa com democratas nas metrópoles do Nordeste fez surgir uma corrente progressista no Partido Republicano. Isso desapareceu. A partir dos

anos 1970, o mecanismo das primárias, pelo qual se escolhem os candidatos, tornou-se mais participativo. Diminuiu o controle dos caciques partidários sobre o processo e aumentou o peso da militância organizada.

Antes de enfrentar o eleitorado centrista, o postulante tem de passar pelo crivo ideológico de facções como o ultraconservador "Tea Party" dos republicanos. Daí as manobras retóricas para trocar a imagem de "radical", antes projetada, pela de moderado.

A crise econômica, que já dura cinco anos, tornou mais aguda a polaridade ideológica. O que está em jogo é definir até que ponto regulamentar o sistema produtivo e em que medida deve ele financiar, via Estado, o restante da sociedade — mesmo que a atuação do governo sempre se contorne nos padrões modestos de uma economia liberal.

Barack Obama encerra seu mandato com a economia em discreta recuperação. Não conseguiu, com o simbolismo humanístico de sua vitória, superar as amargas divisões entre os dois campos. Encontra no republicano Mitt Romney um adversário eleitoral perigoso.

As pesquisas indicam empate. No idiossincrático sistema americano, uma leve dianteira no voto popular acarreta confortável vantagem no colégio eleitoral, que define o resultado. Ao que parece, a boa performance do governo na recente calamidade poderá fazer do furacão Sandy o alento que faltava para chegar ao segundo mandato na terça-feira.

### Custosa obsessão

Brás Cubas, o defunto escritor criado por Machado de Assis, já advertia o leitor dos perigos de uma ideia fixa. Pois ficou-se na presidente Dilma Rousseff — desde 2007, quando chefiava a Casa Civil no governo Lula — a ideia de implantar o trem-bala entre São Paulo e Rio.

A locomotiva que, rasgando o Vale do Paraíba a 350 km/h, conectará as duas maiores cidades do país em 93 minutos custa, entretanto, a sair do papel. Depois de o leilão ter fracassado em junho de 2011, por falta de interessados, o Planalto adiou novamente o processo — um edital estava previsto para ser publicado nesta semana — a pretexto de remodelar a proposta e evitar a repetição do fiasco.

A fim de atrair grupos privados, o governo assumirá mais uma fatia do risco do projeto, cujo custo, grosseiramente estimado, ronda R\$ 50 bilhões. Enquanto o volume de passageiros transportados for insuficiente para ressarcir a despesa com a iniciativa, o Planalto arcará com a diferença. Vai tirar o dinheiro de toda população, via impostos, e transferir para o consórcio responsável pela obra.

O estratagem, argumenta o governo, deve oxidar subsídios no início, quando a procura pela ferrovia for incipiente. Mas essa despesa pública seria compensada nos 30 ou 40 anos de vigência do contrato, com o fluxo de passageiros próximo da capacidade total.

A verdade é que os principais incógnitas do projeto continuam sem elucidação, a começar do custo real. Um projeto detalhado, básico para estimar com precisão o valor, só virá após a primeira fase da licitação, a ocorrer na melhor hipótese em meados de 2013, para definir operador e tecnologia.

Se tudo correr bem — algo raro, se não inédito no setor público brasileiro — as obras só começariam ao final de 2014, início de 2015. As primeiras viagens, restritas a alguns trechos, ocorreriam em 2018. As dificuldades para uma obra desse porte, como os intermináveis trâmites das licenças ambientais e desapropriações, não recomendam otimismo quanto a prazos e valores. Só de túneis o projeto original prevê mais de 100 km. Em 40 anos de obras, o metrô de São Paulo não atingiu essa marca.

De certo e imediato resta só a disposição, impingida ao velho BNDES, de desembolsar até R\$ 25 bilhões para bancar a ideia fixa da presidente. Na desuperada infraestrutura nacional, há carências bem mais prementes. O metrô em grandes cidades é uma delas.

### REVISTA NA TROPA



### Mente e cosmo

Ele é um homem de impecáveis credenciais acadêmicas e aletas. Um dos mais respeitados filósofos dos EUA, orientando de John Rawls, professor da Universidade de Nova York, autor de inúmeros textos em que declara sua descrença, Thomas Nagel vem causando alvoroço com a publicação de "Mind and Cosmos", que saiu em setembro. O subtítulo esclarece as razões da controvérsia: por que a concepção materialista neodarwinista da natureza é quase certamente falsa. É um livro gostoso de ler, embora denso, e que levanta pontos importantes. Para Nagel, num esboço problema mente-corpo, as explicações científicas para questões como consciência, intencionalidade e valor são necessariamente incompletas, o que cobra uma mudança de paradigma. Minha impressão, porém, é a de que o autor errou na mão. Não é de hoje que o filósofo trava uma batalha contra o reducionismo científico (o termo "epistêmico" não é pejorativo em "epistemologia"; significa só a

### Foco no problema

Estudo de bancos centrais do G20, no início da década passada, analisou grupo de países de baixo crescimento e padrão de vida, comparando-os com os que haviam elevado substancialmente o crescimento com os que tinham falhado na tentativa. Dado comum aos dois grupos era o fato de terem longa lista de problemas. O estudo mostrou que os países bem-sucedidos foram os que identificaram os problemas mais prejudiciais ao crescimento e concentraram esforços na sua solução. Identificaram dois, três ou quatro problemas fundamentais e os combateram de forma persistente, até resolvê-los. O que elevou o padrão de crescimento e o nível de vida da população. Aplicando o modelo ao Brasil, verifica-se que em boa parte das décadas de 80 e 90 o país tinha três problemas críticos impedindo o crescimento: o cambial, o fiscal e o monetário (inflacionário). Em 2003, o país efetuou forte ajuste monetário e fiscal que gerou contração do consumo. A taxa básica de juros foi a 26,5% ao ano, quebrando a dinâmica inflacionária, o superávit primário efetivo ficou acima da meta de 4,25% do PIB e cerca de 15% da produção industrial foi redirecionada à exportação. A melhora dos fundamentos econômicos deu base à confiança de investidores, empresários, e em seguida, consumidores, e voltamos a crescer. Esse bônus da estabilização econômica foi obtido por meio da estabilização da inflação, da queda e da melhora do perfil da dívida pública e do acúmulo de reservas internacionais gerada pela melhora da balança externa. O estudo dos bancos centrais do G20 tem sido aplicado a diversas esferas da administração pública no mundo. Com prefeitos recém-eleitos, é um bom momento para analisar nossos centros urbanos nessa perspectiva.

### Homem-bomba enjaulado

BRASÍLIA — Mesmo depois de condenado e preso, Marcos Valério continuará sendo um homem-bomba, sem compromissos partidários com o PT e pronto a explodir as bases do governo Lula e a aura do próprio Lula. Será, aliás, ainda mais perigoso: um homem-bomba emjaulado.

Um dado fundamental de todo o processo do mensalão é que acaba o julgamento no STF, mas a possibilidade de delação premiada continua valendo. Pela lei, um dos réus, depois de durante a encaução da pena. Ou seja, diretamente da prisão. Novembro chegou e nada de conclusão do julgamento. A desmetria será retomada nesta semana e, até o fim do mês, Brito saiu da presença do STF, Joaquim Barbosa assume, Teori Zavascki chega e discute-se intensamente quem será o novo ministro na vaga de Brito.

Depois, vem o julgamento do mensalão mineiro, que pega o PSDB. Apesar de ter sido antes do petista, só chegou ao STF dois anos após. Mas não perde por esperar. O principal ponto em comum entre os dois mensalões, aliás, é o explosivo Valério.

### O lobo mau

reduziu Nova York, por algumas horas, a uma cidade que poderia integrar a Baixada Fluminense.

Felizmente, o povo americano sabe se virar em situações iguais, como aconteceu em 1988, enfrentando o furacão Glória, estava em White Plains, as autoridades pediram que os turistas produzissem vitórias e estragos, mas a culpa não chega a ser da natureza, mas da legislação e da fiscalização nas áreas de risco. As tragédias que sofremos neste setor podem ser minimizadas.

Com os Estados Unidos à barra é mais pesada. Na Costa Oeste, os terremotos, e, na Costa Leste, os furacões. No meio, entre os dois litorais, os tornados. O país mais rico e poderoso em tecnologia ainda não encontrou um sistema que controlasse os desastres da natureza. É o exemplo diante das catástrofes como as ilhas Papuas, que, aliás, sofrem menos nestes departamentos.

Vimos as cenas provocadas pelo furacão Sandy, que praticamente

### Henrique Meirelles

Henrique Meirelles escreve aos domingos neste colun.

Tomemos o exemplo mais importante e dos mais dramáticos. São Paulo. A lista de problemas é longa e inclui responsabilidades municipais básicas, como educação, saúde, lixo, manutenção de vias, creches... Porém os que mais limitam o crescimento e a melhora do padrão de vida são transporte e violência. Resolvidos, haverá mais crescimento, que gera mais arrecadação, assim, recursos para resolver os outros problemas fundamentais.

São Paulo demanda foco absoluto nesses dois problemas. Um metro desdobramento de recursos municipais para enfrentá-los não basta. Será preciso esforço articulado dos governos municipal, estadual e federal.

Quando São Paulo voltar a oferecer transporte que permita às pessoas exercer sua atividade de forma eficiente e confortável e a população recuperar o domínio das ruas da violência, a cidade poderá voltar a ser grande locomotiva do Brasil.

Henrique Meirelles escreve aos domingos neste colun.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 02/12/2012

A2 opinião

DOMINGO, 2 DE DEZEMBRO DE 2012

FOLHA DE S. PAULO

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREAS  
 Diretor editorial: OTAVIO FREAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
 Editor executivo: SÉRGIO DAMILA  
 Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LENTE, MARCELO COELHO, JÂNIO DE FREITAS, GILBERTO DOMENESTER, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CÉSIO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS e OTAVIO FREAS FILHO (intermittente)  
 Diretores executivos: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BUSSAT (publicidade), MARCELO BORGHINI GOMES (diversos) e EDUARDO AZEVEDO (ajustamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### Calote parlamentar

Pagamento de 14<sup>o</sup> e 15<sup>o</sup> salários a senadores já é escândalo; quitação de dívida de imposto de Renda pela Casa aumenta o absurdo

O escândalo é tamanho que muitos senadores e ex-senadores preferiram não aderir a ele. A começar do próprio presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), passando por petistas e tucanos, não é pequeno o rol dos que decidiram pagar do próprio bolso o que deviam de imposto de Renda.

Mesmo assim, o abuso se fez. O Senado, ou melhor, o contribuinte, acaba de desembolsar R\$ 5 milhões em dívidas com a Receita — que deveriam ser quitadas, obviamente, por quem as contraiu.

O desfalque se repetiu a outro, aliás. Deixou-se de recolher, entre os anos de 2007 e 2011, o tributo que incide sobre os salários extras recebidos ao fim do ano, sem nenhuma justificativa razoável, pelos membros do Senado.

São o 14<sup>o</sup> e o 15<sup>o</sup> salários desses parlamentares, entendidos como ajuda de custo para que possam retornar a seus Estados de origem para as festas de fim de ano, que se viram durante todo esse tempo isentos de tributação. O benefício total atingiu, em média, a quantia de R\$ 64 mil por parlamentar.

Cobrado pelo fisco, o Senado depositou em julho valores da dívida de 73 senadores — dos 119 devedores, 46 quitaram seus próprios débitos. Desde segunda-feira, prazo fixado

pela Casa para que os parlamentares desembolsassem a quantia, outros passaram a tomar a mesma iniciativa. Já são ao menos 55. Até que é bastante, considerando os padrões habituais de descaso com a opinião pública exibidos no Congresso.

Mas é pouco, evidentemente, para o que seria de exigir dos representantes eleitos pela população. Ainda mais quando, na esteira das decisões do Supremo Tribunal Federal sobre os envolvidos no escândalo do mensalão, ganharam algum alento as expectativas de que os desvios de conduta dos homens públicos brasileiros passem a ser tratados com maior rigor.

Apropriaram-se, esses senadores e ex-senadores, de dinheiro que não lhes competia receber. Omitiram-se de pagar uma dívida com a Receita Federal, que o Senado encampou assim nas próprias despesas.

Na verdade, caberia aos especialistas em direito penal identificar em que categoria de delito é possível enquadrar tal comportamento.

O clima de opinião que atualmente vive no país tende a reduzir as atitudes de inércia e conformismo. Sinal de alguma mudança, talvez, é o fato de que o próprio Senado extinguiu, em maio, a prática vergonhosa do pagamento do 14<sup>o</sup> e 15<sup>o</sup> salários. O projeto ainda depende de aprovação da Câmara dos Deputados. Sinal de nenhuma mudança, sem dúvida, é o fato de que não se tenha notícia de quando isso virá a acontecer.

### Prioridade pedestre

A má conservação de ruas e calçadas foi o problema mais citado pelos moradores de São Paulo na pesquisa "DNA Paulista", realizada neste ano pelo Datafolha. Passetos e asfalto esburacados superaram tópicos tradicionais como segurança, saúde e trânsito.

São notórias as irregularidades e deficiências das vias da metrópole, em especial na área reservada aos pedestres, item que vem ganhando destaque nas reivindicações por mobilidade urbana.

Estima-se que São Paulo tenha 30 mil quilômetros de calçadas — mais de duas vezes a distância que separa a metrópole paulista de Canberra, capital da Austrália.

A legislação municipal prevê que construção, reforma e conservação dessas áreas são de responsabilidade dos proprietários e ocupantes dos imóveis.

Ao poder público cabe zelar pelos passeios das edificações municipais e também das principais avenidas de trânsito, as chamadas "vias estruturais". Desde 2008, a prefeitura é responsável também pelas calçadas de rotas estratégicas estipuladas pelas 31 subprefeituras, ruas e avenidas com alta concentração de serviços e pedestres.

Entraram em vigor em janeiro novos padrões para construção e reforma dos passeios paulistanos. Estipulou-se ainda valor maior pa-

ra as multas que podem ser aplicadas pelas subprefeituras na fiscalização. A pena passou a ser de R\$ 300 por metro linear.

Esse custo é maior que o da reforma. Considerando um passeio de dois metros de largura, a reconstrução de um metro linear sai por cerca de R\$ 150 — metade da multa. Num exercício abstrato, se as calçadas tivessem sempre essa largura, reformar todas custaria por volta de R\$ 4,5 bilhões.

A sanção pecuniária pode induzir os responsáveis pelos imóveis a providenciar as correções. É preciso considerar, porém, dois aspectos: as regras para a construção dos passeios são relativamente complexas (estipulam áreas com texturas ou cores diferentes, por exemplo) e os cidadãos nem sempre possuem os recursos necessários para essa finalidade.

Com efeito, em algumas regiões da cidade, a população não dispõe nem de moradia digna. É preciso que a prefeitura adote uma atitude mais realista e imaginativa. Por que não dar descontos no IPTU para quem adequar sua calçada segundo padrões simplificados? Eis uma oportunidade para o prefeito eleito Fernando Haddad: adotar como bandeira de sua administração, já de saída, o que os próprios municípios indicam ser uma prioridade.



### Origens da moral

SÃO PAULO - "Moral Origins", de Christopher Boehm, é um livro importante. Como sugere o título, ele trata do surgimento da moralidade nos humanos, mas, ao contrário de obras congêneres, que têm como matéria-prima uma série de especulações filosóficas, modelos matemáticos, "insights" psicológicos e achados neurocientíficos, o autor, como bom antropólogo que é, busca evidências materiais para oferecer uma explicação histórica.

Recordando a observação zoológica de chimpanzés e a um impressionante catálogo do comportamento de várias tribos de caçadores-coletores, Boehm sustenta que a moral humana começa com o igualitarismo. Enquanto nossos primos são animais fortemente hierárquicos, nós nos notabilizamos por formar alianças para destruir qualquer macho alfa que quisesse virar dono do pedaço. Fazíamos isso para garantir que a carne obtida nas caçadas fosse dividida de forma justa.

Esse impulso igualitário disparou

várias engrenagens. De um lado, valores incorrigíveis e psicopatas foram eliminados fisicamente — e seus genes excluídos do pool da humanidade. De outro, indivíduos com perfis dominantes aprenderam a exercer o autocontrole, primeiro passo para desenvolver uma consciência moral. Esse processo de seleção social afetou até nossa biologia. O homem é o único animal que cura, a marca física de uma emoção moral.

Pelo meu relato, esse pode parecer mais uma "just story", uma assertiva que não tem como ser confirmada nem falseada, ou seja, algo sem valor científico, mas, ao longo das 400 páginas da obra, o autor chega a ser obsessivo ao sustentar cada afirmação com evidências empíricas. É tão detalhista que, em algumas ocasiões, o livro se torna repetitivo.

Mesmo que não compreemos pelo valor de uma hipótese de Boehm, o texto traz um conjunto admirável de observações bastante contundentes sobre nossa natureza.

heliogpost.com.br

### Sim, eles podem

BRASÍLIA - Reservo a última colubina antes de rápidas férias para tratar da mania de certos governantes e seus partidos de se sentirem donos do governo e do próprio país.

Quando Marina Leitic mandou a cadêlnha passar em nome oficial, desenhou uma imensa estrela verde-limão. Abusou e não os amigos dos filhos para fazer turismo em avião e prédio públicos, estava dizendo que se sentia "em casa" e sinalizando para os vários escalões do PT que sim, nós podemos. Quer dizer: eles podem.

Foi assim, a partir de miudezas cheias de significados, que os governos do partido foram se imiscuando nos gabinetes, vulgarizando decisões, aparcando estatutos, relativizando o conceito de ética e corrompendo seus quadros.

A chegada ao poder incluiu milhões de pessoas e rendeu recordes de popularidade e aplausos no fundo do interior para Lula, mas inflou o seu ego e foi letal para o partido. Desfez-se a aura, foram-se as ilusões, exauriram-se os iludidos. Os espertos correram a tirar suas casquinhas.

As histórias memoráveis, a guerra contra a corrupção, a posição de militância, as lágrimas torrenciais na derrota de Lula para Collor, em 1989, tudo foi por água abaixo e o partido patina no mesmo lodo dos demais.

Busca-se esses, como no escândalo Rose, adversários e aliados de diferentes tendências candidaram tanto a confusão entre público e privado, citada em 9 entre 10 artigos de opinião. Ninguém tem nada a ver com a vida privada de ninguém, desde que não invada o bem público, fira princípios elementares de gestão e confira poderes estraterrestres a meros(as) terriqueos(as).

O que começa com cadêlnhas para lá e para cá usando carro, motorista e gasolina públicos é o que acaba em passaportes especiais, nomeações exorbitantes, apartamentos fantásticos e... mensais. Não foi para isso, convenhamos, que o PT foi criado e subiu a rampa do Planalto.

PS - Até a volta!

### O enigma do investimento

### O enigma do investimento

Uma série de medidas de estímulo à economia foi adotada no Brasil, mas os investimentos ocorreram em ritmo e forma inferiores ao desejado.

Nos EUA, após intensos estímulos, recuperação do sistema financeiro e do mercado imobiliário e forte lucro das empresas, os investimentos não reagiram. É um fenômeno que ocorre em maior ou menor escala em alguns países. Por quê? Apesar de bons estudos, muitas vezes não se compreendem os motivos que levam o empresário a assumir risco, levantar capital e investir no negócio. As declarações de empresários tendem a não ajudar muito, pois é natural que usem essas oportunidades para influenciar decisão governamental na busca de benefícios para sua empresa ou setor.

Dirigi uma instituição financeira global que, no processo de avaliação de risco e perspectiva, monitorava criteriosamente os planos de empresas clientes e a evolução de seus investimentos. Além disso, tenho participado do conselho de organizações globais cuja função mais importante é analisar, aprovar e monitorar investimentos.

Nessa experiência, vejo que os investimentos de longo prazo são extremamente raros e baseados em previsões objetivas. O famoso instinto animal do empresário existe na tomada do risco e no apetite pela expansão. Mas para o investimento ser bem-sucedido, o processo deve ser metódico e rigoroso. A decisão de investir é baseada em projeções de venda, custo, lucro, retorno do investimento. Simples assim.

Essa dificuldade de reação dos investimentos está ligada a uma questão fundamental e pouco falada: a previsibilidade. Não bastam projeções excelentes de vendas, por exemplo, se a confiança do empresário nas projeções é baixa.

Portanto os fatores fundamentais ao investimento são, nessa ordem: 1) projeções de demanda, custos e margens; 2) previsibilidade macroeconômica do país nos próximos anos; 3) previsibilidade das regras do jogo; 4) previsibilidade de volumes e de margem de lucro.

Nos Brasil, a grande questão é a incerteza nas contas públicas, o chamado "abismo fiscal". Até que ele se defina com clareza para os próximos anos, os empresários não investirão o que se espera.

No Brasil, o grande avanço econômico, do crédito e dos investimentos nos últimos anos se deu em função do aumento da previsibilidade econômica e da consolidação das regras do jogo. É fundamental manter essa previsibilidade para dar confiança aos empresários pequenos, médios e grandes na trajetória futura de vendas.

A partir daí é questão de competência da empresa de analisar a conjuntura geral e específica e acertar as previsões para o seu mercado.

henrique@meirelles.com.br

henrique@meirelles.com.br



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 02/01/2013

A2 opinião QUARTA-FEIRA, 2 DE JANEIRO DE 2013

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FRAS FILHO  
Supervisor Executivo: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor Executivo: SERGIO DA SILVA  
Conselho Editorial: ROSEIRO CESAR DE GOUVEIA LEITE, MARCELO COELHO, JANDY DE FREITAS, GILBERTO DOMENEGUES, OLIVIERO CARLOS DE MOURA, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRAS e OTAVIO FRAS FILHO (coordenador)  
Diretoria Executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA, ANA CAROLINA MACHADO (circulação), MARCELO MACHADO GONCALVES (financeiro) e EDUARDO ALCAROL (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

### Pouca transparência

Balanco da Lei de Acesso à Informação é decepcionante; STF, Congresso Nacional e Ministério Público ajudam a compor quadro negativo

As dificuldades eram conhecidas. Ainda assim, a implementação da Lei de Acesso à Informação no país ficou abaixo do esperado após sete meses de vigência dessa ambiciosa legislação sobre a transparência do Estado brasileiro.

A maioria dos prognósticos era pessimista quanto à capacidade do poder público de colocar as novas regras em prática dentro do prazo fixado pela lei. De fato, os seis meses entre a sanção presidencial e a entrada em vigor da norma foram um período muito curto para adaptação. No Reino Unido, por exemplo, houve cinco anos de preparo.

Desse ponto de vista, poderíamos resultar precipitados balanços sobre a Lei de Acesso no Brasil. Não passou tempo suficiente para que os entes públicos e organizações apontar a estrutura necessária para aplicar a legislação, que garante acesso de qualquer pessoa à maior parte dos documentos públicos.

Não são meramente operacionais, contudo, os obstáculos que atrapalham o avanço da transparência. Em muitos casos, os entraves surgem num plano mais básico — justamente por isso, aumentam a decepção de quem depositou alta expectativa na lei.

Segundo levantamento do Fórum de Direito de Acesso à Informação Públicas —entidade que agrega diversas ONGs—, nada menos que 15 Estados se absteram de regulamentar a norma federal.

### Palafitas em Pinheiros

Ficou famosa a cena registrada pelo cineasta italiano Federico Fellini em seu filme "Roma", de 1972: escavações para a construção do metrô levaram afrescos milenares, que, em contato com o ar externo, se apagam das paredes. Comparada às espessas camadas de história em Roma, São Paulo é uma folha de papel. Isso não significa, todavia, que a cidade seja desprovida de passado.

Embora pouco expressiva em seus primeiros séculos, a vila fundada por jesuítas em 25 de janeiro de 1554 tornou-se, a partir do final do século 19, um polo próspero e dinâmico. No século 20, tornou-se a maior cidade brasileira — e uma das mais populosas do mundo.

A exploração de um sítio arqueológico no bairro hoje quase central de Pinheiros, em meio a trabalhos de reurbanização da avenida Faria Lima, permite agora vislumbrar algo da vida pretérita da metrópole. Milhares de fragmentos de objetos foram achados, além de resquícios de estruturas urbanas, como fundações de casas e antigos trilhos de bondes.

A presença de palafitas naquela região, por exemplo, faz lembrar que o rio Pinheiros não foi desde

São unidades da Federação que não quiseram ou se mostraram incapazes de criar regras próprias para detalhar, por exemplo, como serão processados os pedidos de informação na esfera estadual. Sem tais especificações, não há como tirar a legislação do papel.

Se essa é a realidade nos Executivos dos Estados, não há razão para supor que nos municípios seja diferente. O mesmo descaso pode ser verificado nos Poderes Judiciário e Legislativo das três instâncias.

A esse respeito, basta lembrar que o Supremo Tribunal Federal tampouco regulamentou a Lei de Acesso — e que o Congresso Nacional criou mecanismos para inibir consultas feitas pelo público.

Talvez ainda mais frustrante seja a situação do Ministério Público. O pesquisador Fabiano Angélico, da FGV, e o Movimento do Ministério Público Democrático enviaram questões para as 30 unidades do órgão: 13 ignoraram as perguntas e 17 disseram que ainda não estão preparadas para aplicar a Lei de Acesso integralmente.

Algo está muito errado quando o órgão responsável por defender a ordem jurídica e fiscalizar o cumprimento da lei se alinha com quem descumpra a norma.

Nesse quadro, o fato de a Lei de Acesso ser pouco conhecida da maior parte dos brasileiros até parece problema menor. Mas o Executivo federal, de longe o que mais se preparou para promover a transparência, ajudaria o país se investisse na publicidade da norma.

Antes do século 19, ali funcionavam estalagens para quem deixava São Paulo em direção a Sorocaba ou ao sul do Estado e do país. Mais que a descoberta de importantes maravilhas soterradas, o que resalta dos trabalhos arqueológicos é a própria emergência de resquícios de estruturas urbanas, como fundações de casas e antigos trilhos de bondes.

A presença de palafitas naquela região, por exemplo, faz lembrar que o rio Pinheiros não foi desde sempre um canal estreito e poluído, mas um curso d'água sinuoso, que alagava várzeas nas épocas de chuvas. Já abrigou em suas margens clubes esportivos, provas de natação e competições náuticas.

Nos anos 1920 iniciaram-se as obras de retificação do rio, que prosseguiram até a década de 1950. O projeto não era apenas combater as inundações, mas canalizar as águas e inverter seu curso para acionar a usina Henry Borden, em Cubatão, de maneira a aproveitar o desnível da serra do Mar.

A análise dos objetos localizados pela equipe do arqueólogo Fláclio Galí — como sicaras, canecas, sopesiras e louças novecentistas — ajuda a entender o passado do bairro. Antes do século 19, ali funcionavam estalagens para quem deixava São Paulo em direção a Sorocaba ou ao sul do Estado e do país.

Mais que a descoberta de importantes maravilhas soterradas, o que resalta dos trabalhos arqueológicos é a própria emergência de resquícios de estruturas urbanas, como fundações de casas e antigos trilhos de bondes.

A presença de palafitas naquela região, por exemplo, faz lembrar que o rio Pinheiros não foi desde



### VERA GUIMARÃES MARTINS Aviso aos imigrantes

SÃO PAULO - A notícia de que a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República estuda facilitar a entrada de estrangeiros no mercado nacional do trabalho é mais ou menos como rever uma peça antiga com novos atores. O Brasil já fez largo uso da imigração como política de Estado entre o final do século 19 e as primeiras décadas do 20. Em São Paulo, o governo até concedia passagens gratuitas de terceira classe para quem aceitasse se fixar no Estado. Vieram agricultores, mineiros, barbeiros, sapateiros e toda sorte de prestadores de serviços. Foram, cada um no seu quadro, personagens fundamentais do desenvolvimento paulista.

Neste século 21, o foco mudou, e o objetivo da imigração arquitetada pelo governo federal é atrair gente formada em boas universidades internacionais. É bom registrar que trata-se de imigrantes sintonizados, bem-vinda — e também de um atestado da deficiência da educação brasileira.

Em cem anos, o país avançou muito, mas deixou o ensino a bobo e não formou profissionais qualificados suficientes para atender as necessidades de uma economia moderna e em desenvolvimento. Bastaram alguns anos de crescimento razoável para inaugurar a temporada da escassez.

O apogeu de mão de obra atraída por obras vitais de infraestrutura, inflaciona salários de algumas categorias e reduz a competitividade do país. Daí a resposta paliativa da imigração, bem mais fácil e rápida do que solucionar o déficit educacional histórico.

Talvez até surjam algumas xenofobias sobre uma possível ameaça aos trabalhadores nativos, mas os números mostram que o Brasil é um dos países mais fechados à mão de obra estrangeira.

Vale repetir alguns publicados no domingo: nossa população atual de imigrantes soma menos 0,2% (43% maiores de 60 anos). A média no mundo é de 3% e da América Latina, 1,5%, e a dos EUA, 15%.

### FERNANDO RODRIGUES 28 anos de democracia

BRASÍLIA - Em 15 de março próximo o Brasil completará 28 anos de democracia. É um caso clássico de copo meio cheio e meio vazio.

A parte cheia é o fato inédito de um país tão sem cultura democrática ter conseguido persistir nesse caminho por tanto tempo. Quando o colapso de um regime autoritário em 1985, o Brasil encerrava 21 anos de ditadura militar.

Antes do regime de arbítrio instaurado em 1964 houve um ou outro hiato democrático. Mas no passado mais remoto, embora o país tenha experimentado algum tipo de eleições diretas, seria uma licença poética classificar a República Velha de democracia plena.

Não são poucas coisas então o quase 28 anos de democracia já desfrutados pelos brasileiros. A repetição das regras de liberdade eleitoral tem sido essencial para enraizar esses valores civilizatórios no país.

O problema é que há ainda a parte meio vazia no copo quando se trata da democracia brasileira. Foram criados e fechados dezenas de partidos nos últimos séculos. Nenhum conseguiu ser nacional. A cada eleição, multiplicam-se os escândalos de financiamento ilegal de políticos em campanha.

A presidente atual, Dilma Rousseff, e seus dois antecessores imediatos, Lula e FHC, pouco fizeram para aperfeiçoar o modelo político-eleitoral brasileiro. Inexistem sinais de mudança à vista nessa área no restante da administração dilimita. Do Congresso nada se deve esperar.

Como é possível existir democracia verdadeira com um sistema partidário apodrecido? Ou com total falta de transparência a respeito de quem financia candidaturas a cargos públicos?

No Congresso, vigora um demotismo com 26 partidos. A maioria não tem votos para eletos ali. Muitos representam interesses próprios e não os dos cidadãos. Erro que não houve correção dessa anomalia, a quase longa democracia brasileira não estará completa.

mesmo o mar está custando a engolir as toneladas de flores para sua rainha. Consciente disso, um grupo de poetas aqui do Leblon arrumou um jardim à beira-mar para Iemanjá, em vez de sintonizar flores na água. "Flores, sim, poluição, não", foi o mote. Outro se exemplou propagar por outras praias nos próximos Réveillon.

Como todo ano, desci à areia e bati um papo com Iemanjá. E, como nenhum dos dois pediu ou cobra nada, entendo-me muito bem.

### ÉRICA FRAGA É sempre a economia, estúpido?

Se a economia tem, de fato, um peso grande nos resultados das eleições, o PT deve começar a se preocupar seriamente com 2014. Certo?

O mais notório indicador econômico, o PIB (Produto Interno Bruto), vai mal há dois anos. A indústria patina. O investimento não decola.

Eleições presidenciais são frequentemente citadas como referências sobre o desempenho da economia.

O impacto da oscilação de indicadores econômicos sobre a decisão do eleitor é estudado há décadas pela academia.

Essa ligação se popularizou com o termo "a economia, estúpido", cunhado por James Carville, chefe da campanha dem-sucedida do democrata Bill Clinton à Presidência dos EUA em 1992.

A fraqueza da economia dos EUA motivou a virada no humor dos americanos, que, em março de 1991, conferiam 92% de aprovação ao então presidente George Bush, mas, no ano seguinte, não o reelegeram.

Mas o que explicaria a derrota de Al Gore, vice de Clinton, em 2000, quando o país crescia com vigor havia cinco anos?

A resposta de trabalho minucioso (que analisa pleitos em 18 nações desenvolvidas entre 1979 e 2002) dos pesquisadores Raymond Duch e Randolph Stevenson é simples: a economia tende, sim, a afetar as eleições, mas nem sempre.

Além disso, segundo os autores de "The Economic Vote: How Political and Economic Institutions Condition Election Results", o peso da economia não é tão grande quanto sugere o falatório sobre o tema.

Em média, calculam, avaliações sobre a economia têm impacto de 2% a 7% na votação no candidato da situação.

Claro que há pleitos apertados em que essa variação pode ser determinante, sim, a fórmula "economia mal (bem) = garantia de derrota (vitória) parece não ser infalível.

Mesmo que fosse, há uma peculiaridade importante — e intrigante — na conjuntura brasileira: a economia vai mal, mas o mercado de trabalho está muito bem.

Acompanhando o noticiário sobre deterioração econômica, mas empregado e vendendo seu salário aumentado, o leitor tenderia a punir ou premiar o candidato da situação?

Há outro fator em jogo. Duch e Stevenson detectaram que a chance de eleitor votar contra o partido incumbente por problemas na economia aumenta quando ele percebe um descolamento entre a situação do país e as condições externas.

Não é à toa que o governo brasileiro insiste que a descelebração aqui é efeito da crise externa. Por quanto tempo a tese convencerá? O desemprego resistirá em patamar tão baixo e os salários continuarão subindo se a economia não se recuperar com mais vigor?

Essas questões irão definir o peso do voto econômico no Brasil em 2014.

ÉRICA FRAGA é repórter especial da Folha.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 03/02/2013

A2 opinião \* \* \* DOMINGO, 3 DE FEVEREIRO DE 2013

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRAS
Diretor Editorial: OTAVIO FRAS FILHO
Superintendente: ANTONIO MARI...
Conselho Editorial: HIGORIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO...

EDITORIAIS

Duas velocidades

Em 2013, emergentes puxarão de novo a economia mundial, com EUA em marcha lenta e Europa estagnada — porém não há beira do abismo

Impõe-se o padrão de dois ritmos de crescimento na economia global, o dos ricos e o dos emergentes. Do lado dos desenvolvidos, o PIB americano teve retração de 0,1% no quarto trimestre de 2012...

verde do Banco Central Europeu, em setembro, de que fará "tudo o que for necessário" para socorrer os países em crise do bloco. A promessa é financiar a dívida desses governos sem restrições de volume ou de prazo.

Os dilemas de Netanyahu

É um enraquecido Binyamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, que recebe a tarefa de montar, a partir de hoje, o quebra-cabeça político para formar um coalizão que se sustente no governo.

Das as dificuldades no front da política doméstica, Bibi, como é conhecido o premiê, tem buscado aproximar-se do presidente Barack Obama. Os EUA são o principal aliado de Israel, cada vez mais crítico ao cenário mundial.

Até ontem

SÃO PAULO - O mais recente livro de Jared Diamond, "The World Until Yesterday: What Can We Learn From Traditional Societies?" (o mundo até ontem: o que podemos aprender de sociedades tradicionais)...

Em nome de Deus

BRASÍLIA - A tragédia de Santa Maria ofuscou uma informação importante de domingo passado na Bahia: as igrejas arrecadam R\$ 21 bi por ano no Brasil, incluindo católicos, evangélicos e centros espíritas.

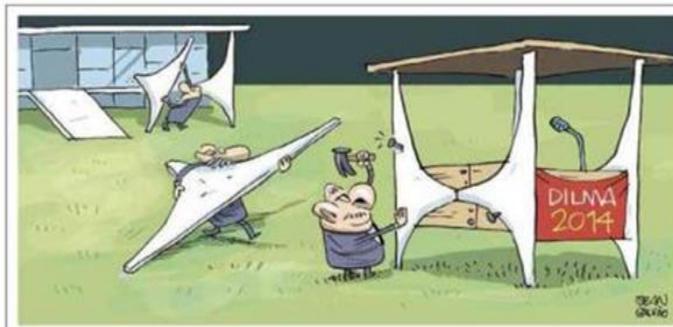
cos. Também cabem digressões sobre linguagem, religião e saúde. Diferentemente de alguns antropólogos que cultuam seu objeto de estudo, Diamond deixa bastante claro que nós, no Ocidente, vivemos muito mais e, de um modo geral, muito melhor do que os membros de sociedades tradicionais. Há, contudo, situações em que seu saber, testado pelos milênios, tende a ser valioso.

dente da Universal, como o nome já diz; Silas Malafaia, da Assembleia de Deus; Romilda Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus; e Estevam Hernandez e sua mulher, da Renascença em Cristo, os mais polêmicos ("só" R\$ 130 milhões).

Um doze avos

RIO DE JANEIRO - Em números redondos, já atravessamos um doze avos do ano que será o laboratório para a próxima eleição presidencial.

Há nomes, mas não há ainda um nome em torno do qual se possa esperar uma definição da grande parcela do eleitorado que pretende mudar a quase hegemonia do partido majoritário.



1/10/2014

Folha de S.Paulo - Edição de 01/03/2013

A2 opinião ★ ★ ★ SEXTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2013

FOLHA DE S.PAULO

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FIAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FIAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor-executivo: SÉRGIO DAVILA  
Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CARVALHO LEITE, MARCELO COELHO, HENRI DE FREITAS, ELIERIO RAMENHINI, CLAUDIO BRUNO, CARLOS PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FIAS e OTAVIO FIAS FILHO (secretário)  
Diretor-executivo: ANTONIO CARLOS DE MOURA GOMES (geral), MURILLO BISSAS (circulação), MARCELO MAQUEDA GOMES (circulação e distribuição) e EDUARDO GOMES (planejamento e novo negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

### Proteção improdutiva

Após elevar tarifas para ajudar a indústria nacional, Fazenda ameaça baixar-las para tentar cobrir previsíveis aumentos de preços

“Cuidado com o que você deseja.” O ditado célebre não deve ter ocorrido ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, quando decidiu elevar tarifas de importação para uma centena de produtos, em 2011, e engendrar uma desvalorização do real de cerca de 30%, em 2012. O desiderato ministerial era proteger produtos nacionais, ao diminuir a concorrência de importações no mercado interno e baratear bens brasileiros no exterior. Mas o resultado tem sido mais inflação — como não poderia deixar de ser.

Quase nada mudou no país em matéria de custos e competitividade. Em várias frentes, como a despesa salarial e a logística, houve até uma piora. Nessas condições, a manipulação de tarifas e câmbio — algo que se potencializa em situações especiais e transitórias — serviu mais para dar aos setores selecionados um privilégio: a oportunidade de cobrar mais.

Portanto, não é de surpreender que tarifas maiores para importados resultem em alta de preços. Não se trata de efeito colateral, mas de uma consequência direta do protecionismo, prevista em qualquer manual de economia.

Para o consumidor, obrigado a pagar mais pelo produto antes importado, o prejuízo é evidente. A

proteção à indústria só pode trazer ganho para o país se for capaz de induzir, no médio prazo, ganhos de escala e produtividade.

Eis que o ministro se mostra, agora, agastado com a consequência previsível de suas próprias ações. Em entrevista ao jornal “Valor Econômico”, ameaçou baixar tarifas de setores que estiverem “abusando” nos preços.

A ameaça parece orientar-se pela presunção de que o comportamento empresarial seria visceralmente incompatível com o bem do país. Não é algo novo no Brasil, que já teve congelamento de preços e os inescrutáveis “fiscais do Sarney”. Prevalece o instinto intervencionista do governo federal, que deveria ocupar-se mais com a estabilidade das regras e menos com ações discricionárias.

O nível de proteção no país sempre foi alto, maior que a média de países comparáveis, e os preços internos são o dobro do que se pratica no mercado internacional. Mas a produção não deslancha.

Entre 2006 e 2012, a produtividade da indústria cresceu apenas 10%. Em contraste, os custos salariais quase dobraram (em dólares).

A única forma de reduzir preços domésticos e, ao mesmo tempo, melhorar o desempenho da indústria é incrementar a competitividade. Não com tarifas arbitrárias e câmbio aos solavancos, mas com mais produtividade e menores custos internos. Os gargalos são: energia, infraestrutura, educação e inovação.

### A bagagem de Chalita

O deputado federal Gabriel Chalita (PMDB), que teve mais de 13% dos votos no primeiro turno das eleições de 2012 à Prefeitura de São Paulo, sempre destacou seu currículo acadêmico e administrativo.

Professor universitário e escritor, Chalita ostenta dois doutorados e mais de 60 livros publicados. Foi secretário de Juventude, Esporte e Lazer do Governo do Estado de São Paulo e, depois, de 2002 a 2006, a secretaria estadual da Educação.

Sua passagem pelo último cargo suscita, agora, uma onda de suspeitas. São 11 os inquiridos em curso no Ministério Público estadual. Essas duas faces se superpõem em alguns dos casos investigados: há, por exemplo, a denúncia de que o então secretário teria obtido de fornecedores do Estado a compra de livros de sua autoria.

O Sistema de Ensino COC atendeu cerca de 150 mil alunos em dezenas de municípios brasileiros. São nebulosas os motivos que teriam levado a organização — hoje parte do grupo britânico Pearson — a comprar 34 mil exemplares da obra “Pedagogia do Amor”.

Segundo Roberto Grombman, que afirma ter sido assessor informal de Chalita na Secretaria da Educação, “os livros eram uma moeda de troca” entre o então secretário e o ex-dono do COC, Chaim Zaber. Os depoimentos de Grombman são

a base da investigação. Ganham verossimilhança quando se leem mensagens eletrônicas que teriam sido trocadas entre o autor da denúncia e Zaber. Nelas, combinam-se o pagamento de reformas efetuadas num apartamento de Chalita, US\$ 600 mil teriam sido gastos com o sistema de iluminação e entretenimento no imóvel do peemedebista. Grombman fala também em malas de dinheiro recebidas.

Como exemplo das vantagens obtidas em troca, cita-se o fornecimento de software educacional à secretaria por uma empresa de Zaber, que teria também conseguido nomear um indicado para o Conselho Estadual de Educação. Chalita afirma ser vítima de “fabricação sistemática de dossiês”. A alegação encontrou certo apoio na declaração de outro assessor da Secretaria da Educação, Milton Leme, de que recebera de Grombman a oferta de R\$ 500 mil para confirmar as acusações contra o deputado. Leme diz que a propina foi oferecida por enviados da campanha de José Serra (PSDB), candidato a prefeito em 2012. Os tucanos negam.

Compete agora ao Ministério Público avançar nas investigações e verificar, em definitivo, se o currículo intelectual do deputado pesa mais na sua biografia do que a bagagem de outro conteúdo, que se acusa ter chegado a suas mãos.

### Esteira de eufemismos

**SÃO PAULO** — Como minha caixa de mensagens continua atulhada de e-mails a propósito da polêmica homossexualidade x homossexualidade, resolvi dedicar mais uma coluna ao tema. Prometo que é a última. Não tenho nada contra a variante homossexualidade e me disponho a adotar-lá tão logo os militantes parem de denegrir o sufixo “-ismo”, que, ao contrário de “astro”, não encerra nada de pejorativo. Acredito, porém, que essa substituição de nomes é, muito provavelmente, um exercício fadado ao fracasso.

O pressuposto do patrulhamento linguístico é o de que palavras insidiosamente moldam atitudes, o que torna necessário manter vigilância constante contra formas sutis de ofensa. Embora haja nas humanidades quem ainda sustente essa tese, ela foi há muito abandonada pelas ciências cognitivas. Nesse modelo, o que ocorre é exatamente o contrário. São as ideias das pessoas, incluindo seus preconceitos, que influenciam a linguagem, originando o fenômeno

que o psicólogo Steven Pinker apelidou de “esteira de eufemismos”.

A palavra “alcoólatra”, por exemplo, foi proposta no início do século 20 para substituir “bêbado” e seus sinônimos mais vulgares, com o objetivo de reduzir um pouco a carga negativa que pesava contra essas pessoas. É óbvio, porém, que a permuta de nomes não fez com que os alcoólatras parassem de beber, de modo que o novo termo logo foi contornado pelas mesmas mazelas que o fizeram surgir. Em pouco tempo, foi trocado por “etilista”, “alcolóico”, “dependente químico”. A lista é aberta. Algo parecido aconteceu com o “de cor”, que substituiu “crioulo”, para depois dar lugar a “preto”, “negro” e “afro-brasileiro”.

Pinker diz que a esteira de eufemismos é melhor prova de que são os conceitos — não as palavras — que estão no comando. Em vez de combater nomes, deveríamos nos concentrar nas atitudes, que são, afinal, o que se deseja mudar.

helo@post.com.br

### Um vai, outro racha

**BRASÍLIA** — Dilma age para unir o PMDB e rachar o PSB. A diferença fundamental é que o PMDB, maior partido brasileiro, não tem alternativa senão se pendurar em Dilma, mas o PSB, de porte médio, tem um candidato pronto à Presidência.

Na mesma semana, Dilma recebeu o governador Cid Gomes (PFL), adversário do pré-candidato Eduardo Campos no PSB, e prestigia duas vezes o PMDB: deu uma passadinha no jantar das estrelas peemedebistas, na quarta-feira, e vai até discursar na convenção nacional do partido, amanhã, ratificando que a vaga de vice é de Michel Temer e ninguém mais.

Cid Gomes é aquele que leva a sogra para passar o Carnaval em Paris com dinheiro público, diz-se que está comprando um jatinho bilionário para o governo do Ceará (ou para chamar de seu) e acaba de pagar um cachê de R\$ 650 mil para Ivete Sangalo na inauguração de um hospital que nem pronto para funcionar estava. Apesar desses probleminhas, o governador e seu irmão, Ciro Gomes,

são os artilheiros de Dilma para atacar a candidatura de Campos no PSB. Presidenteável de si mesmo, Ciro fez um “strike”, ao acusar todos os adversários de Dilma — o tucano Aécio, a “sonhadora” Marina e o próprio correligionário Campos — de não terem nenhuma proposta para o país.

Antes disso, Dilma — a única pre-selecionada no bolche descontrolado de Cid — teve uma conversa promissora com Cid. Ambos ou menos assistiu, Cid jogou álcool, Cid leva o fôstoro e Dilma acende. Eduardo Campos parece cada vez mais candidato, mas o PSB está em chamas.

Já no profissional PMDB, Temer, Sarney, Renan, Henrique Alves, ministros e governadores seguem o lema de que a união faz a força e sabem se defender.

Se Lula articulava substituir Temer por Campos na reeleição, não deve articular mais. Nem o PSB quer nem o PMDB cedeu. E Dilma precisa do PMDB, como o PMDB precisa de Dilma. Entre os dois, o menor perigo é o PSB. Aláís, meio PSB.

### Palanque duplo

**RIO DE JANEIRO** — Basta falar por cinco minutos com cada um para sentir o drama. “O PT tem projeto para o Rio e é em 2014. Eu sou candidato e peço”, brada o hoje senador e aspirante ao governo do Estado, Lindbergh Fajardo, o atual presidente. Seu protagonista de um projeto que recolocou o Rio no mapa. Esse processo não pode parar”, proclama Lula Fernando Pezão, vice-governador e nome escolhido por Sérgio Cabral para sua sucessão.

O Rio, hoje, é um problema real no projeto de reeleição de Dilma Rousseff. PT e PMDB se digladiam e não há sinais de aliança à vista. A queda de braço, até então contida nos bastidores, chegou às ruas.

engordou a assessoria, não sai das ruas. Não há como dizer que ele tenha sido surpreendido pelo manifesto do PMDB fluminense — que, nesta semana, praticamos de um ultimato a Dilma, no melhor estilo “ou nós ou eles”, que tanto irrita a presidente.

A aliados ou ex-presidente Lula admite que o projeto de Lindbergh ganhou aliados em parlamentos opostos. Chama a atenção a movimentação do governador Sérgio Cabral. O peemedebista está chegando ao fim do segundo mandato chamuscado e em silêncio, com um risco real e até há pouco tempo inimaginável de não conseguir fazer o seu sucessor.

A quietude, no entanto, é só pública. Nos bastidores, segue a mil e, agora, cada vez mais de olho no cenário nacional. A despeito de um escândalo aqui e ali, parece querer deixar claro que as decisões do PMDB também e ainda precisam passar por ele,

### Novas harmonias

Todo ano, as cenas se repetem: meu filho e minhas filhas se abrocam com a premiação do Oscar, defendem suas preferências e perguntam por quem estou torcendo.

Neste ano, comecei agitado, cheio de reuniões e debates, e tive pouco tempo de ir ao cinema. Vi “Lincoln”, claro, e também “Os Miseráveis”, ambos excelentes. Para além da leitura de épocas, lugares e personagens históricos, são imagens significativas da condição humana e da trajetória sublime e sangrenta de nossa civilização.

O que mais me anima, além da admiração por essa arte que moldou a consciência de um século, é o envolvimento e o debate que ainda propicia aos jovens e que independe de competências ou prêmios. Sempre recebo deles sugestões de filmes que “não posso deixar de ver” e escuto ou leio seus comentários, que ampliam minha visão, aguçam minha escuta e renovam minhas ideias.

O que percebo neles é o interesse vivo pela melhor tradição humanista, mesmo percebendo insuficiências e atrasos diante da complexa realidade contemporânea. É comovente nos descolando valores como liberdade e solidariedade no interior de uma vivência estética, felizmente sem os limites da pobreza e do autoritarismo que as gerações anteriores entenderam. E como são verdadeiras quando nos cobram a manutenção desses valores em filhos seus, frequentemente, nossois mais severos juizes.

Insisto sempre num termo que, para muitos, parece sem importância: sustentabilidade estética. Não creio que possa haver evolução estável e consistente de nossa sociedade sem ampliação e aprofundamento da sensibilidade, educação da percepção, refinamento da linguagem.

Para mim, o autoritarismo e a devastação que caracterizam a economia e a política insustentáveis só predominam num ambiente em que se usa a vulgaridade e o mau gosto para obscurecer o senso crítico das pessoas.

Os jovens estão ávidos por um novo patamar ético e estético, exigem esse salto e já o antecipam produzindo signos, cores, sons, imagens. Na internet, seu domínio, são criados milhares de galerias para bibliotecas de novas e antigas obras, combo com o dia em que esses recursos (incluindo o acesso) de filmes fantásticos já produzidos) possam atravessar a vida das pessoas, ajudando a elevar o patamar de sustentabilidade estética de nossa sociedade. Começará pela educação, invadirá os ambientes de trabalho e influenciará os discursos políticos, ampliando o acesso das perguntas que organizam o caos de infinitas respostas. Assim nascerão novas harmonias.

Esguardo, ansiosa, os filmes ainda mais familiares, que os mantenedores de utopias de todos os tempos continuam ajudando a produzir pelas mãos de nossos netos e bisnetos.

MARINA SILVA escreve às vezes sob o pseudônimo de Marina.

1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 02/04/2013

A2 opinião

TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2013

FOLHA DE S. PAULO

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

**Presidente:** LUIZ FREAS  
**Supervisor:** OTAVIO FREAS FILHO  
**Supervisor-geral:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
**Editor-executivo:** SÉRGIO DAMILA  
**Conselho Editorial:** ROGÉRIO TEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANO DE FREITAS, GILBERTO DOMENITEN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e OTAVIO FREAS FILHO (presidente)  
**Diretor-geral:** ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BUSSAT (circulação), MARCELO MARQUES GONÇALVES (econômico) e EDUARDO ALCARÁ (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### Faz de conta

**Aprendizado de matemática piora do meio para o fim do ensino fundamental; país precisa de plano emergencial para formar mais professores**

Quanto mais uma nação se mostra encantada com estatísticas, tanto mais se deve perguntar pela capacidade de seus dirigentes e do público para digerir-las e daí derivar um curso de ação. O Brasil, todos sabem, não é um país dado às contas — e poucas áreas detacam isso tão evidente quanto a educação.

Não lhe faltam, hoje, avaliações e indicadores a apontar a má qualidade do ensino. Os avanços obtidos — e os há — são incrementais, difíceis de perceber e de valorizar. As más notícias tendem a ganhar mais atenção, como as que vêm do ensino de matemática.

O buraco negro está no segundo ciclo do ensino fundamental (antigo ginásio). Resultados de 2011 da Prova Brasil — exame bianual realizado pelo governo da União — já haviam indicado algum progresso no primeiro ciclo do ensino fundamental e um desastre no ensino médio (antigo colégio).

No primeiro caso, 36% dos alunos do quinto ano (final do primeiro ciclo fundamental) demonstraram conhecimentos adequados de matemática, ultrapassando assim a modestíssima meta de 35% fixada pelo movimento Todos pela Educação. No terceiro ano do ensino médio, só 10% dos formandos tinham domínio satisfatório, mu-

### Persistir na lei seca

Traz alento a notícia de que, durante o feriado de Páscoa, houve um número menor de acidentes e de mortes nas rodovias estaduais paulistas em comparação com o mesmo período de 2012. O fenômeno parece confirmar o impacto positivo das novas diretrizes da chamada lei seca.

De quinta-feira a domingo, foram 867 acidentes nas estradas do Estado de São Paulo, 16% a menos do que no ano passado. O total de mortes nessas ocorrências diminuiu quase 50% (22 mortes, agora, contra 42 em 2012), e o de feridos caiu de 569 para 454.

Os números desse feriado não são um caso isolado. No Carnaval também houve redução de mortes (12,9%), de acidentes (41,5%) e de feridos (58,7%) em São Paulo. Além disso, o Estado obteve melhoras nas estatísticas fúnebres do primeiro bimestre deste ano: os acidentes que resultaram em mortes caíram 19% no período.

Embora seja cedo para tirar conclusões definitivas, as informações disponíveis sugerem uma tendência clara de queda nos acidentes de trânsito. É difícil imaginar que a lei seca não seja um dos fatores por trás dessa boa nova.

Implantada em 2008, a legislação que proíbe a ingestão de álcool pelos motoristas tornou-se mais rigorosa nos últimos meses.



### CAI RENDIMENTO DE ALUNOS DE MATEMÁTICA



HELIO SCHWARTSMAN

### A maldição de Cam

**SÃO PAULO** — Ao que consta, o pastor Feliciano ganhou a pecha de racista por ter ligado africanos à maldição de Cam, narrada em Gênesis 9:20-27. Não sei se o sacerdote é ou não racista, mas, como exegeta da Bíblia, de cá para mim, concordo.

A história é meio confusa mesmo. Cam, filho mais novo de Noé, encontrou o pai embriagado e desordenado, mas, em vez de guardar pudor e cobrir o ancaio, foi logo contar o sucedido aos irmãos. Por isso, o construtor da arca amaldiçoado não exatamente Cam, mas seu filho Canaã.

No livro "A Maldição de Cam" (disponível só em inglês), David Goldenberg indica, de forma convincente, que o sentido original do texto bíblico não apresentava nenhum viés contra negros. Na obra, que é deliciosamente erudita, fazendo-nos saltar da literatura rabínica para o Akelaré, passando por lições de filologia hebraica e sermões de pastores do sul dos EUA, Goldenberg mostra que a partir do início da Era Cristã, quando a propagação de escravos oriundos da

Africa subsaariana coloca os negros no maior evidência, que a maldição vai ganhando interpretações mais racistas, que incluem até a fabricação de etimologias falsas ("Cam" significaria "queimado", "negro").

Quando chegamos ao ápice desse movimento, entre os escravagistas do sul dos EUA no século 19, ali sim passa a ser dado como "fato" que Deus lançou uma maldição sobre os africanos. Isso talvez não baste para provar que o maldição é racista, mas sugere que ele bebe nas piores fontes.

Quanto à Bíblia, ela parece, de fato, inocente da acusação de preconceito contra negros. É que, à época, seus autores estavam mais preocupados em nos ensinar a matar homossexuais (Levítico 20:13), nossos pais, que mudem de religião (Deuterônimo 13:7) e a vender nossas filhas como escravas (Exodo 21:7).

É claro que o problema não está na Bíblia, mas em achar que um livro velho possa encerrar todas as verdades morais de que precisamos. [blogpost.com.br](http://blogpost.com.br)

VLADIMIR SAFATLE

### O primeiro embate

Os embates em torno da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara talvez sejam o primeiro capítulo de um novo eixo na política brasileira.

A maneira aguçada com que o deputado Marco Feliciano e seus correligionários ocuparam espaço em uma comissão criada exatamente para nos defender de pessoas como eles mostra a importância que dão para a possibilidade de bloquear os debates a respeito da modernização dos costumes na sociedade brasileira. Pois, tal como seus congêneres norte-americanos, apoiados pelo mesmo círculo de igrejas pentecostais, eles apostam na transformação dos conflitos sobre costumes na pauta política central. Uma aposta assumida como missão.

Durante os últimos anos, o conservadorismo nacional organizou-se politicamente sob a égide do consórcio PSDB-DIEM. Hária, no entanto, um problema de base. O eleitor tucano orgânico e algum conservador na economia, conservador na política, mas que gosta de se ver como liberal nos costumes. Quando o consórcio tentou absorver a pauta do conservadorismo dos costumes (por meio das campanhas de José Serra), a qualidade de certos circuitos foi tão grande que o projeto foi abortado. Mesmo lideranças como FHC se mostraram desconfortáveis nesse cenário.

Porém ficava claro, desde então, que havia espaço para uma agenda que implacavelmente conservadora na política brasileira. Ela teria como alicerce os setores mais reacionários das igrejas, com suas bases populistas, podendo se aliar aos interesses do agronegócio, contrariados pelo discurso ecológico das "elites liberais". Tal agenda irá se formar, cedo ou tarde.

Nesse sentido, o conflito em torno dos direitos dos homossexuais deixou, há muito, de ser algo de interesse restrito. Ele se tornou a ponta de lança de uma profunda discussão a respeito do modelo de sociedade que queremos.

A luta dos homossexuais por respeito e reconhecimento institucional pleno é, atualmente, o setor mais avançado da defesa por meio do qual ela encarna os processos de transformação global em lutas que, aparentemente, visam apenas a defesa de interesses particulares.

Ao exigir respeito e reconhecimento, os homossexuais fazem mais do que defender seus interesses. Eles confrontam a sociedade com seu núcleo duro de desigualdade e exclusão. Por isso, sua luta pode ter um forte poder indutor de transformações globais.

VLADIMIR SAFATLE escreve na terça-feira

edit@folha.com.br

ELIANE CANTANHÉDE

### Nasce uma estrela

**BRASÍLIA** — Sabe a história do "fa-lem mal, mas falem de mim"? Foi o que aconteceu com o pastor e deputado Marco Feliciano (PSC-SP).

Primeiro, ressignificou acurruado à ira contra sua vida para a presidência do Conselho de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Depois, partiu para o ataque à política legislativa e bateu boca com manifestantes. Agora, virou celebridade.

Se até na França, que desfraldou os princípios de igualdade e fraternidade, milhares vão às ruas contra o casamento gay, imagine aqui, no Brasil, onde as ovelhas de igrejas evangélicas e de muitos embustes proliferam como coelhos...

Um punhado de artistas, jornalistas e humanistas horrorizaram-se com as posições racistas e homofóbicas de Feliciano, mas milhares de pessoas pensam como ele. A cada Renato Veloso indignado, há quantas centenas de almas racistas e homofóbicas, mais ou menos entusiasmadas.

Se tivesse ficado quieto no seu canto, Feliciano poderia continuar

curtindo o mandato, frequentando seus cultos, fazendo frases de mau gosto pela internet, exigindo a senha de cartões de crédito de fiéis e enfrentando na surdina seus processos no Supremo. Sendo, enfim, o que sempre foi: um ilustre desconhecido no Congresso, um a mais do "chamarão" da Câmara. (Aliás, quantos Felicianos haverá ali?)

Ação a uma comissão tão simbólica pelo seu PSC, pelo desinteresse do PT e pelo descaço do PSDB e dos grandes partidos, ele já teria ali uns minutos de glória. Mas, fala sério, quantos presidentes de comissão o são, e a sua, conhecem? O que girou todos os holofotes, flashes e câmeras para Feliciano não foi nada disso, foi a reação contrária a ele.

Como o Tritão não parece feliz no Congresso e tende a não ser candidato em 2014, o risco é Feliciano acabar virando campo de votos no Estado mais rico e no próprio país. Do palhaço para o pastor espantalho seria, ou será, uma péssima troca. Mas não é nada impossível.

CARLOS HEITOR CONY

### A missão da mentira

**RIO DE JANEIRO** — Ontem foi o dia universal da mentira. Já me explicaram milhares de vezes as razões de uma data tão inútil, que pode funcionar para brincar de infantis, mas sem equivalente no calendário: não há um dia dedicado à verdade. Até mesmo a comissão que foi criada para descobrir uma verdade recente parece que ainda não se entendeu e muita gente desconfia que nunca se chegará ao seu objetivo.

Todos os dias deviam ser da verdade — há aquela bellissima frase do Evangelho, a cada dia basta a sua verdade, "sufficit illi malitia sua". Infelizmente, todos os dias, de certa forma, são destinados à mentira, algumas inocentes, até mesmo piedosas, o assunto não passa da noite, mas as visitas louvam sua saúde e seu prognóstico.

Passados tantos anos, no último domingo, Geneton Moraes Neto entrevistou importantes conselheiros da Casa Branca ao tempo de Bush. O

assessor presidencial para combater o terrorismo disse o que todos já sabíamos, mas agora em tom que pode ser considerado oficial: o governo de Bush mentiu a respeito da invasão do Iraque, não havia armas de destruição em massa. Agredida pela Al Qaeda no 11 de Setembro, os Estados Unidos reagiram às cegas para mostrar que não eram vulneráveis ao terrorismo.

A mentira foi fartamente divulgada, dezenas de milhares de americanos e iraquianos morreram e continuam morrendo num dos crimes mais pugnantes de nosso tempo.

Temos agora os casos do Ira e da Coreia do Norte. De mentira em mentira, os Estados Unidos podem provocar uma guerra nuclear que não será de mentira, mas de verdade.

Um autor, cujo nome não me recordo agora, perguntou o que aconteceria se soasse um inverno silbo no espaço e, a partir daí, só se pudesse dizer a verdade durante dez minutos. Haveria um suicídio universal.



1/10/2014

Folha de S.Paulo - Edição de 05/05/2013

A2 opinião \* \* \* DOMINGO, 5 DE MAIO DE 2013

FOLHA DE S.PAULO

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FREAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor-executivo: SÉRGIO ÁVILA  
Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JIANO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINHO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JOSÉ TRASSI PABLO DE FERRAZ DOS SANTOS  
Diretores-executivos: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BUSSAT (divulgação), MARCELO RICHARDI GONÇALVES (execução) e EDUARDO ALCARÁ (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### Flanco aberto

**Falta de competitividade prejudica desempenho do Brasil no mercado externo e prenuncia a volta do déficit na balança comercial**

Após 11 anos de superávit robusto na balança comercial, nos últimos meses observa-se acelerada piora nas contas externas do país.

Neste primeiro trimestre, o Brasil registrou déficit comercial de US\$ 6,2 bilhões, recorde para tal período do ano. As exportações caíram 3,1% e as importações cresceram 10,1%, na comparação com igual intervalo em 2012.

A despeito de boa parte do emcolhimento do saldo — US\$ 3,5 bilhões — decorrer de atrasos no registro de importação de combustíveis em 2012, mas que só desfalcaram o resultado agora, é evidente a perda no impulso exportador.

O país perde espaço nos seus principais mercados do mundo. No primeiro trimestre, as vendas para a Europa e os EUA caíram cerca de 10% e 25%, respectivamente. Já a China, que ainda cresce a 7,5%, reduziu suas compras em 2,2%.

O retrocesso brasileiro resulta da falta de competitividade para produzir e vender produtos manufaturados. Nossa pauta de exportações se concentra em matérias-primas, o que põe o país em posição de risco. Não há perspectiva de repetir-se tão logo a valorização que tais produtos primários tiveram na última década.

A China reorienta seu modelo de crescimento, na tentativa de tor-

ná-lo menos dependente de grandes obras, o que reduz a demanda por commodities. Não por acaso, os preços de vários metais de uso industrial têm sofrido queda.

Produtos agrícolas, como a soja brasileira, são menos sensíveis a essa mudança. Podem até ser beneficiados pela melhoria do padrão alimentar asiático e por quebras de safra de concorrentes ocasionadas pelo clima. É temerário, contudo, contar apenas com a produtividade nacional nesse setor para competir no mercado internacional.

O déficit no comércio do manufaturados atingiu US\$ 16 bilhões já no primeiro trimestre, segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Nos segmentos de média e alta tecnologia, o rombo vai a US\$ 22 bilhões. O Brasil está à margem das cadeias produtivas globais que mais criam valor e conhecimento.

Para completar, a conta de serviços — que, além da balança comercial, inclui pagamentos de dívidas, gastos de viagens e remessas de dividendos — também se desvia para o vermelho. O país se avizinha de um déficit externo de US\$ 70 bilhões (3,3% do PIB) em 2013 e pode chegar a US\$ 100 bilhões em 2014 ou 2015. Voltaria a dependência de capital externo de curto prazo para fechar as contas.

Não há risco, dirão os mais crédulos. O Brasil tem reservas de US\$ 375 bilhões. Mas não se sabe qual será o comportamento dos investidores se os EUA subirem os juros. O filme da fuga de capital já foi visto, e ninguém gostou.

press procurou minimizar o problema e, numa atitude discutível, culpou os passageiros pelo aumento do tempo necessário para regularizar a situação.

Os passageiros, por sua vez, relataram um quadro sufocante para justificar a decisão de deixar o trem, sem dívida temerária. O ar condicionado teria deixado de funcionar e pessoas passaram mal. Mais do que o episódio específico, o que preocupa é o crescimento do número de casos e a impressão de que em momentos de estresse o sistema de segurança não é confiável.

Para o Metrô, a escalada deve-se ao aumento da rede e do número de viagens fora de horários de pico. Cabe ao Metrô renovar as composições, tirar lições das falhas e instituir com clareza os usuários sobre o que fazer em momentos de pane.

Caso contrário, corre-se o risco de interrupções mais e mais frequentes levarem a frustração dos passageiros ao limite do insuportável.



### Chippy e os economistas

**SÃO PAULO** - Erros primários de dois economistas num estudo que justifica políticas de austeridade foram descobertos por um grupo de pesquisadores e a polémica ganhou dimensões virais na internet, como mostrou reportagem de Patrícia Campos Mello. As piadas que surgiram na controversia são boas, mas, como este é um espaço sério, arisco um comentário sobre o estatuto epistemológico da economia. Aqui nós somos vítimas de uma metáfora. Consideramos ciência tudo o que académicos publicam, sem levar em conta as especificidades dos diversos ramos do saber. Enquanto a física me permite prever com precisão a que hora será a segunda maré cheia em Santos em 28 de setembro de 2013, a economia e os demais ciências sociais ficam muito aquém disso. Publicações especializadas como "The Economist", em 1995, e "Brill's Content", em 1999, fizeram manéias satíricas mostrando respectivamente que literatos e até um chimpanzé chamado Chippy faziam previsões eco-

nômicas mais acuradas do que especialistas. Em 2005, professor Philip Tetlock publicou um estudo devastador. Ele coletou, ao longo de 20 anos, 28 mil prognósticos feitos por 284 experts em economia e política e os comparou com os desfechos do mundo real. Na média, os cientistas se saíram milimetricamente melhor do que Chippy, que acertava a metade de suas "previsões". Nem todos erraram igualmente. Especialistas menos fontistas, que expressavam seus prognósticos em termos de probabilidades e não de certezas e que recorriam a múltiplas fontes de dados e não só a suas teorias favoritas, não foram tão mal. Devemos ser céticos, mas sem atirar a criança com a água do banho. No atual estágio de desenvolvimento, estudos e modelagens econômicas valem tanto por seus erros como por seus acertos, à medida que nos permitem entender melhor os fenômenos e distinguir princípios causais de ruídos ideológicos.

### Tão longe, tão perto

**BRASÍLIA** - A posição e os percalços da presidente Dilma e do governador Alckmin em 2014 guardam semelhanças. E não são poucas.

Amboz têm máquina, popularidade, partidos fortes, bases de apoio folgadas e calças de calças recheadas. Mas vão enfrentar problemas parecidos: alguma fadiga material do PT no plano nacional, em mais de 12 anos no poder, e muita do PSD no estadual, depois de 20 anos.

Cada um dos favoritos para os dois cargos mais cobichados da República tem também o seu calcanhar de aquiles: contra Dilma, incertezas na economia, com um índice pior do que o outro; contra Alckmin, a escalada da violência, com uma morte macabra atrás da outra no Estado.

Pela força, Dilma e Alckmin despertam uma gana enorme das suas oposições — o PSD no eleição presidencial e o PT na estadual. Pelas fraquezas, tendem a unir as forças oposicionistas na armação do jogo.

Qualquer um que vá para o segundo turno contra Dilma e Alckmin será

multo forte. Por isso, Afécio, Eduardo Campos e Marina movem seus paunzinhos para aumentar a chance de haver segundo turno. E Lula move mundos e fundos para a ainda incerta vitória de Dilma no primeiro e para evitar o candidato do PT ao segundo em São Paulo.

A estratégia do PT é repetir no Estado as campanhas de Dilma e de Haedad: sangue novo, alianças inchadas. Alexandre Pinheiro (Saúde) cabe bem nesse pacote. Se chegar ao segundo turno, Alckmin que se cuide.

E, por mais que precisem um do outro agora, o pacto Acácio-Campos tem prazo de validade. Se Dilma corre sozinha, eles têm dois desafios: primeiro, vencer o outro; só depois enfrentar Dilma. O segundo turno? Como se diz, é "uma nova eleição".

As maiores preocupações de Dilma e de Alckmin, porém, são outras. A dela, falta de uma política econômica. A dele, falta de segurança.

PS - Duas semanas de férias, porque ninguém é de ferro. Até a volta!

### A morte de Jango

**RIO DE JANEIRO** - A Comissão da Verdade pretende pedir a exumação do corpo de João Goulart, que morreu em Mercedes (Argentina) no auge da Operação Condor, em 1976. Publicamos, Anna Lee e eu, em 2003, pela Objetiva, o livro "O Beijo da Morte", que ganharia um prêmio Jabuti naquele ano. Começamos a trabalhar a partir de uma reportagem do "Jornal do Brasil", de 19 de maio de 2000, assinada por Sônia Carneiro. Título da matéria: "Governo apura a morte de Goulart".

Na verdade, era um assunto velho. Um juiz do Paraná, Curitiba, província de Corrientes, já havia pedido a exumação do corpo do ex-presidente, mas um acordo entre os generais que governaram o Brasil e a Argentina sustou a medida.

Logo depois, uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados, a pedido de Miro Teixeira, começou a investigar o assunto, ouvindo pessoas ligadas a morte de Jango, inclusive seu filho João Vicente.

Uma nota na coluna de Hildegard Angel anunciou que a comissão iria ouvir a mulher de Jango, dona Tereza Goulart. A pedido de Leonel Brito, cunhado de Jango, o próprio Miro Teixeira solicitou o fim dos trabalhos, que não são conclusivos, mas deixam claro que a morte do ex-presidente exigia apuração.

Outros pedidos de exumação foram feitos, mas João Vicente, depondo na Câmara dos Deputados, disse que a família negaria a autorização, a menos que a operação fosse feita por técnicos e institutos internacionais.

O atestado de óbito de Jango, assinado por um pediatra de Mercedes, diz que a morte foi provocada por uma "enfermidade". Depondo na comissão, Miguel Arraes declarou que Jango fora envenenado. Meses antes, ele pediu a Brito que transmitisse ao ex-presidente o aviso para que não dormisse duas noites seguidas no mesmo local.

### Rigor contra a inflação

Os bancos centrais devem subir os juros para combater a inflação e relaxar a política monetária quando adequado. Independentemente dos ciclos de alta e baixa, a taxa média de juros tem caído substancialmente no Brasil nos últimos anos, e é importante entender a razão.

Em 2003, após a inflação ter fechado 2002 acima de 12%, o BC fixou uma taxa de 26,5% visando estabilizar a economia. Iniciado o processo de estabilização, o BC passou a reduzir os juros, até 16%. Nesse patamar, houve aumento da inflação, e o BC voltou a elevar a taxa, até 19,75%. Nesse nível, a inflação começou a ceder e convergir para a meta, mas com taxa muito inferior à necessária em 2003.

Nos ciclos posteriores, quando necessários novos aumentos de juros, as taxas foram atingindo patamares cada vez mais baixos, sendo que os analistas que hoje defendem ações mais duras de política monetária contra a inflação propõem alta da taxa básica a níveis que seriam muito baixos alguns anos atrás.

A taxa real de juros (diferença entre a taxa nominal e a inflação) necessária para controlar a inflação vem caindo sistematicamente nos últimos anos. Isso é resultado da estabilização econômica e principalmente do controle da inflação na última década, cuja consequência mais importante foi o maior crescimento econômico.

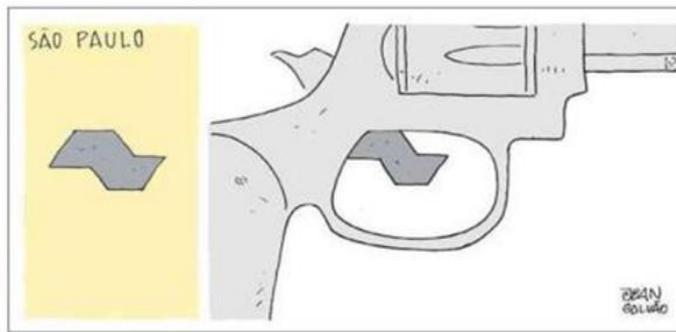
A razão dos altos juros do país no passado era nesse histórico de inflações elevadíssimas. Mas, na medida em que a inflação cai e se mantém em torno da meta, e os formadores de preço passam a crer que seguirá assim, a maioria começa a planejar reajustes em torno da meta, reduzindo muito a pressão por indexação. Isso tudo reduz substancialmente a necessidade de taxas de juros elevadas.

Além disso, o país enfrenta uma grave instabilidade econômica: fiscal, cambial e inflacionária. Diante das diversas vulnerabilidades da economia, a população cobrava um prêmio de risco, isto é, juros mais altos para defender sua poupança.

A estabilização permitiu ainda o crescimento do volume dos prazos do crédito, o que aumentou também a potência da política monetária.

Portanto é fundamental entender o que é a história deixada clara: a queda dos juros é resultado de uma política anti-inflacionária aplicada com rigor e disciplina, não o contrário.

É importante que os formadores de preço criem que as autoridades estão preparadas para tomar as medidas necessárias para que a inflação esteja na meta. A partir daí, a expectativa da inflação cai e os preços são reajustados em torno da meta, o que, junto a outros fatores, torna possível controlar a inflação com juros mais baixos.



Folha de S. Paulo - Edição de 01/06/2013

1/10/2014

A2 opinião ★ ★ ★ SÁBADO, 1º DE JUNHO DE 2013

FOLHA DE S.PAULO

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FRAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITTO  
 Editor-Executivo: SÉRGIO BAVILLA  
 Conselho Editorial: ROGERIO CESAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, LINDO DE FREITAS, GILBERTO DOMENITIN, CLÓVIS BASSO, CARLO DE MELLO CORREIA, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRAS e OTAVIO FRAS FILHO (coordenador)  
 Diretoria-Executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA SOARES, BRUNO BUSSA (circulação), MARCELO MACHADO GONCALVES (Recursos) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

### Boatos e fatos

**Caixa Econômica cria tumulto com o Bolsa Família; governo implica oposição e depois admite erro, mas não considera que deva satisfação**

O Palácio do Planalto anunciou que não será demitido o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Heredia, cuja atuação foi muito criticada, ao longo da semana, após as confusões em torno do cronograma de pagamentos do Bolsa Família. Diversas em situações anteriores, desta vez a presidente Dilma Rousseff manteve o auxiliar.

Rumores variados — não só sobre o descabido fim do benefício, mas também, contraditoriamente, sobre a concessão de um bônus extraordinário de Dia das Mães — provocaram fúria e tumultos em agências da Caixa nos mais diversos pontos do país. Terminais eletrônicos foram predados, a polícia foi chamada a intervir em alguns municípios, engarrafamentos se verificaram. O súbito surto de insegurança quanto ao benefício, que se alastrou nos dias 18 e 19 de maio, ficou inexplorado, mas autoridades federais sugeriram que uma ação coordenada propagara o boato.

Na semana seguinte, os repórteres Aguirre Talento e Daniel Carvalho, desta Folha, provaram que houve antecipação do pagamento para uma beneficiária em 17 de maio. A própria Caixa, portanto, um dia antes do início do tumulto, alterara sem aviso prévio todo

o calendário de depósitos — fato esse que provavelmente deu origem ao confusão.

Fosse apenas um caso de desorçamento administrativo, já não seria pouco. Houve mais, porém. No auge dos desencontros, a Caixa anunciou oficialmente que a liberação de todos os benefícios ao mesmo tempo ocorreria por força dos tumultos. Ocultou, assim, sua própria decisão prévia de antecipar os pagamentos.

Mais ainda, e com levandando, membros do governo passaram a apontar interesses oposicionistas na origem dos rumores. Tudo teria nascido da vontade de prejudicar o governo federal. “Genê do mal”, disse o ex-presidente Lula. Ciosa de alguém “criminoso” e “desumano”, qualifiquei a presidente Dilma.

Ainda que calba investigar como a falsa notícia se espalhou, não é exagero dizer que, em meio ao descontrole, interveio um conhecido componente do maniqueísmo peletista: o governo é incapaz de errar, por ser intrinsecamente do bem.

Os boatos, que teriam sido evitados se a Caixa fosse mais transparente e organizada, partiram dos inimigos do povo. Os governistas mais ferrenhos já voltavam, contra a oposição, sua sede de justiça.

Descobre-se então que a balbúrdia nasceu da própria administração federal — mas a matriz de todos os rumores vinha escondendo o fato, na expectativa mesquinha de tirar vantagens políticas do tumulto que deslanchou.

### Alta de credibilidade

A decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) de aumentar a taxa básica de juros em meio ponto percentual, para 8% ao ano, mesmo com o decaimento do crescimento do PIB no primeiro trimestre, indica preocupação mais aguda com a inflação.

Após ter sua credibilidade erodida desde 2012 — pela incerteza quanto às intenções diante da piora do quadro inflacionário e pelas intromissões do Planalto — o Copom busca enfim recompor suas credenciais de guardião da moeda.

A intenção de acelerar a alta dos juros havia sido sinalizada pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, ao longo das últimas semanas. Certamente decorreu do nível preocupante da inflação ao consumidor, a despeito de preços agrícolas estarem em queda no atacado.

Outro fator importante para a correção de rota foi o anúncio pelo governo federal de mais frouxidão no Orçamento. A meta de resultado primário (saldo de receitas e despesas antes dos gastos com juros) foi reduzida de 3,1% do PIB para 2,3%. E tudo indica que o resultado final ficará aquém disso.

A expansão dos gastos, avessa à necessidade do momento, realimenta a tendência inflacionária e deve ter preocupado o BC, que ainda mantém em suas projeções a

premissa otimista de um cumprimento da meta de superávit.

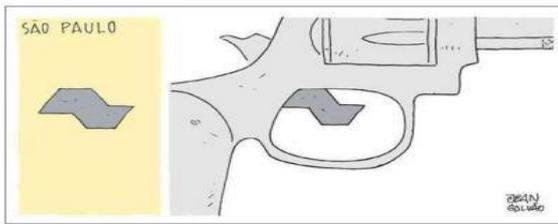
O lado positivo, para o governo, é que a decisão do BC pode prestar um grande favor à presidente. Em que pese a expectativa de redução da inflação no segundo semestre — é provável que o IPCA recue de 6,49% em abril (taxa acumulada em 12 meses) para menos de 6% no final do ano —, os riscos para 2014 são consideráveis.

A debilidade do PIB e a persistência da inflação constituem uma combinação estranha, que pode piorar ainda mais caso o dólar continue a se valorizar, o que encarece importações e contribui para atacar a inflação.

O pior cenário para Dilma Rousseff seria entrar em ano eleitoral com um estouro do teto (6,5%) da meta de inflação. Uma ação mais decidida para ancorar a inflação pode render-lhe bons dividendos.

A decisão do BC, apesar de amarga, vem em boa hora. Talvez consiga devolver alguma firmeza à gestão da economia, perdida em devaneios intervencionistas. Novamente, recai sobre a política monetária, socinha, todo o ônus de evitar um cenário de desconrole macroeconômico.

O Brasil continua a impressionar o mundo, agora negativamente: é o único país de relevância cujos juros se encontram em ascensão.



HELIO SCHWARTSMAN

ANDRÉ SINGER

### O fulcro da questão

**SAO PAULO** — Não gostei do projeto aprovado pela Câmara que altera a legislação de drogas, aumentando penas para traficantes e consolidando a internação involuntária de usuários, entre outras providências. Sempre que esse assunto vem à tona, as pessoas põem-se a debater se a macabro faz mais ou menos mal do que o álcool, se o consumidor de drogas alimenta ou não as organizações criminosas e problemas parecidos. São controvérsias importantes e não me furto a discutí-las. Penso, porém, que existe uma questão anterior que raramente é abordada e que define os termos de todas as demais. Trata-se do tipo de Estado em que desejamos viver: que poderes lhe concedemos e de quanta liberdade estamos dispostos a abrir mão.

Não creio que calba a nenhuma autoridade, mesmo que eleita democraticamente, imbuída de plena soberania e das melhores intenções, determinar o que eu posso ou não ingerir. Estamos aqui lidando com uma esfera da privacidade que, a meu ver,

não deve estar sujeita a regulação estatal senão em aspectos muito limitados, a exemplo da norma que impede pessoas embriagadas de dirigir.

Evidentemente, quando abraçamos essa opção, precisamos aceitar o que vem com ela. Se as drogas não devem ser proibidas, precisamos ser legalizados ou pelo menos tolerados. Isso significa que haverá mais gente exposta a elas, com um provável aumento do número de dependentes — embora o tamanho desse efeito permaneça uma incógnita.

Ainda mais difícil é estimar o que ocorrerá com a criminalidade numa legislação. Os cartéis ficariam privados de uma fonte de lucros fáceis e isso tende a enfraquecê-los, o que é bom. Mas eles poderiam tentar compensar a perda de receita com mais delitos violentos, o que é péssimo.

Incertezas não falam, mas penso que a própria ideia de democracia fica enfraquecida se tiramos das pessoas a possibilidade de fazer escolhas, aí incluídas as erradas.

heliog@sp.rr.br

FERNANDO RODRIGUES

### PSDB em transição

**BRASÍLIA** — O PSDB entra na disputa pelo Palácio do Planalto em 2014 de maneira inédita em sua história. Pela primeira vez os tucanos terão um candidato que não é de São Paulo nem fez carreira nesse Estado. Sempre prevaleceram os políticos paulistas: Mário Covas (1989), FHC (1994 e 1998), José Serra (2002 e 2010) e Geraldo Alckmin (2006).

Covas disputava no sacrifício em 1989, com um partido criado no ano anterior, FHC (nascido no Rio, mas com carreira em São Paulo) surfou no Plano Real e na máquina federal. Daí para a frente, houve uma luta intensa entre as diversas forças regionais do PSDB. Os paulistas prevaleceram, embora sempre chegando de paupérrimos a uma disputa.

Em 2002, Serra entrou para valer no pódio só no ano da eleição. Tinha fortes adversários internos, como Paulo Renato e Tasso Jereissati. Acio Neves também jogava contra. E o governo FHC estava atolado em baixa popularidade.

Em 2006, Alckmin só virou candi-

datado de fato em abril. Não teve a ajuda dos tucanos quando no Nordeste cartou o boato de que o PSDB iria acabar com o Bolsa Família. O partido estava completamente rachado.

Em 2009, Serra e Acio disputaram o primeiro turno a vaga de candidato. Quando o cenário pendeu para Serra, já em 2010, o PSDB de novo estava fragmentado e sem coesão.

Desta vez, o ministro Acio Neves terá o que ninguém teve no passado dentro da legenda pós-FHC. Está com a máquina nacional do partido na mão. Usou quase sozinho o tempo de TV e de rádio do PSDB em maio. Fez como quis a propaganda, na qual foi a estrela maior.

Faltam ainda os acertos regionais, alianças locais e um discurso mais atraente. E o mais importante de tudo: os eleitores dispostos a mudar o comando do país. Não é fácil, embora Acio esteja nesta largada melhor do que o PSDB esteve nas últimas três eleições.

fernando.rodrigues@psdb.org.br

RUY CASTRO

### Sim, tinha um dinheirinho

**RIO DE JANEIRO** — Imagine sentar-se de uma mesa para um usque tendo atrás de si uma parede com poemas de Vinícius de Moraes, Paulo Mendes Campos e Antonio Maria, rabiscados pelos próprios, bargulhos pintados por Panetti com o batom vermelho de Dolores Durán; uma parede com a melodia de “Aquarela do Brasil”, por Ary Barroso; o autógrafo de Pablo Neruda; desenhos de D. Cavalcanti, Antonio Bandeira e Carlos Thiré, e frases de Sérgio Porto, Lucio Rangel, Fernando Lobo, Haroldo Barbosa, Aracy de Almeida, Dorival Caymmi, garantidos por eles a caçeta, giz ou lápis, inclusive de sobranceira. E tendo à sua volta os cidadãos.

Nos anos 80, esses artistas, escritores e jornalistas se reuniam nos fundos do Villário, uma usqueira na avenida Calogeras, no Centro do Rio, em frente à Academia Brasileira de Letras. Com o rabiscar, porém, o Villário era para onde eles convergiam no fim da tarde, à espera de que

o trânsito para a Zona Sul desafogasse. Foi lá, em maio de 1966, que Vinícius propôs ao jovem Tom Jobim fazer um álbum juntos, o Tom perguntou: “Tem um dinheirinho nisso?”. Amos depois, os proprietários do Centro atirou o Villário. Os hábitos sumiram e, por ignorância ou má-fé, os proprietários cobriram a tinta azul o painel, destruindo-o. Mas o Villário não morreu. Sobrevidua como importadora e, desde os anos 80, em melhores mãos, voltou a atrair profissionais da música e da palavra. Em agora, dez andares acima, outra vizinha ilustra: a editora Casa da Palavra, um xodó catóico.

Um dia caiu-me às mãos uma foto do Villário, em que aparecem alguns dos grandes frequentadores e o famoso painel. Rita e Antonio, os novos proprietários, mandaram ampliar a e cobriram uma parede com ela. Nem tudo se perdeu. O Villário faz hoje 40 anos. E, sim, tinha um dinheirinho na proposta de Vinícius para Tom.

### Da arte de engolir sapos

Para Maquiavel, a virtude política consiste em agir de acordo com a natureza dos tempos. O condutor virtuoso seria aquele com a coragem de arriscar quando a fortuna lhe sorri e de agir com prudência quando a sorte é adversa.

Dilma Rousseff arriscou quando o vento soprava a favor. Teve ousadia de meados de 2011 ao declarar o semestre de 2012, momento em que a situação internacional abriu uma brecha para modificar o binômio neoliberal dos juros altos e do câmbio flutuante, que vinha matando a indústria brasileira desde os anos 1990. Reconheça-se que, então, a presidente enfrentou interesses poderosos.

No entanto, o resultado foi decepcionante. O frágil crescimento da economia em 2012 mostrou que alguma coisa falhou na equação. Muitas hipóteses diferentes tentam explicar o acontecido. Também entendo que o governo interessa constatar que, em face dos números divulgados na última quarta-feira pelo IBGE, tudo indica que 2013 vai em direção semelhante à entrevista que se seguiu ao anúncio, o ministro Mantega deu a entender que o governo entregou os pontos e nada mais pode fazer a respeito no curto prazo.

Acrescente-se que a posição do Banco Central de elevar a taxa Selic até a inflação retornar à meta tende a prolongar a fraqueza da economia pelo IBGE. Em outras palavras, o BC acendeu o sinal amarelo no tempo de TV e de rádio do PSDB em maio. Fez como quis a propaganda, na qual foi a estrela maior.

Faltam ainda os acertos regionais, alianças locais e um discurso mais atraente. E o mais importante de tudo: os eleitores dispostos a mudar o comando do país. Não é fácil, embora Acio esteja nesta largada melhor do que o PSDB esteve nas últimas três eleições.

A medida que o quadro econômico piora, a futura candidatura fica obrigada a aumentar a extensão e a coesão das possíveis alianças eleitorais, pois não pode correr o risco de enfrentar o pleito em situação econômica ruim com uma base fragmentada. O mesmo motivo elucida a infinita tolerância de que é objeto a candidatura católica de nota de Eduardo Campos.

Agora Gilberto Kassab veio também incorporar-se ao bloco dos que se aproximam sem garantir fidelidade. Caso algum inesperado vendaval afete o emprego e a renda da população pobre, estes da candidatura oficial, haverá uma corrida para a oposição.

Nos longos meses que faltam para o começo efetivo da campanha, muitos outros personagens do tipo ainda irão aparecer. A todos Dilma será obrigada a agradecer e sorrir. Há a aparelho digestivo.

ANDRÉ SINGER escreve aos sábados nesta aving@sp.rr.br



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 03/07/2013

A2 opinião QUARTA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2013

FOLHA DE S. PAULO

# FOIHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1901 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FREAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MARCELINO TEIXEIRA MENDES e RUTH BRITO  
Editor executivo: SÉRGIO DÁVILA  
Conselho Editorial: ROSEIRO CUNHA DE CENEGUERA LEITE, MARCELO COELHO, JANDY DE FREITAS, GILBERTO MENDONÇA, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINHO, ANTONIO MARCELINO TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS e OTAVIO FREAS FILHO  
Diretor executivo: ANTONIO CARLOS DE MOURA (coordenador), MURIEL BISSARI (coordenadora), MARCELO BACHARDI GONÇALVES (assessor) e EDUARDO ALCANTARA (planejamento e novo negócio)

## EDITORIAIS

### O soneto e a emenda

**Aplicação para realizar plebiscito impede debates que a consulta deveria suscitar e traz risco de reforma política apenas pirar sistema atual**

A presidente Dilma Rousseff acerta ao afirmar que as instituições representativas devem "dar a adequada resposta à voz das ruas". Erra, porém, ao defender que esse esforço seja feito a tempo de alterar as regras eleitorais de 2014.

Embora a reforma política não tenha sido uma bandeira das manifestações, a insatisfação profunda que se viu nas últimas semanas decerto aponta também para a situação dos Poderes Legislativo e Executivo, em todos os seus níveis.

É razoável, assim, procurar mudanças capazes de aproximar representantes e representados, e faz sentido que o plebiscito seja um dos caminhos escolhidos. Em tese, mecanismos de consulta popular fortalecem a democracia, não só porque oferecem um canal de participação direta, mas porque estimulam amplo debate.

Dizer que pelo menos o segundo desses benefícios seria perdido com um plebiscito feito de afogadilho é mero truismo. Mas não há como atender ao desejo presidencial sem incorrer nesse destino.

A fim de valerem em 2014, as novas regras precisariam ser aprovadas até o começo de outubro. A população teria pouco tempo para se informar e debater os temas em questão, e o Congresso teria prazo ainda menor para elaborar leis com base no plebiscito.

Merecem comentário, ainda assim, os cinco pontos sugeridos pela presidente — e deve-se observar que ficaram de fora da relação itens importantes, como a adoção do vo-

to facultativo e a distorção verificada na Câmara (deputados de Estados mais representados em contingente muito maior de pessoas do que os de Estados menores).

Talvez o aspecto mais relevante — e complicado — seja o sistema eleitoral: proporcional, como hoje, ou distrital? Esta Folha defende de um modelo misto, no qual os eleitores apontam um candidato individual em seu distrito e, com um segundo voto, escolhem um partido, ajudando os nomes mais sufragados de uma lista aberta.

Esse sistema favorece a representatividade e a prestação de contas — o deputado distrital é eleito com votação majoritária, em concorrência direta com os adversários —, sem prejudicar os partidos. Dilma Rousseff também sugere consulta sobre o fim das coligações em eleições para deputado e vereador. De fato, essas alianças provocam uma deformação: o voto destinado a uma legenda pode eleger o candidato de outra.

O financiamento de campanhas foi destacado pela presidente: só com recursos públicos ou doações privadas devem ser aceitas? Com certas restrições ao poder econômico, não faz sentido impedir que pessoas ou empresas colaborem com candidatos de sua escolha.

Há ainda dois pontos menos polêmicos. O fim da suplência de senador (só deve permanecer no Senado quem foi eleito) e a extinção do voto secreto no Congresso (o abuso do anonimato apenas oculta as decisões dos representantes).

Como se vê, o debate requer tempo. Fazê-lo às pressas embute o risco de piorar o sistema atual. Dada a complexidade dos temas, é dividido que mesmo um grupo pequeno de cientistas políticos chegue a consenso em prazo tão exiguo.

### Frustração industrial

A queda da produção industrial em maio é mais um ingrediente negativo no caldo de incertezas sobre a recuperação do crescimento da economia brasileira.

A indústria reduziu em 2% sua produção, na comparação com abril, e reverteu os sinais positivos que o mês anterior havia deixado. Em abril, a atividade cresceu 8,4%, se comparada com o mesmo período de 2012. Em relação a maio do ano passado, porém, o avanço foi de apenas 1,4%.

O mau desempenho divulgado ontem pelo IBOGE foi notado especialmente no segmento de bens de capital, que recuou 3,5%. A produção de máquinas e equipamentos caiu 5%, o que indica que a recuperação do investimento ocorre em ritmo menor do que se esperava. Imaginava-se que o setor manufatureiro pudesse contribuir com mais vigor para o crescimento no segundo trimestre. Mas essa expectativa dificilmente se cumprirá, como sugerem os dados de maio.

Com isso, crescem as chances de que as previsões de expansão do PIB feitas pelo mercado, que es-

tavam em 2,4% na semana passada, se aproximem ou, em hipóteses mais pessimistas, até fiquem abaixo de 2% neste ano. No início de 2013, quando ainda vigorava certo otimismo, a estimativa de crescimento superava 3%.

A incerteza quanto à atividade econômica age como a água sobre o papel: é capaz de a desintegrar. Sem confiança, empresários não investem, e consumidores não compram. Planos de crescimento ficam, assim, engavetados.

Para piorar, analistas afirmam que as manifestações das últimas semanas afetaram vendas e atrasaram entregas industriais. Mesmo que esse efeito colateral seja debilitado com o passar dos meses, ainda restará a desconfiância sobre a capacidade do governo de responder a todas as demandas sociais que surgiram nas ruas.

Parece repetir-se em 2013 o mesmo padrão verificado nos últimos anos: as previsões começam em alta, mas o passar dos meses e a inércia do governo logo corrompem o otimismo, resultando na frustração das expectativas.



CLÁUDIA COLLUCCI

ANTONIO DELFIM NETTO

### Barreira da língua

**SÃO PAULO** - Cenário: um posto de saúde no interior do Maranhão. —Buenos dias, senhor, o que sente? — pergunta o médico.

— Tô com dor no bicho, como uma tapioca reimosa, me deu um empachamento danado. Minha cabeça fica picando, deu até um farnizim no juízo.

— Butcho? Tapióka? Empachamento? Pimicão? Far new zeen?? O trecho acima é de uma piada que circula no Hospital das Clínicas de São Paulo sobre as dificuldades de comunicação que os médicos estrangeiros tiveram ao enfrentar nos rincões do Brasil.

A barreira da língua e dos regionalismos parece um mero detalhe em meio a tantas outras questões mais sérias já levantadas, como a falta de remédios, de equipes e de infraestrutura, mas não é.

Como é possível estabelecer uma relação médico-paciente, um diagnóstico correto, se o médico não compreende o paciente e vice-versa? Sim, essa dificuldade já existe no

Brasil mesmo com médicos e pacientes falando português, mas ela só tende a piorar com o "portunhol" que se vislumbra pela frente.

O médico Padilha já disse que isso não será problema, que é mais fácil treinar um médico em português do que ficar esperando sete ou oito anos até um médico brasileiro ser formado.

Experiências internacionais, porém, mostram que não é tão fácil assim. Na Alemanha, mesmo com a exigência da proficiência na língua, um estudo constatou atraso de diagnósticos pelo fato de o médico estrangeiro não conseguir entender direito os sintomas de pacientes.

Além disso, há queixa dos profissionais alemães, que se sentem sobrecarregados por terem de atuar como intérpretes dos colegas de fora.

Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aconteceu Padilha, é tempo suficiente para isso.

FERNANDO RODRIGUES

### Dilma e o padrão Felipão

**BRASÍLIA** - Quando a popularidade de Fernando Collor despencou, em 1990, havia um fato concreto por trás da percepção popular. O comércio da poupança falava por si só.

O mesmo se deu com Luiz Inácio Lula da Silva em 2005. O mensalão foi uma caçotada na imagem de vestal cultivada pelo PT.

Com Dilma Rousseff o fenômeno é de natureza diversa. A inquietude dos brasileiros não é só contra ela, mas sim direcionada de maneira horizontal, para usar o termo da moda, em relação a todo o establishment político. Não é a toa que os governadores de São Paulo, Geraldo Alckmin, e do Rio, Sérgio Cabral, também enfrentam solavancos.

Mas esse fenômeno difuso contra Dilma é melhor, embora seja sempre muito mais fácil lutar contra um problema conhecido do que derrotar algo ainda indefinível e intangível. Se Collor tivesse reagido da maneira correta, certamente teria en-

contrado formas de melhorar a economia e responder às acusações de corrupção que pesavam contra ele.

Lula, em 2005, reagiu dizendo que não sabia de nada sobre o mensalão. Concentrou-se na economia, que deslanchou em 2006. O peitista foi reeleito para mais quatro anos.

Dilma trabalha com a hipótese de que a onda de protestos vai passar neste momento pós-Copa das Confederações. Nesse cenário diluita educadora, a economia crescerá e a inflação não vai disparar.

A presidente até fez uma "boutade" e disse adotar um "padrão Felipão" em seu governo. É uma brincadeira curiosa com o técnico de futebol do Brasil. À frente da seleção, ele venceu a Copa das Confederações. Ao dirigir o Palmeiras, a equipe desceu à segunda divisão. Ou seja, apesar de não basta alguém estar no comando, é preciso ter um bom time.

Dilma tem 39 ministros e muitos parecem jogar mais ao estilo do Palmeiras do que no esquema da seleção.

RUY CASTRO

### Nem tão suíça

**RIO DE JANEIRO** - Pouco antes de Brasil e Espanha, a TV deu em close um torcedor que já nos habituamos a ver nos jogos do Flamengo: um negro platinado e desdentado, famoso na antiga geral do Maracanã pela alegria com que contava os pontos à sua volta. Seu próprio deficitário era uma marca — simbolizada a Brasil profundo! — que, neste domingo, ele não estava no Maracanã. Estava a alguns quilômetros, no Terreiro do Samba, assistindo ao jogo pelo telão.

Torcedores como ele não tiveram vez na Copa das Confederações. Foi assim em todas as sedes, e houve jogos em que os únicos negros na "arena" eram os que estavam em campo. Ao cobrar ingressos de ópera para o futebol, a Fifa tentou transformar em suíça — nacionalidade de seu presidente Joseph Blatter — a torcida brasileira. Era como se todo mundo ali fosse leitor de Hermann Hesse e Friedrich Dürrenmatt, contêrreiros de Blatter.

Por sorte, a realidade se encarregou de corrigir a azeda ordem unida da Fifa. Ficou provado, por exemplo, que não haverá necessidade de demitir os jogadores no entorno do Maracanã para construir estacionamentos, já que os torcedores foram desviados a ir de carro ao estádio e o transporte público funcionou bem.

O povo, por sua vez, não se conformou com o Hino Nacional em compota, reduzido a 90 segundos, e cantou a primeira parte completa, a capela — inclusive os jogadores. Os torcedores não puderam levar seus tambores e trompetas para o estádio (com o que não tivemos a Charanga do Flamengo para puxar o "Tou-ra-se em Madri", como em 1950), mas os próprios jogadores se encarregaram de produzir a batucada, dentro do campo, ao fim do jogo.

E, obrigado pela Fifa a atravessar um corredor polonês para pegar sua medalha, Felipão recebeu o carinho da torcida — nada suíça — na forma de beijos e tapas na careca.

ANTONIO DELFIM NETTO

### Aço chinês

Acaba de ser publicado um livro extraordinário, que faz uma exploração cirúrgica no corpo da economia chinesa. Expõe os subsídios que ela tem inteligentemente manipulado sob a égide da OMC (Organização Mundial do Comércio), para a presidência da qual foi eleito agora um brilhante e competente diplomata brasileiro, o embaixador Roberto Azevêdo.

Trata-se do "Subsídios to Chinese Industry", de U.C.V. Haley e G.T. Haley (Oxford University Press). Sua tradução mereceria um estímulo da Confederação Nacional da Indústria, para que todos os brasileiros pudessem conhecer como funcionam os "mercados" insidiosos numa estrutura de capitalismo de Estado.

O livro é o trabalho de uma dupla de detetives que vão atrás das peças de um quebra-cabeça e autopsiando um corpo vivo e vibrante como é a estrutura produtiva chinesa.

Analisa quatro setores: a indústria do aço, do vidro, do papel e de autopartes. Traz à luz do dia os inúmeros subsídios escondidos (alguns de características insuspeitadas) que promoveram a expansão industrial chinesa no comércio exterior.

Neste "sueito", tentamos apenas abrir o apetite dos leitores interessados em saber por que a nossa indústria siderúrgica patina e sucumbe, amassada pela produção chinesa. É como ela foi amputada das condições isonômicas de competição pela lamentável política econômica executada depois do necessário e bem-sucedido processo de privatização do setor.

O avanço da produção chinesa de aço foi avassalador: em 1999, antes de sua entrada na OMC, ela representava menos do que 16% da produção mundial; em 2006, menos de 25%; e em 2012, quase 50%!

Hoje, ela é superior a 700 milhões de toneladas, enquanto a nossa não passou de 35 milhões de toneladas em 2012. O volume dos subsídios (sem falar no câmbio) é gigantesco. Desde aumentos de capital para cobrir prejuízos; empréstimos a taxas de juros muito baixas e que não precisam ser "performados"; feitos pelo Banco de Desenvolvimento da China; interferência do governo no custo do trabalho, até no custo da energia.

Entre 2000 e 2008, eles foram da ordem de 3 bilhões de dólares por ano. É claro que, mesmo sem esses benefícios, a indústria de aço chinesa teria se desenvolvido, mas a uma taxa menor, principalmente se tivesse de submeter-se às condições da OMC.

É ainda mais claro, entretanto, que ela foi produto de uma decisão política do governo. A China não se tornou o que é, o maior produtor e exportador de aço, por acidente ou porque usou o mercado para aproveitar suas "vantagens comparativas". Foi produto de subsídios, vontade férrea e ação insubmissa do governo.

ANTONIO DELFIM NETTO escreve há quatro décadas para a Folha de S. Paulo. antonio@antoniodelfimnetto.com.br



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 02/08/2013

A2 opinião ★ ★ ★ SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2013

FOLHA DE S. PAULO

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FRAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e EDITH BRITO  
 Editor-executivo: SÉRGIO ROCHA  
 Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, LINDO F. FREITAS, GILBERTO KAMENITZER, CLÓVIS BINSI, CARLOS HEITOR OLIVEIRA, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRAS e OTAVIO FRAS FILHO (devidor)  
 Diretores-executivos: ANTONIO CARLOS DE MOURA (Comercial), RUILO BISSINI (Circulação), MARCELO MACHADO GONCALVES (Financeiro) e EDUARDO ALCARAZ (Informática e novos negócios)

## EDITORIAIS

editorial@folha.com.br

### Impasse na saúde

Gov. federal desiste de ampliar duração dos cursos de medicina; nova proposta também tem problemas, mas não deveria ser rejeitada

Primeiro foi o constituinte exclusivo para implementar uma reforma política. Sugerida de afogadinho como resposta às manifestações de junho, a ideia foi abandonada em menos de 24 horas.

Em seguida, o governo Dilma Rousseff agarrou-se à defesa de um plebiscito para definir a agenda de mudanças na legislação eleitoral do país, no intuito de alterar as regras da disputa de 2014. Sem que fosse factível, a proposta foi enfeitada semanas depois.

Agora foi oficializado um terceiro recuo, desta vez na área da saúde. Diante da enorme resistência dos médicos, o governo desistiu de ampliar de seis para oito anos a duração dos cursos de medicina. O plano era polêmico. Nos dois anos adicionais de faculdade, o estudante faria espécie de estágio compulsório na atenção básica do SUS (Sistema Único de Saúde), em local designado pela instituição de ensino. Somente após esse período o aluno poderia obter o registro profissional.

Faz sentido cobrar essa contrapartida de quem se beneficia da rede gratuita de universidades públicas. A exigência soa abusiva, contudo, para o aluno que pagou por seus estudos em instituições privadas. É problemático, além disso, obrigá-lo a morar em deter-

minado local, contra sua vontade. Após reunião com uma comissão de especialistas formada para debater o tema, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou antontem que a nova proposta do governo é tornar obrigatória a residência médica, a ser cumprida inicialmente no SUS, já a partir de 2018 — regra válida, portanto, para quem ingressou na faculdade a partir de 2012.

Trata-se de sugestão mais palatável que a primeira, por conservar alguns méritos e livrar-se dos aspectos mais problemáticos.

A residência é muito importante na formação e na especialização do profissional. E nesse período, em geral de dois a cinco anos, que o aluno treina na prática a teoria que aprendeu na faculdade. Hoje, porém, dos 388 mil médicos do país, pelo menos 88 mil trabalham sem título de especialista.

Decerto menos controversa, a nova proposta nem por isso está livre de críticas. É desaconselhável, por exemplo, mudar as regras de credenciamento de quem já está na faculdade. Mais importante do que isso, será difícil o governo assegurar vagas para todos os residentes e garantir a adequada supervisão, gerando um feto e criando um filho do esturador.

São pontos que o governo desistirá talvez disso, desde que o presidente voltou atrás da constituinte exclusiva para a reforma política e as recusas viraram rotina em Brasília. O plebiscito é o "Fome Zero" da Dilma: matimorto, só continua existindo no há-bis-bis oficial. O aumento de dois anos na formação de médicos foi enterrado por Mercadante e Padilha. A redução de um dia de trabalho por semana para enfrentar o corte no Orçamento foi desautorizada pela Defesa, e a Marinha fez meia-volta, volver.

Mais: a portaria baixando a idade mínima das cirurgias e do tratamento para mudança de sexo só chegou algumas horas depois de publicada no "Diário Oficial". O Planalto mandou a Saúde passar a borracha. Por fim, o representante do Brasil no FMI

funciona e corrigir eventuais falhas. Mas, mesmo nesse formato problemático, penso que a experiência uruguaia já servirá para derrubar o mito frequentemente repetido de que a legislação das drogas não é algo que possa ser feito por um único país.

É claro que a produção de *Cannabis* sempre já existiu em território brasileiro, mas tornou-se uma pujante indústria exportadora, se outras nações não adotarem regras semelhantes, mas daí não decorre que o Uruguai não possa definir sua política de forma soberana.

Os acordos internacionais de que o país é signatário podem ser denunciados. Em princípio, é só avisar com 12 meses de antecedência. Mesmo que outros países não reconheçam de cara esse direito, é altamente improvável que decidam invadir Montevideo ou deixar de comprar seus produtos por causa disso. Uma coisa é adotar sanções contra um país que pretende construir a bomba atômica, outra muito diferente é fazê-lo contra quem só ampliou direitos individuais.

De todo modo, as autoridades terão a oportunidade de ver o que não



HÉLIO SCHWARTSMAN

MARINA SILVA

### O Uruguai e a maconha

SÃO PAULO - Deputados uruguaios aprovaram o projeto de lei que legaliza a maconha no país. A proposta, que ainda vai ao Senado, é inovadora, pois, diferentemente de outras iniciativas, liberta o cultivo e a comercialização da erva, com previsão de venda pelo Estado. Em que pese a bem-vinda mudança de paradigma, há que dizer que o projeto é raiado e dificilmente cumprirá seus objetivos. Ele é tímido demais para minar o poder dos narcotraficantes, que continuarão a lutar com a cocaína e outras drogas que permanecem ilegais, e indiscreto o suficiente para impedir a plena adesão dos consumidores ao programa. Exigir que os usuários se inscrevam num registro nacional de maconheiros para poder comprar o produto nos estabelecimentos oficiais parece-me um convite ao fracasso.

De todo modo, as autoridades terão a oportunidade de ver o que não

funciona e corrigir eventuais falhas. Mas, mesmo nesse formato problemático, penso que a experiência uruguaia já servirá para derrubar o mito frequentemente repetido de que a legislação das drogas não é algo que possa ser feito por um único país. É claro que a produção de *Cannabis* sempre já existiu em território brasileiro, mas tornou-se uma pujante indústria exportadora, se outras nações não adotarem regras semelhantes, mas daí não decorre que o Uruguai não possa definir sua política de forma soberana. Os acordos internacionais de que o país é signatário podem ser denunciados. Em princípio, é só avisar com 12 meses de antecedência. Mesmo que outros países não reconheçam de cara esse direito, é altamente improvável que decidam invadir Montevideo ou deixar de comprar seus produtos por causa disso. Uma coisa é adotar sanções contra um país que pretende construir a bomba atômica, outra muito diferente é fazê-lo contra quem só ampliou direitos individuais.

De todo modo, as autoridades terão a oportunidade de ver o que não

ELIANE CANTANHÊDE

### O recuo nosso de cada dia

BRASÍLIA - Foi um alívio Dilma sancionar sem vetos a lei que ampara a mulher esturpada e pode evitar que a vítima seja vítima para sempre, gerando um feto e criando um filho do esturador.

Só nos faltava o governo desistir também disso, desde que o presidente voltou atrás da constituinte exclusiva para a reforma política e as recusas viraram rotina em Brasília. O plebiscito é o "Fome Zero" da Dilma: matimorto, só continua existindo no há-bis-bis oficial. O aumento de dois anos na formação de médicos foi enterrado por Mercadante e Padilha. A redução de um dia de trabalho por semana para enfrentar o corte no Orçamento foi desautorizada pela Defesa, e a Marinha fez meia-volta, volver.

Mais: a portaria baixando a idade mínima das cirurgias e do tratamento para mudança de sexo só chegou algumas horas depois de publicada no "Diário Oficial". O Planalto mandou a Saúde passar a borracha. Por fim, o representante do Brasil no FMI

funciona e corrigir eventuais falhas. Mas, mesmo nesse formato problemático, penso que a experiência uruguaia já servirá para derrubar o mito frequentemente repetido de que a legislação das drogas não é algo que possa ser feito por um único país.

É claro que a produção de *Cannabis* sempre já existiu em território brasileiro, mas tornou-se uma pujante indústria exportadora, se outras nações não adotarem regras semelhantes, mas daí não decorre que o Uruguai não possa definir sua política de forma soberana.

Os acordos internacionais de que o país é signatário podem ser denunciados. Em princípio, é só avisar com 12 meses de antecedência. Mesmo que outros países não reconheçam de cara esse direito, é altamente improvável que decidam invadir Montevideo ou deixar de comprar seus produtos por causa disso. Uma coisa é adotar sanções contra um país que pretende construir a bomba atômica, outra muito diferente é fazê-lo contra quem só ampliou direitos individuais.

De todo modo, as autoridades terão a oportunidade de ver o que não

votou contra a ajuda à Grécia sem consultar ninguém e Guido Mantega liçou para Christine Lagarde o ditto pelo não ditto.

Tem alguma coisa chamada, Dilma anuncia uma constituinte sem negociar com o Congresso? E insiste num plebiscito sem nem juristas aceitam? Como o governo impõe mudanças no curso de medicina e na profissão sem acertar antes com os "adversários"? A Marinha não conversa com a Defesa? A Saúde ignora o Planalto? Representantes decidem sozinho?

Se ninguém negocia com ninguém, se subordinados não ouvem os chefes, se cada um faz o que quer, está faltando... comando. O que significa que há uma crise de gestão.

Somem-se a isso os desacertos na política (o Congresso vem quente, mas o governo não está fervendo) e as más notícias na economia (a última que a balança comercial é a pior em 20 anos). Tem-se que a presidente da República precisa parar de achar e de dizer que está tudo uma maravilha. Se está, não parece.

De todo modo, as autoridades terão a oportunidade de ver o que não

funciona e corrigir eventuais falhas. Mas, mesmo nesse formato problemático, penso que a experiência uruguaia já servirá para derrubar o mito frequentemente repetido de que a legislação das drogas não é algo que possa ser feito por um único país.

De todo modo, as autoridades terão a oportunidade de ver o que não

RUY CASTRO

### A fila não anda

RIO DE JANEIRO - Mick Jagger, líder dos Rolling Stones, fez 70 anos. Quando eles surgiram, em 1962 ou 63, o Reino Unido ainda estava na idade do gelo. O romance "O Amante de Lady Chatterley", de D. H. Lawrence, de 1918, continuava proibido. A pilula anticoncepcional já existia, mas ainda não chegara às farmácias. Homossexualismo era crime. E o "hit parade" inglês tocava xanoxes como "Oh Carol", com Neil Sedaka, "What Now My Love", com Gilbert Bécaud, e "I Can't Stop Loving You", com Ray Charles. Os londrinos tropecavam em marmutes mortos nas calçadas.

Para os jovens que os ouviam pela primeira vez, os Stones eram um grito de rebelião contra tudo o que seus pais — os coraços — representavam. E o "hit parade" inglês tocava xanoxes como "Oh Carol", com Neil Sedaka, "What Now My Love", com Gilbert Bécaud, e "I Can't Stop Loving You", com Ray Charles. Os londrinos tropecavam em marmutes mortos nas calçadas.

Para os jovens que os ouviam pela primeira vez, os Stones eram um grito de rebelião contra tudo o que seus pais — os coraços — representavam. E o "hit parade" inglês tocava xanoxes como "Oh Carol", com Neil Sedaka, "What Now My Love", com Gilbert Bécaud, e "I Can't Stop Loving You", com Ray Charles. Os londrinos tropecavam em marmutes mortos nas calçadas.

Para os jovens que os ouviam pela primeira vez, os Stones eram um grito de rebelião contra tudo o que seus pais — os coraços — representavam. E o "hit parade" inglês tocava xanoxes como "Oh Carol", com Neil Sedaka, "What Now My Love", com Gilbert Bécaud, e "I Can't Stop Loving You", com Ray Charles. Os londrinos tropecavam em marmutes mortos nas calçadas.

Para os jovens que os ouviam pela primeira vez, os Stones eram um grito de rebelião contra tudo o que seus pais — os coraços — representavam. E o "hit parade" inglês tocava xanoxes como "Oh Carol", com Neil Sedaka, "What Now My Love", com Gilbert Bécaud, e "I Can't Stop Loving You", com Ray Charles. Os londrinos tropecavam em marmutes mortos nas calçadas.

Para os jovens que os ouviam pela primeira vez, os Stones eram um grito de rebelião contra tudo o que seus pais — os coraços — representavam. E o "hit parade" inglês tocava xanoxes como "Oh Carol", com Neil Sedaka, "What Now My Love", com Gilbert Bécaud, e "I Can't Stop Loving You", com Ray Charles. Os londrinos tropecavam em marmutes mortos nas calçadas.

Para os jovens que os ouviam pela primeira vez, os Stones eram um grito de rebelião contra tudo o que seus pais — os coraços — representavam. E o "hit parade" inglês tocava xanoxes como "Oh Carol", com Neil Sedaka, "What Now My Love", com Gilbert Bécaud, e "I Can't Stop Loving You", com Ray Charles. Os londrinos tropecavam em marmutes mortos nas calçadas.

terminhos sem gola, gravatas com prendedor e botinas engraxadas. Os Stones é que eram o bicho, temido pelos mais velhos.

Mas a fila anda. Uma fil de primeira hora de Mick Jagger teria, digamos, 20 anos em 1963. Isso foi há 50 anos, com o que, hoje, ela terá 70. A filha dessa mulher, nascida naquele mesmo ano, estará com 50 e já terá dado uma netá. Esta netá, nascida em 1983, acaba de fazer 30 e, por sua vez, também tem uma filha, que está agora com 10 anos. Donde, esta última menina é bisneta daquela primeira fil de Mick Jagger. Para ele, deve ser chocante pensar que suas primeiras filas, as gostosuras de minissaia e longos cabelos escorridos que se atrainham aos seus pés, transformaram-se em... bisavós.

Ou não. O próprio Mick, aos 70, também deve usar culos de leituna e fazer exame de próstata e controlar o ácido úrico. Mas continue a se ver e a servir-se como sinônimo de rebelião.

Pensando bem, a fila não anda.

Ou não. O próprio Mick, aos 70, também deve usar culos de leituna e fazer exame de próstata e controlar o ácido úrico. Mas continue a se ver e a servir-se como sinônimo de rebelião.

Pensando bem, a fila não anda.

Ou não. O próprio Mick, aos 70, também deve usar culos de leituna e fazer exame de próstata e controlar o ácido úrico. Mas continue a se ver e a servir-se como sinônimo de rebelião.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 03/09/2013

A2 opinião \* \* \* TERÇA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2013

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUZ FREAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FREAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MARINI, TEREZINHA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA  
Conselho Editorial: HÉLIO CESAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JÂNIO DE FREITAS, GILBERTO DAMENSTEIN, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONTI, CELSO PINTO, ANTONIO MARINI, TEREZINHA MENDES, LUZ FREAS e OTAVIO FREAS FILHO (coordenador)  
Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BEISSER (circulação), MARCELO RACHADO GONÇALVES (finanças) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novo negócio)

## EDITORIAIS

### Melhores médicos

Disputa entre governo e associações classistas obstrui um debate importante, sobre qualidade da saúde pública no país no longo prazo

A poeira levantada pela guerra dos médicos com o governo Dilma Rousseff obscureceu outra questão que precisaria ser discutida: a qualidade do serviço de saúde pública no Brasil no longo prazo, o não só em 2014, o horizonte habitual da Esplanada dos Ministérios.

O conflito está em fase de impasse. Pelo governo, seguem acelerados os preparativos para atuar no front eleitoral, com o reforço de 4.000 profissionais cubanos.

O Plano se deu conta de que a falta de médicos tem grande ressonância eleitoral. Fixou-se nesse ponto e tirou da manga o programa Mais Médicos. Como quase tudo neste governo, um plano improvisado, sem visão estratégica.

Entidades da classe médica, mal habituadas pelas restrições do mercado de trabalho, se afezaram à noção de que não saltam profissionais. O problema, de sua ótica, está na distribuição.

Ambos estão certos e errados. É evidente que faltam profissionais. Graduados em medicina encontram emprego sem dificuldade (a taxa de ocupação é de 97%).

Por outro lado, a proporção brasileira entre médicos e população está longe de ser ruim. Com 201 milhões de habitantes, temos 188 mil médicos por grupo de mil pessoas — taxa comparável à de países como Coreia do Sul (2,02) e Japão (2,16).

Mas é claro que a carência de serviços de saúde em geral, e não apenas de médicos, é muito maior por aqui, como mostra uma série de reportagens desta Folha.

Não é sequer preciso ir a verdadeiros rincões do país para notar as dificuldades. Sobral, por exemplo, a terceira maior cidade do Ceará, tem de pagar taxi aéreo para que os profissionais saiam de Fortaleza e atendam na região.

A ineficiência e as distorções do sistema de saúde também são patentes. Há 4,29 empregos médicos por grupo de mil habitantes no Sudeste, mas apenas 1,86 por mil na região Norte. O desequilíbrio é similar na repartição de postos de trabalho entre o SUS (clientela de 144 milhões de pessoas) e o setor privado (47 milhões): respectivamente, 1,95/mil e 7,8/mil.

O governo federal aposta suas fichas em multiplicar cursos de medicina. Está nos seus planos criar 11.477 vagas de graduação até 2017.

Ora, a expansão das vagas, que já dera um salto de 68% de 2000 a 2011, ocorreu predominantemente em escolas privadas, onde a evasão é maior e quase nunca há hospital-escola com a estrutura adequada.

Se prosseguir formando profissionais de cuja qualidade a própria classe médica duvida e empregando-os nos convênios de saúde particular, em detrimento do SUS, o país se verá num impasse similar ao da educação: um sistema público cada vez pior, do qual fogem todos aqueles que conseguem pagar por serviços privados.

O Plano pode até conseguir trazer mais médicos para o país. Ainda fica a dever, no entanto, um plano para garantir melhores médicos e mais saúde — para todos.

### Vigilância democrática

Ainda não se tem notícia de projetos significativos aprovados em decorrência dos protestos de junho. A classe política foi incapaz, até agora, de dar uma resposta à altura do que pediam as centenas de milhares de manifestantes que tomaram as ruas de todo o país.

Durou pouco, além disso, a promessa, feita pelos congressistas, de trabalhar num ritmo mais forte. Já na metade de agosto eles haviam retomado a rotina velhaca de deixar o plenário do Legislativo vazio e realizar votações em somente dois dias da semana.

Nem tudo, porém, permanece inalterado na rotina de Brasília. O tradicional desfile de Sete de Setembro não será mais o mesmo. Por causa dos repetidos atos de vandalismo nas manifestações, a presidente Dilma Rousseff autorizou reforço na segurança do evento.

Haverá um aumento no número de agentes responsáveis pela proteção das autoridades. Além disso, as arquibancadas mais próximas do palanque de Dilma serão reservadas para convidados.

A principal mudança, entretanto, diz respeito à abordagem dos presentes. Aos costumes detec-

tores de metais será acessado novo procedimento: pela primeira vez, bolsas e mochilas serão revistas.

A estratégia faz sentido. Tem sido frequente, nos protestos, o uso de bombas caseiras e coquetéis molotov em ataques contra policiais, ou para atingir o patrimônio público e privado.

Talvez pelo ineditismo desse comportamento mais agressivo, as forças de segurança, oscilando entre a repressão velhaca e a passividade inútil, ainda não souberam agir de forma preventiva.

Trata-se, contudo, de um impeditivo. Não só porque atos de violência devam ser cobidos mas também porque eles impedem que outros exerçam o direito inalienável de se manifestar de forma pacífica. Melhorias na segurança durante protestos representam ampliação das garantias democráticas.

É um aprendizado, e os governos, aos poucos, dão sinais de que começam a adquirir traquejo para lidar com as manifestações. A resposta oficial, no entanto, não pode ser limitar à manutenção da lei e da ordem. A sociedade aguarda providências substanciais em atendimento às suas demandas.

### Pedagogia espartana

HÉLIO SCHWARTSMAN



SÃO PAULO - A espionagem é tão velha quanto a civilização. Não serão o Hamarany nem o governo Dilma Rousseff que acabarão com a prática. Ainda assim, a notícia, revelada pelo "Fantástico", de que a presidente e seus principais assessores foram diretamente habilitados pela NSA norte-americana não pode passar sem resposta vigorosa.

Diz a lenda que em Esparta as crianças eram incentivadas a roubar comida de seus colegas. Mas parece daquela que fosse pega. Seria severamente punida. Não tanto pelo roubo, mas pela incompetência ao executá-lo. É fácil condenar a pedagogia espartana. Há uma indelével hipócrita em estimular a burla e, ao mesmo tempo, aplicar uma sanção ao trapaceador.

O sistema fica menos ilógico se o concebemos como uma tentativa de conciliar a necessidade de implementar regras de convivência intragrupo, com as disposições antitratado, com o ideal do realismo político. Ao atribuir um custo para a violação

### O preço da cultura

VLADIMIR SAFATLE



Diante da repercussão a respeito da decisão de permitir que estilistas financiassem desfiles de moda por meio da Lei Rouanet, o Ministério da Cultura procurou se defender.

Usando um raciocínio eminentemente estratégico, em que as palavras de ordem são a importância econômica da cultura e seu papel na ampliação do poder do Brasil no jogo internacional, o MinC acabou por demonstrar a reticência final da política cultural brasileira aos argumentos do mais crasso economicismo.

Primeiro, ninguém discute que, de uma certa forma, moda é cultura, assim como telenovelas, futebol e práticas sexuais. Todos são modos de produção simbólica de valores.

Uma definição, porém, foi genérica de cultura não tem função alguma para a construção de políticas focadas de Estado. Muito menos a alegada definição de que aquilo que colabora para a internacionalização do Brasil e a divulgação de sua simbologia deve ser financiado. Pelo argumento, a TV Globo pode pedir isenção fiscal para as suas próximas telenovelas.

Como não podia deixar de ser, é no campo da cultura que se vê, de forma mais brutal, a deposição de toda e qualquer aspiração crítica e contestadora de certa esquerda brasileira. Fala-se em "quebra de paradigmas", mas o Ministério da Cultura apenas implementa o paradigma, cada vez mais burocrático, de indistincto geral entre arte, entretenimento e mercadoria.

Afinal, há de chamar de "gato" um gato. Estilistas são, acima de tudo, comerciantes donos de loja que organizam sua produção a partir da sensibilidade às demandas de mercado e a exigências de máxima rentabilização de seu capital. Mas grupos de teatro não são empresas, escritores não são comerciantes e um quadro não é uma mercadoria, mesmo que tenha um preço.

As políticas culturais foram criadas exatamente para garantir autonomia para a produção artística contra sua colonização pela lógica mercantil, contra sua restrição à condição de mero entretenimento "cool", além de pensar formas de impedir a consolidação de práticas de dirigismo cultural.

Contudo, para que algo dessa natureza fosse possível, estruturas como a Lei Rouanet deveriam ser radicalmente modificadas. Um bilhão e duzentos mil reais foram perdidos pelo Estado para que empresas fizessem políticas de marketing às custas do erário, financiando, principalmente, musicais, Oktoberfest, festas gastronômicas, atividades da torcida do Palmeiras e, agora, desfiles de moda.

Pergunte, no entanto, quanto desse dinheiro foi direcionado à construção de conservatórios de música, bibliotecas ou em auxílio a salas liétricas na periferia.

VLADIMIR SAFATLE escreve da Federação Brasileira de Cultura.

### 200 milhões, 70% em ação

GUSTAVO PATU

BRASÍLIA - Eram 90 milhões em ação na campanha que embalava a torcida nacional na Copa do Mundo de 1970, vencida gloriosamente pelo Brasil. Hoje, segundo os estimativos mais recentes do IBGE, já foi ultrapassada a casa dos 200 milhões.

Ufanismo futebolístico à parte, nem todos estão em ação. Para as convicções da estatística econômica, estão em idade ativa pouco menos de 70% da população brasileira, aqueles com idade entre 16 e 65 anos, entre a adolescência e a aposentadoria.

Isso significa que o país está muito perto do auge da contribuição das transformações demográficas para o crescimento da produção e da renda. Com o número de crianças em queda e o de idosos ainda relativamente pequeno, há menos inativos a serem mantidos com as riquezas geradas pelo trabalho dos demais.

O mundo desenvolvido já atravessou essa etapa do amadurecimento, quando há maior margem para poupança, chances de aprimorar a educação com o aumento dos gastos dos

governos e das famílias por criança e até melhorar da segurança pública. Economistas, propensos à intransigência, alertam cada vez mais frequentemente para o risco de o país não aproveitar ao máximo essa oportunidade. Afinal, depois da Copa de 2022, no Qatar, o envelhecimento dos brasileiros já estará tão avançado que a proporção de inativos reassumirá a tendência de alta.

Se o critério for enriquecimento material, as preocupações procedem. Após o surto de prosperidade da segunda metade da década passada, o Brasil voltou a progredir em ritmo lento. No entanto, com mais escolarizados e menos ingressos no mercado de trabalho, a distância entre ricos e pobres passou a cair.

É o oposto do que aconteceu nos anos 70, quando a economia e a desigualdade social ganhavam impulso juntas. A contradição entre o crescimento do bolo e sua divisão, então atribuída pela esquerda à ditadura militar, ainda não foi superada.

gustavo-patu@globo.com.br

### Nada de novo

CARLOS HEITOR CONTI

RIO DE JANEIRO - Programa dominical da Rede Globo apresentou, mensagem oficial de Washington, Estados Unidos monitoram dia a dia a situação política no Brasil. Mas também alertou funcionários do nosso governo.

Uma novidade velha de muitos anos. Em 31 de março de 1964, véspera do golpe militar daquele ano, mensagem oficial de Washington informava ao embaixador Lincoln Gordon que Juscelino Kubitschek encontrara secretamente o ministro da Guerra de João Goulart, general Jair Dantas Ribeiro, que estava internado no Hospital dos Servidores do Estado.

A situação nacional não podia estar pior. Dois comandantes de regimentos militares, Mourão Filho (MG) e Américo Kusel (SP) iam botar as tropas nas ruas para depor o governo. JK foi ao hospital na esperança de que o general assumisse o Ministério da Guerra para impedir o golpe.

No suite hospitalar, sem nenhuma

ma testemunha, JK conversou com Dantas Ribeiro. Cerca de 15 minutos depois, o embaixador Gordon, em vez de informar Washington, era informado oficialmente por Washington do teor da conversa entre JK e Dantas Ribeiro.

Fac-símile da mensagem da CIA está publicada no meu livro "Memorial do Exílio", de 1982. Eis a transcrição da mensagem: "Em 29 de março de 64, Juscelino Kubitschek de Oliveira visitou o Ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, no Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro. Kubitschek disse a Ribeiro que os recentes eventos acerca da crise no Ministério da Marinha o convenciam de que o presidente João Goulart perderia o controle da situação e estava cercado de esquadristas e comunistas, e não voltaria atrás (...)".

O mesmo ocorreria, mais tarde, com a CIA informando o presidente Geisel das manobras de seu ministro da Guerra, Sílvio Frota, que tentava depor João.



Folha de S. Paulo - Edição de 01/10/2013

1/10/2014

A2 opinião \* \* \* TERÇA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO DE 2013

FOLHA DE SAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.  
Presidente: LUIZ FRAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FRAS FILHO  
Supervisor Executivo: SÉRGIO RAVILA  
Conselho Editorial: HUGENIO CEZAR DE CERQUEIRA LESTE, MARCELO COELHO, JANDY DE FREITAS, CLAUDIO DOMESTICO, GLOVIO RUSSEL, CARLOS HEITOR CONY, ANTONIO MARCEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRAS e OTAVIO FRAS FILHO (coordenador)  
Diretoria Executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA GOMES, MARCELO BUSSAC (circulação), MARCELO MACHADO GONCALVES (assinatura) e EDUARDO ALCARO (planejamento e correção gráfica)

## EDITORIAIS

### Contato imediato

Pressões domésticas e internacionais ainda pesam contra acordo entre o EUA e o Irã, mas cenário é o mais favorável desde 1979

Não aconteceu o esperado aperto de mão entre Hasan Rowhani e Barack Obama, durante a Assembleia-Geral da ONU, em Nova York, mas ambos os presidentes parecem dispostos a fazer avançar a aproximação entre Irã e EUA.  
Se havia dúvidas quanto a isso, elas se dissiparam com o histórico telefonema de Obama a Rowhani. A conversa, rápida e superficial, foi o primeiro contato direto entre presidentes dos dois países desde a instauração da teocracia xiita em Teerã, há 34 anos.

Os chanceleres Mohammad Javad Zarif e John Kerry também protagonizaram momento inédito ao se reunirem a sós, às margens de uma reunião sobre o programa nuclear iraniano — a busca da bomba atômica por Teerã é o principal motivo das tensões entre os dois países.  
A diplomacia direta, com menos gestos discursivos, Teerã libertou pressões políticas e tem repetido que não só reconhece o Holocausto como também o condena. Rowhani deixa claro, com isso, que quer se distanciar do ex-presidente Mahmoud Ahmadinejad (2005-2013).  
Já os americanos devolveram ao Irã uma valinha pesada de 2.700 anos, pega com contrabandistas em 2003. Obama também disse com todas as letras o que Teerã sempre quis ouvir: os EUA não pretendem derrubar o regime atômico.

A confiança entre os países, por

rém, não será resgatada apenas no campo simbólico, e atitudes práticas demandam cota maior de sacrifício. O Irã precisaria diminuir drasticamente o grau de pureza de seu enriquecimento de urânio, deixando o processo mais distante da fabricação de uma bomba, e se desfazer do estoque já enriquecido. Além disso, deveria aceitar inspeções mais rigorosas da OML, EUA e aliados têm de responder à altura. Sanções econômicas deveriam ser aliviadas a fim de que o Irã possa, por exemplo, se reintegrar ao circuito financeiro global. Um acordo também exige que potências ocidentais reconhecem o direito iraniano de fazer uso civil de seu programa nuclear.

São muitas as pressões contrárias a um acordo. Basta dizer que Rowhani, ao voltar de Nova York, foi recebido em Teerã com ovos e sapatos arremessados por milhares furiosos com a abertura. Mais relevante, e pouco provável que o elite iraniano de fato aceite privar o país de ter uma bomba atômica ao alcance da mão, se necessário. Obama tem de lidar com a insatisfação de Israel — maior aliado dos EUA na região e principal adversário do Irã — e um Congresso refratário à aproximação.

Ainda assim, trata-se do cenário mais auspicioso desde 1979. De um lado, o Irã sofre cada vez mais com as sanções, e Rowhani aceita negociar para superar a adversidade econômica. De outro, um Obama desiludido em casa busca, na arena internacional, o legado de seus mandatos. Seria difícil esperar peças mais bem posicionadas nesse complexo tabuleiro.

### Entre 99,9% e 100%

Romário, em sua versão futebolística, teve reconhecidos de forma consensual seus méritos de atacante, apesar das polêmicas fora de campo. Como deputado federal, era quase uma unanimidade, não fosse um detalhe, caminhar para cumprir seu mandato com seriedade pouco vista entre políticos profissionais.

Eleito em 2010 pelo PSB como o sexto deputado mais votado do Rio de Janeiro, Romário desligou-se da sigla no início de agosto, alegando divergências internas. Enquanto esteve sem partido, foi colocado por outras legendas e chegou a negociar com "seis ou sete" agremiações interessadas.  
Na semana passada, afirmou que estava "99,9% fechado" com o recém-criado Pros (Partido Republicano da Ordem Social). Um dia depois, porém, após ouvir processos de que terá mais poder no PSB, decidiu retornar à antiga casa.

Questionado acerca do dráma, saiu-se com esta pérola: "99,9% não equivalem a 100%, né?".  
A declaração de Romário foi de imediato incorporada ao folclore do troca-troca partidário brasileiro. Na crônica dos bastidores eleitorais de 2014, estará ao lado de outras afirmações igualmente

velhacas, se bem que proferidas por parlamentares menos famosos.

O deputado Marcos Medrado, por exemplo, saiu do PTB (provavelmente) filiar-se ao novo Partido Solidariedade. Apesar de já ter abandonado cinco partidos, não demonstra pudor em dizer: "Não gostaria de ter saído de nenhum. Espero que essa seja a última vez".  
Ademir Camilo também mudou de legenda em cinco ocasiões. Ex-deputado do PSD, ajudou a montar o Solidariedade, que deve ser de oposição, mas (provavelmente) terminará no Pros, aliado do governo. "É lógico que mudar de partido é ruim, mas (...) no papel, é quase todo mundo igual", afirma.

Como eles, cerca de 50 parlamentares negociam — esta é a palavra — trocar de legenda no verdadeiro feirão formado no Congresso na última semana, após a criação do Pros e do Solidariedade — as regras da fidelidade partidária não se aplicam a novas siglas.  
À janela de transferências, para usar uma expressão do futebol, será fechada no sábado, a um ano das eleições. Até lá, a movimentação de muitos parlamentares confirmará que no Brasil, infelizmente, a diferença entre os partidos poucas vezes é maior que 0,1%.



Folha de S. Paulo - Edição de 01/10/2013

HÉLIO SCHWARTSMAN

### Dilema atroz

SÃO PAULO - O juiz deve julgar os casos que lhe são submetidos com o objetivo de cumprir a lei ou de fazer justiça? Estranhamente, as duas posições são perigosas.  
Se o magistrado se dá o direito de passar por cima das normas escritas e dos precedentes para decidir segundo sua consciência, acabou-se a segurança jurídica. O direito brota da cabeça do juiz, e não mais de um sistema de repartição de Poderes, como convém às democracias.  
Se, por outro lado, o juiz agarrar-se ao texto da lei, ignorando as consequências de suas sentenças, pode cometer as piores injustiças. É nessa situação que está o TSE, que precisa decidir se vai ou não conferir registro de partido político à Rede.  
O grupo liderado por Marina Silva não foi capaz de apresentar as 600 mil assinaturas certificadas por cartório que a lei exige. Mas, se trocarmos as lentes do formalismo jurídico pelas da análise política, é uma piada o TSE conceder reconhecimento a aos recém-criados Solidariedade e

Pros, que ficam em algum lugar entre a legenda de aluguel e o partido de ocasião, e negá-lo à Rede, a única coisa parecida com uma organização política com ideologia distinta e certa representatividade a surgir no Brasil nas últimas décadas.  
O problema de origem aqui é a lei, que parece especialmente estúpida. É preciso muito amor pela burocracia para achar que coletar centenas de milhares de assinaturas de eleitores e certificar-las num cartório possa ser resposta racional a qualquer problema. Existem alternativas. Minha favorita é tornar totalmente livre a criação de legendas, mas só repassar verbas do Fundo Partidário às que obtiverem desempenho mínimo.  
Voltando à Rede, a incompetência organizacional dos sonháticos põe o TSE numa situação de bico. Ou rasga a lei, ou comete flagrante injustiça. Penso que, se alguém tem legitimidade para ignorar formalismos, são as cortes superiores. Providenciador o pretexto jurídico é a parte fácil.

ELIANE CANTANHÊDE

### Tamanho não é documento

CINGAPURA - Como é que Cingapura, país com apenas 716 km² e 5,4 milhões de habitantes e que só alcançou sua independência na década de 1960, conseguiu dar o pulo do gato e virar "tigre asiático"?

São duas palavras mágicas: rumo e planejamento. Tudo o que é idealizado, decidido e executado para daí a 20, 30 anos. Não para ontem.  
Já na independência, Cingapura concluiu que seu mercado interno jamais impulsionaria o crescimento e entrou na contramão. Enquanto o Brasil e muitos outros "em desenvolvimento" executavam a política de substituição de importações, essa Cidade-Estado fez como a Suécia e jogou as fichas na abertura econômica, com estímulo ao investimento externo e ao capital privado interno.

Foi um projeto burburanga, que reverteu em recursos para habitação, saúde, tecnologia e, claro, educação. Detalhe: para ajustar a formação dos cidadãos à estratégia da abertura ao exterior, o inglês passou a ser língua obrigatória.

Exemplo do sucesso: 87% da população têm casa própria, e as "casas públicas" não parecem nada com os projetos habitacionais para pobres construídos no Brasil. Aqui, elas têm boa qualidade e preços cada vez mais altos (por falar em altura, os prédios executivos do centro têm até 70 andares).

E Cingapura fez o óbvio. Potencializou as vantagens: o porto de águas profundas serve a toda a região, o número de turistas aqui é três vezes maior do que o da população. E driblou as desvantagens: não havia água? Pois, hoje, o sistema de tratamento de água atrai técnicos de todo o mundo.  
Nada na vida é perfeito, e o regime político é atípico, curioso: o mesmo partido e a mesma família mandam no país há décadas e as decisões são tomadas de cima para baixo. Eleições há, o que não há alternância real de poder. Mas, se o povo está feliz, de barriga cheia e com emprego, causa para morrer e escola para estudar, quem está aqui para reclamar?

CARLOS HEITOR CONY

### Fernando Pamplona

RIO DE JANEIRO - O Carnaval do Rio, que dá régua e compasso para os Carnavais de todo o Brasil, com as exceções da Bahia e do Recife, teve duas fases: a de antes e a de depois de Fernando Pamplona.  
Prêmio do Salião do Museu de Belas Artes (ganhou ao exterior, no caso dele, para a Alemanha), durante anos cenógrafo do Teatro Municipal, liderando a trupe que ganhou as ruas (Arlindo Rodrigues e Joãozinho Trinta), Pamplona trouxe para a festa mais popular do Brasil sua experiência teatral e sua formação intelectual e artística. Foi o melhor decorador das ruas da cidade, bebeu forte nas tradições afro-brasileiras, evitando clichês e apeloções.  
Sua carreira como cenógrafo foi marcada por grandes montagens, tanto na ópera como no balé. Lembro seu cenário para "Madama Butterfly", e, sobretudo, o trabalho de recitar aqui, no Brasil, os cenários que Picasso desenhou para "O Cha-

péu de Três Brós", aprovados com entusiasmo pelo próprio Picasso e por Leonide Massine, que criou o famoso balé sobre música de Manuel de Falla.  
Pamplona tornou-se um dos mais informados e honestos comentaristas do Carnaval, tanto no Rede Globo como na Rede Manchete. Foi o primeiro a denunciar que os sambas-entredo se transformavam em marchinhas e lamentou a ausência cada vez maior dos negros nas faturas nobres dos desfiles.  
Tive o prazer de ter a capa do meu primeiro livro feita por ele. Tive depois outros capistas no mercado editorial, mas a capa do Pamplona tem uma força que até hoje me impressiona. Só não gosto quando o intitulam de "carnavalesco". Ele é, acima de tudo, um artista e um caráter. (Esta crônica foi publicada em 26/2/2009. Repetida em feição de saudade. Foi um dos mais queridos amigos, que me foi roubado na semana que passou.)

VLADIMIR SAFATLE

### A moral psiquiátrica

Há alguns meses, as livrarias, enfim, receberam a última versão do "Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)".  
Ainda sem tradução em português, o "Manual" foi objeto de críticas virulentas vindas até mesmo de psiquiatras que trabalharam em versões anteriores dele, como Allen Frances. As acusações giraram em torno da verdadeira "psiquiatrização da vida cotidiana" que a profusão de categorias clínicas produzidas pela nova versão do "Manual" parece acarretar.  
Longe de ser uma discussão que interessa apenas profissionais da área de saúde mental, a querela em torno do DSM-5 é uma questão social da mais alta importância, pois define como valores sociais travestidos de normalidade médica são naturalizados. Ela não pode ser esquecida.  
Cinemos, a título de ilustração, um exemplo. Quem abre a página 667 da versão inglesa do DSM-5 encontrará o peculiar "transtorno de personalidade histriônica".  
Seus oito critérios diagnósticos, que definem se alguém tem ou não o referido transtorno, compõem as seguintes pérolas: sente-se desconfortável em situações nas quais não é o centro das atenções; tem comportamento inapropriadamente provocativo e sedutor; usa constantemente a aparência para chamar a atenção; é sugestional; tem um estilo de fala excessivamente impressionista; tem expressões exageradas de sentimentos e considera as relações mais íntimas do que realmente são.  
Talvez você pergunte se, afinal de contas, esses são critérios clínicos de definição de transtornos ou simplesmente critérios morais sobre comportamento, que tentam esconder sua verdadeira natureza.  
Afinal, qual o marcador para definir "estilo de fala impressionista", "expressões exageradas de sentimentos", a não ser o que o assentimento social e seu psiquiatra entendem como tal? Mas, se este for o caso, não estaria o psiquiatra a dar lugar à figura do boém e velho educador?

De fato, não é difícil perceber como, nesses "critérios diagnósticos", encontram-se todos os clichês crassos sobre o comportamento feminino que assombravam a antiga categoria clínica de "histeria", com sua feminilidade teatralizada: a verdadeira base para o dito transtorno de personalidade histriônica.  
Alguém poderia imaginar que tais "personagens morais" a habitam o mais avançado tratado de psiquiatria, resultado de anos de trabalho árduo e caro, não são simples desvios de rota a serem expurgados nos próximos anos, mas sintomas que mostram a verdade de todo o projeto.

VLADIMIR SAFATLE escreve da Ilha de Itaipava, Rio de Janeiro.

1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 03/11/2013

A2 opinião \* \* \* DOMINGO, 3 DE NOVEMBRO DE 2013

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Presidente: LUZ FERAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FERAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MARINI, TEREZINA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor-Executivo: SÉRGIO DÁVILA  
Conselho Editorial: ROBERTO CESTER DE CROMBIERA LEITE, MARCELO COELHO, LUIZ DE FREITAS, GILBERTO DAMENSTEIN, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MARINI, TEREZINA MENDES, LUÍZ FERAS e OTAVIO FERAS FILHO (coordenador)  
Diretoria-Executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURIEL BEISSAR (circulação), MARCELO BRACHARO GOMES DE MOURA (finanças) e EDUARDO ALCARAZ (planejamento e novo negócio)

## EDITORIAIS

### Além das letras

**Baixa qualificação condensa jovens a desemprego e piores postos de trabalho; reversão do ciclo exige mais que ações de redistribuição de renda**

Pelo Censo de 2010, 5,3 milhões de jovens de 18 a 25 anos não estavam nem trabalhando. Além da denominação pejorativa de geração "nem-nem", essa condição aniquila as perspectivas de ascensão pessoal de forma que nenhum Bolsa Família poderá compensar.

Em entrevista a esta Folha, o economista Richard Murnane, da Universidade Harvard (EUA), afirmou com propriedade que "a percepção de que os pobres sempre serão pobres é uma ameaça à democracia". Esse ciclo de reprodução da penúria pode ser atenuado com programas de distribuição de renda, mas só será interrompido com avanços na qualidade do ensino, na escolaridade e na qualificação.

O mercado de trabalho nos dias de hoje, reitera Murnane, exige profissionais bem treinados. Vale dizer, trabalhadores com conhecimento amplo o suficiente para encontrar, entender e selecionar, no vasto caudal de conhecimento disponível nos computadores, os dados para compor a solução de problemas. Já se foi o tempo em que lhes bastava saber ler manuais.

Aquela aptidão poderia ser perfeitamente adquirida no ensino médio ou em escolas técnicas. E aí, com efeito, que se encontra o ponto nevrálgico do sistema educacional brasileiro, o que ajuda a explicar que a taxa de desemprego

entre jovens de 15 a 24 anos (14,5% em 2011) ultrapasse o triplo da observada entre os acima de 25 anos. Só 52% dos brasileiros de 15 a 17 anos estavam cursando o ensino médio, como deveriam, em 2011. Jovens de 19 anos que haviam concluído essa etapa eram apenas 59%. E, dos que se formam, menos de 30% adquirem a formação satisfatória em português; em matemática, são meros 10%.

Não admira que o Brasil figure tão mal nos rankings do Pisa, exame internacional padronizado que se realiza em mais de 60 países. Embora o governo federal propagandeie que os secundaristas brasileiros foram os que mais avançaram entre 2006 e 2009 na prova trienal, a média de 401 pontos nos deixa muito abaixo do escore dos países desenvolvidos (OCDE), 496, e atrás de Chile (429) e México (420). Quando se excluem as escolas privadas e os colégios federais, o nível cai mais, para 287 pontos.

A baixa qualificação desses estudantes os condena ao desemprego ou, quando encontram trabalho, aos piores postos. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com dados oficiais de 1996 a 2010 mostra que são vítimas sobretudo de muitos desligamentos e não são substituídos por adultos, mas por outros jovens mal qualificados.

Não é novo o diagnóstico de que o ensino médio não dá aos jovens um futuro nem forma os trabalhadores que o país precisa. Também não é novidade que o poder público faz muito menos do que deveria para saldar essa dívida.

### Falso impasse na internet

Mais uma semana terminou sem que a Câmara dos Deputados tenha sido capaz de aprovar o Marco Civil da Internet. O projeto está pronto há mais de um ano e sua votação já foi adiada diversas vezes.

Nem o fato de a proposta tramitar em regime de urgência e ter passado a impedir que o plenário da Câmara delibere sobre outras proposições foi suficiente para que os deputados se sentissem compelidos a cumprir sua obrigação.

A importância do projeto, no entanto, pode ser facilmente percebida pelo epíteto que o acompanha. Trata-se, segundo especialistas no assunto, de uma espécie de Constituição da Internet. Seu propósito é estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o ambiente virtual. Vale para usuários, provedores e agentes públicos.

De ONGs ligadas à comunicação a associações científicas, passando por sindicatos, por entidades internacionais e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, um sem-número de atores envolvidos com a rede de computadores mobilizou-se a favor do Marco Civil.

Permanece o impasse, contudo. Do ponto de vista conceitual, o nó mais apertado está na chamada neutralidade de rede — princípio segundo o qual a qualidade do ser-

viço oferecido pelo provedor não pode ser alterada em função do conteúdo acessado pelo usuário. Sem a neutralidade, nada impedirá que o provedor de acesso (empresas de telecomunicações) cobre mais caro ou dificulte a vida de quem quiser utilizar a internet, para chamadas à distância — para dar um exemplo óbvio.

Enquanto especialistas sempre disseram que, sem a neutralidade, a internet será bem diferente — e pior — do que é hoje, executivos das empresas de telecomunicações insistiram que tal princípio tolhe a liberdade do usuário — que não pode, por exemplo, pagar menos para acessar apenas e-mails. Mais recentemente, as verdadeiras razões apareceram. Não se trata de debater a democracia, explicou Mario Giraole, executivo da TIM Brasil: "Aqui estamos falando do vilão dinheiro", disse. "Simple assim. É business model."

É simples, de fato. São cerca de 100 milhões de usuários de internet no Brasil, uma parcela crescente da população. Há, de outro lado, um modo de negócios que beneficia um punhado de empresas.

Para representantes eleitos pelo voto da população, deveria ser simples sair desse impasse.



HÉLIO SCHWARTSMAN



HÉLIO SCHWARTSMAN

### Mal do século

**SÃO PAULO** - Nos EUA, a polarização entre republicanos e democratas paralisou a administração federal. Por aqui, temos "black blocs", o "mês negro" e os movimentos oposicionistas e o que parece ser uma tolerância cada vez menor para com opiniões divergentes. Estamos ficando mais radicais? Não vejo como responder objetivamente a essa pergunta. Falta-nos o essencial, que é uma definição mensurável de radicalização e dados empíricos. Evidências anedóticas, porém, sugerem que algo assim pode estar ocorrendo, em certos nichos.

Tendo a ser cético sempre que alguém identifica uma epidemia qualquer e a atribui aos meios de comunicação. Se os homicídios aumentam, a culpa é dos games violentos. Se algumas meninas estão magras demais, ataque a ditadura da moda. No caso específico da radicalização, entretanto, é possível que a internet desempenhe um papel relevante, muito mais por suas virtudes do que seus vícios. Ao possibi-

tar que pessoas, às vezes separadas por grandes distâncias geográficas e sociais, identifiquem interesses comuns e interajam — avanço que melhorou a vida de muitos solitários e incompreendidos — a rede também abre espaço para uma das piores facetas da natureza humana. Como mostrou o psicólogo Irving Janis, o desejo de manter a coesão e a harmonia do grupo faz com que seus membros tentem agir sempre em bloco de maneira às vezes patológica. Uma série de experimentos sugere que junta muitas pessoas que pensam de forma parecida, numa sala ou na rede de computadores, resulta em maior polarização (radicalização das ideias), mais animosidade (sensação de onipotência em relação a outros grupos) e conformidade (supressão de dissensos internos).

O remédio contra isso está na própria internet: exposição a teorias alternativas. A pegadinha é que, quando o sujeito acha sua turma, ele foge das ideias de quem seu grupo discorda. [bit.ly/qrk](http://bit.ly/qrk)

HENRIQUE MEIRELLES

### Menos Estado, mais inclusão

A questão da participação do Estado na economia brasileira causa grandes emoções e forte polarização ideológica. O argumento mais usado para justificar o continuado aumento da participação estatal na economia é a grande desigualdade no país e a necessidade de o Estado atuar como distribuidor de renda e promotor de igualdade. É um argumento que merece análise séria.

O governo Lula é exemplo sempre citado de aumento bem-sucedido de intervenção estatal na eliminação da desigualdade. Existiu, de fato, ampla inclusão social no período, propiciada por dois grandes fatores: o Bolsa Família e a geração de emprego. Nenhum deles dependeu necessariamente do aumento do Estado.

O Bolsa Família representa só cerca de 0,2% do PIB numa arrecadação total acima de 25%. Ele pode ser facilmente financiado com parcela pequena da arrecadação maior de impostos oriunda do crescimento econômico, sem elevar a participação estatal na economia. Há a grande geração de emprego se deveu principalmente à estabilização econômica, baseada no controle da inflação e dos gastos públicos.

A hiperinflação e as crises periódicas eram resultado direto do descontrole financeiro do Estado e de gastos excessivos, financiados em boa parte por expansão monetária. A Lei de Responsabilidade Fiscal e a implantação do sistema de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante, na década de 1990, modernizaram a estrutura institucional. Na década seguinte, o governo Lula promoveu a histórica estabilização da economia.

A forte contenção de gastos instituída já nos seus primeiros anos, aliada a uma política monetária austera em todo o período, com inflação controlada, redução de dívida pública e acumulação de reservas, foram fundamentais para a estabilização. A confiança e o horizonte de planejamento das famílias e das empresas aumentaram, puxando crédito, investimentos e produção, que resultaram na criação impressionante de empregos.

Foi essa geração de empregos a maior promotora da redução da desigualdade, com integração de dezenas de milhões de pessoas à classe média e colcheteamento da classe B. Já o aumento do Estado, com redução das taxas de crescimento, gera menos empregos e também menos recursos excedentes aos programas sociais.

Portanto, temos que nos libertar da confusão recorrente entre uma administração pública que promove redução da desigualdade e inclusão social de uma administração estatal que diminui a capacidade produtiva da economia e compromete esses benefícios, como mostra a experiência mundial.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 01/12/2013

A2 opinião \* \* \* DOMINGO, 1º DE DEZEMBRO DE 2013

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FREAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor-executivo: SÉRGIO ÁVILA  
Conselho Editorial: ROGÉRIO LEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS BELTON CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS e CÉSAR FERRAZ (secretário)  
Diretores-executivos: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (executivo) e EDUARDO ALCARÁ (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### Retomada presidencial

Ainda distante de seu pico, avaliação da presidente Dilma Rousseff recupera-se a um passo lento, mas contínuo, desde a queda vertiginosa de sua popularidade nas manifestações de junho. A pesquisa Datafolha publicada hoje revela também que aumentou a vantagem da petista sobre todos os seus adversários.

Embora muito distante do nível de 2012, ao começo deste ano, quando a avaliação do governo flutuava em torno de 62% de nota ótima/bom, a aprovação da presidente caiu dos 39% de junho para os 41% de agora. Recorde-se que, no primeiro ano, seu governo teve em média 48% de ótimo/bom.

A recuperação do prestígio presidencial foi acelerada em particular devido à opinião dos entrevistados de menor escolaridade, menor renda e aqueles que vivem no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste.

Alinda que as variações de intenção de voto em cada candidato tenham sido pequenas desde a pesquisa anterior, de 11 de outubro, Dilma avançou em todos os cenários da disputa, ao passo que seus adversários perderam preferência.

No quadro mais provável, a presidente superava o senador Aécio Neves (PSDB-MG) por 21 pontos percentuais; agora, são 28. A distância em relação ao governador Eduardo Campos (PSB-PE) passou de 27 pontos para 36.

### Liberdade para o voo

É sinal preocupante de indigência social e cultural — que não deveria combater com São Paulo — a ideia de gradear o vão-livre do Masp, uma área pública da cidade incorporada pelo projeto inovador da arquiteta Lina Bo Bardi.

Instalava-se naquele lugar, em outra época, o belvedere do Triunfo, edifício projetado por Ramos de Azevedo onde, num banquete ali realizado em 1921, o então jovem escritor Oswald de Andrade lançou o primeiro grito do movimento modernista de São Paulo.

Demolido, o Triunfo deu lugar ao pavilhão provisório em que se realizou a primeira Bienal de São Paulo, sob os auspícios de Cícillo Matarazzo. Em 1968, foi inaugurada a nova sede do Masp, criado em 1947 por iniciativa do empresário e jornalista Assis Chateaubriand.

O desenho do projeto partiu da exigência de não haver colunas no local, mantendo-se aberto e belvedere — condição imposta pelo antigo proprietário do terreno, o urbanista Joaquim Eugênio de Lima, quando o doou à cidade.

A solução da arquiteta foi construir o museu com um vão-livre de 74 metros de extensão e assentado sobre uma esplanada — o que deu personalidade ao prédio e o inscreveu na história da arquitetura

O arrefecimento do clima político parece ter contribuído para a restauração da imagem do governo e da presidente, mas não só.

Um aspecto do sentimento dos brasileiros em relação à economia recuperou-se no mesmo ritmo das notas positivas sobre a gestão Dilma: a parcela da população que acredita no aumento de seu salário e na melhoria de sua situação cresce e o final de junho.

Os dados da economia e do emprego também serão maior.

Os dados da economia e do emprego também serão maior.

Os dados da economia e do emprego também serão maior.

Os dados da economia e do emprego também serão maior.

Os dados da economia e do emprego também serão maior.

Os dados da economia e do emprego também serão maior.

Os dados da economia e do emprego também serão maior.

Os dados da economia e do emprego também serão maior.

Os dados da economia e do emprego também serão maior.

Os dados da economia e do emprego também serão maior.



### Democracia e falseabilidade

SÃO PAULO - Num gesto temerário, comento hoje a interpretação que um físico — David Deutsch — faz das ideias políticas de seu filósofo da ciência — Karl Popper.

Em "The Beginning of Infinity", Deutsch retoma alguns dos paradoxos matemáticos que assombram a democracia desde os tempos de George Washington e os "Founding Fathers" dos EUA, que jamais conseguiram encontrar uma fórmula justa para estabelecer a representação de cada Estado na Câmara de acordo com o total de habitantes.

Deutsch, porém, vai mais longe e, valendo-se de outra prova matemática, o Teorema da Impossibilidade de Arrow, segundo o qual a soma das racionalidades individuais não produz uma racionalidade coletiva, coloca em dúvida a legitimidade da noção de discólicas sociais — o que tem pro-

fundas e pouco abissaristas implicações para a democracia.

Para Deutsch, a resposta para o problema está em Popper. Em sua visão, a democracia é boa não porque represente a vontade do povo, mas porque é o sistema que mais facilita a remoção de políticas equivocadas e permite mudar governos sem violência. Se quisermos, é a aplicação, na política, das teses popperianas sobre a falseabilidade que fizeram tanto sucesso na epistemologia.

Essa essência do processo democrático não é a escolha feita pelo sistema eleitoral, mas as ideias que se criam entre as eleições (...). Os eleitores não são uma fonte de sabedoria da qual as políticas corretas podem ser empíricamente "derivadas". Eles estão tentando, e de forma falível, explicar o mundo e, neste processo, melhorá-lo", escreve Deutsch.

Se isso é verdade, progredimos mais quando despachamos governantes para casa do que quando os elegemos. E isso em todos os níveis.

Se isso é verdade, progredimos mais quando despachamos governantes para casa do que quando os elegemos. E isso em todos os níveis.

Se isso é verdade, progredimos mais quando despachamos governantes para casa do que quando os elegemos. E isso em todos os níveis.

Se isso é verdade, progredimos mais quando despachamos governantes para casa do que quando os elegemos. E isso em todos os níveis.

Se isso é verdade, progredimos mais quando despachamos governantes para casa do que quando os elegemos. E isso em todos os níveis.

Se isso é verdade, progredimos mais quando despachamos governantes para casa do que quando os elegemos. E isso em todos os níveis.

Se isso é verdade, progredimos mais quando despachamos governantes para casa do que quando os elegemos. E isso em todos os níveis.



### O valor dos valores

Aspecto importante da produtividade de um país, que não se mede em infraestrutura, ambiente de negócios, nível técnico dos trabalhadores e empresários ou nível de investimento. Falo da matriz cultural da produção.

Em visita recente à Alemanha, fiquei mais uma vez impressionado pelo grau de organização, limpeza e qualidade da produção visto desde a feira livre até a empresa de alta tecnologia. O que me chamou mais a atenção foram o entusiasmo e a satisfação de executar um bom trabalho.

É um círculo virtuoso: na medida em que cada um trata os demais com eficiência e cortesia, também recebe bom tratamento.

Apesar de ter origem cultural diferente, o Brasil tem feito grandes progressos nessa direção. Two dias experiências muito gratificantes que mostram isso.

A primeira foi a construção da operação brasileira de uma multinacional que atingiu os melhores índices de eficiência, qualidade e satisfação do cliente na comparação com o resto do mundo. Depois, no setor público, dirigindo o Banco Central, tive experiência semelhante com equipe de colaboradores engajada e eficiente, que se orgulhava, valorizava muito o trabalho e, por meio dela, a si mesma.

Embora tenhamos ganhado muito na valorização da qualidade e da produtividade, é preciso um grande avanço para elevar o nível de renda ao padrão dos países desenvolvidos.

Tive primeira visão mais crítica da questão quando li há muitos anos o diário de Charles Darwin sobre sua volta ao mundo no ano 1830, na qual desenvolveu a teoria da evolução.

Ao passar pelo Brasil, o que mais chamou sua atenção foi o conceito de que homem de bem era o que se dedicava às coisas nobres, como as artes, e não às coisas "menores", como o trabalho, visto como atividade de escravos ou mal-intencionados. Mal-intencionado era todo aquele que quisesse ganhar dinheiro almeçando o lucro, fosse comerciante ou agricultor.

De lá para cá, o país evoluiu muito com o fim da escravidão, a urbanização, as ondas migratórias, a massificação educacional e a ocupação produtiva do interior. Hoje o Brasil busca produtividade e conta com uma classe de trabalhadores e com empreendedores conscientes do valor do trabalho.

Porém resistem em setores importantes uma visão arcaica das passadas contribui para seguir o processo de valorização da cultura do empreendedorismo, da meritocracia, da remuneração segundo a produtividade de cada um.

Quanto mais esses valores prevalecerem, mais perto estaremos do desenvolvimento que buscamos para todos.

Henrique Meinelles escreve em Domingos nesta coluna.

### A caminho do matadouro

BRASÍLIA - Depois de amargar a longa exposição do mensalão e dos mensaleiros, o PT agora lustra seus troféus para 2014: o mineiro Eduardo Azeredo e o mensaleiro tucano.

Na versão corrente, uma coisa era uma coisa e a outra coisa era exatamente a mesma coisa: o publicitário Marcos Valério tentou o mensalão nas campanhas do PSDB em Minas e o aperfeiçoou na campanha do PT e no governo de Lula em Brasília.

Azeredo, ex-governador, ex-senador, ex-presidente nacional do PSDB e atual deputado federal, está a caminho do matadouro, quer dizer, do julgamento do Supremo. É em meio à prisão dos mensaleiros petistas, à violação dos embargos infringentes no primeiro semestre de 2014 e à eleição de outubro.

Os discursos políticos já estão prontos nas duas pontas. Os petistas vão comparar a situação de Azeredo à de José Dirceu, ex-tucano, cujo julgamento compararam dele com o do então presidente Lula.

Os petistas desfraldarão a teoria do "domínio do fato". Dirceu não assinou nada, não há um telefonema gravado, uma reunião filmada, nenhuma mala de dinheiro fotografada na Casa Civil, mas os ministros da mais alta corte do país concluíram que seria impossível haver mensalão sem ele. Logo, o mesmo vale para o candidato e depois governador Azeredo.

Há os tucanos aguardando com unhas e dentes que Lula era o candidato e o presidente, mas nunca soube nem ouviu falar de nada de nada do que ocorreu à sua volta e nunca foi processado. Logo, o mesmo princípio vale para Azeredo. Um era presidente, e o outro, governador.

O que que eu acho? Não achada. O Supremo é o foro constitucional para julgar e o que os 11 ministros decidirem, eu, tu, nós e eles todos simplesmente acataremos.

PS - A crise da Petrobras reavivou uma frase atribuída a Quêrcia: "Quebro o Banespa, mas elejo o Fleury".

Se isso é verdade, progredimos mais quando despachamos governantes para casa do que quando os elegemos. E isso em todos os níveis.

### Henrique Meinelles

Aspecto importante da produtividade de um país, que não se mede em infraestrutura, ambiente de negócios, nível técnico dos trabalhadores e empresários ou nível de investimento. Falo da matriz cultural da produção.

Em visita recente à Alemanha, fiquei mais uma vez impressionado pelo grau de organização, limpeza e qualidade da produção visto desde a feira livre até a empresa de alta tecnologia. O que me chamou mais a atenção foram o entusiasmo e a satisfação de executar um bom trabalho.

É um círculo virtuoso: na medida em que cada um trata os demais com eficiência e cortesia, também recebe bom tratamento.

Apesar de ter origem cultural diferente, o Brasil tem feito grandes progressos nessa direção. Two dias experiências muito gratificantes que mostram isso.

A primeira foi a construção da operação brasileira de uma multinacional que atingiu os melhores índices de eficiência, qualidade e satisfação do cliente na comparação com o resto do mundo. Depois, no setor público, dirigindo o Banco Central, tive experiência semelhante com equipe de colaboradores engajada e eficiente, que se orgulhava, valorizava muito o trabalho e, por meio dela, a si mesma.

Embora tenhamos ganhado muito na valorização da qualidade e da produtividade, é preciso um grande avanço para elevar o nível de renda ao padrão dos países desenvolvidos.

Tive primeira visão mais crítica da questão quando li há muitos anos o diário de Charles Darwin sobre sua volta ao mundo no ano 1830, na qual desenvolveu a teoria da evolução.

Ao passar pelo Brasil, o que mais chamou sua atenção foi o conceito de que homem de bem era o que se dedicava às coisas nobres, como as artes, e não às coisas "menores", como o trabalho, visto como atividade de escravos ou mal-intencionados. Mal-intencionado era todo aquele que quisesse ganhar dinheiro almeçando o lucro, fosse comerciante ou agricultor.

De lá para cá, o país evoluiu muito com o fim da escravidão, a urbanização, as ondas migratórias, a massificação educacional e a ocupação produtiva do interior. Hoje o Brasil busca produtividade e conta com uma classe de trabalhadores e com empreendedores conscientes do valor do trabalho.

Porém resistem em setores importantes uma visão arcaica das passadas contribui para seguir o processo de valorização da cultura do empreendedorismo, da meritocracia, da remuneração segundo a produtividade de cada um.

Quanto mais esses valores prevalecerem, mais perto estaremos do desenvolvimento que buscamos para todos.

Henrique Meinelles escreve em Domingos nesta coluna.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 01/01/2014

A2 opinião ★ ★ ★ QUARTA-FEIRA, 1º DE JANEIRO DE 2014

FOLHA DE S. PAULO

## FOIHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUÍZ FERRAS  
Diretor Editorial: OTÁVIO FERAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MARIN, TEREZINA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor-Executivo: SÉRGIO DÁVILA  
Conselho Editorial: ROGERIO CECILIO DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANDY DE FREITAS, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR COSTA, CELSO FENEL, ANTONIO MARIN, TEREZINA MENDES, LUÍZ FERRAS e OTÁVIO FERAS FILHO (coordenador)  
Diretoria-Executiva: ANTONIO CARLOS DE MELOA (presidente), MURIEL BRUNAR (vice-presidente), ROSELI MACHADO GONCALVES (financeiro) e EDUARDO ALGARBI (planejamento e novo negócio)

## EDITORIAIS

### Mundo melhor

2014 deve marcar início de recuperação mais consistente da economia global; Brasil precisa de mudanças para colher frutos da situação

Completados cinco anos da crise financeira que colocou o mundo na pior recessão desde os anos 1930, a expectativa é a de que 2014 marque o início de uma recuperação econômica mais consistente.

Projeções de bancos e órgãos internacionais estimam o crescimento mundial em 3,5%, contra 2,8% neste ano. A principal beneficiária para todos, a retomada deve se concentrar sobretudo no mundo rico. O otimismo quanto aos países desenvolvidos decorre em particular da redução do aperto nas contas públicas, uma das principais forças recessivas dos últimos anos.

Nos EUA, por exemplo, estima-se que o arrocho subtraia 0,5 ponto percentual do PIB no ano que vem, ante quase dois pontos em 2013. O padrão repete-se na Europa.

Contribuirá, além disso, a diminuição das incertezas da moeda política. No caso americano, democratas e republicanos chegaram a um denominador comum para o Orçamento, o que reduz o risco de colapso da dívida pública. Na Europa, definiu-se o roteiro para fortalecer as alianças da moeda única. A novidade de 2013 foi o acordo político para a criação de uma união bancária, com supervisão a cargo do Banco Central Europeu e mecanismos comuns para lidar com falências de bancos.

O resultado deve ser a volta do fluxo de capitais aos países mais afetados pela crise, como Espanha e Portugal, e a aceleração do cres-

### Preocupação paulista

Mais um ano começa sem que a população paulista possa ficar despreocupada quanto aos rumos da segurança pública no Estado.

No início de 2013, temia-se a continuidade da acentuada alta de homicídios dolosos (intencionais) verificada em 2012. Não foi o que aconteceu, felizmente. Após um primeiro trimestre de pequena elevação nos índices desse crime, São Paulo chegou a oito meses consecutivos de redução no número de assassinatos na comparação com igual período do ano anterior.

As estatísticas mais recentes da Secretaria da Segurança Pública, relativas a novembro, mostram recuo significativo em relação ao mesmo mês de 2012. Houve 119 homicídios dolosos a menos — uma queda de 29%, de 471 para 352. Parece claro, diante desses dados, que foi debelada a onda de assassinatos de 2012, potencializada pelo enfrentamento entre forças policiais do Estado e integrantes de uma organização criminosa durante o segundo semestre.

Embora uma das mais baixas do Brasil, a taxa paulista permanece ainda assim acima do patamar de 10 homicídios por 100 mil

cimento. Mesmo assim, o alto desemprego mantém o risco de perda de empregos dos países em desenvolvimento e do fortalecimento do euro.

No geral, os EUA devem liderar a recuperação, com expansão da economia superior a 3% (ante menos de 2% em 2013). A Europa pode avançar perto de 1%, algo relevante após dois anos de recessão. O impacto financeiro serão os juros mais altos, especialmente nos EUA, o que provocará choques em países mais dependentes de financiamento externo, sobretudo no mundo em desenvolvimento.

Lidar com esse risco é um desafio aos emergentes, para os quais o quadro é menos alentador. Os principais países desse grupo enfrentam ajustes estruturais complicados, e seu crescimento, na média, dificilmente se afastará de 4,5%, patamar similar ao de 2013. A China, por sua vez, luta para tornar seu modelo de crescimento menos dependente de investimentos e crédito público. Sua economia deve se expandir em torno de 7%, o que não deixa de ser uma boa notícia, mas o novo padrão não favorece alta nos preços de matérias-primas. Trata-se de fator limitante ao crescimento de outros emergentes, como Rússia e Brasil.

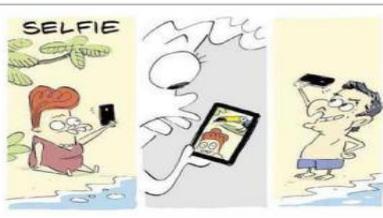
Perceber que se exauriu o empuxo das matérias-primas e do crédito público é crucial para o Brasil. No novo contexto, torna-se ainda mais relevante uma agenda conhecida: controlar a inflação, reforçar a credibilidade das contas públicas, acelerar as concessões de infraestrutura e ganhar produtividade na indústria. Sem isso, o país não conseguirá aproveitar o momento mundial mais promissor para expandir sua economia.

habitantes — índice que se converteu em acórdão globalmente. Em São Paulo, há atualmente 10,8 assassinatos por 100 mil habitantes.

Se o governo tem alcançado êxito no combate aos crimes contra a vida, o mesmo não se pode dizer quanto ao número de roubos no Estado, que não para de aumentar. São seis meses seguidos de crescimento na prática dessa infração, com a diferença do furto pelo emprego de grava ameaça ou violência física contra a vítima. O delito, portanto, afeta diretamente a sensação de segurança da população.

Em novembro, foram contabilizadas 20,7 mil ocorrências, 13,1% a mais que no mesmo mês de 2012, quando foram registrados 18,3 mil casos de roubo — na capital, o aumento foi de 16,6%.

Quando considerados os crimes que visam veículos no Estado, o crescimento foi ainda maior: 32% (de 6.817 para 9.023 casos). Na semana passada, ao comentar os novos números, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse o óbvio: é preciso maior esforço para reduzir os roubos no Estado. A população paulista não espera menos do que isso.



### Pessimismo de um otimista

SÃO PAULO - Analisando friamente, eu me classifico como um otimista incorrigível. Sou daqueles que acham que, do Pré-Cambriano para cá, a vida das pessoas melhorou quase infinitamente. Mesmo no horizonte mais curto dos milênios e séculos, penso que o progresso tem sido notável. Descobrimos uma série de coisas úteis, como agricultura, especialização do trabalho, dinheiro, uso de fontes de energia, antibióticos, vacinas, que nos fizeram viver mais e com maior opulência.

Assim, não creio que seja por ficar de forma contumaz com o pessimismo que digo que o Brasil está perdendo mais um bonde da história. Essa minha constatação, infelizmente, tem amparo na realidade. Sob o governo de Dilma Rousseff, o PIB brasileiro vem crescendo por volta de 2% ao ano em média. E bem menos que os 4,05% de Lula e não supera os 2,33% de FHC (que o PT sempre pintou como medocres).

Essas cifras de Dilma, portanto, embora longe de brilhantes, não chegam a

ser desesperadoras — ao menos não quando analisadas isoladamente.

O problema é que o Brasil está desperdiçando seu bônus demográfico, o período em que o contingente de pessoas em idade de trabalhar é maior que as coortes de dependentes (jovens e idosos). É nessa fase que países retem as condições mais propícias ao crescimento.

Nosso bônus demográfico teve início nos anos 70 e estamos chegando perto de seu auge. A situação deve permanecer favorável mais ou menos até 2030, a partir de 2043, a população começará a declinar.

Se não aproveitarmos a janela auspiciosa dos próximos anos para tornar o Brasil um país relativamente rico, será bem mais difícil fazê-lo depois, quando a população de idosos estará crescendo rapidamente, o que implicará mais gastos com aposentadorias e o sistema de saúde. E os 2% anuais de crescimento entregues até aqui ficam muito aquém de colocar o Brasil numa posição confortável.

heliogust.com.br

### Um recorde democrático

BRASÍLIA - O Brasil terá neste ano sua sétima eleição presidencial direta consecutiva. O vencedor tomará posse em 1º de janeiro de 2015. Quando a cerimônia for realizada, será um fato histórico inédito.

O Brasil nunca teve sete eleições presidenciais diretas consecutivas com a posse do eleito. Isso poderia ter ocorrido em 1918, mas Rodrigues Alves contraiu gripe espanhola e morreu antes de assumir.

Depois de 1918, houve poucas eleições até o golpe de 1930, que instalou Getúlio Vargas por 15 anos no poder. Passado o Vargasismo, o Brasil teve um espasmo democrático, de 1964 a 1966, com apenas quatro disputas diretas. Em seguida, vieram os 21 anos da ditadura militar.

Pelo seu ineditismo, a disputa de outubro é um marco a ser comemorado. Por coincidência, há outro aniversário correlato no próximo dia 25, aniversário dos 30 anos do comício pelas eleições diretas realizado na praça da Sé, em São Paulo.

Já havia manifestações pelo país

desde 1983. Só que a de 25 de janeiro de 1984 teve um público mais encorpado. Na marquete da Folha no dia seguinte: "300 mil nas ruas pelas diretas". O número estava um pouco exagerado, mas certamente era o maior comício em muitos anos — num país que ainda vivia os estereótipos da ditadura militar.

O desejo de milhões de brasileiros foi frustrado naquela época. A emenda constitucional das eleições diretas não foi aprovada pelo Congresso. Mas a semente definitiva da democracia local brotou naqueles comícios. Uma geração de cidadãos aprendeu a ir para as ruas e a protestar gritando "Diretas Já".

Dagui a 12 meses, o recorde democrático na posse presidencial estará, em grande parte, realizando o sonho de todos aqueles que estiveram nas praças protestando há 30 anos.

Saio em férias neste mês. Desejo um 2014 democrático para todos. fernando.rodrigues@papelafolha.com.br

### Muitos Réveillons

RIO DE JANEIRO - Foram muitos Réveillons. Num deles, rapazes e moças moradores do Solar da Fossa, em Botafogo, marcharam em grupo pelos botequins e bares, a poucos minutos da meia-noite. Quando esta chegou, os gritos e ululs reverberaram pelas paredes, confundindo-se com as buzinas, e, ao sair no outro lado, já era o Ano-Novo — 1968. Com um túnel do tempo — como em Robert Heinlein ou Ray Bradbury.

No Réveillon seguinte, o LP com a trilha sonora do filme "2001: Uma Odisseia no Espaço", lançado meses antes, foi levado de festa em festa pelos apartamentos do Solar — uma fonte de luzes e gente — para que os acordos iniciais de "Also Sprach Zarathustra", de Richard Strauss, saudassem o novo ano. Havia algo de triunfal e, nem desconfiávamos, de mau agouro naquela música — de acordo com a passagem de 1968

para 1969, do sonho para o pesadelo.

Houve vários Réveillons a bordo, na baía de Angra, com o saetão jogando em movimentos quase inorgânicos: Réveillon no morro da Urca, que pareciam durar até o Carnaval e se confundir com ele; e um Réveillon em cidade incerta e na companhia de alguém que a memória tenta — e consegue! — apagar. E houve um Réveillon em Nova Friburgo, em que a abstinência recém-conquistada esteve a um gole de ser quebrada, e só não foi porque a mãe de namorada afastou a garrafa de champanha que ele levava à boca.

Houve um Réveillon no sul da Bahia, em cujas areias se enterraram os ossos de uma história que começara bonita e ficara feia. Talvez por isso, o Réveillon seguinte tenha sido passado sozinho, em praia neutra, para que os fantasmas, deixados para trás, não encontrassem o caminho de volta.

Deu certo porque, desde então, todos os Réveillons têm sido bonitos.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 04/02/2014

A2 opinião ★ ★ ★ TERÇA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2014

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
 PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.  
 Presidente: LUIZ FERRAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FERRAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MARQUEZ, TEIXEIRA MENDES e RUTH BRITO  
 Editor-executivo: SÉRGIO ÁVILA  
 Conselho Editorial: HELENA LOPES DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANDY DE FREITAS, CLÓVIS BRAGA, CARLOS HEITOR CONTI, CELSO PINTO, ANTONIO RAMALHO, TEIXEIRA MENDES, LUIZ FERRAS e OTAVIO FERRAS FILHO (coordenador)  
 Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MELOIA (coordenador), MOISÉS BUENOS (coordenador), MARCELO MACHADO GONCALVES (financeiro) e EDUARDO ALCARDO (administrativo)

## EDITORIAIS

editoria@folha.com.br

### Abuso parlamentar

**Senadores pedem reembolso por despesas injustificáveis; situação precisa ser examinada pela corregedoria e pelo Ministério Público**

Por certo muita coisa mudou a partir de 2009, quando ação judicial desta **Folha** levou o legislativo a divulgar as notas fiscais usadas pelos parlamentares para justificar pedidos de reembolso de despesas supostamente relacionadas ao exercício do mandato.

Imaginava-se, com bons motivos, que a transparência na prestação de contas do Congresso da rubrica da chamada verba indenizatória. Uma vez aberta a calha, os parlamentares pensariam duas vezes antes de usar recursos públicos como se privados fossem.

Parece inegável que, como regra, isso aconteceu. Mas tampouco se nega que a desfechada de alguns senadores não conhece limites.

Durante o ano passado, o Senado desembolsou R\$ 23,2 milhões para ressarcir os 81 membros da Casa de gastos com passagens aéreas, aluguel de escritório, alimentação, combustível e produção de material para divulgação do mandato. Faturas relativas a esses itens são descontadas de uma cota a que cada senador tem direito. O montante individual varia de R\$ 21 mil a R\$ 44 mil por mês, a depender do Estado de origem do congressista. Já é seria fácil questionar tal fundo em proveito de políticos busun-

dados em regalias. Além do salário de R\$ 26,7 mil, cada senador tem direito a cerca de R\$ 80 mil para contratar assessores, R\$ 3.800 de auxílio-moradia (ou apartamento funcional), reembolso de despesas médicas, carro com motorista e quase dois meses de férias. Não satisfeitos com tantas benesses, alguns parlamentares se julgam no direito de escarnecer do contribuinte que os sustenta. É isso o que, no fundo, fazem os senadores listados em reportagem publicada por esta **Folha** no domingo.

Entre outros, personagens bastante conhecidos como Jader Barbalho (PMDB-PA) e o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello (PTB-AL) consideram que podem apresentar notas fiscais saúpeitas — para dizer o mínimo — e ainda por cima se eximirem de dar explicações quando questionados.

O senador do Pará, por exemplo, recolheu R\$ 185 mil para criar e manter sua página pessoal na internet, um serviço que seus colegas contrataram por R\$ 15 mil, em média — e esse preço é pelo menos 50% maior que o de orçamentos recebidos pela reportagem.

Collor, por sua vez, diz ter usado R\$ 230 mil em segurança privada, mas, como ex-presidente, já tem à disposição quatro militares para essa finalidade.

Entende-se que tenham preferência o silêncio. Justificar tais dispêndios não seria tarefa fácil. Bem mais difícil, sem dúvida, é a que a Corregedoria do Senado e o Ministério Público têm diante de si.

### Irã em dissonância

Declarações recentes de autoridades iranianas diminuíram a expectativa de que se criou acerca da negociação de um acordo sobre o programa atômico persa.

Na semana passada, em entrevista à rede de TV americana CNN, o presidente do Irã, Hassan Rowhani, afirmou que seu governo não pretende destruir nenhuma centrífuga nuclear nem desativar o reator de água pesada de Arak, em te-

Antes, o ministro das Relações Exteriores do país, Mohammad Javad Zarif, havia declarado que, ao contrário do que os Estados Unidos sustentavam, Teerã não concordaria "em desmantelar nada".

Tais manifestações em nada contribuíram para a celebração de um pacto definitivo que substitua o tratado provisório em vigor desde 20 de janeiro. O documento, firmado em novembro entre o Irã e EUA, França, Reino Unido, Alemanha, China e Rússia, tem o propósito de distanciar a tecnologia de fabricação de um arsenal atômico.

Por ora, em troca de submeter suas instalações nucleares a inspeções mais rigorosas, diminuir o grau de pureza de enriquecimento do urânio a 3% — adequado apenas para a produção de energia — e inutilizar o estoque enriquecido acima desse nível, o país comandado pelo aiatolá Ali Khamenei rece-

berá cerca de US\$ 4,2 bilhões, verá algumas restrições econômicas serem abrandadas e, por seis meses, ficará livre de novas sanções. Embora veiculada por emissoras do EJA, a mensagem de Hassan Rowhani tinha como maior interessado o público iraniano — setores ultraconservadores da sociedade persa são contrários a qualquer acordo com o Ocidente.

Além desse aspecto ideológico, nada indica que a elite local tenha subitamente perdido o interesse em poder contar com armas atômicas. Evidência disso é o grande volume de recursos destinado ao programa nuclear, desmesurado em relação à produção energética.

Neste domingo, durante conferência internacional sobre segurança na Alemanha, o secretário de Estado dos EUA, John Kerry, encontrou-se a portas fechadas com o chanceler do Irã. Ao que parece, a conversa teve efeitos positivos.

Após a reunião, o ministro iraniano disse: "O que posso prometer é que vamos encerrar as negociações com vontade política e boa-fé para chegar a um acordo, porque seria muito tolo de nossa parte barganhar por apenas seis meses".

Foi um alívio — temporário — para a comunidade internacional. Mas, dentre as múltiplas facetas que o Irã tem apresentado, não se sabe qual, afinal, prevalecerá.



HELIO SCHWARTSMAN

VLADIMIR SAFATLE

### O beijo gay

**SÃO PAULO** - Sair, enfim, o tal do beijo gay na novela da Globo. Não creio que haja muito motivo para comemorar. A TV, como a cavalaria, é sempre a última a chegar. Se a cena foi veiculada no horário nobre, é porque a maioria da sociedade já não considera tal ato obsceno ou escandaloso. Pelo menos não muito.

Vejo com ceticismo, assim, os vaticínios dos que afirmam que o beijo televisado contribuirá para reduzir a homofobia no país. Tal efeito, se de fato passa de uma fantasia, apenas soma um grãozinho a um movimento mais amplo de aceitação que já está em curso há muito tempo e não tem data para acabar.

Nesse quesito, aliás, nós brasileiros não nos saímos tão mal. Embora carreguemos a cruz de ter sido o último país ocidental a abolir a escravidão, estamos entre os primeiros a resogar as leis que puniam o homossexualismo. Por aqui, a sodomia deixou de ser um ilícito em 1830, quando o Código Criminal do Império substituiu as Ordenações Filipi-

nas, que determinavam que os homossexuais fossem queimados vivos e "feitos por fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura houvesse memória, e todos os seus bens sejam confiscados para a Coroa de nossos Reinos".

A título de comparação, nas avançadas Suécia e Inglaterra, a prática só deixou de ser crime em 1948 e em 1967, respectivamente. Nos EUA, as leis contra a sodomia só foram plenamente revogadas em 2003 — e por decisão da Suprema Corte, não dos corpos legislativos estaduais.

Voltando ao beijo, houve, é claro, quem não gostasse. Como em qualquer distribuição normal, existe uma fração de gente mais conservadora que ainda chia diante desse tipo de imagem, mas esse é um grupo cuja importância política e demográfica é decrescente. De todo modo, eles têm à sua disposição o indefectível controle remoto. Se não gostam do que veem, são perfeitamente livres para mudar de canal ou até desligar a TV.

heliogued@br

ELIANE CANTANHÉDE

### 'Rolezinho' político

**BRASÍLIA** - O Brasil oficial só acordou mesmo depois que o Carnaval passa, mas já começou a espreguiçar ontem, com a reabertura do Judiciário e do Legislativo.

De manhã, Dilma aproveitou a posse dos novos ministros para mais um discurso de defesa de sua política econômica. Logo depois, veio a balança comercial: a pior em 20 anos.

À tarde, Henrique Alves e Renan Calheiros fizeram apaixonada defesa da Câmara e do Senado, depois da leitura longa e estéril da mensagem presidencial. Henrique desmentiu que o Congresso esteja "armando bombas" para explodir as contas públicas, e Renan entrou na onda: também há a bola dos militantes que

acampam na frente do tribunal em favor dos réus (só dois petistas). Teimoso, Barbosa insiste em não assinar o encerrado mandado de prisão do (ainda) deputado.

Mas a oposição também não tem o que comemorar: o ministro Marco Aurélio, relator do caso Arnesen no STF, foi logo avisando, já no primeiro dia, que não vai manter sigilo desse processo, que pega os tucanos de jeito em São Paulo.

E esse foi o menor problema do governador Geraldo Alckmin quando o Brasil oficial começou a encerrar 2014. Além do discurso do petista Alexandre Padilha sobre "heranças malditas", ao trocar a Saúde pela campanha paulista, Alckmin teve a notícia de que bandidos atacaram o carro em que estavam seu filho e sua neta no centro de São Paulo.

O drama é pessoal, e o risco, político. Enquanto Bagelo de favelas e periferias, a violência é só estatística, mas, quando chega às áreas nobres e aos poderosos, ganha destaque. E atinge em cheio as eleições.

CARLOS HEITOR CONTI

### DNA da espionagem

**RIO DE JANEIRO** - Bem antes de 1964, os serviços de informação e de inteligência do Departamento de Estado norte-americano já dispunham de tecnologia suficiente para rastrear o encerrado numa quarto de hospital de dois personagens secundários (ou nem isso) no episódio da deposição de João Goulart.

Em 1972, por ocasião do caso Watergate, já dispunham de recursos mais sofisticados para grampear conversas até mesmo no Salão Oval da Casa Branca. Podiam gravar, por interesse próprio ou para abastecer aliados em qualquer parte do mundo, criando assim condições para o seu desaparecimento.

Até o final dos anos 70, início dos 80, o clima não apenas na América Latina, mas na Ásia e na África era

condicionado prioritariamente pelo conceito de segurança do "mundo livre", cujo baluarte operacional político e militar era o próprio Departamento de Estado norte-americano.

Foram espionadas crises abertas durante o período, como a de 1962, quando os mísseis soviéticos instalados em Cuba ameaçavam os Estados Unidos, ou crises prolongadas em outros episódios, como as diversas ofensivas no Sudeste Asiático, a caça e a morte de Che Guevara na Bolívia, as revoltas estudantis em diversas capitais do Ocidente, a invasão da Tchecoslováquia, com o lançamento do Pacto de Varsóvia rolado suas esteras nas ruas de Praga, em conflitos localizados como a Guerra do Yom Kippur de 1973, com a consequente crise no abastecimento de petróleo, a deposição e o assassinato de Salvador Allende no Chile e o início da ditadura de Pinochet.

Dona Dilma Rousseff tem razões para reclamar da espionagem antes que seja tarde demais.

### Filmar o real

Foi de maneira brutal que o Brasil perdeu um dos seus melhores cineastas.

Eduardo Coutinho, assassinado no domingo passado, aos 80 anos, foi responsável por elevar o documentário a um dos gêneros fundamentais do cinema nacional contemporâneo, funcionando como um dos motores de reflexão sobre a linguagem cinematográfica entre nós.

Filmes como "Cabra Marcado para Morrer" (1985), "Edifício Master" (2002), "Peões" (2004) e "Jogo de Guerra" (2007) são, certamente, algumas das melhores obras cinematográficas produzidas no Brasil.

Emblemática é a dinâmica interna que gerou "Cabra Marcado para Morrer".

Em 1964, Coutinho começa a filmar a história do assassinato de João Pedro Teixeira, um dos líderes das Ligas Camponesas. Semanas depois do início da filmagem, o golpe militar eclode, vários membros de sua equipe são presos e o filme desaparece. Em 1981, os negativos são encontrados e Coutinho decide continuar o projeto, mas agora na forma de um documentário que retrata a trajetória da viúva de Teixeira e de seus filhos.

Essa mudança de direção para o documentário, cria-se um dos filmes mais fortes a respeito da liberdade subjetiva de viver em uma ditadura militar. Seu tempo não é tempo de fatos a serem descobertos ou das ficções narradas. Ele é o tempo do filme que interfere no presente e desencadeia elaborações que, até então, não puderam ser feitas.

Sua matéria-prima é o silêncio, o filme perdido, a vida cortada e a transformação do que se corta, do que se perde em um novo arranjo.

De certa forma, essa é a tônica de outro documentário maior produzido por Coutinho, a saber, "Peões". Seu assunto são as grandes greves do ABC paulista, nos anos 70.

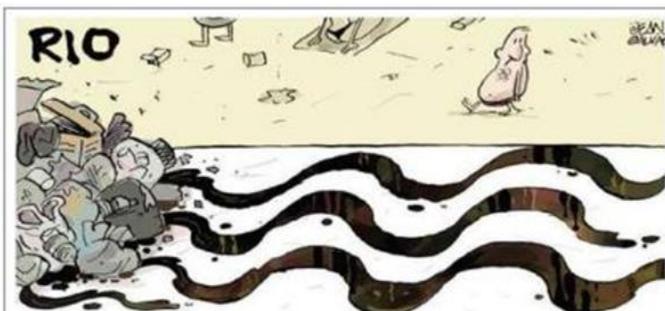
Greves que, a princípio, fracassaram, já que as reivindicações centrais dos trabalhadores não foram contempladas. Mas, ao contar a história de vários personagens "menores" da época, cujos nomes não foram parar nos livros de história, Coutinho consegue mostrar a transformação pela qual sujeitos passam ao viver um acontecimento ou, se quisermos, como sujeitos são produzidos por sua fidelidade a acontecimento.

Um dos filmes que mais me afetou, seu documentário mostra aquilo que o filósofo francês Gilles Deleuze (1925-1995) um dia nomeou de "o devir-revolucionário das pessoas".

Dessa maneira, os documentários de Eduardo Coutinho quebraram a dicotomia entre fato e ficção para instaurar uma categoria singular. Uma categoria performativa da produção, das imagens que produzem o que filmam.

Talvez não tenha sido por outro razão que, graças a obras como as dele, algumas das mais belas páginas da história do cinema nacional foram escritas.

VLADIMIR SAFATLE escreveu de terça-feira, 11 de fevereiro de 2014.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 09/03/2014

A2 opinião \* \* \* DOMINGO, 9 DE MARÇO DE 2014

FOLHA DE S. PAULO

FOILHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

EDITORIAIS

Água em estado crítico

Ações para garantir recursos hídricos não geram efeitos imediatos, mas problemas não são novos, e PSDB governa SP há quase 20 anos

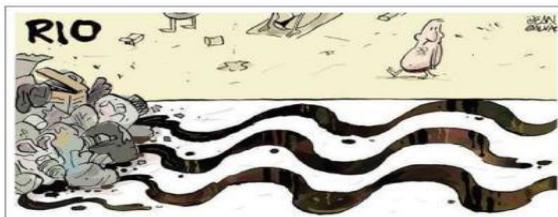
O abastecimento de água na Grande São Paulo chegou a um ponto crítico. A fim de evitar o racionamento e a exaustão do sistema Cantareira, são tomadas medidas extremadas, como investir em equipamentos para extrair as reservas restantes ou recorrer a represas menos esvaziadas da região. O racionamento seria sem dúvida um transtorno. O governo de Geraldo Alckmin (PSDB) não quer restringir o consumo d'água antes do final da estação de chuvas. As autoridades, porém, não deixam claro se a aposta na generosidade celeste é tecnicamente responsável. Caso não chova o bastante, essa demora pode causar ainda mais prejuízo no período de seca? Espera-se que o governo paulista não esteja penhorando o futuro no adiar, e não há como deixar, uma medida impopular. O debate deveria ir muito além da administração da emergência. Após uma década de relativa segurança nessa área, nota-se que o equilíbrio entre oferta e demanda de água é precário em São Paulo. Como observa a própria Sabesp, responsável pelo abastecimento metropolitano, a região padece de escassez semelhante à de localidades desérticas. A água disponível equivale a menos de 15% do patamar que a ONU considera crítico. Sabe-se ao menos desde 2009 que dois anos de seca levariam a

uma crise, cujas razões são conhecidas há décadas por especialistas. Parte do problema se deve ao crescimento insustentável da cidade: poluente e regressivo em termos ambientais. A despeito das recentes iniciativas de contenção ambiental, represas e rios da metrópole recebem esgotos e dejetos industriais. Tal situação é agravada pela ocupação desordenada das áreas de mananciais, em geral por segmentos mais carentes. Há desperdício na produção e no consumo. A perda da água na região metropolitana equivale a 40% da capacidade do sistema Cantareira, que abastece 8,8 milhões de pessoas. Vê-se nos rios o desperdício em atividades como lavagem de calçadas — sintoma de que o uso excessivo é ainda barato demais. Tratamento de esgoto e de poluentes industriais, redução de perdas, consumo racional e reutilização da água são medidas que obviamente levam décadas para surtir efeito. Mas esse é o tempo do desenvolvimento de infraestruturas eficientes — e não há como deixar de lembrar que o PSDB comanda o Estado de São Paulo desde 1995. A alternativa são crises periódicas de abastecimento, o encarecimento proibitivo das obras de captação e distribuição de água ou perdas econômicas devido a investimentos abortados pela escassez. Discute-se agora solução imediata. Espera-se, de fato, que o governo paulista coloque a prioridade à frente do calendário eleitoral. E que aproveite a oportunidade para mudar o modo como se encara o problema da água, até aqui tratado como um bem que cai dos céus.

Assessores a postos

Tirada nesta última semana, uma foto da prada de Ipanema pode acrescentar-se à coleção de peculiaridades que se verificam nos aeroportos, na segurança ou nas obras públicas, todas prontas a alimentar o pessimismo quanto ao estado do país quando começar a Copa. No belo cenário, o lixo extravassava de vastos recipientes cor de laranja, espalhando-se pela areia. A imagem mostra os efeitos da greve dos garis no Rio de Janeiro. A movimentação, mantida à revelia do sindicato (o qual aceitou reajuste de 9%), tem a adesão significativa de profissionais da categoria. A lei não lhes dá razão. A Justiça do Trabalho determinou sua volta ao trabalho, e — necessitando espantosamente de uma escolta privada — caminhões da companhia de limpeza procederam à tarefa de recolher o material acumulado. Uma partezinha ínfima desse lixo, enquanto isso, ganhou notoriedade especial. Foi arremessada, não se consegue ver diretamente onde, pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), enquanto ouvia um discurso em sua homenagem. O vídeo, de 15 de fevereiro, circulou na internet. Pelo que se relata, Paes comia uma fruta durante o discurso. Joga para o alto um pe-

daço; joga outro logo em seguida. Cabe lembrar que o prefeito tem se destacado, e chegou a crescer em popularidade, pela disposição punitiva com relação a comportamentos desse tipo. Numa versão da "tolerância zero" aplicada em outras cidades do mundo, determinou multas que vão até R\$ 3.000 para quem jogar lixo na rua. Dado o constrangimento da situação, a prefeitura produziu nota oficial. Argumenta que o pedacinho de fruta não foi filmado no momento em que chegou ao solo. Paes, provavelmente, teria arremessado o detrito na direção de uma lixeira mais afastada, ou para quem um de seus assessores (provavelmente treinado em peteca ou vôlei) de posse de um pedaço de papel ou do prato) colhesse o resíduo e o depositasse no local adequado. A nota pode ir, entretanto, para o cesto de papéis, uma vez que o prefeito — num lance de espírito esportivo — determinou que se fosse aplicada a multa devida. Seria péssimo, de fato, se todos os infratores recorressem de punições semelhantes com esse tipo de argumento. Mas assessores de políticos são para isso mesmo: se não recolhem a sujeira a tempo, tratam ao menos de tentar limpar das mãos de quem a produziu.



Enxugando gelo

SÃO PAULO - Quando uma pessoa quer muito fazer algo irracional, é difícil impedi-la. Informação e persuasão só funcionam até certo ponto. Barreiras legais produzem algum efeito, mas elas vêm com um custo, tanto econômico como em termos de redução de liberdade que é pago pelo conjunto da sociedade. Faço essas reflexões após ler o recém-divulgado informe anual de 2013 do Conselho Internacional de Controle de Narcóticos, ligado à ONU. Como sempre, o foco principal do relatório é tentar justificar a própria existência do conselho, a cada ano mais espremido entre os resultados nada brilhantes da política de guerra às drogas por ele despojada e a tendência de países desenvolvidos de adotar posições liberalizantes. O informe busca salvar a atuação do órgão afirmando que, não fosse pela linha proibicionista, o número total de dependentes químicos no mundo seria muito maior. Isso é em parte verdade. Se todas as drogas fossem legalizadas, mais gente as utili-

zaria e, com a maior exposição, é razoável esperar que houvesse aumento na proporção dos viciados. A questão é que ninguém sabe o grau em que isso ocorreria. Para uma linha de estudos mais pessimista, não há limite para o vício. Se 100% de uma população for submetida a um regime de ingestão forçada de drogas, ao cabo de algumas semanas teremos 100% de dependentes. Para outros, porém, em condições naturais, isto é, sem a dieta obrigatória, o vício se torna um fenômeno bem mais raro. Na verdade, como sugerem alguns estudos, a grande maioria dos usuários de drogas são variadas como álcool, heroína e crack jamais se torna dependente. Se o segundo grupo tem razão, fica ainda mais difícil defender a linha proibicionista, que nos leva a gastar bilhões de dólares por ano e entrega, na melhor das hipóteses, uma estabilidade relativa na proporção de dependentes. É enxugar gelo a um custo financeiro e social exorbitante. helioguest.com.br

Administrar as diferenças

Em viagens à África, fiquei impressionado com Botswana, país organizado, próspero em termos regionais, democrático, com instituições relativamente estáveis e ausência de tensões étnicas e conflitos comuns no continente. A explicação mais sensível é que as fronteiras de Botswana foram estabelecidas de forma autônoma em linhas étnicas e culturais, ao contrário do padrão imposto pelas potências coloniais, que misturaram segundo seus interesses, etnias e culturas diferentes ou mesmo antagonistas. Essa difícil convivência cobra, até hoje, preço enorme em vidas, bem-estar e produção. Há, normalmente, grande resistência ao separatismo. Dá-se grande valor à preservação das integridades territoriais dos países. Mas recente análise da história mostra que isso nem sempre é correto. Na antiga Tchecoslováquia, tchecos e eslovacos se separaram pacificamente tão logo se tornaram senhores de seu destino. República Tcheca e Eslováquia são hoje nações prósperas e ativas no âmbito europeu. Já na Jugoslávia, outra criação artificial, a separação foi sangrenta. Mas, vencida a etapa brutal e desumana dos conflitos, Croácia, Bósnia, Macedônia, Montenegro, Eslovênia e Sérvia são hoje países estáveis. Há também povos de culturas distintas vivendo bem juntos. Exemplo mais importante é o da Suíça, onde alemães, franceses e italianos convivem num país próspero, democrático e estável. Na Bélgica, grandes tensões políticas entre flamengos e franceses não minam a paz e a prosperidade nacional. Há povos artificialmente separados tendem a se reagrupar, como no caso das Alemanha Ocidental e Oriental, reunificadas assim que possível. São exemplos europeus adequados à reflexão sobre a crise na Ucrânia e o separatismo na Crimeia. É preciso distinguir diferentes contextos. De um lado, a questão geopolítica da Rússia, que tem dificuldade em aceitar seu poder cadente e um histórico de truculência na preservação de territórios e áreas de influência — como fizeram muitas grandes potências no passado. Por outro lado, a Crimeia tem maioria de origem russa que pode preferir ser parte da Rússia que da Ucrânia. Aliás, a Crimeia era parte da Rússia até 1954, quando foi anexada à Ucrânia por ordem do líder soviético Nikita Krushchev (1894-1971). Mas um referendo marcado por intimidação e suspêndas de fraude pode não ser uma solução adequada. O fundamental é levar em conta todos os fatores da complexa equação ucraniana. A reação contra a truculência do presidente da Rússia, Vladimir Putin, é apropriada. Mas deve-se também respeitar os desejos e a tradição cultural dos russos da Crimeia. HENRIQUE MEIRELLES escreve aos domingos.

Itamaraty à sombra

BRASÍLIA - A crise na Venezuela encanera de uma vez por todas a política externa (como tudo) é exclusividade de Dilma Rousseff, e seu operador é o assessor Marco Aurélio Garcia, principal quadro do PT para a área internacional. E o Itamaraty? O Itamaraty, como as Forças Armadas, bate continência. Assim como o Brasil é, antes de tudo, um forte, diplomatas e militares são, antes de tudo, carreiristas de Estado que cumprem ordens. Nunca isso ficou tão ostensivo. Caracas e grandes cidades venezuelanas estão em chamas, acumulando, até a sexta-feira, 20 mortos, 300 feridos e uma multidão de mortos — incluindo jornalistas. Não se prega a queda do presidente Maduro, mas ele tem de dialogar e ceder. O governo brasileiro, porém, prefere olhar o lado de Maduro a arriscar uma visão mais panorâmica que abraça oposição e manifestantes. Se é assim, os vizinhos tinham de ter apoiado Collier contra os carapintadas? Ou depende da cor?

Em entrevista à Telesur, rede de televisão criada por Chávez, o chanceler venezuelano, Elias Jaua, agradeceu o apoio: "Recebemos, por meio de Marco Aurélio Garcia, a mensagem clara e firme do governo do Brasil, rechaçando a violência como forma de fazer política e oferecendo sua colaboração". Equívoco Garcia, em paralelo às certimônias de um ano de morte de Chávez, transmitiu o loco-apoiado ao regime Maduro, o Itamaraty aguardava as ordens em Brasília. Não se faz mais diplomacia como antigamente, quando recados eram dados, não por um assessor, mas pelo presidente, pelo chanceler ou pelo embaixador no país. A diplomacia cedeu aos partidos. O apoio do governo do Brasil não foi só retórico, foi prático: ajudou a escanear os EUA de qualquer tipo de negociação e a articular uma reunião da Unasul pró-Maduro. Resta saber se essa posição do governo é também a do próprio Brasil — ou seja, a dos brasileiros.

A eternidade do minuto

RIO DE JANEIRO - O teto era creme, as paredes eram creme, o chão estava revestido de placas em cor amarelada que parecia creme. Uma calçada nunca uma calçada ou quarto, na qual tudo era creme, menos o leito, branco, que se destacava como peça maior do complicado labirinto de aparelhos que faziam um barulho suave mas irritante. Na tela de pequenos monitores moviam-se pontos e linhas de luz, lacras verdes e trêmulas, números apareciam e desapareciam, marcando as batidas do coração, a temperatura do corpo, a pressão do sangue em suas veias adormecidas. Sentia-se mais fatigado ao olhar aquele mundo creme, asséptico e gelado, preferia se distrair com a ampola de plástico pendurada na haste também creme, o sono escorria lentamente, penetrando goia a goia na artéria inchada de seu braço. Pior do que o mundo creme, do que o mundo dos aparelhos era o tempo. Tempo que não passava, se ele

olhasse para o lado, veria o relógio redondo, ele também creme, sempre o creme e sempre o também, marcando com má vontade um tempo que não passava. Ele se controlava para não olhar o relógio, só assim teria a impressão de que o tempo andava. Não adiantava espicar um olhar do outro, imaginava que passara uma hora, talvez, o relógio andava cinco, dez minutos. Noites que eram iguais aos dias, não havia diferença, o mundo estava sempre creme, a luz era sempre a mesma, nem forte nem fraca, e o ruído dos aparelhos aumentava a eternidade do tempo que não andava, cada minuto igual ao outro, como se fosse um único, um eterno minuto. Apesar de adormecido pelos remédios, sentia que sua casa-corpo voltara a ser habitada por ele. Não, nada disso, ele era uma mistura imprecisa, um blend fabricado por outros, pelo Estado, pelo Registro Civil, pela família, pelo mercado. Quem habitava a casa-corpo era um "eu" desconhecido,

# ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 06/04/2014

A2 opinião \* \* \* DOMINGO, 6 DE ABRIL DE 2014

FOLHA DE S. PAULO

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUÍZ FERRAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FERRAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MARCELLO TEIXEIRA MENDES e JÜRGEN BRITO  
Editor-executivo: SÉRGIO MIVILA  
Conselho Editorial: HENRIQUE CEAR de CECILIANA LEITE, MARCELO COELHO, JANDY DE FREITAS, CLÓVIS BOSSA, CARLOS HEITOR CONTI, CELSO PINTO, ANTONIO MARCELLO TEIXEIRA MENDES, LUÍZ FERRAS e OTAVIO FERRAS FILHO (presidente)  
Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (gerente), MERLEO BUSIATI (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (divulgação) e EDUARDO ALCANTARA (circulação e custos operacionais)

### EDITORIAIS

## Incerteza crescente

**Pesquisa Datafolha aponta perda de prestígio da presidente Dilma Rousseff e indica cenário eleitoral cada vez mais indefinido**

O prestígio da presidente Dilma Rousseff degradou-se de modo relevante entre fevereiro e o início deste mês, indica pesquisa Datafolha. A avaliação do governo está em baixa, menos eleitores preferem votar na pré-candidata petista e houve deterioração considerável das expectativas econômicas.

Ainda assim, a presidente vencerá a eleição no primeiro turno em uma disputa com os atuais pré-candidatos, os quais não se beneficiaram do desgaste do governo.

Decreto Dilma teria menos votos que seu padrinho, o ex-presidente Lula; teria de enfrentar um segundo turno caso Marina Silva tomasse o lugar de Eduardo Campos na chapa do PSB. A conjunção de declínio nas pesquisas com a torrente de adversidades na política e na economia deve realimentar a especulação a respeito de mudanças na chapa governista.

Diminuiu de 43% para 36% a parcela do eleitorado que avalia o governo como ótimo ou bom. Resoluiu-se, porém, que desde novembro difunde-se com rapidez a opinião de que a gestão Dilma é ruim ou péssima, ora em 29%. A diferença entre os "ótimo/bom" e os "ruim/péssimo" baixou portanto a 11 pontos, a menor desde junho de 2013, quando chegou a cinco.

No conjunto da pesquisa, aliás, a avaliação do governo e as expectativas dos brasileiros voltaram a

ficar muito próximas do nível de crítica e pessimismo registrado no mês das grandes manifestações.

No caso das expectativas de inflação, o pessimismo é até mais intenso que o verificado no sistema de 2013. Na verdade, não era tão exacerbado desde os graves choques econômicos da desvalorização do real, em 1999, ou do racionamento de eletricidade, em 2001.

Nem sempre a percepção de piora na economia está associada a fatos econômicos. Crises como a revelação do mensalão ou os protestos de junho, por exemplo, suscitaram incerteza e pessimismo. Além disso, apesar das acerbias críticas à política econômica e da inflação reinante, não houve deterioração das condições de vida, mas redução do ritmo de melhorias.

Para 65% dos entrevistados, todavia, a inflação aumentará, ante 56% em junho; para 42%, haverá mais desemprego, ante 44% em meados do ano passado.

Há decepção com a presidente: 63% consideram que Dilma Rousseff fez menos do que se espera pelo país, opinião que flutuava em torno de 37% até meados do ano passado. O eleitorado, entretanto, não transferiu votos para a oposição. Ademais, cerca de 29% dos entrevistados não votariam em nenhum dos atuais nomes.

O eleitorado ora daria folga de vitória a Dilma Rousseff. Mas as pesquisas registram desde junho volatilidade das emoções políticas e um não-sei-quê de desapego de mudança ainda insatisfeito pelo cenário político de agora. Em suma, aumentou a incerteza a respeito do resultado da eleição.

## Santos de além-mar

No final do século 19, o padre cearense Cícero Romão Batista (1844-1934) foi punido pelo Vaticano por insistir em que uma beata de sua Juazeiro do Norte transformava hósta em sangue de Jesus Cristo. "Nosso Senhor não deixa a França para obrar milagres no Brasil", disse à época a um sacerdote europeu que vivia em Fortaleza.

Oitenta anos após a morte de Cícero, que acabou excomungado, o Vaticano canonizou, na quinta-feira, o terceiro santo que viveu em terras brasileiras: o jesuíta José de Anchieta (1534-1597).

Nascido na Espanha, Anchieta chegou à incipiente colônia portuguesa aos 19 anos, onde se notabilizou pela catequização de indígenas. Entre seus muitos feitos, participou da fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga, em 1554, no centro da atual capital paulista.

Mas, à diferença de madre Paulina (1862-1942) e de frei Galvão (1739-1822), padre Anchieta não teve dois milagres comprovados; sua canonização veio graças a um decreto do papa Francisco — um recorde na "promoção" de santos.

O processo resultou de pedido que o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Raymond Damasceno,

fez ao papa durante visita de Francisco à Aparecida (180 km de São Paulo), em julho de 2013, conforme noticiado pela revista "Veja".

A diferença nos tratamentos do padre Cícero e da canonização do padre Anchieta mostra expressivas mudanças no Vaticano nas últimas décadas — período curto para uma instituição como a Igreja Católica.

Sé, no século 19, Cícero viajou a Roma para tentar, em vão, convencer o papa Leão 13 sobre o milagre de Juazeiro, agora a solicitação atendida se deu em solo brasileiro.

Com o primeiro papa latino-americano da história, são claros os sinais de que a igreja reorienta sua prioridade para fora da Europa. O movimento deve favorecer até Cícero. Tramita, no Vaticano, um processo para reabilitar o religioso cearense. A iniciativa é promovida pelo papa Bento 16 e conta com o apoio maciço da CNBB. Em quantidade de santos, o Brasil, país de maior população católica no mundo, dificilmente alcançará a Itália, que conta seus canonizados às centenas. Mas o Vaticano, talvez tardiamente, percebeu que a sobrevivência e o avanço do catolicismo dependem de mais gestos simbólicos para cativar os fiéis de além-mar.

## ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL



## Deveres da amizade

**SÃO PAULO** — "A Filosofia Como Crítica da Cultura", de Paulo Ghiraldelli Jr., é um livro provocante. Trata-se de um conjunto de pequenos ensaios sobre temas variados, que vão do Fica-a-Pau (Woody Woodpecker) a petiguetes, sem deixar de passar por Kant, Pascal e Jesus, como convém a um filósofo.

Como não dá para comentar tudo, concentro-me no ensaio sobre a amizade, que levanta uma questão recorrente em meus artigos: é possível ser justo e leal para com os amigos ao mesmo tempo?

É claro que tudo depende de como definimos os termos, mas não é de hoje que filósofos apontam uma incompatibilidade entre o relacionamento especial que caracteriza a amizade e os princípios morais exigidos por alguns dos principais sistemas éticos. É impossível, por exemplo, ser totalmente imparcial, como cobra o consequencialismo, e dar preferência às necessidades dos amigos. Ou, num exemplo ainda mais dramático, bolido por Michael Slote, o bom kamikaze que vai todos os dias visitar o amigo que se recupera no hospital porque acha que este é seu dever acaba rebaixando a amizade, ao colocar a ideia de dever acima do interesse genuíno pela pessoa física do paciente.

Ghiraldelli, sem deixar de reconhecer a dificuldade, fica com os amigos, atribuindo grande parte da confusão a uma banalização dos vários significados de "amor" e "philia" (amizade). Pode ser, mas tenho uma visão um pouco mais trágica. Acho que nosso senso moral é o resultado não projetado de diferentes pressões seletivas, o que praticamente nos condena a ficar pulando de um sistema ético para outro sem jamais satisfazer nossas intuições.

**ELIANE CANTANHÊDE**  
Luz amarela para Dilma

**BRASÍLIA** — A dianteira de Dilma Rousseff na corrida presidencial continua restrito bravamente à onda de desastres na economia, na política e na gestão e à vaga que derrubou sua imagem de "gerentona". Mas o Datafolha lançou um sinal amarelo sobre essa dianteira.

A seis meses das eleições, as tendências importam mais do que os dados isolados e há sinais de alerta para Dilma e seu staff.

- 1 - A aprovação do governo caiu cinco pontos e 63% consideram que Dilma fez menos do que o esperado (antes, esse percentual variava de 34% a 42%). Sua nota média é 5,9.
- 2 - Os que mais recuam na aprovação ao governo e a Dilma são os que têm renda entre dois e cinco salários mínimos e acima de dez.
- 3 - A queda mais visível é no Sudeste, no Norte e no Centro-Oeste. O Sudeste é reativo por ser populoso e irradial de percepções.
- 4 - No cenário com todos os atuais dez candidatos — que é o mais provável — Dilma caiu seis pontos em relação a fevereiro, ficando com 38%. 5 - Seus adversários diretos, Aécio Neves (16%) e Eduardo Campos (10%), não lucraram com a queda, mas o pastor Everaldo Pereira, do PSC, tem 2% e pode crescer e ganhar significado na definição de um segundo turno. A força de atração dos evangélicos não deve desaparecer.
- 6 - Nesse cenário mais completo, 20% votariam em branco ou nulo e 2% não opinaram. É um forte contingente insatisfeito ou indiferente. Em suma, a ser conquistado.
- 7 - Dado interessante: se a disputa fosse hoje só entre Dilma, Aécio e Campos, eles ficariam embolados com os brancos e nulos na faixa dos mais escolarizados. Dilma com 25%, Aécio com 26%, Campos com 19%, brancos e nulos com 27%.

A dúvida é se o desgaste de Dilma e de seu governo entre os mais bem informados irá decantar para as demais falsas semanas-seis meses e a partir do início oficial da campanha. Disso depende haver ou não segundo turno, o chave do sucesso de Dilma.

**HENRIQUE MEIRELLES**  
Saída à francesa

São fascinantes as guindas e os dilemas do governo do Partido Socialista francês. Enquanto diversos países europeus adotaram políticas de austeridade depois da crise para recuperar capacidade de crescimento em bases mais estáveis, a França ficou no meio do caminho.

No ano de 2012, com a eleição do presidente socialista François Hollande, o governo francês adotou uma política pré-crescimento que, na prática, significou menor austeridade fiscal, tentando fazer um ajuste mais suave via, por exemplo, aumento de impostos dos mais ricos.

Não funcionou. A França não voltou a crescer nas taxas almeçadas, e os socialistas perderam as eleições municipais no mês passado.

Agora que os países austeros crescem com mais vigor, Hollande, empurrado pela direita nas urnas, anuncia guindada liberal. Promete austeridade e políticas de aumento da produtividade e do nível de eficiência da economia. No ato seguinte, ele nomeia um primeiro ministro, traz grande aprovação entre os beneficiados. E não há dúvida de que a injeção de recurso público eleva o consumo e a atividade econômica.

Mas o aumento da despesa pública tem limitações importantes. Quando o consumo cresce mais do que a oferta (produção), esse gasto pressiona a inflação, como vemos no Brasil. E se a arrecadação não acompanha o crescimento do Estado aumenta, o que reduz o crescimento com o passar do tempo.

A partir de certos patamares, o custo da dívida pública cresce, o que faz o Estado sugar uma parcela cada vez maior da poupança do país para financiá-la. Isso compromete o consumo e os investimentos e ainda cria incerteza sobre a capacidade do Estado de se financiar e investir.

E por isso que outros países europeus, referendados pelos eleitores, preferiram a austeridade, como Alemanha, Espanha, Portugal e Irlanda.

Esses países conjugaram austeridade fiscal com o que de fato são políticas de crescimento, isto é, políticas que aumentam a produtividade, como redução da burocracia e da complexidade fiscal, incentivos ao investimento e reformas trabalhistas para baratar a produção.

A nação francesa, agora, parece buscar esse caminho, apesar da forte oposição ideológica de setores do Partido Socialista.

Para nós, no Brasil, a observação desse cenário europeu é de extrema utilidade.



1/10/2014

Folha de S.Paulo - Edição de 04/05/2014

A2 opinião \* \* \* DOMINGO, 4 DE MAIO DE 2014

FOLHA DE S.PAULO

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FRASS FILHO  
Supervisor-Geral: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor-Executivo: SÉRGIO BAVILLA  
Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANILO DE FREITAS, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINHEIRO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS e OTAVIO FRASS FILHO (solicitante)  
Diretor-Geral: ANTONIO CARLOS DE MOURA GOMES/ALVARO, MURILLO BISSINI (solicitante), MARCELO BACALINI GOMES/ALVARO (solicitante) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

### CPI em dose dupla

É verdade que os sinais de aparelhamento e desvio na Petrobras são alarmantes, mas duas comissões para investigar já é demais

Depois de frustrar-se a tentativa de agregar à CPI da Petrobras assuntos em tudo alheios à empresa, o presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), mudou de ideia no sentido de reduzir os danos que as apurações possam impor ao governo e à candidatura da presidente Dilma Rousseff à reeleição.

O cenário mudou quando a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, acatou, em decisão preliminar, um recurso da oposição contrário à manobra governista. Ainda que indícios relativos à formação de cartel no Metrô paulista ou à irregularidade na construção do Porto de Suape, em Pernambuco, justifiquem investigações separadas, seria um desperdício acrescentá-las ao caso da Petrobras. O expediente governista tinha o único propósito de apostar na confusão e criar constrangimentos para os pré-candidatos oposicionistas Eduardo Campos (PSB-PE) e Aécio Neves (PSDB-MG).

Embora tenha decidido recorrer ao pleno do STF, Calheiros vê-se agora compelido a providenciar a instalação do inquérito. Melhor dizendo, em nova manobra, encaminha nada menos que duas CPIS, uma do Senado e outra mista, com parlamentares de ambas as Casas. Para o governo, o melhor — ou o

menos pior — seria manter apenas a primeira, uma vez que tem mais força política entre senadores do que na Câmara. Não por acaso, o presidente do Congresso procura dar prioridade à CPI do Senado, que deseja ver em funcionamento já nesta semana.

Quando a comissão mista, dependerá de decisões a serem tomadas em reunião das lideranças partidárias. Quanto mais tarde vier a funcionar, mais conveniente para o governo. Em junho as atenções voltam-se para a Copa do Mundo; na sequência, o Congresso começa a diminuir seu ritmo em razão da proximidade das eleições.

A criação de CPIS nas duas Casas para investigar o mesmo assunto não é novidade no Congresso, mas a sobreposição, no caso, pode ser revelar contraproducente. Uma comissão mista, com deputados e senadores, parece tornar dispensável uma outra exclusiva do Senado. O assunto ainda não foi definido. Calheiros diz que é uma decisão política, a ser tomada depois de ouvir os partidos.

Enquanto prosseguem as escarificações, em clima de disputa eleitoral, o país aguarda os necessários esclarecimentos sobre a gestão da Petrobras. É de esperar que após essas idéias vindas, uma CPI — seja qual for — contribua efetivamente para isso.

Os acontecimentos que cercaram a compra da refinaria de Pasadena permanecem obscuros. Os sinais de aparelhamento e desvios na empresa são preocupantes.

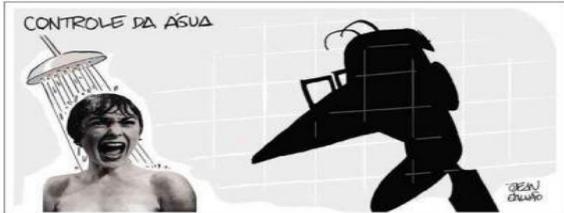
de fazer tudo o que a lei não proíbe, o poder público só pode fazer aquilo que a legislação autorize. E não há previsão legal para submeter nenhum cidadão a buscas corporais agressivas sem que exista pelo menos uma suspeita fundamentada. Há limites para o poder discricionário das autoridades.

O quadro se torna ainda mais escandaloso quando se considera que os resultados desses abusos em série ficam em algum ponto entre o parco e o nulo.

Dados da Secretaria de Administração Penitenciária do governo paulista relativos a 2012 revelam que as revistas não levaram ao confisco de nenhuma arma e responderam por apenas 8% das prisões em flagrante de drogas em penitenciárias e 3,3% das celulares.

Mais em Goiás e no Espírito Santo, que abeliram as modalidades mais benéficas de revista, não se verificou aumento nas apreensões de itens ilícitos em posse de presos nem deterioração perceptível da segurança nas cadeias.

Presidiários não estão entre as categorias mais benéficas pela sociedade, daí que a forma pela qual são tratados representa um bom indicador do grau de civilização de um país. Nesse aspecto, não faltam no Brasil demonstrações de barbárie.



### O milagre da santidade

SÃO PAULO - As relações entre ciência e religião são uma coisa complicada. Na comparação com outros credos e denominações, a Igreja Católica até que não se sai tão mal. Apesar do que fizeram com Galileu e outros cientistas, os católicos têm pontos a seu favor. Criaram as universidades e, através de algumas ordens muito atuantes na educação, ajudaram a disseminar o saber.

É meio estranho, portanto, o mau uso que a igreja faz da ciência nos processos de canonização, como o que acaba de ocorrer João 23 e João Paulo 2º à condição de santos.

O Vaticano afirma valer-se de critérios rígidos para certificar os milagres atribuídos aos candidatos. São utilizadas até comissões de médicos e cientistas que atestem que o fenômeno em questão não tem explicação natural. É aí que o bicho pega.

Numa definição forte, só seriam milagrosos os eventos que contrariassem leis naturais. Coisas como parar a rotação da Terra. Mas a própria igreja diz que esse gênero de milagre é raro.

Menos comuns seriam aqueles não negada, mas que não deveriam ocorrer naquele caso preciso. É aí que entram as curas inexplicáveis, muito usadas nas canonizações.

O problema da igreja é que, ao apoiar-se na ciência para certificar que um milagre ocorreu, ela nega uma das principais características do método científico, que é jamais proclamar verdades eternas. Em ciência, tudo é necessariamente provisório.

É isso deita a santidade perigosamente à mercê do avanço tecnológico.

No século 18, quando o grosso das atuais regras de canonização começou a valer, uma máquina voadora seria tomada como indício inequívoco de milagre. Mas basta entrar num aeroporto moderno para constatar que o voo humano se tornou rotina.

De modo análogo, a cura misteriosa de hoje talvez possa ser facilmente explicada amanhã. Será que, neste caso, a igreja teria de cassar o título hagiológico de alguns santos?

heliog@folha.com.br

### Como vencer no trabalho

Particpei de seminário de uma confederação de trabalhadores para esboçar o 1º de Maio, focado em temas como produtividade, crescimento econômico e o papel do trabalhador na economia hoje. Uma celebração eficaz na defesa dos interesses dos trabalhadores e também de toda a sociedade.

A grande diversidade econômica e cultural do Brasil dificulta a compreensão do país. Como na piada que li outro dia, que diz que a meta nacional seria nenhum brasileiro mais precisar trabalhar, todos penitenciados nas tetas do Estado. Embora essa cultura possa prevalecer em alguns setores, não é um traço nacional.

De fato, enfrentamos o desafio da produtividade. O vigoroso crescimento da década passada, com aumento da classe média de 66 milhões de pessoas em 2002 para 120 milhões em 2014, gerou uma demanda não atendida por investimentos em produtividade, particularmente os feitos em infraestrutura. Já o crescimento acelerado do emprego sem oferta de treinamento na mesma dimensão significa falta de incentivo e baixa qualificação em parte da mão de obra.

Mas existe uma massa enorme de profissionais produtivos e laboriosos de todas as classes espalhada pelo país. Com educação, treinamento e condições de desenvolvimento, eles rivalizam com trabalhadores de qualquer nação. A indústria aeronáutica e o agronegócio mostram esse potencial.

Na aeronáutica, tudo começou no Vale do Paraíba (SP) com o Centro Tecnológico Aeroespacial e o ITA, uma escola de engenharia de excelência internacional. De lá saiu a Embraer, que, depois de privatizada, tornou-se líder global justamente por estar em região com infraestrutura e profissionais qualificados no setor. É o conceito de "cluster", como no Vale do Silício, que se tornou berço tecnológico global reunindo escolas, infraestrutura e mão de obra altamente qualificadas.

Na agropecuária brasileira, a Embrapa iniciou décadas atrás pesquisas seminais para desenvolver a produção agrícola no cerrado com especialistas formados em escolas de alto nível como Esalq, Uvosa e outras. Agricultores experientes do sul do país em busca de terras e oportunidades no Centro-Oeste usaram essa tecnologia nova para revolucionar a economia brasileira e a agricultura tropical no mundo.

Agricultura e aeronáutica exemplificam o desempenho de trabalhadores brasileiros mesmo enfrentando as difíceis condições de transporte, saúde e segurança que atrapalham todos os setores.

Assim como venceu a batalha pela estabilidade econômica e empregou milhões de pessoas, o Brasil pode e precisa vencer a batalha de trabalho, que é a revolução da produtividade.

O sucesso da aeronáutica e da agropecuária prova que os brasileiros são capazes de liderar mercados altamente competitivos.

henrique@meirelles.com.br

### A chapa Aécio-Serra

BRASÍLIA - Ninguém acreditava, mas a possibilidade de José Serra ser candidato a vice na chapa de Aécio Neves é real e está crescendo.

Significa que Serra pode dar a Aécio o que Aécio negou a Serra em 2010, com enorme impacto negativo na campanha nacional de então.

A oposição, claro, não é fácil e embute vantagens e desvantagens tanto para um quanto para outro. Mas é o que melhor se apresenta para ambos, num momento de grande ânimo nas oposições diante da queda de Dilma nas pesquisas e do salvamento quem puder governista.

As principais vantagens para Aécio, ao agregar Serra como vice, seriam fortalecer a campanha em São Paulo, surfar no recall do nome dele e conferir um ar, digamos, mais maduro à chapa puro-sangue.

A desvantagem é que Serra não tem um temperamento nada fácil e ninguém — muito menos Aécio — pode esperar que seja um vice humilde, silencioso e omissivo nos debates sempre acalorados de campanha.

Se Aécio não vencer a eleição, o que Serra tem a perder? Na verdade, muito pouco. A candidatura a vice é pegar ou largar.

A desvantagem? Ele vai ter que engolir o próprio orgulho em seco, esquivando os traumas e as desfeitas de Aécio em Minas em 2010. Afinal, a união não é por amor, é por pragmatismo e cálculo político e individual.

Na avaliação oposicionista, desde 2002 não há tanta chance de vitória, mas para Aécio ou para Eduardo Campos? As pesquisas dizem.

Se Aécio não vencer a eleição, o que Serra tem a perder? Na verdade, muito pouco. A candidatura a vice é pegar ou largar.

carlos@heitor.com.br

### Barbárie íntima

É rastreador o relato do repórter Lucas Ferraz no caderno "Iustríssima", desta Folha, sobre as humilhações a que são submetidos os parentes de presos quando tentam visitá-los.

Em alguns Estados, sobretudo nas mulheres são rotineiramente obrigadas a enfrentar constrangedoras revistas íntimas.

São também, com frequência, vítimas da arbitrariedade aleatória dos agentes carcerários que organizam as visitas. Estes decidem até quais tipos de roupa podem ser utilizadas pelos parentes de presos.

Tal situação representa uma violação da ordem democrática, já que solapa os princípios da presunção da inocência e da restrição da pena à pessoa do condenado, garantidos pela Constituição.

Os abusos são de tal ordem que chamaram a atenção de organizações de direitos humanos, da Defensoria Pública e também de alguns políticos.

Tramita atualmente no Congresso o projeto de lei nº 480/2013, que prevê o fim da revista íntima.

Embora a proposta seja bem-vinda e deva ser aprovada sem mais delongas, é importante notar que ela denota um fracasso institucional. Em teoria, a vedação explícita seria desnecessária.

Ao contrário do cidadão, que po-

de fazer tudo o que a lei não proíbe, o poder público só pode fazer aquilo que a legislação autorize. E não há previsão legal para submeter nenhum cidadão a buscas corporais agressivas sem que exista pelo menos uma suspeita fundamentada. Há limites para o poder discricionário das autoridades.

O quadro se torna ainda mais escandaloso quando se considera que os resultados desses abusos em série ficam em algum ponto entre o parco e o nulo.

Dados da Secretaria de Administração Penitenciária do governo paulista relativos a 2012 revelam que as revistas não levaram ao confisco de nenhuma arma e responderam por apenas 8% das prisões em flagrante de drogas em penitenciárias e 3,3% das celulares.

Mais em Goiás e no Espírito Santo, que abeliram as modalidades mais benéficas de revista, não se verificou aumento nas apreensões de itens ilícitos em posse de presos nem deterioração perceptível da segurança nas cadeias.

Presidiários não estão entre as categorias mais benéficas pela sociedade, daí que a forma pela qual são tratados representa um bom indicador do grau de civilização de um país. Nesse aspecto, não faltam no Brasil demonstrações de barbárie.

Este ano, a tônica foram as vaiações que os camaradas deram às autoridades federais, estaduais e municipais. Com os suculentos escândalos

de fazer tudo o que a lei não proíbe, o poder público só pode fazer aquilo que a legislação autorize. E não há previsão legal para submeter nenhum cidadão a buscas corporais agressivas sem que exista pelo menos uma suspeita fundamentada. Há limites para o poder discricionário das autoridades.

carlos@heitor.com.br



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 01/06/2014

A4 opinião ★ ★ ★ DOMINGO, 1º DE JUNHO DE 2014

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANTÍ S.A.

Presidente: LUIZ FRAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FRAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MARCEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
 Editor executivo: SÉRGIO DAMILA  
 Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, LINDO DE FREITAS, CLAUDIO ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CRIZO PONTI, ANTONIO MARCEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRAS E OTAVIO FRAS FILHO (coordenador)  
 Diretor de operações: ANTONIO CARLOS DE MOURA E COMENHAI, MARCELO RIBEIRO (circulação), MARCELO MACIACHO GONCALVES (desenho) E EDUARDO ALCANTAR (apresentação e revisão gráfica)

## EDITORIAIS

editoria@folha.com.br

### Pecados econômicos

**Taxa de juros novamente em dois dígitos, com inflação alta e PIB em marcha lenta são testemunho do fracasso da gestão Dilma Rousseff**

O Comitê de Política Monetária reuniu-se nesta semana para fixar a taxa básica de juros da economia. Como ocorreu nos demais encontros da segunda metade do governo Dilma Rousseff (PT), o Banco Central tinha diante de si a indigesta combinação de inflação elevada com PIB em marcha lenta. Desta vez, no entanto, não prevaleceu o incômodo com a escalada dos preços. Após nove altas consecutivas da taxa Selic — que passou de 7,25%, em março de 2013, a 11%, em abril deste ano —, o BC interrompeu a série de aumentos. Ainda que o comunicado oficial sugira um questionável cenário de inflação sob controle, foi a piora da atividade econômica que mais pesou na resolução. Sobram, quanto a isso, razões para preocupação.

O PIB cresceu apenas 1,9% no primeiro trimestre, na comparação com o mesmo período de 2013. Em relação aos três meses imediatamente anteriores, o avanço foi de 0,2% — ou seja, nada. As projeções para o ano, hoje em torno de 1,6%, já começam a cair para 1%. Praticamente todos os sinais da economia evidenciam a perda de vigor nos últimos meses. Em alguns casos, a queda abrupta remete a períodos de grave crise. Os índices de confiança do consumidor e da indústria, por exemplo, voltaram a níveis próximos dos momen-

tos mais adversos de 2008-2009. Ninguém pretende comprar, ninguém planeja produzir. Enquanto isso, são altos os estímulos industriais, sobretudo no setor automobilístico; no comércio, as vendas cresceram 3% em 12 meses (até março), cerca de metade do ritmo observado nos dois anos anteriores. A renda disponível já não basta, e o crédito se enrola num contexto de famílias endividadas.

Verdade que os dados do mercado de trabalho permitem certo otimismo; mesmo a baixíssima taxa de desemprego, contudo, se explica em parte pela pouca procura, e não pela criação de vagas — que, aliás, quase não se registra. Quanto aos preços, de fato houve redução no caso dos alimentos e valorização do real (que diminui a pressão dos importados), mas a inflação de serviços ronda 8% ao ano, e as medidas gerais de longo prazo mantêm-se próximas de 6%.

Seja como for, a decisão do Banco Central em relação à Selic decorre da percepção de que juros mais altos poderiam jogar a economia numa recessão. No momento, portanto, trata-se de decisão sensata. Em perspectiva mais ampla, todavia, o BC tem falhado em sua missão. Seu pecado original, quando há três anos aceitou levar os juros ao menor patamar da história — em si desejável —, foi ter acreditado que o governo faria a sua parte, controlando os gastos públicos. Que a taxa Selic esteja novamente em 11%, enquanto o PIB patina e a inflação assombra, é testemunho do fracasso da gestão econômica dos últimos anos.

### Soma de paradoxos

As cúpulas do Senado e da Câmara se mobilizam para derrubar, o quanto antes, resolução do Tribunal Superior Eleitoral que, com base no Censo de 2010, recalculou a quantidade de deputados a que os Estados têm direito. Enquanto oito deles seriam suas bandejas dimitir, cinco ganhariam espaço.

Para os presidentes das Casas, trata-se de invasão de competência. Não caberia ao Poder Judiciário distribuir cadeiras no Legislativo — muito menos em ano eleitoral.

A questão, porém, vai muito além dos poucos assentos em disputa. O Brasil padece de desigual distribuição federal, um vespeiro no qual nenhum parlamentar ouça pôr a mão.

A primeira vista, seria fácil definir as bandejas seguindo o critério "um homem, um voto", dando a todos os eleitores peso equivalente nas urnas. Assim, se São Paulo tem população 91 vezes maior que a de Roraima, sua representação na Câmara deveria ser 91 vezes maior.

A realidade, no entanto, dificilmente se mostra tão simples quanto uma regra de três. Para começar, quase nunca a fórmula matemática resultará num número inteiro, exigindo aproximações — o que está longe de ser um problema trivial. Mantendo-se fixo o número de representantes, como estabelece a

maioria dos países, os arredondamentos necessários conduzem a paradoxos surpreendentes.

Nos EUA, por exemplo, os parlamentares descobriam em 1880 que, ao aumentar o contingente na Câmara observando as mesmas regras que sempre haviam utilizado, o Estado de Alabama perdia um deputado. Em 1900, o Colorado ganharia três cadeiras em qualquer composição que tivesse entre 350 e 400 assentos, exceto 357, hipótese em que ganhava apenas dois lugares.

A situação é mais complicada no Brasil, onde a legislação fixa um piso de oito nomes por Estado e um teto de 70. Apenas São Paulo chega a tanto. Pela matemática, seus 51 milhões de habitantes dariam direito a 110 dos 513 deputados.

Pode-se argumentar, sem dúvida, que o sistema equaliza os entes federados, para os de maior força política e econômica não predominem. A preocupação é justa, mas o nivelamento já existe, e com vigor total, no Senado, onde cada um dos Estados tem três representantes.

Agravo o quadro o fato de que as bandejas federais definem o tamanho das Assembleias Legislativas, criando uma poderosa cadeia de interesses resistente a mudanças num contrassenso político que se soma ao paradoxo matemático.



### Dúvidas na desigualdade

**SÃO PAULO** — Estava no fimzinho do livro do Piketty — investimento de semanas de leitura — quando veio a notícia de que dados de desigualdade por ele usados podem estar errados. Contrariando o conteúdo do livro de assumir as perdas e cair fora, fui até o fim. Não me arrependi.

"Capital no Século 21" é uma obra instigante. É erudita, didática e muito honesta, ainda que não saibamos por ora se deve ser catalogada como texto de história econômica ou peça de ficção. Retracadeiras à parte, penso que levará um tempo para avaliarmos a extensão do estrago que os erros apontados pelo "Financial Times" causam às teses do autor.

O falho do livro, porém, eram as séries históricas sobre desigualdade que ele levantava. Se elas têm problemas, as conclusões podem se tornar mais fracas. Eu ficaria surpreso, contudo, se fossem rechaçadas. Esse, porém, é um debate que pode ficar bastante técnico e no qual eu não tenho a menor condição de tomar partido.

Posso, entretanto, lamentar que

Piketty, que dedica quase 700 páginas ao tema da desigualdade, orlando-a até com saborosas digressões literárias, não nos tenha oferecido uma boa razão filosófica de por que devemos combater a (e existem várias linhas de respostas).

É claro que, se imaginarmos a desigualdade tendendo ao infinito (um coeficiente de Gini global de 1), chegaríamos a um estado onde a sociedade simplesmente não funcionaria. Mas será que isso é verdade em cenários menos extremos e mais realistas?

Para pensadores clássicos e algumas correntes liberais, a disparidade de renda não chega a ser um problema funcional nem moral. Desde que não haja miséria e todos estejam melhorando de vida, a desigualdade funciona até como um motor da economia. O consumo conspícuo e a busca por status (possuir mais que meus vizinhos) é que levam as pessoas a trabalhar mais. Enfim, há aqui um riquíssimo debate no qual o livro de Piketty apenas revirava.

### Ao bolso e às urnas

**BRASÍLIA** — Quem não ouviu deveria ouvir a entrevista do ministro da Fazenda, Guido Mantega, explicando e tentando justificar o pibinho de 0,2% no primeiro trimestre.

Num momento de leigo(a) para leigos: ele ensinou que o crescimento do país foi pequeno porque o consumo das famílias foi baixo, por causa da inflação; o nível do crédito caiu, por causa dos juros; e tudo isso reflete a lenta recuperação dos EUA.

Como sempre, Mantega usou de um certo ar humilde e sincero, apesar de suas previsões nem sempre se confirmarem ao longo desses anos, inclusive, ou sobretudo, as de crescimento. Ele sempre criou a expectativa de índices maiores, para no fim ter de anunciar outros bem modestos.

Aliás, o ministro continua sendo bastante otimista, em contraste com essa gente chata, elitista, mal-humorada e posicionista que insiste em achar que alguma coisa não vai bem na economia. Segundo ele, vem aí a Copa, e o crescimento do segundo trimestre vai ser uma beleza. Tomar!

Como naquela velha música, "daqui pra frente, tudo vai ser diferente". Só tem um problema: o próprio Mantega reconheceu que a Copa vai aquecer comércio e serviços, mas, com os feriados, a indústria poderá sofrer. Justamente a indústria?

Desejando economia para os economistas, vamos para a política. Enquanto Aécio Neves e Eduardo Campos falarem de PIB, juros, inflação e balança comercial, a grande maioria do eleitorado não vai dar bola. O foco está nas bandeiras muito mais apetitosas de Dilma Rousseff: Bolsa Família, Mais Médicos, Pronat e Minha Casa, Minha Vida. Mas Mantega deu um prato feito para a oposição.

Ao traduzir do econômico que as famílias estão comprando menos, o crédito minguou e nem a Copa sacode a indústria, ele foi camarada com os adversários. Essa linguagem fala ao bolso e às urnas. O eleitor entende. Só faltou o ministro admitir que se chegou até inflação e juros tão altos, com investimento e crescimento tão baixos. Não foi só fatalidade...

### Mar de inverno

**RIO DE JANEIRO** — Sim, o verão acabou. É bem verdade que ainda faz calor — havia sol há dias, derramando uma luz crua sobre as águas escuras da lagoa Rodrigo de Freitas. Pela manhã, os barcos de aluguel passam em frente à minha varanda silhuetas esguias, da cor dos violinos, cortando a carne da lagoa. O rastro do barco é de espuma branca, quase cor de prata.

Mas nas folhais que a lagoa está melhorando, ponco a pouca suas nascentes seriam recuperadas, não há tantos peixes mortos boiando para o lado do trineu e, às vezes, há pescadores jogando tarafas contra a escudilhão. Sim, há vida na lagoa.

Como naquela velha música, "daqui pra frente, tudo vai ser diferente". Só tem um problema: o próprio Mantega reconheceu que a Copa vai aquecer comércio e serviços, mas, com os feriados, a indústria poderá sofrer. Justamente a indústria?

Desejando economia para os economistas, vamos para a política. Enquanto Aécio Neves e Eduardo Campos falarem de PIB, juros, inflação e balança comercial, a grande maioria do eleitorado não vai dar bola. O foco está nas bandeiras muito mais apetitosas de Dilma Rousseff: Bolsa Família, Mais Médicos, Pronat e Minha Casa, Minha Vida. Mas Mantega deu um prato feito para a oposição.

Ao traduzir do econômico que as famílias estão comprando menos, o crédito minguou e nem a Copa sacode a indústria, ele foi camarada com os adversários. Essa linguagem fala ao bolso e às urnas. O eleitor entende. Só faltou o ministro admitir que se chegou até inflação e juros tão altos, com investimento e crescimento tão baixos. Não foi só fatalidade...

Como naquela velha música, "daqui pra frente, tudo vai ser diferente". Só tem um problema: o próprio Mantega reconheceu que a Copa vai aquecer comércio e serviços, mas, com os feriados, a indústria poderá sofrer. Justamente a indústria?

### O longo prazo chego

Uma rebelião eleitoral cruzou a Europa, pondo em xeque as bases da construção política e econômica do pós-guerra. De neozaristas a ultrasequesteristas, partidos expressivos ao Parlamento Europeu, catapultados pela rejeição ao euro e pelo sentimento anti-imigração — bandeiras estimuladas pelo alto desemprego em alguns países.

O desemprego causado pela crise econômica é acentuado pelo processo de união monetária europeia. O euro teve consequências positivas por muito tempo, mas agora vários países pagam o preço dos excessos do período de bonança e de decisões econômicas que buscam maximizar benefícios imediatos e desconsideram consequências negativas no longo prazo, como vemos também na América Latina.

A grande atração inicial do euro, principalmente nos países mais ricos, foi o aumento da confiança com a adoção de moeda forte, o que trouxe juros menores, grande entrada de crédito, estabilidade cambial e aportes financeiros da União Europeia.

Durante um bom tempo, países como Espanha e Portugal cresceram a taxas aceleradas, com capital barato e, portanto, já que bancos e investidores partiram do pressuposto de que, com o euro, a qualidade do crédito seria comparável à de países estáveis e rigorosos na gestão macroeconômica, como a Alemanha. Isso criou desequilíbrios estruturais.

De um lado, países que mantiveram políticas macroeconômicas que justificavam juros baixos, como contenção fiscal e alta competitividade; do outro, países com políticas fiscais e creditícias frouxas, que tiveram alta exagerada de consumo e endividamento.

Em economia, tudo se equilibra ao longo do tempo. Políticas governamentais sustentam desequilíbrios temporariamente. A procrastinação de ajustes inevitáveis pode durar anos. Mas o problema de longo prazo é que um dia ele chega. Foi o que aconteceu na Europa, com a exaustão do modelo de consumo baseado em juros artificialmente baratos e aumento de déficits. É preciso agora enfrentar o ajuste.

Mas esses países não podem contar com a desvalorização cambial, o mecanismo natural de ajuste de produtividade, que torna a economia mais competitiva no curto prazo e permite fazer as reformas gradualmente. Sobram apenas mecanismos punitivos, que geram recessões pesadas, com recuo de salários e custos. A Europa vive essa recessão, refletida nas eleições. A cura virá com reformas fundamentais na área fiscal e trabalhista, redução da burocracia e aumento da produtividade.

A outra opção é a saída do euro, uma das propostas da rebelião europeia, com todas as suas graves consequências econômicas e políticas.

Mais uma vez, acontecimentos externos oferecem lições importantes ao Brasil.

HENRIQUE MEIRELLES é escritor e jornalista.



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 02/07/2014

A2 opinião ★ ★ ★ QUARTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2014

FOLHA DE S. PAULO

**FOLHA DE S. PAULO**  
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FREAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FREAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor executivo: SÉRGIO DAMILÁ  
Conselho Editorial: FREDERICO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JIANO DE FREITAS, CLÓVIS ROSS, CARLOS HEDION CONTI, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS E CÉLIO FREAS FILHO (intermittente)  
Diretores executivos: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILLO BUSSAT (divulgação), MARCELO RACHADO GOMÇARES (financeiro) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

Plano para São Paulo

**Novas diretrizes para o desenvolvimento urbano incluem aproximar empregos de residências e incentivar o uso do transporte coletivo**

Com um ano e meio de atraso, a Câmara Municipal enfim aprovou o novo Plano Diretor da cidade de São Paulo, importante instrumento legal que estabelece princípios e diretrizes para o desenvolvimento urbano pelos próximos 16 anos.

Tendo recebido 44 votos favoráveis e 8 contrários, o texto reflete, em suas linhas mestras, o pensamento cada vez mais consensual entre urbanistas e a tendência das metrópoles do mundo desenvolvido. Trata-se de promover o adensamento populacional perto de eixos de transporte público e de aproximar empregos de residências.

Em outras palavras, será permitida a construção de edifícios nas cercanias de corredores de ônibus, linhas férreas e estações de metrô. Além disso, prédios com mais de uma vaga de garagem por apartamento serão mais custosos nesses eixos. Nos miolos dos bairros, o uso de terra geral, as edificações não poderão ter mais de oito andares.

As orientações são bem-vindas. Ao mesmo tempo em que buscam assegurar relativo respeito a algumas regiões, estimulam o uso do transporte coletivo em uma cidade infelizmente habituada a conviver com o trânsito danoso.

Para que tais medidas se convertam em aumento do bem-estar da população, é crucial que os meios públicos de transporte recebam a devida atenção das autoridades. De nada adianta aproximar as pes-

soas de um sistema saturado, desconfortável e ineficiente — isso sem mencionar seu alcance limitado.

No intuito de deixar a cidade mais simpática para o pedestre — o que ajuda a diminuir deslocamentos de carro —, novos empreendimentos em algumas avenidas deverão ter calçadas mais largas que as atuais, enquanto prédios com estabelecimentos comerciais no térreo encorajam que lojas, por exemplo, sejam feitas a pé.

Em sua faceta social, o Plano Diretor incentiva a construção de empreendimentos voltados à população de baixa renda, numa tentativa de mitigar o grave problema habitacional — o déficit na região metropolitana é de 700 mil unidades.

Uma das ações nesse sentido é a expressiva ampliação do número de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), áreas destinadas à edificação de moradias populares ou à regularização fundiária e urbanística. A ferramenta, porém, havia sido incorporada ao plano de 2002 e, até aqui, não se mostrou capaz de atingir os objetivos.

Muito dependerá dos próximos passos, com zoneamento, leis de uso e ocupação do solo e outros diplomas municipais. A pressão será enorme. Se o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) mobiliza milhares na defesa de seus interesses, empresas de construção e do setor imobiliário lideraram as doações aos vereadores eleitos.

Caberá ao prefeito e a seus sucessores, bem como aos legisladores, fazer com que as boas intenções do Plano Diretor não se percam em meio à disputa por vantagens pontuais. É o futuro da cidade como um todo que está em jogo.

O estado do Iraque

Nem seria preciso, mas estatísticas recém-divulgadas pela ONU comprovam o recrudescimento da violência e do terrorismo no Iraque. Em junho, foram assassinados pelo menos 2.417 cidadãos, e outros 2.287 ficaram feridos; em maio, houve menos de 900 mortes.

Trata-se do maior patamar registrado no país desde 2007, quando estava em curso a Guerra do Iraque (2003-2011), com presença ostensiva das Forças Armadas dos EUA.

A turbulência momentânea, porém, não é a doença em si, mas o sintoma de enfermidades mais danosas a longo prazo: o sectarismo e a fragilidade institucional. Terminou em colapso a primeira sessão do novo Parlamento destinada a escolher as próximas autoridades iraquianas. Normalmente, os cargos são divididos conforme a representação das principais etnias e confissões locais: os xiitas, em maioria, elegem o primeiro-ministro; os sunnitas indicam o líder do Legislativo, e os curdos nomeiam o presidente do país.

Insatisfeitos, porém, com a provável continuidade de um governo xiita alinhado ao atual premiê, Nuri al-Maliki — que há muito exerceu o dever constitucional de repre-

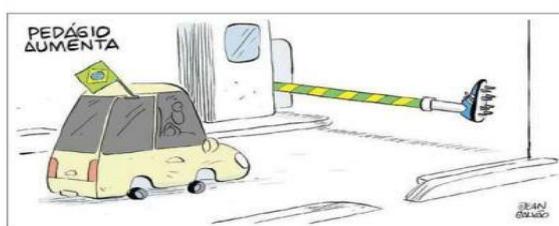
sentar toda a população — sunnitas e curdos abandonaram tal processo de nomeação, que assim precisou ser adiado em uma semana.

Transcorrido esse prazo, no entanto, o já combalido Iraque poderá estar ainda pior. Na ausência de um governo de coalizão nacional, como recomendam diversos países e instituições multilaterais, cresce o poder do grupo terrorista sunita Estado Islâmico no Iraque e no Levante.

No domingo, a milícia anunciou a formação de um califado (Estado islâmico regido por um líder político e religioso supremo) em um território que vai da cidade de Aleppo (norte da Síria) à província de Diyala (leste do Iraque).

Fica cristalino, com esse comunicado, o crescente grau de confusão do grupo terrorista — que, pós-califado, encurtou sua nomenclatura para Estado Islâmico —, e mais preocupante, de desdém às instituições oficiais. Até aqui, foram inócuas as tentativas do governo iraquiano de retomar regiões ocupadas por esses terroristas.

É urgente romper a lógica ora vigente no Iraque, em que o sectarismo oficial dos xiitas fomenta reações radicais por parte dos sunnitas.



Propaganda infantil

**SÃO PAULO** - Sou pai de gêmeos com o furor consumista típico de garotos de 12 anos. Sou, portanto, solidário com pais que se queixam dos excessos da propaganda infantil. E covardemente anuncio para crianças, já que elas têm muitos desejos, nenhuma renda e uma capacidade infinita de apoupar seus genitores. Ainda assim, parece-me desproporcionada a resolução nº 163 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (que passou a considerar abusiva toda e qualquer publicidade dirigida ao público com menos de 12 anos. O tema foi objeto de dois interessantes artigos publicados no site da *Folha*. O ponto central, creio, é que o Conselho não poderia banir ou limitar a liberdade de empresas anunciarem seus produtos. A Constituição simplesmente não dá espaço para isso. O artigo 220 da Carta, que estabelece a possibilidade de restrições legais à publicidade, só as prevê para uma relação finita de produtos:

"tabaco, bebidas alcoólicas, agro-tóxicos, medicamentos e terapias". É forçoso, assim, concluir que, para tudo que esteja fora dessa lista, a regra é a da plena liberdade.

Aceitar essa conclusão não implica abandonar os pais à tirania de seus rebentos. Embora militantes de causas adorem uma leizinha, existem outros mecanismos civilizados — e mais eficientes que normas jurídicas. Especialmente no mundo do marketing, imagem é tudo. Apenas fixar o meme de que a propaganda dirigida a crianças não é ética — uma ideia que já está em circulação — tende a fazer com que publicitários e anunciantes peguem leve.

Alguns diriam que é pouco. Talvez, mas recorre a esse expediente e outras medidas, como a autorregulamentação, tem a enorme vantagem de preservar um dos pilares da democracia, que é a liberdade de expressão. Eu pelo menos não a trocava por alguns momentos de paz e mais alguns tostões na carteira. [balag@uol.com.br](mailto:balag@uol.com.br)

A torcida postíca na política

**BRASÍLIA** - "O PSDB nunca esteve tão unido" foi a frase mais ouvida nos últimos meses no entorno do maior partido de oposição brasileiro. Na prática, essa assertiva ainda terá de ser comprovada.

Tomase o caso de São Paulo. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) não se recuou. Mira uma possível candidatura presidencial em 2018. Mas se o tucano Aécio Neves for bem-sucedido agora na corrida pelo Palácio do Planalto, certamente tentará um segundo mandato em 2018.

Para Alckmin, é melhor que Aécio vença ou perca a disputa presidencial deste ano? Depende. Se Aécio se transformar numa potência eleitoral e favoritíssimo na disputa de outubro — situação ainda inexistente — o paulista terá de se alinhar e honrar as juras de fidelidade eterna. E se Aécio patinar na faixa de 20% a 25% das intenções de voto? E se Dilma Rousseff (PT), com seu fundo de maravilhoso (sic) mostrado nas propagandas estatais na TV, se consolidar como forte concorrente à fi-

car mais quatro anos no Planalto? O cenário então muda. Até porque, se o projeto nacional petista se fortalecer, Alckmin sabe que hostilizar Dilma Rousseff colocaria em risco seu objetivo de passar mais quatro anos no Palácio dos Bandeirantes.

Quem conhece bem essa equação é Aécio. Em 2006, estimulou em Minas Gerais o voto "Julcício" — Lula para presidente, Aécio para governador. À época, o candidato a presidente tucano era Geraldo Alckmin.

Desde 1994, as disputas para presidente e governadores de Estado são casadas. Há uma simbiose enorme entre o chefe do Executivo local e o nacional durante uma campanha. A tal união do PSDB está condicionada ao desempenho de Aécio. Uma vez competitivo, Alckmin o apoiará. Mal comparando, Aécio está como os times de futebol no Brasil. A torcida só aplaude depois que a equipe já fez um gol, está na frente e jogando bem. Antes, ficam todos (há exceções) quase mudos na arquibancada. [fernando-andreg@uol.com.br](mailto:fernando-andreg@uol.com.br)

Meninos que fazem

**RIO DE JANEIRO** - Aos 4 minutos de jogo entre Brasil e Suécia, na final da Copa do Mundo de 1958, os suecos, desarmados, fizeram 1 x 0. Era a única coisa que a comissão técnica brasileira rezava para que não acontecesse. Nos cinco jogos anteriores, o Brasil nunca saíra atrás no placar. Como reagiria a comemorar perdendo? E apesar da bela campanha da seleção até então, ainda pairava uma certa vira-lata — com raízes nas Copas de 1938, 1950 e 1954 — de que fracassaríamos em partidas decisivas. Mas não daquela vez. Bellini, zagueiro e capitão do Brasil, foi ao fundo das redes e pegou a bola. Calmamente, entregou-a a Didi na melancia. Didi colocou a bola no gol. Calmamente atravessou o campo, caminhando em passos descalços. Passou-a a Vavá para este dar a saída e disse: "Vamos entrar esses gringos". No fim, Brasil 1 x 2.

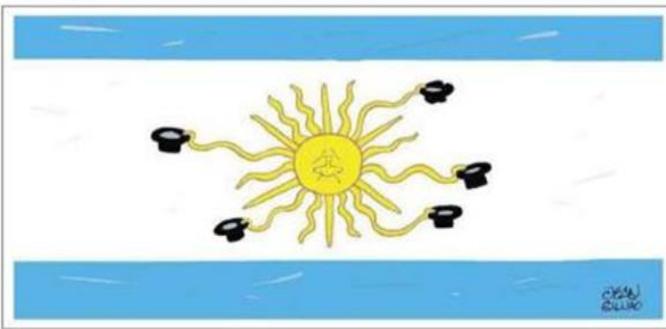
Entre os brasileiros em campo naquela tarde, Nilton Santos tinha 32 anos; Didi, Djalma Santos e Gilmar, 29; Bellini, 26; Zagallo, 26. Compensavam com sobras os 23 de Vavá, 22 de Orlando e 17 de Pelé. Terminado o jogo, chorou quase todo mundo — as fotos mostram Gilmar, Orlando, Pelé e Zagallo abrindo o busti. Zito, Didi e Nilton Santos, circunspectos; Bellini, olho ríntulo e lábio trêmulo. O Brasil que jogou a final da Copa de 1970, no México, 4 x 1 sobre a Itália, também era um time de adultos: Felix, 32 anos; Brito, 30; Gerson e Pelé, 29; Piazza, 27; Carlos Alberto, Everaldo e Jairzinho, 25. Todos, homens feitos. Deles, só Tostão parece ter chorado. Mas o jogo já terminara e ele tinha boas razões para isso — por um problema grave no olho, precisava lutar muito para ir ao México e até para ser titular. Os grandes também choram. Mas só depois de terminada a partida. Chorar no olho, durante o jogo ou a minutos de uma cobrança de penalty parece coisa de meninos que fazem suas calças, e pode nos trazer de volta

Limite

Jorge Mautner é uma personalidade que incorpora uma maneira corajosa e inteligente de resistência às agruras de viver. Aprendeu com o mundo e sofreu, mas nunca desistiu de tentar melhorá-lo. A última coisa que se pode dizer é que tinha abdicado de suas convicções libertárias: procura sempre novos caminhos para realizá-las. Seu artigo "A praça é do povo como céu é do condor" ([bit.ly/1mzautner](http://bit.ly/1mzautner)), publicado nesta *Folha*, encerra um pensamento filosófico de profundo significado: "Quero concluir este texto com um verso da minha canção em parceria com José Miguel Wisnik que diz: A liberdade é bonita, mas não infinita. Me acredite, a liberdade é a consciência do limite".

Trata-se de reflexão da maior importância para continuar a construção da sociedade civilizada, que o homem vem tentando encontrar desde que abandonou a África há 150 mil anos. Ela deve proporcionar-lhe plena liberdade na escolha da sua atividade; progressiva igualdade de oportunidades; e uma organização produtiva eficiente para reduzir o tempo necessário à sua subsistência material e liberar mais tempo para construir a sua humanidade. Esses objetivos não são inteiramente compatíveis, o que exige a "invenção" de instituições que coordenem a evolução histórica na direção de acomodá-los. Mas essas instituições — o mercado — o homem conhece desde sempre: a divisão do trabalho mostrou as vantagens da especialização e da cooperação. Mas o "mercado" não é a "economia de mercado", cujo codinome é "capitalismo", que lhe deu mais musculatura jurídica e separou o capital do trabalho assalariado. Essa combinação permitiu incorporar novas tecnologias ao processo produtivo com a criação da sociedade anônima e do crédito bancário, que lhe conferiu um dinamismo surpreendente, cujos benefícios concentraram-se mais no capital do que no trabalho.

No início do século 19 o trabalho começa a auto-organizar-se e pressiona para a criação de um regime democrático competitivo apoiado no sufrágio universal para obter maior poder político. Criou-se, assim, uma espécie de capitalismo democrático que só pode sobreviver se os possíveis excessos do "capitalismo" e os possíveis exageros da "massa de votantes" forem controlados pela educação dos cidadãos. Eles precisam valorizar a eficiência do "mercado" no sistema produtivo juntamente com a eficiência da "arma" no processo distributivo. Neste momento da história, em que o maior empenhamento do cidadão representa a possibilidade de novos avanços, é preciso entender seus riscos. Capitalismo e demagogia sempre se estranharão, mas, cada vez que se tentou um "corte" para acelerar o crescimento com a sociedade civilizada, ele terminou na barbárie. [antonio.delfimnetto@terra.com.br](mailto:antonio.delfimnetto@terra.com.br)



1/10/2014

Folha de S.Paulo - Edição de 01/08/2014

A2 opinião ★ ★ ★ SEXTA-FEIRA, 1º DE AGOSTO DE 2014

FOLHA DE S.PAULO

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.  
Presidente: LUIZ FRAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FRAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor executivo: SÉRGIO BARLA  
Conselho Editorial: ROGERIO CÍZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JAVIER DE FREITAS, CLAUDIO ROSSI, CARLOS BRITTO COSTA, CLAUDIO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRAS e OTAVIO FRAS FILHO (secretário)  
Diretora-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA GONÇALVES, MURIEL BISSINI  
Coordenadora: MARCELO MARCELO GONÇALVES (Financeiro) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novas mídias)

## EDITORIAIS

### Pagar quando puder

Calote na Argentina decorre de uma decisão exagerada da Justiça dos EUA aplicada a um país há anos sob gestão econômica trópega

A Argentina tornou-se outra vez inadimplente, agora de modo um tanto involuntário. Seu governo, porém, não é inocente das mazelas atuais: descredito internacional e renovada crise doméstica. A mais nova dificuldade deve-se à disputa com os credores de 8% de sua dívida repudiada em 2001, os "holdouts" ou "abutres", que compram, por valores menores, dívidas não honradas. A Justiça dos Estados Unidos, sob cuja lei o débito foi contratado, decidiu que o governo argentino tem permissão de honrar seus compromissos com os credores da dívida renegociada apenas se não atacar com o que deve ser "holdouts" ou "abutres" — o que o país vizinho não pode fazer.

Como está impedida de pagar os juros da parte renegociada, considera-se que a Argentina entrou em calote, embora negociações tardias possam reverter a situação. Apesar das décadas de má política econômica, a sentença judicial cria precedente capaz de levar a impasses mais graves. Reconheceu-se que credores minoritários têm o poder de impedir a reestruturação de dívidas de governos, não importa o mérito da renegociação. Não estranha, assim, o que o próprio governo americano tenha con-

siderado exagerada a decisão da Justiça de Nova York. Mesmo empresas estão sob o abrigo de lei que permita sua recuperação judicial. Em que pese o extremismo, vale lembrar que apenas a partir de 2013 a Argentina procurou refazer suas relações com o mercado financeiro internacional, de onde está praticamente afastada desde 2001. O país está em recessão, fruto em parte de populismo econômico. Sem crédito, a Argentina corre o risco de crise de pagamentos, pois o comércio exterior quase não fornece os meios de bancar despesas internacionais. Tomar empréstimos no mercado nacional custaria juros altíssimos, dados a desordem e o histórico de calotes. A primeira reação ao inadimplimento, em todo caso, foi moderada. Não é improvável, porém, que a tensão política e alguma redução no escasso financiamento externo restante provoquem desvalorização da moeda e, assim, inflação e recessão mais intensas.

A redução no consumo e as medidas de contenção de déficit comerciais já diminuíram as vendas brasileiras para a Argentina em 20% na primeira metade de 2014. O impacto, como ficou óbvio neste ano, será mais sentido na indústria automobilística. A crise argentina, ainda assim, não deve tirar mais de poucos décimos do crescimento brasileiro, também minado por uma gestão econômica trópega — embora nem de longe tão inepta como a da Argentina sob o governo Kirchner.

### As pistas de Aécio

Após dez dias evitando uma pergunta simples e que ele mesmo classificou como irrelevante, o senador mineiro Aécio Neves, candidato do PSDR à Presidência, em fim deu sua resposta: sim, usa, "umas poucas vezes", a pista de pouso da cidade de Cláudio (MG). A admissão veio em conversa com jornalistas na quarta-feira (30) e em artigo publicado ontem nesta Folha, na seção Tendências/Debates: "Todo homem público", escreveu o tucano, "[tem] a obrigação de responder a todo e qualquer questionamento (...) e o direito de se esforçar para que seus esclarecimentos possam ser compreendidos".

Com uma dose desconcomunal de boa vontade seria possível ver, no prolongado período em que não cumpriu sua "obrigação", um esmero igualmente desconcomunal no exercício de seu "direito". Para os menos dispostos a tamanha candura, ficam as seguintes e umas outras declarações de Aécio: "Vou responder sempre que achar adequado".

Embora o candidato tenha procurado transformar o tema num pormenor, entendendo-se por que tentou ocultar a antessidência em Cláudio. Será mais difícil negar o óbvio: a pista de pouso, no mínimo, é conveniente para ele e seus parentes. Como esta Folha revelou, Aécio construiu o aeroporto quando era governador de Minas. O terreno,

desapropriado pelo Estado, pertencia a um tio-avô do tucano, e o uso da pista dependia de autorização de seus familiares — característica própria dos aeródromos privados, nos termos do Código Brasileiro de Aeronáutica. Situado a 6 km da Fazenda da Mata, refúgio preferido do senador, custou, no entanto, R\$ 13,9 milhões aos cofres públicos. Diante disso, Aécio reitera que "a obra foi não apenas legal, mas transparente, ética e extremamente importante para o desenvolvimento do município e da região".

Com 25 mil habitantes, Cláudio é uma cidade afortunada que viu seu aeródromo ficar pronto em dois anos. Quando lançou o ProAero, em 2003, o governador previa inaugurar 14 aeroportos. Só dois saíram do papel. O outro está na Zona da Mata. Destinado a atender os mais de 500 mil moradores de Juiz de Fora, demorou quase dez anos para receber voos regulares.

Ademais, segundo o jornal "O Tempo", de Minas, o ProAero pretendia reformar e ampliar 85 aeroportos, mas apenas 29 foram contemplados em mais de dez anos. A questão, como se vê, não está "mais que esclarecida": a coisa séria do mundo é o humor. Eramos amigos desde 1948, quando fomos apresentados por Paulo Francis na revista "Diners", de que Francis era diretor e Millôr, o principal colaborador (alguns dos outros: Glauber Rocha, Armando Nogueira, Paulo Mendes Campos). O grosso da revista era escrito por Flavio Macedo Soares, Alfredo Grêco e eu, os três na casa dos 20 anos. Como se podia ser tão jovem — e tão bem pago? Quando Millôr já bedelho, na rua do Ovidir, ficávamos todos (e

### A novela do Santander

SÃO PAULO — Não pretendia comentar a novela em torno da analista do Santander, mas mudei de ideia por considerar que a história diz muito a respeito da situação atual do país. Não é preciso ser um gênio das finanças para perceber que, assim como a Bolsa subiu com as pesquisas eletrônicas que registravam uma piora no desempenho de Dilma Rousseff, é perfeitamente lógico esperar que, ao menos parte dos ganhos seja revertida caso a presidente some pontos nas sondagens. Nesse contexto, a analista que alertou os clientes do banco para essa tendência, até óbvio, não fez mais do que cumprir sua obrigação profissional. Talvez, De Tena faltado alguma habilidade diplomática, mas esse não é requisito essencial para a função que exercia. O PT e a campanha presidencial viram no texto da moça, cujo nome está felizmente sendo preservado, uma oportunidade para pensar de vítima das elites do capital financeiro internacional, e resolverem explorar eleitoralmente o episódio. Esse tipo

de discurso, por incrível que pareça, ainda funciona. Não foi uma atitude muito bonita, mas não chega a violar as regras da democracia, como alguns andam acusando. Campanhas não são exatamente um jogo pautado por regras de cavalheirismo. O problema é que o banco, em vez de defender a analista, demitiu e enviou a Dilma um pedido de desculpas. O próprio presidente mundial da instituição apareceu para fazer salamaleques ao governo. Com isso, o Santander mostra que considera mais importante manter um bom relacionamento com o Planalto do que aproveitar o episódio para sugerir a seus clientes que coloca seus interesses em primeiro lugar. Poderia ser só uma discursível decisão de marketing, mas, nas entrelinhas, transmite a mensagem de que não são só os marcos institucionais que pautam o relacionamento entre bancos e governo e que mesmo grandes casas dependem dos boas graças do Planalto. Isso, sim, é preocupante.

### E o Lula, hein?

BRASÍLIA — Dívida atroz: será que Lula escapa incólume, sem um arranhão, da onda de rejeição a Dilma Rousseff e ao PT? Se Dilma acumula 39% de rejeição nacional, 47% no Estado de São Paulo e ostantes quase 50% na capital paulista... Se o prefeito Fernando Haddad tem baixa aprovação e o candidato Alexandre Padilha patina em constrangimentos é ou 2% nas pesquisas no maior colégio eleitoral do país... Se o pednebia Paulo Sikal não quer ouvir falar de Dilma em seu parlante paulista e o petista Fernando Pimentel a esconde em Minas... Se, além de São Paulo, os candidatos petistas estão emperrados no Rio e demais Estados onde concorrem... conclui-se o óbvio: a coisa está feia não só para Dilma, que o PT tanto critica, mas para o próprio partido. Até porque, bem ou mal, ela continua favorita nas pesquisas. E onde se encaixa Lula nisso? Uma dedução natural é que essa convergência de rejeições (à candidata e ao

PT) deve atingir, mais cedo ou mais tarde, em maior ou menor grau, a popularidade do próprio Lula. Será? Afinal, ele foi o inventor de Dilma. Haddad e agora Padilha, além de ser o grande líder do PT. Difícil imaginar que todos paguem o pato e ele continue mantendo a mítica intocável. Quando o registro de que Lula adora futebol, mas a Copa começou, encantou e acabou, e não se viu nem ouviu falar de Lula em estádios ou em eventos da seleção brasileira. O Lula de hoje é o das entrevistas a blogs camaradas, reuniões e portas fechadas com Dilma, articulações com a cúpula da campanha, assembleias da CUT. E, claro, dos auditórios protegidos e do acconche do ambiente do PT. Na campanha para valer, só deve ir ao Nordeste e a palanques pré-selecionados. Vai na boa, nada de bola dividida. Ou está se descolando da rejeição (de Dilma e do PT) e se prevenindo de eventuais derrotas alheias, ou tem pesquisa mostrando que a coisa não anda boa também para o lado dele.

### Por dois ou três meses

RIO DE JANEIRO — Na primeira Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), em 2003, haveria uma mesa sobre literatura e humor com Millôr Fernandes, Luis Fernando Veríssimo e eu. Por doença na família, Veríssimo precisou voltar para Porto Alegre. Donde os dois feriamos de desempenhar. Então, para melhor andamento dos trabalhos, adotei a única postura compatível: fiz-me de escada. E Millôr deu-nos uma aula de como a única coisa séria do mundo é o humor. Eramos amigos desde 1948, quando fomos apresentados por Paulo Francis na revista "Diners", de que Francis era diretor e Millôr, o principal colaborador (alguns dos outros: Glauber Rocha, Armando Nogueira, Paulo Mendes Campos). O grosso da revista era escrito por Flavio Macedo Soares, Alfredo Grêco e eu, os três na casa dos 20 anos. Como se podia ser tão jovem — e tão bem pago? Quando Millôr já bedelho, na rua do Ovidir, ficávamos todos (e

mais Teimo Martim, assistente de Francis) rindo à toa, ouvindo-o sobre qualquer coisa. Millôr era catórgico e, com sua retórica shavianiana de Bernard Shaw, o escritor amado, podia ser-lhe. Uma expressão que usava muito era "Nã há hipótese", certo de que, analisadas as demais possibilidades, sua conclusão é que era a correta. Em 1968, não o admirava: somente pelo gênio, mas pela independência. Ninguém dizia a Millôr Fernandes o que pensar. No fim do ano, Francis foi preso pelos militares, e Bêbi Klabin, dona da revista, resolveu fechá-la. Custava uma fortuna ao Diners Club, dava prejuízo e, agora, era o que faltava, um diretor press político. Mas havia matéria comprada e publicidade vendida para mais dois ou três números. Bêbi chamou Millôr para editá-los, e ele corcovou a mim e a Marina Colassanti para ajudá-lo. Alguns amigos meus cursaram a Sorbonne há, por dois ou três meses, five Millôr como chefe.

### Insanidade básica

"Oh Natureza, por que desperdiçar suas dádivas com tais homens?", indagou Childe Harold, o alter-ego do jovem Byron, ao visitar Portugal em 1812. Perplexidade análoga expressa Joaquim Bonifácio, no ano da nossa Independência, ao afirmar que "a natureza fez tudo a nosso favor, nos porém pouco ou nada temos feito a favor da natureza". O tempo não desmentiu o alerta do Patriarca. Haverá melhor testemunho disso que o estado das águas no rio Tietê ou na baía da Guanabara? Embora dispondo da maior reserva de água doce do planeta, o Brasil vive grave crise de abastecimento. São Paulo não é um caso isolado. Um terço dos domicílios brasileiros relata ter sofrido interrupção no fornecimento de água nos últimos 30 dias, segundo recente Datafolha. O "Atlas do Abastecimento Urbano de Água" de 2011 informa que 55% dos nossos municípios — 73% da demanda total — estão sujeitos à falta de água na próxima década.

A crise no abastecimento, contudo, é apenas a face mais visível da inépcia na gestão dos nossos recursos hídricos. A raiz do problema é o descompasso entre o aumento do nosso consumo per capita de água, hoje um dos maiores do mundo, e o absoluto descaso no tratamento adequado e uso eficiente do líquido utilizado. Ao programa de universalização do acesso à rede geral de abastecimento — 95% da população urbana dispõe de água encanada — não correspondeu um esforço equivalente de coleta, tratamento e reúso dos efluentes gerados.

Dai que chegamos ao século 21 com nada menos que 85% de todo esgoto residencial urbano — 145 milhões de habitantes — despejado diariamente "in natura" em nossos rios, córregos, lagos e lagoaduros (69% da crianças brasileiras com menos de 14 anos vivem em domicílios sem coleta de esgoto). Descarte ilegal e desperdício completam o quadro. Estudo da FGV-SP estima que as indústrias na Grande São Paulo despejam ilegalmente 10 milhões de litros de efluentes por hora, ao passo que o índice de perdas físicas (vazamentos) e comerciais ("gatos") no suprimento de água chega a 37% na média brasileira. Resultado: o reaproveitamento da água utilizada nas casas e fabricas é ínfimo, os rios e lagos das regiões urbanas que poderiam ser fontes de abastecimento viraram diluidores de esgoto a céu aberto — sem falar do seu impacto sobre a saúde, educação e trabalho —, e o desperdício de água é grande e cavalar.

O modelo baseado na precupação quase exclusiva com suprimento de água oriunda de mega represas e fontes cada vez mais caras e distantes, sem o menor cuidado com o tratamento dos efluentes, reúso e conservação, acaba por minar a viabilidade do próprio abastecimento. Insustentabilidade é o seu nome. EDUARDO GIANNETTI escreve há dezto-



1/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 01/09/2014

A2 opinião ★ ★ ★ SEGUNDA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 2014

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FERRAZ  
Diretor Editorial: OTAVIO FERAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MARIN, TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA  
Conselho Editorial: MARCELO CELSO DE CEREJEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JÂNIO DE FREITAS, CLÓVIS ROSS, CARLOS HEITOR CONTI, CELSO PINTO, ANTONIO MARIN, TEIXEIRA MENDES, LUIZ FERRAZ e OTAVIO FERAS FILHO (coordenador)  
Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (assessoria), MERLEI BESSER (circulação), MARCELO RACHADO GONCALVES (finanças) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### A lógica do PIB

**Economia brasileira recua pelo segundo trimestre seguido, numa demonstração clara das deficiências da administração Dilma**

Um comentarista esportivo talvez dissesse que deu a lógica. A queda do PIB do segundo trimestre reitera o fracasso da política econômica no governo da presidente Dilma Rousseff (PT).

A contração foi de 0,6% na comparação com os três meses anteriores. Em relação ao mesmo período de 2013, houve redução de 0,9%. É um dos piores resultados do mundo. Nesse intervalo, os EUA e até a letárgica Europa avançaram 2,5% e 1,2%, respectivamente.

Mesmo a periferia europeia, prostrada pela crise, saiu-se melhor. O Brasil aparece atrás da Itália (-0,3%) e da Grécia (-0,2%). Na América Latina, México e Chile, por exemplo, cresceram 1,6% e 1,9%.

Mesmo assim, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, insiste em atribuir o mau desempenho à crise internacional. Não faz sentido, assim como é de sobremesa discutir se o resultado configura recessão — segundo o IBGE, as duas reduções podem ser revisadas no futuro.

O mais importante é observar a sensação de desalento que se espalhou pelo país, um debate que interessa menos para o ministro. Os componentes do PIB, afinal, mostram um quadro preocupante: caíram tanto o investimento como a

poupança interna, e as duas taxas (como proporção do PIB) estão em patamares historicamente baixos.

Esse é o problema real. O Brasil não consegue poupar nem investir o suficiente para acelerar o crescimento da economia, sem o que não superará suas mazelas sociais.

O fato de não conseguir fazer isso está diretamente ligado às medidas do governo nos últimos anos, que bagunçaram o ambiente de negócios e solaparam a confiança de empresários e consumidores.

Nem mesmo o gigantismo do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foi capaz de destravar o investimento, justamente o item que deveria ter sido o principal vetor de crescimento dos últimos anos.

Para Mantega, sem os aportes de R\$ 360 bilhões do Tesouro no BNDES — recursos que foram repassados a empresas com juros subsidiados —, o quadro seria pior. Que seja. Os resultados são pífios, em todo caso, sobretudo se considerados o tamanho da intervenção e os custos para o contribuinte.

O governo, entretanto, continua a negar a realidade, estimando um crescimento irreai. Na proposta de lei orçamentária de 2015, consta que a economia avançará 3%, enquanto a projeção média dos analistas fica em torno de 1%.

A esta altura, poucos ainda confiam nos cálculos e na conduta da equipe econômica. É difícil superestimar os prejuízos de tal descrença para o país.

### O estado do terror

Em 2005, quando ainda era o terrorista mais procurado do mundo, o saudita Osama bin Laden (1957-2011) mostrou-se preocupado com os métodos de um grupo iraquiano afiliado à rede Al Qaeda.

Noves anos depois, a facção rompeu com a matriz e passou a atuar de forma independente. Hoje se chama Estado Islâmico e controla pedaços do Iraque e da Síria — uma área que, segundo algumas estimativas, equivale a duas vezes o Estado do Rio de Janeiro.

Bin Laden, é claro, não tinha pruridos humanitários. Considerava, no entanto, que a organização perderia apoio popular se continuasse explodindo mesquitas frequentadas por muçulmanos xiitas e assassinando crentes que, embora sunitas como os radicais, não se seguissem à risca as recomendações de seus líderes religiosos.

Popularidade era vital. Tratava-se não só de garantir o fluxo de doações mas também, e sobretudo, de assegurar seu objetivo último: governar o mundo muçulmano com base na lei islâmica, sem nenhuma interferência do Ocidente.

Foi diametralmente oposta a reação do governo de George W. Bush. Duas longas e custosas incursões bélicas foram deflagradas no Iraque e no Afeganistão, num esforço nomeado Guerra ao Terror.

Se teve algum êxito em conter a atuação da Al Qaeda — a perseguição a Bin Laden só terminou em abril de 2011, no primeiro mandato de Barack Obama —, o empreendimento de guerra norte-americano fracassou em diversos sentidos.

A presença de militares ocidentais naqueles países alterou a dinâmica dos movimentos extremistas, que abdicaram de mirar territórios inimigos e passaram a combater as tropas nos locais em que atuavam, acelerando a campanha pela islamização da Lei Islâmica na região.

E que tem feito o Estado Islâmico, beneficiado ainda por anos de um governo xiita hostil à população sunita no Iraque e pela guerra civil que desestabilizou o regime de Bashar al-Assad na Síria. Comandada por Abu Bakr al-Baghdadi, de quem pouco se sabe, a milícia diz ter formado um califado.

Não será fácil conter seu avanço. Escaldado pelos resultados indesejados da intervenção de Bush, o governo Obama ainda não definiu como agir diante desse novo estado do terror. As atrocidades já conhecidas, porém, tornam presente a discussão de estratégias pela comunidade internacional.

### VINICIUS NOTA

#### Do Planalto à Província



viniciusnota@gmail.com

**SÃO PAULO** - O meteoro Marina Silva parece prestes a destruir as pretensões de Aécio Neves. A cristalização do quadro do mais recente Daifolha — que subentende nos próximos 15 dias —, antecipa-se o embate binário, típico do segundo turno, entre Marina e a presidente Dilma.

Seria um baque histórico para os tucanos, que foram vencedores ou finalistas das últimas cinco eleições presidenciais. Para o PSDB, o melhor obviamente seria que seu candidato se recuperasse e voltasse a brigar por uma vaga no segundo turno.

Se isso não for possível, o objetivo passará a ser sustentar as preferências por Aécio no primeiro e em 2016. Uma desidratação moderada da candidatura reterá poder de barganha do partido na etapa final, além de repercutir negativamente nas votações para o Congresso Nacional.

Já uma degradação acentuada do apoio ao senador mineiro agregaria o risco de eleição ser liquidada no primeiro turno. Na situação de hoje, Marina e Dilma estão a menos

de dez pontos percentuais de obter a maioria dos votos válidos. A hipótese de definição em 5 de outubro passa a ser plausível, por exemplo, se Aécio perder metade de seu caudal para Marina.

O Planalto não é a única preocupação atual do presidente do PSDB. Seu grupo arisca-se a perder o governo de Minas após 12 anos de mandato.

O petista Fernando Pimentel corre à frente de um tucano envelhecido, Pimenta da Veiga. Com chances de ser derrotado na corrida presidencial, o PT vislumbra em Minas uma compensação razoável, uma base rica e populosa onde abrigar quadros e recuperar-se para 2018.

Descarrega um caminho de recursos na disputa regional.

O assédio para que Aécio caíde prioritariamente de sua aldeia seria inversamente proporcional à sua viabilidade nacional. A ascensão de Marina tende a empurrar para a Província a guerra entre petistas e tucanos. Sinal dos tempos.

viniciusnota@gmail.com

### VALDO CRUZ

#### Velha roupa suja

**BRASÍLIA** - Entramos na reta final da eleição presidencial. Nos trinta e poucos dias que antecedem o pleito, quando boa parte do eleitorado ainda vai definir, de fato, seu voto. Tem suas preferências, mas pode alterá-las ao saber do vento.

O de hoje sopra a favor de Marina Silva (PSB). Está mais para um vendaval, derrubando tucanos em pleno voo e causando turbulências insuperáveis numa viagem que os petistas imaginavam curta.

A ordem no quintal petista é manter o sangue frio, mas a roupa suja já começou a ser lavada. Subiu o tom das críticas internas à presidente Dilma Rousseff e seus estrategistas.

A cada pesquisa, o eleitorado renova e aumenta seu desejo por mudanças. Já a campanha diluita ficava presa a dar uma lavada no velho enxoval e vendê-lo como produto de primíssima qualidade.

Estratégia fadada ao fracasso, na visão de um petista grávido, até num segundo turno contra Aécio Neves. Sem falar na resistência de Dilma em

### ELENA LANDAU

#### Sem rancor

Há pouco mais de 20 anos o Brasil convivia com uma hiperrinflação e o impeachment de um presidente. Era difícil ser otimista. Passadas duas décadas, o país é outro. O divisor de águas foi o Plano Real. Sem ele, e a estabilização econômica que se seguiu, as políticas de inclusão social não teriam terreno fértil para prosperar nos anos seguintes.

A continuidade que Lula deu às políticas do FHC foi fundamental para que o país hoje possa se orgulhar dos ganhos na área social e sonhar com um salto de qualidade nas políticas públicas.

Infelizmente nos anos mais recentes, os erros na condução da economia e o isolacionismo da presidente estão colocando em risco as melhorias obtidas tão duramente. Dilma é nossa Alice, no País das Maravilhas. Se recusa a reconhecer os erros do presente, abusa da mentira nas estatísticas e inviabiliza um debate sobre o futuro.

Sua campanha tem sido marcada por uma obsessão em disputar legados e desconstruir os avanços do governo tucano. Com isso, tenta aperturar e limitar as propostas da oposição a uma mera discussão numérica: quilômetros, metros, centímetros.

O apego a uma agenda eleitoral populista e ultrapausada me surpreende, especialmente após os movimentos de 2013. Até parece que foi só por causa de 20 centavos. Os grandes temas que afligem o eleitor — saúde, educação, segurança, mobilidade — não vêm encontrando muito espaço. Melhor seria uma discussão menos quantitativa e mais qualitativa. Não basta universalizar serviços, mas garantir igualdade no acesso e boa prestação.

A agenda que o candidato do PV colocou no debate da Band repercutiu bem. Trouxe temas sempre vitais: a reforma política e o aborto sob perspectiva da saúde pública.

Por enquanto, o novo está simbolizado em Marina, apesar da candidatura participar da política há décadas. O que é bom. Ela vem surfando na onda na terceira via aproveitando o cansaço de todos com o Fla Fla eleitoral que vivemos. Pode conseguir deslocar o foco da campanha e melhorar o nível das discussões.

A polarização partidária não é problema, mas, sim, o discurso rancioso que o PT tem imposto ao debate político nos últimos anos.

O novo para mim é a aceitação do diferente. Escrevo como jornalista, não sou analista política e meu voto não é segredo. Sou filiada ao PSDB, mas não só por isso acho Aécio o melhor candidato. Tem meu voto pelo programa que apresenta sua capacidade de gestão e sua equipe. E por falar do futuro de forma concreta, sem platitudes e escapismos.

O atual protagonismo de Marina é mais bem-vindo. Ela acaba de lançar seu programa de governo. Nas próximas semanas teremos a oportunidade de discutir ideias e sua implementação. Sem rancor.



7/10/2014

Folha de S. Paulo - Edição de 03/10/2014

A2 opinião \* \* \* SEXTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2014

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.  
Presidente: LUIZ FREAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FREAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MARCEL TEIXEIRA MENDES e RUTH BRITO  
Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA  
Conselho Editorial: ROGERIO CESAR DE CROMBIEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANDY DE FREITAS, CLAYTON ROSSI, CARLOS HEITOR COSTA, CELSO FENEL, ANTONIO MARCEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS e OTAVIO FREAS FILHO (coordenador)  
Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (coordenador), MERLEI BRUSAR (coordenador), MARCELO FACHINHO GONCALVES (assessor) e EDUARDO ALCARÁ (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

### Distante da meta

Resultado do mês de agosto reforça percepção de que país não poupará tanto quanto prometeu, o que aumenta descreditos da economia

Se ainda fossem necessárias novas provas para atestar o descalabro das contas públicas, elas vieram no mês de agosto, quando União, Estados, municípios e empresas estatais gastaram R\$ 14,2 bilhões a mais do que arrecadaram. Com esse resultado negativo, o saldo acumulado neste ano caiu para R\$ 10,2 bilhões, pouco mais de 10% do que o governo, considerando todas as esferas, prometeu poupar a fim de pagar dívidas. Deve-se a maior parte da frustração à administração federal, que até aqui atingiu 2% dos R\$ 80,6 bilhões que estabeleceu como meta.

Nem por isso o secretário do Tesouro, Arno Augusto, reconheceu que será obrigado a revisar o plano. Seus assessores dizem sem cerimônia que nada será feito antes das eleições, para não afetar a imagem da presidente Dilma Rousseff (PT) na gestão da economia.

Retórica à parte, o Tesouro já não consegue disfarçar a deterioração das contas e talvez comece a perceber que os truques contábeis causam danos à credibilidade do país. Um pedaço do rombo de agosto parece decorrer da normalização de repasses que vinham sendo retidos com vistas a engordar o saldo de meses anteriores. Contudo, se houve forte expan-

são no pagamento de seguro desemprego, abono salarial e benefícios sociais, persistem a subestimação das despesas com previdência e a falta de clareza em relação aos subsídios ao BNDES, entre outras camadas de maquiagem. Debaixo dessa capa cosmética está, indistintamente, o fato de que a época do dinheiro fácil acabou. As receitas estagnaram e podem cair, já que a economia não cresce. A população parece fadada a conhecer novos aumentos de tributos em 2015, sem o que será difícil equilibrar as contas nacionais. Basta dizer que o déficit nominal, que incluí os gastos com juros, atingiu 4% do PIB, o pior patamar desde o auge da crise mundial, em 2009.

O quadro é de rápido crescimento da dívida pública, já em torno de 60% do PIB, nível muito acima da média de outros países em desenvolvimento (em torno de 40%). Não procede, portanto, a avaliação de que o governo deve poucar. Continuar com esse tipo de ilusionismo provocará estragos ainda maiores. Verdade que a economia do Brasil tem demonstrado grande resiliência — por mérito, sem dúvida, de suas empresas e seus cidadãos. Mas não vale a pena arriscar.

Apesar de tamanha degradação em suas contas, o governo contribuiu para aumentar a sensação de insegurança que se espalha pelo país. Só colbe com isso a paralisação dos investimentos, do crédito e do emprego. A persistir nessa direção, não tardará para a população mais carente sentir o baque.

### Santa dívida

Quanto mais se escarafunchem as contas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, mais assustadora a situação fica. A instituição não sabe ao certo nem mesmo qual o tamanho de sua dívida.

Há 15 dias, a cúpula do hospital afirmava que devia R\$ 400 milhões. Mas o novo superintendente, Irineu Massiani, que assumiu o cargo na semana passada, embrenhou-se pelos vários departamentos que celebraram contratos — as informações não são centralizadas — e revisou o valor para R\$ 450 milhões. Só de juros e amortizações vão-se R\$ 6 milhões mensais.

A deficiência administrativa custou o patrimônio da secular entidade. Relatório de uma auditoria aponta que, de 2009 a 2013, o patrimônio líquido da Santa Casa caiu de R\$ 220 milhões para R\$ 123 milhões, o que representa uma perda de cerca de 0,15% da quantia original.

A barafunda é tamanha que fornecedores ameaçam mais uma vez suspender a entrega de insumos, enquanto o hospital não tem dinheiro para honrar despesas básicas como o 13º dos funcionários. A nova superintendência negocia um pacote emergencial de R\$ 138 milhões com o governo estadual para não paralisar as atividades.

É notório que a saúde pública no Brasil, em cuja linha de frente estão as Santas Casas, é subfinanciada. O total de gastos (públicos e

privados) como proporção do PIB até que não é ruim. Empenhando 8,9%, o país não está longe dos 9,2% que são a média da OCDE, o clube das nações ricas.

Existe, no entanto, grande desequilíbrio. O setor público, que atende 75% da população, fica com um pouco menos da metade das verbas (66%), enquanto o privado dispõe de 54% dos recursos para cuidar dos outros 25% dos brasileiros. Mesmo nesse quadro de restrição, as Santas Casas gozam de uma situação privilegiada, bem além do que virtualmente quebradas, como a de São Paulo.

Isso aponta muito mais para um problema de gestão, que pode ou não ter sido complementado por fraudes e desvios, do que para uma dificuldade estrutural insuperável. Embora sejam instituições privadas, as Santas Casas gozam de uma série de isenções fiscais e recebem vultosos recursos públicos, o que justifica que elas se submetam ao controle da sociedade.

Para além das auditorias e fiscalizações, é necessário que desenvolvam sistemas minimamente eficientes de administração. O país não pode dar ao luxo de entrar em sucessas verbas públicas de saúde em estruturas obsoletas que remontam ao século 15.



### Corporativismo escancarado

SÃO PAULO — Quando acho que já vi tudo o que o corporativismo é capaz de aprontar, surge alguém para provar que sou ingênuo. Desta vez, a missão propedêutica coube a Ilanais Rocha, presidente da seção de Brasília da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que impugnou o pedido de inscrição do ex-presidente do STF Joaquim Barbosa. Sem a carteirainha de advogado, Barbosa não poderá assinar pareceres jurídicos, como planejava. Ainda cabe recurso da decisão. Rocha justifica a negativa afirmando que críticas que o ex-ministro fez a decisões e ações que tomou contra membros dessa categoria comprometem sua "idoneidade moral", requisito necessário para exercer a profissão nos termos do art. 8º, inciso VI, da lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB).

É um fato que Barbosa não é o mais diplomático dos seres humanos. Pode-se ir mais longe e reconhecer que algumas de suas ações em relação a causídicos fletaram

com o destempero. Mas, os equiparar idoneidade moral a não falar mal de advogados, o presidente da OAB-DF consegue de uma só vez golpear a liberdade de expressão e o princípio da independência dos magistrados. Pior, se seus critérios fossem universalizados, ficariam inabilitados para uma série de funções públicas todos os cidadãos que já tenham contado uma plaqueta de advogado — e alguns deles são muito boas.

É desejável que os advogados se autoregularem em questões profissionais e tenham representação de classe. O que não parece razoável é que a corporação tenha acumulado superpoderes que afetam toda a sociedade, como decidir quem pode exercer a profissão, indicar associados para integrar altas cortes do país e fixar livremente os preços mínimos de uma tabela de honorários à qual o cidadão não tem como escapar.

Um pouco menos de poder às corporações tornaria o Brasil um país bem mais republicano.

HÉLIO SCHWARTSMAN

EDUARDO GIANNETTI

### Regressão

Depois de amanhã o Brasil vai às urnas. Sememos cerca de 142 milhões de eleitores escolhendo entre 25.549 candidatos (exclusivos vices e suplentes) disputando 1.709 cargos públicos. É a sétima eleição geral sob a égide da Carta de 1988. Teria tudo para ser uma grande e bela festa democrática, não fosse a animosidade sórdida e sectária que tomou conta da campanha.

Dois problemas institucionais prejudicam o processo eleitoral. A simultaneidade das eleições para o Executivo e o Legislativo condena a escolha de nossos parlamentares ao absoluto descaso. As campanhas de deputado ficam ofuscadas pelas disputas partidárias que surgem todas as atenções. Escolha displicente, amnésia instantânea. Não é à toa que a qualidade dos legislativos é o que é.

Some-se a isso a babel eletrônica do horário gratuito. Fora a distribuição altamente desigual de tempo, a arquitetura do programa eleitoral é desnecessariamente grotesca. Em vez de se conceder a cada partido um segmento bem demarcado, preferencialmente em dias distintos, para que possam se dirigir ao eleitorado e apresentar, um por vez, suas propostas, o que se fez foi colocá-los espalhados, lado a lado, apelando por migalhas de possível atenção.

O resultado é um mosaico danoso de mensagens disparatadas: uma mistura bizarra de leilão de promessas com flashes de uma rinha eletrônica de rompantes e acusações cruzadas. E tudo temperado, é claro, por doses cavalares de emoção sincera para ficarem todos bem ligados. Se alguém quisesse desmontar a nossa democracia, seria difícil imaginar fórmula mais eficaz.

Mas nada disso permitiria prevenir a regressão da campanha em curso. Premida pela súbita ascensão de Marina e pelas revelações do Petróleo, a candidatura-bíblica à reeleição inventada por Lula e teleguiada por João Santana apelo de forma vil. Serviu-se do seu longo tempo de propaganda — fruto de alianças espúrias — e da feróz máquina governista para deflagrar uma desproporcionada ofensiva.

O marketing selvagem de Dilma x Marina, calcado na exploração da credulidade, na mentira calculada e na excitação do medo, repete a fórmula empregada com sucesso por Collor x Lula. Se é verdade, como observou Marx, que fatos históricos tendem a ocorrer duas vezes, primeiro como tragédia e depois como farsa, a única diferença aqui é saber se neste caso a ordem não deveria ser invertida.

Economia, educação, meio ambiente: o governo Dilma entrega um país pior do que recebeu. A primeira vez que isso aconteceu desde o fim da ditadura. A animosidade sectária e a rendição ao marketing infame são a continuação do projeto de governo por outros meios. Indícios do que seria um segundo mandato. EDUARDO GIANNETTI escreve há muitos anos neste colunista.

### Tensão do início ao fim

BRASÍLIA — O empate técnico entre Marina Silva e Aécio Neves, com uma diferença de três pontos a favor dela, confirma a expectativa de mais uma reviravolta espetacular nesta eleição cheia de surpresas: ou se Aécio for sozinho, o segundo turno estará virtualmente decidido a favor do continuísmo.

Para manter no segundo turno o grau de imprevisibilidade que marcou — e marca — o primeiro, só com uma grande jogada estratégica: a maioria dos votos de Marina deve ir para Aécio se ele for no segundo turno, e a recíproca é verdadeira: os votos dele também tendem para Marina. Mas boa parte, nos dois casos, pode muito bem ir para Dilma.

Uma grande parte, aliás, subirá no muro antes de se definir. Logo... estes três dias serão eletrizantes, mas os 21 seguintes não vão ficar nem um pouco atrás.

ELIANE CANTANHÊDE

LUIZ FERNANDO VIANNA

### O que será de Junho?

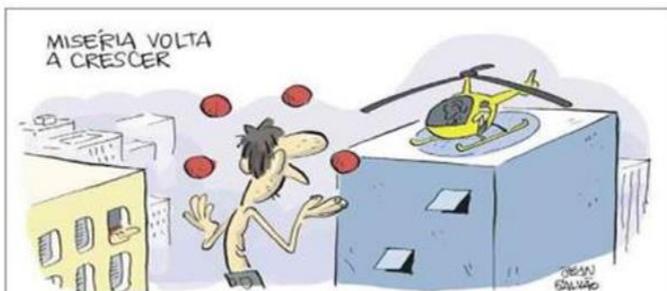
RIO DE JANEIRO — Dois dos principais temas do debate de junho de 2013 estão à beira de amplas vitórias nas eleições.

Genraldo Alcemin, cuja polícia fortaleceu as manifestações após entrar em cena com seu conhecido cartão de bomfe e caçadadas, pode ser reeleito até no primeiro turno em São Paulo. Também era visto como símbolo do propinquo tucano nas licitações do metrô.

Sérgio Cabral, cuja polícia torturou, matou e sumiu com o corpo do pedreiro Amarildo de Souza, continuará no poder se for confirmado o favoritismo de seu vice, Pezão. As cartomas em jatinhos de empresários que tinham contratos com o governo do Rio e a falta dos guardanapos na cabeça em Paris foram emblemas do cinismo que as manifestações combatiam.

às ruas não estão chegando às urnas. Compreende-se que um movimento propositalmente amorfo e crítico aos partidos não se faça representar por nenhuma força institucionalizada. Mas por que certos temas foram soterrados pela cartomediação que domina as campanhas?

Desmilitarização gradativa da polícia. Transportes baratos, ampliação dos direitos civis (ao aborto, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo)... Nenhum desses temas, embora gritados no ano passado, protagonizou de fato os debates de agora — a não ser acidentalmente, com a fala nefasta de Levy Fidelix. A imbecilidade dos black blocs, a truculência policial e a criminalização das manifestações conduzida por parte da imprensa esvaziaram as ruas, mas não precisavam ter evaziado as ideias. Junho não chegará ao poder, mas suas pautas ainda podem ser discutidas pela sociedade — a não ser acidentalmente, com a fala nefasta de Levy Fidelix.



12/11/2014

Folha de S.Paulo - Edição de 07/11/2014

A2 opinião \* \* \* SEXTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 2014

FOLHA DE S.PAULO

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADA DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

**Presidente:** LUIZ FERRAS  
**Diretor Editorial:** CLEAVELAND FRASS FLEHO  
**Superintendente:** ANTONIO MAMETI, TEREZINA MENDES E BERTHO BRETT  
**Editor executivo:** SÉRGIO DÁVILA  
**Conselho Editorial:** JOSÉ CARLOS DE CHERUBINO LEITE, MARCELO COELHO, JÂNIO DE FREITAS, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR COSTA, CELSO PINTO, ANTONIO MAMETI, TEREZINA MENDES, LUIZ FERRAS (Presidente)  
**Diretoria executiva:** ANTONIO CARLOS DE MOURA (Gerente Geral), MARCELO BUZARDI (Executivo), MARCELO MACHADO GONÇALVES (Executivo) e EDUARDO ALCARÁ (Gerente Administrativo)

## EDITORIAIS

### Dilma mudando

**Se eleitorado dividido ao meio recomenda moderação ao novo governo, estado crítico da economia obriga a adotar orientação diversa da atual**

As manifestações em favor do impeachment e até da deposição da presidente Dilma Rousseff, embora toleráveis em respeito à liberdade de expressão, não passam de desvario político. Restringem-se a grupelhos isolados, em mais uma evidência de que o respeito às regras do jogo democrático se enraizou solidamente no Brasil.

Como costuma acontecer com governantes vitoriosos por margem estreita de votos, tudo indica que a presidente reeleita tenderá à moderação. Cabe aqui a conhecida analogia entre o poder e o violino, instrumento que se usa com a mão esquerda, mas se toca com a direita.

Que quase metade do eleitorado tenha condenado sua administração já seria motivo bastante para fazer a esquecer os arroubos da campanha. Mas há razões mais prementes, traduzidas na notória deterioração da economia.

No afã de sustentar a bonança que benefícios o segundo mandato de seu antecessor, a presidente meteu os pés pelas mãos. Adotou um intervencionismo errático que gerou distorções, afetando investimentos e solapou a confiança empresarial. Colheu inflação alta (média anual estimada de 6,2% no quadriênio) e crescimento

raquítico (de 1,6%). É hora de mudar, como apregoaram todos os candidatos. Fato decisivo será a indicação, para a chefia da futura equipe econômica, de um nome que imponha respeito ao mercado, anunciada para a segunda metade deste mês. Ontem mesmo a mandataria disse em entrevista que é preciso "apertar o controle da inflação" e "sempre haverá gastos para cortar", dando indícios de uma lucidez que vinha lhe faltando durante o primeiro mandato.

No plano político, os problemas não serão menores. O governo terá de se haver com sua intensa base parlamentar, sempre sequestrada por cargos e verbas, sempre disposta a chantagear-lo quando as dificuldades aumentam.

Nesse capítulo, a melhor política será o rigor republicano que a presidente encetou no início do primeiro governo, para depois abandonar. Uma real disposição de contribuir para esclarecer e punir as gravíssimas evidências de corrupção na Petrobras emitiria a mensagem correta, ainda que ao preço de atingir as entranhas do próprio governo.

Quanto à oposição, derrotada mas fortalecida nas urnas, espera-se que evite tanto a leniência que a desfigurou nos últimos anos, como a tentação de crer-se por um dia detentor de "quanto pior, melhor". Afinal, competirá a ela fiscalizar e criticar a implantação de um programa de governo que, ironicamente, será em grande parte o seu.

### Obama acuado

A derrota dos democratas nas eleições desta semana já havia sido prevista pelas pesquisas de opinião, mas a escala do estrago foi sob todos os aspectos surpreendente. Os republicanos assumiram o controle do Senado, elevaram significativamente sua maioria na Câmara e, de quebra, ainda conquistaram quatro governos estaduais que se encontravam sob a administração de congressionários do presidente Barack Obama.

O maior símbolo do encilhamento democrata é a Câmara, onde os republicanos, que já haviam recuperado a maioria em 2010, abocanharam mais 14 cadeiras. A bandeira passou para 243 deputados de um total de 435, a maior vantagem sobre os democratas desde o governo de Harry Truman (1945-53).

Diante de um Congresso hostil, com a popularidade em baixa e sendo responsabilizado pelos democratas pela derrota histórica do partido, Obama terá enormes dificuldades para promover a sua agenda nos dois anos de mandato que ainda lhe restam.

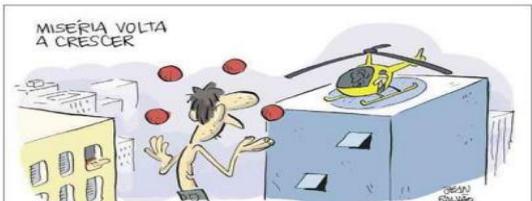
A história política americana mostra que presidentes tendem a perder protagonismo no final de suas administrações. Existe até um termo para designar o fenômeno: "lame duck" (pato morto). Sem o Congresso a favor, o carimbo virá quase uma fatalidade.

No discurso, tanto Obama quanto a liderança republicana prometeram diálogo para evitar a paralisação, mas governo e oposição encontram-se em rota de colisão em vários temas, com destaque para o plano de saúde universal criado pelo presidente. Outro choque iminente é a reforma migratória, que vem sendo barrada na Câmara pelos republicanos.

Obama já anunciou que poderia recorrer a ordens executivas (algo parecido com a nossa medida provisória) para avançar na matéria. Em resposta, o futuro líder da maioria no Senado, Mitch McConnell, tido como moderado, disse que esse caminho envolverá a água do poço no Legislativo.

Apesar de sair da eleição diminuído, Obama ainda tem algum espaço de manobra. Um dos caminhos é promover uma agenda que conte com apoio de parte significativa dos republicanos, como um acordo comercial com países do Pacífico e medidas para reduzir o déficit no Orçamento.

O presidente democrata poderia também priorizar ações de política externa, menos dependentes dos ventos do Congresso. Uma solução permanente para o conflito na Síria ou um acordo nuclear com o Irã seriam legados históricos para qualquer líder norte-americano, pato morto ou não.



### Compromisso com a mudança

**SÃO PAULO** - O que eu gosto na democracia americana é que ela é orgânica. Enquanto, por aqui, a prática democrática vem de cima para baixo e só ganha materialidade quando formalizada em lei, no país do norte ela brota de baixo para cima. São as experiências das pessoas que se convertem em normas, não a vontade arbitrária do legislador. Esse fenômeno é especialmente forte nas questões populistas. Eleitores do Distrito de Columbia, Oregon e Alaska, somando-se aos do Colorado e de Washington, decidiram legalizar o consumo recreativo da maconha. O problema é que, pelas leis federais, aerva continua proibida. Como os Estados por definição são parte da União, caso da droga está ao mesmo tempo permitido e banido. Policiais locais têm de deixar os maconheiros em paz, mas estes podem ser presos por um agente do FBI, conforme entendimento da Suprema Corte.

Essa situação seria impensável no Brasil. Nossa Constituição não só retira dos Estados o direito de legislar

sobre a maioria dos temas importantes, como matérias penais, mas também estabelece que, nos casos em que a competência legislativa é concorrente, prevalece a norma federal. Esse horror à indefinição facilita a vida de lobbies, mas limita a experiência democrática. No caso dos EUA, o conflito federativo foi não só antevisto pelos autores da Constituição como considerado positivo. No papel federalista nº 28, Hamilton escreveu: "Se os seus direitos [do povo] forem invadidos por um deles [União ou Estados], podem utilizar o outro como instrumento de reparação". Há sabedoria aí: o período de indefinição pode funcionar como um laboratório para o surgimento de consensos. A primeira lei local que liberava a maconha medicinal surgiu em 1996. De lá para cá, 22 dos 50 Estados adotaram a novidade, mesmo dificilmente ocorreria se, a exemplo do que exigiu o modelo brasileiro, a mudança de paradigma tivesse de surgir de uma só vez em todo o país.

### Dever de casa

**BRASÍLIA** - O fim das eleições e a volta ao trabalho parecem ter feito boa parte dos moradores da Esplanada dos Ministérios deixar para trás o cenário maravilhoso desenhado pela propaganda eleitoral para encantar a complicada realidade da economia brasileira.

Alexandre Tombini e seus colegas de Banco Central focam esforços para assumir que a vida não está tão boa quanto os quadros pintados pelo marqueteiro João Santana.

Apesar de o mundo não susto com a elevação da taxa básica de juros na primeira reunião pós-segundo turno, o BC deixou claro que a inflação no país segue num ritmo muito mais forte do que o verificado pela candidata Dilma Rousseff.

A falta de credibilidade do governo quando o assunto é economia é tão grande que mesmo os que pensaram boa parte do ano defendendo esse aperto não botaram nenhuma fé nos sinais de "mudança de comportamento" da equipe econômica. Nesta quinta-feira (6), coube à pre-

sidente reeleita trocar o discurso de palanque por palavras mais duras para descrever o que acontece com a economia e o que cabe ao governo federal fazer.

O cardápio proposto por Dilma faz qualquer defensor ardoroso de contas públicas controladas e inflação em patamar mais civilizado bater o pé. O problema, entretanto, é que o Palácio do Planalto sofre da mesma falta de confiança que o BC e o Ministério da Fazenda.

Não é segredo para ninguém que Dilma tem a política econômica sob suas mãos. Para o bem e para o mal. Derubar a desconflância será tarefa árdua para a presidente pelista neste segundo mandato que começou antes da hora e sem dar tréguas.

Dilma prometeu que seu governo faria o "dever de casa" para colocar a inflação e as contas públicas no rumo certo. A escolha dos nomes que comandarão a equipe econômica a partir de 2015 será o primeiro grande teste da ilustre aluna de Brasília.

### Direitos e favores

**RIO DE JANEIRO** - A revelação de que bancos deixaram de pagar R\$ 200 milhões em impostos, graças a uma operação em Luxemburgo, prova outra vez que o buraco tributário brasileiro é mais em cima. Sem cortar na carne (ou seja, nos bolsos) dos mais ricos, pouco cairá a despesa social.

Também prova como carece de bom senso a rejeição de parte da classe média, dos abastados e de altas impressões da Bolsa Família. O programa, que atende pessoas com renda mensal entre R\$ 77 e R\$ 154, custa hoje R\$ 2,3 bilhões, ou 0,2% do PIB. A arrecadação fiscal em 2013 foi de R\$ 415 bilhões, quase 200 vezes mais. E se estima em R\$ 500 bilhões a deste ano.

Desarmar o programa, por conta própria, 1,7 milhão de famílias. Já filhos de magistrados e militares não costumam abrir mão das suas pensões. A taxa de fecundidade cai em todo o país, mais ainda no Norte e no Nordeste. Não se sustenta a ideia de que mulheres têm mais filhos por causa do benefício.

No Brasil, privilégios são vistos como direitos, e direitos são vistos como favores. Não se rompe essa lógica perversa da noite para o dia, mas é tarefa prioritária para quem dir que quer unir o país.

### Mudança climática

**Em "Reasons and Persons", uma das mais inovadoras obras de filosofia analítica dos últimos 30 anos, o filósofo Derek Parfit propõe um intrigante "experimento mental". A situação descrita é hipotética, mas ajuda a explicitar um ponto nevrálgico do maior desafio humano: limitar o aquecimento global a 2°C acima do nível pré-industrial até o final do século 21.**

Imagine uma pessoa afevelada a uma cama com eletrodos colados em suas têmporas. Ao se girar um botão situado em outro local a corrente nos eletrodos aumenta em grau infinitesimal, de modo que o paciente não chegue a sentir. Um Big Mac gratuito é então oferecido a quem girar o botão. Ocorre, contudo, que quando milhares de pessoas fazem isso — sem que cada uma saiba dos outros — a descarga de energia produzida é suficiente para eletrocutar a vítima.

Quem é responsável pelo quê? Algo terratranso foi perpetrado, mas a quem atribuir a culpa? O efeito isolado de cada giro do botão é por definição imperceptível — são todos "torturadores inofensivos". Mas o resultado conjunto dessa miríade de ações é ofensivo ao tremo. Até que ponto a somatória de infimas partículas de culpa de alguma numma gigantesca dívida moral coletiva?

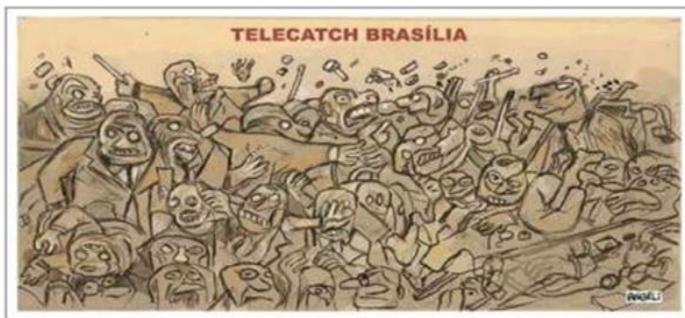
A mudança climática em curso equivale a uma espécie de eletrocussão da biosfera. Quem a desseja? Até onde vai, ninguém. Trata-se da alquimia perversa de inúmeras vontades humanas, cada um deles isoladamente inofensivo, mas que não resulta de nenhuma intenção humana. E quem assume — ou deveria assumir — a culpa por ela? A maioria e ninguém, ainda que alguns sejam mais culpados que outros.

Os 7 bilhões de habitantes do planeta pertencem a três grupos: cerca de 1 bilhão dependem por 50% das emissões totais de gases-estufa, ao passo que os 3 bilhões seguintes por 49%. Os 3 bilhões na base da pirâmide de energia (matéria sem acesso a eletricidade) respondem por apenas 1%. Por seu modo de vida e vulnerabilidade, este grupo — o único inocente — será o mais tragicamente afetado pelo "giro do botão" dos demais.

Descarbonizar é preciso. Segundo o recém-publicado relatório do painel do clima da ONU, limitar o aquecimento a 2°C exigirá cortar as emissões antropogênicas de 40% a 70% em relação a 2010 até 2050 e erradicá-las até o final do século. Como chegar lá?

A complexidade do desafio é esmagadora. Contar com a gradual conscientização dos "torturadores inocentes" parece irrealista. Pagar para ver e apostar na tecnologia como tábua de salvação seria temerário ao extremo. O protagonista da ação, credo eu, deveria ser a estrutura de incentivos: precificar o carbono e colocar a força do sistema de preços para trabalhar no âmbito da descarbonização.

EDUARDO GIANNETTI escreve de Brasília. Fotos: Estácio/Corbis.



02/01/2015

Folha de S.Paulo - Edição de 04/12/2014

A2 opinião ★ ★ ★ QUINTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

FOLHA DE SAULO

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FIAS  
 Diretor Editorial: OTAVIO FRAS FERRO  
 Superintendente: ANTONIO MARULI, TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
 Editor-executivo: ISIDORO MARULI  
 Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANDY DE FREITAS, CLÓVIS ROSA, CARLOS HEITOR COSTA, CESAR PONTI, ANTONIO MARULI, TEIXEIRA MENDES, LUIZ FIAS e OTAVIO FRAS FERRO (secretário)  
 Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA, LUCIANO MULLER BRUNO (circulação), MARCELO MACHADO GONCALVES (finanças) e EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@folha.com.br

### Quando mais é menos

Nova alta da taxa Selic decorre de problemas criados por inconsistências da política econômica do primeiro mandato de Dilma

É inevitável o desalento diante da decisão do Banco Central de elevar mais uma vez a taxa básica de juros da economia, a Selic. Não que o aumento seja descabido na atual conjuntura. A inflação ainda gravita em torno de 6,5%, e um dos problemas dos últimos anos foi justamente a falta de compromisso do BC em manter o índice no centro da meta (4,5%).

Se juros maiores costumam ser recomendados no combate ao vício do alta de preços, parece razoável supor que a Selic nem estaçõesará no novo patamar, 11,75%. A continuar o ciclo de aperto, a taxa atingirá pelo menos 12,5% nos próximos meses e, talvez, fixação de limites para a expansão dos gastos.

O ajuste ainda implicaria restrições de repasses do Tesouro a bancos públicos e, talvez, fixação de limites para a expansão dos gastos. Nesta semana, Dilma afirmou que dará respaldo a essas iniciativas — se bem que o fez por meio de uma carta lida pelo presidente do BNDES, Luciano Coutinho, em evento para investidores.

Permanece incerto, de todo modo, seu interesse em persistir neste rumo pelo tempo necessário. É uma dívida legítima, tendo em vista que a presidente prometera as mesmas coisas em 2010, antes de embarcar no experimento que levou o país à difícil situação atual.

Ironicamente, a própria dificuldade torna menos prováveis novas aventuras dessa natureza; qualquer deslize será percebido com mais velocidade pela população.

### Nada pedagógico

Diretores de escolas estaduais de São Paulo foram surpreendidos por um corte de verbas nada pedagógico em suas unidades. Sem maiores explicações, dois programas da Secretaria da Educação tiveram, em novembro, seus recursos suspensos: o Rede de Suprimentos e o Tratamento de Água.

O primeiro, mensal, destina aos colégios R\$ 1.500, em média, para a compra de materiais de escritório e de limpeza; o segundo estipula pagamento anual de R\$ 7.900 para pequenas obras e pinturas. A medida parece ocorrer da necessidade de conter gastos. O comunicado enviado às diretorias de ensino cita a Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe os governos de contrair despesas e não pagá-las até o fim do mandato.

Com os cortes, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) conseguiu economizar R\$ 58 milhões. Naturalmente, faz parte de suas atribuições como gestor preocupar-se em respeitar as leis e garantir a saúde das contas públicas. Se, para alcançar essas metas básicas, precisa recorrer a esse tipo de expediente, e porque faltou planejamento.

A situação e o próprio comando tornam transparentes os motivos de Alckmin, mas ainda assim

lar na coleção de intervenções setoriais atabalhoadas, que fez colapsar a confiança empresarial.

Ensaia-se agora uma estratégia com a nova equipe econômica — ainda não empessada, mas já trabalhando no Planalto. A própria disposição do BC para agir com contundência e demonstrar autonomia é um aspecto relevante.

Criar condições para que o país chegue a níveis civilizatórios de fartos demandará mais do que isso, contudo. A ação mais importante será respeitar a credibilidade das contas públicas. A tarefa exige medidas impopulares, como cortes de gastos e aumentos de impostos.

Ministro da Fazenda atenuado, Joaquim Levy pretende obter saldos melhores no balanço de receitas e despesas, com o propósito de estabilizar a dívida pública bruta. O ajuste ainda implicaria restrições de repasses do Tesouro a bancos públicos e, talvez, fixação de limites para a expansão dos gastos.

Nesta semana, Dilma afirmou que dará respaldo a essas iniciativas — se bem que o fez por meio de uma carta lida pelo presidente do BNDES, Luciano Coutinho, em evento para investidores.

Permanece incerto, de todo modo, seu interesse em persistir neste rumo pelo tempo necessário. É uma dívida legítima, tendo em vista que a presidente prometera as mesmas coisas em 2010, antes de embarcar no experimento que levou o país à difícil situação atual.

Ironicamente, a própria dificuldade torna menos prováveis novas aventuras dessa natureza; qualquer deslize será percebido com mais velocidade pela população.

o governo nega a intenção de reduzir gastos. As mudanças, informou a Secretaria da Educação, devem-se a readequações burocráticas. Além disso, as escolas teriam sido orientadas a fazer compras antecipadas para evitar problemas.

Se foi dada, a orientação não foi recebida, a julgar pelo que dissearam a esta **Folha** alguns diretores.

Os cortes já produzem absurdos. Em uma escola da capital, funcionários têm de levar papel higiênico de casa para o local de trabalho; no interior do Estado, a falta de materiais fez um colégio cancelar as atividades de reforço.

Fre as escolas sentem problemas físicos e a carência de materiais, sofrem ainda mais com a baixa qualificação de docentes. Investir nestes aspectos, por óbvio, é condição básica para melhorar o ensino.

Assim, sua preocupação que, no Orçamento da educação em 2015, recursos para programas de formação e qualidade dos professores tenham sentido redução de cerca de 50%, segundo reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo".

Ainda que o governo preveja alta substancial de verbas para ampliar a rede, de pouco servirá mais escolas se os professores forem menos qualificados.

### TELECATCH BRASÍLIA



ROGÉRIO GENTILE

### São Pedro não dá conta

SÃO PAULO - Não é de hoje que Alckmin culpa São Pedro pela crise do abastecimento de água de São Paulo. Em 2003, quando houve uma situação similar à de agora, ainda que menos grave, o já governador dizia que o problema era "decorrente da maior estiagem em 70 anos".

Onze anos depois, apesar de vários estudos técnicos alertarem que a região metropolitana consumia muito mais água do que o recomendável (quase o dobro do indicado pela ONU) e produzia bem menos do que o necessário (um décimo do valor considerado como crítico), Alckmin continua a dizer a mesma coisa — a diferença é que agora estamos "na maior estiagem em 80 anos".

O ponto principal é que o Estado não se preparou adequadamente para uma nova temporada de seca. De 2003 para cá, o consumo de água aumentou 20,9% na área de atuação da Sabesp, mas a produção cresceu apenas 8,2%. Além disso, a empresa continua com um índice altíssimo (24,4%) de perdas na distri-

buição (vazamentos e fraudes), sem cumprir a própria meta de redução (deviam ser de 20,4%). No Japão, o índice é de apenas 3%.

Entre outras medidas preventivas, São Paulo poderia, por exemplo, há muito tempo ter elevado o preço da água para frear o consumo ou ter instituído uma sobretaxa para quem gastasse em demasia. No início do ano, o governador chegou a anunciar uma "multa", mas desistiu por conta da eleição. Antecipando, voltou a falar sobre o assunto.

É evidente, no entanto, que o governo paulista não é o único responsável pela situação. Nas últimas décadas, autoridades das mais diversas instâncias não apenas fecharam os olhos como estimularam a ocupação urbana nas regiões de mananciais. E ainda continuam a fazer. Atualmente, não faz 10 dias, em plena crise hídrica, autorizou a construção de moradias populares para 14 mil pessoas perto da represa do Guarapiranga.

Sem colaboração aqui embaixo, São Pedro não dá conta.

RENATO ANDRADE

### Lavanderia oficial

BRASÍLIA - Ao que tudo indica, os envolvidos no esquema de desvio de recursos da Petrobras abriram um novo ramo de negócios no país: a lavanderia oficial de propina.

O depoimento de Augusto Ribeiro Neto para a Polícia Federal e o Ministério Público é impressionante. Na lista de milhões do esquema entraram nos cofres do Distrito Nacional do PT, entre 2008 e 2011, pela porta da doação oficial de campanha.

O que foi dito ainda precisa ser provado. Mas as declarações do executivo foram feitas na tentativa de garantir na justiça um abrandamento das penas que terá que cumprir por ter participado da roubalheira descoberta pela PF. A diferença entre mentira e verdade, nestes casos, é medida em anos de cadeia.

Lavar dinheiro sujo usando um mecanismo que é checado pela justiça Eleitoral coloca em suspenso todo o sistema de financiamento de campanhas usado pelos partidos políticos no Brasil. Não é pouca coisa.

Mendonça Neto explicitou a participação do PT no empreendimento. Mas quem garante que a lavanderia não tinha clientela mais ampla?

O dilema Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa já afirmaram à Justiça que a lista de beneficiários do esquema é extensa.

Suspeitar que o mecanismo de lavagem oficial lançado pelo "clube" de empreiteiros foi usado por outras legendas não é mera especulação. Mesmo considerando que as informações prestadas por Mendonça Neto ainda precisam ser averiguadas, há um efeito político imediato. Apesar de todo esforço feito pelo palácio do Planalto até agora, a distância entre o desfalque dos cofres da maior estatal do país e o gabinete presidencial fica mais curta.

A oposição vai aproveitar ao máximo o caso para desgastar ainda mais o governo petista, que, apesar disso, sem descanso, desde o final das eleições.

A lista de problemas a serem enfrentados parece não ter fim.

PAULA CESARINO COSTA

### A avenida e a cidade

RIO DE JANEIRO - É a avenida principal a cortar o centro da cidade. No traçado e nos prédios que a ladeiam, lê-se a história da construção e da destruição do país. Inaugurada em 1905, com 33 metros de largura e 1.800 metros de comprimento, a avenida Central era o coração da cidade-cenário criado pelo prefeito Pereira Passos à imagem de Paris.

Incentivado pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906), que queria colocar o país na "modernidade", o prefeito pôs abaixo centenas de casas coloniais e edifícios de vários estilos. Desalojou milhares de pessoas.

No cantoneiro central, havia mudas de pau-brasil e mais calcadas, pedras portuguesas. Havia 30 prédios novos e cerca de 80 em construção. A avenida tornou-se local de passeio das famílias, trajadas à moda europeia, com sombrinhas, chapéus e pinicenas.

Rebatizada em 1912, em homenagem ao barão de Rio Branco, a avenida hoje pouco lembra o projeto inicial. Não há cantoneiro central nem

pau-brasil. Poucas construções resistiram. A maioria dos prédios são arranha-céus com mais de 20 andares, vestes e decorações modernas, em obras. Nesta semana, metade da via foi fechada aos carros para instalação da estrutura dos VLTs (Veículo Leve sobre Trilhos). Com seis linhas, 28 quilômetros e 42 paradas, quando pronto, mudará a locomoção de quem passa pelo centro do Rio.

Mudanças, desde que planejadas e racionalizadas, exigiram uma cidade. O problema não são os improvisos.

A obra começou sem que houvesse um projeto completo da região. O prefeito Eduardo Paes (PMDB) chegou a anunciar a transformação da Rio Branco em num mesmo boulevard. Sem carros nem ônibus, com praças, jardins e bancos. A proposta foi questionada, as pressões começaram e agora sobram incertezas e entulhos.

KENNETH MAXWELL

### Paradoxo

Antônio Nunes Ribeiro Sanches foi médico, filósofo, pedagogo e historiador português nascido em março de 1659. A imperatriz da Rússia, Catarina, a Grande, lhe conferiu um brasão de armas que dizia que ele "acreditava ter nascido para ser útil, não a si próprio, mas ao mundo todo". Ribeiro Sanches era "cristão novo", descendente de judeus forçados a se converter ao catolicismo. Estudou na Universidade de Coimbra e se transferiu para Salamanca, onde obteve doutorado em medicina. Denunciado à Inquisição, viveu em exílio. Em Londres, assumiu seu judaísmo e foi circuncidado. Mas mais tarde, em Paris, voltou a se tornar cristão. Em seu diário pessoal, porém, mostrava-se crítico quanto às duas religiões. Em Londres, foi o médico do embaixador português Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Marquês de Pombal.

Estudou na Holanda, com o grande médico Hermann de Boerhaave. Viajou a Viena por recomendação do colega estudante Van Swieten, que foi médico de Pombal. Depois foi à Rússia, onde passou 15 anos como médico no Exército russo e mais tarde no corpo imperial de cadetes. Foi membro da Royal Society de Londres, da Academia de Ciências de São Petersburgo e da Academia de Ciências de Paris.

Autor de obras sobre doenças venéreas, saunas russas, necessidade de abolir a distinção entre "cristãos novos" e "cristãos velhos" e reforma educacional, Ribeiro Sanches chegou a Paris em 1747, onde viveu até sua morte, em 1783.

Quando Pombal se tornou ministro chefe em Lisboa após 1750, Ribeiro Sanches foi conselheiro pago do governo. Após o grande terremoto de Lisboa em 1755, o governo patrocinou, em 1756, a publicação de sua obra "Tratado de Conservação da Saúde dos Povos", à qual ele adicionou observações sobre as "causas naturais" dos terremotos.

Isso provocou um ataque do missionário italiano Padre Gabriel Malagrida, que passou a maior parte da vida no Brasil. Ele dizia que o terremoto era castigo de Deus. Pombal via os jesuítas como inimigos. Uma tentativa de assassinato a rei havia chegado perto do sucesso, e se dizia que aristocratas estavam envolvidos. Pombal destituiu Malagrida à Inquisição. O jesuíta foi condenado, garroteado e queimado na estaca em 1761. Foi o último "auto da fé" da história de Portugal.

Ribeiro Sanches estava certo: o terremoto teve causas naturais. Ele aconselhou Pombal sobre a modernização da Universidade de Coimbra, com a introdução de um currículo avançado de ciências naturais e medicina. No entanto, paradoxalmente, para Voltairino não era o "esclarecimento". Ribeiro Sanches, mas "auto da fé" do jesuíta Gabriel Malagrida, que oferecia a imagem indelevel de Portugal no século 18.

KENNETH MAXWELL vive no Rio de Janeiro. Tradução de PAULO MIGALICI